

# Cronos

REVISTA DO

PROGRAMA DE

PÓS-GRADUAÇÃO

EM CIÊNCIAS

SOCIAIS DA UFRN

ISSN 1518-0689

NATAL/RN

VOLUME 5/6

NÚMERO 1/2

JAN/DEZ

2004/2005



**Sociologia Clínica**



# Cronos

NATAL/RN

VOLUME 5/6

NÚMEROS 1/2

JAN/DEZ

2004/2005

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitor: Nilsen de Carvalho Fernandes de Oliveira Filho

### CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Márcio Moraes Valença

Vice-Diretora: Ângela Maria Paiva Cruz

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: João Emanuel Evangelista

### CRONOS - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor: José Antonio Spinelli Lindoso

#### COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno de Araújo Dantas

João Emanuel Evangelista

José Antonio Spinelli Lindoso

José Willington Germano

Lore Fortes

Norma Missae Takeuti

Pedro Vicente Costa Sobrinho

Vânia de Vasconcelos Gico

#### CONSELHO EDITORIAL

Augusto Guilherme Mesquitela Lima – Universidade Nova de Lisboa – Portugal

Brasília Carlos Ferreira – UFRN

Carlos Nelson Coutinho – UFRJ

Celso Frederico – USP

César Barreira – UFC

Edgard de Assis Carvalho – PUC/SP

Evaldo Vieira – USP

Gilberto Vasconcellos – Universidade Federal de Juiz de Fora

João Gabriel Teixeira – UnB

John Lemons – New England – USA

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Robert Austin – La Trobe University – Austrália

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 – França

#### Cronos

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal-RN – Brasil – CEP 59078-970

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

**Organização do Dossiê:** Norma Missae Takeuti

**Diretor da EDUFRN:** Enilson Medeiros dos Santos

**Ilustrações:** Gil Vicente: desenhos, drawings – Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna;  
Recife: Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, 2000. 88 p. il.

**Capa:** Mariz Comunicação Integrada

**Editoração Eletrônica:** Marcus Vinícius Devito Martines

**Normalização:** M. L. L. de Sales Cabral – Normalize

**Auxiliar de Editoria:** David Loiola Rego, Giovana Hackradt Rego e  
Pedro Henrique Pinheiro Xavier Pinto

A **Revista CRONOS**, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é a de difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir ao processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de sessões de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista com um pensador social da atualidade.

Catálogo na fonte

**Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral**

---

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, v. 1, n. 1  
(jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000- .

Semestral

Descrição baseada em: v. 5/6, n. 1/2 (jan./dez. 2004/2005).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Sociologia clínica – Periódico.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

---



# CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal-RN volume 5/6 números 1/2 janeiro/dezembro 2004/2005

ISSN 1518-0689

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	11
<b>DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA</b>	
<i>Norma Missae Takeuti (UFRN)</i>	
<b>Apresentação.....</b>	<b>15</b>
<i>Eugène Enriquez (Université Paris 7)</i>	
<b>Da solidão imposta a uma solidão solidária.....</b>	<b>19</b>
<i>Norma Missae Takeuti (UFRN)</i>	
<b>O difícil exercício da alteridade .....</b>	<b>35</b>
<i>Aécio Gomes de Matos (UFPE)</i>	
<b>A democracia na miséria .....</b>	<b>47</b>
<i>Vincent de Gaulejac (Université Paris 7, Denis-Diderot)</i>	
<b>O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito.....</b>	<b>59</b>
<i>Christophe Niewiadomski (Université de Lille 3)</i>	
<b>Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social.....</b>	<b>79</b>
<i>José Newton Garcia de Araújo (PUC/MG), Maria Mercedes Merry Brito (PUC/MG)</i>	
<b>Loucos pela rua: escolha ou contingência? .....</b>	<b>93</b>
<i>Tereza Cristina Carreiro (UFF), Cristine M. Mattar (UFRJ)</i>	
<b>História de vida, subjetividade e violência conjugal.....</b>	<b>103</b>
<i>Jean-Gabriel Offroy (École de Psychologues Praticiens/Paris et Lyon)</i>	
<b>O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental .....</b>	<b>119</b>
<b>ARTIGOS</b>	
<i>Maria da Conceição de Almeida (UFRN)</i>	
<b>Novos contextos das Ciências Sociais .....</b>	<b>137</b>
<i>Celso Frederico (USP)</i>	
<b>O marxismo de Lucien Goldmann.....</b>	<b>147</b>
<i>Assis Brandão (UFPE)</i>	
<b>As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos.....</b>	<b>157</b>
<i>Maria José de Rezende (Universidade Estadual de Londrina)</i>	
<b>Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo .....</b>	<b>173</b>
<i>Marcos M. B. de Mesquita (UERJ)</i>	
<b>O Barroco Ibero-Americano: “ausência de síntese”?.....</b>	<b>193</b>
<i>Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto (UNESP Araraquara)</i>	
<b>Desmandos e violência no sertão rosiano .....</b>	<b>205</b>

<i>John Lemons (Universidade New England, USA)</i>	
Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe .....	215
<i>Maria Noel Lapoujade (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)</i>	
Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana .....	227
<i>Soraya Fleischer (UFRGS)</i>	
Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli .....	241
<i>Márcio de Oliveira (UFPR)</i>	
Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília .....	261
<i>Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira (IUPERJ/UFRN)</i>	
Patronagem e formação de coalizões: o caso da unidade popular no RN .....	273
<i>Ivanaldo Santos (UERN)</i>	
Da gênese à crise do Estado de bem-estar .....	289
<i>Márcio de Lima Dantas (UFRN)</i>	
Valdetário Carneiro: mártir e comediante.....	309
<b>ENTREVISTA</b>	
<i>Alberto da Cunha Melo (Entrevista organizado por Cláudia Cordeiro)</i>	
Uma estranha beleza: entrevista com o poeta Alberto da Cunha Melo .....	317
<b>POEMA</b>	
<i>Luís da Câmara Cascudo</i>	
Poema 1, 2, 3.....	337
<b>RESENHAS</b>	
<i>Augusto César Francisco (UFRN)</i>	
A modernidade schreberiana: abjeção, preconceito e ideologia .....	341
<i>Everaldo Tôrres Barbosa (UFRN)</i>	
Desumanização e reumanização no campo da medicina .....	347
<i>João Batista de Menezes Bittencourt (UFRN)</i>	
Vidas desperdiçadas .....	351
<i>Ana Tereza Lemos-Nelson (UFRN/UFPE)</i>	
Vida a beira do abismo: juventude, drogas e invisibilidade .....	355
<i>Cristiane do Socorro Loureiro Lima (UFRN)</i>	
Expansão e descontrole da segurança privada no Brasil.....	357
<i>María Eugenia Domínguez (UFSC)</i>	
Escuchando lo social.....	361
<b>RESUMOS DE DISSERTAÇÕES.....</b>	<b>365</b>
<b>DOSSIÊ DOS AUTORES .....</b>	<b>383</b>
<b>NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS .....</b>	<b>393</b>
<b>SUMÁRIOS ANTERIORES.....</b>	<b>397</b>

# CRONOS

A publication of the UFRN Post-Graduation Program in Social Sciences

Natal-RN volume 5/6 numbers 1/2 January/December 2004/2005

---

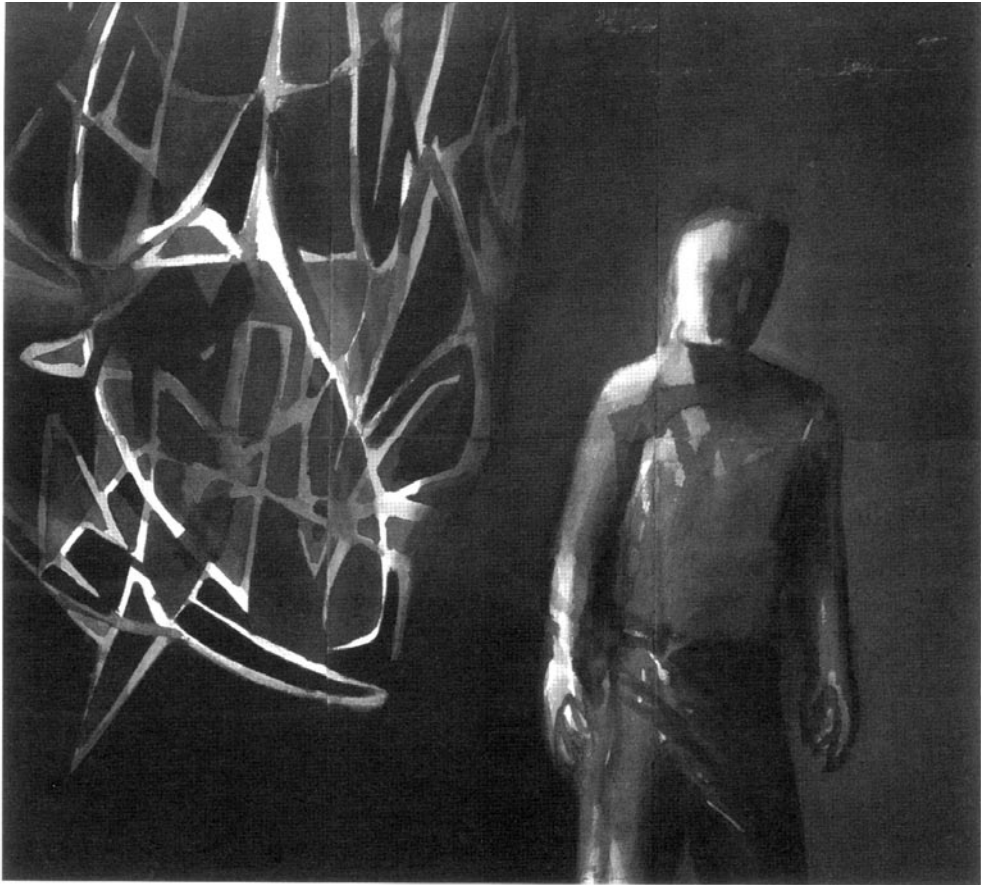
ISSN 1518-0689

## CONTENTS

<b>EDITORIAL</b> .....	11
<b>DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA</b>	
<i>Norma Missae Takeuti (UFRN)</i>	
<b>Presentation</b> .....	15
<i>Eugène Enriquez (Université Paris 7)</i>	
<b>From an enforced solitude to a shared solitude</b> .....	19
<i>Norma Missae Takeuti (UFRN)</i>	
<b>The difficult exercise of otherness</b> .....	35
<i>Aécio Gomes de Matos (UFPE)</i>	
<b>Democracy in misery</b> .....	47
<i>Vincent de Gaulejac (Université Paris 7, Denis-Diderot)</i>	
<b>The heart of the discussion: from the sociology of the individual to the sociology of the subject</b> .....	59
<i>Christophe Niewiadomski (Université de Lille 3)</i>	
<b>Post-modern individual, psychical pain and social work challenges</b> .....	79
<i>José Newton Garcia de Araújo (PUC/MG), Maria Mercedes Merry Brito (PUC/MG)</i>	
<b>Street addicts: choice or contingency?</b> .....	93
<i>Tereza Cristina Carreteiro (UFF), Cristine M. Mattar (UFRJ)</i>	
<b>Life history, subjectivity and connubial violence</b> .....	103
<i>Jean-Gabriel Offroy (École de Psychologues Praticiens/Paris et Lyon)</i>	
<b>Forename and social identity: from the social and familiar project to the parental project</b> .....	119
<b>ARTICLES</b>	
<i>Maria da Conceição de Almeida (UFRN)</i>	
<b>New contexts in Social Sciences</b> .....	137
<i>Celso Frederico (USP)</i>	
<b>Lucien Goldmann's Marxism</b> .....	147
<i>Assis Brandão (UFPE)</i>	
<b>Bobbio's polemics with Italian communists</b> .....	157
<i>Maria José de Rezende (Universidade Estadual de Londrina)</i>	
<b>Differentiation, evolution and social change in Fernando de Azevedo</b> .....	173
<i>Marcos M. B. de Mesquita (UERJ)</i>	
<b>The Ibero-American Baroque: "absence of synthesis"?</b> .....	193
<i>Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto (UNESP Araraquara)</i>	
<b>Excesses and violence in Rosa's sertão</b> .....	205



<i>John Lemons (University New England, USA)</i>	
Conservation and sustainable use of biodiversity: a portfolio of case studies on arid areas in Latin America and Caribbean .....	215
<i>Maria Noel Lapoujade (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)</i>	
The imaginary in the formation of Latin America's identity.....	227
<i>Soraya Fleischer (UFRGS)</i>	
Between silences and expectations: an approach to the Tunisian feminine world of Moufida Tlatli's films .....	241
<i>Márcio de Oliveira (UFPR)</i>	
Juscelino Kubitschek and the making of Brasília .....	261
<i>Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira (IUPERJ/UFRN)</i>	
Patronage and coalition making: the case study "Unidade Popular in RN" .....	273
<i>Ivanaldo Santos (UERN)</i>	
From the genesis to the crisis of the Welfare State.....	289
<i>Márcio de Lima Dantas (UFRN)</i>	
Valdetário Carneiro: martyr and comedian.....	309
<b>INTERVIEW</b>	
<i>Alberto da Cunha Melo (Organized for Cláudia Cordeiro)</i>	
A weird beauty: a talking with the poet Alberto da Cunha Melo.....	317
<b>POEM</b>	
<i>Luís da Câmara Cascudo</i>	
Poem 1, 2, 3 .....	337
<b>REVIEWS</b>	
<i>Augusto César Francisco (UFRN)</i>	
The Schreberian modernity: abjection, prejudice and ideology .....	341
<i>Everaldo Tôrres Barbosa (UFRN)</i>	
Dehumanization and re-humanization in physics.....	347
<i>João Batista de Menezes Bittencourt (UFRN)</i>	
Dissipated lives .....	351
<i>Ana Tereza Lemos-Nelson (UFRN/UFPE)</i>	
Life on the fringe of the abyss: youth, drugs and invisibility.....	355
<i>Cristiane do Socorro Loureiro Lima (UFRN)</i>	
Expansion and lack of control in private security in Brazil .....	357
<i>María Eugenia Domínguez (UFSC)</i>	
Paying attention to the social .....	361
<b>ABSTRACTS</b> .....	365
<b>DOSSIER ON THE AUTHORS</b> .....	383
<b>RULES FOR PUBLICATION OF ARTICLES</b> .....	393
<b>PREVIOUS SUMMARIES</b> .....	397



# EDITORIAL



Este número especial da Revista Cronos (volumes 5 e 6) reafirma o nosso compromisso de manter a periodicidade da publicação. Mobilizando um grande conjunto de contribuições variadas, em diversos campos temáticos das Ciências Sociais, dedica o espaço de seu dossiê ao assunto da Sociologia Clínica, organizado pela Profa. Norma Takeuti, autora de um dos artigos e de uma esclarecedora introdução/apresentação.

A seguir, expomos, sucintamente, o conteúdo dos trabalhos da secção Artigos, da entrevista e do poema que completam os volumes aqui reunidos.

Maria da Conceição Almeida discute os contextos de emergência de uma nova ciência, ou de um pensamento da complexidade comprometido com a incerteza, o imprevisível e a dialógica. O foco desta “nova ciência” concentra-se na construção de um método que recusa protocolos normativos e se compromete com uma estratégia de ação que inventa seus próprios caminhos. Trata-se de “religar” sem fundir, áreas de saberes e práticas tradicionalmente separadas: “ciência, arte, filosofia e espiritualidade, tanto quanto vida e idéias, ética e estética, ciência e política, saber e fazer”.

Celso Frederico faz uma leitura rigorosa do itinerário intelectual de Lucien Goldmann, um dos mais importantes pensadores marxistas do século XX. Em particular, Frederico se detém na evolução do pensamento do filósofo e sociólogo franco-romeno apontando seu rico e tenso diálogo com a obra de Marx, de Lucaks e de Kant e sua proximidade reveladora com o pensamento trágico de Pascal e outros autores.

Assis Brandão recupera analiticamente um clássico debate da ciência política do século XX: aquele que confrontou Norberto Bobbio e os comunistas italianos (Della Volpe, Pietro Ingrao, Giuseppe Vacca e outros) nos anos 50 e 70 do século passado em torno das complexas relações entre democracia, liberalismo, capitalismo e socialismo. Os impasses e paradoxos da democracia representativa, as regras

do jogo democrático, as relações entre democracia representativa e direta, e a contraposição entre a crítica bobbiana ao suposto desprezo do marxismo para com as liberdades democráticas clássicas (direitos civis, arcabouço jurídico) e a crítica marxista ao suposto caráter abstrato da concepção democrática de Bobbio, alheia às desigualdades de classe são alguns dos temas que Brandão desenvolve no seu texto.

Márcio de Oliveira coloca no centro de sua análise o encontro entre a biografia política de Kubitschek e a construção de Brasília, desenvolvendo a tese de que o ex-presidente convergiu sua ação (coroando-a de êxito) para um dos aspectos mais sensíveis do imaginário pátrio: o da construção da nação inacabada.

Maria José de Rezende trata dos conceitos de diferenciação, evolução e mudança social no pensamento do sociólogo brasileiro Fernando de Azevedo (1894-1974), autor, entre outras obras, de *A cultura brasileira*. Com contribuição fundamental no campo da Sociologia da Cultura e da Educação, o sociólogo uspiano ainda nos daria hoje, segundo Rezende, “subsídios para interpretar social e politicamente o país”.

Marcos Mesquita discute as noções de Iberismo e Barroco a partir de sua (re)elaboração por Richard Morse e Barbosa Filho e das polémicas que se seguiram à publicação do livro de Morse, *O Espelho de Próspero*. Trata-se da busca quase obsessiva daquilo que particulariza a civilização ibero-americana no âmbito do projeto da modernidade ocidental.

Maria Célia Leonel e José Antonio Segatto apresentam, num ensaio curto e instigante, uma leitura do mundo encantado de Guimarães Rosa (em *Grande Sertão: Veredas*) entrevistado pelo viés da revelação da realidade social e política do sertão, porém, sem pretender esgotar a “realidade peculiar” da obra literária de Rosa.

Jonh Lemons aborda a contribuição aportada por inúmeras experiências e estudos acerca da recu-

peração da biodiversidade na área do semi-árido da América Latina e Caribe. Suas principais recomendações dizem respeito à estreita necessidade de associar o combate à degradação ambiental ao combate à pobreza e ao imperativo de multiplicar os estudos, estender as experiências e articular redes globais para a promoção de planos estratégicos “para a proteção e uso sustentável da biodiversidade”.

Maria Noel Lapoujade percorre a construção dos imaginários em nossa LatinoAmérica, articulando a noção de “espécie humana imaginante” como eixo que permitiria transcender a pobre realidade de guerra, violência e crueldade, e construir um horizonte de possíveis, uma nova utopia.

Soraya Fleischer realiza uma análise sutil do universo feminino revelado na obra da cineasta tunisiana Moufida Tlatli. Revirando temas clássicos da Antropologia (indivíduo versus sociedade; natureza versus cultura), trabalha as simbologias dos “três corpos”: individual, social e político para mostrar os fios intricados que os relacionam, as teias invisíveis que enredam corpo físico e sociedade, indivíduo e cultura, biografia e vida nacional. Assim, é possível recusar lugares comuns, dicotomias irredutíveis, olhares coloniais, perspectivas salvacionistas. Dessa forma, também, pode-se ultrapassar a visão do mundo árabe ou da Tunísia, como “simplesmente machista, fundamentalista, atrasado”. Ou ultrapassar a percepção do universo feminino mulçumano como marcado pelo eterno retorno da opressão patriarcal. Isso porque, do interior da opressão mesma, as mulheres estão construindo seus espaços e elaborando estratégias contra-hegemônicas.

Alan Lacerda e Bruno Cesário de Oliveira colocam à prova a teoria das coalizões (W. Riker), testando sua utilidade num estudo de caso, o da Unidade Popular (UP, liderada pelo PMDB), no estado do Rio G. do Norte, entre 1994 e 2002. Segundo os autores, trata-se de esforço pioneiro de abordagem de formação de coalizões na política estadual sob a ótica da teoria da escolha racional. Suas principais conclusões são que “em contextos de competição política democrática”, a obtenção de maioria eleito-

ral com uso preponderante de recursos de patronagem, depende do bloqueio de um competidor viável para obter sucesso; ainda nesses contextos, ocorre um sobredimensionamento da coalizão dominante (com elevação de custos), o que poderia ser contrabalançado pela utilização de recursos ideológicos para atrair o eleitorado.

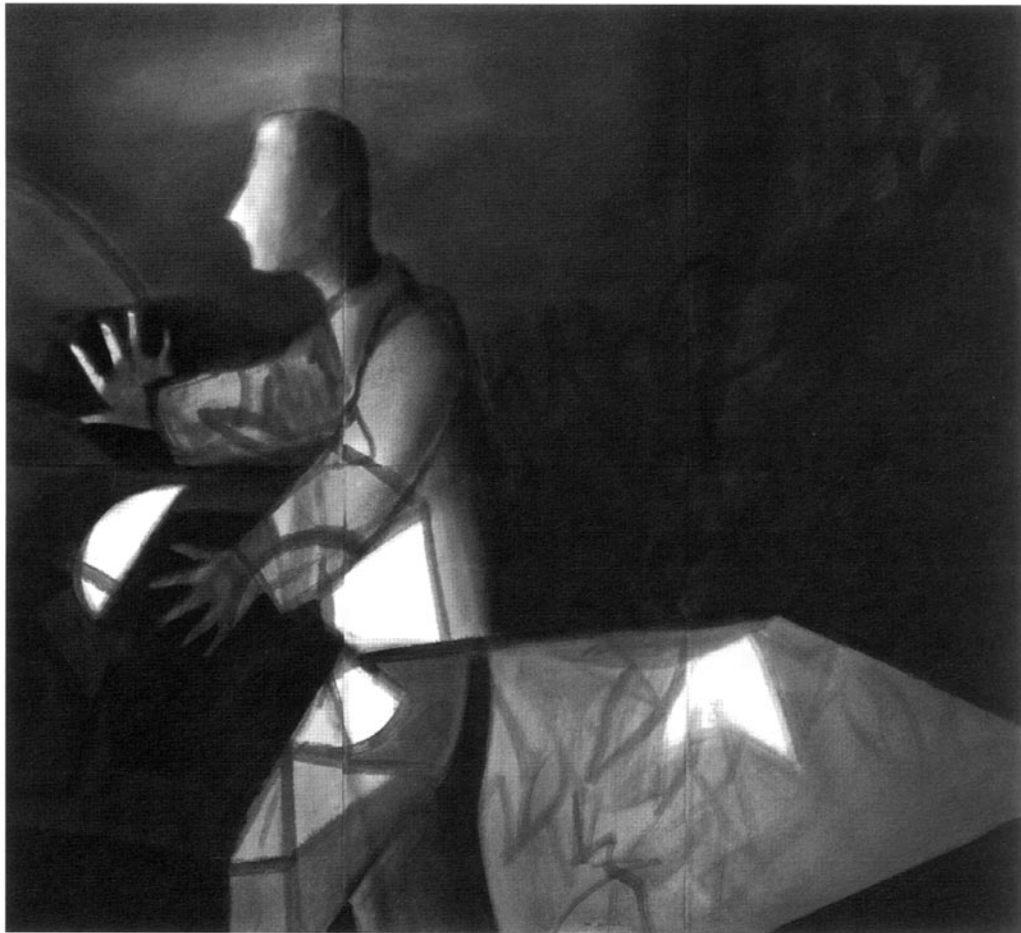
Ivanaldo Santos faz extensa análise da gênese e crise do Estado de bem estar, apresentando o quadro social de sua emergência, estendendo-se sobre as razões da crise e apontando seus diversos níveis, valendo-se de autores das mais variadas orientações teóricas.

Márcio Dantas fecha a seção Artigos com um texto provocante, com inspirações na mitologia clássica, em Foucault e na literatura luso-brasileira, discorrendo sobre a figura lendária de um bandido do século XXI, Valdetário Carneiro, executado recentemente pela polícia no sertão do Seridó.

O poeta (e sociólogo) pernambucano Alberto da Cunha Melo é entrevistado por 15 grandes nomes da literatura e da crítica literária brasileira. A fala de Alberto revela sua aguda apreensão do fazer poético e uma percepção irônica e crítica do cenário sociocultural do país.

Cascudo, o etnólogo, estudioso da cultura e tradições populares, comparece aqui extravasando sua veia poética em composições que ressoam o seu compromisso telúrico.

*José Antonio Spinelli Lindoso*



# **DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA**



## Apresentação

O título do dossiê – *Sociologia clínica* – deste número especial da revista Cronos comporta uma nota de esclarecimento, antes mesmo da apresentação do conteúdo deste dossiê. Devido à exigência de tratar aqui o enfoque sócio-clínico, de maneira bastante sucinta, convidamos a todos os interessados pelo conhecimento melhor circunstanciado de suas diversas práticas a obras que reúnem textos de autores que, a nosso ver, esclarecem as tendências atuais da sociologia clínica: *Sociologies cliniques*, organizado por V. de Gaulejac e S. Roy (Paris, Desclée de Brouwer, 1993); *Cenários sociais e abordagem clínica*, organizado por J. N. G. de Araújo e T. C. Carreiro (São Paulo, Escuta, 2001); *Revista internacional sociology* que consagrou à Sociologia Clínica um número especial (v. 12, n. 2, jun. 1997). Para além dessas indicações, outras obras constam nas próprias referências bibliográficas dos artigos que compõem este dossiê.

No essencial, ressaltaremos:

A sociologia clínica não é uma descoberta recente desses últimos anos, ela foi se constituindo lentamente, enfrentando sérias dificuldades em ser reconhecida. Eugène Enriquez no texto *L'approche clinique: gènes e desenvolvimento em França e em Europa de l'Ouest* (In *Sociologies cliniques*, 1993) retrata a sua história, remontando aos clássicos da Sociologia para resgatar as orientações teóricas diversas na genealogia desta abordagem, deixando claro que não se trata de mais uma corrente sociológica, mas bem de uma “maneira de abordar” os problemas sociais, a qual pode-se definir como uma “arte de pesquisa e de encaminhamento progressivo do sentido”. A sua própria genealogia inscreve-na numa pesquisa interdisciplinar, o que faz com o que os pesquisadores que se agrupam em torno dos comitês de pesquisa da sociologia clínica venham de pertencimentos disciplinares diversos (Sociologia, Ciência Política, Psicanálise, Psicossociologia, Comunicação, Ciências da Saúde, Educação). Pesquisadores, portanto, de diferentes filiações institucionais e disciplina-

res que, menos preocupados com uma “identidade disciplinar”, se reconhecem nas suas diferenças e se identificam com uma “ética de pesquisa” e um *modus operandi* na Sociologia que se orienta para uma “prática complexa” nas encruzilhadas dos campos disciplinares das ciências do homem; procuram sair de certos impasses e clivagens, colocados desde o nascimento da Sociologia e que se desdobraram em certos enclausuramentos disciplinares ou teóricos que, por fim, conduziram a determinadas oposições simplistas entre psiquismo e social, entre ação e estrutura, entre determinismo e autonomia. Suas práticas não se esgotam num único modo de fazer a sociologia clínica, cada uma delas possui uma contextualização sócio-cultural e histórica. Isso significa que não há uma fórmula única de se intervir num dado campo social, institucional, organizacional ou grupal; o próprio campo e o seu jogo de forças flexionam a maneira de conceber uma metodologia associada a uma base teórica consistente de modo a colocar-se uma inventividade em ato, sempre fruto de um coletivo.

A sociologia clínica se caracteriza melhor como um “movimento científico” inscrito no núcleo do debate contemporâneo sobre as transformações sociais e seus engendramentos no processo de subjetivação e na questão do sujeito, este visto como inscrito no “registro multiforme da heteronomia” sem, contudo, estar preso na lógica da “determinidade” (Cornelius Castoriadis, *Instituição imaginária da sociedade*, 1975). “Sujeito em processo”, aberto para ser um “projeto” (de autonomia), que procura se ressignificar num campo social instituído, em grande parte, na *heteronomia* e que tenta produzir uma outra realidade pessoal e uma outra relação na sociedade. Ela procura a sua consistência em torno das concepções do “pluralismo” e da “alteridade” nas quais as categorias de “historicidade, experiência do sujeito” e “vivido” tornam-se o seu “arsenal” privilegiado de reflexão e “produção de sentido”. Encontra-se



inscrita, portanto, no bojo das transformações que ocorrem no campo social nesta contemporaneidade. Tenta responder ao desafio de apreender o campo dos processos individuais e o campo dos processos sociais, constituídos tanto pela lógica da “reprodução”, quanto da “mudança”, bem como ao desafio de estabelecer um “programa comum” (coletivo), definido a partir de várias visões disciplinares visando focar o objeto nos seus múltiplos níveis de realidade, “do individual ao societal”.

As “escolhas teóricas” da Sociologia Clínica recaem sobre campos científicos e filosóficos aparentemente distanciados, tais como a Psicanálise, a Fenomenologia e o Marxismo, se citarmos apenas as suas grandes inspirações teóricas e práticas. Compreender as relações de classe, dominação e poder – o “irreduzível social” (V. de Gaulejac, *A gênese social dos conflitos psíquicos*, Revista Cronos, v. 2, n. 1, jan./jul. 2001) – que atravessam os destinos individuais, bem como compreender as condutas dos indivíduos, na sua singularidade, para além das regularidades objetivas que as determinam – o “irreduzível psíquico” (*idem*) – é aceitar a inseparabilidade e a irreduzibilidade entre a sociedade e a psique (C. Castoriadis). Isso quer dizer que se cada uma dessas dimensões tem um modo de ser radicalmente diferente, a exclusividade entre elas não deve conduzir à exclusão ou à indiferença, pois a interação entre o social e o psíquico se dá como um fato incontornável.

Resumidamente, as linhas gerais da Sociologia Clínica podem ser entendidas a partir de um curto texto de apresentação do atual Presidente do Comitê de Pesquisa RC46 – Vincent de Gaulejac, na ocasião do lançamento da *Coleção sociologie clinique* na editora Desclée de Brouwer (França):

A sociologia clínica se inscreve numa corrente que sempre existiu, a saber, aquela segundo a qual os fenômenos sociais só podem ser ‘totalmente’ apreendidos quando se integra a maneira com que os indivíduos os vivenciam, representam, assimilam e contribuem para produzi-los. Ela se inscreve no núcleo das contradições entre objetividade e subjetividade, entre racionalidade e irracionalidade, entre estrutura e ação, entre o peso dos determinismos

sócio-históricos e a capacidade dos indivíduos em ser criadores da história. Ela se propõe à escuta do sujeito, próximo do real nas suas dimensões afetiva e existencial, atenta àquilo que está em jogo inconscientemente, aos níveis individual e coletivo. Ela orienta o seu interesse para os fenômenos sociais e institucionais na sua dimensão racional, tanto quanto nas suas dimensões imaginária, pulsional e simbólica. Ela procura desenredar as complexas relações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos presentes nas condutas dos indivíduos e/ou dos grupos. Pluridisciplinar e aberta às diferentes sensibilidades, o coletivo da Sociologia Clínica acolhe trabalhos de pesquisadores de diversos horizontes que buscam combinar rigor e criatividade, complexidade e clareza.

O texto acima remete para uma outra grande característica da sociologia clínica: o conhecimento de um objeto pressupõe a “intervenção” sobre esse objeto, bem como a colaboração ativa do mesmo no processo de construção do objeto de pesquisa e de intervenção, significando que todo indivíduo, grupo, organização e instituição em questão tenham que necessariamente ter o status de sujeito da pesquisa. O pesquisador-interveniente sendo uma espécie de facilitador de “abertura do campo dos possíveis” a fim de que os participantes de uma pesquisa possam, o melhor possível, mobilizar suas capacidades de “imaginação, mentalização e simbolização” (E. Enriquez). Há, porém, situações sociais em que o pesquisador não pode diretamente intervir, por se tratar de processos sociais, culturais ou políticos amplos ou globais (a exemplo de “integrismos religiosos ou nacionalismos exacerbados”, “reatualização de racismos”, “emergência de terrorismos”), podendo, entretanto, se engajar no sentido de uma análise crítica e clínica de tais processos que colocam em risco o vínculo social.

Por fim, resta lembrar que o grupo de Sociologia Clínica é reconhecido, desde 1994, como RC46 – Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica na Associação Internacional de Sociologia (ISA). Igualmente, datando do mesmo período, como RC19 – Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica na – Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF).

Anteriormente a essas datas, são vários os encaminhamentos (Colóquios, publicações, intercâmbios entre os correspondentes de países diferentes) no sentido de divulgação e reconhecimento através da inserção de pesquisadores em fóruns locais e internacionais: Robert Sévigny, Jacques Rhéaume e Gilles Houille (Montréal), Jane Fritz (USA), Marcel Le Bal (Bélgica), Eugène Enriquez e Vincent de Gaulejac em torno do Laboratoire de Changement Social (Université Paris 7, França), isso só para citar alguns nomes que se destacam, enquanto membros fundadores, dentre os diversos correspondentes de diferentes países (Bélgica, Brasil, Chile, Grécia, Itália, México, Rússia, Uruguai e, mais recentemente, Austrália e Malásia). O pólo brasileiro tem tido presença nos Comitês de Pesquisa e organização de colóquios internacionais, através de alguns pesquisadores: Teresa Carreiro (UFF), Norma Takeuti (UFRN), Aécio de Gomes Matos (UFPE), José Newton Araújo Garcia (PUC-Minas), Michel Le Vem (UFMG), Vanessa Barros (UFMG).

O dossiê deste número da Revista *Cronos* pôde reunir somente alguns desses pesquisadores nacionais e estrangeiros. São oito artigos que trazem diferentes objetos de reflexão e “maneiras de abordar” os fenômenos sociais. Alguns textos orientam-se para uma análise clínica da sociedade atual – nos seus aspectos globais ou nacionais –, outros se centram na análise dos desafios que se colocam no campo produção do conhecimento sociológico e de uma prática interdisciplinar e ainda, aqueles que visam problematizar o campo de intervenção sócio-clínico a partir de casos concretos.

– O artigo de **Eugène Enriquez** tem como pauta a “solidão imposta” aos homens contemporâneos. Um tema caro ao autor – a “perversão social” (Revista *Cronos*, v. 2, n.1, jan./jun. 2001) –, esta relacionada à extremada racionalidade instrumental presente nas sociedades contemporâneas, bem como, a ela relacionada, a “psicologização dos problemas”, estão presentes na sua análise enquanto fatores essenciais dessa solidão que, ao final de contas, talvez tenha uma faceta menos sombria e se apre-

sente, também, como uma outra figura, para o homem só: a de abrir novas possibilidades de relações entre os homens. Assim como Rilke em *Cartas ao jovem poeta*, Enriquez nos faz pensar na solidão como um “fermento do pensamento” que pode vir a aguçar a nossa singularidade para, quiçá, termos abertura para imaginarmos ações coletivas.

– Num mesmo plano de reflexão de processos sociais globais, presentes na atualidade, subsegue o artigo de **Norma Takeuti** que discute as dificuldades que se interpõem no exercício da relação de alteridade. Baseando-se em suas pesquisas anteriores e focando acontecimentos sociais de atualidade, as reflexões norteiam-se em torno da questão sobre os processos psíquicos que se articulam ao processo social (“exclusão da alteridade externa”) que tem engendrado relações onde determinados sujeitos e grupos (os outros) são tomados como objetos de discriminação, de desprezo ou de ódio, e em certos casos, também como objetos de aniquilamento físico, acentuando a fratura social.

– Ainda, no eixo de discussão sobre processos mais amplos da sociedade, o artigo de **Aécio Gomes de Matos** volta-se para discutir as significações sociais da democracia no Brasil e conseqüentes condutas sociais, particularmente dos grupos hegemônicos no poder. A análise elege como lócus de interesse de mudança social a “organização de massa” onde se inscrevem movimentos sociais de participação popular. O “interesse clínico” nos processos de constituição de organizações de base deriva-se do fato de estas serem um espaço privilegiado de construção de uma *práxis*, pela reflexão crítica das experiências individuais e coletivas, visando a constituição de sujeitos sociais autônomos.

– Introduzindo preocupações relativas ao campo de produção do conhecimento sociológico, o artigo de **Vincent de Gaulejac** questiona as fronteiras disciplinares habituais e volta-se para pensar as condições para a construção de uma Sociologia do Sujeito. A proposta de uma sociologia clínica na articulação entre diferentes concepções do sujeito vai se elaborando na medida em que cresce, no texto, o deba-

te com alguns autores contemporâneos (C. Dubar, J. C. Kaufmann) os quais buscariam “contornar” a incontornável questão da subjetividade (inclusive, a dimensão psíquica) e não logrando o propósito de apreender a recursividade das relações indivíduo e sociedade, muito embora haja, neles, “a boa vontade de abrir a sociologia...”.

– Na seqüência, o artigo de **Christophe Niewiadomski** aborda os mesmos desafios, o da produção de saberes e da pesquisa de soluções educativas, particularmente, de práticas interdisciplinares. Apresenta-os a partir de uma reflexão sobre o sofrimento psíquico e social de uma população em situação de grande precariedade social. Um novo tipo de sofrimento, em grande escala, que emerge no contexto das profundas modificações na estrutura dos vínculos entre a sociedade e o indivíduo e a relação deste com a sua própria existência. A sua aposta é de que só uma “postura clínica psicossocial” – diferenciada da mera aplicação de um conjunto de técnicas – pode vir a fazer face aos perigos das práticas educativas, ainda hoje, reinantes sob o tripé da ilusão da “negação e da reparação”, da “tecnização normalizante” e da “psicologização” dos problemas sociais encontrados.

– Situa-se, a nosso ver, nessa aposta acima, o trabalho de intervenção psicossocial junto a uma categoria populacional nas cidades – os chamados “loucos da rua” – realizado por **José Newton G. de Araújo e Maria Mercedes M. Brito**, os quais nos apresentam em seu artigo pormenores da intervenção que inclui estratégias especiais de abordagem, acolhimento e acompanhamento dos “loucos”, incluindo tratamento psiquiátrico, encaminhamento profissional, alternativas de moradia etc. Pela pesquisa, analisaram os determinantes sociais e psíquicos que levam tais sujeitos a morar na rua, sempre com o intuito de buscar resposta a uma instigante questão: haveria a possibilidade de construção de um novo lugar social para a “loucura”?

– Com o mesmo tipo de preocupação sobre um dispositivo de pesquisa-intervenção em que o sujeito-participante logre superação do conflito em

questão, **Teresa Carreteiro e Cristine M. Mattar** trazem a experiência de um trabalho centrado na temática da violência e conjugalidade. Através de uma história de vida, ilustram o fenômeno do poder atravessando as relações de casal, remetendo-nos a uma análise onde os vínculos da história permitem-nos compreender o trabalho de incorporação da herança vinculada às origens sociais e familiares, fazendo-nos ver o quanto a história coletiva condiciona os destinos individuais. A pesquisa insiste na busca de “episódios”, na história de vida, com valor de “acontecimento” que produzam rupturas no desencadeamento das violências.

– Encerramos o dossiê com o artigo de **Jean-Gabriel Offroy** que tem a especificidade de apresentar-nos, através do estudo da influência do prenome de um indivíduo sobre seus mecanismos de identificação (suas escolhas sociais, profissionais e ideológicas), importantes processos de reprodução social, ao mesmo tempo em que indica processos de historicidade. A sua análise se inscreve no interior do debate sobre as noções de identidade, de indivíduo e de sujeito que se dão no campo da Sociologia, conforme discussão que se desenrola no texto de Vincent de Gaulejac neste dossiê.

Ao final desta apresentação, cumpre-nos assinalar que estes artigos dão apenas uma pequena mostra de uma enorme diversidade de trabalhos e reflexões que continuam brotando em torno da Sociologia Clínica. Basta ver os temas das sessões que acolhem comunicações de pesquisadores de diferentes países no RC46 Sociologia Clínica no XVI Congresso Internacional de Sociologia (ISA, África do Sul, 2006): *Sociologia e práticas clínicas; A história e o estado atual da sociologia clínica nos diferentes países; Corpo, saúde e o ‘bem-estar’: implicações sociais e abordagem clínica; As identidades hipermodernas; Clínica da exclusão e desenvolvimento social; Existir na empresa.*

*Norma Missae Takeuti*

# Da solidão imposta a uma solidão solidária<sup>1</sup>

Eugène Enriquez – Université Paris 7

Revisão técnica de Norma Missae Takeuti – UFRN

## RESUMO

O homem moderno está cada vez mais isolado, até mesmo quando sua solidão é “povoada”. Diversos são os diagnósticos dados a essa situação. No entanto, podemos nos perguntar se a perversão social e a psicologização dos problemas, por um lado ligadas ao crescimento da racionalidade instrumental que atinge as instituições e os valores de cunho não econômico e por outro lado ligadas ao estabelecimento da empresa como instituição princeps da sociedade ocidental não seriam fatores essenciais dessa solidão imposta. A solidão pode, no entanto, tomar outra feição: a do homem de pé, capaz de inserir sua ação numa aventura coletiva e de resistir ao conformismo, ao mesmo tempo em que aceita um certo grau de marginalidade que fornece um novo som a suas palavras.

Palavras-chave: Racionalidade instrumental. Instituição. Empresa. Psicologização. Marginalidade. Movimentos coletivos.

## RÉSUMÉ

L’homme moderne est de plus en plus isolé même quand sa solitude est «peuplée». Les diagnostics portés sur cette situation sont divers. On peut pourtant se demander si la perversion sociale et la psychologisation des problèmes, liées d’une part à la montée de la rationalité instrumentale qui entame les institutions et les valeurs autres qu’économiques et d’autre part à l’instauration de l’entreprise comme institution princeps de la société occidentale, ne sont pas des facteurs essentiels de cette solitude imposée. La solitude peut, néanmoins revêtir un autre visage: celui de l’homme debout, capable, tout en

acceptant un certain degré de marginalité, qui donne à sa parole un son neuf, d’insérer son action dans une aventure collective et de résister au conformisme.

Mots-clés: Rationalité instrumentale. Institution. Entreprise. Psychologisation. Marginalité. Mouvements collectifs.

O novo indivíduo vive só. Em Paris, a metade dos “lares” (categoria socioeconômica), constitui-se de uma só pessoa, solteira, divorciada, viúva ou simplesmente de idade mais avançada. Paris não é um caso único. Muito pelo contrário. As grandes cidades estão, cada vez mais, constituindo-se em conservatórios de indivíduos isolados. As casas estão vazias (naturalmente, nos bairros populares, elas estão cheias), as ruas repletas de mendigos, de moradores de rua, de errantes de toda sorte. As crianças (basta pensarmos na Cidade do México, Rio de Janeiro ou São Paulo) não são poupadas. Crianças de rua (sem pais) ou crianças na rua (as que deixaram uma família desorganizada ou violenta) vivem como podem, da caridade pública, de bicos ou de pequenos delitos, quando não são fisicamente liquidadas por algum “esquadrão da morte” que tencione limpar a cidade de sua pretensa gangrena.

Dois séculos depois da independência americana, que havia proclamado o direito à felicidade, e da revolução francesa, que havia enunciado a chegada dos homens livres, iguais e fraternos, o ser humano, teoricamente dotado de uma vida interior e de uma grande capacidade de criar relações sociais, encon-

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente na Revista Topique, Paris: Esprit du Temps, n. 64, p. 5-24, 1998.

tra-se face a si mesmo e não sabe, na maioria das vezes, o que fazer de seu isolamento, que não tem nada de esplêndido a lhe oferecer. Exilado na terra, vendo que todas as suas referências identificatórias ruíram umas após as outras, ele tem dificuldade de guiar uma vida sem contar com mais nenhum avalista que legitime seu sentido. Ele tornou-se responsável, “empreendedor de sua vida” (EHRENBERG, 1991). O mundo pesa sobre seus ombros. É um fardo que ele dispensaria de bom grado.

Essa perspectiva pode parecer um tanto negra e sinistra. Muitos analistas de nossa sociedade contemporânea dificilmente aceitariam tal imagem. Pelo contrário, eles nos mostrariam (cada um à sua maneira e com sua abordagem específica) que esse ser humano finalmente deixou para trás um gregarismo um tanto animal, e que com isso se livrou dos laços tradicionais que o limitavam e atrapalhavam, passando tanto a poder viver intensamente cada instante de sua vida com os parceiros que quisesse, quanto a poder dispensá-los com a mesma rapidez quando se tornassem um peso. Assim sendo, ele poderia viver várias vidas desde que soubesse promover as rupturas necessárias. O individualismo teria então parido um sujeito que sabe como construir sua existência, sua relação com o trabalho e com os outros, enfim, que se teria tornado, como dizia a famosa fórmula de Pitágoras, “a medida de todas as coisas”. Outros pensadores insistiriam num aspecto contraditório ao que acabamos de enfatizar. Diriam que o indivíduo está preso a uma série de laços sociais variados, que lhe deixam uma certa autonomia, mas garante-lhe seu lugar na sociedade (laços familiares, organizacionais, sindicais, associativos, local, político etc.). Diriam que o homem nunca esteve tão ligado como agora a tantas redes (novo termo da moda na sociologia francesa) e que não teve aptidão para desenvolver as mais diversas e sutis interações.

São essas algumas das interpretações da realidade social que parecem todas permeadas de bom senso e que, à primeira vista, aparentam ser mais ou menos pertinentes. Difícil é escolher entre elas. Chega-nos então uma suspeita: será que o problema

está simplesmente mal colocado, ou será que algumas contradições estruturais são necessárias à construção da figura em questão? Talvez, também, seja necessário melhor limitar suas etapas e ordená-las, para não chegarmos a uma interpretação demasiadamente fácil e ideológica. No entanto, como esse artigo é breve, o leitor deverá aceitar certas afirmações que, apesar de fundamentadas, mereceriam uma demonstração mais completa e afiada se estivessem inseridas numa obra.

### O TRIUNFO PRECÁRIO DO INDIVÍDUO

A revolução francesa (não esqueçamos que suas idéias foram exportadas para o mundo todo) deu à luz um indivíduo cortado de suas raízes tradicionais, de suas relações hierárquicas (desaparecimento das ordens sociais, das corporações), e que não dispõe de nada além (mas é o essencial) das Luzes da razão. Essas luzes fazem de cada homem um ser capaz de participar da vida da cidade e de tomar as melhores decisões possíveis. Este homem não está sozinho. Ele vive num Estado-nação ao qual é vinculado (cidadania), numa cidade ou vilarejo em que são desenvolvidos laços comunitários ou de solidariedade (dentro das novas classes ou castas que se constituem). Ele funda uma família guiada por princípios morais estritos (a religião ainda existe, e quando ela ocupa pouco espaço na consciência dos indivíduos, é substituída por uma sólida moral laica, não menos coibitiva do que a moral religiosa), ele acredita no progresso ligado ao desenvolvimento da ciência e das técnicas. Ele mantém com o outro, laços de rivalidade bem balizados: concorrência econômica, emulação pedagógica, competição política. Evidentemente, nem todos são beneficiados. A democracia não é total. Determinadas pessoas só disporão de direitos políticos tardiamente e serão economicamente exploradas. Desse modo, por diversas vezes elas tentarão se revoltar. Mas, até mesmo, as classes mais desfavorecidas submetem-se aos laços sociais. Os indivíduos sós ou são artistas – pessoas cuja originalidade sustenta e, ao mesmo tempo, nega o conformismo ambiente – ou são associais, loucos,

delinqüentes que logo se encontrarão trancados em algum lugar em decorrência da natureza de suas atividades (hospital psiquiátrico, exército, asilo) (GOFFMAN, 1968). A solidão ou o desejo de solidão estão presentes na poesia na mesma medida em que estão ausentes (não totalmente, isso seria impossível) da vida social. Os capitalistas formam um grupo, os operários criam movimentos sociais. A humanidade parece caminhar para um futuro melhor, para o qual todos contribuem e que é esperado, até mesmo pelos mais desfavorecidos.

### O APOCALIPSE SEM ALEGRIA

Um estado de coisas como esse não foi feito para durar. Os Estados-nação da velha Europa, fortalecidos pela adesão de seus concidadãos, só almejam sua expansão. Querem transmitir sua civilização ao mundo inteiro. Donde, a aventura colonial iniciada muito tempo antes, é verdade, mas que vai tomar uma amplitude muito maior. Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Rússia (as outras nações européias estão fora da empreitada, ou, como a Áustria-Hungria, já têm trabalho demais para manter de pé seu frágil império) partilham o mundo entre si. Até os países independentes, como a China, vêem estrangeiros ditar sua lei em Shangai ou Pequim. Só o Japão resiste vitoriosamente (ganha sua guerra contra a Rússia) ao adotar, sem transformar-se radicalmente, o modo ocidental de conduta de negócios. Mas esses Estados-nação não podem se contentar só disso. Eles olham com inveja para seus concorrentes e decidem ir à luta. Donde a grande carnificina da guerra mundial e o fim da proeminência européia no momento exato em que determinados países da Europa – Inglaterra, França e Itália – acreditam ter triunfado. Paul Valéry foi mais sutil ao escrever que a Europa desejava ser dirigida por uma comissão americana. Durante todo esse período, o tema da solidão jamais esteve em pauta. Naturalmente, determinadas pessoas foram acometidas de neuroses (possibilitando a Freud o início do seu trabalho clínico na Psicanálise) e outras se suicidaram. Mas, quando as grandes missões requisitam as pessoas,

elas são obrigadas (ou desejam) a juntarem-se aos “coletivos”. A guerra, os movimentos sociais (pois a vida operária não é fácil) e as revoluções coagulam as energias.

Porém, ainda que o pior nem sempre seja certo, infelizmente ele acontece com freqüência. Os Estados Unidos, único país que realmente tirou proveito da primeira guerra mundial, passam pela mais violenta das crises do mundo ocidental que, como toda crise, vai se difundir e contribuir para a formação ou para o fortalecimento dos Estados-totais (como a Alemanha ou a Itália) ou totalitários (a União Soviética) (ENRIQUEZ, 1987). Por um lado, veremos o surgimento do indivíduo só, excluído, sem moradia, sem dinheiro, sobrevivendo graças às sopas populares (Estados Unidos antes do New Deal, Alemanha dos últimos dias de Weimar); por outro, veremos o indivíduo arregimentado em movimentos de massa, associações de jovens, partidos políticos, na organização econômica que só sabe falar sua linguagem pré-determinada e cuja atividade de pensamento será vigiada de perto. Essa situação vai acabar encontrando sua solução desagradável na maior guerra que a humanidade tenha conhecido desde que emergiu do reino animal: massacres em massa e genocídios múltiplos pontuarão esse momento de pesadelo “sem ar condicionado”. Todos são requisitados, mobilizados. Os campos de concentração e os campos da morte tornam-se os sinais paradigmáticos desse tempo em que cada um está, ao mesmo tempo, continuamente no meio da multidão e continuamente isolado.

### O REORDENAMENTO E O CRESCIMENTO

O fim da segunda guerra mundial não colocou um ponto final na desordem que a precedeu. O que os homens viveram então – com conseqüências sentidas ainda hoje – foi a “ruptura” de todos os laços sociais, o freqüente retorno à animalidade, a desconfiança generalizada, a mais completa desconsideração. Naturalmente, determinados homens terão descoberto nos combates, ou até mesmo nos campos, possibilidades insuspeitas de fraternidade e

de solidariedade. No entanto, as conseqüências trágicas predominam. A partir dessa época, abre-se a “era da suspeita” (retomando o termo de N. Sarraute). Todas as instituições poderão vir a ser suspeitas de ilegalidades. Já que a civilização derrubou “seu verniz” (FREUD, 1971), já que mostrou seu aspecto irreduzível de violência e que passou por cima de seus valores mais arraigados, até mesmo quando se deu por objetivo a tarefa de defendê-los, o homem compreende que não pode contar com ela.

No entanto, esses anos de pós-guerra (que como todos os outros momentos de pós-guerra representam o momento do “esquecimento” e da embriaguez) parecem apresentar-se sob os melhores auspícios. A declaração universal dos direitos humanos (1948) acaba com os miasmas da lavagem. Os homens obtêm novos direitos sociais. O Welfare State, chamado na França de *État-Providence*, é estabelecido. O Estado não aparece mais como um Leviatã medonho, mas sob a imagem composta de uma mãe que dá o alimento e de um pai benevolente. O crescimento possibilita que mais pessoas tenham acesso à sociedade de consumo, as empresas passam a preocupar-se com o desenvolvimento de boas “relações humanas” e a levar em conta as motivações dos empregados. Essa “humanização” faz esquecer a “desumanização” da guerra. A solidariedade toma seu lugar. Os conflitos sociais tornam-se menos violentos. É esse o momento em que as relações humanas começam a se formar, em que a dinâmica de grupo adquire cidadania, em que o sonho democrático passa pela aprendizagem da democracia direta nos pequenos grupos. O que daí emerge de essencial é o grupo, revestido de todos os seus valores. O indivíduo não está mais perdido. Estruturas de sociabilidade já existentes tomam consistência (associações, sindicatos, mútuais), a vida local requer cada vez mais os esforços de cada um. O homem torna-se cada vez mais responsável por si mesmo, mas inserido em estruturas que o assistem e amparam. O paraíso está ao alcance das mãos.

## A CRISE INTERMINÁVEL

Esse sonho, como todo sonho, não podia perdurar. A crise econômica lhe daria um golpe fatal. Os economistas atuais nos explicam que ciclos de crescimento e de depressão sempre existiram e que os “trinta gloriosos”<sup>2</sup> não foram o início de uma nova história da humanidade, mas uma exceção, um feliz acidente que está longe de acontecer de novo. As novas guerras locais (da Argélia e do Vietnã, em Biafra e em Ruanda), as novas revoluções (chinesa, cubana) levam seu lote de vítimas. O racismo instala-se. As ditaduras multiplicam-se na África. A partir daí, o Estado passa a representar, cada vez menos, a imagem da providência e, até mesmo da simples regulação, ele tenta desengajar-se, tornar-se mais “modesto” (M. Croisier) – é o caso da Europa ocidental – ou ao contrário, em várias outras partes do mundo, ele toma ou retoma sua face de *Béhemot*. O homem encontra-se nu em face de si mesmo. Ele que acreditava estar protegido encontra-se, de novo, na tormenta.

Precisamos nos deter sobre esse momento, no qual estamos ainda vivendo, para podermos compreender o que aconteceu. Analisaremos alguns pontos fundamentais.

a) O triunfo, ou pelo menos o domínio cada vez mais forte da racionalidade instrumental (ENRIQUEZ, 1994). O homem racional do início do século XIX sabia que, como dizia Goethe (retomado por Saint-Simon), “nada se faz sem grande paixão”. Aliás, todos os pensadores reformistas ou revolucionários que se manifestaram durante esse século, Saint-Simon, Fourier, Proudhon e, até mesmo, o próprio Marx, reconheceram a importância dos sentimentos na construção ou no restabelecimento dos laços coletivos. Mas, pouco a pouco, diante das vitórias da ciência e da tecnologia, os homens recalçaram tudo aquilo que parecia ser da ordem do irracional, e acabaram sucumbindo, em sua maioria, no mais estreito positivismo. Mais ainda, esqueceram-

<sup>2</sup> “*Les trente glorieuses*”: período entre 1945 e 1975, caracterizado por um forte crescimento econômico.

se de que a racionalidade tinha duas faces: 1/ a racionalidade dos fins que remete à pergunta “por quê?”, que pressupõe que as pessoas cheguem a um acordo a respeito da pertinência dos fins almejados e que sejam, portanto, capazes de discutir de maneira argumentada e sincera; 2/ a racionalidade instrumental que só se interessa à pergunta “como?”, centrada na simples adequação dos meios aos fins. Expulsando as paixões e ocultando a racionalidade dos fins (que sempre coloca em questão o problema dos valores), os homens encarregados do processo social-histórico acabaram erigindo a tecnologia à condição de novo sagrado. Como a aventura tecnológica custa caro, a busca do proveito máximo tornou-se cada vez mais urgente. Como nem todos conseguem inventar novos produtos de qualidade, a melhor maneira de conseguir melhores lucros é reduzir ao máximo os custos. E o melhor método para reduzir os custos é eliminar os gastos fixos, ou seja, os empregos. A concorrência torna-se, então, cada vez maior. Todos os dias, novos artigos chegam ao mercado, tornando os antigos obsoletos, todos os dias são eliminados novos postos de trabalho. O capitalismo, que, até então, alimentava-se da criação de riquezas, encontra seu novo caminho na morte rápida dos objetos (em sua evicção e posterior destruição) e na retirada dos homens do processo produtivo. O importante não é mais criar mercadorias com as quais se possa ganhar dinheiro, mas a criação do dinheiro pelo dinheiro, donde o surgimento do capitalismo financeiro em substituição ao capitalismo industrial. Assim como observamos que o período anterior havia sido o do pleno emprego, assistimos à chegada do período do sub-emprego. Quando este último torna-se uma ameaça constante, os sindicatos perdem sua força reivindicativa e os homens passam a ter que lutar sozinhos para manterem sua função, em outras palavras, numa sociedade que prega o trabalho e a produção, para defenderem sua própria existência.

b) O fim da violência guerreira direta entre os países desenvolvidos transformou-se numa permanente guerra econômica. Chega a ser risível vermos Presidentes ou Primeiros-ministros bancando o “cai-

xeiro-viajante”, tentando vender a tecnologia de seu país às nações que podem comprá-la. No entanto, se esses homens do poder não fizessem isso, acabariam colocando-se em posição de fragilidade em relação àqueles que não se importam em trocar seus nobres paramentos por trajes de representantes comerciais. Desse modo, são obrigados a se comportarem assim, ainda que tentem, através de acordos por ocasião das conferências internacionais, estabelecer regras mínimas de conduta. Nisso, tudo é permitido. A corrupção torna-se reinante. A corrupção, que sempre foi uma das feridas estruturais dos regimes democráticos, torna-se sua mola propulsora. Nenhum país deixa de se dar ao luxo de lançar mão desse poderoso recurso para escoar suas mercadorias. O Estado transformado em Estado-corruptor (apesar de todas as denegações proferidas) acaba corrompendo seus habitantes que tentam, como podem, se virar da melhor maneira possível para fortalecer seu poder, sua influência ou para defender seu lugar. Esses homens corrompidos, ainda que desejem agir de outro modo, reforçam, através de sua dinâmica, a corrupção do próprio Estado, que dá continuidade ao seu trabalho de perversão das relações sociais. Estabelece-se, assim, um ciclo que se auto-alimenta.

c) Este novo Estado não está mais apto a encarnar valores que as pessoas possam tomar como referência. As mais respeitáveis instituições são atingidas. Não que elas estejam todas viciadas, mas perderam sua credibilidade. A escola, o exército, a Igreja, a nação e, às vezes, até mesmo a família (apesar de ser, de longe, a instituição mais resistente) estão enfrentando um déficit de crença. Como dizia Nietzsche: “esvaziam-se no seu interior”. Elas não provocam desejo de transgressão (quando a transgressão existe, ela significa a manutenção da esfera do Sagrado), destacam-se progressivamente da realidade e acabam sucumbindo no desinteresse geral. Os homens passam, então, a ter, cada vez menos, valores aos quais recorrer. Portanto, diante desse déficit gerador de angústia, de “medo de liberdade”, como diziam Fromm (1941) e Bolle de Bal (1996), estão prontos a dar ouvidos aos novos salvadores



que lhes prometem um *new age*. Tudo é preferível a esse vazio, esse abismo com o qual o homem se depara todos os dias. Desde sempre o homem teve necessidade de ter crenças e, particularmente, como observou G. Rosolato, de acreditar no inacreditável. O vazio institucional chega a seu cúmulo ao criar novas instituições que se pretendem potentes em assegurar certeza e segurança.

d) O vazio institucional é tanto mais ativo quando é acompanhado de um vazio ideológico. Desde a “*perestroïka*”, seguida da queda do Muro de Berlim, ninguém mais acredita que dias melhores virão<sup>3</sup>. E o comunismo chinês ou cubano, ou o que resta deles, não são mais capazes de fazer as pessoas sonharem. Se, por um lado, as religiões podem ser substituídas por ideologias, por outro, as ideologias cedem seu lugar às religiões. Tanto às antigas religiões que voltam a estar na moda sob seu aspecto tradicional, quanto àquelas que retornam com características cada vez mais extremistas (desenvolvimento dos integrismos muçulmano, judeu ou católico), quanto também às seitas de toda sorte que tentam ser reconhecidas como verdadeiras religiões. (Afinal de contas, como Max Weber mostrou há muito tempo, uma seita não passa de uma religião que conseguiu institucionalizar-se e forçar a aceitação dos grandes deste mundo). Os homens, perdidos, sentindo-se sós, juntam-se aos que lhes prometem uma nova “religação”<sup>4</sup>, retomando o termo usado por Bolle de Bal (1996).

e) Quanto às pessoas que permanecem indiferentes a tal aventura adotam uma atitude dita realista, mas que na verdade é perversa, pois buscam obter o máximo de gozo na manipulação dos desejos de outrem. Conscientes de que vivem num mundo em que os valores parecem falsos ou um tanto retrógrados, em que as situações sociais mais segu-

ras podem acabar sendo revertidas de um dia para o outro, já que nesse universo de combate o melhor de todos pode um dia se ver em situação de “desfiliação social” (CASTEL, 1996), elas decidem viver no efêmero e nele se satisfazem. Encontram seu prazer no instante, sabendo que este pode ser o último. Consideram que a vida não passa de um “simulacro” (J. Baudrillard) e assumem-na como tal. Para elas, os acontecimentos não passam de pseudo-acontecimentos que não as impedem nem de viver nem de se divertir. Muito pelo contrário. Para esses homens “cínicos”, é nada mais agradável do que ver pessoas ainda tentando dar um sentido à realidade, lutando por ideais quando na verdade “sabem”, há muito tempo, que o sentido já se foi deste “mundo deserto” (P. J. Jouve) e que jamais retornará.

Assim sendo, eles estão sozinhos e essa solidão lhes é conveniente. De qualquer maneira, quando começam a ficarem entediados, nada os impede de se juntarem a seus pares, em festas ou círculos de encontro, recriando essas pequenas tribos, caras a Maffesoli (1980), que lhes dão o sentimento de poderem deixar-se levar por uma certa socialidade, ainda que venham a questioná-la posteriormente. Quando aceitam criar laços mais duráveis, querem que estes lhes proporcionem o máximo de prazer imediato. Eles não conseguem suportar a mínima contrariedade ou o mínimo problema. Vivendo na intensidade, eles exigem a plenitude de cada instante. Quando os dias lhes parecem vazios (retomando a expressão de Paul Valéry), ficam perturbados e não se cansam de tentar preenchê-los. São tomados pelo que chamei, há bastante tempo, de “obsessão da plenitude”. Portanto, quando se casam, é para serem felizes. Se a felicidade tende a esvaír-se ou é de difícil obtenção, desmancharão seus laços. “Te amo, te deixo” torna-se sua palavra de ordem. Tudo isso é feito sem dramas inúteis, nem qualquer tipo de tragédia, pois nenhum aspecto existencial influenciou essencialmente na constituição desse laço social. Aliás, o termo laço social, com o que implica de permanência, é, para eles, objeto de escárnio. Homens da mídia, da moda, do pensamento pronto para con-

3 No texto original, é dito que ninguém mais acredita nos “*lend-mains qui chantent*”, ou seja, nos “dias seguintes cantantes” expressão cunhada pelo comunista Gabriel Péri, fuzilado pelos nazistas em dezembro de 1941, em alusão à sua esperança de um futuro melhor.

4 *Reliance*, em francês.

sumo, dados a condutas “oscilantes”, eles podem um dia fazer o contrário do que fizeram na véspera sem sentir a menor contradição entre seus atos. Eles não se consideram sujeitos sociais, implicados numa aventura coletiva, vivem como atores de uma vida na qual tentam dirigir um roteiro sem a preocupação de lhe dar sentido. Acreditam ser seus próprios mestres, o que para eles é o bastante.

f) Esses seres sem projeto são também pessoas sem memória, sem consistência histórica. Eles não são os únicos que vivem assim, ainda que sua situação lhes proporcione muitos benefícios secundários. Os que não têm trabalho, ou que trabalham precariamente, todos esses “homens esquecidos por Deus”, retomando a expressão de A. Cossery, obrigados a sobreviver, uma vez que não dispõem do mínimo necessário para saírem de sua miséria, também são obrigados – mas de maneira bem diferente – a viver no efêmero. Esses não têm um projeto porque não podem tê-lo. Nas regiões pobres do Brasil diz-se muitas vezes: “o futuro é amanhã”. Eles não escolheram essa vida, ela lhes foi imposta. Eles não chegam nem a formar o “lumpen-proletariado” do século XIX, pois definitivamente, ninguém precisa deles. A um mendigo que lhe dizia: “mas Senhor, eu tenho que viver”, o cardeal Richelieu replicou: “não vejo qual é a necessidade disso”. Essa resposta, ainda que não seja proferida com frequência, está implícita na conduta de inúmeras pessoas que não entendem por que razão os pobres insistem em lutar para continuar vivendo. No entanto, eles fazem questão de viver. É possível que para eles a vida tenha mais sentido do que para os mais abastados.

g) O mundo criado assim apresenta cores contraditórias. É fácil viver nele, pelo menos nos países industrializados ou em desenvolvimento, já que o Estado não mantém ninguém sob sua férula, nem proíbe ninguém de pensar (a situação inverteu-se nos países ditos em desenvolvimento, que na verdade vive-se num subdesenvolvimento crônico; nesses territórios, as oposições são amordaçadas e os massacres se repetem “monotonamente”). Os homens são livres para fazer o que quiserem desde que respeitem

as regras sociais mais enraizadas. O excesso de consumo torna-se lugar comum. Cada um pode se retrair sobre a sua vida privada, ser um eterno adolescente à busca do prazer ou, ao contrário, associar-se a outras pessoas, intervir na vida local sem incomodar quem quer que seja. O religioso convive com o ateu, o velho com o jovem, o rico com o pobre, o executivo com o sem-teto. O mundo não somente torna-se cada vez mais fragmentado, mas também cada vez mais indiferenciado (pelo menos superficialmente). Qualquer conduta parece ser aceitável. A tolerância está na ordem do dia.

No entanto, as aparências enganam. Na verdade, o mundo é profundamente diferenciado. Somente determinadas condutas são valorizadas. A intolerância torna-se cada vez mais acentuada. E o indivíduo deve escolher sua própria via, sozinho, sem ninguém que lhe indique o caminho certo permanecendo, outrossim, submetido a uma série de interditos. Tanto sua miséria quanto sua possibilidade de renascimento têm origem nesta situação.

## O PRIMADO DO ECONÔMICO E DA EMPRESA

Pode-se observar, no raciocínio acima, a ênfase que demos à importância dos fatores econômicos. No entanto, devemos, ainda, insistir sobre eles. Não que haja uma certa dominância da instância econômica, conforme disseram teóricos marxistas há muito tempo, mas simplesmente porque o econômico, e, mais ainda, o funcionamento harmonioso e performático das empresas tornaram-se as “significações imaginárias centrais em nossa sociedade” (CASTORIADIS, 1975) que, por isso, tentam subordinar todos os outros valores anteriormente admitidos. Mas a mutação não é total. É o que tentaremos demonstrar a seguir.

Uma novação essencial aconteceu durante esses últimos vinte anos: a tentativa por parte da empresa, freqüentemente bem sucedida, de chegar à posição de instituição princeps, quase divina, da sociedade. A empresa, desde a revolução industrial inglesa, passou a ter um papel peculiar. Saint-Simon e Comte haviam proclamado, cada um à sua maneira,

que a idade positiva devia ser industrial. Ninguém mais deveria ser excluído do sistema produtivo, a menos que fosse um parasita. Os que viviam de renda estariam desprovidos do seu território, o religioso e o guerreiro veriam suas tarefas delimitadas. No entanto, os valores de prestígio, de honra, de nascimento, de honestidade etc., continuariam conservando seu peso. “O pagamento em dinheiro vivo” (Marx) não era considerado valor supremo. As noções de fraternidade e de solidariedade ecoavam no corpo social. Mas, pouco a pouco, particularmente por causa do sucesso da racionalidade instrumental, os valores econômicos começaram a suplantar os demais. Depois da segunda guerra mundial, conseguiram tornar-se predominantes. Mas essa vitória só incomodava a alguns pensadores e mais ninguém, já que, como vimos, veio acompanhada do pleno emprego. É preciso notar que o econômico ligado à dinâmica do capitalismo é que tinha se tornado proeminente. Não era ainda a empresa, na condição de organização-instituição com o objetivo de ser o elemento central da regulação social. Essa transformação se fez lentamente e passou despercebida durante muito tempo, mas acabou tornando-se perfeitamente visível.

O motivo é simples e já foi mencionado aqui. A partir do momento em que o Estado e as outras instituições deixaram de ter credibilidade, a empresa, na condição de criadora de riquezas, de lugar de trabalho produtivo (o único profundamente valorizado), quis tomar esse lugar. Era a única organização capaz de assumir essa posição. Não por nunca ter sido criticada, mas por ter se sujeitado a reservas e aos ataques mais violentos, parecia ser a única a ter conseguido não somente resistir a todos esses choques, mas também mostrar suas capacidades de inovação contínua e de socialização. Dessa maneira, quando a vida econômica foi perturbada, quando o mundo entrou em crise, as empresas dinâmicas, ou seja, as que estavam aptas a manter seu crescimento, a contribuir para a manutenção do modo de vida, apareceram como únicas organizações que os homens podiam tomar como referência, uma vez que,

sem elas, eles só vislumbravam a destruição de tudo aquilo que haviam adquirido com dificuldade. Por seu lado, as empresas deram-se conta, ainda mais claramente do que antes, que seria-lhes impossível ganhar a guerra econômica ou pelo menos continuar fazendo parte do “pelotão de frente” se seus funcionários não colocassem à sua disposição todas as suas forças físicas, morais e psíquicas. Dessa maneira, elas fizeram de tudo para suscitar a adesão dos seus trabalhadores, para promover a identificação deles em relação à organização, a qual deveria ser vivida como o único objeto de investimento possível, pela promessa de desenvolvimento de políticas em seu favor e pela consideração dos “recursos humanos”. Mas o fariam sob uma condição: que cada um dos membros da organização se tornasse um “crente” ou, até mesmo, um “cruzado” da empresa, um “lutador”, um “vencedor”, ou ainda, o que eu chamei, há uns dez anos, de “*tuer cool*”<sup>5</sup>. Só merecendo a atenção da empresa os que estivessem prontos a amá-la com paixão, a dedicarem-se de corpo e alma à sua sobrevivência e ao seu crescimento. Os outros, os molengos, os indiferentes, os não-adaptados às novas tecnologias e às novas estruturas, os indivíduos percebidos como “excessivos” e que oneram os custos fixos estando fadados, a seu turno, à evicção pura e simples. Os “planos sociais” (termo curioso para designar os planos de demissão) se sucedem, até mesmo, nas empresas mais florescentes. Os trabalhadores de toda ordem (do executivo ao manobrista) efetivamente perceberam essa dupla mensagem de amor e de rejeição, e passaram a se dedicar ao bem da empresa, considerada um bem-comum a ser defendido, mesmo sofrendo de estresse permanente e só agüentando o “tranco”, quando isso é possível, sob o efeito de tranqüilizantes e psicotrópicos de toda sorte. Isso tudo, sabendo que seu lugar não está garantido, que eles devem reconquistá-lo a cada dia, para não correrem o risco de perder seu emprego.

Se essas pessoas chegaram a esse ponto, é porque interiorizaram a ideologia meritocrática da empresa,

<sup>5</sup> “assassino brando”.

em conformidade com o desenvolvimento do individualismo. Essa ideologia é baseada num único mecanismo decisivo: a “psicologização” dos problemas.

Há não mais do que duas décadas, todos partilhavam a mesma concepção de empresa, ou seja, consideravam que suas disfunções poderiam certamente ter por causa um sub-investimento em pessoal ou falta de competência dos funcionários, mas acima de tudo consideravam ser resultado de uma má organização e de uma gestão deficiente por parte de seus dirigentes e de executivos de alto escalão. Agora, tudo mudou de figura. Ao “responsabilizar” seus membros, fazendo com que participem mais ou menos diretamente da gestão, descentralizando as decisões, a empresa entrega seu desenvolvimento aos empregados, conseqüentemente à sua motivação, seu entusiasmo e sua aptidão para conduzir as ações mais pertinentes. Ao tornarem-se mais “autônomos” no cumprimento de suas tarefas, estes empregados ficam encarregados também de resolver todas as possíveis deficiências. Assim, se a empresa não funciona mais, a culpa é deles, exclusivamente deles.

Essa maneira de atribuir as conseqüências nefastas aos funcionários está ligada ao movimento de perversão social, mencionado anteriormente, que tem por objetivo seduzir e manipular o outro, fazendo-o cair na armadilha de seu próprio desejo de reconhecimento. Perversão e psicologização andam de mãos dadas e se consolidam uma à outra.

Como os valores da empresa exportaram-se para as outras organizações (escolas, hospitais etc.) que sonham com “qualidade total”, com “zero defeito” etc., podemos dizer que nossa sociedade como um todo sucumbiu ou está sucumbindo ao culto da performance e da excelência. A conseqüência desse processo é simples: já que, de qualquer maneira, não pode haver vencedores sem vencidos, a performance alimenta cada dia mais a exclusão. Quanto mais uns se integram, mais outros são rejeitados e esquecidos. Quanto mais alguns tombam sob o peso das responsabilidades e da quantidade de horas de trabalho (em particular os executivos freqüentemente obrigados a

trabalhar em casa nos fins de semana), mais outros são colocados para fora do processo produtivo.

O homem que se torna o único responsável por sua vida passou a ser um homem sozinho. Ele deve lutar para manter seu lugar, para conservar sua auto-estima e ninguém pode ajudá-lo nessa tarefa, uma vez que os outros também estão submetidos aos mesmos limites. Antigamente (e, às vezes, ainda hoje, como veremos mais tarde), suas reivindicações podiam ser levadas adiante por sindicatos ou partidos políticos. Atualmente, como estão na defensiva, essas entidades não têm mais condições de praticar a “luta de classes”. Já se dão por satisfeitas quando conseguem fazer alguma oposição à total degradação da situação de seus mandatos e salvar alguns colegas ou alguma conquista social. Como dizem com muita pertinência Gaulejac e Taboada-Leonetti (1994), “a luta por lugares”<sup>6</sup> tende a substituir “a luta de classes”.

Aliás, nem mesmo quando as pessoas não acreditam nos valores da empresa (ou de qualquer organização semelhante), elas conseguem escapar do seu jugo, uma vez que qualquer ato de desvio ou, até mesmo, de simples distanciamento parcial, qualquer palavra que exprima uma crítica ou, ainda, uma ironia delicada pode vir a ser negativamente sancionada a todo instante. Os indivíduos realmente perceberam que embora estivessem atados emocionalmente à sua empresa, esta poderia muito bem nada disso levar em conta no momento em que passassem a ser considerados “excessivos” ou “desgastados”. Portanto, eles sabem, a fortiori, que qualquer desengajamento de sua parte, por mínimo que seja, pode-lhes ser fatal. Com isso, eles passam a funcionar sob a égide do “faz-de-conta” ou do “fingimento”. É sua única tábua de salvação. Até mesmo, freqüentemente, em caso de eles chegarem a ter veleidades de pensarem por si mesmos, eles próprios se proíbem de fazê-lo para evitar viver uma situação clivada que os torna um tanto esquizóides: efetivamente, é impossível ou extremamente oneroso para um ser hu-

<sup>6</sup> Em francês: *lutte des places*.

mano ter que se dedicar a uma causa à qual ele não consegue aderir. Dessa maneira, não é raro observarmos executivos recitando, sem muita convicção, os preceitos da empresa a fim de se convencerem de sua pertinência. A empresa não precisa mais estabelecer um controle rígido sobre seu pensamento, pois o mais estrito autocontrole encontra-se ativado de modo a que o superego exigente e cruel da empresa lhe cause estragos.

Desse modo, o homem moderno, quando pertence a uma organização (e, às vezes, a várias delas) encontra-se, ao mesmo tempo, sozinho e duravelmente inserido. Não acreditemos, por isso, que ele se torne alvo de piedade. Seus colegas, na mesma situação, se mostrarão extremamente críticos para com ele em caso de falha. Dirão dele: “antigamente, ele era competente”; trata-se de um *has been*. Seu sucesso anterior passará a figurar na coluna do débito. Esse antigo êxito nada mais é do que a prova de que seu tempo já passou e de que ele pode desaparecer sem provocar lágrimas. Muitas vezes, seus melhores amigos lhe virarão as costas, e caso ele fique desempregado por muito tempo, sua mulher e seus filhos deixarão de reconhecê-lo e acabarão por deixá-lo. Ao perder seu emprego, esse homem perde sua existência social. Torna-se invisível. Ora, nossa sociedade só gosta do que é visível, do que provoca admiração (ainda que ela seja de curta duração – basta pensarmos na profecia de Andy Warhol segundo a qual cada um de nós teria seus quinze minutos de glória em algum momento da vida) e consideração.

Daí poder-se compreender o aumento da angústia social, já que um destino como esse pode estar reservado a qualquer pessoa. Daí, também, que as reações “cínicas” – das pessoas que afirmam dever aproveitar ao máximo cada instante de sua vida, que seu único objetivo é de tirar dela o maior proveito, até instrumentalizando os outros se for preciso – ocuparem naturalmente um lugar nesse contexto. Se eu estou sozinho, dizem, por quê então me preocupar com os outros? Minha única preocupação deve ser a consolidação de meu ego. E, para isso, estou disposto a tornar-me exatamente o que a so-

cidade valoriza: um vencedor. Assim, eles cuidam de sua aparência, mostram-se sempre jovens e dinâmicos. Sabem que qualquer marca de velhice é sinal de enfraquecimento. Esperam ter, ao morrer, o rosto de Dorian Gray, sem rugas nem estigmas.

Reações de outros, mais fracos, mais inseguros sobre seus próprios valores, passam-lhe igualmente a fazer sentido. Não dispondo de referências identificatórias capazes de sustentar sua personalidade, recorrem a instâncias transcendentais (religiões sob suas formas mais ou menos integristas, seitas, determinadas associações que pregam ideologias fortes), suscetíveis de dar-lhes segurança e fortalecer seu ego enfraquecido.

Já os rejeitados da sociedade – a coorte de pessoas sem emprego e sem moradia – tentam se virar sozinha, às vezes em pequenos grupos, raramente em associações onde poderiam juntar suas forças. Nisso, os mais jovens são os que menos se submetem. Como eles não mais acreditam nas instituições, voltam-se para seus territórios, seus bairros (cria-se um “patriotismo de bairro”) e tentam defendê-los. Daí surgem esses movimentos esporádicos em que, de repente, toda uma “periferia” manifesta sua violência, praticando atos de destruição para expressar o desespero de viver num mundo sem horizontes. Esses novos revoltados chegam, às vezes, a reduzir a migalhas, equipamentos que haviam sido construídos para eles próprios, gerando estupefação na “sociedade global”. O desejo de destruição não caminha sem a pulsão de autodestruição, o ódio ao outro se nutre do ódio de si mesmo e o conduz a ele. Se nos lembrarmos de que, na maioria das vezes, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, esses lugares periféricos são povoados por imigrantes ou populações consideradas pouco integráveis pela sociedade dominante, podemos melhor entender as razões da brutalidade de suas reações. A sociedade moderna é elitista não somente pelo fato de aceitar alguns e rejeitar outros, ela é, além disso, profundamente intolerante a qualquer diferença claramente marcada. Em outras palavras, ela é profundamente racista. Naturalmente, não se trata aqui de mistu-

rar as coisas: expressões como racismo antijovens ou antimulheres devem ser tomadas como fórmulas fáceis que não levam em consideração a variedade das situações. No entanto, há mesmo um fundo de verdade nessas assimilações forçadas. O diferente fica, cada vez mais, insuportável para uma sociedade que se pretende homogênea e indiferenciada. Se, por um lado, o Árabe e o Negro são freqüentemente marginalizados, rejeitados, desprezados e atacados pelo fato de pertencerem a uma etnia ou a um grupo estigmatizado, se no imaginário social eles ocupam o lugar do Judeu da Europa central de antes da guerra e se representam aos olhos de muitos como portadores da imundície e, sem dúvida, da peste; por outro, eles não são os únicos vilipendiados, ainda que sejam principais alvos da classe dominante. Os jovens, mesmo brancos, são temidos apesar de todas as fórmulas denegatórias favoráveis à juventude. As mulheres, ainda que brancas, aparecem como um dos elementos que impedem que os homens tenham empregos. Aos olhos de muitos, elas deveriam contentar-se de seus lares e aprender novamente a calar-se. Portanto, se o termo racismo deve ficar reservado para qualquer manifestação direcionada, na maioria das vezes, a imigrantes ou refugiados, considerados como tendo uma outra essência e, por isso mesmo, considerados perigosos, podemos compreender (ainda que pela via de uma analogia duvidosa) que as expressões racismo antijovens ou antimulheres tenham tido tanto sucesso popular. Digamos que a sociedade que se pretende tolerante está, na verdade, cada vez mais intolerante, e em via de “encolhimento”. Se continuar nesse caminho, vai chegar o dia em que a maioria de seus membros se encontrará em situação de exclusão.

Também, essas pessoas sentindo-se excluídas ou ainda estacionadas teriam tendência a tentar se agrupar. Daí, surgirem as manifestações estudantis, os movimentos feministas, os movimentos de desempregados, as associações anti-racismo. Todos esses grupos tentam tirar essas pessoas de sua solidão. Mas eles hoje são pouco dinâmicos, ainda que consigam, vez por outra, fazer ecoar sua voz. O que não

conseguem é empreender uma ação permanente, obter estruturas fortes que favoreçam uma verdadeira influência. Talvez um dia cheguem lá.

## A SOLIDÃO COMO RECURSO E O RETORNO DO POLÍTICO

A solidão está, então, na ordem do dia. E os agrupamentos continuam esporádicos. No entanto, podemos nos perguntar legitimamente se a solidão sempre mostra uma face tão sombria quanto a mencionada até aqui.

Gostaríamos de apresentar agora uma outra perspectiva para expor uma figura, ao mesmo tempo, mais agradável e mais nobre do homem só.

A solidão remete cada um à sua interioridade, à experiência de seus “abismos íntimos”; ela provoca um questionamento a respeito das capacidades relacionais dos indivíduos e do lugar que desejam ocupar no corpo social. Ela é um fermento do pensamento, uma vez que desnuda as limitações sociais, submetendo-as a críticas. Favorece a singularidade, e de maneira aparentemente contraditória, favorece a possibilidade de desenvolver ações coletivas.

Retomemos esses diversos pontos.

1) A solidão remete cada um à sua interioridade.

A invenção da Psicanálise e o centramento do homem sobre si, seus desvios, remorsos, dúvidas e contradições foram decisivos na história da humanidade. Não por ter provocado essa famosa “terceira ferida narcísica”, mencionada por Freud (1971), mas por ter possibilitado ao indivíduo tornar-se um verdadeiro sujeito. Tanto o sujeito platônico quanto o cartesiano, confiante na razão, construtor de regimes políticos sólidos ou pretendente a mestre da natureza, nunca foram, na verdade, verdadeiros sujeitos. Pior ainda, eles favoreceram a exploração e a alienação dos homens.

Não queremos, com isso, entrar numa polêmica fácil (dizendo que “a culpa é de Platão, a culpa é de Descartes”, substituindo a famosa expressão “a culpa é de Voltaire, a culpa é de Rousseau”) ou dar razão a determinados pensadores que enxergam na aventura do pensamento ocidental a própria con-

dição da criação dos Estados totalitários, tanto se tratando de totalitarismos despóticos quanto de totalitarismos democráticos. O que se questiona aqui é o falso triunfo de uma razão incapaz de se voltar para os seus demônios interiores. Ora, na incapacidade, durante quase dois séculos, de se centrar sobre si mesmo (apesar do impulso dado por Santo Agostinho), o desenvolvimento do saber popular chegou ao resultado que conhecemos: retardou o nascimento do sujeito que se pré-figurava no judaísmo antigo e no cristianismo nascente. O judaísmo, ao atribuir à figura de Moisés uma importância privilegiada, soube definir a essência do herói. É aquele que serve uma causa transcendente (levar seu povo à Terra prometida), que sela a aliança de Deus com seu povo, mas que jamais chega a triunfar. Ele não pode ver a Deus, pois seus raios o queimariam (ele só poderá apercebê-lo de costas), morrerá antes de chegar à Terra prometida, não importando que sua morte tenha sido natural ou que seu povo o tenha matado, como pensou Freud. Se acrescentarmos que ele não era provido de virtuosidade oratória (contrariamente a seu irmão Abrão, que o tinha em abundância, o que fazia dele um tribuno popular que propunha aos judeus a adoração do Bezerro de Ouro), concluímos que não dispunha ou usava mal das “palavras certas”, e para convencer, vemo-nos confrontados à imagem de um herói que, apesar de possuir um certo carisma, conhece bem as limitações. O herói (homem sozinho, por excelência) é aquele que conhece suas falhas, suas deficiências e que aceita sua própria morte em favor da causa que defende.

Seus limites fazem dele sujeito e não mestre. Portanto, o sujeito é definido por uma fissura fundamental e pelo fracasso (ao menos, o fracasso pessoal). O homem só, sujeito capaz de tomar as mais relevantes decisões, é um ser profundamente ligado a um destino coletivo. Ser pensante, ser consciente de suas lacunas, muitas vezes detestado pelos seus (pois, a estada no deserto não agradou, em nada, à maioria dos Judeus), ele só existe para transformar a vida de seu povo.

O destino reservado ao Cristo é, ainda, mais terrível. Ele será, ao mesmo tempo, filho de Deus e por este abandonado, e sozinho em seu calvário (em companhia de dois ladrões que só fazem reforçar sua solidão) lhe será possível acessar à divindade. Ele, também, pretende estar ligado a um povo e à humanidade inteira. É verdade que ele tem apóstolos em torno de si, mas um deles o trairá. Ele sempre soube disso e aceitou as conseqüências. Conseqüências que sofrerá sozinho. Tornou-se herói por ter sido estigmatizado e conduzido ao suplício. Um Cristo morrendo de velhice jamais teria alcançado o lugar que lhe foi atribuído no imaginário de seu tempo.

Infelizmente, depois do herói, criam-se instituições duráveis, objetivando difundir a mensagem heróica. Evidentemente, elas nada fazem além de enfraquecê-la, travesti-la. Um dia, ele vai ser retomado pelos grandes e as palavras de liberação serão transformadas em palavras de servidão. O indivíduo nasce, mas tão logo será negado, pois entrará numa ordem hierárquica que não lhe dará outra opção além de obedecer às injunções dos que falam e pensam por ele.

A vontade razoável (a que nos foi legada por Platão e que foi, de outra maneira, proclamada por Descartes, antes de ser retomada pelos filósofos das Luzes) abriu sua primeira passagem. Mas, ao fazer do homem o centro voluntário do mundo, ela o instituiu como mestre e não como sujeito que, além de condenado a morrer, fosse capaz de explorar e tratar de suas falhas. E quem diz mestre diz, necessariamente, explorados e alienados.

A Psicanálise foi a primeira a apontar a existência de conflitos, de falhas no ser humano e que ao fazer do indivíduo (heróico ou não) um ser fadado à finitude e à morte (enquanto o chefe da horda vivia da morte dos outros) possibilitou a emergência do sujeito. Sujeito, na qualidade de ser autônomo, definitivamente clivado, que deve explorar a si mesmo (às vezes, com a ajuda de um analista), recuar seus limites permanecendo consciente deles, só existindo num tecido social, e construído através das mais diversas identificações. O homem, na análise, está

só, ainda que esteja falando com seu analista. Esta solidão é o próprio fundamento do seu acontecimento como sujeito. Mas isso, respeitada uma condição (infelizmente, nem sempre respeitada, aliás, pelos próprios analistas): que ele admita a impossibilidade do domínio e a sua dependência vis-à-vis de outrem. O homem só existe pelas relações que pode criar com os outros. Tanto o desejo de reconhecimento como o reconhecimento do desejo sempre passam pelo reconhecimento do outro, na qualidade de outro, e enunciam-se da seguinte forma: se eu existo, o outro também tem direito à existência e ao sentido. Sem essa palavra fundadora, nenhuma humanidade é possível.

2) A solidão possibilita a cada um de se situar.

Estar só, sem se comprazer no seu isolamento, favorece a exploração (descoberta) das relações humanas. O sujeito tem tempo de questionar se os laços estabelecidos com os diferentes outros sujeitos estão ou não marcados pelo selo de um certo grau de autenticidade (a autenticidade completa não é desse mundo), ou seja, se os outros e quais outros lhe são tão necessários quanto o ar que ele respira e se ele é capaz de manter-se relativamente indiferente e cortês com aqueles que só lhe trazem satisfações efêmeras (aqueles que só lhe proporcionam um divertimento no sentido pascaliano do termo). A solidão o tira da “obsessão da plenitude”, do tempo consagrado à mais fútil conversa, à escuta de uma música e de palavras desprovidas de sentido, à visão de imagens que o preenchem mas que não o alimentam. Dessa maneira, ele consegue escapar um pouco do mundo da mídia, das músicas, dos *shopping centers*, da publicidade ou dos slogans espalhados pelos muros das cidades. Mundo característico das grandes metrópoles que chama constantemente sua atenção. Ele retoma o gosto pela palavra parcimoniosa, aquela que sabe guardar em seu seio o peso do silêncio, a que não é um “bibelô abolido de inanição sonora” (Mallarmé), pela rosa ausente e pelo solfejo que lhe faz lembrar “todo Rossini, todo Mozart e todo Weber” (G. de Nerval). A solidão permite que ele atribua a cada momento todo seu valor. Não pelo fato

de seu aspecto efêmero, mas porque ela exala um certo perfume de eternidade.

As relações que os homens estabelecem com os outros são marcadas por uma socialidade durável. Evidentemente, o homem não se furtará, como um eremita, aos encontros episódicos. Aprenderá, sozinho, a calar-se. Não é à toa que os grandes especialistas do *savoir-vivre* do século XVII, que dissertavam sobre a arte da conversação, falavam também sobre a arte de se calar.

Ponderando esses termos, ele avaliará também o lugar que quer ocupar no sistema social. Pois, quanto mais ele desejar fazer carreira, mais ele será obrigado a dizer as palavras esperadas, e, ao contrário do poeta Mallarmé, a dar um sentido impuro “às palavras da tribo”. Os homens que almejam o sucesso, que querem fazer parte do *establishment*, sabem que devem falar uma linguagem conveniente, muitas vezes bem codificada, e que devem pensar como pensam os outros, conforme o paradigma dominante em vigor. Se um sujeito deseja conservar um alto grau de autonomia, deverá aceitar um certo grau de isolamento e a maledicência da “maioria compacta” (Ibsen). Ele se tornará, conforme uma outra expressão de Ibsen, “o inimigo do povo”, em outras palavras, o inimigo dos que buscam a felicidade conforme. Então, ele deverá escolher. Se ele for um herói, ficará de fora da “formação coletiva” (Freud) e sofrerá as conseqüências disso. Na maioria das vezes, ele encontrará uma “formação de compromisso” que lhe possibilite defender seu lugar, sem perder sua alma, nem suas convicções. Ele adotará a posição de um “marginal integrado”. Posição difícil de segurar, mas que é a de muitos homens que pretendem estar inseridos em estruturas, todavia com o objetivo de ajudá-las a se transformarem. Ele terá consciência de que pode, a qualquer momento, tudo perder. Mas ele tomará suas precauções e se comportará de maneira prudente; a prudência não é a renúncia, mas a arte de toda pessoa que saiba modular com inteligência seus discursos e seus atos, conforme as situações. É claro que, em determinados momentos, ele deverá dizer em alto e bom tom o que pensa



realmente, para não agir de maneira contraditória com seus próprios pensamentos. A ruptura com o meio exterior delinea-se. Compete-lhe, então, negociar da melhor maneira possível. Se não o fizer, sofrerá lucidamente as conseqüências de seus atos. Herói, certamente que não, mas incontestavelmente um sujeito, tal é o seu estreito caminho.

3) A crítica das instituições pelo homem só.

Sua trajetória mostra a consistência de seu pensamento. Homem isolado, ele pode questionar as instituições sociais que regulam a vida da maioria. Não que ele queira necessariamente combatê-las, mas quer captar seu sentido e compreender sua necessidade. Qualquer marginal, integrado e, ainda por cima, “estranho” (no sentido dado por Segalen) – por ser imigrante ou simplesmente por ter tomado a decisão de pensar à sua maneira –, é sensível às contradições sociais, à vacuidade dos slogans, à influência perniciosa das ideologias. Sempre foram os marginais, mais ou menos bem inseridos, que transformaram as idéias e os modos de pensar e de agir. Galileu, Darwin, Marx, Freud etc., não se satisfizeram do que era admitido sem críticas. Naturalmente, eles nunca estiveram totalmente sós. Alguns discípulos, amigos ou colegas estavam a seu lado e os encorajavam. Eles, às vezes, até fizeram escola (foi assim que a Escola de Frankfurt desenvolveu a crítica mais devastadora da racionalidade instrumental), mas não deixaram de ser minoria e de ser alvo de execração de muitos. Isso não os desestimulou. Porque eles puderam sentir o gosto do pensamento e consideraram que não havia prazer maior do que poder pensar livremente. Eles, muitas vezes, tiveram que pagar essa generosidade, como deverão fazê-lo os que se enveredarem pela mesma estrada, com seu pensamento e através da busca da verdade. Mas, afinal de contas, os cegados também pagam por sua cegueira e não gozam do prazer da reflexão justa.

4) a solidão favorece a singularidade e a possibilidade de ação coletiva.

O homem solitário é sensível ao que faz dele, como diz o poeta, “o mais insubstituível dos seres”.

Ele cultiva sua singularidade não pelo prazer suspeito de exibir sua originalidade, mas porque percebe em si mesmo “um sentido íntimo” (Rousseau), “um afastamento absoluto” (Fourier) que obstaculiza qualquer vontade de homogeneização numa massa de pessoas e porque capta seu pensamento, sempre fruto das interações e das identificações com o outro, como um pensamento irreduzível a qualquer outro. Essa singularidade pode-lhe tornar-se um “fardo” (SENNETT, 1979), mas não, por isso, o constitui menos enquanto ser humano, o qual não pode se comportar como um “cupim” (Freud). Em suma, mais vale para o homem assumir sua liberdade do que ter medo dela, contrariamente às idéias difundidas pela opinião pública.

Ele tem consciência de que o que faz sua especificidade é, também, o que lhe possibilita encenar seu papel no sistema social. Nesse aspecto, ele se assemelha às intuições dos psicossociólogos que mostraram que os grupos que funcionavam de maneira mais inovadora eram aqueles nos quais cada um reconhecia a alteridade do outro e não aqueles que exigiam que cada um se submetesse às normas vigentes. Também, ele inscreve sua ação refletida e tão apaixonada na ação dos grupos, escolhidos com discernimento, com os quais ele nutre afinidades e sente vontade de transformar, nem que seja minimamente, o mundo em seu entorno. Ele tem convicções e tenta fazer com que elas sejam partilhadas. Quando depois de discussões argumentadas elas passam a lhe parecer aberrantes, ele está disposto a se desfazer delas, pois conhece seu caráter falível, comum a todos. Mas ele não se deixa levar por opiniões falaciosas e desconfia dos que demonstram ter por ele demasiada admiração.

É por essa razão que pessoas que pensam por elas mesmas – como Gide, Malraux e muitos outros – puderam fazer parte de movimentos coletivos. Aliás, quem se voltasse exclusivamente para si próprio perderia rapidamente qualquer contato com a realidade. A autonomia pessoal (no sentido de Castoriadis) não pode desenvolver-se sem autonomia social.

Mesmo atualmente, apesar da predominância do econômico e da dominação ideológica da empresa, novos movimentos coletivos estão começando a se movimentar e a clamar pela resistência ativa. Eles tomam formas mais ou menos aceitáveis, são mais ou menos providos de rigor e de vigor. O que não impede que eles existam apesar de tudo, e sua existência mostra que ainda que se consiga calar o ideal oculto em cada pessoa, isso não pode ser feito de maneira durável. Sempre acaba chegando o dia em que o pensamento se libera, em que os grupos manifestam seus desejos, em que os homens que souberam ser sós sem ter que suportar a solidão imposta começam a se comunicar e a construir novos projetos. São eles realizáveis? É impossível responder a uma pergunta como essa. Somente a história poderá dizer se os homens que souberam enfrentar sua solidão continuando de pé puderam fazer dela o cimento que os unia aos outros de maneira duradoura.

Em todo caso, eles terão tomado consciência do caráter essencial dos princípios éticos e da ação política.

O homem moderno, caso queira lutar contra seu amordaçamento e contra uma solidão imposta, está condenado (mas é uma condenação aceitável, pois ela o caracteriza como ser social) a tomar posição, a participar da vida da cidade e da nação, a dar vida nova às organizações que manifestam suas aspirações (partidos, sindicatos) ou a inventar outras. Sob essa condição, ele poderá, à maneira dos conquistadores mencionados por Herédia, olhar “a ascensão num céu ignorado / do fundo do oceano de estrelas novas”<sup>7</sup>.

## REFERÊNCIAS

BOLLE de BAL, M. *Voyages au cœur des sciences humaines*. Paris: L'harmattan, 1996.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1996.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

EHRENBERG, A. *Le culte de la performance*. Paris: Calman-Levy, 1991.

ENRIQUEZ, E. *L'art de gouverner*. In: \_\_\_\_\_. *Les trois métiers impossibles* (obra coletiva). Paris: Les Belles Lettres, 1987.

\_\_\_\_\_. *Rationalité instrumentale et violence*. In: TOUATI, A. *Violences*. Marseille: Hommes et Perspectives, 1994.

FREUD, S. *Mal estar na civilização*. Paris: P.U.F., 1971. Tradução francesa.

FROMM, E. *Escape from freedom*. New York: Rinehart, 1941.

GAULEJAC, V. de; TABOADA-LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

GOFFMAN, E. *Asiles*. Paris: De Minuit, 1968.

MAFFESOLI, M. *Le temps des tribus*. Paris: Le Livre de Poche, 1980.

SENNETT, R. *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil, 1979.

7 “Monter d'un ciel ignore / du fond de l'océan des étoiles nouvelles” (tradução nossa).



# O difícil exercício da alteridade

Norma Missae Takeuti – UFRN

## RESUMO

A questão da alteridade abarca os aspectos de construção e de destruição do outro. Atitudes de aceitação do outro (amor) e de negação do outro (ódio) têm fornecido os seus elementos próprios a matizar os diversos cenários sociais de épocas e culturas diferentes. O teor do nosso questionamento fixa nossa atenção mais para o processo de negação do outro que, sob diversos modos, insiste em fecundar as relações e vínculos sociais atuais. As reflexões voltam-se para responder à questão: que processos psíquicos se articulam a um dado processo social, exclusão da alteridade externa, de acordo com. Castoriadis, de modo a engendrar relações onde dados outros são tomados como objetos de discriminação, de desprezo ou de ódio, e em certos casos, também como objetos de aniquilamento físico?

Palavras-chave: Alteridade. Negação do outro. Narcisismo. Processos psíquicos. Processos sociais.

## RÉSUMÉ

La question de l'altérité implique les aspects de construction et de destruction de l'autre. Les attitudes d'acceptation de l'autre (amour) et de négation de l'autre (haine) ont toujours fourni des éléments propres à nuancer les divers scénarios sociaux des différentes époques et cultures. Notre interrogation porte surtout sur le processus de négation de l'autre, lequel, de diverses façons, détermine, entre autres, les rapports et les liens sociaux actuels. Les réflexions tentent de répondre à la question suivante: quels processus psychiques s'articulent à un processus social donné, exclusion de l'altérité externe, cf. Castoriadis, de façon à engendrer des rapports où certains autres sont pris comme objets sociaux de discrimination, de mépris

ou de haine, et, dans certains cas, comme objets d'annulation physique?

Mots-clés: Altérité. Négation de l'autre. Narcissisme. Processus psychiques. Processus Sociaux.

Tratamos, em outros momentos (TAKEUTI, 2002), das “fantasias persecutórias” associadas aos jovens das periferias urbanas pobres brasileiras, tidos como indivíduos “sem futuro” e submetidos a uma “lógica perversa” de acusação e imputação virtual de perversidade, estejam eles efetivamente envolvidos ou não em situações delinqüenciais ou criminais. Analisamos os efeitos avassaladores desse processo sobre a subjetividade juvenil que, de partida, vê-se capturada num processo que denominamos “mortífero”.

Preocupados com o tema da “rejeição do outro” que toma diferentes expressões nas sociedades contemporâneas, temos buscado ampliar, desde então, o objeto de reflexão levando em conta outros campos empíricos de análise que rebatem no tema proposto, a partir de categorias analíticas que têm, de um lado, inspiração na Psicanálise e, de outro, na Sociologia. Nem todos os desdobramentos analíticos que emergem a partir dessa opção poderão ser aqui apresentados. Por ora, ocupar-nos-emos de uma parte da análise, partindo da questão suscitada naquela pesquisa: as experiências sociais negativas do jovem do *Outro lado do espelho social*<sup>1</sup> não estariam colocando em evidência um processo social

1 Conforme o título do livro supra-citado.

mais amplo, para não dizermos universal, que diz respeito ao desejo ou à necessidade de “negação do outro”, isto é, ao desejo ou a necessidade de excluir um “outro diferente” de nós (este “cada um de nós” que pretende ser o único a espelhar a decência humana!)? Em certas práticas sociais de exclusão, os “outros diferentes” não se tornariam somente “seres inferiores” a desprezar-se, como seriam também assimilados à natureza e condição animais (esses pivetes não são gente)<sup>2</sup> a tal ponto, que se torna legítimo matá-los porque são considerados “não-humanos”. Frases como “piolhos que devem ser esmagados”<sup>3</sup> expressam uma metáfora organicista, o que remete à representação da “limpeza”, à idéia de ter que sustar a contaminação e a infestação da considerada parte sã da sociedade. Essas citações e outras que reproduzimos, na citada obra, buscavam mostrar que jovens adolescentes pertencentes às camadas mais pobres da sociedade brasileira, e cuja identidade social está intimamente associada a uma trajetória de rua, “não valem” mais do que um animal, assim como o eram os escravos da época colonial na sociedade brasileira.

Recorrer à idéia da “animalidade” de certos grupos ou indivíduos parece ser uma “constante universal” para se justificar atos extremos de eliminação de determinados seres humanos, constata Burgat (1999, p. 51):

No campo da animalização dos humanos, a das vítimas da exterminação nazista, tantas vezes sublinhada, chegou-se a inscrevê-la [a animalização] até mesmo nos procedimentos de matança e no tratamento dos cadáveres. À questão lancinante ‘Por quê eles foram à morte como carneiros ao abatedouro?’ sublinhando a fatalidade de um processo de desindividualização e de negação da humanidade responde, como bem o mostra Hannah Arendt, quando do processo d’Eichmann, o fato de que na Romênia ‘expunha-se os cadáveres nos açougues judeus’.

2 Referências feitas aos jovens adolescentes de rua, conforme cap. 3 do livro acima.

3 Idem nota de rodapé anterior.

Tratou-se, o que diz essa autora, de algo pontual, num dado momento da história do Ocidente? Na atualidade, determinados processos sociais em curso na contemporaneidade tem tomado um caráter de inumanidade, confirmando a tese em que há enormes dificuldades de reconhecimento da alteridade. A obra *L'inhumanité ou le cannibalisme guerrier à l'ère néolibérale*<sup>4</sup> de Doray (2000) constitui-se num exemplar depoimento<sup>5</sup> de barbáries presentes – “guerra às crianças”, “guerra aos ventres [de mulheres grávidas]”, “guerra à memória”, “guerra ao humano no homem” – em diversos pontos do planeta (Bósnia, Argélia, Rwanda, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Somália, Tchetchênia, Vietnam...) como desdobramentos “naturais” das guerras, guerrilhas e conflitos locais, regionais ou internacionais. Sabemos, outrossim, que a barbárie, e o sofrimento social e coletivo dela resultante, não estão confinados aos momentos de extrema crise de uma sociedade. Ela “anda solta” até por lugares onde aparentemente reinam a paz. Barbárie e civilização parecem sempre ter ajustados os seus passos na instituição das sociedades<sup>6</sup>. Na perspectiva freudiana, é na tentativa de busca do equilíbrio entre as pulsões de vida e as pulsões de morte que a civilização emerge. Atitudes de aceitação do outro (amor) e de negação do outro (ódio) têm, então, juntamente, fornecido os seus elementos próprios a matizar os diversos cenários sociais de épocas e culturas diferentes.

O teor do nosso questionamento inicial fixa nossa atenção mais para o processo de negação do outro que sob diversos modos insiste em fecundar as relações e vínculos sociais atuais.

Para tanto, iniciemos pensando o contexto em que ocorre a eliminação social e simbólica (e física, também) de determinados outros, considerados, no mais das vezes, minimamente “inferiores”, a partir

4 O inumanitário ou o canibalismo guerreiro na era neo-liberal. (título traduzido).

5 Certamente, há tantas outras mais obras que poderiam vir a ser citadas.

6 Vale a pena conferir um recente artigo publicado no Brasil, intitulado *Figuras da barbárie* de Rabinovitch (2005).

da tese desenvolvida por Castoriadis (1990c)<sup>7</sup> acerca do racismo, o qual é, para ele, uma das expressões mais extremadas do ódio do outro. A sua problematização nos pareceu oportuna no sentido em que aborda aspectos, geralmente, pouco aludidos na literatura crítica sobre o assunto e, também, porque ela se constitui numa interessante ilustração de uma *démarche* que articula a análise da “instituição da sociedade” com a de sua contrapartida, em nível do psiquismo do ser humano singular. Para o autor, o racismo seria um avatar de “um traço empiricamente quase universal das sociedades humanas. Arrisca-se, ele, a pronunciar que se trataria de uma especificação monstruosa” (CASTORIADIS, 1990c, p.29): “Trata-se da aparente incapacidade [do ser humano] em se constituir como si mesmo, sem excluir o outro – e da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo e, finalmente, odiá-lo”.

Horrorizamo-nos e denegamos a visão de homem na sociedade que disso decorre, mesmo quando de relance podemos ver que o nosso mundo, de hoje e de ontem, está repleto de fatos fanáticos, de extrema intolerância em relação ao outro diferente ou aos seus atos – quer sejam relacionados às guerras religiosas, étnicas, políticas ou econômicas, quer sejam associados aos conflitos interpessoais na vida quotidiana – confirmando essa blasfêmia terrível relativa à humanidade.

Neste exato momento em que estamos redigindo este texto, chegam-nos notícias sobre manifestações bastante exasperadas, em vários países (Indonésia, Paquistão, Afeganistão, Irã, Líbano, Filipinas, Índia, Malásia, Quênia)<sup>8</sup> onde se faz presente o islamismo de maneira significativa<sup>9</sup>, a favor da punição dos jornalistas responsáveis pela publicação de charges do profeta Maomé. As notícias divul-

gam o atentado à embaixada dinamarquesa no Irã e pedido de morte dos jornalistas dinamarqueses, os primeiros a lançaram as charges, em setembro de 2005, bem como ameaças a embaixadas de outros países ocidentais que divulgaram as charges do profeta com referências sexuais, ao terrorismo etc. A partir dos debates na imprensa, podemos extrair alguns elementos de problematização<sup>10</sup>. Num dos debates do Observatório da Imprensa, intelectuais e pesquisadores presentes sustentavam que os povos árabes eram “intolerantes e fundamentalistas”, argumentando que o fundamentalismo padeceria de um “vício capital” – a intolerância. Em contrapartida, o Ocidente seria mais “democrático e tolerante” haja vista a sua aceitação e o respeito pela liberdade de imprensa. Para alguns debatedores, o fundamental do conflito oscilaria entre a liberdade de imprensa e a intolerância. Nesse sentido, as suas reflexões são pertinentes. Outras vozes poderiam, a seu turno, levantar diferente hipótese, configurando o conflito entre dois tipos de “fundamentalismo”: um primeiro, representado pelo “poder da fé” (islamismo) e um segundo, representado pelo “poder do dinheiro” (“Ocidente”). Hipótese esta que indaga se não haveria, também, um “fundamentalismo econômico-político” por trás de todo o discurso e comportamento das potências ocidentais engajadas num movimento de defesa de interesses que, no fundo, parecem ser mais particularistas do que universalistas; e, se não seria, do mesmo modo que o outro, um “fundamentalismo” tão intolerante que não admite a diferença? Os argumentos seriam, aí, diversos. Dentre eles, o conflito armado no Iraque quando, a partir de uma coalizão de alguns países ocidentais, se justificou a invasão e a destruição do Iraque sob a alegação de Sadam Hussein promover o terrorismo e deter armas de destruição em massa. Mesmo depois de constatadas as manobras fraudulentas dos EUA em suas tentativas de legitimar a invasão no Iraque,

7 O texto se baseia na edição francesa, razão pela qual os trechos referenciados podem apresentar uma tradução um pouco diferenciada (de nossa inteira responsabilidade) em relação à edição brasileira. Referimo-nos, mais especificamente, ao texto *Reflexões sobre o racismo* (CASTORIADIS, 1992, p. 27-41).

8 A cada dia aumenta a lista de países onde eclodem os protestos.

9 Na crescente adesão aos protestos, juntam-se países onde os muçulmanos não são maioria.

10 Este parágrafo do artigo foi enriquecido com as contribuições enviadas por José Ramos Coelho – Departamento de Filosofia/UFRN e membro da base de pesquisa *Poiesis* – Cultura e Subjetividade/UFRN.

justificaram, assim mesmo, a invasão em nome da implantação da “democracia”. A ingerência na soberania de outros povos, tal qual no momento de eleição de dirigentes de determinados países árabes, poderia vir a reforçar a idéia do “fundamentalismo econômico-político”: por exemplo, quando a Argélia elegeu dirigentes islâmicos, uma dada coalizão ocidental usou da força para impedir a sua posse; o mesmo podendo ser dito em relação à eleição no Irã e, mais recentemente, na Palestina. São numerosas as teses defendendo ser o móbil desse “fundamentalismo econômico-político” o controle sobre as reservas de petróleo e as riquezas naturais. Nesse sentido, “compreende-se” por que forças aliadas do Ocidente unem-se, em coro, diante da “ameaça” do Irã desenvolver tecnologia nuclear. E, “compreende-se” o coro de réplica que se interroga sobre os “direitos” dos EUA, “dono do maior arsenal atômico do planeta”, e que inclusive “já fez uso dele no passado matando milhares de pessoas inocentes”, na sua alegação para impedir um outro país de ter acesso aos mesmos recursos tecnológicos e militares. Sustemos, por ora, os infundáveis coros que possam “legitimamente” surgir em torno dos “prós e contras” ao poderio ocidental e ao mundo islâmico.

Estamos, de fato, diante de um dilema ou *antinomia* no seio da nossa própria cultura contemporânea, conforme Castoriadis (1990c, p. 36-38) indica: entre o “princípio de incomparabilidade das culturas” (diferença das culturas) e os “valores universais”. Trata-se do grande problema político e cultural, na atualidade, em que se verifica a antinomia na qual estão mergulhadas certas sociedades, particularmente as ocidentais, na sua pretensão em ser uma cultura, em meio às outras, na sua diferença, reconhecendo a alteridade (incomparabilidade das culturas; multiculturalismo) – ao menos teoricamente, pode-se dizer –ao mesmo tempo em que pretendem ser a “única” cultura a ter prerrogativas de estabelecer as “significações imaginárias sociais, com regras decorrentes, que têm valor universal” (CASTORIADIS, 1990c, p. 36-38). Esse tema nos remete para um outro ângulo de análise que exige

uma longa discussão que nos desvia dos nossos propósitos iniciais os quais privilegiam outros aspectos teórico-conceituais em torno do tema “negação da alteridade”.

Resgatemos uma idéia cara a Freud que nos projeta pelos caminhos tortuosos das relações humanas. Enriquez (1991a, p.200) indica que para Freud, “a reciprocidade total jamais existiu, em lugar nenhum, na medida em que o social seria, principalmente, o mundo da alteridade negada e imediatamente afirmada, de uma reciprocidade jamais vivida até o fim”. Não se trata, então, de reconhecer que o social, somente na atualidade, estaria esvaído ou diminuído de “possibilidades de experiências alteritárias legítimas” (BIRMAN, 2001)<sup>11</sup>, mas de saber, enfim, que ontem os homens viveram nas suas sociedades, assim como hoje, em déficit a relação de alteridade e de reciprocidade. É possível que, para os contemporâneos, a sensação seja a de que estejamos “mais do que nunca” vivendo processos acentuados de não-reconhecimento do outro, num movimento destrutivo, mas não seria esta a mesma sensação, por exemplo, de indivíduos que vivenciaram as relações sociais sob a égide das teorias raciais (diga-se, ideologias racistas) no final do século XIX e início do século XX? Tal questão não nos isenta, entretanto, de continuar aprofundando as nossas indagações para melhor compreender aquilo que tem (i)mobilizado a humanidade em tipos de relações que engendram tantos sofrimentos sociais.

A história humana é repleta de experiências sociais em que raramente se viu sociedades atribuírem às outras, posições de um mesmo patamar de igualdade. Não vamos retomar o tema, já bastante discutido nas Ciências Sociais, sobre o “etnocentrismo”, característica de certas sociedades ocidentais que pretenderam (e, ainda, pretendem, a custo de agressões manifestas ou veladas) a universalização da sua

---

<sup>11</sup> Retomaremos adiante a sua argumentação de que esse processo, que se exprime através do racismo e da intolerância, esteja hoje assumindo “formas inéditas”. O que importa, para nós, neste momento, é de indicar que tal fenômeno apresenta-se como uma constante universal.

cultura. A sociedade brasileira possui um acúmulo de experiências, desde os primórdios de sua formação social, de imposições de valores e relações, bem como de influências teóricas etnocêntricas que, até hoje, repercutem nos discursos, representações e práticas sociais e intelectuais existentes. O “etnocentrismo” é apenas uma das acepções mais conhecidas dessa onipotência: ele busca erigir, de maneira indevida, os próprios valores da sociedade a qual se pertence em valores universais (TODOROV, 1989, p. 21). Encontra-se, nessa concepção, implícita (e tantas vezes, explicitada) a inferioridade das instituições sociais dos outros, a qual nada mais é que “a outra face da afirmação da ‘verdade própria’ das instituições da sociedade-Ego” (CASTORIADIS, 1990c, p. 31). Compreenda-se como “verdade”, a exclusão de toda outra sociedade.

A questão da “exclusão da alteridade externa” (CASTORIADIS, 1990c, p. 32) remete, de fato, ao fenômeno do “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 1974). Mas, o que a inferioridade atribuída ao outro encobre, para além do narcisismo, do desejo de afirmação e de dominação, enquanto sociedade expansionista com fins econômicos, políticos, culturais e ideológicos? Se aceitarmos como válida a tese presente em Freud de que a ordem da exclusão é um componente bastante provável da instituição de toda sociedade, vemos uma pista interessante de problematização sobre o medo que o outro diferente suscita a cada relação real ou imaginária. Em certos casos, podemos mesmo falar do “terror do outro” resultando, por vezes, em reações truculentas.

É, pois, no racismo que encontramos algo mais específico que está além (ou aquém) do complexo de superioridade e que podemos articular, em seguida, com a questão do medo. Castoriadis (1990c, p. 32) abre-nos a interrogação: “Por quê aquilo que poderia permanecer simples afirmação da ‘inferioridade’ dos outros torna-se discriminação, desprezo, confinamento para se exacerbar, finalmente, em raiua, ódio e loucura mortífera?” Os fatos atuais, expostos acima, podem servir de substrato para essa interrogação; do mesmo modo, a nossa pesquisa

que considera, num outro nível das relações sociais, o contexto de ódio e de hostilidade sociais onde determinados jovens brasileiros das periferias pobres se defrontam com pessoas que se sentem apoiadas socialmente na sua “legítima” atitude de aniquilamento (social, e em certos casos, físico), mesmo quando eles nunca tenham cometido atos criminais ou incivis. Que processos psíquicos se articulam a um processo social de modo a engendrar relações onde dados “outros” são tomados como objetos de discriminação, de desprezo ou de ódio, e em certos casos, como objetos de aniquilamento físico?

### **SOBRE O ÓDIO DO OUTRO**

O ódio do outro seria a “outra face de um ódio de si inconsciente”, cujo afeto, acrescenta Castoriadis (1990c, p. 35-36), “é um componente de todo ser humano”; ele está na base das “formas mais radicais do ódio do outro e se descarrega nas suas manifestações mais cruéis e mais arcaicas”. Chama-se, com isso, atenção para o mecanismo psíquico de defesa – o “deslocamento”, no qual o afeto permanece, havendo apenas mudança de alvo, de objeto. No racismo, o indivíduo continua com o ódio primordial (de si), contudo, agora, deslocado para o outro.

Enfatizamos: essa problematização leva em conta processos que são da ordem do inconsciente e considera os afetos, que em sendo componentes da própria estruturação do ser humano, como sempre passíveis de elaboração processual (incessante) psíquica, significando com isso que, em princípio, está dada a condição de possibilidade de sua transformação (em outros tipos de afetos). Quanto ao fundamento do “ódio de si”, há que se pensar naquele extrato inapreensível – “a mônada psíquica” – subsistente após a socialização da psique, que permanece sempre atuante no sujeito. A mônada, por características inerentes a todo “ser vivente” – “O Estado do sujeito hoje” (CASTORIADIS, 1990a), está sempre inadaptada em relação à realidade que se lhe impôs no processo de socialização da psique; ela jamais aceitou a imposição de se tornar um “indivíduo social” o qual é para ela a prova real do seu es-



facelamento. Isso nos remete para aquilo que Freud (1974) colocava em termos de paradoxo na atitude do homem, sempre premido entre as exigências do seu desejo próprio e as exigências sociais. Desse conflito estrutural resultaria processos tanto construtivos como destrutivos no que concerne a si próprio e/ou ao “outro” (inclua-se a sociedade).

Acrescidos dessa compreensão sobre a natureza do ódio do outro, atentemos para mais um argumento de Castoriadis no tocante à contra-identificação do sujeito preso nesse sentimento exacerbado: o seu ódio não suporta que o outro negado tenha as mínimas características de si, razão pela qual ele procura formas de desidentificação com o objeto do seu ódio, impedindo que o outro se torne como ele: “Le vrai racisme ne permet pas aux autres d’abjurer”<sup>12</sup> (CASTORIADIS, 1990c, p. 34). Daí, a “inconvertibilidade” do outro, aludida pelo autor no fenômeno de “fixação racista”, a qual é definida como a atitude em que determinados outros não são somente excluídos e inferiores, mas “inconvertíveis” porque se tornam portadores de atributos negativos de toda sorte ou constituídos de “má e perversa essência” de forma que se justifica todo ato de desprezo, até o de sua eliminação. O que há de mais terrificante no “imaginário racista” é o aspecto de não se permitir à conversão: o outro é simplesmente “inconvertível” (CASTORIADIS, 1990c).

Sobre isso, remetemos, mais uma vez, ao nosso estudo (TAKEUTI, 2002) em que tratamos detalhadamente das condições de vida dos jovens de segmentos pobres e miseráveis na sociedade brasileira, muitos deles enredados nas malhas do mundo da delinquência e do crime, considerados insanos, vilões da sociedade, rechaçados e colocados num “lugar” cuja carga simbólica negativa impede-os de acessarem a condições objetivas e subjetivas de reconhecimento social, somente podendo ser identificados socialmente pelo avesso. Os obstáculos à sua “convertibilidade” – entenda-se, de ser partícipe do jogo social instituído em que o exercício das normas,

das regras e das estratégias faz parte da luta pelo capital simbólico (no sentido de Bourdieu) – são de toda sorte impeditivos da possibilidade de remanejamento de suas identidades, fixadas em atributos negativos, e tão só neles. Podemos, ainda, pensar nos jovens descendentes de imigrantes, na França (atingindo, em menor grau, outros países: Bélgica, Alemanha, Grécia), que ganharam recentemente visibilidade midiática, em fins de 2005, quando “atearam fogo” em número surpreendente de veículos, equipamentos ou prédios: o acontecimento revela, entre outras coisas, a expressão de revolta desses jovens que vêem exauridas suas expectativas de obterem, algum dia, “conversão” (vir a ser como qualquer outro cidadão francês ou europeu). Trata-se da violência social e simbólica que atinge amplas parcelas da população, no Brasil e na Europa, assim como em outras partes do mundo, e que está em estreita conexão com processos sócio-econômicos, políticos e históricos dessas sociedades.

Num outro plano de violência, a dos massacres físicos, referida, no início do artigo, a partir de Doray (2000), a inclemente “inconvertibilidade” imposta por uns aos outros resulta, por vezes, em genocídios. Só podemos concordar com Birman (2001, p. 291-300) que a intolerância e o racismo têm, na atualidade, adquirido “novas feições aterroizantes”, indicando o “horror na atualidade”; certas práticas nazista e fascista, enfatiza o autor, ganham novas feições, sobretudo na “maneira bárbara” com que se trata adversários nos vários conflitos atuais entre povos, etnias ou facções religiosas diferentes.

O que nos chama, efetivamente, atenção na análise de Birman a propósito da exacerbada violência sobre o outro é que diferentemente de Castoriadis (ódio de si e do outro) o autor desenvolve-a a partir do tema “amor de si e do outro”. Evidencia dois processos que se contraporiam: “processo narcísico” e o “processo alteritário”. Ao nível do sujeito do inconsciente, haveria uma “oscilação estrutural” entre esses dois pólos; nessa tensão, o sujeito se constitui. No pólo narcísico, “o outro é sempre encarado como uma ameaça mortal para a existên-

12 “O verdadeiro racismo não permite aos outros de se retratar”.

cia autocentrada do sujeito”. Enquanto que no pólo alteritário, o “outro é encarado como uma abertura para o possível”, e tão-somente aí há a possibilidade de “o desejo” se manifestar e tornar possível a “experiência da diferença”. E é o social, o “outro absoluto”, que deve favorecer essa abertura ao sujeito. É nesse ponto que Birman (2001, p. 298) defende a idéia de que a ordem social, hoje, estaria destituída de valores ideais que possibilitassem o encontro com o outro, a vivência de experiências comuns. Já em 1991, Enriquez publicava *O retorno das forças obscuras – o racismo como sintoma*<sup>13</sup> uma análise contendo essas mesmas preocupações a partir de um olhar projetado para outros campos empíricos.

Antes, porém, de continuarmos nessa reflexão sobre a ordem social e a difícil fluidez do processo alteritário, vamos nos deter na dimensão de violência e de morte que comporta esse “amor de si” (Narciso). Voltamo-nos para um outro registro para ampliar a nossa compreensão. Coelho (2005, p. 19-47) demonstra em sua tese que no mito grego de Narciso, contado pelo poeta Ovídio, nas “Metamorfoses”, as pulsões de vida e as de morte se acham aí fusionadas. Analisando a trama, seus personagens e todas as relações que se produzem no mito, Coelho conclui que o tema da morte (acrescentamos que mesmo quando a violência surge aí sutilmente, ela está presente em todo o desenrolar do mito expondo o seu caráter avassalador) é uma questão central no mito de Narciso. Mais adiante, retomaremos o mito na vertente em que Narciso se relaciona, também, com o tema do “renascimento”. Por ora, importa-nos ver que Narciso foge permanentemente da relação com o outro, das trocas afetivas<sup>14</sup>. Esse outro para Narciso (assim como para qualquer sujeito) possui duas facetas: de um lado, figura de elo, de estabelecimento de uma relação alteritária, portan-

to, fonte possível de sua “libertação de uma dimensão especular aniquilante” (COELHO, 2005, p. 39); de outro, sujeito de desejo próprio, portanto, fonte possível de felicidade, como também de infelicidade. Mas por que uma relação alteritária significava, para Narciso, uma ameaça destrutiva (de morte)? A tragédia do belo Narciso estava no vaticínio pronunciado por Tirésias (COELHO, 2005, p.24), no seu nascimento: vida longa à condição de “ele não se conhecer” ou “ele não se vir”. Coelho (2005, p. 23) esclarece: “Segundo Frazer, a origem da lenda consiste na proibição arcaica de não mirar o reflexo nas águas, proibição que se funda no risco de morte”. Portanto, se Narciso foge das relações, infringindo dor e sofrimento aos que o amavam ou sentiam-se por ele atraídos, é porque o outro inevitavelmente fa-lo-ia se ver – “se conhecer; ver-se a si próprio” (COELHO, 2005, p. 23). Isso significa que o outro o instauraria num caminho da (des)construção, inevitavelmente acarretando abalos, lutos e dores. Mas, significa também que só nessa relação alteritária ele poderia enxergar para além da imagem de si – até então, tão-somente *simulacro fugidio* (COELHO, 2005, p. 34) espelhado no lago – e ajustar a distância do amor de si e, no “desenvolvimento”<sup>15</sup> (COELHO, 2005, p.36), expandir-se (criar-se) para outras representações. Alude-se aqui à hipótese psicanalítica fundamental que só num processo alteritário o sujeito se funda e se constitui em “sujeito desejante”. Mas, Narciso permaneceu “preso num amor estéril de si” (COELHO, 2005, p.36) e morre junto com o “ser amado” (miragem de si), não sem antes se ver face à sua verdade e não antes sem revelar, também, o ódio de si<sup>16</sup> que nada mais é que a recondução para si do afeto, antes dirigido aos outros, segundo a interpretação do autor.

13 *Le retour des forces obscures: le racisme comme symptôme* (ENRIQUEZ, 1991b, 2005).

14 Coelho apresenta (2005, p. 28-30) *O drama da ninfa Eco* que se apaixona por Narciso e que se vê repelida e desdenhada por aquele que ama: “O afeto que bate no peito de Narciso não é assimilado, não há trocas, é devolvido, rejeitado, como um som que vem e volta como eco, empobrecido” (p. 30).

15 Tome-se nos dois sentidos: primeiro, saindo do envolvimento exclusivo consigo; segundo, desenvolvendo-se.

16 “É uma ilusão imaginar que Narciso se fecha por excessivo amor por si mesmo. Essa máscara de auto-erotismo visa esconder um ódio dissimulado, ódio que se revela quando ele começa a desferir violentamente golpes contra si mesmo, até sangrar – o qual parece ser uma repetição da agressividade materna outrora dirigida contra si” (COELHO, 2005, p. 39).

Vemos com o mito de Narciso que o “amor de si” carrega no seu bojo possibilidades de violência, de ódio (de si e do outro), e mesmo de morte. Se para Castoriadis, o ódio do outro tem fundamento no ódio de si – este ligado ao processo de “arranque da mônada”, de perda do “paradisiaco” (mundo da indiferenciação, da plenitude) – cujo afeto é, ulteriormente, deslocado para outrem; para Birman (2001, p. 297), é o amor de si impossibilitando o sujeito a uma abertura ao outro que o leva à “utilização voraz do corpo do outro para afirmar de maneira predatória seu autocentramento”. Ambas as versões possuem algo em comum, o sujeito narcísico (que se acha pleno e perfeito) ou o sujeito frustrado (que se sente incompleto e que anseia pela completude) buscam rejeitar/agredir (pulsões de morte) o outro que representa, justamente, a sua possibilidade de vir a ser sujeito de desejo. Ambos os tipos de sujeito fogem do outro e/ou destroem o outro devido ao seu medo da morte. Precisamente, na raiz da violência e do ódio está a enorme dificuldade em aceitar a mortalidade “real e total”, ou seja, aquilo que Castoriadis (1990c, p. 36) chama de “nossa segunda morte que vem após nossa morte da totalidade imaginária, da onipotência, da inclusão do universo em nós”. Ou, como dizíamos anteriormente, após esse nosso “arranque” da mônada fechada.

### **SOBRE A ANGÚSTIA DE MORTE E A ORDEM SOCIAL**

A dificuldade dos homens em fazer face à sua mortalidade conduz-nos a um outro registro constante da vida social, qual seja, o da angústia social de morte. A vulnerabilidade estrutural dos homens (enquanto seres destinados para a morte) torna a tarefa de viver como simples mortal uma das mais difíceis a se realizar, sobretudo quando, na sociedade, predomina o princípio da negação da morte. Não é assim de se estranhar se os homens tenham que produzir ininterruptamente artefatos para a perenização da sociedade, assim como a deles próprios (por exemplo, os investimentos no campo biomédico atestam a desenfreada busca de pílulas mira-

bolantes de prolongamento da vida, bem como as tecnologias genéticas abrem perspectivas inclusive para a reprodução do ser humano em laboratório); e mais, tenham que inventar instituições, obras, objetos e práticas como respostas à angústia de morte que, para além do medo da desintegração física, revela o temor do *caos*. Hobbes já o dizia: “o medo da morte é a pedra angular das instituições” (apud CASTORIADIS, 1990b, p.154). Do mesmo modo que Schopenhauer afirmava: “o medo da morte é a mãe da religião e da filosofia”.

Então, cada sociedade fornece respostas a essa angústia segundo o modo como constituem suas “significações imaginárias centrais” (CASTORIADIS, 1975). Por exemplo, os gregos inventaram as epopéias onde os heróis se eternizavam a partir dos feitos heróicos e, com isso, derivaram uma ética de vida em face da morte. O que está em questão nas condutas dos homens modernos é o frenesi que caracteriza essa vontade deliberada em vencer incansavelmente a morte (ao mesmo tempo em que não cessam de provocá-la) sem que ela esteja colocada no seu horizonte de problematização. Espécie de eufemização da morte através da produção de objetos que transcendem a própria força e limites do homem: na sociedade contemporânea, por exemplo, a produção de carros potentes, aviões supersônicos, foguetes, computadores, robôs, armas nucleares, e também, atletas, manequins e seres “performáticos” (no corpo e “alma”) produzidos com a ajuda de componentes químicos fabricados em laboratórios, bem como clones, atestam, entre outras coisas, a profunda dificuldade do homem em se reconciliar com o “fluir da vida”, como notava Octávio Paz (1984) no seu primoroso ensaio *O labirinto da solidão*. Referindo-se, num dado momento da obra, mais especificamente à sociedade americana, o autor nos perfila imagens de um povo que passa, o tempo todo, forjando um mundo à sua imagem, num mecanismo incessante de negação da morte. Produzem objetos “não-humanos” nos quais não se reconhecem e, por conseguinte, não conseguem nem mais se reconhecer nos seus semelhantes: “como aprendiz de feiti-

ceiro, suas criações já não o obedecem” (PAZ, 1984, p. 23). A modernidade americana (não só ela) concebeu a vida, imobilizando-a na negação da velhice e da morte. A desenfreada e constante criação de objetos, na contracorrente da própria natureza, estariam em estreita relação com a angústia do homem no mundo, diante das próprias limitações, revelando toda a sua dificuldade em reconciliar com o fluir da vida para a morte e criando impasses no plano das relações humanas devido ao acentuado desenvolvimento de insensibilidade para os problemas alheios. O interesse por *outrem* fica reduzido a um círculo muito restrito de pessoas de maior proximidade, passando o resto do mundo a ser desinvestido (no sentido pleno da libido). Convergem aqui, mais uma vez, as constatações de Birman (2001, p. 298): “vivemos atualmente presos a ideais particularistas, autocentrados, em que não existem valores que possam nos reunir como uma comunidade abrangente”.

Não haveria mais, nesse ambiente, lugar para o “renascimento” de Narciso. Retomemos o mito, por mais um instante: o poeta Ovídio (COELHO, 2005) conta que Narciso ao afogar-se no lago, transforma-se numa flor. No momento em que perece, ele renasce transfigurado. Narciso, amante de si, morre quando se vê “face a face consigo, com a sua verdade” (COELHO, 2005, p. 37), mas ressurge como um outro: narciso em flor. Esta parte do mito diz respeito à metamorfose possível<sup>17</sup> a partir do olhar que atinge os abismos da profundidade de si.

Em sociedades onde o tempo está pressionado pela medida do dinheiro (“tempo é dinheiro”) e o movimento das pessoas impulsionado em direção ao “produzir sempre, mais e mais” objetos e fetiches,

17 Interessante observação do autor sobre a especificidade do reflexo d’água diferentemente do reflexo do espelho-vidro: “O reflexo devolvido pela água de sua imagem, ao contrário do reflexo superficial dos espelhos, tem profundidade tridimensional. Se a superfície polida do espelho impede a passagem da mão que quer tocar a imagem refletida, na água essa mão perpassa e mergulha. Toda vez que ele toca a imagem, esta desaparece. O que aflora é a consistência do fundo e a inconsistência da aparência” (COELHO, 2005, p. 34-35, grifo nosso).

sempre um algo fora de si (mesmo quando se trate de produção estética corporal, por exemplo), os “narcisos contemporâneos” parecem ter menos chances de encontrar uma sustentação social para fazer face à “morte” do seu ego cativo no engodo de valores produtivista, utilitarista e consumista que insistem em impregnar o imaginário social contemporâneo. O desafio lançado ao homem moderno, conclui Green (1983, p. 280) em sua obra *Narcissisme de vie – Narcissisme de mort*, é que ele “só pode contar consigo próprio já que os deuses desertaram o céu”.

Os indivíduos vêm-se, assim, cada vez mais, com dificuldades em tecer elos, uns arremessados ao “gozo solitário” (BIRMAN, 2001, p. 298) e outros sofrendo a solidão da escassez ou pobreza de suas relações de convivialidade (ENRIQUEZ, 2004/2005)<sup>18</sup>, mas de todo modo mais temerosos e inseguros nessa “solidão imposta” (ENRIQUEZ, 2004/2005). Somos tentados a apelar para a figura de *Janus* (em lugar de Narciso) para falarmos do homem que para encontrar o bem-estar e fugir do mal-estar apela para a *in-diferença*<sup>19</sup>, segundo o conceito de “narcisismo de morte” proposto por Green (1983).

O autor postula a existência de um “narcisismo negativo (narcisismo de morte), sombra dupla do Eros unitário do narcisismo positivo”<sup>20</sup> que se

18 Artigo deste dossiê da revista Cronos.

19 Green explicita (1983, p. 53): “Essa in-diferença procurada com ardor é a intolerância à indiferença dos outros – é o que Freud observa justamente na raiz da paranóia. O ponto de equilíbrio dessas tensões, que visa a sua anulação recíproca, é a imobilização no ponto zero, insensível às oscilações do outro e do Eu imóvel. Indiferença entre bom e mau, dentro e fora, Eu e objeto, masculino e feminino (ou castrado). A plenitude do narcisista é obtida tanto pela fusão do Eu com o objeto como pelo desaparecimento do objeto e do Eu no neutro, ne-uter”.

20 Recapitulemos, com Green (1983, p. 20-39), sumariamente o que seria o narcisismo positivo: processo em que o Eu torna-se, ele próprio, seu próprio objeto de desejo, ou seja, o desejo pelo objeto é transformado em desejo pelo Eu. É o desejo do Um com a extinção do traço do desejo do Outro (p. 20). “A independência assim adquirida pelo Eu em relação ao objeto é precioso, mas ela é precária. Porque o Eu jamais poderá substituir totalmente o objeto” (p. 22). O narcisismo toma a face da morte (*Janus*) em casos em que não há a realização unitária do narcisismo. Nesse caso, “a vida torna-se equivalente da morte porque ela é o abandono do desejo” – é a “anorexia de viver”

orienta para a *inexistência*, a “anestesia”, “o vazio”, o “branco” (neuro). A largas passadas nessa complexa tematização, podemos reter que a busca do “não-desejo do outro, da inexistência, do não-ser” não é senão uma outra forma de acessar a imortalidade (fugir da idéia da morte).

“Se deixar morrer” é uma metáfora da apatia, da inércia, da não vontade, do não-desejo por algo, é a “perda de toda ilusão do futuro” (BIRMAN, 2001, p. 278). É a indiferença que prima nesse modo de funcionamento. Não é mais preciso negar frontalmente o outro, pois ele é completamente desinvestido – tanto faz se ele vive ou morre. Nada que é de fora parece interessar a *Janus*. Mas o que chama atenção nesse movimento que se apóia no trabalho da pulsão de morte é que este se dá em nome da resistência do Eu em desaparecer. Ou seja, o que o narcisismo de morte tem no horizonte é o desmanche do sofrimento que o outro pode lhe causar, a sua destabilização pela presença do outro. Não custa rememorar o postulado freudiano: os outros investidos afetivamente, libidinalmente, emocionalmente, podem tanto nos amar como nos hostilizar, pois podem expressar desejos tanto compatíveis quanto incompatíveis com os nossos, tanto podem nos propiciar a felicidade como a infelicidade. Referimos, num dado momento acima, ao “temor do caos” e que agora exige uma definição. Enriquez (1991a, p. 160) na sua análise do vínculo social nos esclarece:

O caos está em nós (em nossa clivagem, em nossa pulverização interna) e entre nós e os outros, pois o outro está ali sempre como promessa de amor e perigo provável, pois o outro nos assinala sua diferença e sua semelhança englobante, porque projetamos nele parte de nós mesmos e ele se comporta da mesma forma. [...] Devemos também admitir que o caos primordial é simplesmente a imagem psíquica projetada de nossos medos, de nossas dúvidas, de nossa ruína possível (como o evoca Winnicott), de nosso temor de um outro que pode se revelar como

perseguidor e torturador. O caos está presente de maneira constante, alucinatória, encantatória em cada um de nossos gestos e pensamentos. Podemos nos desfazer em pedaços a qualquer momento, e a qualquer instante o outro pode se revelar realmente como nosso carrasco.

Portanto, é desse outro mesmo que *Janus* tenta se proteger, aspirando primordialmente se preservar, e mais do que isso, sobrepujar-se ao perigo (que o outro lhe suscita) caindo na “indiferença”, no “não-desejo” (o que significa a morte psíquica), mas sobretudo, porque essa “fascinação pela morte subentende um fantasma de imortalidade”<sup>21</sup>.

## SOBRE A QUESTÃO DA ALTERIDADE E DO SEU RECONHECIMENTO

As reflexões acima conduzem-nos, finalmente, a concluir quão difícil é o exercício da alteridade. Seguimos com Enriquez na sua obra *Da borda ao Estado – Psicanálise do vínculo social* (1991a), mais particularmente o cap. VII, onde o autor aprofunda um ângulo da teoria freudiana que é o “da alteridade e do seu reconhecimento”. Cumpre notar, nessa abordagem: primeiro, aponta-se para as marcas da “tragicidade” do vínculo social – o próprio da estrutura constitutiva do ser humano é a ambivalência e a dificuldade em estabelecer laços harmoniosos com o outro; segundo, desenvolve-se que o temor do outro está sempre presente devido às reminiscências das experiências arcaicas terríficas – os outros estão sempre nos reavivando os nossos medos arcaicos.

Nas obras *Totem e tabu*, *Psicologia de grupo...*, *O mal-estar na cultura*, Freud coloca-nos na trilha da

21 O *zero* dá condições para nunca sentir falta de que quer que seja (mecanismo de negação da falta), explica Green. Se pensarmos que Freud avançou na sua hipótese de pulsão de morte (reflexões sobre a guerra e a morte), cujo destino seria predominantemente a destruição do outro, estamos apenas tocando na ponta do *iceberg*. Green (1983, p. 276) acrescenta aí mais uma dimensão quando argumenta sobre a “nossa indiferença em relação à morte dos outros, quando esses não fazem parte do patrimônio libidinal”. Mesmo se formos tocados dolorosamente pela morte de outro(s), resignamos diante da perda porque o sentimento “triunfante” do nosso Eu ter sobrevivido é mais forte; com isso o fantasma da imortalidade do eu continua preservado, esclarece o autor.

(p. 22-23). Em *Além do princípio do prazer*, Freud dissertava sobre o desejo do retorno ao estado inanimado, e é isso que estaria em jogo no narcisismo de morte onde a “petrificação do Eu visa a anestesia e a inércia na morte psíquica” (p. 23). O Eu visa um “retorno regressivo ao ponto zero” (p. 38).

violência subsistindo sempre no âmago das relações humanas e que, embora contida pela cultura, permanece sempre potencialmente latente. No entanto, para Freud, os vínculos sociais e afetivos não são marcados somente pela violência, pela destruição do outro, enfim pelas pulsões de morte. Os laços de amor, amizade, solidariedade, ou seja, as pulsões de vida contracenam no registro do psiquismo humano quanto no do registro social. Aliás, as suas primeiras teorias colocam o primado nas explicações do prazer e do amor. Contudo Freud, em seguida, vai postular a insuficiência da força do amor para o estabelecimento de elos entre os homens e para a instituição da sociedade, devido à presença, tanto na vida humana, como na vida social, das pulsões de morte, mas também, “em princípio, porque é impossível que os seres humanos reconheçam plenamente sua alteridade”<sup>22</sup> (ENRIQUEZ, 1991a, p. 164).

Por que é “impossível” reconhecer a alteridade? Porque o ser humano não mantém com os outros tão-somente relações de amor, de amizade, de cumplicidade, de solidariedade, de reciprocidade! Mesmo o amor tem como avatar o desejo de posse, a sedução, a diluição no e do outro, o ressentimento pelo não-reconhecimento do seu desejo (feridas narcísicas), o egoísmo em querer resguardar o sentimento amoroso no restrito elo a dois. Ademais, considerando-se os desdobramentos dessa análise até as suas últimas conseqüências seria inviável, ressalta Enriquez (1991a, p.167), pensar uma sociedade estruturada no predomínio do amor (paixão). “Acrescentemos um outro elemento, argumenta ele, de sua impossibilidade: o amor, com sua potência, levaria os seres à fusão amorosa (e à indiferenciação), ou ao excesso erótico, à perda de referências sociais e à morte social”.

22 O autor complementa: “Para fazê-lo [criar a civilização], seria necessário que cada um tivesse com os outros somente relações de amor, de convivência ou de aliança. Seria ainda necessário que o amor não arrastasse consigo essas escórias fundamentais que são a inveja, a posse, a absorção do outro, e que o amor não fosse contrário à marcha da civilização. O amor, no seu extremo, é tão perigoso quanto a violência” (ENRIQUEZ, 1991a, p. 167).

Nesse sentido, o “problema da alteridade abarca os aspectos da construção do outro e da destruição do outro” (ENRIQUEZ, 1991a, p. 160). A ameaça do aniquilamento está tão presente, no amor ou no ódio, quanto a possibilidade de realização e satisfação do indivíduo na relação com os outros, o que resulta sempre em relações ambivalentes. Quem, então, não re-conhece ter se ressentido, algum dia, a sua própria ambivalência e a dificuldade de estabelecer laços harmoniosos? Essa ambivalência no registro da nossa interioridade e com relação à exterioridade, todos nós a vivenciamos nas nossas experiências sociais, desde a tenra idade. Sem dúvida, o mais difícil processo de aprendizagem e de criação na vida social situa-se no plano das relações humanas, observa Enriquez (1991a, p. 159), concluindo que o mais inexorável nesse processo é que a dificuldade em estabelecer “vínculo com outrem” revela nossa “dificuldade de viver conosco mesmo”. E, acrescentamos, é a confirmação de nossa solidão “estrutural”. Desta, procuramos a vida inteira fugir sem lhe escapar. Entretanto, a solidão não encerraria somente uma face sombria e Rilke já o dizia, na carta ao jovem poeta, que dela se poderia retirar frutos para o nosso enriquecimento pessoal. Assim visto, ela é a “porteira” que abre novos caminhos, pessoais e coletivos<sup>23</sup>. Afinal, quem mais do que Narciso viveu tanta solidão? Não renasceu ele em flor depois de descobrir-se? Podemos, então, reler o mito de Narciso como uma trajetória do vínculo – da negação à sua afirmação (pela transformação de si e do outro). Contudo, transposto ao nível social e diante dos fatos “quentes” que a contemporaneidade tem exposto, resta sobre essa trajetória, ainda enormes indagações inquietantes, pois *Janus* (o indiferente) e outras “figuras de morte” (os intolerantes) escancararam suas feições mais do que, no plano individual, cada um o deseja.

23 Conferir o artigo de E. Enriquez, neste dossiê.

## REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BURGAT, Florence. La logique de la légitimation de la violence: animalé vs humanité. In: HÉRITIER, F. **De la violence II: séminaire**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. L'état du sujet aujourd'hui. In: \_\_\_\_\_. **Le monde morcelé: les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Editions du Seuil, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Editions du Seuil, 1975.

\_\_\_\_\_. **La montée de l'insignifiance: les carrefours du labyrinthe IV**. Paris: Editions du Seuil, 1996.

\_\_\_\_\_. Psychanalyse et politique. In: \_\_\_\_\_. **Le monde morcelé: les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Edition du Seuil, 1990.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o racismo. In: \_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 27-41.

\_\_\_\_\_. Réflexions sur le racisme. In: \_\_\_\_\_. **Le monde morcelé: les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Edition du Seuil, 1990.

COELHO, José Ramos. **De Narciso a Edipo: a criação do artista**. Natal: EDUFRN, 2005.

DORAY, Bernard. **L'inhumanaire ou le cannibalisme guerrier à l'ère néolibérale**. Paris: La Dispute/Snédit, 2000.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. Da solidão imposta a uma solidão solidária. **Cronos**, Natal, v. 5/6, n.1/2, p. 19-33, jan./dez. 2004/2005.

\_\_\_\_\_. Le retour des forces obscures: le racisme comme symptôme. In: **Les figures du maître**. Paris: Arcantere, 1991, p. 273-287.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas**. São Paulo: Imago, 1974. v.21.

GREEN, André. **Narcissisme de vie: narcissisme de mort**. Paris: Minuit, 1983.

PAZ, Octávio. **O labirinto da solidão e post-scriptum**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RABINOVITCH, Gerard. Figuras da barbárie. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 11-18, jun. 2005.

TAKEUTI, Norma M. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres**. Paris: Editions du Seuil, 1989.

# A democracia na miséria

Aécio Gomes de Matos – UFPE

## RESUMO

O acesso à educação e à saúde influencia diretamente na capacidade dos segmentos sociais defenderem seus direitos da cidadania, tendendo a agravar as desigualdades e a exclusão social, ao mesmo tempo em que reforça o poder dos grupos hegemônicos que controlam a economia e a política. O senso comum internaliza esse ciclo perverso como inerente à natureza dos sistemas sociais e alimenta o descrédito nas instituições, enviesadas pelos interesses das elites. São o alheamento e a alienação crescentes. Nos países onde as assimetrias sociais são mais graves, não se entendem os significados de democracias onde o poder político é comprometido pelo poder econômico e as instituições permanecem passivas face à miséria da maioria. Neste artigo, considera-se a hipótese que não há como superar essa situação e aperfeiçoar a democracia, sem que se invista em processos de constituição de organizações de base que consolidem as conquistas políticas dos movimentos sociais de massa em instituições com respaldo e controle popular. Nesta construção, o papel das lideranças e das vanguardas políticas é fundamental à medida que abdicam de posturas mais diretivas para ajudar as comunidades locais a construir seus próprios caminhos, coordenando movimentos sociais mais amplos em redes de sujeitos autônomos.

Palavras-chave: Organização social. Sociedade civil. Democracia participativa. Clínica do social

## RÉSUMÉ

L'accès d'une population à l'éducation et aux services de santé peut avoir une influence directe sur sa capacité de défendre ses droits de citoyenneté. Dans ce sens, l'exclusion sociale engendre une tendance d'aggraver les inégalités en même temps que renforce le pouvoir des groupes hégémoniques qui contrôlent l'économie et la politique. Dans les sociétés les plus pauvres, le sens commun considère que ce cycle pervers est inhérent à la nature même des systèmes sociaux, en préjudice de la crédibilité des institutions, biaisées par les intérêts des élites. C'est ainsi que l'aliénation s'accroît. Dans des pays où les asymétries sociales sont plus accentuées, le peuple n'est pas en mesure de comprendre la vraie signification d'une démocratie dont le pouvoir politique est contrôlé par le pouvoir économique et où les institutions restent passives face à la misère des gens. Dans cet article, on considère l'hypothèse où ce n'est pas possible dépasser ce stage a fin de perfectionner la démocratie sans qu'il y ait un important investissement vers la formation des organisations de base dans lesquelles les conquêtes politiques des mouvements sociaux de masse pourront se consolider sur des institutions contrôlées par la société civile, la seule instance capable de légitimer une vraie démocratie. Dans cette démarche, le rôle des *leaderships* et de l'avant-garde politique est fondamentale, au fur et à mesure qu'ils abdicent de positions plus directives pour aider les communautés de base à construire, elles-mêmes, leurs propres chemins dans des réseaux sociaux des sujets autonomes.

Mots-clés: Organisation sociale. Société civile. Démocratie participative. Clinique du social.



Citando Amartya Sen, o Relatório do Banco Mundial *Rompendo com a história* (DE FERRANTI et al., 2003, p. 13) considera que o acesso aos serviços básicos de educação e saúde, além da importância que tem em si para a qualidade de vida dos indivíduos, é determinante para as assimetrias quanto à influência e ao poder dos segmentos sociais na defesa dos seus direitos da cidadania. Weakliem, Andersen e Heath (2005), confirmam, em pesquisas recentes, que as pessoas de renda mais alta têm mais influência do que as pessoas de baixa renda sobre as políticas públicas, inclusive sobre aquelas políticas que interferem na distribuição de renda.

Esse viés que afeta a cidadania dos segmentos sociais mais pobres se inscreve num ciclo perverso que tende a agravar as desigualdades e a exclusão social, ao mesmo tempo em que reforça o poder dos grupos hegemônicos que controlam a economia e a política. O senso comum alimentado pela ideologia dos dominadores internaliza esse ciclo inerente à natureza dos sistemas sociais e alimenta o descrédito nas instituições, enviesadas pelos interesses das elites. Worns (2005, p. 105) reconhece isso mesmo nos países desenvolvidos onde existe um sentimento mais acurado de cidadania.

Em países como o Brasil, o povo tem dificuldade para entender os significados de uma democracia cujas instituições permanecem passivas diante da penúria material a que estão condenados os mais pobres. As transferências diretas de renda de programas como bolsa escola e bolsa família que contabilizam, pelas estatísticas governamentais, 8 (oito) milhões de família parecem ter pouca influência nesse quadro. “Dificilmente uma família na periferia de um grande aglomerado urbano vai ver mudado de forma significativa seu cotidiano pelo fato de receber R\$ 45 por mês se seu entorno está caracterizado pela violência, tráfico de drogas, esgoto a céu aberto, ruas sem asfalto, falta de atendimento médico etc” (LOBATO, 2005).

Se as elites e as classes médias esclarecidas enaltecem o estado de direito como condição de democracia e apostam em programas sociais, a maioria

da população parece não valorizar tanto um sistema institucional onde a política se submete ao domínio da economia; onde a cidadania padece sob a discriminação social, o desemprego, a violência institucional fazendo parte do dia a dia, sem nenhuma perspectiva de mudança.

No mundo, as dimensões reais dessas assimetrias desconhecem os limites mínimos dos Direitos Humanos que as Nações Unidas elegeram como base fundamental de justiça social e como princípios fundadores da democracia. Os 20 países mais ricos, principais avalistas das Nações Unidas, com uma população de menos de 100 milhões de privilegiados, concentram mais de 76% do Produto Mundial Bruto, indiferentes ao clamor dos 2,7 bilhões de pessoas vivendo abaixo do patamar de pobreza. Um quadro irreversível, se considerarmos que essas assimetrias se aceleram ao longo dos anos, já que a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta, que era inferior a 5 (cinco) vezes, em 1820, é hoje 80 (oitenta) vezes.

Essa situação é tão mais grave e mais perversa quanto mais pobre é o país. Na América Latina, os 10% mais ricos acumulam quase a metade da renda total, enquanto os 10% mais pobres devem se contentar com menos de 2% dessa mesma renda. Pode parecer coincidência que, justamente nesses países mais pobres e desiguais, a democracia seja mais precária. Mas não é. Existe uma correlação direta entre as desigualdades sociais e a manipulação dos processos eleitorais, a imposição de governos autoritários, a eclosão de conflitos e disputas de poder entre grupos étnicos e políticos sectários. Muitos desses conflitos não conseguem esconder o jogo de interesses estratégicos dos países mais ricos nas disputas por petróleo, minérios e por outros interesses dos grandes aglomerados financeiros.

O Relatório do Banco Mundial (DE FERRANTI et al., 2003) sobre desigualdades sociais alerta para a armadilha dessa situação que tende a perpetuar as hegemonias políticas nesses países através de mecanismos legais e financeiros. O capitalismo liberal nasce sob o pressuposto do equilíbrio das relações

individualistas pela mão invisível do mercado. Mas os seus críticos já anunciavam as tendências perversas desse sistema associando assimetrias econômicas ao domínio das instituições e à alienação política. Para Marx, a penúria é, em si, uma condição suficiente da alienação.

No Brasil, a situação não é diferente. Considerada a décima primeira economia do mundo, o Banco Mundial nas suas análises de desigualdade (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 2006), nos qualifica num ranking de 127 países, como o sexto mais desigual e injusto do mundo, com um índice Gini de 0,59. Estamos em situação mais desfavorável do que países paupérrimos como o Equador, a Bolívia, o Paraguai, a Etiópia, a Guiné-Bissau. As assimetrias sociais brasileiras só não são piores do que a desses cinco países que vivem em condições de miséria absoluta, Haiti e mais quatro países africanos, República Centro Africana, Botswana, Namíbia e Lesoto<sup>1</sup>.

É justamente por conta dessas desigualdades que a democracia brasileira continua tributária da falta de legitimidade que se acreditava ter sido superada com o restabelecimento do estado de direito. Na prática, não podemos nos ufanar do restabelecimento da democracia com o fim da ditadura militar; o paradoxo entre estado de direito e precariedade democrática se reflete, entre outros aspectos, na fragilidade de um sistema eleitoral onde domina o poder econômico, com velhas práticas corruptas de “mensalão” e “caixas 2”. Votando por obrigação, a maioria da população escolhe seus candidatos por influência da mídia ou de relações pessoais com cabos eleitorais e prepostos de candidatos. O voto consciente e os compromissos políticos que caracterizam raros segmentos do eleitorado são hoje em dia mais escassos. Os partidos políticos com ideologias e linhas programáticas claras, que caracterizavam

as esquerdas, tornaram-se pragmáticos e casuísticos em suas estratégias e alianças de acesso ao poder. Esses fatos geram na população um entendimento, cada dia mais generalizado, de que a maioria dos políticos é “farinha do mesmo saco” e se perpetua no poder, sem que haja meios de cobrar compromissos e fidelidade da representação.

E não há soluções a vista. Se for verdade, como afirma o relatório do Banco Mundial, que as raízes dessa alienação estejam correlacionadas às histórias de assimetrias sociais do País, não há saída política sem uma educação de qualidade, sem superação da penúria da vida material, sem as redefinições econômicas que permitam recuperar condições dignas de trabalho, sem subverter a subalternidade social. Em outras palavras, democracia se constrói com desenvolvimento econômico, inclusão social e dignidade.

Na contramão da democracia, os governos têm o hábito de mascarar suas políticas com fantasiosas informações sobre crescimento econômico e indicadores de emprego e renda, que não se traduzem em qualidade de vida e cidadania. A ilusão do desenvolvimento cai por terra diante da precarização das relações de trabalho, enquanto cresce a decalagem entre a geração de novos empregos e o crescimento dos segmentos populacionais em idade de trabalhar. No Brasil, seriam necessários pelo menos um milhão e meio de empregos por ano, só para ocupar esse contingente. Isso, sem contar com o déficit estrutural de um desemprego da ordem de 10%. Análise realizada por Sachs (2004) sobre a situação de emprego no Brasil, confirma essa distância entre desenvolvimento, modernização e geração de empregos. “O Brasil entrou no século XXI com um aparelho industrial moderno e diversificado e um setor de agronegócio que confere liderança mundial em vários setores. No entanto, a sua estrutura ocupacional reflete o atraso social” (SACHS, 2004, p. 24).

Estudo realizado pela UFRJ/CEPAL, com base nos dados da PNAD de 2002, revela que nos onze anos de modernização tecnológica que se seguiram à abertura comercial de 1990, foram fechados 12,3 milhões de postos de trabalho, um pouco menos

1 O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) informa pela imprensa (Folha de São Paulo, domingo, 29 de janeiro de 2006) que o pesquisador Sergei Soares, concluiu estudo que indica tendência desse índice para 0,574 em 2004, sob efeito dos programas de distribuição direta de renda (bolsa família), mesmo tendo havido uma queda da renda média do trabalhador.

do que os 15,5 milhões de novas ocupações criadas pelo crescimento econômico do período. Trocando em miúdos, é fácil entender que quase todo o esforço de crescimento econômico para geração de novas atividades econômicas para a população, foi anulado pela modernização tecnológica.

O economista Sayad (2004) dá uma síntese clara desse quadro: “No Brasil a pobreza foi se acumulando em camadas sedimentares ao longo de muitos anos de estagnação ou desenvolvimento. O desenvolvimento destrói formas antigas de produção. A estagnação impede que novas gerações se incluam na economia maior e renovada”.

Nesse quadro, a modernização da economia está excluindo uma parte significativa da juventude e de outros segmentos da população numa situação de subproletarização, onde a se impõe a luta individualista pela sobrevivência a qualquer custo. Uma situação que, além de subverter os códigos morais da sociedade, consome as energias e as motivações associacionistas e isola cada dia mais as famílias à sua própria sorte.

Não obstante esse quadro avassalador, de erosão das bases da democracia brasileira, o mundo político, mesmo aquele exposto aos holofotes das críticas da imprensa, parece sobreviver imune, enquanto a democracia representativa continua incólume, como se o estado de direito se bastasse a si mesmo. Os políticos contornam os processos legais por renúncia transitórias ou por manipulações jurídicas e voltam ao poder pelo voto popular manipulado, como se nada manchasse a ética; um escárnio às instituições cada dia mais desacreditadas.

## A INIQUIDADE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Vivemos assim em um mundo onde a democracia representativa assume no senso comum, significados incoerentes com os conceitos que a fundaram, escamoteados em discursos e práticas incongruentes. Para além da correlação perversa entre poder econômico e poder político, há que se dar conta também nas análises sobre a democracia das defor-

mações do processo representativo nos atuais regimes políticos.

O exercício do voto sem uma contrapartida clara de compromisso dos eleitos, sem dispositivos de controle pelos representados sobre seus representantes, já seria suficiente para tornar inócuo o sentido da democracia representativa. A lógica eleitoral que pretende articular as prerrogativas constitucionais do cidadão comum e o exercício efetivo do poder republicano pelos representantes eleitos, não dá conta da dimensão real do contrato político entre representantes e representados. O estado democrático é assumido em nome do povo sem que o povo possa exercer formas efetivas de poder, para além do voto.

Isso sem falar do exercício de funções de Estado por servidores públicos, sob um suposto saber que lhes garante uma nova forma de poder tecnocrático, legitimado pela competência profissional. Nas democracias modernas, a representação parlamentar, os eleitos do poder executivo, as tecnocracias substituem o poder das elites aristocráticas, sem que tenha havido mudanças mais profundas no exercício do poder. Na prática, são as elites e as vanguardas que continuam falando e decidindo em nome do povo, legitimadas ideologicamente ou por sistemas legais instituídos em nome do povo e para o povo.

De fato, o povo fica a ver navios. Os dispositivos de controle institucional pelo ministério público, pelos conselhos de ética, embora reflitam o sentimento e a indignação da população, têm se demonstrado incapazes de exercer uma ação mais efetiva quando envolve acordos políticos e terminam por transformar em “pizza” situações de incontestável corrupção e falta de ética política.

As Comissões Parlamentares de Inquérito e o ministério público se sucedem em investigações desde os anos noventa, promovendo verdadeira caça às bruxas com o impedimento de um presidente da república, cassação de deputados, prisão de juizes e funcionários públicos. Apesar disso, a ética na política parece não ter sido estabelecida quando recrudescem os escândalos no Governo do Partido dos

Trabalhadores que, até então, era o guardião da moralidade e da ética na política.

Tampouco funcionam como dispositivo de controle social os conselhos setoriais de políticas públicas. No limite, esses conselhos parecem ter se transformado em novos dispositivos de representação onde o cidadão comum só se expressa através das lideranças das associações comunitárias do seu bairro ou pela intermediação de profissionais de organizações não-governamentais. Mesmo o caráter paritário da participação dos usuários perde significado quando cotejado ao processo de escolha dos representantes e aos mecanismos de manipulação de que dispõem as administrações. A maioria dos usuários continua desinformada e pouco influencia as decisões dos conselhos.

De fato, a institucionalização e implementação dos conselhos, a partir do final do século passado, pouco interferiu nos processos de decisão da União, dos Estados e municípios uma vez que a concepção dos programas governamentais, a prioridade e as alocações orçamentárias continuam sendo decididas nos escalões dos ministérios e secretarias, sob o beneplácito dos parlamentos, cujas emendas individuais e de bancada garantem o quinhão de cada um. Ribeiro (1997) afirma que, apesar dos conselhos terem sido constituídos sob pressão popular, não se pode desconhecer o papel dominante do Estado na definição dos espaços de participação e do *status* de representação dos grupos de interesse e da própria agenda política dos conselhos gestores. Na prática, os conselhos interferem, sobretudo, no plano operacional, ora nas decisões para priorizar a aplicação dos recursos orçamentários (tipo orçamento participativo); ora na geração de informações da comunidade, úteis ao controle social. Uma participação limitada que, mesmo tendo o seu lado positivo, não pode ser considerada como uma mudança significativa para a evolução da democracia no País.

A busca de uma alternativa à democracia representativa não é nova. Segundo Ghon o surgimento dos conselhos na gestão pública ou em coletivos da sociedade civil é tão antigo quanto a democracia re-

presentativa, remontando ao período medieval. Evoluíram na história e foram tratados diferentemente, ora como instrumentos de colaboração na filosofia liberal, ora como dispositivos políticos para impor a vontade popular pelas esquerdas. Para Hannah Arendt (apud GOHN), os conselhos consistiriam na única forma política para o exercício de um governo que tenha como princípio a participação e a cidadania.

Worns (2005), analisando a crise de legitimidade da democracia representativa na França, reconhece que as origens da dicotomia entre representantes e representados remontam à revolução francesa. De um lado, uma elite esclarecida que tinha competência e argumento político para defender os princípios de direitos universais; do outro, a massa de analfabetos que constituía a maioria do povo. Desde as suas origens, as fragilidades da democracia residem assim na falta de identidade dos representantes e de canais regulares de expressão popular que permitam o controle da vontade eleitoral enviesada pelo domínio econômico e pelo discurso ideológico.

## DEMOCRACIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A descrição da fragilidade da uma democracia erigida sob as assimetrias sociais, não deixa muitas esperanças aos que acreditam no futuro da sociedade brasileira. Sem cair nas armadilhas ufanistas dos discursos participacionistas, há que se ir além da desesperança, à cata de uma análise mais acurada que permita fundar projetos mais animadores. Compreendendo-se melhor a organização da sociedade nos seus aspectos políticos, históricos, identitários, se poderia refletir melhor sobre os caminhos de construção de uma democracia cidadã.

Em primeiro lugar, há que se interrogar sobre os processos intrínsecos de organização da sociedade civil e sobre o seu poder de transformação; em última instância, sobre a sua vocação transformadora, como define Gramsci. Em um texto anterior (MATOS, 2003), procurei analisar esse processo fazendo a distinção entre três níveis complementares de organização que integre as dimensões macro e micro sem escamotear as diferenças e contradições dialéti-

cas entre a sociedade como um todo e as instâncias que constituem a base da análise: a organização de massas, a organização política e institucional e a organização de base.

A **organização de massa**, onde se inscrevem movimentos sociais de participação popular e que se constitui um dos focos responsáveis pelas grandes mudanças que resultaram na redemocratização recente. As “diretas já”, “o Grito da Terra”, “o Grito dos Excluídos”, se incorporaram definitivamente à história da democracia brasileira. Não se pode esperar mudanças sociais significativas sem o engajamento de grandes contingentes populares no quadro político. O poder simbólico das mobilizações explosivas, com capacidade de empolgação e de ampliação rápida, produz as mensagens ameaçadoras indispensáveis para se ganhar posições no jogo político contra as elites entrincheiradas nas instituições. Mas também não parece seguro depositar todas as fichas desse jogo político nessa forma de organização social, quando se tem em vista assegurar a estabilidade do processo democrático. As mesmas características explosivas e emocionais que respondem pela intensidade e pela eficácia da organização de massa nas mudanças sociais, têm repercussões diretas sobre a instabilidade e o refluxo de sua sustentabilidade política. É preciso considerar, sobretudo, o caráter emocional e instável da mobilização de massa, carregados de referências maniqueístas de identificação e de negação e oposição. A impulsividade das massas é carregada no imaginário, investida em fantasmas que sacralizam e demonizam figuras públicas ou posturas políticas, sempre associadas ao marketing político, com imagens, cores e símbolos marcantes; as palavras de ordem e as músicas que tocam fundo no plano emocional. Segundo Pagès (1998)<sup>2</sup>, a aparente racionalidade dos argumentos políticos de

fachada dessas mobilizações são meros componentes de uma mistificação que tem mais o objetivo do envolvimento emocional da massa.

Já a **organização institucionalizada** se define no plano dos contratos sociais, das funções públicas, da divisão política dos poderes, dos direitos e deveres que regulam as relações sociais. A estrutura funcional do aparelho de Estado, a iniciativa privada e os códigos que a regem, os partidos políticos, os contratos de trabalho, os sindicatos são estruturas universais legalmente legitimadas para garantir a estabilidade do estado de direito tornando “evidente, intocável e sagrado o que é apenas contingência política, [...] e legitimando no plano ideológico o que só é justificado pela força” (LOURAU, 1975, p. 39).

Esse contraditório institucional se expressa de forma direta quando os representantes do povo, servidores e dirigentes de órgãos públicos se apropriam dos mandatos no interesse de próprios projetos pessoais ou corporativos. São contradições da democracia representativa, que se refletem e que precisam ser trabalhadas na instância institucional que não se basta a si mesma, que não garante, por si, a consistência do processo democrático.

Na prática, a experiência mostra que muitas das instituições que garantem os direitos sociais como educação, saúde, previdência, ficam a reboque de ajustes políticos conjunturais; enquanto outras, como a justiça, a segurança pública, a regulação dos mercados, dependem fundamentalmente do poder econômico que as controla. As garantias institucionais que configuram a evolução política e a maturidade democrática de uma sociedade não podem depender apenas do ordenamento institucional que configura o estado de direito.

A **organização de base** se diferencia das duas anteriores por ser um espaço onde se podem estabelecer os processos de autonomia que permitem a formação e o desenvolvimento de sujeitos individuais e coletivos conscientes de suas identidades em contraposição à impessoalidade das massas e à universalidade das instituições. Resgatar esse papel

2 Ver Pagès (1998) e sua análise do envolvimento emocional das massas no fenômeno revolucionário, como uma regressão criativa caracterizada entre suas diversas fases, por um movimento de contestação do poder instituído. Para esse autor, a contestação se expressa em forma de utopias de mudanças radicais e absolutas, sem que isso represente formas ordenadas de projetos racionais.

de sujeito tem, neste nível de organização social, a clara intenção de colocar em pauta o papel relativo dos indivíduos e dos coletivos no foco da questão da organização social. Uma síntese entre os paradigmas estruturalistas e individualistas para encontrar mediações que compreendessem determinações do social sob influência das ações individuais, abrindo espaços para compreensão de dinâmicas mais complexas de mudanças sociais fundadas na interação humana, na comunicação ativa, na reflexão crítica e na consciência coletiva.

É justamente na organização de base que essas interações sociais e as mediações entre as diversas formas de organização social parecem ser mais plausíveis. Nos grupos que constituem as comunidades de base, se torna possível a emergência de sujeitos assumidos como pessoas reais e não simplesmente identificados pela universalidade das instituições, nem pelo anonimato da participação da massa. É aí, nesses grupos de base que a democracia direta pode se expressar a partir da reflexão de pessoas singulares que se comunicam diretamente umas com as outras, no mundo da vida. As pessoas se reconhecem e se identificam mutuamente, se relacionam entre si e não através de representantes; escutam-se e desenvolvem laços afetivos e constroem juntas suas histórias individuais e coletivas. A organização social de base é um espaço onde se pode construir a *práxis* pela reflexão crítica das experiências individuais e coletivas, onde se constituem sujeitos sociais autônomos que se expressam nas relações com outros sujeitos sociais, com as autoridades instituídas, com outros segmentos da sociedade.

#### A PRIORIDADE DA ORGANIZAÇÃO DE BASE

É na organização social de base que repousam minhas maiores expectativas de aperfeiçoamento da democracia, como espaço concreto de articulação dos movimentos sociais de massa e dos direito institucionais. É na base que se pode constituir uma democracia de fato e de direito, a partir das posturas reflexivas. Chame-se de comunicação em Habermas, de *práxis* em Gramsci, de autonomia em Castoria-

dis, de política sexual em Reich,... É aí que se pode constituir os fundamentos de uma consciência cívica que articule a sociedade civil para um projeto político democrático superando os limites locais para se estruturar em redes; se expandindo gradualmente até os limites das mudanças sociais mais profundas e mais amplas.

Acredito que a articulação de uma organização constituída politicamente na base como sujeitos coletivos é fundamental para a sustentabilidade das lutas sociais e para uma vigilância sistemática da consolidação das instituições democráticas. Não obstante pareça lógica, essa constatação não tem parecido evidente a tantos quanto pretenderam, até os nossos dias, definir os rumos da democracia no Brasil. Se é verdade que muito já se investiu em constituir e aperfeiçoar os movimentos sociais, não é evidente que haja uma preocupação maior com a consolidação de organizações de base com autonomia e consciência crítica.

De fato, o País nunca teve tantas organizações na base da sociedade civil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) contabilizou, em 2002, mais de 276 mil entidades sem fins lucrativos, das quais (segundo minhas análises) pelo menos 47 mil estariam comprometidas com lutas sociais em defesa do aperfeiçoamento da democracia. Mas não parece evidente que essas organizações, apesar de uma militância ativa e politicamente comprometida, já tenham incorporado métodos adequados a uma *práxis* que se consolide num projeto de aperfeiçoamento político da democracia popular. Não é incomum encontrar nessas organizações, mesmo nas mais comprometidas com o discurso democrático, os traços mal disfarçados de formas autoritárias de regulação política herdadas do socialismo real, sempre justificado em nome da necessidade de coesão interna na luta contra as oligarquias.

A moda dos processos participativos que tomou conta da sociedade civil por indução dos organismos de cooperação internacional, termina se reduzindo à adesão a métodos, cujo principal objetivo é a implicação da “população alvo” em programas e proje-

tos onde o essencial já foi previamente definido pela tecnocracia, quando se decidem as estratégias e os orçamentos. Na maioria dos casos, os métodos de participação não desenvolvem uma escuta adequada ao saber e às iniciativas das comunidades, que terminam aderindo aos projetos por motivações instrumentais, onde conta mais o acesso aos recursos e benefícios diretos prometidos, do que à formação de identidades coletivas, de sujeitos autônomos e de capital social.

Ora, o que está em pauta aqui, é, sobretudo, a formação de sujeitos sociais autônomos que possam desenvolver e se apropriar de um capital social que os coloque em condições de definir e defender seus interesses nas relações com o Estado, com o mercado e com outros agentes sociais com os quais se relacionam.

A orientação central de uma prática, nessa perspectiva, se inscreve no contexto das ciências sociais clínicas definido por Levy (1997, p. 14), “compreendendo mais que um conjunto de métodos e de técnicas, [...] duas faces complementares: um ato ou análise organizacional como resposta a um pedido de ajuda, [...] e uma prática de pesquisa diretamente implicada no processo de mudança”.

Com essa orientação clínica, o compromisso central da intervenção organizacional é com a capacidade de reflexão crítica e de ação caracterizada por uma autonomia, que se diferencia, ao mesmo tempo, do individualismo metodológico do liberalismo e das determinações estruturalistas características do socialismo real. Para Castoriadis (1975, p. 147), a autonomia compreende a formação de consciência individual e coletiva sobre a realidade, construída por uma análise crítica no sentido da filosofia da *praxis*, cujos sujeitos assumem a construção da sua própria história e do seu destino.

Do ponto de vista metodológico, a construção da autonomia se instala justamente nesse processo de análise crítica, cujo sujeito é o coletivo de base que assume simultaneamente os papéis de objeto e sujeito de sua história. Não é uma tarefa fácil, sobretudo se não se guarda uma postura muito atenta à

dependência que costuma se instalar com relação aos profissionais externos ao grupo de base, cuja função precípua seria de facilitar a reflexão coletiva.

Esse é um papel impossível de ser assumido por um agente interno, diretamente implicado nas relações do grupo de base, mas também muito difícil de ser assumido por um agente externo, mesmo quando essa relação se respalda em uma demanda do coletivo ou de seus líderes. A ambigüidade dessas demandas resulta das motivações “tecnocráticas” dos que a formulam baseados em “experiências diversas” (GUIENNE-BOSSAVIT, 1994, p. 134), sem clareza dos problemas vividos pelo coletivo, transferindo a um terceiro com supostas competências e habilidades a quem se atribui “algo de gênio e [...] um dom pessoal” (GUIENNE-BOSSAVIT, 1994, p. 147).

Tarefa difícil, que requer uma postura de abertura na relação entre facilitador e grupo, cujo contrato não pode ser definido de maneira precisa entre as partes, carecendo de confiança em uma construção permanente da relação de ajuda, cuja condução deve se centrar no sujeito coletivo e não no facilitador. Segundo Levy (1997, p. 98), o facilitador deve fundamentalmente “negociar com os atores, na situação onde opera, desde os primeiros contatos, no momento da definição do enquadramento e do planejamento da intervenção, mas também no decorrer do processo, até a sua conclusão”.

## A CLÍNICA DO SOCIAL

O foco na organização social de base, como sujeito condutor de transformações sociais necessárias à evolução da democracia, implica na adoção de métodos comprometidos com a formação de uma consciência crítica como base da construção da identidade coletiva e de uma postura política autônoma com relação às formas de dominação das elites e das vanguardas hegemônicas.

Nesta perspectiva, a formação de sujeitos sociais autônomos nas organizações de base pode evoluir em quatro estágios subseqüentes que vão da dependência características das posturas subalternas

e individualistas dos grupos-objeto, até a emergência e o enfrentamento dos conflitos internos através de mediações negociadas que levam à constituição do grupo como dispositivo de regulação coletiva, às decisões e ações necessárias à implementação de ações politicamente engajadas. Distingo, aqui, quatro momentos subseqüentes na evolução dos grupos com essa vocação de autonomia: dependência; emergência dos conflitos; resistência à mudança; projeto social coletivo.

Num primeiro momento, a **dependência** se instala com relação à figura do facilitador, a quem se atribui um “suposto saber<sup>3</sup>” para ajudar no desenvolvimento do grupo. Essa relação de dependência com o facilitador reduz a expressão de iniciativas e projetos dos membros do grupo, provocando sentimentos ambivalentes de confiança, expectativas e desconfianças, ao mesmo tempo positivos e negativos. É o preço que se paga pelo status diferenciado do facilitador e pelo estabelecimento de um contrato que não é claro para todos os participantes.

O método de trabalho e o estilo de relacionamento pessoal do facilitador assumem, particularmente nesse estágio, uma importância fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica do grupo. Essa dependência se caracteriza pela passividade e por demandas variadas com relação ao processo de intervenção: questões estratégicas; consultas sobre o método de trabalho; demandas privadas sobre questões profissionais ou pessoais. Enquanto a passividade protege de exposição às fragilidades dos participantes, essas demandas testam o “suposto saber” ou procuram relações pessoais privilegiadas com o facilitador. Segundo Pagès (1998, p. 136), essas atitudes se originam no temor de confrontação com o facilitador. “O temor de entrar em competição com os animadores, chefes formais do grupo, o temor subjacente de uma reação de sua parte e de serem derrotados nessa compe-

tição, são todos eles, temores associados a diversos sentimentos de inferioridade”.

A atitude do facilitador diante dessas demandas pode levar ao fortalecimento da relação de dependência ou a uma evolução do processo no sentido da construção da autonomia. Dando respostas “competentes”, o facilitador reforça sua imagem de competência e o “suposto saber” que inibe a exposição, as iniciativas e os investimentos dos participantes. É mais produtivo devolver as demandas para discussões conjuntas nos grupos de trabalho, investindo na explicitação das idéias dos participantes e na divisão de responsabilidades, desinvestindo nas idealizações sobre o facilitador.

A aproximação afetiva e as alianças diferenciadas entre facilitador e participantes têm conseqüências para a autonomia grupal à medida que envolvem o facilitador nos jogos de poder internos ao grupo. Uma armadilha que induz facilitador e participantes a se fixarem na relação de dependência. Por um lado, o atendimento às demandas protege os participantes de assumir riscos, deixando as decisões sob responsabilidade do facilitador; por outro lado, o facilitador se sente reforçado e confortado pelo reconhecimento dos participantes, uma postura narcísica que tende a reproduzir sintomas organizacionais vividos nas relações com as lideranças. Ora, a relação com os estereótipos de liderança é um dos focos centrais da reflexão da vida do grupo. Se não estiver alerta a essa armadilha, o facilitador tende a entrar na disputa dos espaços de liderança do grupo. Esse sentimento de proteção mútua aparece naturalmente no desenvolvimento da relação, mas o compromisso profissional do facilitador é trabalhar esse processo, primeiro consigo mesmo, preferencialmente com a ajuda de uma supervisão e depois no trabalho com os grupos da organização. Estão em jogo as implicações afetivas e profissionais do facilitador.

O segundo momento, de **emergência dos conflitos**, surge após terem sido superadas as dependências com relação ao facilitador, quando o método de intervenção pode continuar investindo na

3 O suposto saber é uma categoria psicanalítica, uma competência atribuída ao analista, como um saber idealizado, no qual o cliente fundamenta sua relação de cura.



autonomia da organização, evitando a tutela e facilitando a emergência de idéias e projetos latentes, muitos dos quais permitem explicitar contradições importantes à formação do coletivo. É aqui que começam a aparecer as primeiras diferenças entre os processos democráticos e os encaminhamentos diretivos das gestões mais centralizadas.

Nesse momento de expressões mais livres, os participantes explicitam ambivalências que estavam camufladas no momento anterior e que surgem justamente em decorrência da postura não diretiva do facilitador na fase inicial, abrindo espaço às expressões individuais com maior exposição aos riscos e maior comprometimento. Mas o grupo ainda não está liberado dos comportamentos defensivos que aparecem no mutismo dos mais tímidos, em face de atitudes mais afoitas e competitivas de outros. Posições contraditórias, que se alternam, ora com demonstrações de interesses pelo andamento dos trabalhos, ora com passividade e obstrução, revelando ao mesmo tempo movimentos de dependência, de afastamento e até de agressividade com relação ao facilitador.

Essas confrontações com o facilitador, que se concentram em alguns indivíduos mais ativos e contestadores que atuam como porta voz do grupo, devem ser interpretadas como exercícios e experiências dos participantes para testar as reações que surgem ao se explicitarem as contradições no grupo. O facilitador estaria sendo colocado numa posição especial, permitindo aos participantes experimentar situações de confrontação, sem arriscar a integridade da relação grupal, primeiro, por ele ser externo, depois, porque é ele que traz a proposta de autonomia e de democracia. Do ponto de vista analítico, esse processo é típico da situação transferencial, através da qual o facilitador recebe, experimentalmente, sentimentos que deveriam estar sendo direcionados a outros. Essa experiência transferencial, como um processo de origem inconsciente, pode permitir ao grupo uma vivência da confrontação, protegida dos conflitos com seus pares.

Esse segundo momento da vivência grupal coloca em jogo a “autoridade” e a competência do facilitador, mas o processo só avança para a formação do sujeito coletivo se o facilitador resiste a estruturar, ele mesmo, as condições de mediação do projeto coletivo e facilita a emergência dos projetos individuais e a abertura de espaços para a confrontação das contradições. Precisa ter fôlego, paciência revolucionária e confiança na filosofia da *praxis* e no método não-diretivo centrado no sujeito coletivo. Avança, sobretudo, quando ele resiste às contratransferências defensivas e às tentativas de confirmar o suposto saber para demonstrar sua competência ameaçada; avança, finalmente, quando sua postura permite que a organização aprenda, nessa relação transferencial, a conviver com as suas próprias diferenças e a trabalhar suas contradições.

O terceiro momento, **de resistência à mudança**, se caracteriza por atitudes paranóicas em relação às possibilidades de mudanças que signifiquem fragilizar as posições individuais na relação com os demais membros do coletivo. As diferenças internas de idéias, propostas e projetos tendem a provocar posições antagônicas entre os membros do coletivo que se refletem em grandes ansiedades que paralizam o grupo diante de ameaças de caos. O maior problema deste momento da formação do sujeito coletivo é que a resistência canaliza as energias para o boicote à evolução de projetos que repercutam em mudanças reais, obstruindo as discussões com questões periféricas e gerando dificuldades de relacionamentos interpessoais e intergrupais. A obstrução do processo e outras dificuldades de construir um projeto comum à organização pela via da confrontação e da mediação, protegem ao mesmo tempo contra o conflito e contra as mudanças.

É importante, nessa fase, que se entenda a resistência à mudança não como um comportamento negativo dos indivíduos, mas como reações naturais de defesa contra as ansiedades provocadas por mudanças que representam ameaças reais ou imaginárias alimentadas por fantasmas difíceis de serem

compreendidos pelos que não se sentem diretamente envolvidos.

O papel do facilitador é trabalhar essas ansiedades com técnicas que priorizem a explicitação, permitindo que os próprios participantes exponham seus projetos, tirando dúvidas dos demais participantes, reduzindo os fantasmas e buscando pontos comuns e complementares. É importante que, mesmo tendo idéias e projetos concorrentes e complementares, o facilitador evite explicitá-los, porque isso inibiria os projetos do coletivo e reforçaria a dependência.

Esta vivência permite a cada participante e aos grupos, no interior da organização, entender a contradição e a confrontação das diferenças como um processo natural da relação social e não como algo destrutivo, a exemplo do que puderam viver na experiência transferencial com o facilitador. O processo de transferência em grupo, possibilitando a vivência da confrontação das diferenças com o facilitador sob a segurança da relação profissional, permite, não apenas à pessoa diretamente envolvida, mas aos grupos e à organização, capitalizar a experiência, assumindo a intervenção e, em consequência, a organização, como um ambiente seguro para se assumir as diferenças e as mudanças.

Vencidas essas ambivalências e confrontados em suas contradições, os participantes passam a investir no coletivo, como espaço de identidade e como ambiente seguro para trabalhar não apenas os pontos em comum, os acordos firmados, mas suas diferenças e complementaridades. Aprende que o grupo se constitui, sobretudo, como uma coletividade de aprendizagem, como um espaço de reflexão crítica, como uma articulação de poder de defesa dos interesses coletivos. É nesse ponto que se pode dizer que se constitui o sujeito coletivo, onde o grupo se apropria de seu próprio capital social, sem subalternidades, sem dependências. O grupo passa a ser sujeito de sua história e a partir daí pode se constituir em redes com outros grupos autônomos, pode assumir posições com relação aos movimentos de massa, pode defender suas posições institucionais.

Ao vencer as resistências às mudanças e se constituir como um sujeito coletivo com autonomia de reflexão e de ação, as organizações sociais de base passam ao quarto e último momento do processo organizacional, à construção de um **projeto social coletivo**, como o define Castoriadis (1975, p. 97). Não se trata de um simples projeto técnico como ocorre nos processos de planejamento organizacional. O projeto da organização social de base, enquanto espaço cívico de expressão da cidadania, é o projeto revolucionário de transformação social com foco no aperfeiçoamento da democracia e da sociedade. É nessa fase que se consolida a autonomia das comunidades de base com relação aos movimentos de massa, às grandes coordenações nacionais, às determinações institucionais. O significado de um projeto coletivo se ressalta pela experiência de valorizar as construções coletivas, que une e que reforça a identidade social que diferencia cada comunidade do conjunto da sociedade e os une entre si.

Esse projeto construído na mediação das diferenças e contradições coletivas se funde num sentimento de confiança, de mútuo reconhecimento que qualifica a comunidade para a ação, sem anulação das diferenças nas relações internas e externamente. Ressalte-se que na construção dessa *praxis* coletiva a contradição não é percebida e negada como uma oposição desagregadora, mas valorizada como parte da natureza dinâmica do processo social. É a partir dela que se constrói a reflexão crítica que leva ao aperfeiçoamento da democracia como uma construção plural e imperfeita, permanentemente aberta a novos investimentos, valorizando as singularidades com a mesma relevância que a integração e a coordenação coletiva. A ansiedade das coordenações e das lideranças que se consideram portadoras do saber e das estratégias revolucionárias precisa ser superada com uma maior confiança nas construções coletivas, no saber genuíno e no poder de criatividade dos segmentos sociais desqualificados pelas elites.

Este é um ponto fundamental a ser destacado nessa opção metodológica, pois a diferencia dos processos participativos mais diretivos, conduzidos

a partir da centralidade de vanguardas e das lideranças que se atribuem qualidades e competências diferenciadas para induzir e orientar a organização social dos mais frágeis, tolhendo a autonomia e iniciativas das bases locais, das comunidades, dos pequenos grupos de interesse.

Finalmente, gostaria de acrescentar que não há como superar os estágios atuais de alienação em que se encontram os segmentos mais pobres da população em países como o Brasil, sem que se invista em processos de constituição de uma base comunitária que se consolide através da própria experiência da construção da autonomia. O papel das lideranças e das vanguardas políticas é fundamental à medida que abdicuem de posturas mais diretivas para ajudar as comunidades locais a construir seus próprios caminhos, coordenando movimentos sociais mais amplos em redes de sujeitos autônomos. É um exercício de paciência, eu sei. Mas como dizia o Presidente Mao, a paciência é uma virtude revolucionária.

## REFERÊNCIAS

- CASTORIADIS, Cornélius. *L'Institution Imaginaire de la Société*. Paris: Éditions du Seuil, 1975. 498 p.
- DE FERRANTI, David et al. *Desigualdade na América Latina e no Caribe: rompendo com a história*. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2003. Edição de Conferência.
- GOHN, Maria Gloria. *O papel dos conselhos gestores na gestão urbana*. Disponível em: <168.96.200.17/at/libros/urbano/gohn.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2006.
- GUIENNE-BOSSAVIT, Véronique. *Être consultant d'orientation psychosociologique: éthiques et méthodologies*. Paris: Éditions l'Harmattan, 1994. 298 p.
- IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002*. Rio de Janeiro, 2004.
- LEVY, André. *Sciences cliniques et organisations sociales: sens et crise du sens*. Paris: Presses Universitaires, 1997. 261 p.
- LOBATO, Ana Lúcia Martins. Para além da transferência de renda. *Primeira Leitura*, n. 1357. Disponível em: <e-agora.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2005.
- LOURAU, René. *Análise institucional*. Tradução Mariano Pereira. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MATOS, Aécio. *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos*. Brasília: Editorial Aboré, 2003.
- PAGÈS, Max. *Le phénomène révolutionnaire: une régression créatrice*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.
- RIBEIRO, José Mendes. Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan./mar. 1997. ISSN 0102-311X.
- SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p.23-49, 2004. ISSN 0103-4014.
- SAYAD, João. Os miseráveis. *Folha de São Paulo*, 27 set. 2004. Opinião, p. A2.
- WEAKLIEM, David; ANDERSEN, Robert; HEATH, Anthony. Poder direcionador? um estudo comparativo de opinião pública e distribuição de renda. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p.366-400, out. 2005. ISSN0104-6276.
- WORLD DEVELOPMENT REPORT. *Equity and Development*. Washington DC: World Bank; New York, NY: Oxford University Press, 2006.
- WORNIS, Jean-Pierre. Crise de légitimité des élites gouvernementales et politiques françaises, et conditions de refondation de la république. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 26, p. 90-104, second semestre 2005.

# O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7, Denis-Diderot  
Tradução de Norma Missae Takeuti – PPGCS/UFRN

## RESUMO

Análise da noção de identidade e da noção de indivíduo, desenvolvidas por outros autores. Discute-se as condições para a construção de uma sociologia do sujeito, dentro de uma proposta de se retrabalhar as fronteiras disciplinares, particularmente entre sociologia e psicanálise, para se analisar processos socio-psíquicos que fundam a existência do indivíduo, sua dinâmica subjetiva, sua inscrição social, suas maneiras de ser no mundo e sua identidade. O social e o psíquico obedecem a leis próprias, se apoiam e se enlaçam em combinações múltiplas e complexas. Espera-se de uma sociologia do sujeito que ela ofereça uma grade de leitura dessa complexidade para melhor compreender em quê o indivíduo é um ser autônomo e determinado, produto e produtor da sociedade, irreduzivelmente singular e, contudo, semelhante a todos os outros. O artigo encaminha a proposta de uma sociologia clínica que procure apreender a história dos homens como momentos de ruptura, de continuidade e/ou de escolhas que se elaboram nos espaços incertos e que não são produto do livre arbítrio, nem consequência lógica de determinações estruturais, mas que são respostas que os indivíduos e os grupos produzem face às situações contraditórias.

Palavras-chave: Sociologia do sujeito. Sociologia clínica. Subjetividade. Identidade.

## RÉSUMÉ

Analyse de la notion de l'identité et de la notion de l'individu, développés par d'autres auteurs. Discussion des conditions pour la construction d'une sociologie du sujet, tout en ayant la proposition de retravailler les frontières disciplinaires, en particulier entre sociologie et psychanalyse, pour analyser les processus socio-psychiques qui fondent l'existence de l'individu, sa dynamique subjective, son inscription sociale, ses manières d'être au monde et son identité. Le social et le psychique, quand bien même ils obéissent à des lois propres, s'étayent et se nouent dans des combinaisons multiples et complexes. On attend d'une sociologie de l'individu qu'elle nous offre une grille de lecture de cette complexité pour mieux comprendre en quoi l'individu est un être autonome et déterminé, produit et producteur de la société, irréductiblement singulier et pourtant semblable à tous les autres. L'article va vers la proposition d'une sociologie clinique qui cherche à saisir l'histoire des hommes comme des moments de rupture, de continuité et/ou de choix qui s'élaborent dans des espaces incertains et qui ne sont ni le produit du libre arbitre, ni la conséquence logique de déterminations structurelles, mais qui sont des réponses que les individus et les groupes apportent face à des situations contradictoires.

Mots-clés: Sociologie du sujet. Sociologie clinique. Subjectivité. Identité.

O individualismo triunfante conduz sociólogos a se interessarem pela questão do sujeito que foi, por um longo tempo, uma “caixa preta” para um bom número dentre eles. Eles constatam, então, que o homem não pode ser considerado somente como um agente preso nas determinações sociais, como um ator mais ou menos estratégico, como um indivíduo apenas reagindo às interações permanentes, mas que ele é, também, capaz de intervir naquilo que o determina e de contribuir para a produção de uma sociedade da qual, aliás, ele é produto. O famoso “retorno do sujeito” conduz um certo número de sociólogos a reconsiderar as relações entre Sociologia e Psicologia. Eles sentem necessidade de instrumentos para apreender a dinâmica do sujeito nos aspectos do vivido, do pessoal e da subjetividade. Nesse contexto, as noções de **identidade, de indivíduo e de sujeito** tornam-se incontornáveis, porém difíceis de discerni-los para quem não dispõem de instrumentos conceituais e metodológicos que permitam compreender a misteriosa “caixa preta” que constitui a existência humana<sup>1</sup>.

A profunda desconfiança da Sociologia vis-à-vis da Psicologia em geral, particularmente, a Psicanálise, não facilita as coisas. Para E. Durkheim, (1981, p.103) “todas as vezes que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psíquico, pode-se estar certo que a explicação é falsa”. O antipsicologismo a ele atribuído seja, talvez, injusto na medida em que ele desejava edificar uma verdadeira psicologia coletiva. Na época, ele queria, sobretudo, impor a Sociologia contra o organicismo e o psicologismo, desprendendo-a da influência da Filosofia. Era, portanto, necessário recusar toda forma de explicação que visava buscar as causas do funcionamento social nas consciências dos indivíduos ou nas características pessoais.

---

1 Por exemplo, Pierre Bourdieu declarava: “a sociologia era um refúgio contra o vivido [...]. Precisei de muito tempo para compreender que a recusa do existencial era uma armadilha que a sociologia produziu contra o singular, o pessoal, o existencial e que ela é uma das maiores causas da incapacidade dos sociólogos em compreender o sofrimento social”, cf. Gaulejac e Roy (1992).

Desde então, os sociólogos foram constantemente confrontados com questões que tocam as fronteiras e as articulações entre a Sociologia e a Psicologia. Quer seja a respeito da subjetividade, da implicação pessoal do pesquisador no processo de produção do conhecimento, das representações individuais e coletivas, do lugar do imaginário, dos sentimentos “sociais”, das paixões individuais e coletivas, ou, ainda, do papel do afetivo e da sexualidade nas relações sociais.

As tentativas para abordar as questões da identidade, do indivíduo ou, ainda, da subjetividade, obrigam-nos a reconsiderar as fronteiras disciplinares habituais. Como pensar as relações entre o pessoal e o social, ou melhor, as relações entre “o ser do homem e o ser da sociedade”<sup>2</sup>? Quais são as condições para construir uma Sociologia do indivíduo? A resposta a essas questões conduz a construir uma sociologia clínica, na articulação entre diferentes concepções do sujeito, integrando, particularmente, a abordagem psicanalítica.

Partindo de uma análise fraterna e, contudo, crítica das abordagens de Claude Dubar a respeito da identidade e de Jean Claude Kaufmann a propósito do indivíduo, no artigo que segue, propomos descrever as condições para a construção de uma Sociologia do sujeito.

## A IDENTIDADE

Em sua obra, Claude Dubar (2000) opõe duas formas identitárias a partir da distinção de Max Weber entre *vergemeinschaftung*, ou formas comunitárias, e *vergesellschaftung*, ou formas societárias. As primeiras fundam-se na “crença da existência de grupos chamados ‘comunidades’, consideradas como sistemas de lugar ou de nome pré-atribuídos aos indivíduos e se reproduzindo ao idêntico através de gerações” (DUBAR, 2000, p. 5). Cada indivíduo se define e é definido a partir de uma pertença a

---

2 Segundo a feliz expressão de Roger Caillois, no manifesto fundador do Collège de Sociologie, publicado na *Nouvelle Revue Française*, em 1938. Cf. Hollier (1995).

uma comunidade e do lugar que ele aí ocupa. O segundo tipo que emerge nas sociedades contemporâneas, “supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros, aos quais os indivíduos aderem por períodos limitados e que lhes fornecem recursos de identificação que eles administram de maneira diversa e provisória” (DUBAR, 2000, p. 6). Cada indivíduo se define, então, por uma multiplicidade de pertenças os quais podem mudar no curso de sua existência. A segunda forma identitária é, segundo Claude Dubar (2000), a expressão da crença no primado do sujeito individual em relação às pertenças coletivas. Ela é a consequência de uma crise do sistema simbólico de designação e de classificação, fixando o conjunto das categorias partilhadas por um maior número, pelos quais cada pessoa se define em relação a si próprio e em relação aos outros.

O autor analisa esta crise nas esferas da vida familiar, das relações amorosas, da vida no trabalho e das crenças religiosas ou políticas. Ele desenvolve a hipótese segundo a qual as formas anteriores de identificação dos indivíduos, em particular as culturais, genealógicas e estatutárias, perdem sua legitimidade em benefício de formas emergentes, reflexivas e narrativas. A identidade narrativa seria, definitivamente, a expressão desta crise. Ele a define como uma construção autônoma do indivíduo a partir da colocação em palavras uma história pessoal que faça sentido para “si mesmo” (DUBAR, 2000, p.88). Ela se opõe a outras formas identitárias, mais tradicionais, e mesmo conservadoras, se seguirmos o raciocínio do autor, fundadas no nome, na genealogia, na profissão, na pertença a um grupo social, cultural, étnico ou religioso. Assim, as identificações comunitárias seriam do tipo defensivo na medida em que elas bloqueiam a emergência de identificações construtivas, entretanto, incertas do tipo “societárias”. Por outro lado, a identidade narrativa, noção que o autor parece assimilar com a noção de sujeito, seria capaz de construir e de inventar o novo para escapar das determinações e do peso da história. “A identidade íntima é a história da sua arrancada em relação à família de origem, do papel tradicional, é o

acesso à autonomia de um projeto ‘de si’, é o relato de suas rupturas, assim como de suas continuidades, de suas ‘crises’ (inevitáveis), tanto quanto de suas realizações (eventuais)” (DUBAR, 2000, p.79).

## DA IDENTIDADE AO SUJEITO

Claude Dubar (2000) retoma as análises de Charles Taylor e François de Singly sobre a função central da família contemporânea como lugar da construção da identidade pessoal, do “si íntimo” e da experiência subjetiva. Porém, no mesmo movimento, ele aí faz demarcações. A identidade mais íntima sendo, inicialmente, instituída pelo nome e prenome, “arrisca-se, então, de se recair de uma identidade estatutária do tipo societário a uma identidade cultural de tipo comunitário” (DUBAR, 2000, p. 78). Colocando a ênfase na identidade genealógica e na inscrição a uma linhagem, facilitar-se-ia a reprodução social contra a emergência dessa **identidade narrativa** que dá prioridade à existência subjetiva, à mudança pessoal e à autonomia.

Para Claude Dubar (2000), o indivíduo deve “se arrancar” da história para ser autônomo. A identidade genealógica e a identidade pessoal estariam em oposição radical. Seu distanciamento em relação a François de Singly não é da ordem de uma simples divergência teórica, ele se expressa como uma posição militante fundada nos seus engajamentos de classe<sup>3</sup>. “Tanto melhor se fizermos parte de uma grande família bem provida de recursos, de patrimônio, de história de família e de capitais. Tanto pior se fizermos parte de uma família popular sem história (exceto de pequenas histórias), sem capitais (ou pouco)”, argumenta Dubar (2000, p. 78), para contestar a tese segundo a qual a transmissão das heranças familiares é um fator determinante da construção de si (SINGLY, 1996). É isso que o leva a defender a idéia de que a identidade societária deveria se substituir à identidade comunitária que impede a pessoa de acessar a liberdade.

<sup>3</sup> Em francês: enjeux de classes.

Podemos compreender que um sociólogo denuncie posições teóricas, que parecem naturalizar as desigualdades sociais, ao invés de descrevê-las. Porém, é interessante constatar que certas posições são, às vezes, mais baseadas na história pessoal do pesquisador do que numa análise rigorosa dos fatos<sup>4</sup>. Se de um ponto de vista político, a herança é condenável como elemento determinante da reprodução das desigualdades sociais, de um ponto de vista sociológico, a herança não é boa nem má. Ele é o que é e é produto dos efeitos independentemente da posição subjetiva do herdeiro, mesmo quando esta seja um elemento essencial para se compreender a relação que ele entretêm com a sua herança. Pode-se analisar em quem esse fato é portador de desigualdade e deplorá-lo. É mais imprudente afirmar que o despreendimento em relação à família de origem seria em si um fator de autonomia. Haveria aí uma tomada de posição individualista e anti-familiarista que conduz o autor a se esquivar do peso dos registros simbólicos, em particular, daqueles que são fundamentados no “imperativo genealógico” (LEGENDRE, 1985), e dos registros afetivos, particularmente das relações edípicas<sup>5</sup>, no apego do herdeiro à sua herança na constituição da identidade herdada.

A consideração dos processos de identificação conduz à interrogação sobre a construção da identidade genealógica e familiar como base a partir da qual o indivíduo vai construir uma identidade própria. Não pode haver substituição entre identidade genealógica e identidade pessoal porque há um emaranhamento profundo entre esses dois registros. Podemos vê-la em obra na dinâmica da relação ao nome e aos prenomes. A identidade própria se constitui a partir de um nome de família, signo de filiação, e do prenome, signo da singularidade, mas que porta, entretanto, traços das aspirações dos seus pais

4 A esse propósito, ver registros do Seminário *Histoires de vie et choix théoriques*, *Cahiers du laboratoire de changement sociaux*, nos números 2, 3, 5 e 6, nos anos de 1996 a 2001.

5 Em francês: enjeux œdipiens. Enjeu, enjeux: termo que em diferentes contextos admite traduções distintas.

e de seus ascendentes (OFFROY, 1989)<sup>6</sup>. O desejo de escapar a uma história banal, ou mesmo infeliz, não basta para se desprender da herança familiar. Ao contrário, é reconhecendo sua inscrição genealógica que o indivíduo pode verdadeiramente se desfazer de sua marca, se ele o desejar. E a dinâmica de despreendimento se apóia sobre as tensões entre a identidade adquirida e a identidade esperada. É nesse momento que os conceitos psicanalíticos do Eu, do Ideal do Eu e do Supereu são importantes. Eles permitem compreender a dinâmica psíquica confrontada com as tensões externas e internas, entre aquilo que leva a se inscrever na reprodução da linhagem familiar e aquilo que incita a se realizar “como um si mesmo”. Existem relações estreitas entre os conflitos ligados a mudanças de posições sociais e os conflitos entre instâncias psíquicas (GAULEJAC, 1987).

A perspectiva diacrônica é pouco desenvolvida na obra de Claude Dubar. Se ele situa as dinâmicas identitárias na evolução histórica da sociedade, ele não evoca a dimensão da historicidade na relação entre a identidade originária e a identidade construída. Onde a dificuldade em mostrar em que medida os desígnios humanos são a expressão do trabalho do sujeito em face de sua história. É reconhecendo em quem a história é nele atuante que o indivíduo pode tentar dominar a trama.

De fato, existe uma dialética permanente entre identidade herdada e identidade adquirida, entre diacronia e sincronia, entre identidade objetiva (estatutária) e identidade esperada. Claude Dubar defende uma concepção dinâmica do processo identitário, contudo, não chega a apreender essa dialética. Justamente, é porque há contradições entre o comunitário e o societário, o genealógico e o pessoal, o passado e o presente, entre heranças plenas e outras vazias, entre histórias pesadas e outras mais leves, que o indivíduo é levado a fazer escolhas que o solicitam a se tornar um sujeito (GAULEJAC, 1999).

A noção de **identidade narrativa** não está, sem dúvida, afastada dessa concepção, à condição

6 Artigo do autor neste dossiê da Cronos.

de compreender em que o “falar de si” pode ser fator de mudança pessoal. Não basta falar de si para mudar o passado, transformar o mundo ou escapar da ação das determinações sociais, econômicas e culturais. Entretanto, a partir de um trabalho sobre si, o indivíduo pode mudar a maneira como esse passado nele atua. Nesse sentido, o indivíduo é o produto de uma história na qual ele procura se tornar o sujeito.

Convém, igualmente, apreender a dimensão imaginária da narrativa, não somente naquilo em que ela expressa uma “história de vida”, mas também, as fantasias, as aspirações, os sentimentos, as emoções, um certo tipo de relação aos desejos, conscientes e inconscientes, de relação à infância, à sociedade, às crenças, às esperanças, à família, ao presente, ao futuro e, em definitivo, tudo o que constitui uma existência humana.

#### A SOCIOLOGIA FACE À SUBJETIVIDADE

Defendendo um ponto de vista fortemente sociológico, Claude Dubar (2000) é conduzido, no seu trajeto teórico, a colocar em questão as posições daquilo que ele chama de “sociologia clássica”. Em particular, no que concerne à dificuldade desta última em dar conta da subjetividade, do funcionamento psíquico, dos elos entre a crise dos vínculos sociais e as crises existenciais, ou ainda, da questão do sujeito e do inconsciente. Ele preconiza “uma maior abertura do raciocínio sociológico para as problemáticas de disciplinas próximas, por vezes, melhor munidas do que aquelas para abordar as implicações<sup>7</sup> e o processo da subjetividade (Psicanálise, Linguística, Antropologia, História...)”. Propõe, inclusive, reconhecer a interpenetração dos pontos de vista disciplinares, particularmente entre “uma sociologia das trajetórias levando em conta a subjetividade e uma psicologia clínica inscrevendo os percursos singulares nos seus contextos sociais”<sup>8</sup>.

7 Em francês: les enjeux.

8 Lembremos aqui a definição de psicologia clínica, dada por Daniel Lagache (apud D'ALLONNES, 1989): “o estudo do homem em situação”.

Subscrevemos tais aberturas! Sobretudo, quando o autor declara: “efetivamente, não podemos separar, completamente, a interpretação das formas identitárias socialmente identificáveis da análise compreensiva e clínica dos processos de expressão da subjetividade singular” (DUBAR, 2000, p. 226). De fato, essa separação é uma das maiores razões da dificuldade, aos sociólogos, para levar em conta o existencial e o subjetivo. “É por esta razão que encontramos, ainda, tantas denúncias críticas em relação à ‘psicologização da vida social’, por parte de sociólogos cuja competência em matéria psicológica, qualquer que seja, não é sempre provada”, acrescenta C. Dubar (2000, p. 210).

Não basta, portanto, abrir a Sociologia para questões habitualmente estudadas por psicólogos, mas se trata, ainda, de adquirir os conhecimentos psicológicos necessários para tratá-los. A partir do momento em que consideramos que as questões identitárias se apóiam em processos sociais, simbólicos e psíquicos, articulados uns aos outros, não podemos apreender esta complexidade somente a partir de um ponto de vista disciplinar único.

A problematização múltipla – isto é, a capacidade de elaborar um objeto de pesquisa, a partir de teorias complementares e, por vezes, contraditórias – e a escuta complexa são, aqui, instrumentos epistemológicos e metodológicos preciosos para se avançar nesse sentido (PAGÈS, 2000). Daí, nossa decepção em constatar que a profundidade de análise, demonstrada por Claude Dubar, é, em alguns momentos, emperrada por posições que revelam o mal-estar de muitos sociólogos em face da Psicanálise e da abordagem clínica.

É assim que ele descarta as dimensões mais incômodas da subjetividade remetendo-as para uma questão de linguagem (DUBAR, 2000, p. 224). Ao defender a emergência da identidade narrativa como figura central da identidade contemporânea, ele desloca a interrogação metodológica e teórica do registro existencial para o registro narrativo. Ele não se interroga sobre as complexidades das escolhas e das rupturas da existência, nem sobre a compreen-



são dos processos de construção do sujeito face à sua história – pessoal, familiar ou social. Ele não integra, nos processos de construção da subjetividade, a análise dos fatores afetivos, emocionais e psíquicos. O relato vem suplantar o vivido. A subjetividade e a identidade tornam-se linguagem. A Sociologia torna-se lingüística, a Psicanálise torna-se lacaniana e a história de vida torna-se um discurso sobre o qual a análise estrutural pode produzir seus efeitos objetivantes<sup>9</sup>. Há, aí, uma contradição maior entre a afirmação da importância da subjetividade, portanto, da necessidade de integrar métodos que permitem estudá-la, e a defesa de um ponto de vista objetivante que procura seus modelos de referência na análise estrutural.

Esta impressão confirma-se na ambivalência expressa vis-à-vis da abordagem biográfica. “Contar sua vida é uma operação de alto risco”, escreve Dubar (2000, p. 206), lembrando uma fórmula de Bourdieu (1993) na *Miséria do mundo*, segundo a qual o sociólogo deveria ter uma “escuta armada” quando ele vai ao encontro de pessoas para lhes solicitar a falar de sua vida. São as próprias resistências do sociólogo que se encontram à prova diante das dificuldades que ele sente quando se vê numa relação intersubjetiva. Face à implicação, à expressão emocional, ao compartilhamento de coisas íntimas, a maior parte deles sente um mal-estar, não somente porque se estimam incompetentes, mas também, porque isso os amedronta. O mundo do encontro é percebido com um mundo privado e pessoal, a não ser confundido com o mundo profissional e social, onde se coloca o outro à distância para melhor se resguardar a si mesmo, à distância.

## SOCIOLOGIA E CLÍNICA

Duas outras afirmações vêm confirmar a existência desse mal-estar. “Só contamos nossa vida quando estamos mal, e só a falamos a terapeutas”,

comenta Dubar (2000, p. 209), acrescentando que “a relação clínica é, geralmente, da esfera da terapia”. Há uma contradição maior entre a idéia de que a identidade narrativa é um processo de emancipação e de autonomia dos indivíduos que aí encontrariam o meio de se construir “por si próprios” e a idéia de que só se conta verdadeiramente a intimidade no momento do sofrimento. Por que reduzir o espaço da fala a um espaço terapêutico? Muitos indivíduos falam de sua vida cotidiana, amorosa, profissional, ou ainda, no seu diário íntimo, na internet, ou mesmo, na televisão. O “falar de si” é uma prática social em desenvolvimento, seja na formação, na arte, na cultura ou na mídia. Os profissionais das histórias de vida constatam empiricamente que sua oferta (de serviços) corresponde a uma demanda cuja importância eles não tinham idéia. As pessoas falam à vontade quando encontram uma escuta receptiva. Esse fato confirma, aliás, uma hipótese de Claude Dubar. O trabalho sobre a história própria é, efetivamente, um meio de desenvolver capacidades de historicidade, isto é, a tentativa de ser sujeito de sua história (GAULEJAC; LEVY, 2000). Há aí um fenômeno social maior. Contar sua vida, que era do domínio reservado da confissão (religiosa, judicial ou policial), da terapia e da literatura, torna-se uma prática corrente que adquire múltiplas facetas.

Além disso, é muito simplista reduzir a relação clínica à terapia. A abordagem clínica se desenvolveu na pesquisa, na formação, na intervenção e em numerosos campos disciplinares, para além da Psicologia, seja na Antropologia, na História, na Etnologia e, mais recentemente, na Sociologia (ENRIQUEZ et al., 1992)<sup>10</sup>. Parece pouco coerente afirmar que convém edificar passarelas entre Sociologia e Psicologia Clínica e não fazer referência aos trabalhos da Psicologia Clínica, da Psicossociologia ou da Sociologia Clínica as quais abordam essas questões, desde há muito tempo. Um melhor conhecimento desses

9 Sobre esse assunto, ver o excelente trabalho de Jean Vincent (2000). O autor compara a análise estrutural e a análise clínica a partir do material apresentado por Dubar e Demazière (1997).

10 Cf. Enriquez et al. (1992). Claude Dubar não menciona o conjunto dos trabalhos sobre a abordagem biográfica, particularmente, de Pineau e de Legrand (1996), Legrand (1993) e Lainé (1997).

trabalhos permitiria, particularmente, esclarecer as distinções entre as noções de pessoa, de identidade, de subjetividade, de intimidade e de sujeito<sup>11</sup>.

Muitos pesquisadores apresentam uma contradição interessante, qual seja, admitem a necessidade de se abrir para a Psicologia e a Psicanálise, ao mesmo tempo em que defendem firmemente um ponto de vista estritamente sociológico. Devo admitir que encontro aí mesmo uma atitude, porém invertida, do lado de um bom número de psicanalistas que querem se abrir para o “social”, sob condição de permanecer estritamente na teoria psicanalítica.

Pode-se, certamente, discutir o valor e a pertinência dos trabalhos de todos aqueles que têm trabalhado sobre as relações entre Sociologia e Psicologia, quer sejam os freudo-marxistas, os psicólogos sociais, os psicossociólogos, os etno-psiquiatras, ou ainda, os sociólogos clínicos. Pode-se, com maior dificuldade, ignorar sua existência quando se aborda questões que tocam a relação entre o social e o psíquico. Roger Bastide tinha, em sua época, levantado essas questões e, antes dele, os criadores do *Collège de Sociologie*, quando eles propunham como objeto “estabelecer os pontos de coincidência entre as tendências obsessivas fundamentais da psicologia individual e as estruturas diretrizes que presidem a organização social e comandam suas revoluções”<sup>12</sup>.

É, sem dúvida, um grande empreendimento de futuro que se anuncia, o de reconsiderar as relações entre Ciências Sociais e Ciências Humanas. Seja em ambientes de pesquisa ou de prática profissional, podemos testemunhar uma expectativa por um desenclausuramento disciplinar, particularmente, entre Sociologia e Psicologia. São, ainda, numerosos os obstáculos para um encaminhamento nessa direção: corporativismo disciplinar, narcisismo das pequenas diferenças, dogmatismo teórico, conser-

vantismo metodológico, pressupostos fortemente ancorados etc. Mas, a esperança está aí! Muitos sociólogos levantam essas questões pertinentes sobre a identidade, o sujeito, a subjetividade, que conduzem a recomposições disciplinares. Mas estão eles, em igual medida, prontos a aceitar as conseqüências teóricas e metodológicas que esta abertura implica?

## O QUE É UM INDIVÍDUO?

Em sua obra sobre a *Sociologia do indivíduo*, Kaufmann (2001) aborda, ele também, essas questões centrais: como pensar as relações entre indivíduo e sociedade? Que parte atribuir aosocial na constituição do indivíduo? Como pensar a parte respectiva da exterioridade e da interioridade no indivíduo? Que lugar atribuir aos fatores pessoais e aos fatores sociais nos processos de individuação?

Sua reflexão se inspira nos trabalhos de Norbert Elias, segundo o qual a ficção de um Eu interior separado do que lhe é exterior proíbe os progressos da sociologia. Convém desconstruir a ilusão do indivíduo separado. O homem é um processo, “intimamente definido pela sociedade de sua época. Ele não é o centro do universo, mas o artesão do sistema complexo que é o produto” (KAUFMANN, 2001, p. 87). O objeto do livro é “mostrar que indivíduo e sociedade não são duas entidades separadas [...] Eles se constituem nos pontos opostos de uma dupla dialética, isso se explicando que eles podem ser, ao mesmo tempo, intimamente religados e antagonísticos” (KAUFMANN, 2001, p. 129).

Kaufmann opõe o senso comum em que se representa indivíduo como uma entidade homogênea, separada da sociedade, dirigida por um centro clarividente, até mesmo racional, ao olhar científico que considera o indivíduo como “um processo mutante preso numa meada de forças contraditórias” (KAUFMANN, 2001, p. 223). Ele define, então, um “quadrilátero dialético” que evidencia quatro pólos dessas forças contraditórias: a reflexividade individual, a reflexividade social, os quadros de socialização e o patrimônio individual dos hábitos. A reflexividade individual resulta do cruzamento das interiorizações

11 Podemos nos referir, particularmente, ao *Vocabulaire de psychosociologie* (2002). Ver, ainda, *Identification et identités dans les familles – individu? personne? sujet?* (1997). Nota do tradutor: Acrescentamos à lista acima, a obra traduzida no Brasil de Barus-Michel (2004).

12 Declaração da fundação do Collège de Sociologie, cf. Acéphale, n. 3/4, Juil. 1937.

que “instalam” no pensamento pessoal uma “arquitetura cognitiva” que funciona como um “marcador da identidade” (KAUFMANN, 2001, p. 209). A reflexividade social corresponde aos quadros sociais que nutrem o pensamento: classificações, operações lógicas, processo cognitivo, idéias estocadas na memória objetivada... Uma vez interiorizada, ela “fixa os quadros de percepção que fornecem os materiais elementares do pensamento” (KAUFMANN, 2001, p. 209). A socialização é a apropriação do mundo exterior pela colocação em correspondência da memória incorporada com a memória social ambiental (KAUFMANN, 2001, p. 191). Enfim, o patrimônio individual dos hábitos junta, de um lado, os esquemas operatórios incorporados, podendo se expressar sob a forma de gestos concretos, e, de outro, os esquemas juntando a memória social. “Os hábitos nada mais são que o conjunto de esquemas incorporados regulando a ação” (KAUFMANN, 2001, p. 158).

O indivíduo interioriza esquemas de pensamentos e de ações, isto é, “fragmentos de sociedade interiorizada” que estão no núcleo de sua definição mais pessoal (KAUFMANN, 2001, p. 223). O autor faz votos que, contra a ilusão substancialista identitária e a crença da existência de um indivíduo como identidade singular, esse “quadrilátero dialético” se apresente como um primeiro balizamento de realização da revolução copérnica da Sociologia. Ele deveria permitir apreender o lugar em que se situa, hoje, a realidade essencial do indivíduo. Se a identidade era outrora “um simples reflexo da infra-estrutura e o indivíduo sendo definido pelos seus lugares e seus papéis”, hoje, o indivíduo está na encruzilhada das redes e das inter-dependências múltiplas, das arbitragens cognitivas e dos ajustamentos interativos. Esta combinatória incerta está no coração do processo de individualização. “Situados nas interseções, os indivíduos se transformam em centros de ajuntamento dos esquemas dando impulso, ao seu nível, a uma nova dinâmica de construção da coerência” (KAUFMANN, 2001, p. 152). Indivíduo é, portanto, ao mesmo tempo, uma configuração mul-

tiforme amplamente determinada e o núcleo ativo da mudança (KAUFMANN, 2001, p. 232).

Inscrevendo-se numa perspectiva dialética, ele enfatiza duas contradições no fundamento do indivíduo contemporâneo:

– Contradição entre, de uma parte, o nascimento do indivíduo democrático, produto do século das luzes e da ciência moderna e, de outra, a crença de cada indivíduo em estar no princípio da criação do seu próprio mundo. Esta crença no “indivíduo autônomo” é uma ficção que produz o real. Ela estrutura as mentalidades e as ações do indivíduo, ela reforça o processo de individualização.

– Contradição entre os diferentes esquemas interiorizados que conduzem o indivíduo a operar escolhas a partir de elementos que o determinam (KAUFMANN, 2001, p. 159). A rivalidade entre os esquemas concorrentes “provoca a reflexibilidade e a partir disso a iniciativa do sujeito” (KAUFMANN, 2001, p. 162). É nessa bricolagem ordinária das determinações que a liberdade do indivíduo pode se expressar.

De fato, a sociologia dialética que ele preconiza vai de encontro à análise dos rios obscuros da interioridade. Por exemplo, quando ele escreve “a interiorização dos esquemas de pensamentos e de ações é intrinsecamente uma exteriorização” (KAUFMANN, 2001, p. 271). Ou ainda, quando ele afirma que “os esquemas integrados não se instalam em nenhuma interioridade estritamente pessoal.. Ele chega a uma negação de um dos termos da contradição. A interioridade, definitivamente, não é senão o social incorporado, o que resulta em desmantelar a dialética interioridade / exterioridade.

O autor critica, com justeza, a ilusão substancialista que considera o indivíduo como uma entidade em si. Ele se inscreve numa tradição sociológica dominante segundo a qual não se pode separar a análise do indivíduo e a análise da sociedade. Mas, ele insiste exclusivamente sobre os processos sociais de produção dos indivíduos: a autonomia subjetiva é institucionalizada (KAUFMANN, 2001, p. 236), a interioridade é a exterioridade incorporada, indi-

víduo é um homem de hábitos, hábitos feitos de “matéria social”, a flexibilidade social conduz o indivíduo a desenvolver uma flexibilidade individual (KAUFMANN, 2001, p. 208), a memória é uma memória social...

Assim fazendo, ele não apreende a recursividade das relações entre indivíduo e sociedade: a sociedade enquanto produto dos indivíduos que a produzem. Insistindo sobre a primeira parte desta proposição, o autor esquece a segunda. A análise da produção social dos indivíduos ignora os processos pelos quais estes contribuem para a sua produção. Não há, então, mais contradição, pois, a essência mesma do indivíduo é reportada ao registro social e o que escapa ao social é remetido ao registro biológico. Entre os dois registros, nada mais resta. Indivíduo torna-se uma larva mamífera, socialmente determinada. A análise funciona sobre uma oposição simplista entre corpo biológico e corpo socializado (KAUFMANN, 2001, p. 174, 213). “O homem é feito de hábitos, ele é quase só feito de hábitos”, escreve Kaufmann (2001, p. 158). Exclusão do desejo, dos afetos, dos sentimentos, das emoções, da sexualidade, das fantasias e da subjetividade; o indivíduo – totalidade bio-psico-social – encontra-se amputado de sua dimensão psíquica.

### O IMPASSE SOBRE A DIMENSÃO PSÍQUICA

O autor é, sem dúvida, consciente desse problema, pois a questão da subjetividade emerge no final do livro: “é necessário engajar um programa de enquete, escreve ele, nesta via estreita entre dois abismos parcialmente nefastos: a negação de toda autonomia subjetiva ou sua hipostasia” (KAUFMANN, 2001, p. 210). Ao cabo das páginas conclusivas, emergem novas noções como a do imaginário, de imagem de si, de “foro íntimo” e uma discussão sobre a questão da identidade que poderia reequilibrar o sentimento suscitado no leitor de um pensamento unidimensional.

Malgrado uma boa vontade evidente para abrir a sociologia em direção a essa terra incógnita, o autor não chega a desembrasar-se do sociologismo.

Como pretende elaborar uma teoria geral do indivíduo sem se apoiar sobre uma teoria do psiquismo? Não se pode, efetivamente, pretender construir uma sociologia do indivíduo sem pensar as relações necessariamente complementares e contraditórias entre o irreduzível psíquico e o irreduzível social (GAULEJAC, 1982/1983, 1987). Mesmo porque certas referências teóricas utilizadas pelo autor vão nesse sentido. Para Norbert Elias, “o hábito é uma instância de regulação pulsional fabricada na secreta alquimia dos psiquismos individuais” (KAUFMANN, 2001, p. 122). O psiquismo é colocado como uma malha essencial da incorporação dos hábitos. Elias prolongava, nesse ponto, o pensamento de Marcel Mauss o qual notava o caráter inextricável das “montagens físico-psico-sociológicas” na ação humana (KAUFMANN, 2001, p. 170). Este último se inscrevia numa orientação fixada por Emile Durkheim que tinha, desde 1885, designado muito claramente o objeto de uma sociologia do indivíduo: “visto que na sociedade só há indivíduos, são estes e tão-somente estes que são os fatores da vida social. [...] O estudo dos fenômenos sociológico-psíquicos não é, portanto, um simples anexo da sociologia, é a sua própria substância” (DURKHEIM, 1981, p. 351-352; KAUFMANN, 2001, p. 116). A análise dos processos sócio-psíquicos é, portanto, essencial para se compreender a construção de um indivíduo.

A maioria dos sociólogos são renitentes a toda interrogação sobre os processos psíquicos. Parece-me, contudo, que não se pode fazer economia dos trabalhos aí aferentes, desde o momento em que nos interrogamos sobre a construção do indivíduo e da identidade. Não se pode ignorar o aporte da Psicanálise, como descoberta maior que justamente provocou uma revolução copérnica nas Ciências Humanas. Pode-se, sem dúvida, criticar a Psicanálise, contestar seus métodos e suas interpretações. Pode-se ser sensível, como muitos sociólogos, ao **psicanalismo**, após a excelente obra de Robert Castel (1973). Pode-se mesmo denunciar o papel da Psicanálise no desenvolvimento da ideologia da realização de si mesmo. Não se pode, no entanto, ignorar sua

existência, seu aporte essencial nas Ciências Humanas e Sociais, *a fortiori* quando nos interrogamos sobre as questões da identidade, da interiorização dos processos sociais e da construção do indivíduo.

Convém, portanto, retrabalhar as fronteiras disciplinares, particularmente entre Sociologia e Psicologia, para analisar os processos socio-psíquicos que fundam a existência do indivíduo, sua dinâmica subjetiva, sua inscrição social, suas maneiras de ser no mundo e sua identidade. Longe de se opor, o social e o psíquico obedecem a leis próprias, se apóiam e se enlaçam em combinatórias múltiplas e complexas. Espera-se de uma sociologia do indivíduo que ela nos ofereça uma grade de leitura dessa complexidade para melhor compreender em quê o indivíduo é um ser autônomo e determinado, produto e produtor da sociedade, irredutivelmente singular e, contudo, semelhante a todos os outros.

## AS CONDIÇÕES DE UMA SOCIOLOGIA DO INDIVÍDUO

Uma sociologia do indivíduo deveria, prioritariamente, analisar a dialética permanente entre os diferentes processos de construção do indivíduo, suas influências recíprocas, suas complementaridades e suas oposições, e a maneira em que o sujeito tenta encontrar uma unidade e afirmar uma singularidade em face desse conjunto desordenado. É nessa perspectiva que se pode apreender a diversidade do “homem plural” e as contradições que o constituem.

Não se pode contentar em analisar processos sem sujeito, como um sistema imunitário, uma galáxia ou um sistema informático. As relações entre indivíduo e sociedade se inscrevem na historicidade, isto é, na capacidade de se inscrever num passado e de se projetar num futuro diferente do presente. “O sujeito humano não é simplesmente real, ele não é um dado, ele está por se fazer e ele se faz por meio de certas condições e em certas circunstâncias. [...] Ele é uma possibilidade abstrata. [...] Ele é criação histórica e criação em que se pode seguir a história” (CASTORIADIS, 1990, p. 195). O sujeito não se reduz às suas capacidades narrativas. Ele é caracte-

rizado pela flexibilidade que, para além do simples pensamento, permite analisar outros possíveis que estão para se inventar. Mas, também, caracterizado pelas suas capacidades de ação, de criação, de decisão, de realização, isto é, de transformação do mundo no qual ele vive e, por isso mesmo, de transformação de sua existência própria.

Indivíduo é um conjunto complexo, bio-psico-social. Ele não pode se reduzir a uma ou a outra de suas dimensões. Ele é um ser humano em carne e osso, que possui um caráter, um físico, uma identidade, um status social, um estado civil, uma história familiar, modos de ser, de falar e de fazer; bem como, alguém que tem projetos explícitos ou implícitos, crenças, desejos e fantasias. Convém, portanto, estudar o sujeito na sua totalidade, composição complexa e contraditória, “de um corpo biológico, de um ser social (indivíduo socialmente definido), de uma ‘pessoa’, mais ou menos, consciente, enfim, de um psíquico inconsciente (de uma realidade psíquica e de um aparelho psíquico), um todo supremamente heterogêneo e, contudo, definitivamente indissociável” (CASTORIADIS, 1990, p. 193).

A análise desta totalidade resulta de uma multiplicidade de níveis: da subjetividade, como núcleo atuante do vivente; do aparelho psíquico, através das diversas instâncias e diferentes processos inconscientes; do indivíduo, socialmente e historicamente construído; da sociedade, como coletivo atuante que organiza as condições concretas e simbólicas das trajetórias sociais<sup>13</sup>; mas também, da sociedade, como conjunto de condições materiais e objetivas que condicionam as existências individuais e as possibilidades de individuação.

Uma sociologia do indivíduo deve, portanto, analisar, igualmente, as condições objetivas necessárias para a existência do indivíduo, enquanto tal, na sociedade (CASTEL; HAROCHE, 2001). O aporte de Robert Castel é, aqui, essencial. O indivíduo tem necessidade de suportes objetivos para acessar

13 Ou, segundo os termos de Daniel Bertaux (1977), os processos de distribuição antropológica.

a autonomia; de um lado, a propriedade privada, de outro, os direitos civis e sociais que fundam a existência jurídica e o acesso à cidadania. O trabalho, na sociedade salarial, é um elemento incontornável para que o indivíduo acesse uma existência “positiva”, em oposição a tudo que é definido por uma falta, porque ele propicia os meios de subsistência econômicos, a inserção nas redes sociais e o esteio simbólico indispensável a todo o reconhecimento social. Numa sociedade onde a mobilidade tornou-se norma, cada indivíduo é remetido a si próprio para “realizar uma situação”. Nesse sentido, a *luta des places*<sup>14</sup> tende a substituir a “*luta de classes*” (GUALEJAC; TABOADA-LÉONETTI, 1997). A *luta des places* é uma luta individual, não para mudar a sociedade, mas para nela ser admitido. A questão das desigualdades permanece central. Todos os lugares não possuem o mesmo valor e os recursos necessários para cobirá-los a fim de, em seguida, obtê-los não são igualmente repartidos. Alguns indivíduos são mais dotados que outros nessa guerra de posições que condiciona o acesso a uma verdadeira autonomia individual.

Daí, a importância da família e das instituições no processo de produção dos indivíduos. A família é uma instância de transmissão que, através das diferentes facetas da herança, fixa a identidade originária e a posição social inicial. As relações indivíduo-sociedade são, permanentemente, mediatizadas pelas instituições que condicionam a formação, a educação, os *habitus*, os papéis e os statuts. Como sistema simbólico, elas orientam comportamentos, elas canalizam as representações, as aspirações, as injunções, as incitações para escolher esta ou aquela via, e para se comportar de uma certa maneira.

Enfim, a questão do indivíduo é inseparável da questão do sentido. Sentido que os outros atribuem às suas posições, suas condutas e sua existência. Sentido que o indivíduo, ele próprio, atribui ao seu lugar, seu comportamento, seus ideais, seus projetos ou sua vida. Questões centrais, em torno da subjeti-

vidade, que não podemos apreender como uma cena “interior”, separada do contexto social, dos atos que a expressam e a revelam. O indivíduo, como as suas representações, não pode ser estudado, nem de dentro, como se ele possuísse uma essência própria, nem de fora, como puro condicionamento de fatores externos. Há co-produções, influências recíprocas permanentes entre a cena psíquica e a cena social. Cada uma contribuindo para nutrir uma subjetividade inscrita na experiência social, na confrontação com a alteridade e na ordem simbólica. Nesse sentido, a subjetividade é um elemento irreduzível da sociedade.

O indivíduo se constrói como um sujeito na sua confrontação com as contradições entre a diacronia (interiorização de maneiras de ser, de pensar e de agir ligadas à sua história) e a sincronia (adaptação de suas condutas a um dado contexto). Porém, ele não é uma simples “caixa preta” que registra as contradições sociais. Ele é, também, um ser do desejo confrontado com o desejo de ser, confrontado com as exigências conflituosas de sua sexualidade e com as dissonâncias entre suas fantasias e sua vida concreta. Ele se desenvolve na necessidade de mediatizar as contradições entre o registro pulsional e a realidade externa. Entre o sujeito socio-histórico, o sujeito reflexivo e o sujeito do desejo, a figura do indivíduo emerge em toda sua complexidade.

## ENTRAR NO ÂMAGO DA DISCUSSÃO

A questão do sujeito se inscreve na encruzilhada de quatro universos teóricos, de quatro “ordens” que remetem a diferentes campos disciplinares, nos quais convém pensar as conexões, as diferenças, as oposições:

a) O universo cognitivo da reflexividade, lá onde o indivíduo se constitui em sujeito de uma palavra permitindo-o pensar (*cogito ergo sum*), nomear e acessar um certo domínio na sua relação com o mundo;

b) O universo da lei, das regras, das normas, lá onde o indivíduo é sujeito do direito confrontado com a ética do respeito dos códigos e dos valores;

14 Equivale dizer luta de lugares ou de posições (N. do T.).

c) O universo do inconsciente, das pulsões, das fantasias e do imaginário, lá onde o indivíduo é “sujeito do desejo” e confrontado com o desejo do outro que contribui a produzir e/ou a sujeitá-lo;

d) O universo da sociedade, da cultura, da economia, das instituições, das relações sociais, dos status e das posições sociais, lá onde o indivíduo é “sujeito social-histórico” confrontado com as determinações múltiplas ligadas ao contexto no qual ele emerge.

É no ponto de intersecção desses diferentes registros que o “sujeito” se constrói. A questão do sujeito foi, durante muito tempo, considerada pelos sociólogos como uma ilusão. O objeto da sociologia tradicional constituiu-se em compreender as regularidades sociais objetivas que sobredeterminam o comportamento dos atores. A propósito do lugar do sujeito na sociologia clássica, François Dubet (1994) argumenta ser o conhecimento nada mais do que considerar os atores não como sujeitos, mas apenas como suportes de mecanismos sociais que estão além deles e que eles desconhecem. Contra esta sociologia, ele defende a **sociologia da experiência**, que ele assimila a uma sociologia do sujeito, que tem por objeto a capacidade dos atores na construção de sua experiência sobre a qual eles próprios dão coerência. A atividade do sujeito é produzida a partir de diferentes lógicas de ação que estão em pauta nesse processo.

Mas essa reabilitação do sujeito na sociologia contemporânea não chega, verdadeiramente, a integrar nos seus sistemas explicativos a dinâmica própria do sujeito. Quando François Dubet (1994, p.117) utiliza o termo do desejo (pelo exemplo nesta frase: “o sujeito se manifesta no desejo e na capacidade de controlar essa experiência”), esse desejo permanece uma “caixa-preta”. Como é o sujeito enquanto ser desejante? Se o sujeito se manifesta no desejo, como é o desejo de ser sujeito?

Não se pode responder a essas questões sem se apoiar nos aportes da psicanálise, sem integrar na análise a dimensão inconsciente. Não se pode pensar a questão do sujeito sem inscrevê-lo numa dupla determinação social e psíquica. Se o indivíduo é produto de uma história, esta condensa, de uma

parte, o conjunto dos fatores social-históricos que intervêm no processo de socialização e, de outra, o conjunto dos fatores intrapsíquicos que determinam sua personalidade.

Contudo, as tentativas de construção de uma meta-teoria, englobando num mesmo conjunto o social e o psíquico, parece-nos em vão. Cada um desses registros obedece a leis de natureza diferente. São “realidades” heterogêneas as quais convém estudar enquanto tais, sem as assimilar, construindo métodos e conceitos apropriados. Se esses fenômenos estão ligados entre eles, se eles se influenciam reciprocamente, eles não são totalmente autônomos.

## A ARTICULAÇÃO DO SOCIAL E DO PSÍQUICO

A autonomia relativa do social e do psíquico possui duas conseqüências para o pesquisador:

- de uma parte, a de renunciar em submeter a compreensão dos processos psíquicos aos mecanismos que regem os processos sociais e, inversamente, de integrar a dinâmica do psiquismo como elemento para compreender a realidade social;
- de outra parte, a de construir problemáticas complexas que permitam pensar as articulações, as influências, os pontos de ancoragem, os elos entre esses processos (LEGRAND, 1993; PAGÈS, 1993). Portanto, de posicionar o sujeito como o lugar de intersecção do conjunto das contradições com as quais ele está confrontado na sua existência. É porque ele está submetido a influências múltiplas e a exigências conflituosas que o indivíduo procura elaborar respostas, traçar estratégias e projetos.

Trata-se, portanto, de restabelecer as “cadeias ausentes” entre as abordagens sociológicas, que estabelecem as regularidades objetivas, as probabilidades que organizam os desígnios humanos, e as abordagens psicológicas. Portanto, em se analisar as circularidades dialéticas que vão do desejo ao mun-

do dos objetos, do narcisismo au status social, das representações às ideologias etc. É o que tentamos fazer na nossa obra *La névrose de classe* (GAULEJAC, 1987), na qual caracterizamos o quadro clínico dos conflitos e das perturbações psicológicas vividos pelos indivíduos que, na negação ou na ruptura, estão confrontados com um deslocamento social.

Não teremos espaço suficiente, no interior deste texto, para apresentar um caso clínico. Mas, a literatura nos oferece uma quantidade importante de testemunhos autobiográficos de pessoas que procuram pela escrita um meio para falar de sua neurose a fim de se liberar dela. É o caso de Annie Ernaux que conta em seus dois romances, *Les armoires vides* e *La place*, sua trajetória familiar e as dificuldades psicológicas encontradas no processo de deslocamento entre sua posição social herdada e sua posição adquirida. Filha de camponeses pobres, que se tornaram operários, em seguida, pequenos comerciantes num bairro popular, Annie Ernaux é investida pelos pais por um projeto de busca de uma ascensão social conquistada a duras penas. Esse trabalho redundava em um custo psicológico, sob forma de humilhação, de culpabilidade, de vergonha, enquanto reflexos das dificuldades econômicas, sociais e culturais. É esse **complexo** entre conflitos de natureza diferentes, ao mesmo tempo, sociais e psíquicos, que está no núcleo da neurose de classe.

Numa bela passagem do seu romance *Armoires vides*, Annie Ernaux conta sua chegada na sexta série numa escola particular, o primeiro contato com pessoas “bem educadas” dos bairros chics. Era preciso ir confessar-se com um padre que lhe fazia perguntas sobre sua indecência. “J’en suis sortie sale et seule, écrit Annie Ernaux, il n’y avait que moi, personne d’autre ne glissait le doigt sans le quat’sous, personne ne le regardait dans une glace [...] Si les autres avaient été comme moi, il n’aurait pas fait un tel foin. Rien à faire, j’étais rejetée, coupée des autres, par des trucs immondes”<sup>15</sup>. Vê-se, aqui, como a cul-

pabilidade ligada a condicionantes<sup>16</sup> sexuais se apóia no sentimento de inferioridade que está atrelado aos condicionantes<sup>17</sup> sociais. Aquilo que lhe foi significado como indecente, condensa sua culpabilidade concernente ao prazer sexual e ao que provém da diferença social que a separa dos outros. A invalidação da qual ela é objeto, por parte de seus colegas e professores, devido à pertença a um outro mundo, encontra-se aqui reforçada pela emergência da culpabilidade oriunda da estimulação sexual pubertária: “Moi seule je reste avec mon vieux péché inclassable [...] mélange de sale vicieuse, touche pas à ça, bonbons volés, cassoulet gratté dans les gamelles des ouvriers du chantier, rêverie molasse pendant l’école et surtout mes parents, mon milieu de boutiquier cracra”<sup>18</sup>. A pertença ao seu meio social, e a idéia de pecado estão, indissociavelmente, associadas: “quelque chose de poisseux et d’impur m’entoure définitivement lié à mes différences, à mon milieu”<sup>19</sup>. O mal é, ao mesmo tempo, o sentimento de impureza de origem sexual e o sentimento de ser “mal-educada” que lhe são remetidos por aqueles que são mais “educados” do que ela.

A partir desses diferentes elementos, tentamos mostrar a importância respectiva e a articulação entre os fatores psíquicos e os fatores sociais na **neurose de classe**. Sabemos que para Freud (1986), a neurose é um conflito psíquico que encontra suas raízes na história infantil e que um dos pólos do conflito está sempre na sexualidade. Entre as causas desencadeadoras de um processo neurótico, Freud apresenta duas principais, a frustração e a incapaci-

---

ninguém senão eu que ficasse a olhando no espelho [...] Se fosse com os outros, ele não teria feito um tal escândalo. Que podia fazer? Era rejeitada, apartada dos outros por causa de uns troços imundos”.

16 Em francês: enjeux.

17 Em francês: enjeux.

18 “Somente eu fico com o velho pecado inclassável [...] mistura de uma viciada-suja, a da não toque nisso, balas roubadas, feijão raspado nas panelas dos peões dos canteiros de obra, devaneios lânguidos durante as aulas e, sobretudo, os meus pais, o meu meio social de comerciante imundo”.

19 “alguma coisa pegajosa e impura me envolve definitivamente, ligada às minhas diferenças, ao meu meio”.

15 “Saí dali [do confessionário] sentindo-me suja e solitária, escreve Annie Ernaux, como se não houvesse outra pessoa, senão tão-somente eu, que esfregasse os dedos na xoxota, mais



cidade de se adaptar a uma realidade, por fixação. Sem minimizar a importância da sexualidade como elemento motor do desenvolvimento psíquico, temos como hipótese que para um certo número de indivíduos, a aparição da neurose pode estar associada, senão provocada, por uma situação social de dominação. Assim, a frustração pode se desenvolver a partir do momento em que a criança constata que seus pais são dominados ou invalidados devido à sua condição de pobreza, que outras crianças são bem melhor providas que ela, que suas maneiras de ser ou de falar (seus *habitus*) são utilizadas por outros para lhe remeter uma imagem negativa de si mesma, provocando uma desvalorização narcísica. Não se trata, portanto, de opor o social ao sexual na etiologia das neuroses, mas de analisar uma combinação, uma articulação, uma interação entre elementos de natureza diferentes que se apóiam reciprocamente no desenvolvimento das perturbações psíquicas.

#### POR UMA SOCIOLOGIA CLÍNICA

O paradigma da objetividade nas Ciências Humanas permanece potente. Quando P. Bourdieu considerou uma maldição o fato de termos a ver com “objetos que falam”, em reação às tentações do empirismo, ele estava indicando que não bastava estar à escuta dos sujeitos para compreender suas condutas e suas razões próprias (BOURDIEU; CHAMBOREDON, 1969). Porém, ao dizer isso, ele tendia a excluir da interrogação do sociólogo o fato de termos a ver com “sujeitos que falam”. Não dá para contornar a questão do lugar da subjetividade no campo social (D’ALLONNES et al., 1989).

Levar em conta a subjetividade é aceitar a interrogação sobre a dimensão existencial como elemento incontornável para se compreender as condutas, os comportamentos, as atitudes e as relações sociais. Muitos sociólogos desconfiam do “vivido”, por recearem o empirismo, o subjectivismo, o psicologismo, chegando a considerá-lo um resíduo ou um obstáculo ao conhecimento. Há, efetivamente, um risco em se reduzir o mundo social às representações dos atores e em se fazer pouco caso da regra fundadora da

sociologia a qual consiste “em tratar os fatos sociais como coisas” (DURKHEIM, 1981).

Esta necessidade de não reduzir o sentido do ato à consciência do ator está no fundamento da postura sociológica. Porém, a explicação sociológica jamais pode fazer abstração de uma retomada de consciência.

A prova do social não pode ser só mental; dito de outro modo, jamais podemos estar certos de termos atingido o sentido e a função de uma instituição, se não estivermos à altura de reviver sua incidência sobre uma consciência individual. Como esta incidência é uma parte integrante das instituições, toda interpretação deve fazer coincidir a objetividade da análise histórica ou comparativa com a subjetividade da experiência vivida (LÉVI-STRAUSS, 1960, p. 17).

Trata-se, portanto, em definitivo, de integrar no objeto a subjetividade como um elemento de conhecimento e um elemento a conhecer. Esta integração não ocorre sem riscos, pois se deve considerar que a expressão do vivido opera, como no romance, uma reelaboração da realidade repleta de riqueza, de contradições e de ambigüidades, como é bem observado por D’Allonnes et al. (1989). Ele atenta para as duas faces do vivido: de um lado, portador de sentido, de saber, de verdade, de persuasão e de distância e, de outro, portador de ilusão, de dissimulação, de deformações, de neutralização e de implicação.

Entre a ilusão determinista – que vê o homem como um objeto passivo ou uma espécie de produto interiorizado da sociedade – e a ilusão liberal – que o considera como um electom livre independente de todo apego e que age por suas próprias escolhas –, a sociologia clínica procura apreender a história dos homens como momentos de ruptura, de continuidade e/ou de escolhas que se elaboram nos espaços incertos e que não são produto do livre arbítrio, nem consequência lógica de determinações estruturais, mas que são respostas que os indivíduos e os grupos produzem face às situações contraditórias.

Encontramos aqui uma formulação do objeto da sociologia clínica: a articulação entre a análise das relações estruturais, das contradições que elas

produzem, das práticas concretas dos atores sociais e das respostas pessoais que cada indivíduo dá para tentar se posicionar em sujeito de sua história.

O homem não é somente o produto da história, ele é, igualmente, portador de uma história na qual ele busca e constrói a significação: há, portanto, um sentido da história que é o sentido que os homens, na sua vivência, dão à sua história. É esse movimento da historicidade que explica por que, sobre condições concretas de existência similares, tomadas de consciência variáveis vêm se enxertar.

A sociologia clínica tem por tarefa compreender a dialética entre a história e a historicidade, entre indivíduo que é a história e indivíduo que faz a história, entre os fatores sócio-psíquicos que fundam a sujeição e aqueles que servem de suporte ao indivíduo para que ele advenha como sujeito.

### O SUJEITO FACE À SUJEIÇÃO

Etimologicamente, segundo o dicionário histórico de língua francesa, o termo sujeito vem do latim *subjectus* que quer dizer submetido, sujeitado, exposto ou, ainda, *subgicere* que significa colocar por baixo, submeter, subordinar. “Sub” marca a posição inferior e “jacere”, o sentido de jogar fora. Encontramos o termo no antigo francês *sugéer*: manter na submissão ou, ainda, *sougiere* que significa submeter pela força das armas ou de outro modo. O termo remete, portanto, inicialmente à idéia de submissão. Ele se aplica a uma pessoa submissa à autoridade de uma outra. Daí vem o uso de sujeito do rei, do senhor que remete ao status de vassalo e de justiciável, portanto, de sujeitado ao poder legal. A sujeição evoca a ação de “colocar sob, diante, em seguida de”, que encontramos nos termos vizinhos de submissão e de sujeição, isto é, da situação de uma pessoa submetida a uma autoridade coercitiva ou soberana.

É no registro filosófico que uma outra acepção do termo emerge. No século XIII, ele tem o sentido de “coisa que tem uma natureza própria”. No século XVI, o termo sujeito é empregado com relação ao que, numa obra literária, constitui o conteúdo de pensamentos sobre o qual se exerce o talento criador

do autor. Daí vem a frase “sujeito de uma ciência”, isto é, a matéria que ele trata. Paralelamente, sujeito designa um ser vivo submetido a experiências ou à observação, por exemplo, alguém que cuidamos. A partir do fim do século XVI, a palavra designa uma pessoa considerada como o motivo, o suporte de uma ação ou de um sentimento, por exemplo, uma mulher amada, uma pessoa digna de interesse. Evoca-se, então, “bons sujeitos” ou “maus sujeitos”. Mas, é no século XIX que o termo vai adquirir sua consistência filosófica designando o ser pensante, considerado como a sede do conhecimento, por oposição ao objeto (ver o *subject* de Kant). O termo sujeito implica, num primeiro tempo, uma consciência racional, depois nas Ciências Humanas, particularmente, no campo da Psicanálise, uma busca de conscientização face à inconsciência.

Para Lacan, o sujeito não é aquele que pensa. É o inconsciente “estruturado como uma linguagem” que pensa em seu lugar. O sujeito nada mais é senão um suporte, um vetor. Mais do que autor de seus pensamentos, ele é o boneco de sua inconsciência. Os comentários sobre a célebre proposição de Freud “Wo es war, soll Ich werden”, traduzida por Lacan como “aí onde era, aí devo eu advir como sujeito”, designa um paradoxo radical. **Eu**, como sujeito, deve advir aí onde é o *id*, o mundo das pulsões inconscientes que me determina. Não é da conta do sujeito o “isso que sou eu”, mas ele deve assumir o que ele é para advir como ser falante (o “parlêtre”, na terminologia lacaniana). É, portanto, pela palavra que o sujeito procura assumir sua própria causalidade, renunciando à fantasia de ser seu próprio criador ou à ideologia de autonomia individual. O ser humano se realiza como sujeito, numa tentativa jamais realizada, na tentativa de fazer com que o inconsciente que o domina acesse à consciência.

Existe, portanto, uma tensão dialética entre o sujeito reflexivo (aquele que pensa), na dimensão da consciência, o sujeito do desejo (aquele que deve advir face às determinações intrapsíquicas), na dimensão do inconsciente, e o sujeito sócio-histórico (aquele

que busca advir face às determinações sociais), na dimensão do indivíduo social.

A concepção de um indivíduo que procura se tornar mestre do seu destino ao se tornar um sujeito é confortado pela evolução política do reconhecimento do cidadão como “sujeito de direito”, portanto, de uma pessoa reconhecida pela sociedade, igual em direitos e em dignidade. Assistimos, portanto, a uma inversão de sentido que designa, de partida, a submissão, a sujeição, a posição inferior (estar por baixo), e que designa, hoje, pela consciência e pelo direito, a busca da liberdade face aos determinismos psíquicos ou sociais, a posição superior da pessoa que se afirma como ser pensante, ser falante, ser social.

Para Judith Butler (2002, p. 23), “a sujeição designa, ao mesmo tempo, processo pelo qual tornamo-nos subordinados a um poder e processo pelo qual nos tornamos sujeitos”. Ela nos convida a dar conta de como “o sujeito advém a sê-lo”. Convém, portanto, romper, diz ela, com a idéia de uma sujeição decorrente de poderes, atuando do exterior, que se exerceriam sobre o sujeito para impedi-lo de se realizar, procurando constrangi-lo, desvalorizá-lo ou relegá-lo a uma ordem inferior.

Podemos nos inspirar no célebre aforisma de Simone de Beauvoir a propósito das mulheres: não se nasce sujeito, tornando-o. A criancinha é, de imediato, sujeitada ao desejo do outro, dos seus pais e das normas do sistema social no qual ela vive. Dupla dependência, social e psíquica, que opera pela influência de múltiplas determinações. “Nenhum indivíduo torna-se sujeito sem ser, inicialmente, sujeitado e sem sofrer uma sujeição”, observa Judith Butler (2002, p.34).

O processo de sujeição remete a duas significações que podem parecer opostas, quando são, na realidade, complementares. De um lado, a idéia de submissão, de subordinação, de enfeudação a um poder. De outro, a idéia de individuação, de autonomia, de singularidade e os processos pelos quais o indivíduo torna-se um sujeito. Este duplo movimento corresponde a duas faces do poder. Primeira, a da

dominação, do peso dos determinismos, do quadro que contribui à fabricação dos indivíduos, das leis e das normas que canalizam seu futuro, da herança da qual ele é o produto, tudo o que contribui a produzir um indivíduo conforme as normas do seu meio, adaptado ao seu meio ambiente, submetido às leis, à cultura, às instituições, às autoridades da sociedade que o circundam. Segunda, a dos suportes, dos meios, das disposições, das capacidades de agir, dos recursos diversos, tudo o que permite ao indivíduo de se construir como um sujeito, capaz de reflexão, de afirmação de si mesmo, investido no projeto de se realizar uma existência própria. Robert Castel (2004) mostrou muito bem que para ser um indivíduo autônomo na sociedade, é necessário dispor de uma certa quantidade de meios.

Se o sujeito se apega apaixonadamente ao que o assujeita, é bem porque, nisso, ele encontre meios de existir como um “si mesmo”. A criancinha é, antes de tudo, um ser totalmente dependente que aprende a amar esta dependência porque é nela que ela assegura a sua sobrevivência física, seu devir social e seu desenvolvimento psíquico. É nesta dependência originária que ela vai fazer as primeiras aprendizagens de sua autonomia. É no amor daqueles dos quais ela depende que descobre a capacidade de amar. O amor é sempre um apego que pode tomar a forma de uma alienação e/ou de uma liberação, de um retraimento narcísico sobre si mesmo e/ou de uma abertura à alteridade. Pois, se a dependência produz o sujeito, como sair da dependência sem se dissolver a si mesmo? Se a dependência é fundante, a autonomia é um processo – e não um estado – pelo qual o sujeito tenta se construir na duração, como uma exigência para “ser si-mesmo” e uma busca jamais satisfeita em ser um outro.

Compreende-se bem que, hoje, na sociedade hiper-moderna (AUBERT, 2004), o sujeito seja solicitado de todos os lados para responder às questões sem respostas (como o sentido da vida), aos problemas sem soluções (como o desemprego ou as doenças psicossomáticas). Cada indivíduo deve se tornar contabilista de sua existência, gestor de seus conflitos,

responsável do seu futuro. Cada indivíduo é, portanto, “livre” na medida em que ele pode “se realizar” como ele espera, aparentemente sem entraves. Mas, esta liberdade pode colocá-lo numa “armadilha” na medida em que ela deixa na sombra as condições objetivas que favorecem ou impedem essa realização. Corremos o risco de esquecer que o sujeito é, de início, sujeitado a essas condições concretas de existência, à herança que ele recebe no seu nascimento, aos “capitais” (econômicos, sociais, culturais, mas também, biológicos, simbólicos, afetivos) dos quais ele dispõe. Cada indivíduo não dispõe dos mesmos suportes para exercer sua liberdade e afrontar a *lutte des places*. Não basta o sujeito querer, no sentido em que basta desejar se libertar das sujeições das quais ele é objeto para conseguir se libertar.

### O RISCO DA IDEOLOGIA DO SUJEITO

Constatamos, portanto, hoje, um forte retorno do “sujeito” na Sociologia (TOURAINÉ; KHOSROKHAVAR, 2000), mas também, no campo do trabalho social, das ciências da Educação, da Psicologia, etc. Esse retorno nos confronta com uma contradição. Como clínico, só podemos nos regozijar em ver que as teses que defendemos sejam retomadas por outros. Como sociólogo, devemos interrogar sobre esse fenômeno, perguntando se não há nisso uma nova ideologia em face da crise que atravessa atualmente as sociedades contemporâneas. E se o retorno do sujeito vier a ser a ideologia da hipermodernidade? Face ao desmantelamento do social, da família, de diferentes instituições, face à evolução do individualismo, do narcisismo, do psicologismo, face à crise do trabalho, do político, da religião, encontramos, enfim, um recurso! E esse recurso é o sujeito ele próprio que toma o lugar de Deus como criador de sua existência, como produtor da sociedade, como empreendedor de sua vida, como revelação do seu “si íntimo”!

O sujeito tornar-se-ia, portanto, a chave explicativa de tudo o que não se pode explicar de outro jeito, de tudo o que escapa à produção do sentido. Ele emerge como força autônoma, capaz de se defi-

nir por si mesmo, de explicitar sua conduta. Onde o homem e a mulher sofrem, e face à impotência das instituições e das políticas para trazer respostas, espera-se do sujeito que ele encontre “a” solução.

Parece, portanto, que o sujeito seja o último recurso em face do desencantamento do mundo. Quando não se pode mais acreditar nas grandes utopias, que deveriam permitir ao homem de acessar o progresso e construir um mundo melhor, é o sujeito que vem preencher o “vazio social” e a crise do sentido em lugar da verdade das mensagens religiosas ou científicas: cada um é convidado a produzir o sentido de sua vida. Esta questão não é nova. Althusser escrevia, em sua época: “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito”. Se ela não vem da ideologia, de onde vem, então, esta exigência de construção de si? Não podemos aqui desenvolver esta idéia. Podemos, unicamente, colocar uma interrogação, em particular, no campo das Ciências Humanas e no dos profissionais dessa área, para os quais a atividade está baseada no postulado de que o sujeito se constrói por um trabalho sobre si, um trabalho tão necessário quanto liberador.

Como clínico, temos a necessidade de postular a existência do sujeito e de nos apoiar nesse postulado. Podemos, aliás, constatar que esta necessidade vai ao encontro de uma demanda social: “isso funciona!” Vemos, todos os dias, *personas* com sentimento de que podemos contribuir para melhor compreender o que elas estão vivendo. Elas desenvolvem, assim, suas capacidades de historicidade no sentido em que o trabalho sobre sua história permite de se projetarem no futuro.

Como sociólogo, somos mais dubitativos, desconfiados e críticos. A solicitação permanente do sujeito gera problemas na medida em que ela participa do desenvolvimento do individualismo que caracteriza nossa sociedade. Sennett (1979) observa: “com o desenvolvimento do individualismo, o Eu de cada indivíduo tornou-se seu principal fardo”. E, poderíamos acrescentar, que com o desenvolvimento do capitalismo, o Eu de cada indivíduo se tornou um capital a ser frutificado.

É nesta tensão permanente entre o interesse para a clínica e a interrogação sociológica que devemos pensar esta questão do sujeito. Trata-se, então, de colocar a contradição no núcleo de nossas práticas das nossas reflexões, porque que ela está na co-ração das nossas existências.

## BIBLIOGRAFIA

AUBERT, N. *Individu hypermoderne*. Ramonville-Sainte-Agne: ÉRÈS, 2004.

BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUC, 2004.

BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E.; LÉVY, A. (Org.). *Vocabulaire de psychosociologie*. Toulouse: ÉRÈS, 2002.

BERTAUX, D. *Destins personnels et structure de classe*. Paris: P.U.F., 1977.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. (Org.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C. P. *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton/Bordas, 1969.

BOURDIEU, P.; LOÏC, J. D. *Réponses*. Paris: Seuil, 1992.

BUTLER, J. *La vie psychique du pouvoir*. Paris: L. Scheer, 2002.

CASTEL, R. *Le psychanalisme*. Paris: Maspéro, 1973.

\_\_\_\_\_. *L'insécurité social*. Paris: Seuil, 2004.

CASTEL, R.; HAROCHE, C. *Propriété privée, propriété social, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: Fayard, 2001.

CASTORIADIS, C. *L'état du sujet aujourd'hui: le monde morcelé, les carrefours de labyrinthe*. Paris: Seuil, 1990. v.3.

D'ALLONNES, C. R. et al. *La démarche clinique en sciences humaines*. Paris: Dunod, 1989.

DUBAR, C. *La crise des identités*. Paris: PUF, 2000.

DUBAR, C.; DEMAZIÈRE, D. *Analyser les entretiens biographiques, l'exemple des récits d'insertion*. Paris: Nathan, 1997.

DUBET, F. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sociologie du sujet et sociologie de l'expérience*. In: TOURAINE, d'A. *Penser le sujet: colloque de Cerisy*. Paris: Fayard, 1995.

DURKHEIM, E. *Éléments d'une théorie social*. Paris: Minuit, 1975.

\_\_\_\_\_. *Les règles de la méthode sociologique (1937)*. Paris: PUF, 1981.

ENRIQUEZ, E. *L'approche clinique: genèse et développement en France et en Europe de l'Ouest*. In: GAULEJAC, Vincent de; ROY, Shirley (Org.). *Sociologies cliniques*. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.

ENRIQUEZ, E. et al. (Org.). *L'Analyse clinique dans les sciences humaines*. Montréal: Saint-Martin, 1992.

ERNAUX, A. *La place*. Paris: Gallimard, 1983.

\_\_\_\_\_. *Les armoires vides*. Paris: Gallimard, 1974.

FREUD, S. *Névrose, psychoses et perversion*. Paris: PUF, 1973.

GAULEJAC, V. de. *Irréductible social et irréductible psychique*, *Bulletin de psychologie*, Paris, v. 360, n. 26, 1982/1983.

\_\_\_\_\_. *L'histoire em héritage*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.

\_\_\_\_\_. *La névrose de classe*. Paris: Hommes et groupes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Les sources de la honte*. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

GAULEJAC, V. de; LEVY, A. (Org.). *Récits de vie et histoire social, quelle historicité?* Toulouse: ESKA, 2000.

GAULEJAC, V. de; ROY, S. *La sociologie et le vécu*. In: GAULEJAC, V. de; ROY, S. (Org.). *Sociologies cliniques*. Paris: Desclée de Brouwer, 1992.

GAULEJAC, V. de; TABOADA-LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.

- HOLLIER, D. *Le Collège de sociologie*. Paris: Gallimard, 1995.
- KAUFMANN, J. C. *Ego: pour une sociologia de l'individu*. Paris: Nathan, 2001.
- LAINE, A. *Faire de sa vie une histoire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
- LEGENDRE, P. *L'Inestimable objet de la transmission*. Paris: Fayard, 1985.
- LEGRAND, M. *L'approche biographique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.
- LEVI-STRAUSS, C. Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1960.
- LYOTARD, J. F. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1988.
- OFFROY, J.-G. *Le choix du prénom*. Paris: Desclée de Brouwer, 1989.
- PAGÈS, M. L'écoute complexe. *Revue Internationale de Psychosociologia*, n. 14, Printemps 2000.
- \_\_\_\_\_. *Psychothérapie et complexité*. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.
- PINEAU, G.; LEGRAND, J.-L. *Les histoires de vie*. Paris: P.U.F., 1996.
- SARTRE, J. P. *L'être et le néant*. Paris: Gallimard, 1975.
- SENNET, R. *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil, 1979.
- SINGLY, F. de. *Le soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 1996.
- STEICHEN, R.; SERVAIS, P. (Org.). *Identification et identités dans les familles: Individu? Personne? Sujet?* Louvain-la-Neuve: Académie-Bruylant, 1997.
- TOURAINÉ, A. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992.
- TOURAINÉ, A.; KHOSROKHAVAR, F. *La recherche de soi: dialogue sur le sujet*. Paris: Fayard, 2000.
- VINCENT, J. *Analyse de l'énonciation de l'interviewé et de l'implication du sociologue: mémoire pour l'habilitation à diriger des recherches*. Evry: Université d'Evry, 2000.



# Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social<sup>1</sup>

Christophe Niewiadomski – Université de Lille 3  
Tradução de Norma Missae Takeuti – PPGCS/UFRN

## RESUMO

Sufrimento particular, não redutível somente aos efeitos únicos da deficiência, da velhice, da doença ou da deficiência mental. Sofrimento emergente, de origem social, que leva os trabalhadores sociais a se confrontarem com um “público novo” cuja natureza da demanda deixa, às vezes, esses profissionais tragicamente desprovidos, a tal ponto que eles se encontram, doravante, confrontados com dificuldades de acompanhamento, particularmente complexos. Neste artigo, tal situação exige refletir essa emergência de maneira interdisciplinar a fim de objetivar quadros de intervenção e de formação clínicas singulares.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico. Sofrimento social. Trabalho educativo. Trabalho social. Indivíduo pós-moderno.

## RÉSUMÉ

Souffrance particulière, non réductible aux seuls effets du handicap, de la vieillesse, de la maladie ou de la déficience mentale. Souffrance émergente, d'origine sociale, confronte les travailleurs sociaux à des «nouveaux publics» dont la nature de la demande laisse parfois ces professionnels tragiquement démunis tant ils se trouvent désormais confrontés à des difficultés d'accompagnement particulièrement complexes. Nous verrons dans cet article que cette situation impose de penser cette émergence de manière in-

terdisciplinaire afin d'envisager des cadres d'intervention et de formation cliniques singuliers.

Mots-clés: Souffrance psychique. Souffrance social. Travail éducatif. Travail social. Individu pós-moderne.

## SOFRIMENTO E PRECARIEDADE DO INDIVÍDUO PÓS-MODERNO

Preliminarmente, é essencial que se note, a partir das transformações sociais e demográficas contemporâneas, destes últimos anos, as profundas modificações na estrutura dos vínculos entre a sociedade e o indivíduo e a relação que este último entretém com a sua própria existência. Em algumas décadas, a erosão das sociedades ditas “tradicionais”, o sentimento de indeterminação das promessas de um futuro onde ciência, técnica e economia fracassem no fornecimento inequívoco de respostas, a perda de estabilidade relativa de referências sócio-culturais herdadas de valores oriundos de ideais da filosofia política do século XIX... deram lugar a uma organização social qualificada de “pós-moderna”. Muito brevemente, sem pretensão à exaustão, ela se caracteriza essencialmente pelo desenvolvimento do individualismo, pela desinstitucionalização da fa-

1 *Travail social e travailleurs sociaux* foram traduzidos, em todo o texto, como *trabalho social e trabalhadores sociais*, porém, o trabalho ou a ação aludido(a) no texto não diz respeito somente ao que é desenvolvido(a) por profissionais formados em Serviço Social ou a “técnicos” de programas sociais. Trata-se de todo profissional, de diferentes áreas – da Psicologia, da

Psicanálise, das Ciências Sociais, da Educação, do Direito, das Ciências da Saúde, da Comunicação etc. –, cujas atuações, de caráter sócio-educativo, estão voltadas para o atendimento / acompanhamento / intervenção (nas suas diferentes modalidades) junto a uma população dita “problemática” (com “déficit de integração” na sociedade) (Nota do tradutor).



mília, pelo deslocamento progressivo dos sistemas sociais sob o impulso dos modelos econômicos neoliberais, por um relativo desengajamento em face da política, pelo sentimento de aceleração do tempo e pela mobilidade social. Esta última característica nos conduz àquilo que Gaulejac e Taboada-Leonetti (1994) denominaram de “lutte des places”<sup>1</sup>. De fato, enquanto que, na sociedade francesa da primeira metade do século XX, o indivíduo via essencialmente sua existência predeterminada em função de sua classe social, de seu lugar na fratria, de sua identidade sexual... hoje, são numerosas as pessoas que não se encontram mais, desde há muitas gerações, na estrita reprodução das posições tradicionalmente ocupadas no seu meio familiar. Numa sociedade em mutação e flutuante, o espectro, sempre possível, de uma descensão social se instala, fazendo com que ninguém mais esteja seguro de poder manter duravelmente sua posição atual. Cada um encontra-se, assim, conduzido a travar uma verdadeira batalha para tentar encontrar, e depois conservar, o seu lugar no espaço das posições sociais.

Enfim, o indivíduo, no sentido mais amplo do termo, está, sem dúvida, nos dias atuais, mais indeciso na sua relação com os outros e consigo próprio. Perpetuamente na escuta de um “siincerto”, o sujeito pós-moderno deve, de agora em diante, conquistar sua identidade num contexto culturalmente instável e no qual sua existência não é mais pré-definida por aquilo que o precedeu. Em resumo, a passagem da modernidade para a condição pós-moderna tem por consequência um certo número de desregulações identitárias e sociais que geram um sentimento de profundo abalo nos indivíduos contemporâneos (LYOTARD, 1979). Enquanto reinam o individualismo e a necessidade de se adaptar incessantemente à corrida da mudança e da aceleração do tempo, a identidade, na perda de referências estáveis, se produz de forma vacilante, num contexto em que a massificação dos modos de vida se articula parado-

xalmente com a busca disparatada de uma singularidade, por vezes, pateticamente reivindicada:

Muitos sinais apontam no sentido de que tendemos para um tipo de sociedade, agregado de indivíduos atomizados, isto é, não-sociedade, na qual cada indivíduo é para si mesmo a sua principal preocupação: culto de si, de seu corpo, preocupação com sua própria imagem, indiferença com o destino do outro, modo de vida e de habitat, lazeres etc. (LAINE, 1998, p. 58).

Nesse contexto, a busca consumista de uma felicidade e de um sucesso quase imediato, veiculado em parte por intermédio de mitos coletivos nutridos por certas *mass media* (ganhar na loto, aparecer na tela de uma emissão de televisão...), se opõe à incerteza que faz nascer, hoje, a realidade dos fenômenos de precarização e de sofrimento no trabalho. Dejours (1998, p. 26) mostrou muito bem como

desde 1980, não foi somente a taxa de desemprego que mudou, seria toda uma sociedade que teria se transformado qualitativamente, ao ponto de não se ter mais as mesmas reações que dantes. Para ser mais preciso, nós visamos, essencialmente, sob essa fórmula, uma evolução das reações sociais ao sofrimento, à infelicidade e à injustiça. Evolução que se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva em favor da solidariedade e da justiça, enquanto que se desenvolveriam reações de retraimento, de hesitação e de perplexidade, até mesmo de franca indiferença, bem como de tolerância coletiva à inércia e resignação face à injustiça e ao sofrimento do outro.

Além disso, a instabilidade do trabalho assalariado, a fragilidade da mobilização coletiva, a ameaça permanente de demissão, a impossibilidade de expressar e de elaborar seu próprio sofrimento no trabalho “constituem obstáculos maiores ao reconhecimento do sofrimento daqueles que caem no desemprego” (DEJOURS, 1998, p. 59). Tudo parece se passar como se a intolerância à sua própria reação emocional face ao sofrimento no trabalho engendrasses uma reação defensiva de indiferença destinada a proteger o sujeito da angústia ligada à sua própria situação de precariedade potencial. Assim, o

<sup>1</sup> Equivale dizer luta de lugares ou de posições (N. do T.).

aumento das cadências, a busca da performance, da qualidade... conjugam-se, atualmente, com a preocupação da excelência e a imperativa obrigação de uma singularidade paradoxalmente imposta e reivindicada. A incorporação maciça dessas injunções conduz, então, certos indivíduos contemporâneos àquilo que Ehrenberg (1998,) denomina de “o cansaço de ser si”, ou ainda, à construção de um dramático “falso *self*” destinado a aliviar esta cultura maciça de falsa máscara.

Entretanto, ao lado desse sentimento generalizado de inquietação na população assalariada, um número significativo “de excluídos”, “de desadaptados sociais”, vêm, pouco a pouco, engrossando as fileiras de uma “população problemática”, a qual não mais diz respeito exclusivamente às categorias clássicas da deficiência física, da doença, da velhice ou da deficiência, os quais os trabalhadores sociais haviam, até então, tradicionalmente encontrado em suas intervenções. Eles têm feito acompanhamentos num público que não mais pode fazer face às suas necessidades, mas por razões, agora, bem diferentes. Para Castel (1995, p.677), certas pessoas sofrem, de fato, de um “déficit de integração”, enquanto que “nasce hoje a suspeita de que os esforços consideráveis empregados, há uma quinzena de anos, poderiam não ter fundamentalmente ter mudado essa constatação: essas populações são talvez, apesar de tudo, na conjuntura atual, não-integráveis.”

A partir disso, toda uma população “de indigentes válidos” (CASTEL, 1992), não teria, hoje, outra escolha senão a de se instalar num estado de “transição durável” onde a precariedade se tornaria, de fato, para alguns indivíduos um verdadeiro ritmo de existência. Por exemplo, a renda mínima de inserção (RMI) não tem, certamente, no presente, o papel que seus promotores desejariam que ele tivesse. Segundo Castel (1995), passamos assim, de uma ajuda transitória destinada aos sujeitos em dificuldades para lhes permitir passar “um momento difícil”, antes de reencontrar um emprego, para uma “via sem saída na qual correm” (CASTEL, 1995, p.698).

Um recente relatório do DREES<sup>2</sup> mostra que o número de beneficiários do RMI, em 31 de dezembro de 2003, se eleva hoje para mais de 1,1 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 4,9% em relação ao ano precedente, no mesmo período. Parece que essa progressão atinge preferencialmente os jovens adultos na faixa etária de menos de 30 anos, enquanto que a situação preocupante do mercado de emprego seria um dos principais fatores explicativos desse aumento do número de beneficiários”.<sup>3</sup> Evidentemente, o trabalho de acompanhamento desse “novo público”, que é mais da ordem de uma problemática do trabalho do que da assistência social, coloca muitos problemas de acompanhamento sócio-educativos:

Assim, vê-se desenvolver em certos serviços sociais uma verdadeira efervescência relacional. Tais esforços não são, em hipótese alguma, a serem subestimados. È a honra (mas talvez, também, o remorso) de uma democracia que não se resigna ao abandono completo de um número crescente de seus membros cujo único crime é o de ser ‘não-empregáveis’. Mas tais tentativas têm algo de patético. Elas evocam o trabalho de Sisyphé empurrando a sua rocha sempre caindo pela encosta no momento de atingir o cume, pois impossível firmá-la num lugar estável (CASTEL, 1995, p. 699).

Em resumo, o desmantelamento da sociedade assalariada, de agora em diante, coloca certas categorias sociológicas em confronto com uma vulnerabilidade estrutural que impõe um acompanhamento social destinado a atenuar as dificuldades de auto-suficiência desses públicos.

## ALGUNS RISCOS DA PRÁTICA EDUCATIVA NA ATUALIDADE

Assim, vemos que a demanda endereçada, atualmente, aos trabalhadores sociais no seu conjun-

2 Direction de la recherche, des études, de l'évaluation et des statistiques (N. do T.: Direção de pesquisa, de estudos, de avaliação e de estatísticas)

3 Ministère des affaires sociales, du travail et de la solidarité. Ministère de la santé, de la famille et des personnes handicapées (ETUDES..., 2004).

to torna-se particularmente complexa, tanto pela diversidade do público como pela heterogeneidade das situações encontradas. Ao lado das pessoas atendidas em instituições (Centros de ajudas para o trabalho, Institutos médico-educativos, internatos, abrigos, casas de acolhimento especializadas...), trata-se, igualmente, de acompanhar uma população de pessoas com validade, mas que se encontram invalidadas pela atual conjuntura (CASTEL, 1995). A partir disso, como pensar e agir face ao sofrimento psíquico dessa população? Para tentar agir “lá onde há disfunção”, o acompanhamento sócio-educativo parece ter que evitar imperativamente um triplo risco: a ilusão da “negação e da reparação”, a “tecnização normalizante” e a “psicologização” dos problemas sociais encontrados.

O primeiro risco se organiza em torno de um mecanismo de defesa desenvolvido por certos profissionais: a recusa em reconhecer a realidade da percepção traumatizante da desfiliação durável das pessoas que eles estão tratando e a vontade demiúrgica de querer curar e recuperar o outro, supondo poder dar resposta a todos os seus problemas. A partir de então, o trabalhador social, preso nessa ilusão, não pode pensar os limites de sua ação e vai se encontrar, mais ou menos rapidamente, confrontado com os efeitos de uma esperança frustrada que o conduz rapidamente ao esgotamento profissional, ao desespero, até mesmo ao fatalismo deletério do “para que isso serve?” e da renúncia. Contudo, Rouzel (2000) sublinha que o trabalhador social, confrontado com o movimento de humanização que visa o trabalho educativo, se encontra sempre às voltas com seus próprios limites:

Como agente da castração, ele é bem educador<sup>4</sup> na medida em que ele está submetido. Dito de outro modo, contrariamente ao que pensam algumas pessoas, o educador não faz a lei, ele é apenas um dos seus representantes. É necessário que ele se interrogue sobre o seu desejo de ajudar os outros, suas intenções recuperatórias, até mesmo salvadoras, para obter a evidência de que em todo sujeito

que ele encontra há um ponto de resistência às suas pretensões educativas. Esta propensão em querer fazer o bem aos outros é bem a doença infantil do trabalho social. É, portanto, indispensável colocá-la em questão na formação e em trabalho de campo. Aprender a fazer com esse ponto do impossível embasa no educador uma ética do ato educativo. O outro a se educar jamais está conforme, jamais está no lugar que se gostaria de lhe assinalar (ROUZEL, 2000, p. 112).

Além disso, esse “ponto do impossível” tão bem justamente evocado por Rouzel (2000) não deriva somente do sujeito para o qual se dedica o trabalhador social. Vimos que ele é, também, fundamentalmente ligado às características da estrutura social na qual evoluem os protagonistas da relação educativa.

O segundo risco, não menos temível, se organiza em torno da preocupação de se querer a todo custo normalizar, reeducar, reabilitar, etc., sem se interrogar sobre a ideologia subjacente de conformidade social e sobre os efeitos da estigmatização e da segregação social que evocaremos mais adiante. O educador torna-se aqui um mero técnico encarregado de aplicar os procedimentos padronizados, destinados a dar resposta aos efeitos de uma “causalidade de destino” que afetaria uma população da qual espera-se que, finalmente, fique calada. A instrumentalização do trabalho educativo reifica, então, o sujeito em acompanhamento, cuja palavra se encontra ocultada em benefício de uma obrigação de resultado, muito freqüentemente desconectado da realidade das situações singulares encontradas. Ora, se para J. Rouzel, restaurar a palavra do sujeito, transmitir os limites e acompanhá-lo nas suas escolhas, são princípios que devem orientar a linha do horizonte de todo o educador, esses objetivos estariam

em via de destruição na sociedade capitalista e mercantil. De repente, mede-se a dificuldade de manter uma posição educativa hoje. Isso vai no sentido inverso daquilo que se chama de pós-modernidade. É uma posição subversiva. Subversiva, porque essa posição, esclarecida pelo que chamo de uma clínica do sujeito, força o educador a manter um lugar de

<sup>4</sup> Em francês, *educastreur*. (N. do T.).

sujeito. Não é o que se pede aos educadores de hoje. O que se lhes pede é de fazer com que as pessoas que lhes são confiadas se mantenham quietas. Distraindo-as com alguns truques que chamamos de medidas de inserção. Trata-se, para um educador de subverter a demanda social, e para isso de se tornar um homem astuto. Trata-se, em lugar de alienação, de colocar seus atos criadores. Atos que visam o advento do sujeito em cada pessoa que ele encontra [...]. Quando a política se aliena ao discurso do mercado, trata-se de subvertê-la para fazer aparecer, à luz do dia, o mundo dos humanos que não se constrói sem crenças, sem fundamentos, sem valores (ROUZEL, 2000, p. 115).

Assim, a ênfase aos valores de performance, de sucesso, de quantificação etc, que invade, hoje, o setor sanitário e social no seu conjunto abafa o trabalho de mediação e de re-mediação que os educadores devem realizar. A passagem progressiva de uma obrigação de meios a uma obrigação de resultados confronta, assim, esses últimos com situações propriamente “impossíveis”, pois elas descartam, em grande parte, a evanescência da situação transferencial, a partir da qual o sujeito poderia, com a ajuda do trabalhador social, tentar melhor se apropriar do seu espaço psíquico, físico e social. De fato, tudo se passa como se procurássemos, através da preocupação de controle e de avaliação, digitalizar fenômenos fundamentalmente analógicos. Os sistêmicos mostram que utilizamos, habitualmente, dois tipos de codificação nas interações com o mundo que nos circunda: a codificação digital e a codificação analógica. Estamos familiarizados com fenômenos de codificação digital através da utilização de uma linguagem conceitual, tal como a linguagem matemática, por exemplo. Este tipo de codificação permite tratar um grande número de informações complexas e dá acesso à abstração e à quantificação. De uma outra maneira, a codificação analógica utiliza toda uma panóplia de comportamentos não-verbais tais como a postura, a expressão, o gestual, a entonação. A compreensão desse tipo de mensagem obedece, então, a uma lógica que se baseia em relações de proximidade que recorre a figuras, metáforas, símbolos... Se a linguagem digital é fre-

qüentemente muito mais precisa que a linguagem analógica, convém assinalar que essa precisão pode, por vezes, constituir um verdadeiro obstáculo para tentar se apreender nuances sutis, impressões, emoções... o que é exatamente o cotidiano dos profissionais, cujo núcleo da profissão se organiza em torno da relação humana. Assim, o ato educativo seria, em parte, fundamentalmente marcado por uma dimensão inapreensível. Ora, a imprevisibilidade da interação educativa e de suas potencialidades heurísticas é, hoje, negada em benefício de uma cultura de urgência e de eficácia. Por exemplo, assistentes sociais, por ocasião de uma sessão de formação centrada na problemática da tutelação, nos confiavam recentemente as dificuldades que encontravam na limitação drástica da duração das medidas de acompanhamento destinadas à reinserção de pessoas ditas “em grandes dificuldades”:

– Estamos, doravante, confrontados com um público com o qual somos obrigados co-construir, num tempo limitado, um projeto de inserção profissional, ao mesmo tempo em que não se asseguram bases permitindo a realização de um tal trabalho. Essas pessoas, freqüentemente muito desestruturadas, precisam de tempo para conseguir ver, um pouco mais claro a natureza de sua demanda e o seu projeto. Nós próprios, encontramos grandes dificuldades em lhes permitir fazer escolhas, a encontrar sua autonomia. De repente, nosso trabalho se limita, atualmente, ao penoso sentimento de se estar cauterizando uma perna de pau.

Enfim, o terceiro risco descarta as dimensões contextuais do sofrimento psíquico ligado aos efeitos da precariedade social e recai sobre o próprio sujeito a imputação de suas dificuldades de inserção. O pobre, o excluído, é aqui enfocado como o primeiro responsável de sua condição. Trata-se, então, de culpá-lo e envergonhá-lo, aniquilando, num mesmo lance, todo o seu desejo de revolta: “Num universo em que o indivíduo é colocado no centro, o sucesso, assim como o fracasso, jamais é imputado à estrutura da organização, mas à aptidão do indivíduo que deve, a cada momento, ultrapassar as novas prova-

ções que ele deve enfrentar” (ENRIQUEZ, 2004, p. 115). De modo que as sobredeterminações sociais e culturais afetando o indivíduo se acham aqui “escamoteadas”, enquanto que a noção de projeto individual se encontra enaltecida: basta, então, que o sujeito trabalhe sobre si mesmo, “faça um esforço”, até mesmo comece uma psicoterapia, para que, como por encanto, suas dificuldades desapareçam. Ora, o sofrimento psíquico que o indivíduo manifesta não pode estar dissociado da sua condição social. Conseqüentemente, assistimos, às vezes, entrevistas “ubuesques”<sup>5</sup> no curso das quais um beneficiário que faz ao trabalhador social uma demanda de habitação ou de trabalho se vê, finalmente, levado a ter que produzir um narrativa de suas dificuldades de inserção, insistindo sobre os hipotéticos “problemas pessoais”, supostamente entendidos como explicação de sua incompetência em resolver sozinho suas dificuldades. De fato, sem sempre estar disso consciente, o que o trabalhador social produz aqui, é uma inversão de causalidade de uma grande violência simbólica. Essa “psicologização” de problemas sociais vai, assim, tender a reforçar o processo de invalidação de um sujeito que não tem mais outra alternativa senão a de aderir ao discurso que lhe é sugerido se ele quiser, enfim, se beneficiar da ajuda material solicitada:

– Sou, finalmente, responsável pelo que me acontece, visto que, como o insinua o meu interlocutor, é na minha história pessoal que, finalmente, é necessário encontrar soluções para as minhas dificuldades.

Sejamos claros. Não é nosso propósito negar aqui os benefícios do retorno reflexivo, produzido no ato de contar sua história a um terceiro. Poder se beneficiar de um espaço de expressão, suficientemente empático e acolhedor, tendo em vista elaborar um projeto sustentado na reapropriação de sua história pessoal, pode contribuir para liberar as capacidades de ações de um sujeito, em momentânea perda de

referências e de sentido, até mesmo devido à sua situação de precariedade material. Pode-se, então, esperar que um acompanhamento educativo, digno desse nome, poderá lhe permitir reencontrar energia para tomar decisões claras quanto ao rumo de sua própria existência. Entretanto, seria ainda necessário que esse terceiro não fosse surdo à multiplicidade de registros daquilo que ele está ouvindo. Esta é a razão pela qual insistiremos, nas páginas seguintes, sobre a importância de uma clínica “psicossocial” do trabalho educativo e sobre seus fundamentos interdisciplinares.

#### POR UMA CLÍNICA PSICOSSOCIAL DO TRABALHO EDUCATIVO

Freqüentemente afirmou-se, na esteira de Freud (1973), que educar era uma das três profissões impossíveis. Educar, governar e cuidar seriam, segundo o inventor da psicanálise, três profissões “impossíveis”, no sentido em que eles conduzem invariavelmente a um sucesso “insuficiente” quanto à sua finalidade. Cifali (1994, p. 35) esclarece sobre isso:

Se fosse necessário achar um exemplo para o sucesso insuficiente freudiano, o mais flagrante seria a educação. Se para alguns, aí está todo o seu trágico, há outros que se congratulam dos seus resultados aproximativos, imperfeitos: sem eles, nada haveria de liberdade humana. Os que querem forjar um ‘outro’ à sua altura, segundo um plano estabelecido para o seu bem, se apercebem um dia que, longe de serem reconhecidos [pelos seus esforços], há desdém por suas medidas educativas, as quais eles acreditavam ser eficazes, mas que viram de avesso. Ou bem, se por ventura, ele se submete ao seu voto prévio, se ele se curva e segue docilmente o seu caminho, há um momento em que o passo se desregra, em que o sintoma aparece. A obediência muito estrita tem o seu reverso: o vivente é objetivado, estilizado na sua singularidade, impedido de acessar à sua posição de sujeito inalienável.

É possível que essa fórmula freudiana de uma “educação impossível” seja mais do que nunca hoje de uma atualidade candente. Como, efetivamente, resolver essa patologia da desfiliação que marca

<sup>5</sup> Remete ao personagem de *Ubu rei* (peça teatral de A. Jarry) que possuía caráter comicamente cruel e covarde (N. do T).

nossas sociedades civilizadas? Aqui, mais uma vez, a obra de Freud dá prova de uma surpreendente atualidade: “Para que serviria, então, a análise mais penetrante da neurose social, visto que ninguém teria autoridade necessária para impor à coletividade a terapêutica desejada?” (FREUD, 1994, t. 8, p. 332). Em outros termos, como os trabalhadores sociais poderiam, hoje, “cuidar” de um mal social com determinações múltiplas e flutuantes? Que legitimidade teriam eles em querer educar uma sociedade doente da qual eles próprios fazem parte? Como agir sobre o manejo de objetos sociais tais como o emprego, a habitação, etc., e cujo trato depende, no essencial, do registro político? Evidentemente, cada um de nós pode, inspirado em Levinas (1985), tentar lutar contra a indiferença e o individualismo, para evitar seguir seu caminho sem se preocupar com o outro: “O humano não brota cada vez que não somos indiferentes com o outros? [...] A não-indiferença é o que faz com que o mundo tenha um rosto, ao invés de ser disforme” (VERGELY, 2002, p. 55). Cada um pode, igualmente, adotar a esse respeito uma posição individual ou coletiva “militante”, lutar contra a resignação, a barbárie e a violência, engajando-se, por exemplo, na transformação do mundo, por uma suposta revolução que fará advir um mundo melhor... mas sabemos, também, que verdadeiros sistemas totalitários puderam ser construídos a partir de tais intenções.

Entretanto, mais prosaicamente, como favorecer, no plano clínico, um trabalho de construção de sentido suscetível de facilitar, tanto para o trabalhador social como para o beneficiário, a incorporação subjetiva da objetividade das desigualdades sociais e de seus efeitos individuais e coletivos? Isso impõe uma postura clínica particular, no sentido que esta se diferencia consideravelmente da aplicação de um conjunto de técnicas que o educador, com muito saber socialmente legitimado, se encarregaria de aplicar. O trabalhador social só tem a ganhar ao adotar uma postura clínica que qualificamos aqui de “psicossocial”. Por que “psicossocial”? Porque o sofrimento em face do qual eles se vêm interroga

situações de mal-estar psíquico que têm suas raízes nas situações sociais reais que influenciam, a seu turno, o psiquismo dos indivíduos, sem que seja, no entanto, legítimo de se referir às categorias clássicas da psicopatologia. De fato, esse sofrimento psíquico de origem social não é uma “doença mental” no sentido clássico do termo, mesmo se seus efeitos podem, às vezes, conduzir o sujeito a descompensações que o levam a procurar, utilmente, os serviços de profissionais da psiquiatria.

Definimos, num outro artigo, os contornos dessa clínica “psicossocial”, assim como nós mesmos a batizamos, esclarecendo o quanto esta se distancia de uma clínica biomédica, tentando articular realidade subjetiva do sujeito e realidade objetiva dos fatos sociais (NIEWIADOMSKI, 2002a, p. 167):

Nessa perspectiva, os profissionais do campo social desejam, geralmente, ajudar os beneficiários sob sua responsabilidade, fazendo um acompanhamento do processo de busca de coerência para a sua existência. A partir de então, o desafio está em, menos de se interessar por um sujeito ‘portador de signo’ de uma patologia, mesmo em sendo de origem social, encará-lo na sua globalidade como portador de uma história singular. Todavia, essa história só pode ter sentido se o sujeito se achar capacitado para poder dar um sentido com finalidade de conjurar a absurdez aparente de sua situação e de se projetar no futuro (PINEAU, 2002, p. 39).

Tratar-se-á, portanto, de permitir ao beneficiário de operar na tentativa de reconciliação com uma trajetória, freqüentemente, julgada como caótica, para procurar identificar com ele as competências adquiridas na provação das dificuldades encontradas, até então. Esse trabalho de conscientização desses saberes muito freqüentemente desconsiderados, pois julgados não-conformes às expectativas sociais, pode, então, ter um alcance emancipatório para o sujeito. Efetivamente, o percurso de um ‘excluído’ não é redutível à soma de seus dissabores existenciais e de seus infortúnios nas tentativas de inserção. Além do fato desse sujeito ser freqüentemente tributário do peso dos determinismos e da estigmatização que afeta os grupos sociais ditos desfavorecidos, o fato de

ter estado 'em confusão', durante vários anos, não é um destino tão mais petrificado que uma experiência anódina que seja necessária, de repente, ser apagada, para fazer tabula rasa de todo o passado. Ao contrário, é na reconquista de um lugar de ator que o sujeito pode tirar força para se libertar, para passar da vivência de uma fatalidade para a experiência de uma possível articulação fecunda com seu passado. Entretanto, pouco consciente das determinações sociais, familiares e culturais das quais ele é objeto, o sujeito não pode sozinho levar adiante esse trabalho. Convém, portanto, acompanhar esse desvio biográfico que poderá, então, favorecer uma auto-liberação da razão, permitindo ao sujeito de construir sua historicidade, esta entendida como a "capacidade de passar do status de objeto determinado pela história ao de sujeito produzindo a sua própria história" (GAULEJAC, 1987, p. 27).

Pelo retorno sobre si e sobre sua história, pela análise das sobredeterminações sociais das quais ele foi objeto, o sujeito adquire, assim, autonomia e possibilidade para dar, ao que ele é, uma significação menos mortífera. É a esse preço que um projeto de reinserção, portador de sentido, poderá ser co-construído com o sujeito. Bastante distanciada da clínica biomédica do "sujeito-objeto", a abordagem clínica, aqui em questão, não nega, em hipótese alguma, o "sujeito-singular-desejante" da clínica psicanalítica, mas propõe que se associe a ela uma leitura sociológica a fim de trabalhar, de maneira dialética, a articulação do "eu" e do "nós", isto é, de propor uma clínica do "sujeito-social" (NIEWIADOMSKI, 2002a, p. 173).

Em outros termos, trata-se, portanto, de tentar aqui promover um acompanhamento que transborde o tão-somente "encarregar-se" do beneficiário, de modo a se engajar na via da 'responsabilização' por um indivíduo momentaneamente em dificuldade. Um trabalho de sustentação provisória será, então, destinado a apoiá-lo em face das dificuldades que ele atravessa a fim de participar na compreensão do sentido de sua trajetória singular e para ajudá-lo, finalmente, a encontrar seu próprio caminho.

Entretanto, esse trabalho necessita de uma dupla precaução: sublimar sua pulsão de dominação, evitando alienar o desejo de outrem às suas próprias perspectivas educativas, ou seja, trabalhar sobre sua implicação transferencial e contra-transferencial, e se empenhar em descodificar, de modo mais acurado possível, os fenômenos que afetam esse "público novo", através de uma leitura plural suscetível de permitir o cruzamento de determinantes de origens diversas.

#### DESAFIOS DE PRODUÇÃO DE SABERES E DE ANÁLISE DE PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

Vemos, assim, que uma clínica psicossocial não pode, portanto, ser pensada, no presente, de maneira unívoca. Os saberes que o educador deve mobilizar para realizar sua tarefa nos parece terem que se inscrever numa perspectiva interdisciplinar, na cruzilhada do subjetivo e do objetivo, do individual e do coletivo, do psíquico e do social, a fim de que possamos melhor apreender alguns dos efeitos de recursividade que afetam, às vezes, de maneira surpreendente a relação indivíduo e sociedade.

A interdisciplinaridade que aqui está em questão deve ser distinguida da monodisciplinaridade e da pluridisciplinaridade<sup>6</sup>. A monodisciplinaridade, como seu nome o indica, se prende ao estudo de um problema a partir de uma única disciplina. O processo redundante, geralmente, no aprofundamento de um dos vetores que diz respeito ao objeto estudado, sem se preocupar com os outros fenômenos implicados. Pode-se, assim, abordar o sofrimento psíquico dos beneficiários dos serviços sociais a partir do único referente da psicologia clínica. Chegaremos, certamente, aqui, em interessantes construções teóricas e clínicas sobre essas novas formas de sofrimento psíquico emergentes, até mesmo em pertinentes ca-

6 Não abordaremos aqui os problemas ligados ao estudo da transdisciplinaridade. Esse projeto de meta-disciplina unificante inspirado pelos recentes desenvolvimentos no campo da Física quântica levanta delicados problemas epistemológicos que seria impossível detalhá-los nestas páginas. O leitor interessado poderá se remeter à obra de Nicolescu (1996).

tegorizações psicopatológicas, tais como, por exemplo, aquelas relativas aos desenvolvimentos atuais de perturbações aditivas. Entretanto, que consideração circunstanciada é feita dos determinantes sócio-históricos que participam, igualmente, na origem dessas formas de sofrimento? (NIEWIADOMSKI, 2002b, 2000). Podemos, também, detalhar, com maior acuidade o perfil sociológico dos beneficiários dos mínimos sociais de hoje. Todavia, como transpore, então, o sujeito atuante e o sofrimento subjetivo do indivíduo colocado nessas situações?

De uma outra maneira, a pluridisciplinaridade convoca um conjunto de disciplinas científicas em torno de um dado problema, sem que haja, contudo, uma franca concertação entre os saberes implicados na análise. Os saberes construídos se organizam, outrossim, em torno de modelos justapositivos, até mesmo aditivos, e dão ao leitor a impressão de uma “rodada de horizonte plural” da questão estudada. Cada especialista fornece, assim, seu sentimento sobre uma questão precisa, sem que um meta-nível reflexivo seja infalivelmente derivado. Enfim, a interdisciplinaridade visa a interação entre as disciplinas de tal modo que se produza um enriquecimento mútuo, tanto ao nível dos métodos como dos objetivos. Nesse caso, os conhecimentos são produzidos sob um modo integrativo. Vários autores chamam, atualmente, sob registros diferentes, atenção a tais modalidades de pesquisa e de intervenção. Três dentre eles parecem-nos, aqui particularmente, fecundos para ilustrar o propósito desenvolvido nessas poucas páginas:

Pagès (2004), por exemplo, inspirando-se no pensamento de Edgar Morin, insiste sobre a necessidade de uma clínica da complexidade, defendendo uma concepção “não essencialista, não linear e plurideterminista”. Ele esclarece:

Não se trata de interpretar o devir humano do alto de uma única disciplina e a partir de grandes princípios mono-explicativos: Libido, Pulsão de morte, Luta de classes, Sentido da história, Progresso, Luta das civilizações etc., interpretações que refletem, freqüentemente, uma implicação ideológica ou afetiva não controlada. Nós procuramos compreender

os fenômenos na intersecção e no entrecruzamento dos determinantes de origens diversas, na encruzilhada da história, das lutas econômicas, políticas e sociais, mas também, da implicação subjetiva consciente e inconsciente dos indivíduos no devir coletivo (PAGÈS, 2004, p. 129).

Gaulejac, na área da sociologia clínica, interessou-se, particularmente em outras pesquisas (1987, 1996), por conflitos de identidade associados às mudanças de classe social e pelas repercussões existenciais da humilhação e da vergonha que afetam os grupos dominados nas sociedades desenvolvidas. Ele insiste sobre as determinações múltiplas e cruzadas que permitem melhor compreender esses fenômenos, sugerindo os princípios de uma análise dialética, fundando suas bases em cinco princípios, a seguir. O “pluralismo causal” que mostra o quanto as condutas humanas se acham condicionadas por uma multiplicidade de determinações, “a problematização múltipla” que privilegia uma abordagem multipolar a fim de se evitar o risco da monodisciplinaridade (acima evocado), “a autonomia relativa” que assinala leis específicas de funcionamento de cada disciplina ao mesmo tempo em que preserva sua independência parcial, a “reciprocidade das influências” que indica o jogo da combinatória e das compensações que se operam entre diferentes registros teóricos, e a “causalidade dialética” que se organiza em torno de um duplo princípio de interatividade e de recursividade. Assinalando a existência de uma complementaridade constitutiva entre psiquismo individual e estruturas sociais, ele insiste na importância de se identificar as articulações situadas

na encruzilhada do subjetivo e do objetivo, do psíquico e do social, do concreto e do abstrato, do poder e do desejo [...] que são objetos da sociologia clínica. Trata-se de apreender a realidade combinando análise objetiva e enfoque da subjetividade dos atores. Há uma complementaridade fundamental entre o psiquismo individual e as estruturas sociais, o que nos obriga a sair das oposições entre individual e coletivo, sujeito e objeto, campo social e campo afetivo [...]. Para apreender essa dinâmica complexa dos processos que regem as relações entre o mental e o social, a sociologia clínica é uma



démarche, ao mesmo tempo, sócio-psicológica, visando analisar como os fatores e as transformações sócio-culturais condicionam as atitudes e os comportamentos dos indivíduos, e psicossociológica, que analisa a maneira como um sujeito intervém enquanto ator e inventa práticas para afrontar conflitos e fazer face às situações sociais às quais ele se depara (GAULEJAC, 1993, p. 321).

Enfim, Blanchard-Laville e Fablet (2001), na área das ciências da educação, desenvolvem, há vários anos, pesquisas teórico-práticas, particularmente fecundas sobre a análise interdisciplinar das práticas profissionais. O autor insiste sobre a necessidade de se associar pesquisas muito especializadas, a partir de abordagens teóricas específicas e, ao mesmo tempo, de desenvolver coletivamente pesquisas co-disciplinares. Sublinhando a dificuldade, para um pesquisador, em se engajar, atualmente, sozinho numa perspectiva multireferenciada, a autora insiste sobre os desafios epistemológicos da co-construção de sentido a partir de uma experiência psíquica partilhada em dispositivos de pesquisa que acolhem pequenos grupos de pessoas. Entretanto, ela menciona que

desde o momento em que algumas pessoas se reúnem, elas formam aquilo que a psicossociologia clínica denominou por grupo restrito e as dificuldades começam. W. R. Bion nos mostrou que, num pequeno grupo, se superpõem dois tipos de funcionamento, o do grupo de base ligado ao estado emocional primitivo do grupo e o funcionamento do grupo de trabalho. A coexistência desses dois grupos pode desencadear um certo nível de conflito (BLANCHARD-LAVILLE, 2000, p. 60).

Além da fragilidade do trabalho de elaboração coletiva ligada à articulação inconsciente entre “contrato narcísico” e “pacto denegativo”<sup>7</sup> em obra

7 Apoiando-se em trabalhos de René Kaës, o autor precisa: “Contrapartida complementar do contrato narcísico, o pacto denegativo descreve aquilo que, em todo elo de casal, de grupo ou de instituição, está destinado, em comum acordo inconscientemente, a ser objeto de recalque, de recusa, de negação, de uma condenação ou de uma rejeição. Ele recobre aquilo que não deve entrar em questão para que o vínculo se construa e se mantenha” (BLANCHARD-LAVILLE, 2000, p. 61).

nesses grupos, o autor se interroga sobre as condições necessárias para que um conjunto de indivíduos possa se autorizar a pensar juntos nesse tipo de dispositivo. Convém, indica ela, que se trabalhe na apreensão das características do elo intersubjetivo, que inevitavelmente marca esses grupos, empenhando-se em identificar coletivamente as forças de desligamentos inconscientes que colocam em risco a sua existência, de modo a favorecer um verdadeiro trabalho de co-pensamento:

A si mesmo, já não é fácil, dispor de um aparelho de pensamento que funcione, quando se sabe de todos os avatares possíveis que concorrem para atravancar sua construção e o seu funcionamento. Em seguida, mantê-lo ativo num grupo em que outros aparelhos de pensamento estão também funcionando sem serem impedidos; eis aí, um programa difícil. Não se trata, por parte de alguns, de ‘invasão’ de espaço, em seu benefício. Para que a confiança se instaure, é necessário ter tido a experiência na qual seus próprios pensamentos tenham sobrevivido ao ataque e à indiferença. Para certos sujeitos que viveram experiências negativas, por vezes, aliás, traumatizantes nesse nível aí, o trabalho de restauração é longo e difícil (BLANCHARD-LAVILLE, 2000, p.61).

Assim, os pesquisadores engajados nesse trabalho coletivo, destinado a produzir saberes a partir de campos paradigmáticos, às vezes, muito diferentes, vão rapidamente se ver confrontados com o seu próprio sistema defensivo, como resposta às angústias que tal situação de pesquisa interdisciplinar sempre engendra, visto que as análises produzidas por terceiros colocam os participantes diante daquilo que suas opções teóricas iniciais tinham, muitas vezes, totalmente ocultado. Esse tipo de dispositivo supõe, portanto, uma relativa maleabilidade psíquica, por parte de seus membros, e uma importante “tolerância à ambigüidade” do fato mesmo da presença constante de hipóteses antagonistas:

Quando efetuamos um trabalho co-disciplinar sobre um mesmo corpus, nós nos encontramos na presença de hipóteses interpretativas diferentes, por vezes, contraditórias, cujos valores de verdade estão ligados à coerência argumentativa de cada

paradigma, e onde o corte, entre elas, não é permitido. Assim, faz-se apelo à capacidade de tolerar a ambigüidade de todos os pesquisadores do grupo (BLANCHARD-LAVILLE, 2000, p. 63).

Do que precede, decorre, para nós, todo o interesse pelos dispositivos de análise da prática interdisciplinar destinados a fornecer respostas às dificuldades encontradas, hoje, pelos trabalhadores sociais confrontados com o “novo público”, do qual se trata, neste texto. Esclarecemos que um trabalhador social não seria, aqui, considerado como um “técnico” do trabalho social. Se insistimos, muito particularmente, nessa noção, é que ficamos singularmente chocados, há alguns anos, por ocasião de uma intervenção num Instituto de formação de trabalho social, ao ouvirmos afirmar, pelo responsável da área dos educadores especializados, que um educador não devia, em nenhum caso, ser um psicólogo ou um sociólogo, e que o trabalho reflexivo sobre o sujeito em formação só devia se inscrever nos estreitos limites de uma análise da prática destinada a derivar “as leis de conformidade” da ação educativa. Segundo ele, o educador se reduzia, portanto, a um técnico do social encarregado de aplicar um conjunto de procedimentos, bem aprendido no momento de um ensino judiciosamente ministrado. Dessa maneira, o sentido da ação educativa podia, portanto, ser “aprendido”, em grande parte, a partir de instrumentos conceituais construídos na total exterioridade com relação à complexidade das situações clínicas encontradas e, sobretudo, sem que o estudante fosse suficientemente convocado enquanto sujeito nos aprendizados a realizar. Ora, se é exato que um educador ganha, sem dúvida, quando evita a confusão dos papéis no cumprimento das tarefas, com as quais ele se encontra regularmente confrontado, e que a esse título ele não é, de fato, nem psicólogo, nem sociólogo, jurista ou *ethicien*<sup>8</sup>, resta que ele deve, todavia, se autorizar a praticar imperativamente um duplo trabalho: interrogar os pressupostos teóricos a partir dos quais ele fundamenta a sua

ação, inscrevendo-se numa construção de sentido que não seria, doravante, unívoca, e se questionar sobre o trabalho transferencial no qual ele se acha engajado e implicado.

Em relação ao primeiro ponto, conhecemos os limites da transposição de saberes teóricos no quadro da prática educativa, quando esses são oriundos de campos disciplinares distintos da ação profissional. O tratamento da complexidade das situações educativas não pode, efetivamente, estar separado dos efeitos de contexto nos quais elas se inscrevem:

De um lado, a concepção da ação, do fato da unicidade, da complexidade das situações, ultrapassa a da execução e da aplicação dos saberes teóricos; de outro, a ação é apreendida do ponto de vista da subjetividade dos atores e do sentido construído no agir. Assim, os atos profissionais são inferidos a partir do sentido que cada ator dá ao seu ambiente, ao contexto no qual ele age (construção em perpétua evolução) em função de sua história, de suas experiências, de seus sistemas de valores [...] (DEBRIS, 2002, p. 14).

Quanto ao segundo ponto, querer ajudar o outro a encontrar sentido para o seu próprio percurso impõe o trabalho sobre si mesmo, engajando-se nos dispositivos de formação ou de aperfeiçoamento destinados, de uma parte, a identificar, mais claramente, o que subjaz na sua intervenção junto aos beneficiários e, de outra, a produzir saberes profissionais sobre a ação e para a ação. A esse fim, o trabalho de análise das práticas, mais do que de procurar derivar práticas supostamente “conformes”, deve permitir ao trabalhador social se interrogar sobre sua implicação inconsciente no processo de acompanhamento, o qual ele deve expor ao grupo para fazer emergir o que Schön (1994) chama de “saberes ocultos no agir profissional”. De fato,

o que fazem os profissionais quando eles se vêem confrontados com problemas que eles não sabem resolver devido à impossibilidade de mobilização numa situação contextualizada por uma regra profissional? Podem eles se permitir a agir por tentativas e erros? Autorizam-se a transgredir essas regras para inventar em uma lógica pragmática? Eles dis-

8 De ético (N. do T.)

põem de algum espaço onde possam trocar seus conhecimentos, seus 'negócios de ofício', suas descobertas astuciosas? Essas questões não-exaustivas podem ser resumidas assim: a face oculta da prática profissional tem algum lugar para se expressar? Em que quadro essa face oculta (expressão dos atos e ações reais que são, às vezes, muito distantes das regras prescritas pela profissão, das regras resultantes da démarche científica) poderia ser confessada? (DEBRIS, 2002, p. 18).

Tudo aquilo que está em jogo é considerável, visto o quanto os profissionais do trabalho social estão, atualmente, confrontados com fenômenos sociais emergentes, que nenhuma teorização unívoca poderia sozinha esclarecer. Dessa maneira, convém, sem dúvida, favorecer o estabelecimento de dispositivos de análise das práticas, as quais não se organizam somente no quadro de grupos compostos de pessoas exercendo a mesma profissão, mas bem, promover espaços interdisciplinares e interprofissionais suscetíveis de acolher pesquisadores e técnicos (*praticiens*) que queiram, cuidadosamente, administrar de maneira lúcida os desafios de poder-saber, os quais não deixarão de aparecer nesses espaços de co-construção de sentido. A compreensão mais acurada do sofrimento psíquico e social do público em situação de grande precariedade e a pesquisa de soluções educativas que respeitem essa população visada só se efetuarão, sem dúvida, a esse preço.

## BIBLIOGRAFIA

- AÏCHHORN, A. *Des jeunes en souffrance*. Nîmes: Editions du Champ Social, 1999.
- BLANCHARD-LAVILLE, C. De la co-disciplinarité en sciences de l'éducation. *Revue Française de Pédagogie*, n. 132, 2000.
- BLANCHARD-LAVILLE, C.; FABLET, D. *Sources théoriques et techniques de l'analyse des pratiques professionnelles*. Paris: L'harmattan, 2001.
- CASTEL, R. Définir le social? In: KARSZ, S. *Déconstruire le social: séminaire 1*. Paris: L'harmattan, 1992.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Gallimard, 1995.
- CIFALI, M. *Le lien éducatif: contre-jour psychanalytique*. Paris: PUF, 1994.
- DEBRIS, S. Identification et construction des savoirs professionnels par l'analyse des pratiques. *Revue Forum*, n. 100, p. 14, 2002.
- DEJOURS, C. *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Editions du Seuil, 1998.
- GAULEJAC, V. de. *La nevrose de classe*. Paris: Hommes et groupes, 1987.
- \_\_\_\_\_. La sociologie et le vécu. In: DE GAULEJAC, V.; ROY, S. (Org.). *Sociologies cliniques*. Marseille: Hommes et perspectives; Paris: Desclée de Brouwer, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Les sources de la honte*. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.
- GAULEJAC, V. de; TABOADA-LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi..* Paris: Fayard, 1998.
- ENRIQUEZ, E. Caractéristiques spécifiques de la pulsion de mort dans les sociétés contemporaines et les organisations modernes. In: TOUATI, A. (Org.). *Violences: de la réflexion à l'intervention*. Antibes: Cultures en mouvement; Paris, PUF, 2004.
- ETUDES ET RESULTATS, n. 301, abr. 2004.
- FREUD, S. Le malaise dans la culture. In: \_\_\_\_\_. *Euvres complètes*. Paris: PUF, 1994. t. 18
- \_\_\_\_\_. Préface. In: AÏCHHORN, A. *Jeunesse à l'abandon*. Toulouse: Privat, 1973.
- LAINE, A. *Faire de sa vie une histoire: théories et pratiques de l'histoire de vie en formation*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.
- LEVINAS, E. *Totalité et infini*. La Haye: Nijhof, 1985.
- LYOTARD, J. F. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.

NICOLESCU, B. **La transdisciplinanté: manifeste**. [S. l.]: Rocher, 1996.

NIEWIADOMSKI, C. Accompagnement, travail social, postures cliniques et enjeux éthiques. **Revue Education Permanente**, n. 153, p. 167-177, 2002.

\_\_\_\_\_. **Histoires de vie et alcoolisme**. Paris: Seli Arslan, 2000.

\_\_\_\_\_. Postmodernité, identité du sujet et troubles addictifs: quelle place pour les histoires de vie? In: NIEWIADOMSKI, C.; VILLER, G. **Souci et soin de soi: liens et frontières entre histoires de vie psychothérapie et psychanalyse**. Paris: L'Harmattan, 2002.

NIEWIADOMSKI, C.; VILLERS, G. de. **Souci et soin de soi: liens et frontières entre histoires de vie, psychothérapie et psychanalyse**. Paris: L'Harmattan, 2002.

PAGES, M. **Psychothérapie et complexité**. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.

\_\_\_\_\_. **Trace ou sens, le système émotionnel**. Paris: Desclée de Brouwer, 1986.

\_\_\_\_\_. La violence politique, mutations sociales et crises régressives. In: TOUATI, A. (Org.). **Violences: de la réflexion à l'intervention**. Antibes. Paris: Cultures en mouvement, 2004.

PINEAU, G.; LE GRAND, J. L. **Les histoires de vie**. Paris: PUF, 2002.

ROUZEL, J. Educateur: un métier impossible. **Revue Le Sociographe**, n. 1, p. 107-118, 2000.

SCHON, D. A. **Le praticien réflexif: à la recherche du savoir caché dans l'agir professionnel**. Montréal: Editions logiques, 1994.

VERGELY, B. **Les philosophes modernes**. Paris: Les Essentiels Milan, 2002.



# Loucos pela rua: escolha ou contingência?<sup>1</sup>

José Newton Garcia de Araújo – PUC/MG  
 Maria Mercedes Merry Brito – PUC/MG

## RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa centrada em uma camada específica da população de pobres que vivem nas ruas, os chamados “loucos da rua”. Aqui são apresentadas algumas formas de intervenção psicossocial junto a essa população, a partir de um programa da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Tal intervenção inclui estratégias especiais de abordagem, acolhimento e acompanhamento desses “loucos”, incluindo tratamento psiquiátrico, encaminhamento profissional, alternativas de moradia etc. O texto discute ainda os determinantes sociais e psíquicos que levam tais sujeitos a morar na rua, bem como os avanços das políticas públicas de saúde mental da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Loucos de rua. Intervenção psicossocial. Determinantes sociais e psíquicos. Políticas públicas de saúde mental. Belo Horizonte.

## ABSTRACT

This article presents the result of a research centered on a specific stratum of poor people living in the streets, called “crazies of the street”. It discusses some forms of a psychosocial intervention among those people, from a program of the Social Development Secretary of Belo Horizonte City Hall. Such intervention includes special strategies of approaching, receptioning and accompanying these “crazies”, including psychiatric treatment, professional follow-

ing, options of residence etc. The text also discusses social and psychological factors that drive those individuals to live in the street, as well the advancements of public policies regarding mental health in Belo Horizonte.

Key words: Crazies of the street. Psychosocial intervention. Social and psychological factors. Public policies on mental health. Belo Horizonte.

Os chamados “loucos de rua”, juntamente com uma população de miseráveis, têm um lugar particular na paisagem das cidades. Embora inseridos no conjunto maior da população pauperizada que cresce de maneira vertiginosa em nosso país, esses sujeitos, só muito recentemente, têm sido objeto de preocupações dos estudiosos do campo da saúde mental, bem como dos gestores públicos. Daí terem eles ficado relativamente à margem das pesquisas em saúde mental e das políticas públicas voltadas para as populações de rua.

O espaço de anonimato da cidade é, paradoxalmente, um dos lugares de visibilidade desses personagens e a forma estranha de aí se mostrarem pode ser a prova da errância quase absoluta que reveste a loucura. Talvez por isso, antes da racionalidade própria ao pesquisador e ao gestor público, suas excêntridades tenham sido prioritariamente captadas no cinema, na pintura, nos contos infantis, bem como

1 Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado que leva o mesmo título, defendida em julho de 2003, no mestrado de Ciências Sociais – Gestão das Cidades, da PUC Minas, por Maria Mercedes Merry Brito, sob orientação do professor Dr. José Newton Garcia de Araújo. Para a presente redação, os au-

tores agradecem a leitura e as valiosas sugestões dos professores Dra. Luciana Andrade, do Mestrado de Ciências Sociais, e Dr. João Leite Ferreira Neto, do Mestrado de Psicologia da PUC Minas.

nos textos de escritores como Guimarães Rosa, Ítalo Calvino, Manoel de Barros, José Paulo Paes ou Carlos Drummond de Andrade.

A abordagem teórica desses sujeitos pode ser realizada, entre outras, através da leitura de autores como Lefebvre (1999) e Foucault (1979), que tratam da gênese das cidades, destacando, dentro de contextos históricos específicos, o surgimento do fenômeno urbano, alguns determinantes da pobreza, da miséria e da indigência. Eles tratam também do reencontro, no contexto de evolução e desenvolvimento das cidades, com esse personagem especial, o “louco de rua”, bem como os lugares e os destinos a eles reservados na sociedade.

### O LUGAR DO LOUCO NO ESPAÇO DA MISÉRIA

Muito antes de suas atuais e complexas políticas de segurança e de poder, as cidades viram nascer, a partir dos séculos XVII e XVIII, a “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1987). No século XX, se depararam com novas exigências de utilização do espaço urbano, em sua dimensão vertical e racional. Foram contínuas suas conformações às determinações políticas e espaciais de controle e vigilância, das quais surgiram, por exemplo, as práticas de recenseamento e separação entre os cidadãos produtivos e os não-produtivos, entre os “com razão” e os “sem razão”. Esse momento exigiu um novo reordenamento, um esquadramento espacial e social, uma estratificação e uma qualificação das populações. Nesse processo secular de demarcações sócio-econômicas, destacam-se certas minorias marginalizadas de miseráveis, vagabundos, pestilentos ou leprosos, além dos chamados loucos, os andarilhos improdutivos, vagantes sem moradia.

Em Foucault (1999) e Resende (1990) podemos encontrar as pistas para que se descortine a construção de uma arquitetura material e conceitual de encarceramento específico da loucura, a partir do século XIX. Aí vemos o modelo das casas de internação, concebido por uma exigência moral da razão iluminista, patrocinado por governantes, pela Igreja e pelo nascente poder de jurisdição médica, sobre os

loucos. É possível também apreender a posição do Estado, em relação à loucura: esta passa a ser um problema de polícia, ligada à ordem dos indivíduos na cidade. Vagantes, sem trabalho, andarilhos sem rumo, pobres e loucos passam, indistintamente, a ser percebidos como perturbadores da ordem estabelecida.

Nesse momento, a loucura se torna, a um só tempo, uma questão social e médica, pois traz uma configuração especial às formas de submissão ao trabalho obrigatório, numa sociedade que se tornava progressivamente mais exigente de especialização e submissão da mão-de-obra.

Foucault (1999) nos permite ainda compreender como, no começo do desenvolvimento industrial, os chamados loucos escaparam ao destino funesto da expatriação, do cárcere ou da internação sumária, ganhando as ruas das cidades e, com elas, uma bizarra liberdade, uma vez que se mostravam improdutivos, quando o cárcere servia de depósito de mão-de-obra barata. Essa era uma forma de “escaparem” à prisão, da mesma forma que eram refratários e resistentes à internação. Fica-nos uma interrogação, guardadas as devidas proporções e a diversidade dos contextos históricos, se não haveria alguns pontos de contato (embora, em nossa pesquisa, não tenhamos avançado nessa questão, julgamos importante levantá-la, para possíveis interlocuções com o leitor) entre esses loucos liberados das prisões e do trabalho nas prisões, e os loucos de rua que, nos dias de hoje, não chegaram a ser confinados, desta vez nos hospitais psiquiátricos, e acabaram encontrando “moradia” em algum lugar recôndito das cidades em desenvolvimento.

### ANTECEDENTES HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS

Dentre os estudos e pesquisas realizados sobre pessoas que fazem da rua um lugar de moradia, destacam-se primeiramente os estudos inspirados pela Escola de Chicago (1915-1940) que inovou os métodos de investigação sobre as cidades e suas populações (BECKER, 1996 e COULON, 1992). Um

deles, citado por Becker em uma conferência realizada no Brasil em 1990, foi realizado por Robert Farrisson e Warren Danum mostrando que havia um grande número de doentes mentais, em determinadas áreas da cidade de Chicago.

A Escola de Chicago se inspirou, entre outros, nos trabalhos de George Simmel, entre os quais citamos o estudo sobre “o estrangeiro” (1983). Nesta obra, o autor se refere a um personagem que se instala no espaço urbano, sem contudo se apropriar dos mecanismos íntimos desse espaço, permanecendo, de certo modo, exterior ao grupo social local. Julgamos que não cabe enquadrar a qualquer preço o “louco de rua” nas características do “estrangeiro”, tal como tratadas por Simmel (1983). Com efeito, este se refere antes à gente do campo que abandona suas aldeias para tentar vida nova nas fábricas, distanciando-se assim de seus grupos de origem, étnicos ou familiares, em função dos salários e das possíveis oportunidades de uma vida diferente na cidade. No entanto, o “estrangeiro” de Simmel (1983) pelo menos evoca a imagem das populações pauperizadas que se avolumam nas ruas das cidades, das quais fazem parte, mesmo que em dimensão pouco significativa, os sujeitos de nossa pesquisa. Com efeito, esses “loucos” passam a fazer parte do contingente urbano, embora aí permaneçam como personagens distantes, representados como homens ou mulheres sem raízes, vagabundos em potencial. Ao mesmo tempo, são “estrangeiros” com os quais, paradoxalmente, a cultura urbana se familiarizou, ao longo do tempo. Se algumas vezes eles são rechaçados ou retirados à força de seus “sítios” pelo poder público, por comportamentos agressivos ou por adoecimentos graves, geralmente eles são tolerados em seu entorno urbano, pelos comerciantes ou moradores locais, que costumam mesmo ajudá-los com doações de roupas e alimentos. Isso não deixa de caracterizar “uma forma específica de interação” (SIMMEL, 1983, p. 183). No entanto, essa interação é eivada de evidente ambigüidade, pois a proximidade física ocorre paralelamente a uma distância simbólica, ou

seja, o “louco de rua” não é reconhecido como pertencente aos grupos de comerciantes e moradores.

No Brasil, apesar da pouca literatura sobre a população de pobres e/ou “loucos” que habitam as ruas das cidades, algumas pesquisas já têm sido realizadas. Citamos, por exemplo, os *Estudos sobre as condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos*, realizados por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (1997). Uma tese de doutorado foi produzida em Juiz de Fora pelo psiquiatra Heckert (1998), a partir de uma pesquisa realizada por sua equipe, na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, que procurou avaliar as condições de saúde mental desse grupo social. Embora não aprofunde questões relativas aos determinantes sociais e psíquicos que levaram os portadores de sofrimento mental a fazerem opção de viverem nas ruas, o autor encontrou uma prevalência elevada de transtornos mentais na população moradora de rua naquela cidade.

Ainda no Brasil, temos os estudos de Reis, Prates e Mendes (1996) que, tratam da realidade dos moradores de rua, patrocinados pela PMPA E FESC de Porto Alegre, em parceria com a PUC/RGS. No Rio de Janeiro, uma pesquisa realizada pela Fundação Leão XIII (1997), citada por Zaluar (1995), contou 2.094 pessoas que efetivamente moravam nas ruas centrais da cidade. Em São Paulo, a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social registrou, em 1991, 3.396 pessoas morando nas ruas. Em Belo Horizonte, um censo realizado pela Prefeitura Municipal (2000) intitulada *Características demográficas e socioeconômicas* da População de Rua de Belo Horizonte, computou, em 1998, 1.120 pessoas. Esse censo, no entanto, não absorveu a população de 500 crianças e adolescentes, vivendo em bando, com trajetória de rua, computadas na época, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Esses dados e suas estimativas são alarmantes, na medida em que anunciam o crescimento dessa população, aliado ao agravamento de questões sociais mais amplas pelas quais passa a sociedade brasileira.



Nos anos 90, realizaram-se dois seminários nacionais, um em São Paulo (1992), denominado *Primeiro Seminário Nacional sobre População de Rua*; cujo conteúdo foi publicado no livro organizado por Rosa (1995), outro, em Belo Horizonte (1995), chamado *Segundo Seminário Nacional sobre População de Rua*. Os debates inaugurados por esses seminários, tendo como foco os conflitos decorrentes da concorrência pela apropriação do espaço público, palco de miséria e violência, tiveram um importante efeito, na medida em que a questão passou a fazer parte da agenda política brasileira.

Assim, vemos que o aumento das desigualdades sociais e da população de miseráveis que ganham as ruas, nas duas últimas décadas, abriu debates e discussões, congregando ONG's, universidades, sociedade e o poder público brasileiro. Daí os trabalhos de pesquisa e novas políticas de reinserção social dessa população, incluindo os portadores de sofrimento psíquico grave – os “loucos” – que tiveram e ainda têm como destino o abandono, a expulsão sumária dos espaços públicos que ocupam, às vezes seguidos do enclausuramento em hospícios, com novo retorno à rua.

Em nossa pesquisa, tentamos fazer um recorte no contingente genérico, incluindo errantes e moradores em espaços fixos, que se amplia no espaço urbano, para privilegiar esses personagens de difícil abordagem, os chamados “loucos de rua”. Buscamos avaliar os esforços conjugados nos campos científico, técnico e político, na cidade de Belo Horizonte, voltados para a questão da cidadania desses sujeitos, ou seja, a possibilidade de construção de um novo lugar social para a “loucura”.

## O TRABALHO NO CENTRO DE SAÚDE CARLOS CHAGAS

Até 1986, o município de Belo Horizonte contava com uma rede de serviços de nível primário e secundário, bastante precários, num modelo de assistência incipiente e, por vezes, perverso. Essa rede funcionava segundo um modelo psiquiátrico tradicional, sendo suas unidades de saúde gerenciadas,

algumas vezes, de acordo com os interesses políticos de ocasião. A partir de 1989, com as gestões Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, ocorreu a distritalização, isto é, os ambulatórios e os Postos de Assistência Médica (PAM's) regionais e distritais passaram a contar com um profissional de saúde mental. Essas gestões já introduziam avanços importantes, relativos à saúde e à educação, especialmente no âmbito do planejamento. No entanto, a absorção desse profissional de saúde mental pela rede de assistência municipal ainda seguia um modelo preventivista, mantendo a antiga lógica manicomial, com os riscos de “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as questões sociais. Na gestão seguinte, de 1993 a 1996, com a primeira gestão do PT, de Ananias Patrus, foram criados os Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM's) e o projeto BH Vida. Esta orientação se manteve no período que se seguiu, na gestão Célio de Castro, com a criação de outros CERSAM's, além dos Centros de Convivência e o Programa de Saúde da Família.

É importante lembrar que tais tendências iam ao encontro das novas orientações para o SUS, a partir da “Constituição Cidadã”, de 1988, no que se refere à formulação e execução de políticas públicas, na área da saúde. Isso implicou a municipalização, a universalização, a regionalização, a distritalização e a territorialização da atenção à saúde. O antigo Posto de Saúde, agora denominado Unidade Básica de Saúde (UBA) passa a exercer função específica, no conjunto geral da reforma sanitária. Além de ampliação de unidades, no plano territorial, da organização da farmácia e das reformas de área física, ela recebe um acréscimo de especialidades e de recursos humanos, entre eles as equipes mínimas de atenção à saúde mental.

É nesse contexto que a UBA Centro de Saúde de Carlos Chagas antes equipamento de referência imunológica para todo o Estado de Minas Gerais, é inaugurado em 1996, passando a compor a rede de saúde do Distrito Sanitário Centro-Sul. Ele responde à demanda de atenção à saúde da população fixada nas ruas de sua área de abrangência, a região central

da cidade de Belo Horizonte. E é no interior dessa população de rua que selecionamos, para a nossa pesquisa, a fatia dos chamados “loucos de rua”.

Esses “loucos” são, em grande parte, oriundos de camadas pauperizadas da população pois, além da miserabilidade, apresentam uma estrutura psíquica mórbida. Esta se apreende, entre outras coisas, nas dificuldades com o cuidado de si, no alheamento à passagem do tempo e, de forma singular, numa dificuldade acentuada de estabelecer relações sociais. Com isso, tais sujeitos têm dificuldades em estabelecer mediações simbólicas necessárias até mesmo com seus pares da miséria, os “não-loucos”, na apropriação da rua. Sua degradação física, psíquica e social é progressiva, à medida que se distanciam do cuidado de outrem (da assistência institucional, da estrutura familiar, da comunidade etc).

É importante ressaltar que, em um passado recente, quando esses sujeitos, em momentos de crise, manifestavam comportamentos considerados anormais (não apenas os agressivos), perante o olhar de moradores da classe média, do comércio local ou mesmo dos outros miseráveis que disputavam com eles o espaço público/privado da cidade, eram levados pelos órgãos de controle social para os hospícios, de onde retornavam após algum tempo, tentando ocupar o mesmo espaço de fixação na rua, caso o entorno não se lhes tornasse hostil.

Se for verdade que uma parcela desses “loucos” é avessa à aproximação, sendo normalmente vistos como resistentes pelos profissionais que os abordam, os efeitos benéficos do trabalho realizado pela equipe do Centro de Saúde Carlos Chagas se fizeram sentir, ao longo dos últimos oito anos. É significativo o número de estabilizações, de melhoria de quadros graves de psicose, de restabelecimento de laços familiares ou substitutivos, da inserção no mercado formal ou informal de trabalho, de assiduidade aos atendimentos clínicos a eles oferecidos, enfim, da importante diminuição das internações psiquiátricas.

## PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS DADOS

Ante a dificuldade de abordar o amplo contingente de pessoas com sofrimento psíquico grave, moradores de ruas da região central de Belo Horizonte, decidimos selecionar, por um período de um ano, 12 sujeitos, entre homens e mulheres.

É importante ressaltar que a metodologia da abordagem desses sujeitos inclui uma articulação constante com os demais parceiros da equipe do Centro de Saúde Carlos Chagas. Ela tem uma estreita parceria com o “Programa População de Rua”, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com o “Projeto de Saúde Mental” da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, além de outros setores do Poder Público e da sociedade civil, em geral, sensíveis à causa desses cidadãos portadores de sofrimento mental grave. Essas parcerias têm sido importantes para a reversão do processo de exclusão a que foram submetidos. Seu objetivo, afinal, é a construção e sustentação de um modelo de atenção exequível, eficaz, substituindo a lógica do confinamento manicomial. Elas visam ainda anular os preconceitos (individuais e coletivos), as atitudes de evitamento, agressão ou outras formas de exclusão desses pobres e “loucos”.

Dada a complexidade de dados obtidos na pesquisa de campo e o grande número de questões que eles suscitam, restringimos nossa análise a oito dentre os doze casos de sujeitos até então abordados. Procuramos estudar seus tipos sociais, suas ações e hábitos, sua história singular, além da idade, origem, cor, estado civil, dados familiares, forma singular de lidar com os distúrbios mentais, o percurso em manicômios, as formas atuais de sobrevivência, o desejo e/ou dificuldade de saírem da condição precária em que vivem na rua.

Dentre os passos metodológicos necessários à abordagem desses sujeitos, podemos citar, por exemplo:

1 – definição do perfil da população a ser pesquisada – o chamado “louco de rua” – em meio a um universo maior de moradores de rua. Buscamos

peças vivendo isoladas, com pouco ou nenhum contato com a comunidade local, de hábitos ou vestimentas estranhas, com linguagem aparentemente incompreensível, moradoras de terrenos baldios, sob viadutos e pontes, casas abandonadas, parques e esquinas de ruas e avenidas, ou que transitam pelas grandes malhas viárias;

2 – realização de um diagnóstico prévio, que foi posteriormente confirmado pelos dados extraídos dos prontuários daqueles que passaram por internações psiquiátricas ou pela equipe de saúde mental do Centro de Saúde Carlos Chagas;

3 – elaboração de um roteiro de entrevista semi-estruturada; coleta de informações adicionais, advindas de moradores e trabalhadores da região de fixação dessas pessoas; coleta de informações adicionais, junto aos familiares, quando localizados;

4 – eventualmente, observação aberta, não-sistemática, do cotidiano desses sujeitos, por ocasião dos contatos com eles.

É importante destacar o interesse prático, clínico e sociológico de todos os casos pesquisados, ao longo do acompanhamento desses sujeitos pela equipe responsável. Os procedimentos que se distanciam da psiquiatria tradicional, com a invenção de uma nova metodologia de trabalho, permitiu-nos, no curso de nossas intervenções, estar atentos ao que a própria loucura pode nos ensinar. Julgamos que tal acompanhamento pode dar-lhes suporte em seu trabalho de inventar formas, até então sofridas e degradantes, de “estabilização” (SOLER, 1991) e sobrevivência. Os exemplos abaixo se referem a comportamentos dos sujeitos da pesquisa:

– a construção de casas de papelão, durante sete anos consecutivos, ora no hospício, ora em praça pública, como no caso de uma senhora de 50 anos, com um discurso reivindicatório de propriedade do seu lugar de fixação;

– a proteção da divindade invocada por outra senhora de 72 anos, morando há vinte e três anos sob um viaduto tombado pelo patrimônio histórico da cidade, para se proteger de ameaças imaginárias e concretas de despejo, demarcando seu espaço com

uma cerca de arame, pneus velhos, tábuas de compensado e papelão;

– o isolamento de mais uma senhora que morreu, durante 14 anos, em um passeio localizado na área central da cidade;

– o trabalho de acumulação de objetos de um senhor que morreu, durante quatro anos, em uma esquina de uma região nobre (Savassi), carregando sacos e enrolando anéis sobre o corpo;

– a fixação de um senhor de 62 anos, durante mais de quatro anos, sob um coqueiro, em frente a um quartel militar, no bairro de Sta. Efigênia;

– a construção infunda de uma obra, com sucatas e entulhos, por um senhor de 52 anos, em um terreno baldio, num bairro de classe média;

– o discurso, a princípio incompreensível, de um senhor, lavador de carros, que juntava restos de panos, de aparelhos eletrônicos, de fios elétricos e sucata de relógios, em uma esquina próxima a um shopping center, num bairro nobre da cidade.

Ao longo da pesquisa, levantamos algumas questões complementares, mas não menos relevantes, tais como: a constatação de que os “loucos de rua”, bem como seus familiares, em sua maioria, são de origem social baixa e pauperizada; a diferença dos graus de escolaridade: um desses sujeitos não chegou a ir à escola, seis não completaram o primeiro grau, dois interromperam o segundo grau e dois o completaram; um outro era mesmo funcionário concursado da Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).

Constatou-se também que é em torno dos vinte aos quarenta anos que esses sujeitos, acometidos pelo desencadeamento de uma enfermidade psíquica grave, passam a viver na rua.

A nossa pesquisa foi pautada por uma questão de fundo à qual os dados de campo puderam responder parcialmente, merecendo porém uma continuidade para esclarecimentos mais conclusivos, ou seja: existiria um fator preponderante, determinante, que leva o “louco” a se fixar na rua? Trata-se de uma “escolha” ou de uma “contingência”? Em outras palavras: trata-se de uma decisão induzida pe-

las perturbações psíquicas ou poderia haver algum nível de liberdade, nessa opção? E as contingências socioeconômicas? Estaria também a pobreza na origem do rompimento desses sujeitos com seu grupo familiar ou com a comunidade de origem?

É importante ressaltar que, embora a maioria seja oriunda de classes menos privilegiadas, nem toda pessoa portadora de sofrimento psíquico grave, seja ela de classe baixa, média ou abastada, faz da rua um lugar de moradia. A maior parte dos sujeitos pesquisados disse que as condições de suas residências anteriores eram boas, razoáveis, ou não eram tão ruins, alegando motivos de outras ordens, muitas vezes delirantes, para seu rompimento com a família. Um deles, por exemplo, de nível secundário completo e que residia em um bairro de classe média, diz ter escolhido a rua, a partir da morte de sua avó, por considerar-se incapaz de responder a uma demanda do irmão mais velho. Outras versões que determinaram a decisão, na fala dos sujeitos: a partir de uma “determinação superior”; por uma “missão a cumprir”; porque, na volta de uma viagem de trabalho, encontrou uma parede da casa caída, daí sair andando, para realizar uma construção mais segura em outro lugar. Foram narradas ainda as dificuldades de relacionamento com parentes e vizinhos, como fator importante nessa opção. Apenas duas pessoas fizeram menção a uma história familiar de pobreza, mesmo assim sem considerá-la como fator determinante em sua “escolha”.

Esses dados levaram-nos então a concluir pela forte influência de um elemento subjetivo, ou seja, o desencadeamento de um surto psicótico, a erupção de um delírio de caráter premonitório, persecutório ou messiânico, ou ainda um estado que se denomina de pré-psicose, como o caso de um sujeito que passou algum tempo escondido em uma mata, até que começou a ouvir vozes determinando sua prisão. Essa constatação sinaliza então que, na verdade, essas pessoas não tiveram escolha. Foram para as ruas principalmente pela força de um imperativo que se colocou para eles, a partir da estrutura psíquica mórbida. A rua poderia até ser uma saída, o alívio

alucinado de um sofrimento insuportável. Mas um alívio falacioso, certamente, porque a rua mais maltrata do que trata. De todo modo, seria uma tentativa solitária e particularizada de cura.

Nosso estudo deixou evidente que o trabalho de sensibilização e esclarecimento de diversos atores sociais, empreendido pelos técnicos da abordagem e de atendimento, modificou sensivelmente a posição de outros atores sociais envolvidos: profissionais de outras áreas, da polícia, da limpeza e do controle urbanos, das instituições hospitalares etc. Já citamos também os familiares e as pessoas que moram ou trabalham próximos aos locais de fixação dos “loucos de rua”. Quase todos esses atores se tornaram, inclusive, participantes ativos na sustentação de algum tratamento ou no processo de reinserção social dos sujeitos pesquisados.

É importante também ressaltar a desmistificação da idéia de “violência e agressividade”, comum no imaginário social, com relação a essas pessoas que, de uma maneira geral e para nossa surpresa, mostraram-se acessíveis e interessadas em ser sujeitos de uma pesquisa dessa natureza.

Esses dados nos permitem sugerir que, para além da carência de condições materiais e psíquicas, a ida e a permanência desses “loucos”, na rua, sinaliza a fragilidade ou a ausência de estratégias de ação mais determinadas, envolvendo o poder público, as comunidades locais, os profissionais da área.

Com efeito, observamos que muitos dos sujeitos pesquisados foram se afastando de seus lares ou da comunidade de origem de forma progressiva. Isso sinaliza a possibilidade de reversão desse movimento, se ele puder ser detectado a tempo. Acolher, escutar e tratar esses sujeitos e seus familiares, em suas comunidades de origem, pode evitar que eles busquem fazer uma trajetória de rua.

Um caso exemplar de “um atendimento feito a tempo” foi o do jovem que saiu de casa, permanecendo escondido, durante vários dias, em uma mata, às margens da BR-040. A partir de “uma ordem das vozes que escutava”, procurou pela polícia pedindo para ser preso, “por haver matado muita gente”.

Pois bem, esse jovem foi imediatamente conduzido pelos policiais ao Albergue Municipal. Com os atendimentos realizados pela equipe de saúde mental, no Centro de Saúde, em pouco tempo, pode reconsiderar sua decisão e refazer os laços familiares.

A avaliação clínica realizada pela equipe de saúde responsável pelo atendimento desses e de todos os demais casos pesquisados leva-nos a considerar que, embora esses “loucos” adquiram uma capacidade considerável de resistência, construindo formas variadas e criativas de sobrevivência, quanto maior o tempo de estadia na rua, maiores são os agravos à sua saúde física e psíquica e mais difícil à reversão dessa condição.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelas equipes de saúde mental, de educadores sociais da Secretaria Municipal de Assistência, e mais recentemente as equipes de saúde da família, concomitante à elaboração dessa pesquisa, julgamos que, na cidade de Belo Horizonte, está se construindo uma nova metodologia de abordagem e atendimento a esses moradores de rua, portadores de sofrimento psíquico grave. Isso envolve a criação e ampliação de serviços de atenção, aliada a uma dose de invenção, transformando as práticas de diversos agentes sociais, sejam eles do poder público ou da sociedade civil.

Dos doze sujeitos inicialmente pesquisados, dois permanecem no seu local de fixação, mas já com a anuência da presença sistemática e atenta dos agentes de atenção. Perdemos o contato com outros dois, pela sua característica de andarilhos. Sete outros já não se encontram nas ruas, tendo conquistado um lugar de moradia digna, definitiva ou provisória, assistência integral à saúde e outros direitos de cidadania.

Essa experiência e os dados da pesquisa de campo ilustram ainda que, mesmo não se constituindo como uma alternativa única, pois muitas outras podem ser construídas com os “loucos de rua”, é necessário que o poder público se posicione de forma efetiva, com relação às políticas de habitação, de assistência e de educação, para uma população

crescente de miseráveis que têm feito das ruas das cidades um lugar de moradia. Seria preciso, em especial, disponibilizar recursos materiais e humanos, voltados para a reversão da situação de indigência e abandono em que se encontram esses sujeitos.

Nossa hipótese nos leva então a afirmar que existe uma convergência de fatores ligados a uma determinação sociocultural, econômica e política, bem como uma determinação subjetiva específica, geralmente patológica, que leva esses “loucos” a fazer das ruas a sua moradia. A lógica de exclusão a que são submetidos extrapola os muros dos hospitais, na forma extremada de abandono às vicissitudes das ruas, nos grandes centros urbanos.

Finalmente, é importante ressaltar que a pesquisa realizada, aliada aos tipos de abordagem e de atendimento, coloca em interlocução campos de saberes distintos, como a sociologia e a psicanálise, incluindo ainda a ambição de uma aposta: a de ceder aos “loucos” que vivem nas ruas de nossa cidade, a palavra. Construir com eles trilhas e meios de acompanhar sua deriva, visualizar-lhes um norte, dar-lhes possibilidade de se tornarem sujeitos de direitos e de sua própria história. Vesti-los, enfim, da humanidade que lhes estaria sendo negada.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard. A Escola de Chicago. *Mana-Estudos de Antropologia Social*, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. São Paulo: Papyrus, 1992.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. FAMED; HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE (HCPA). *Estudos sobre as condições sociais e de saúde mental de moradores de rua Adultos no município de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HECKERT, Uriel. **Transtornos mentais da população de rua**. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, 1998.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Características demográficas e socioeconômicas. Indicadores demográficos. População de rua. 1998. **Anuário estatístico**, 2000.

REIS, C. Nelson dos; PRATES, J. C.; MENDES, Jussara. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/FESC; FSS/PUC/RS, 1996.

RESENDE, Heitor. Políticas de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: \_\_\_\_\_. **Cidadania e loucura: políticas públicas de saúde mental no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

ROSA, Maffei. M. Cleisa (Org.). **População de rua, Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). **Georg Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SOLER, Colette. **Estúdios sobre la psicose**. Argentina: Manantial, 1991.

ZALUAR, Alba. Perfil da população de rua: comentários. In: ROSA, Cleisa M. M. (Org). **População de rua. Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.



# História de vida, subjetividade e violência conjugal

Teresa Cristina Carreteiro – UFF  
Cristine M. Mattar – UFRJ

## RESUMO

O artigo investiga as relações entre a influência dos discursos higienista e romântico – que se intensificaram ao longo do século XVIII – na constituição de uma subjetividade feminina. Estuda uma história de vida marcada pela violência conjugal contra a mulher, silenciada pelas marcas destes discursos nos dias atuais. A partir do enfoque psicossociológico e sociológico-clínico, discute a história de Ana, participante de uma pesquisa sobre violência, e de sua conjugalidade. Neste percurso singular, marcado por discursos familiares, econômicos, sócio-históricos e institucionais, destaca, ao final, os episódios que tiveram valor de *acontecimento*, produzindo rupturas e a elaboração da história de vida estudada.

Palavras-chave: Subjetividade. Violência conjugal. História de vida.

## RÉSUMÉ

L'article analyse les rapports entre l'influence des discours hygieniste et romantique – qui ont été intensifiés tout au long du XVIIIème siècle – dans la constitution de la subjectivité féminine. Il porte l'étude d'une histoire de vie marquée par la violence conjugale contre la femme, menée au silence par les vestiges de ces discours à nos jours. L'histoire d'Ana – qui a participé d'une recherche sur la violence – et de sa conjugalité sont discutées à partir du point de vue psychosociologique et sociologique-clinique. Mis à l'évidence – dans ce parcours singulier marqué par les discours familiaux, économiques, socio-historiques et institutionnels – des épisodes qui

ont une valeur d'*événement* qui produit des ruptures et de l'élaboration de l'histoire de vie.

Mots-clés: Subjectivité. Violence conjugale. Histoire de vie.

## O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA

O fenômeno da violência conjugal contra a mulher ocorre mundialmente. No Brasil, estima-se que cerca de 50% das mulheres vivenciem alguma forma de agressão (A MULHER..., 2001). Determinados fatores tornam este modo de violência específico, tais como o fato de ser praticada principalmente por pessoas próximas, em geral o parceiro afetivo, namorado, marido ou companheiro, e de permanecer silenciada, tanto pelas próprias mulheres agredidas, quanto por pessoas e instituições que a cercam. Porém, o que mais vale destacar, nestes casos, é a presença de situações de extrema violência convivendo lado a lado com expectativas ligadas ao amor, romance e felicidade, altamente valorizadas, e mais ainda, tornando-se encobertas ou “justificadas” com base nestes mesmos ideais. A fim de ampliar a compreensão acerca deste paradoxo, faz-se necessário recordar a constituição histórica destes ideais, com ênfase nos discursos romântico e médico, e, ao mesmo tempo, mostrar seu entrelaçamento com as cenas de uma história de vida, onde a contradição apontada acima e sua naturalização surgem de forma nítida.



## A NOVA MORAL CONJUGAL: O CASAL ROMÂNTICO E HIGIÊNICO

Rougemont (2003), em sua *História do amor no ocidente*, analisa a lenda de Tristão e Isolda, que considera o mito do amor romântico, o “grande mito europeu do adultério”. Sua tese é a de que o sucesso do romance está, não na felicidade, mas na glorificação do obstáculo, cuja culminância seria a morte, o obstáculo supremo.

O amor feliz não tem história. Só existem romances do amor mortal, ou seja, do amor ameaçado e condenado pela própria vida. O que o lirismo ocidental exalta não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do par amoroso. É menos o amor realizado do que a paixão de amor. E paixão significa sofrimento (ROUGEMONT, 2003, p. 24).

A concepção de amor do casamento cristão, como dever e conveniência, tornaria esta união insuportável. O que assegura a felicidade dos amantes, a possibilidade de se unirem, é o mesmo que a destrói, porque paixão e felicidade não se coadunam. No entanto, a partir principalmente do século XIX, será exatamente a união dos ideais românticos com o casamento, segundo Rougemont, uma contradição, que irá substituir o casamento familiar ou de razão.

Se antes a moral conjugal baseava-se nas orientações católicas tridentinas, trazidas pelo colonizador português, segundo a qual a aliança matrimonial deveria ser a mais favorável aos interesses familiares, econômicos e sociais, sem que fosse importante basear-se em afeição recíproca, mais adiante, a partir de 1840 no Brasil, o discurso romântico e o discurso médico passam a influenciar a moral conjugal. Começa a surgir nos processos de banhos matrimoniais a expressão “por ser o casamento da vontade de ambos”, indicando a presença de vontades e sentimentos individuais, parecendo que a feição do casamento como questão exclusivamente familiar se modificava.

A moral conjugal, apregoada pelos românticos, opunha ao casamento por interesse a presença do sentimento entre os cônjuges, à escolha familiar a decisão individual, modelo que passou a predominar.

Giddens (1993) faz uma distinção entre o amor apaixonado e o amor romântico. O primeiro, considerado perigoso pela ordem social, levaria o indivíduo a opções radicais e aos sacrifícios, afastando-o da rotina de atividades cotidianas e seria mais ou menos universal. O segundo, culturalmente mais específico, incorporou elementos do *amour passion*, como a idealização temporária do outro, porém dele se distinguiu por introduzir a idéia de uma narrativa para uma vida individual. A história contada pelo romance tornava-se agora individual, “inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos” (GIDDENS, 1993, p. 50).

O autor estabelece uma relação entre o surgimento do amor romântico e as influências que afetaram as mulheres a partir do século XVIII, como a criação do ideário do lar, a modificação na relação pais e filhos e a “invenção” da maternidade, associada então à feminilidade. Um amor “feminilizado”, cuja promoção ficava a cargo das mulheres, a partir da divisão de tarefas entre o marido e a esposa, que haviam sido até então mutuamente responsáveis pela família.

Costa (1998, p. 13) define o amor romântico como uma crença emocional, que, como tal, pode ser mantida ou alterada. Na forma como o experienciamos, o amor romântico aparece como um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas, surdo à voz da razão, incontrolável pela força da vontade e, finalmente, condição indispensável da máxima felicidade a que se pode aspirar, o que autor questiona, apresentando-o como uma crença opcional e seletiva. Destaca-se ainda a crença na eternidade do sentimento, constante e único, que nunca se extingue e não se repete, dirigindo-se ao mesmo objeto. Além de eterno, o amor não depende do objeto para o qual se dirige, ele nasce no sentir de quem ama e prossegue, ainda que o objeto não se faça digno de ser amado. Trata-se de uma idealização que basta por si só para a felicidade de quem ama, na qual ama-se o próprio amor.

Ainda no século XIX, além do discurso romântico, o discurso médico, em especial o higienista, irá debruçar-se sobre as relações conjugais, no sentido de transformá-las, pois eram vistas como “doentes” e “viciosas”.

Agora não mais razões econômicas ou afetivas deveriam ser atendidas pelo casamento, pelo menos não unicamente, mas sim as de ordem médica. O amor ainda era fundamental, mas não suficiente, precisando aliar-se à saúde dos noivos. O saber médico endossaria ou não a escolha individual, sobre a qual deveria prevalecer o benefício da prole e da nação.

O controle torna-se mais intenso que o anterior, religioso, pois a culpa dos fracassos que ocorrem na relação conjugal é computada aos indivíduos. O discurso higienista cria e regula os novos papéis sociais do homem e da mulher, reformulando a vida do casal. Assim, ao “constatar” que a mulher era mais frágil fisicamente, inferia-se que sua constituição moral seria delicada e débil, como também se afirmava que no homem a força e o vigor físicos se estenderiam aos aspectos intelecto-morais. O homem, ao contrário, dominado por qualidades másculas e viris, seria menos propenso ao amor abnegado e consistente vencido pelas mulheres.

Ao mesmo tempo em que fixava as características de cada sexo como se fossem típicas e naturais, o amor era usado para atenuar as tensões conjugais que nasceriam das discrepâncias entre funções tão diferentes. Neste sentido, apenas como pai e mãe o homem e a mulher poderiam entrar em comum acordo, superando suas diferenças sentimentais através da vida conjugal fértil. Ser pai e mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher.

De forma estratégica o discurso higienista deixa de realçar as “deficiências” da mulher, passando a exaltar suas funções sociais que o homem seria incapaz de desempenhar, levando-a a deixar para este as ocupações intelectuais e profissionais. A mãe amorosa, nutridora, seria o esteio da unidade familiar.

O moralismo do discurso médico recebe inspiração da obra *Émile ou da educação* (1779) de Jean-Ja-

cques Rousseau (1712-1778). Ao descrever Sophie, a companhia ideal para Émile, Rousseau define a mulher. Ressalta que esta deve ser passiva, submissa e fraca, em relação ao homem ativo, inteligente e forte, diferenças morais que nascem da diversidade na união dos sexos. A partir deste princípio, conclui que a mulher é feita especialmente para agradar o homem.

Dentre os iluministas, suas idéias se destacam pela radicalidade dos pontos de vista no que se refere à inferioridade feminina, claramente contraditórios com o que se pretendia como o “Século das Luzes”, mas principalmente pela presença de seus preceitos nas concepções de homens e mulheres do contemporâneo acerca dos papéis masculino e feminino. A obra “Émile”, de 1762, é um marco que inspirou fortemente o discurso posterior sobre a mulher, e, conseqüentemente, as relações homem-mulher, parecendo reunir os discursos médico e romântico.

O casal romântico e higiênico será em muitos casos, protagonista das cenas de violência conjugal.

Ao longo do texto, algumas idéias de Rousseau serão discutidas, tendo em vista seu impressionante eco nos dias de hoje, que parecem influenciar profundamente a formação de certas subjetividades femininas, principalmente entre protagonistas das cenas de violência conjugal, o que será possível observar em vários momentos da história de Ana<sup>1</sup>.

## MAIO, MÊS DAS NOIVAS: DE NOVIÇA À ESPOSA

Ana, em 2001, estava com 37 anos, separada há cerca de quatro. Tem segundo grau, já trabalhou como professora primária, atuando hoje como comerciante. Vive com muitas dificuldades financeiras e não recebe pensão do ex-marido, o qual desapare-

1 Por questões de sigilo e ética optou-se por manter os pseudônimos “Ana” para a entrevistada e “João” para seu marido, utilizando-se o termo Centro para designar a instituição na qual ela foi atendida. Ana foi entrevistada por uma das autoras deste texto, Cristine Mattar, para sua dissertação de Mestrado, intitulada “Mulher, intimismo e violência conjugal: tecendo redes e histórias”, sob orientação da Professora Teresa Cristina Carreiro.

ceu desde a separação. Ela morava nesta época com as duas filhas num quarto cedido por sua família.

A entrevistamos em 2001, mas ela foi acompanhada por nós durante aproximadamente dois anos em um centro especializado no atendimento a mulheres em situação de violência. Decidiu procurar a instituição, embora não vivenciasse mais violência conjugal na época, para “falar de sua experiência” num local que pudesse reconhecer sua especificidade. A conhecemos em 99, uma mulher bonita e inteligente, que sonhava fazer faculdade e dar às filhas uma vida melhor que a sua. Durante as entrevistas, Ana chorava com frequência ao recordar e narrar episódios do período em que esteve casada. Dizia-nos que rememorar as situações de agressão vividas ao lado do marido fazia-lhe mal, porém, ao mesmo tempo, sentia que precisava falar delas, para aliviar-se e, quem sabe, elaborar tais lembranças. Se, por um lado, o odiava por ter sido muito violento com ela, por outro, sentia-se culpada por não ter procurado ajuda antes, permitindo que ele a tratasse daquela forma por tanto tempo. Esta ambigüidade estará presente em toda a sua narrativa de vida, a qual, embora individual, sintetiza de forma ativa um contexto social mais amplo, onde o silêncio em torno da violência conjugal vigora, tendo como protagonistas diversos atores sociais, dentre estes a própria mulher que a vivencia. Seguimos Ferrarotti (apud CARRETEIRO, 1989) quando afirma que produções singulares manifestam o sistema social que lhes dá contorno, ao mesmo tempo em que desempenhamos o papel de um pólo ativo, apropriando-nos do social para filtrá-lo ou projetá-lo em outra dimensão. Desta forma, se o indivíduo é uma reapropriação singular do universal e histórico que o marca, é possível conhecer o social a partir de estudos biográficos, pois estes não serão apenas narrações de experiências vividas, mas micro-relações sociais. Ao mesmo tempo, se o sujeito se constitui em ponto de interseção entre o sócio-histórico e as escolhas singulares, ser-lhe-á sempre possível construir outros modos de vida e interferir nos rumos de sua própria história, influenciando também, por sua

vez, as práticas sociais. Estes dois aspectos estarão presentes todo o tempo na experiência narrada por Ana.

Antes de conhecer João, seu marido, Ana havia sido noviça em um convento e pensara seriamente em seguir a vida religiosa. Com o tempo, alguns fatos ocorridos na instituição a decepcionaram e ela decidiu sair do convento, sem, porém se afastar da religião. Interessava-se muito por política, sonhava em contribuir para minimizar as injustiças sociais, e, por isto, ingressara em um partido político de esquerda ligado à igreja. Nesta fase, o sonho de encontrar o homem ideal e casar-se volta a fazer parte de suas cogitações.

Durante um comício no qual distribuía panfletos de uma campanha eleitoral, Ana conheceu seu marido. Ela conta que foi iniciativa sua se aproximar, pois já o conhecia de vista, iniciando-se então uma longa conversa. Ana se recorda de tê-lo achado muito interessante e gentil. Ela disse a ele que havia vivido em um convento, e neste momento viu na expressão dele algo que interpretou como sendo: “esta é a mulher que eu estou procurando”. Neste dia ele contou a Ana que fora seminarista, e que agora era advogado, informações que ela descobriria em breve não serem verdadeiras, mas que, nesta ocasião, a deixam bastante impressionada, parecendo-lhe haver também encontrado o “homem de sua vida”. Ao se despedirem, ele anotou seu telefone, passando a ligar diariamente. Nove meses haviam se passado desde que Ana saíra do convento quando se casaram. Ela nos diz: “*Eu saí do convento, fui morar na casa de minha irmã, mas eu queria o meu canto, eu infelizmente fui montar o meu canto com esse homem*”. Ana se casa por amor, coerente com os ideais da moral conjugal romântica oitocentista. Pareceu-nos, ao ouvi-la, que este sentimento sobrepujou, na época, quaisquer informações ou dados de realidade que pudessem infirmar a imagem de perfeição que Ana formara do noivo, mesmo conhecendo-o há pouco tempo. Um certo ar de mistério cercava, neste momento, o sentimento romântico, permitindo que, sobre um terreno desconhecido, fossem construídas idealizações,

envolvendo o objeto amado numa aura de desconhecimento que o tornava mais atraente (COSTA, 1998, p. 13).

Ana quis casar-se em maio, mês das noivas. No seu caso, o sonho de um noivado feliz começaria a ruir logo no início do casamento.

### DO AMOR IDEALIZADO À TRAJETÓRIA DE VIOLÊNCIA, SILÊNCIO E ISOLAMENTO

Após o casamento, Ana começa a passar por muitas dificuldades financeiras ao lado do marido. Ele tinha um pequeno salário, ela trabalhava como faxineira em uma escola, para ajudar no aluguel no quarto onde moravam. Ana já percebera não haver nenhuma comprovação de que o marido fosse advogado em sua carteira de trabalho, mas até então silenciara. Ao referir-se ao assunto, sofrerá a primeira agressão, com um mês de casada. Neste dia seu marido chega em casa e começa a acusá-la por causa de um alimento que estragara no congelador. Inicia-se uma discussão, até que Ana, irritada, o chama de mentiroso, pois não era advogado. Ao dizer isto, recebe uma bofetada. Esta atitude leva-nos a pensar que o marido não admite que Ana diga quem ele é de fato, despido da roupagem valorizada socialmente que desejava manter. Descoberta a situação real, vêm à tona suas qualificações, ou seja, alguém que possuía pouca instrução, que ocupava uma função subalterna, tendo um lugar social que percebia como sem valor. Pode-se pensar que o início das agressões coincide com o ruir do poder social forjado por João. Até então, ele havia conseguido manter aos olhos da esposa um lugar social considerado prestigioso, havia sido seminarista e depois advogado. Sua condição social falsificada servira como uma “prótese” para ajudá-lo a conquistar sua mulher. Mas as precárias condições cotidianas de vida tornavam difícil sustentar tal posição, não havia sinais que pudessem comprová-la. O *status* perdido é então substituído por um outro poder, o de “macho”.

Ao seguirmos a tese de Costa (1989) – onde o homem, como marido e pai, obteve permissão do discurso médico para ser “macho”, compen-

do a perda de seu tradicional poder de proprietário – notamos que trabalhar, cuidar do corpo e do sexo passam a ser as prerrogativas masculinas a partir do século XIX, concentrando no “machismo” o que restou de seu poder social. Este lugar também passou a conferir à esposa uma posição fixa e subalterna na esfera do lar, tornando-a uma das antigas propriedades conservadas pelo homem. Sobre este aspecto, Costa (1989, p. 252) fornece-nos algumas elucidaciones:

A redução da mulher ao papel de mãe e esposa devotada representou esse compromisso entre o pai e o poder médico. O homem, expropriado de terras, bens e escravos, através da higiene, colocou seus genitais à serviço do Estado. Em contrapartida foi-lhe dado o direito de concentrar sobre a mulher toda a carga de dominação antes distribuída sobre o grupo familiar e demais dependentes da propriedade. A esposa passou a ser sua única propriedade privada. De propriedade jurídico-religiosa, a mulher passou a propriedade higiênico-amorosa do homem.

Inspirando-nos nesta citação, pensamos que João, ao assumir o “machismo” face à sua mulher, sente-se expropriado, não da propriedade como no século XIX, mas de um *status* forjado.

Após este episódio, a vida conjugal torna-se o que Ana descreve como um “inferno” que perduraria durante os próximos sete anos, pois o machismo, na sua acepção mais violenta, onde a mulher aparece como “propriedade” do homem, passa a compor a conjugalidade.

Ao receber esta primeira agressão, Ana revela haver sentido “*muito desespero, vontade de ir embora, de sumir, de não voltar, mas voltar pra casa não podia, tinha casado, na casa da minha mãe não tinha lugar pra mim, e como eu ia dizer pra eles que eu estava sendo violentada?*”. Assim, decidiu relevar a violência. Como ela, muitas mulheres que vivenciam violência conjugal durante anos narram que nada fizeram após a primeira agressão, ou seja, nada que mostrasse ao parceiro que tal “atitude” não era aceitável. Uma vez relevada e aceita a primeira vez, a cena, provavelmente, se repetirá, como aconteceu na vida de Ana. Pode-se pensar que a agressão se inscreve como o primeiro

“acontecimento traumático conjugal” que vai modificar doravante o modo de relação, fazendo com que a maioria dos conflitos sejam permeados pela violência.

Figueiredo (1994) define acontecimento traumático como aquele que é inconcluso, que não se consuma, por não ser tematizado, bloqueando o transitar do inominável para o sentido, e a possibilidade de novos acontecimentos. Ao invés de abrir a presença, como fazem outros acontecimentos, o trauma, neste momento não tematizado, encerra o campo do experimentável, confinando o horizonte das possibilidades e reduzindo drasticamente a sensibilidade ao diverso, abrindo assim um precedente para que a cena violenta se repita.

Até os sete meses de casamento a família de Ana não saberia do que lhe acontecia. Ela acreditava que, uma vez casada, deveria resolver sozinha seus problemas, sem “importuná-los”, pensamento que será recorrente ao longo de toda sua narrativa. Sente-se responsável individualmente pelo sucesso ou fracasso de seu casamento. Notam-se, nesta afirmativa, traços do discurso romântico, pois este apregoa ser o casamento por amor uma escolha individual, livre de injunções familiares, cabendo ao indivíduo toda a responsabilidade pela manutenção ou dissolução da família. Costa (1989, p. 233) irá mostrar como este discurso tornava o compromisso entre os cônjuges mais denso. “O infrator sentia-se, agora, duplamente coagido. Sofria a reprovação social e padecia o remorso de trair as expectativas amorosas do parceiro, com quem se unira por livre e espontânea vontade”.

O romantismo funciona para Ana como um forte valor. Assim, durante seu casamento, acreditava-se a única culpada pelos problemas, as brigas e agressões, que encarava como um “fracasso” pessoal, em função de ser “depressiva”. *“Acreditava que eu era a culpada do meu casamento não estar dando certo”*. Para ela, era como se não houvesse mais nada a fazer, pois percebia tudo como complicado e problemático. Às vezes julgava estar lidando com um “louco”, ora agressivo, ora afetuoso. Outras vezes buscava

justificar a conduta do marido pela bebida, que ele consumia com cada vez mais frequência. Ana se percebia numa situação de sofrimento que interpretava como destino, fatalidade, a qual acreditava dever suportar. A resignação se aproxima do que Rousseau (1979, p. 430) descreve como doçura, sendo esta a mais importante qualidade da mulher. A mulher para o autor “deve aprender desde cedo a **sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar**; não é por ele, é por ela mesma que deve ser doce” (grifo nosso). A obrigação de ser resignada e de manter o laço conjugal é sustentada pelo vínculo de amor, este último como argumento prioritário da narrativa de Ana, que a faz permanecer e suportar todas as situações de agressão.

A violência será deflagrada por diversas cenas. A exigência da realização de tarefas domésticas era motivo, com frequência, alegado pelo parceiro para perpetrar agressões. Caso não atendesse a tais expectativas, iniciava-se uma discussão que, quase sempre, culminaria em violência. Ana conta que sempre foi criticada pelo marido no que dizia respeito ao seu desempenho nas tarefas domésticas, acusada de que *“não sabia fazer nada direito, não sabia cozinhar”*. *“Ele dizia ‘você não sabe fazer nada’, tudo que eu fazia era ruim, era errado, e eu cozinhava bem, as pessoas gostavam... Quer dizer, parece que os erros do mundo ele colocava em mim”*. Ana, nesta época, buscava agradar, sem sucesso. Reencontramos aqui a idéia rousseauiana de que a mulher é feita para agradar o homem.<sup>2</sup>

O marido parecia exigir de Ana o cumprimento do papel tradicionalmente delegado à mulher, o da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família (RAGO, 1985), ideal com o qual ela se identificava, esfor-

2 Ao colocar a mulher como completamente dependente do olhar e do julgamento que dela faça o homem, sem cujo olhar não tem existência própria, Rousseau (1979, p. 423) afirma: “Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por elas como por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens: não basta que sejam estimáveis, cumpre que sejam estimadas; não basta que sejam belas, é preciso que agradem; não basta que sejam bem comportadas, é preciso que sejam reconhecidas como tal; sua honra não está apenas na sua conduta, está na sua reputação, e não é possível que a que consente em passar por infame seja um dia honesta”.

quando-se por atendê-lo. Ana não tinha “permissão” para trabalhar fora e era instada insistentemente a engravidar, a ponto de ter seu contraceptivo jogado fora pelo marido. Parecia “faltar”, em sua trajetória conjugal, o lugar de mãe, pois é a presença dos filhos que vai designar a união dos cônjuges como uma família e conferir à mulher a maternidade (FÉRES-CARNEIRO, 1996), confirmando, dentre a multiplicidade de identidades da mulher que começam a se fazer presentes na proposta higienista, a de esposa e mãe. Este modelo, que encontra respaldo na perspectiva da maternidade, não permite que a mulher se emancipe intelectual e profissionalmente.

Aos sete meses de casamento tem lugar a primeira separação. Após uma discussão na noite de Natal, durante a qual ocorrem mútuas agressões, Ana decide retornar à casa dos pais. Somente então sua mãe e demais familiares ficam sabendo do que lhe acontecia. Um dos irmãos sugere que Ana denuncie o cônjuge. Como não conhecia nenhuma delegacia de mulheres na época, ela decide ir a uma delegacia comum. *“Fui numa delegacia e eles simplesmente mandaram eu voltar pra casa, sentar com meu marido e resolver o problema com ele”*. Cabe ressaltar como a instituição pública chamada a intervir lança sobre a questão da violência conjugal o véu da intimização, categorizando-a como algo que diria respeito exclusivamente ao casal. Esta resposta institucional, além de reforçar todo o ideal romântico-higienista que temos analisado, também traz em seu bojo a idéia de que a conversa pode resolver qualquer problema, em uma simplificação empobrecida da influência psicanalítica. Pode-se entendê-la como uma intervenção que, ao não levar em conta a gravidade da situação, não aquilata o disfuncionamento presente na relação conjugal, onde o vínculo encontra na violência um dos seus elementos estruturantes. Se na figura do “debate”, a conversa e a palavra funcionam como um elemento do elo conjugal, o mesmo não ocorre quando as cenas se constroem sobre o *combate*, onde o elemento de ligação é a violência (CARRETEIRO, 1993). Por outro lado, a instituição se abstém do seu papel precípua que seria fazer interceder a lei como

figura de proteção dos cidadãos (CARRETEIRO, 2003). Ao procurar a polícia devido às agressões físicas do marido, o lugar de cidadã de Ana acaba decomposto em mulher-cidadã, sendo a primazia dada ao primeiro termo, mas na sua conotação de esposa, parte de um vínculo de união com o homem-esposo. A diretriz proposta pela instituição sugere, então, o restabelecimento desta união, cuja tessitura deveria ser feita pela conversa, recuperando assim a matriz do intimismo, concebendo o próprio casal como o responsável por suas disfunções.

Ana permaneceu durante dois meses na casa dos pais, porém, revela que continuava gostando do parceiro e sentia sua falta.

Em fevereiro uma de suas irmãs recebe uma ameaça por telefone e as suspeitas recaem sobre João, que aparecera algumas vezes, segundo ela, para “aprontar”. O cunhado pede que Ana seja mandada embora, a fim de evitar problemas para a família, pois acreditava que, onde ela estivesse, seria seguida pelo marido.

Vê-se como uma conjunção de fatores irá culminar na reconciliação de Ana com o companheiro. Primeiro ela começa a perceber-se como um peso para a família; sente-se “deprimida”, “sem saber da vida”. Vê que os familiares tinham outros problemas, e não desejavam envolver-se com os seus naquele momento. No fundo, Ana percebe uma expectativa de que ela retome sua vida ao lado do marido e dê conta de seus problemas com ele, já que escolhera se casar, visão que ela própria possuía. Deste modo, tanto na instituição policial quanto na família, há um ideário conjugal que se reforça e encontra eco nas próprias atitudes de Ana. Ela decide então procurar o marido em seu trabalho, a princípio para “tomar satisfações” sobre as ameaças feitas à irmã. Porém, tal visita acaba levando-a a reatar o casamento. Ela conta: *“Foi totalmente diferente. Quando eu cheguei lá eu comecei a agredir, a falar, a discutir, e ele dizia ‘não, nós temos que conversar, vem aqui’, me beijou, dançou né, como é que se diz, voei, acabei esquecendo a raiva, esquecendo tudo, acabei ficando com ele lá, aí acalma tudo né, aí você pensa de outra maneira. Acabei voltando*

*naquela situação*". Ana, neste momento, não "resiste" à aproximação física do parceiro, e se "rende", esquecendo-se de tudo aquilo que a desagradava e que, neste momento, perde o valor. Ama-o, independente do que faça o amado, com um sentimento que consegue anular todos os fatos desagradáveis que apelam para a realidade, numa atração que não resiste à aproximação física, na paixão que sobrepuja o controle da razão. Ela acreditou quando o marido lhe disse que algum inimigo seu do trabalho teria, provavelmente, feito as ameaças. "*Ele era muito perspicaz, envolvente, e eu era tão ingênua que acreditava nas mentiras*", o que levou sua mãe a afirmar: "eu não sei o que ele fez com você, porque ele consegue domá-la do jeito que ele quer". O amor retoma sua vertente de ilusão: surdo à voz da razão, incontrolável pela força da vontade e um sentimento eterno, constante e único, que nunca se extingue e não se repete, dirige-se ao mesmo objeto, e independe deste, pois nasce no sentir de quem ama e prossegue, ainda que o objeto não se faça digno de ser amado. Reanimada pelo sentimento amoroso, Ana decide então voltar para o marido sem comunicar à família, no intuito de evitar críticas à sua decisão. Assim, ela passa a viver com ele em outra cidade, longe de todos, isolando-se numa cumplicidade exclusiva com o parceiro conjugal. "*Me envolvi de uma maneira que eu permiti viver eu e ele, só eu e ele, sem a família saber*". Neste período de muitas dificuldades, Ana conta que viviam em um quarto emprestado em um cortiço, onde não havia móveis. Nesta fase, ela lembra que não era agredida, pois, acredita hoje, o marido a percebia como alguém que permanecia ao seu lado, que o apoiava e que o amava, aceitando viver naquelas condições. Apesar disto, havia brigas constantes, porque o parceiro insistia para que Ana engravidasse, continuando a jogar fora seus remédios anticoncepcionais. Viviam com muitas limitações financeiras, até que ambos são chamados para trabalhar em um clube, onde passam a residir. Data deste período o episódio que ela define como sendo o de maior violência em seu casamento.

## EXPECTAÇÃO SILENCIOSA

Durante um evento no clube, no qual Ana servia o almoço, comparece um antigo amigo seu de juventude. Este fez questão de cumprimentá-la, mas Ana tentou se esquivar, temendo represálias do marido. Ela acredita que alguém o prevenira quanto à situação, pois a observava de modo insistente. Ana tenta evitar servir a mesa do amigo, para não despertar ciúmes. Porém, a diretora do clube manda que ela o sirva, como a todos os outros. Ana procura fazê-lo num momento em que o marido estava distraído, mas mesmo assim este percebe. Mais tarde ela viria a saber que ele ameaçou agredi-la naquela hora, mas alguém o conteve. Ana descreve o amigo com admiração, como alguém bonito, que era advogado, o tipo de rival que despertaria facilmente os ciúmes do parceiro, representando uma ameaça, pois possuía os atributos por ele (e também por ela) tão valorizados.

A festa termina. Ana percebe que marido bebera em excesso, quando este lhe ordena que faça arroz. Ela se recusa, pois havia sobrado muita comida, e diz que não ficaria perto dele naquela noite, pois detestava o cheiro da bebida. Temendo agressões, Ana decide trancar-se numa das suítes do clube. Percebe quando ele desliga a chave geral e começa a tentar entrar em seu quarto. "*Eu estava em pânico dentro do quarto, eu me lembro que eu rezava a Ave Maria, eu tremia, eu tremia apavorada*". Do lado de fora ele ameaça matá-la. Sem conseguir entrar, ele retorna com álcool e atea fogo na parte externa. Mesmo sentindo-se sufocar com a fumaça, Ana permanece trancada e começa a gritar pelo caseiro, que morava mais abaixo. Ninguém aparece. O trecho que se segue em seu relato mostra o quanto a violência foi intimidada. O marido desceu à casa do caseiro e disse que ela estava tendo um acesso de loucura, que sempre tivera problemas mentais, e que colocara fogo no clube. O caseiro, embora a conhecesse há algum tempo, acredita e entrega a ele a chave do quarto. A palavra do marido, neste momento, pesou mais do que os gritos de Ana. Uma vez casada e (suposta

e repentinamente louca), seu pedido de socorro nenhuma validade possuía.

Lembramo-nos do impacto causado pelo relato de Ana do que aconteceu em seguida. O marido a arrastou para fora do quarto, pelo corredor, até o banheiro. Ela foi agredida, surrada e violentada sexualmente. Ele ordenava a Ana que “gozasse”. Apesar da violência da situação, não houve nenhuma reação dela como resposta àquela noite. A violência extrema pela qual passara foi silenciada pelo fato de serem “um casal” (sic). No dia seguinte ela narra que pensou em matar-se. Talvez esta fosse a única resposta desesperada que lhe parecia plausível face à situação. O pensamento do ato suicida reforça a contenção da violência no âmbito privado, ou melhor, “ultra-individual”. Ana acredita que recebeu ajuda divina para que não se suicidasse. Após alguns dias ela procurou o caseiro e contou o que havia acontecido. “*O senhor não me ouviu gritando, não me ouviu pedindo socorro?*”, ao que o caseiro responde: “*ah, mas eu não sabia, pra mim vocês viviam bem, porque vocês estavam sempre abraçadinhos...*”. Aqui se percebe a cisão entre a imagem pública do casal harmonioso e a realidade encoberta da intimidade marcada pela violência.

Algumas categorias cunhadas por Sennett (2001) podem oferecer elementos para analisar o conjunto dos fatos narrados acima. São elas: o segredo, a figura do espectador silencioso, e o paradoxo da visibilidade e isolamento. Sennett (2001) ressalta que a modernidade assistiu ao declínio da vida pública e, ao mesmo tempo, ao processo de intimização. Até o século XVIII, vivia-se em meio à intensa sociabilidade. As ruas eram semelhantes aos palcos de teatro e os homens expressivos atores, que aí interagem por meio de convenções de forma impessoal, sem precisarem se conhecer intimamente para se encontrarem. Público e privado funcionavam de forma equilibrada, o estar em público ligado ao social e cultural, ao comportamento convencional útil no encontro com desconhecidos nas ruas, e o privado ao natural, familiar. Aos poucos, com a introdução da personalidade em público, tornamo-nos

espectadores passivos e silenciosos do que acontece nas cidades, passando a observar em lugar de interagir para conhecer, a fim de evitar a exposição de nossa “intimidade”. Assim, distanciamos-nos do que acontece ao redor, evitando o envolvimento com situações que julgamos não nos dizerem respeito, pois não são pessoais, privadas. Cresce o valor de segredo conferido à privacidade e instaura-se o paradoxo do isolamento em meio à visibilidade. De posse destas idéias, retomamos a cena narrada por Ana, na qual segredo, isolamento e silêncio fazem-se presentes.

Ela pensou em procurar a família, mas desistiu. Percebemos que há um reforço à idéia de isolamento e segredo ao justificar que não desejava levar problemas à mãe. Ao mesmo tempo, sentia vergonha de revelar que voltara para seu marido e vivia daquela forma. Temia que os familiares lhe dissessem que tinham razão quando a advertiam para afastar-se do cônjuge. Um de seus irmãos chegara a afirmar que ela “gostava de apanhar”. Todas estas idéias contribuem para que ocorra um afastamento radical da família neste período.

Qualquer pedido de ajuda que lhe ocorria também era descartado. Ana imaginava que seria “ridicularizada” caso recorresse novamente a uma delegacia. Parece que a maneira como foi recebida, ao procurar pela primeira vez, foi capital para desencorajá-la a ter outras iniciativas.

A violência conjugal interferiu também na vida profissional. Após o episódio de “ciúmes” e violência, o casal é despedido do clube. Novamente passam a morar num quarto. Ana atribui ao amor o fato de aceitar viver precariamente ao lado do marido. Sua crença religiosa corrobora e solidifica o ideal amoroso, sendo os preceitos de “perdoar” e “amar para ser amada”, interpretados por ela como deveres em relação ao parceiro. Em muitos momentos, Ana dava-nos a impressão de que assumia a postura de mártir, alguém cujo sofrimento e sacrifício não poderiam ser modificados, mas deveriam ser aceitos e vividos resignadamente, como um destino.

Outros episódios de ciúmes ocorreram, nos quais ela era representada como suspeita, pelo fato



de ser mulher, como se fosse potencialmente propensa à traição. Encontramos em Rousseau (1979) esta formulação. Para o autor a mulher estaria escravizada a constrangimentos contínuos e severos, os do decoro e das conveniências, devendo exercitar-se desde cedo a estes constrangimentos, para que não lhe fossem um peso, e a dominar suas fantasias, submetendo-as às vontades dos outros. Estas concepções, que realçam o papel da fantasia, nos fazem pensar na idéia, produzida historicamente, de que a mulher submete-se menos aos vínculos sociais e tende a criar vínculos intempestivos, o que, desta forma, “justificaria” as formulações repressivas contidas em Rousseau, tornando-as “necessárias”.<sup>3</sup>

O marido de Ana parece também temer sua mulher e exercer todo o seu domínio para que ela engravidasse. Pouco tempo depois do episódio agressivo, Ana engravidou. Ele recusava-se a usar o preservativo e jogara fora seus remédios de contracepção. Sem dinheiro para a injeção de anticoncepcional, vem a primeira gestação. Ao mesmo tempo, ela imaginava que um filho lhe daria uma razão de vida, pois “*não tinha mais motivação para viver*”.

Ana morava, então, num dos locais mais pobres do Estado, e às vezes não tinha o que comer. João estava desempregado, fazia pequenos serviços, ela dava aulas na comunidade, mas recebia muito pouco. As vizinhas, que presenciavam as discussões, lhe conseguiam remédios, enxoval e alimentos. Todas lhe diziam que deveria abandoná-lo e seguir sua vida. Ana chegou a ser agredida aos oito meses de gestação e, mais tarde, enquanto amamentava. Ao perceber estas situações, uma das vizinhas insistia para que Ana o denunciasses e fugisse. “*Pensei em ir, mas ao mesmo tempo eu não tinha o dinheiro, não pensava em ir, e era uma confusão. Você pensa assim: eu tenho filho pra criar, eu acabava não tendo esperança, nem perspectiva*

*de vida, de melhora, eu acho que eu sempre vi dificuldade nas coisas*”.

Mesmo assim, um dia ela decide ir embora pela segunda vez. Esta decisão acontece quando o marido ameaça impedi-la de ver e criar sua filha. Ele chega a trancar-se com a criança em casa, deixando Ana do lado de fora. Auxiliada pelos vizinhos, ela vai com o bebê para a casa dos pais, onde permaneceria por três meses. A família a apóia e decide acolhê-la com a criança. Ana começa, então, a trabalhar como professora. Neste período o marido passa a procurá-la com frequência, tentando uma reconciliação. Argumentava que a “deixaria” trabalhar, e que morariam desta vez numa casa, prometendo a Ana uma vida melhor. Ela decide aceitar mais uma vez: “*Eu gostava dele né, tinha essa coisa, quando eu via era aquela atração, era aquilo tudo que mexia, era, como diz uma amiga minha, uma simbiose né, eu não sabia quem era mais doente, se era eu ou se era ele. E eu acabei voltando*”. Além do argumento do amor, Ana temia criar sua filha sozinha, sem pai. Como nos momentos de reconciliação, ressurge a idéia da eternidade da união: “*Eu casei, agora eu tenho que agüentar*”.

Como nas outras retomadas conjugais, há uma mudança de domicílio, levando a um grande isolamento. Ana passa a morar em local retirado, ermo, segundo ela, local de “desova”. Isola-se com o marido, distante de sua família e, desta vez, sem vizinhos por perto. Na época, percebeu que encontrava-se mais sozinha, pensava que esta era uma estratégia do marido para intimidá-la e manter seu poder sobre ela: “*percebi a escolha do lugar que ele fez*”.

O ciclo de agressões, afastamentos e reconciliações estava ainda longe de terminar, tornando-se mais arriscado. Foi assim que, durante uma das brigas, seu marido, alcoolizado, tentou estrangulá-la com o cordão de uma bolsa, e depois asfixiá-la com as mãos e com o travesseiro. Só a soltou quando a filha, no berço, começou a chorar e a chamar pela mãe. Ana conta que ficou em pânico e achou que fosse morrer. De madrugada o marido acordou e a forçou a ter relações sexuais. Chamou-a de prostituta porque Ana não correspondeu, apenas chorava.

3 Segundo Rousseau (1979, p. 415) “Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo. Sua violência está nos seus encantos; é por eles que ela deve constrangê-lo a encontrar sua força e empregá-la” (Grifo nosso). Cabe ressaltar a desconstrução deste pensamento elaborado por Enriquez (1990).

Nesta noite ela conta que não fingiu, como acontecia algumas vezes.

Enquanto o marido dormia, Ana passou a noite em claro. Pensava em matá-lo, em se matar, em sumir com a filha. Esperaria o amanhecer para sair dali e denunciá-lo no dia seguinte. Lembrou que no município próximo havia uma DEAM<sup>4</sup>. Naquele dia ela pensou: *a única maneira de barrar esse homem é fazer uma denúncia*.

Ana registrou uma ocorrência, pela primeira vez. Como estava com a boca machucada, o policial a encaminhou ao IML, para o exame de corpo-delito. Esta instituição ficava num cemitério, segundo Ana um lugar horrível, sem nenhum preparo para acolher situações como a sua, o que, provavelmente, desencoraja muitas mulheres a prosseguirem. Ana não desistiu desta vez. Mostrou o ferimento na boca, mas como chorava muito, o perito perguntou se algo mais havia acontecido. Teve vergonha de dizer que também havia sido estuprada e que estava mais machucada do que aparentava. O estupro conjugal, comum em casamentos permeados pela violência, raramente é revelado ou denunciado. Frente à recusa da mulher em manter relações sexuais com o marido, esta e outras formas de agressão surgirão como represálias ao que se considera o não cumprimento de um “dever” conjugal.

Ao retornar à casa, após a denúncia, Ana decidiu ligar para sua família. Contou à irmã o que acontecera e disse que precisava da presença de seu pai, para conversar com João. Dependendo do que acontecesse na conversa, ela iria embora. Como o pai não estava em casa, a irmã decidiu ir ela mesma à casa de Ana. O marido, ao chegar do trabalho e vê-la, desconfiou que Ana a houvesse chamado. Acabou expulsando a cunhada, pois “adivinhou” que Ana pretendia ir embora. Muito nervosa, pois não queria que o marido percebesse sua intenção, ela conta que naquela noite fingiu estar tudo bem. *“Meu pai é que tinha que vir, eu estava precisando de um*

*homem e não de uma mulher”*. Percebe-se que para ela, o apoio de um homem da família era o que conseguiria intervir sobre aquela situação, barrá-la, e lhe garantir segurança. Ao chegar em casa a irmã contou ao pai e aos irmãos o que havia ocorrido, exigindo que tomassem providências como “homens da família”, não importando que Ana houvesse decidido voltar para o marido. Até então haviam resolvido não se envolver mais, pois acreditavam que ela sempre voltaria atrás.

No dia seguinte o pai, um irmão e dois policiais estavam na porta da casa de Ana, para buscá-la. Era um domingo de manhã. Aqui a intervenção familiar e institucional se associam, criando a figura de intermediário que se interpõe entre Ana e o marido. É o elemento intermediário que vai funcionar como terceiro no sentido estabelecido por Freud, criando uma referência outra que a relação de domínio corpo a corpo que se procede na vinculação unicamente dual, violenta. Um dos modos de analisar a violência, a partir da psicanálise, se dá através da impossibilidade de admitir o recalçamento do desejo de domínio, remetendo à manutenção de uma liberdade ilimitada, ou melhor, de fazer do imperativo de gozar, de dominar, o foco das relações. Com a intermediação ativa e reconhecida da lei, do ideal de justiça, os sujeitos vêem-se obrigados a se submeter à idéia de respeito e aos ideais coletivos. Nos parece que a ação conjunta familiar – com a presença da figura paterna e dos irmãos – e policial, inscreve na relação conjugal um lugar diferenciado, obriga o casal a reconhecer uma outra instância, qual seja a da justiça, referência ignorada por ambos os cônjuges. Logo após esta situação, o marido começou a chorar, dizendo não saber por que ela havia feito isto. Ana diz que também chorou, mas decidiu ir embora: não agüentava mais. Tanto João como Ana mostram-se como que desorientados com esta intervenção: ele deixa de ter a posição de “um” (LA BOETIE, 1999), infantilizando-se, e Ana reconhece uma exaustão.

No trem, o policial perguntou a Ana o que a fazia morar naquele lugar, conhecido local de “desova”, onde poderia ser morta sem que ninguém sou-

4 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. As DEAMs surgem na década de 80.

besse. Ela lembra que era esta exatamente a ameaça que o marido lhe fazia com frequência, a de matá-la e ocultar o corpo, para que nunca fosse descoberto.

Ao tornar público o que lhe acontecia, Ana saiu do isolamento. Com a intervenção familiar e institucional (policial), quebra-se uma vez mais o ciclo da violência, porém não definitivamente.

De volta à casa da mãe, Ana permaneceria separada por nove meses. Neste período ela relata que adoecia com frequência de pneumonia, “a doença da tristeza”. Atribuía sua tristeza ao fato de continuar gostando do marido, pois não acreditava fosse culpa dele o que acontecia, mas sim da bebida. O que Ana mostra, através de seu relato, é como não conseguia manter um outro rearranjo psíquico que não fosse através da violência e da relação conjugal marcada pela repetição.

Ao mesmo tempo, Ana não se sentia à vontade morando com os familiares. Dividia um quarto com outra irmã e os três filhos desta, a qual tinha problemas psiquiátricos, que haviam se agravado após um casamento em que sofrera muita violência. Logo, seu caso não era o único na família.

Novamente o marido a procura. Repete-se o discurso de que tudo agora seria diferente, pois havia sido promovido e comprara móveis para a casa: tv, vídeo, armário, jogo de poltronas. Até a máquina de costura que Ana tanto queria lá estava, à sua espera. Porém, pedia que ela retirasse a queixa na delegacia. Ana decide manter a denúncia. Uma amiga de sua irmã, que era policial, diz-lhe que aquela era sua garantia de vida. A denúncia representava a presença da esfera institucional na vida privada do casal no entanto, esta esfera mostra sua fragilidade com suas zonas de corrupção, pois a queixa acaba sendo arquivada, por influência do prefeito para o qual seu marido trabalhava. A violência é mais uma vez silenciada pela própria instituição encarregada de publicizá-la. Percebe-se nesta análise a vulnerabilidade do elemento justiça. Este tem, nesta narrativa, uma função “vaga-lume”, apaga e acende. Ao se apagar, devido às ações espúrias pautadas em um poder político que trabalha no oposto da transparência, ele traz

também o apagamento, como veremos, do que a lei começava a produzir subjetivamente nos cônjuges.

Embora relutasse em voltar, mesmo com as dificuldades na casa da mãe, o marido continuava insistindo. Dizia estar freqüentando o grupo dos Alcoólicos Anônimos e também um psicólogo, o que Ana descobriria, depois, não ser verdade. Na época, mais uma vez, acreditou, ou parecia desejar acreditar, pois, na verdade, queria voltar a viver com ele.

No dia de Ano Novo o marido permaneceu em seu portão, tentando convencê-la. Ana pediu que ele fosse embora, mas estava em dúvida se deveria voltar ou não. Ao retornar da igreja, o encontrou caído numa calçada, embriagado. Ela conta que sentiu pena. Achou degradante ver “*um homem se humilhando assim por sua causa*”. O processo conjugal era marcado por uma rigidez de funcionamento cristalizado nas figuras: potente x impotente. Ana se compadece ao perceber, neste momento, seu companheiro na posição de impotente e sente-se, ao mesmo tempo, fortalecida. Suas cunhadas e os vizinhos corroboram esta visão e dizem a ela para dar mais uma chance, pois estava ali, sem sua casa, sem dinheiro, com uma filha para criar. Que não o deixasse “sofrer tanto”. Hoje ela reconhece que tais conselhos eram dados por pessoas para as quais a “paixão” justificaria o injustificável, visão na época compartilhada pela própria Ana. Ela decide voltar e retorna ao mesmo local de moradia isolado de antes. Um mês depois já estava passando pelas mesmas situações de agressão, ou seja, retoma a posição de impotente. Às vezes acreditava estar vivendo com um *louco*, pois no dia seguinte às agressões seu marido acordava bem-humorado e levava-lhe o café na cama, dizendo que ela precisava se alimentar. Talvez a bebida estivesse “*destruindo seus neurônios*”, pensava. Nesta fase vem a segunda gravidez. Ana não desejava outro filho, tenta abortar com chás, mas não consegue. Não tinha recursos para realizar em uma clínica uma intervenção cirúrgica. Ao ter o bebê, pede ao médico para fazer ligadura de trompas, pois não desejava mais filhos.

Posteriormente ela é aprovada num concurso para o magistério e começa a trabalhar. Nesta época passam a morar em outro local, menos isolado, quando ela inicia o tratamento com uma psicóloga, a qual a alertava sobre os riscos e lhe dizia: “sai da vida desse homem, some, tenha pernas pra ir embora, a doente não é você, é ele”. Ana respondia que tinha que ficar, porque havia se casado com ele, que ela era a culpada por seu casamento não estar dando certo, porque era depressiva. Porém já não permanecia tão isolada. Trabalhava, ia à psicóloga, reunia-se com companheiras da igreja em sua casa (até que o marido proibisse). Ou seja, outros discursos começavam a se interpor na rígida linguagem do sistema violência-submissão. Mesmo assim, mantinha-se inalterada a situação conjugal, até que um fato inesperado daria início ao processo de ruptura definitiva entre Ana e a violência, inaugurando um outro discurso, com valor de acontecimento.

#### FALA E ACONTECIMENTO

Uma noite, envolvido numa discussão de rua por causa da política local, seu marido sofre uma agressão e decide mudar-se às pressas para o município onde morava a família de Ana, temendo ser morto. Ao que parece, ele atuava como uma espécie de “segurança” do prefeito, e, com a mudança política, corria risco de vida. Ana não sabia muito bem com o que ele se envolvia. Ficariam na casa dos pais dela, até construírem um quarto no terreno destes.

Ana relata que, mesmo morando com a família, as agressões continuavam, principalmente verbais. No entanto, ela estava diferente. Sentia-se mais segura ali, e uma sensação de cansaço por tudo o que vivera até então tornava-se cada vez mais presente: “*Eu já estava saturada de tudo*”. Além disso, era a primeira vez que sua relação conjugal era observada por testemunhas tão próximas, e que acabariam por intervir.

Este processo atingiu sua culminância quando ocorreu aquela que seria a última agressão. O marido começou a xingá-la, desencadeando uma discussão no quarto. Porém, Ana diz que neste dia sentia-se

mais forte, por estar na casa dos pais. Seu irmão caçula estava em casa neste momento, alguém que ela sempre admirou muito.

A cena que então se desenrola traz duas falas que seriam decisivas e levariam à ruptura definitiva entre Ana e a violência conjugal. A primeira é a do irmão. Depois que João sai para o trabalho, ele a chama para conversar. Diz a Ana que seu marido teria coragem de matá-la. Questiona qual o tipo de vida que daria às filhas, convivendo com um pai que bebia e maltratava a mãe. Garante-lhe que a família a ajudaria a criar as filhas, e, o que foi decisivo para Ana, que ela não deveria “envergonhar-se de haver errado” (referindo-se à escolha do parceiro, à crença tão presente na narrativa de Ana de que, se havia casado, deveria agüentar), pois isto não importava. Ana conta que tais palavras a fortaleceram. O irmão avisa, por fim, que, se ela desejasse continuar vivendo com o marido, teria que acompanhá-lo, pois ali, a partir daquele dia, ele não entraria mais.

Após a conversa, Ana decide arrumar a bolsa de roupas de João e a deixa na varanda. À noite, quando ele retorna, o cunhado já o aguardava no portão, e avisa: “*aqui você não entra mais*”. Em seguida, é Ana quem fala, desta vez com ênfase inédita: “*A partir de hoje acabou. Você vai embora*”. Esta fala marca uma diferença em relação às separações anteriores, não deixando margem a novos pedidos de reconciliação pautados no amor “incondicional”. João, desta vez, não retornaria para buscá-la. Ana também não o procuraria mais. Ainda que apoiado pela ação do irmão, o dizer de Ana é o que tem, de fato, a possibilidade e o vigor necessário para alterar o curso de sua história.

O conjunto da situação, desde a briga com o marido, até o apoio incondicional do irmão e a firmeza da ação de Ana, funciona como “acontecimento”. Diferente da fala como representação, a fala como acontecimento faz acontecer, atuando como “dispositivo acontecimental”, no dizer de Figueiredo (1994, p. 151). Segundo este autor, o acontecimento é uma ruptura na trama das representações e das rotinas; uma quebra dos dispositivos de construção e

manutenção do “tecido da realidade”; uma transição para um novo sistema representacional, funcionando então como “disruptor” de uma trama ou tecido, como “destecedor” (FIGUEIREDO, 1994, p. 152). Neste sentido, aproxima-se de Legrand (1957, p. 125) que define **acontecimento** (*l'événement*) como aquilo que remete a uma variação do real caracterizada pela descontinuidade, uma ruptura no tecido do real, que se destaca sobre o fundo da uniformidade, definindo-se como diferença.

O acontecimento dá passagem ao inesperado, surpreendente, inacreditável, impossível, dividindo o tempo em antes e depois (FIGUEIREDO, 1994). Esta fala (“acontecimental”) irá permitir que o acontecimento “acabe de acontecer” e se torne disponível para a simbolização e para a elaboração representativa, ou seja, irrompa no seio da repetição para dar margem à criação, ao fazer história, ao invés de apenas contar histórias. “É, apenas, aquela fala acontecimental a que, fazendo acontecer o acontecimento, liberta a existência da repetição instaurada pelo trauma<sup>5</sup>, reinstalando nela uma verdadeira história” (FIGUEIREDO, 1994, p. 168). O acontecimento que causa impacto traz em si uma potência disruptiva. Cabe ao sujeito que o vive, na relação que ele terá com o contexto que o cerca (familiar, institucional, político, econômico) criar formas de enfrentamento e recriação de dimensões da existência a partir de seu advento (CARRETEIRO, 2003). Uma vez tematizada sua situação, é possível a Ana apropriar-se da própria experiência, permitindo o transitar para outros sentidos, outras representações, até então bloqueadas.

Ao dizer “acabou”, Ana traduz exatamente o que se seguirá na prática, em sua história, ou seja, a ação real de “acabar”, de encerrar ali, a partir daquele momento, o ciclo de sete anos de violência. O que foi dito interfere e altera a realidade. A fala ganha valor de ato, torna-se um “ato de palavra”, dando sustentação a uma outra tessitura da história.

Em seu caso, desapareceram naquele dia as figuras da expectativa silenciosa, do isolamento, do silêncio (SENNETT, 2001). Há uma fala singular. No entanto, permanecem nela marcas da violência, cicatrizes visíveis ou invisíveis. Estas, segundo Ana, “são mais difíceis de apagar”.

## CONCLUSÃO

Pudemos observar, ao longo da narrativa, o quanto fatores históricos, como os discursos e práticas do moralismo médico e do amor romântico, remanescentes do século XIX, mantêm indícios na dinâmica de relacionamentos conjugais e o quanto sua presença é atuante nos relacionamentos marcados pela violência.

A história de vida de Ana, embora um percurso singular, é representativa de inúmeras outras, onde estas falas se repetem e entretêm a violência, bloqueando a passagem para outras linguagens. Analisar os vínculos da história permite-nos compreender o trabalho de incorporação da herança vinculada às origens sociais e familiares, percebendo o quanto a história coletiva condiciona os destinos individuais (GAULEJAC, 2002). Nos casos de violência conjugal, há todo um contexto sócio, político, histórico, familiar e institucional que reforça os elementos de intimização, conspirando fortemente para a manutenção da condição violenta. Por outro lado, percebe-se a importância de campos intermediários na superação da situação de violência. Neste ponto podemos citar vários eixos, tais como a interferência familiar, a profissionalização, esta última, não por acaso, pauta central na trajetória de lutas e conquistas femininas ao longo da história, os quais foram abrindo para Ana a possibilidade de conexão com outros espaços sócio-institucionais de domínio público, que se mostraram decisivos para que lograsse interromper o ciclo de repetições que marca as relações pautadas pela violência. É importante também destacar no caso analisado a transformação ocorrida, nos últimos anos, nas instituições de acolhimento às pessoas que sofrem violência doméstica. Estas, ao permitirem que se retire o peso da esfera privada,

<sup>5</sup> O autor define trauma como “acontecimento inconcluso”, o que se eterniza e bloqueia a possibilidade de novos acontecimentos.

promovem uma outra inscrição do lugar institucional na construção subjetiva. Inscrevem simbolicamente a cidadania na esfera da subjetividade. O conjunto de fatores que chamaremos de *terceiros* são importantes para criar outros pólos de investimento em um dos cônjuges e favorecem criar deslocamentos na colagem entre os parceiros que vivenciam situações de violência no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

CARRETEIRO, T. C. História de vida. *Revista de Investigación Facultad de Psicología de La Udelar*, Montevideo. n. 1, p. 15-28, 1989.

\_\_\_\_\_. Acontecimento: categoria biográfica, individual, familiar, social e histórica. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. La citoyenneté appauvrie. In: GAULEJAC, V.; ROY, S. (Org). *Sociologies cliniques*. Paris: EPI, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ENRIQUEZ, E. *Da horda ao estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Família: diagnóstico e terapia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FIGUEIREDO, Luís C. *Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo: Educ/Escuta, 1994.

GAULEJAC, V. de. Lo irreductible social y lo irreductible psíquico. *Perfiles Latinoamericanos. Revista de la Sede Acadêmica de México de la Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales*, año 10, n. 21, p. 49-71, 2002.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.

LA BOETIE, E. de. *Discurso da servidão voluntária*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

LEGRAND, Michel. *L'événement in L'approche biographique*. Paris: Hommes et perspectives – ÉPI, 1957.

A MULHER brasileira nos espaços público e privado. 2001. Disponível em: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br). Acesso em: 15 abr. 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROUGEMONT, D. de. *História do amor no Ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou da educação*. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1979.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



# O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental\*

Jean-Gabriel Offroy – École de Psychologues Praticiens/Paris et Lyon  
Revisão Técnica de Norma Missae Takeuti\*\* – PPGCS/UFRN

## RESUMO

Tentamos compreender a influência do prenome de um indivíduo sobre seus mecanismos de identificação e especialmente sobre suas escolhas sociais, profissionais, ideológicas. O prenome indica um projeto social e familiar para a criança, que visa à reprodução de uma ordem, mas que experimenta também processos de historicidade. A evolução sócio-histórica dá cada vez mais espaço ao projeto parental, que descrevemos como o resultado de uma negociação no seio do casal parental e como a mediação final de todas as contradições com as quais confrontam-se os pais, entre projeção e injunção, fantasia e realidade, desejo inconsciente e socialização.

Palavras-chave: Prenome. Projeto familiar. Projeto parental. Herança. Identificação.

## RÉSUMÉ

Nous essayons de comprendre l'influence du prénom d'un individu sur ses mécanismes d'identification et notamment sur ses choix sociaux, professionnels, idéologiques. Le prénom indique un projet social et familial sur l'enfant, qui vise la reproduction d'un ordre mais qui témoigne aussi des processus d'historicité. L'évolution socio-histo-

rique donne de plus en plus de place au projet parental, que nous décrivons comme le résultat d'une négociation au sein du couple parental et comme la médiation finale de toutes les contradictions auxquelles sont confrontés les parents, entre projection et injonction, entre fantasme et réalité, entre désir inconscient et socialisation.

Mots-clés: Prénom. Projet familial. Projet parental. Héritage. Identification.

## ABSTRACT

We try to understand the influence of a person's first name on the process of their identification, particularly in their social, vocational and ideological choices. First name indicates social and family projects for the child, reproducing social order but also indicating the social change. Historical evolution gives more and more place to the parental project, condensed in the first name of the child, which is described as a result of the parental negotiation and as the final mediation of all the contradictions encountered by the parents, between their desire and the social reality.

Key words: First name. Family project. Parental project. Magical thought. Heritage. Identification.

\* Este artigo foi publicado na revista *Spirale*, n. 19, 2001, Erès, França, sob um formato ligeiramente condensado. Enviado pelo autor para tradução e publicação neste dossiê da Cronos.

\*\* Colaboração de Lore Fortes – PPGCS/UFRN



Nos anos 1970, o Movimento de Liberação das Mulheres (M. L. F.)<sup>1</sup> era dirigido por advogadas famosas, sendo que uma delas tem o mesmo prenome que o meu.

Ela se chama Giselle. É advogada há dez anos. A forte personalidade de Giselle Halimi<sup>2</sup> marcou sua adolescência e foi determinante para sua orientação profissional e ideológica. Vê-se claramente nisso o processo de identificação que reflete no prenome e que já foi, tantas vezes, por mim mencionado em textos anteriores. Abraham (1965) o evocou já em 1912:

Observa-se freqüentemente que um menino que tem o mesmo prenome de um homem famoso esforça-se por imitá-lo ou manifesta por ele um interesse particular. Aqueles que são portadores do prenome Alexandre, por exemplo, sentem-se incentivados a dedicar um interesse especial por Alexandre o Grande, a identificar-se com ele na imaginação. O historiador Ottoka Lorenz é um belo exemplo disso: redigiu a história do rei Ottokar da Boêmia.

Podemos citar vários outros exemplos. Georges Lubin, nascido a 20 quilômetros de Nohant, dedicou 40 anos de sua vida à edição dos 24 volumes da correspondência de George Sand. Ele ficou fascinado, aos quatro anos de idade, pelo “S” que não figurava no prenome da “gentil senhora de Nohant”.

O prenome, componente essencial de nossa identidade, é como se estivesse colado à nossa pele. Ele age sobre nós como um ímã que atrai as identificações. Como explicar essa identificação do indivíduo com seu prenome, essa colagem entre o prenome e a personalidade, a profissão e o destino?

## PROCESSO CIENTIFICO E PENSAMENTO MÁGICO

Para o pensamento popular, os nomes têm um poder mágico. Eles influem sobre o nosso destino. Esse pensamento mágico, partilhado por numerosos escritores, repousa na confusão entre o ser e o nome,

1 N.do T.: M.L.F. – Mouvement de Libération des Femmes.

2 Giselle Halimi é uma advogada francesa que ganhou reputação nos anos 1970 e 1980 pela sua militância em favor dos direitos das minorias. Militou também na causa feminista.

entre a essência das coisas e o modo de nomeá-las ou de representá-las, entre o mapa e o território, entre a realidade e seu símbolo. O prenome que portamos torna-se assim uma das forças misteriosas que nos habitam. Ele contém nosso destino, como as linhas de nossa mão.

Essa superstição aflora particularmente na situação de fragilização que constitui a espera de uma criança, com todos os medos arcaicos que isso vem suscitar. A abundância de obras que exploram essas crenças e a importância de suas tiragens são uma manifestação notável desse fenômeno. À maneira das “receitas da vovó”, ou no modelo da chave dos sonhos, trata-se de revelar, aos profanos que o perderam, o sentido secreto contido no prenome e suas virtudes mágicas. Os autores que às vezes se identificam a si próprios como magos, fazem referência à astrologia, à numerologia... Que futuros pais não recorreram a esses manuais? Alguns com total ingenuidade, outros com ceticismo, diversão ou má consciência.

Ante tais crenças, a atitude positivista consistiu, por muitos anos, em suprema ignorância e soberano desprezo. A antroponímia nascente quis agir de modo diametralmente contrário a essas superstições, através de um estudo “objetivo” dos nomes considerados como um fenômeno lingüístico, desembaraçando-se do sentido e de toda implicação subjetiva que isso acarrete. No pensamento “cientista”, o nome e o prenome são um identificador, um classificador, com igual valor ao de um número de seguridade social.

Mas, pode-se considerar esse pensamento mágico como a metáfora de uma certa realidade, uma percepção ingênua da causalidade. O que as crenças populares exprimem espontaneamente, sob a noção de predeterminação através da influência dos astros, dos números ou dos nomes, é uma observação pré-científica do determinismo. Não se trata então de ignorar soberbamente essa percepção ingênua, mas de aprofundá-la de maneira mais científica, isto é, com objetividade e senso crítico. É o procedimento que Freud adota para o sonho, ou Lévi-Strauss

(1962) para o pensamento selvagem. “Fui levado a constatar que se tratava, mais uma vez, de um desses casos, bastante freqüentes, nos quais a antiga e tenaz crença popular estaria mais próxima da verdade do que nossas doutrinas atuais” (FREUD, 1976, p. 93).

É esse tipo de abordagem que tentei aplicar à escolha do prenome. Como o sonho, é uma produção psíquica e simbólica. Como o sonho, exprime um desejo. Mas contrariamente ao sonho, esbarra também com uma realidade exterior. Não se esgota na fantasia. Refere-se a uma pessoa real. Aplica-se a um indivíduo que é também sujeito de desejo, que resiste e que pode forjar sua identidade a partir e contra o prenome que a quer definir.

Contrariamente ao sonho, ele não é uma produção puramente individual. É também a produção de um grupo. O prenome vai inscrever o indivíduo no Livro de sua comunidade e na sua história, vai inseri-lo na cadeia das gerações. O prenome que nos é atribuído quando nascemos vai exprimir a posição que deveremos ocupar, o lugar que nos é fixado pelo grupo social e familiar, o destino que é sonhado para nós pelo desejo parental.

Aquilo que o pensamento mágico exprime ingenuamente é o conjunto desses determinismos que pesam sobre o ser humano, de ordem social e psíquica, consciente e inconsciente. Esse pensamento, que remonta a eras longínquas, é também o pensamento do inconsciente de cada um de nós. É por isso que vamos começar explorando algumas dessas manifestações, a partir de observações de etnólogos, de sociólogos e de historiadores.

## O PROJETO FAMILIAR E SOCIAL

### O Prenome Sagrado

No pensamento mágico, a identidade do nome implica identidade de essência. Nosso nome contém nosso destino, como o exprime o velho adágio romano “*Nomen Omen*”.

Entre os *Inuits*, recebe-se sempre um prenome portado por um membro do grupo que nos precedeu.

Herdam-se assim suas qualidades. Na metafísica *inuit*, a **alma-nome** é uma das quatro componentes da personalidade, um princípio vital que se transmite através das gerações. Tornar a dar um nome<sup>3</sup> é reatualizar as potencialidades acumuladas. É o único meio para um grupo finito renovar-se sem cessar, sem modificar em nada a estrutura essencial. Trata-se de conservar todas as almas, isto é, o potencial produtivo do grupo.

Os laços de homonímia fazem reviver cada morto através de seu nome reencarnado. O novo portador do nome encontra-se religado não somente a seu epônimo, mas a todos aqueles que portaram o nome igual ao seu. Ele atualiza, desta forma, sobre a terra, a soma das capacidades produtivas acumuladas por sua linhagem homonímica (D'ANGLURE, 1978, p. 116).

Esse costume de tornar a dar o nome de uma pessoa morta ou viva do grupo e de associar todas as personalidades que portaram o referido nome encontra-se em muitas culturas bastante diferentes, dos *Inuit* do Ártico aos *Wolof* da África. Ele marcou profundamente toda a nossa tradição ocidental, do Mediterrâneo ao norte da Europa. Poder tornar a dar seu nome, “ter um osso”, segundo a expressão *Inuit*, é sempre considerado como uma grande honra. Na Grécia, é ainda hoje um dever sagrado “fazer *anastassi*”, isto é, fazer reviver a alma dos ancestrais no corpo do recém-nascido. “Dizia-se que a alma do ancestral passava para o corpo daquele que portava seu nome” (VERNIER, 1980, p. 70).

A *anastassi*, a reencarnação do ancestral através de seu prenome, que, ademais, como ocorre entre os *Inuit*, pode acontecer antes da morte, é a expressão simbólica, a transposição religiosa dessa crença na perenidade da linhagem. É um modo de garantir a permanência do grupo, de lutar contra a morte e as adversidades do tempo para conservar uma espécie de eternidade.

3 Trata-se do nome pessoa, escolhido para um indivíduo particular, e que corresponde a nosso prenome.

## O Prenome e a Herança

A transmissão da alma supõe também uma transmissão econômica e social. Ela está ligada à herança. Os sociólogos, que desmontam os mecanismos sociais buscando suas justificativas ideológicas, esclarecem os jogos de poder e as estratégias de linhagens que se desenrolam sob o manto do sagrado. Assim Vernier (1980) demonstrou claramente como esse dever sagrado de fazer anastassi recobria interesses econômicos e sociais. Em seu estudo sobre a ilha de Cárpatos, ele coloca essa regra da prenominação em relação com outras estratégias familiares, o que permite interpretar e decodificar seus riscos. Como entre os *Inuit*, o “capital cultural” detido pelos anciãos é vital. “Numa sociedade orientada para sua mera reprodução”, as técnicas de produção são “um legado do passado”. Em compensação, a estrutura do capital econômico é fundamentalmente diferente. Os *Inuit* não podem transmitir mais do que um “capital cultural”. Entre eles, é o javali que é sagrado; em Cárpatos, é a terra. A sobrevivência econômica das linhagens repousa na salvaguarda da integridade do patrimônio. Isto implica num tipo de herança desigual e na concentração de capitais nas mãos dos primogênitos. Mas cada linhagem permanece proprietária de seus bens. O casamento é considerado como um fenômeno de aliança provisória entre as linhagens que estão em competição. A primogênita herda os bens da mãe, o primogênito os bens de seu pai.

Observemos em paralelo as regras da prenominação. Cada criança é inserida na rede familiar segundo um princípio de alternância em função do sexo e da ordem de nascimento. O primogênito dos meninos recebe o prenome de seu avô paterno. O segundo o do seu avô materno, o terceiro, um prenome proveniente da família de seu pai, o quarto, um prenome retirado da família de sua mãe, e assim sucessivamente. Da mesma forma, a primogênita das meninas vai receber o prenome de sua avó materna, a segunda o de sua avó paterna, a terceira, um prenome retirado da família de sua mãe, a quarta,

um prenome retirado da família de seu pai, e assim sucessivamente.

O paralelismo das regras de prenominação e de transmissão da herança ilustra bem o **papel econômico desempenhado pela atribuição dos prenomes**. Mais do que a ordem real de nascimento, é a atribuição do prenome do avô, referente ao ancestral fundador, que investe simbolicamente a criança como primogênito, isto é, como herdeiro, futuro representante de sua linhagem.

“A ordem de nascimento importava menos que a posse do prenome que materializava a continuidade da linhagem. A herdeira devia portar o nome de sua avó materna, o herdeiro o nome de seu avô paterno” (VERNIER, 1980, p. 71).

As regras de prenominação permitem neutralizar as diferentes ameaças que pesam sobre a reprodução física das linhagens. Se o primogênito morre antes do nascimento de um segundo filho do mesmo sexo, o filho seguinte pode retomar seu nome com a herança. Se ele morre após o nascimento de outros irmãos é o terceiro que o substitui, porque porta um prenome da linhagem paterna. O segundo, que pertence à linhagem materna, não pode herdar do lado paterno. Toda irregularidade de uma geração, devida ao acaso demográfico, é apagada na geração seguinte. Assim, o filho único recebe as duas partes da herança. Mas ele é apenas o depositário provisório dela. Uma filha única vai então transmitir normalmente sua herança feminina à sua filha mais velha. Mas ela deve então transmitir sua parte de herança masculina “a um dos seus filhos mais novos (em princípio, o segundo nascido dos meninos) o qual recebe o prenome e os bens do avô paterno de sua mãe” (VERNIER, 1980, p. 71). Se um casal tem somente filhos homens, o mais novo, que porta um prenome da linhagem materna, é designado para herdar a fortuna de sua avó materna. Ele não poderá transmitir essa herança nem a seu primogênito nem à sua filha primogênita, que porta o prenome de sua avó materna. É a filha mais nova quem receberá o prenome da sua avó paterna, com a herança que lhe

corresponde. O filho mais novo terá servido de relé (*relais*) da linhagem feminina.

Do mesmo modo, um filho mais novo pode ser investido do papel de filho mais velho. O que importa são, primeiramente, os interesses da linhagem. É preciso que o herdeiro esteja em condição de garantir sua função social. É aí que o princípio de alternância intervém. Se o filho ou a filha mais velha morre, emigra ou enlouquece, sofre um acidente, sofre de alguma enfermidade ou mesmo de feiúra (no caso da filha), ele (ou ela) pode ser deserdado(a) porque suas chances de um casamento vantajoso estão comprometidas. Há sempre por trás dele (ou dela), um filho ou filha que porta o prenome da linhagem pronto(a) para ir para a linha de frente.

Assim, o prenome vai sinalizar o destino social. Ele designa o herdeiro que vai receber as terras e o rebanho, que defenderá o prestígio da linhagem. Ele designa a herdeira que poderá casar-se e os filhos mais novos que permanecerão celibatários. Esses últimos escolherão muitas vezes o exílio, os homens principalmente. As mulheres não terão outra escolha senão servir de criadas a sua irmã mais velha.

### Prenome e Projeto Familiar

Se esse costume grego está particularmente estruturado, encontramos-lo, sob uma forma atenuada, na história de toda a civilização ocidental, particularmente no meio rural. O prenome indica a parte de herança atribuída à criança, em particular ao filho primogênito, geralmente destinado a herdar o patrimônio, o ofício e o status paterno. Os historiadores qualificam essa prática de “prenome emblemático”. É um prenome reservado a uma linhagem, que se transmite de geração a geração. Michelet (1979, p. 25), que celebrou a civilização rural, descreve bem esse costume na Corrèze<sup>4</sup> do século XX: “Filho único de Mathieu-Edouard e Noémie Vialhe, ele havia herdado deles as bases da propriedade atual: oito hectares acumulados pacientemente por toda uma linhagem de Vialhe que, de geração a geração,

transmitia as terras, o saber e o prenome Edouard, apanágio dos primogênitos”.

Essa transmissão do prenome emblemático é geralmente codificada, determinada pelo sexo e pela ordem de nascimento. É o direito da primogenitura. Mas as condições variam de uma região a outra. Em certos casos, é o próprio ancestral que designa seu herdeiro transmitindo-lhe seu próprio prenome. Em Pays-de-Sault<sup>5</sup>, o “*cap d’ostal*”, isto é, o chefe de família, designava seu sucessor transmitindo seu prenome ao neto de sua preferência. Este não é necessariamente o primogênito de seus netos. É geralmente aquele com quem ele vai co-habitar na casa familiar (FINE, 1984).

Essa designação do herdeiro pela transmissão do prenome não implica somente uma herança econômica. Mesmo os meeiros utilizam esse costume. “Entre os Vidal ou os Cavagné, os primogênitos portam sempre o mesmo prenome. Pierre para os primeiros, Sylvestre para os segundos. O costume está tão bem enraizado que um ramo dos mais jovens entre os Vidal chama seus primogênitos de Pierre”. (SANGOI, 1985, p. 75). Eles não têm terras nem rebanhos mas têm outros capitais para transmitir. “Sucessão na função de autoridade no interior da casa, mas também na comunidade aldeã, os Calvet sucedem-se de avô a neto à frente da comuna de Labarthe do fim da monarquia de julho aos nossos dias” (SANGOI, 1985, p. 75).

O prenome tem ainda a função de revelador do projeto familiar. O prenome emblemático, nome do ancestral e símbolo da perpetuação da linhagem, coloca aquele que o recebe em herança como depositário desse projeto familiar. Ele vai exprimir a concentração de todos os capitais disponíveis de uma linhagem sobre um só indivíduo. O prenome dos próximos filhos vai em seguida atribuir a cada um o capital dominante que lhe cabe.

Essa autoridade do projeto familiar é particularmente evidente na nobreza e na realeza. O pre-

4 Um estado da região central da França.

5 N.do T.: Pays-de-Sault é uma pequena região nos Pirineus franceses.

nome recebido pelo delfim contém já o ofício de rei que ele deverá exercer. Ele desempenha um papel de impregnação inconsciente, mas serve também para legitimar aos olhos dos outros o depositário do projeto. Encontram-se essas funções nas grandes dinastias industriais. Ferdinand Porsche, engenheiro que criou a famosa “baratinha” da Volkswagen, depois o “coleóptero” da *Porsche*, deixou seu prenome a um filho e a dois netos. Um é desenhista. Ferdinand Alexander Porsche criou a Porsche 911, antes de lançar “*Porsche design*”. O outro, Ferdinand Piech, é um destemido administrador, Presidente Geral da Volkswagen desde 1993.

A utilização do prenome para articular um projeto familiar é comum nos Estados Unidos. Pode-se pensar em John Kennedy Junior ou em Ross Perrot Júnior, o filho do bilionário americano que disputou as eleições presidenciais em 1992. Fala-se que ele herdou de seu pai o prenome e o sentido para os negócios. E é ainda um herdeiro, eleito para a presidência dos Estados Unidos, George W. Bush Junior, filho do ex-presidente do mesmo nome. Psiquiatras americanos já estudaram, de resto, os efeitos perniciosos do “Júnior” sobre a identidade da criança que o porta (PLANK, 1971).

Nasci no dia 26 de maio de 1926 em Alton, Illinois, pequena cidade fluvial sobre o Mississipi. Deram-me o prenome de meu pai o qual, ele próprio, o recebeu do seu. Tornei-me assim Miles Dewey Davis, terceiro do nome, mas toda a família me chamava Junior. Sempre detestei esse cognome (MILES; TROUPE, 1989, p. 8).

O projeto familiar é um suporte de identificação de uma linhagem e de seus ancestrais. Pode ser vivido por seu depositário como um húmus que vai nutri-lo ou como um mau cavalo, um fardo pesado demais para ser carregado. Iremos nos alongar mais adiante sobre as implicações psicológicas disso. Porém vemos que esse projeto familiar perpetua a reprodução de uma ordem numa sociedade imóvel.

## O Prenome Situa numa Ordem Social

Nas sociedades tradicionais, o prenome situa-se no interior da família, mas também da sociedade global. Ele fixa o destino, o status, a “condição”, como se dizia antigamente.”A ordem de nascimentos, a posição e o jogo entre as classes sociais fixam os nomes, a forma de vida do indivíduo, sua face, diz-se ainda” (MAUSS, 1960, p. 349).

Na tradição chinesa, o nome que o indivíduo porta fixa-o numa ordem social.

Há então uma política dos nomes (ming) que os utiliza a título de recompensas ou de castigos com o fim de fixar as condições (fen), a fim de que o comerciante, o artesão, o trabalhador, o nobre não possam abandonar seu status, limitados pelo nome, e que os inferiores não possam exercer sua ambição, cada qual contentando-se com seu lugar, bom ou mau (GRANET, 1934, p. 455).

O nome dá um status, situa numa hierarquia. O nome “distingue”. Cada grupo social geralmente possui um lote de nomes que lhe são mais ou menos reservados. Entre os Wolof, o retorno periódico dos mesmos nomes é uma característica das famílias nobres (RABAIN, 1979). Numa sociedade de castas, como os Mbaya da Amazônia, os melhores guerreiros podiam ser “admitidos, após iniciação, numa confraria que dava direito ao porte de nomes especiais” (LEVI-STRAUSS, 1955, p. 185). “Entre os Bororós também, os nomes próprios parecem ser propriedade de certos clãs, ou mesmo de linhagens poderosas. São considerados pobres aqueles que, por terem um nome, dependem da boa-vontade de outros clãs” (LEVI-STRAUSS, 1962, p. 229).

Os lugares são fixados por ocasião do nascimento e o prenome que nos é atribuído nos indica o lugar que deveremos ocupar. É uma espécie de programa. Os prenomes vêm indicando há muito tempo o status social. Mirbeau, no *Le Journal d'une femme de chambre*, exprime claramente o poder que o amo tem de nomear, o qual reduz assim o indivíduo a seu papel social: “Célestine é um nome muito bonito, mas um pouco comprido. Prefiro chamar-te Maria. Além do mais, chamo todas as minhas cria-

das de Maria”. Não basta ter “a cara do emprego”. É preciso disso ter também o prenome.

Essa fixação da identidade social pelo prenome que nos é atribuída é particularmente visível nas sociedades tradicionais, governadas pelo mito. Essas sociedades se pretendem fora da história, num presente atemporal. “O filho não deve aspirar ser melhor que seu pai”, diz um provérbio banto. “Tal pai, tal filho”, responde em eco um ditado bem nosso. A revolução industrial, as migrações, a urbanização e a generalização do trabalho assalariado são responsáveis por esse tipo de transmissão, o que ocorre simultaneamente com o desenvolvimento do individualismo. As sociedades contemporâneas estão mergulhadas num movimento de historicidade. A influência do prenome vai então tornar-se muito mais sutil. Mas não será menos atuante. O prenome vai aparecer como um revelador do grau de historicidade, um indicador da rapidez da mudança social, e ao mesmo tempo como um instrumento da estratégia dos diferentes grupos sociais para se posicionarem e se adaptarem a essas transformações.

### O Prenome Entre Inserção e Distinção

Bahloul (1985) forneceu-nos um exemplo particularmente notável disso, em seu artigo sobre os *Nomes e prenomes judaicos norte-africanos*. Ela descreve o prenome como uma das “estratégias familiares que esse meio judaico elaborou a fim de assegurar sua inserção e sua reprodução sociais na sociedade francesa” (p. 62).

A partir de um estudo histórico de práticas rituais de prenominação na sociedade judaica norte-africana, ela mostra a alternância entre dois desejos dominantes: ora integração na sociedade majoritária, ora volta aos valores identitários da comunidade. Ela coloca assim em evidência “o papel que desempenham a família e as relações de parentesco na transformação do sistema de nominação, do qual são os únicos gerentes, em operação de distinção social” (BAHLOUL, 1985, p. 62). Conforme as épocas, a estratégia vai ser voltada **ora para a inserção, ora para a distinção**. Mas em todos os casos, há

ambivalência e o prenome escolhido vai servir de prova para um **ensaio de mediação** da contradição entre os dois pólos.

Até o fim dos anos 1930, os judeus do Magrebe eram dotados de um único prenome, tirado fosse da língua sagrada, o hebraico, fosse da língua de uso, o judeo-árabe, hispanófono ou italo-fono, conforme o contexto dominante. Pela escolha do prenome hebraico, privilegia-se a volta à comunidade. No outro caso, “o prenome traduz a vontade dos judeus de se inscreverem em seu contexto social local, e nas formas de comunicação específica do meio ambiente. Ele serve para designar pessoas na língua majoritariamente praticada, nas trocas com os vizinhos não-judeus especialmente” (BAHLOUL, 1985, p. 64).

Essa mediação entre a inserção e a distinção é também uma mediação entre o sagrado e o social. Os prenomes em língua usual são mais reservados às mulheres, enquanto que a língua sagrada, o hebraico, fornece essencialmente os prenomes masculinos. De acordo com Bahloul (1985, p. 65), o nascimento de meninas é muito pouco ritualizado, ao contrário do de meninos. O prenome é dado no curso da circuncisão, que consagra “a entrada na ordem masculina e sagrada, a aliança com o deus dos pais: a nominação sacralizada e ritualizada dos meninos não pode assim dar-se senão na língua sagrada, o hebreu. É o hebreu que consagra igualmente a transmissão patrilinear do nome, do prenome e da autoridade familiar”.

A mediação entre as duas estratégias contraditórias de distinção ou de inserção na sociedade majoritária passa então por uma separação entre os sexos: **de um lado, o sagrado, a distinção e o masculino; de outro, o profano, a inserção e o feminino**.

Essa separação vai desaparecendo “progressivamente ao longo do século XX” com o aparecimento dos prenomes franceses, índice de uma vontade de emancipação pelo afrancesamento e pela instrução. Esse movimento não foi uniforme em toda a comunidade judaica. “Os prenomes franceses expandem-se inicialmente a partir do início do século, nas famílias emancipadas que mandavam seus filhos à escola

francesa e que projetavam a ascensão e a mobilidade socioprofissional de sua progenitura” (BAHLOUL, 1985, p. 65).

Progressivamente, o desejo de integração na cultura francesa atinge todas as camadas da comunidade. A mediação entre a inserção e a conservação das tradições vai expressar-se pelo uso de dois prenomes que começa a se generalizar por volta do fim da década de 1930. “A partir dessa época, os prenomes hebraicos e judeo-árabes da grande maioria dos novos judeus norte-africanos recuam para segundo plano” (BAHLOUL, 1985, p. 66). Pode-se assim buscar a inserção na sociedade majoritária com o primeiro prenome, francófono, apenas mantendo um elo com a memória genealógica com o segundo prenome. Esse costume era bastante difundido na França e na Europa Central, como demonstram os prenomes de Sigmund Schlomo Freud.

No fim da Segunda Guerra Mundial, apareceram as Marie-France e as Françoise, as Jeanne, as Marie, as Mireille, num movimento de identificação com a cultura francesa. Nota-se, também, o aparecimento de prenomes anglófonos, homenagem aos libertadores, e talvez desejo de integrar-se a uma sociedade mais internacional.

Vê-se igualmente aparecer a panóplia clássica de astros do cinema contemporâneo: é uma geração de Martine, de Marilyn e de Michele que se identifica assim aos artistas. Isto mostra o quanto são grandes as esperanças para os filhos dos pequenos funcionários, artesãos e pequenos comerciantes judeus dessas regiões (BAHLOUL, 1985, p. 66).

A preocupação com a integração parecia, então, dominante. É, pelo contrário, a diferenciação que parece dominar hoje. Para a geração dos filhos nascidos na França, nota-se um retorno à hebraização. “Vê-se progressivamente multiplicarem-se os Michaël, Jonathan, Nathaniel, Jérémie, Déborah. Ou então são os prenomes em uso hoje em Israel: os Dan, Yäel, Dov manifestam apego e identificação com esse estado. A inscrição na sociedade francesa faz-se acompanhar do desejo de sublinhar as ori-

gens bíblicas e a permanência da tradição hebraica” (BAHLOUL, 1985, p. 66-67).

Essa volta à hebraização é particularmente visível no movimento *loubavitch*, que prega um retorno aos valores fundamentais da religião, num movimento de fechamento (escolas privadas, recusa à inserção na sociedade global, rejeição de certas profissões e da promoção social...). Elas se chamam Jacqueline... Seus filhos portam os prenomes hebraicos dos rabinos do movimento e freqüentemente, em posição secundária, o prenome judeo-árabe da avó.

### Prenome e Promoção Social

O prenome aparece assim como um índice da vontade de integração de um grupo minoritário, mas também como um instrumento de gestão da ascensão social. Quando o prenome indica um projeto de promoção social, é difícil de saber em que medida os pais retomam por sua própria conta um projeto familiar ou simplesmente a ideologia liberal de sua classe social. A compulsão de sucesso social, que se encontra hoje entre numerosos pais, não passa somente pelos cursos pré-escolares e pela prática excessiva de atividades culturais. Manifesta-se também na escolha do prenome. Numa enquete realizada em Montreal em 1985, percebeu-se um forte retorno aos prenomes clássicos: “Daniel, Elisabeth, Christophe, Nicholas, Alexandre, Marie, muitos Jean-Pierre” e o abandono dos diminutivos. Os autores da enquete interpretaram essa tendência como um retorno a valores mais conservadores e a um desejo dos pais de criar adultos em miniatura. “O filho de David Bowie, agora com 14 anos, chama-se Joey, enquanto que seu nome de batismo era Zowie” (LAVIER, 1985, p. 76).

É com essa fantasia que Philippe Besnard e Guy Desplanques jogam. Ao perscrutar “prenomes da moda”, os pais podem tomar conhecimento do código que lhes permitem situar seu filho na classe que aspiram para ele. Um tal manual permite adquirir o que normalmente está contido nos *habitus* de classe. Não se trata mais apenas de um projeto familiar que atravessa as gerações. É também um

projeto parental que integra a história pessoal de cada pai, seus desejos e suas fantasias, conscientes e inconscientes. Mesmo que se possam notar persistências duráveis nos comportamentos familiares, o projeto familiar tende a se retrair em benefício do projeto parental.

## O PROJETO PARENTAL

No plano coletivo, a repetição de prenomes simboliza a vontade do grupo de se perpetuar. No plano individual, ela exprime o desejo parental de perpetuar-se no filho, de realizar-se por procuração. O filho é inicialmente uma fantasia, um rebento dos pais. Seu prenome vai condensar e projetar os sonhos de desejo que eles fazem por meio dele.

Podem-se notar várias fases nessa elaboração do desejo e sua socialização progressiva, as quais permitirão que se passe do “enfantisme”<sup>6</sup> (filho fantasia) ao filho real. É ao confrontar-se com a realidade que o desejo inconsciente vai tornar-se um projeto parental. Essa evolução será facilitada pela verbalização em torno do prenome e a negociação no seio do casal parental.

### 1ª fase: O prenome narcísico

O narcisismo parental pode exprimir-se pela repetição pura e simples de seu próprio nome, manifestando assim seu desejo cruamente, sem qualquer possibilidade de se voltar atrás. Encontra-se o fenômeno do “júnior”, do qual falamos na cultura americana. A criança deve identificar-se com as projeções do pai que o nomeou, daí sua dificuldade para forjar sua própria identidade, para desgrudar-se do pai colado nele. A atriz Philippine Leroy-Beaulieu é a filha do ator Philippe Leroy-Beaulieu. Ela herdou de seu pai o gosto pela viagem e pela aventura, além do seu prenome e de sua profissão.

Lemmy Constantine é o filho de Eddy ou de seu personagem Lemmy Caution? Que distância Eddy Constantine estabeleceu entre ele e seu papel,

entre ele e seu filho? Tem-se às vezes a impressão de uma confusão entre o pai e sua profissão, suas paixões e suas projeções sobre seu filho.

Dante Gabriel Rosseti é um pintor e poeta inglês do século XIX. Seu pai, erudito italiano a serviço dos Bourbons, nos fins do século XVIII, era um especialista em Dante. Ele transmitiu essa paixão a seu filho através de seus dois prenomes, que sintetizam a Divina Comédia. O filho deixará a Itália devido a suas atividades políticas e tornar-se-á o líder do movimento pré-rafaelita. Pode-se admirar uma de suas telas na Tate Gallery, Beata Gabrielle. Ele retrata a si próprio sob os traços de Dante, e sua mulher agonizante representa Gabrielle. Ele tomou assim para si a identificação de seu pai com seu ídolo literário.

A confusão, às vezes, ganha outro sentido. Por exemplo, aquele judeu sefardita que foi obrigado a deixar o império otomano no começo do século para vir instalar-se em Paris. Ele abre uma loja de produtos elétricos no Boulevard Ménilmontant com o nome de “Dona”. Ele escolherá o mesmo prenome para sua filha, que nascerá alguns anos mais tarde em Ménilmontant.

O idealizador do foguete europeu Ariane escolheu, ele próprio, o nome do foguete. Ele explicou sua insistência pela paixão que nutria pela história e pela mitologia gregas. Sempre sonhou em dar o nome de Ariane a uma filha. Infelizmente, teve somente dois meninos. Diante dessa questão que lhe era tão vital, o diretor da Agência Espacial conseguiu convencer seus parceiros europeus, reticentes inicialmente ante um nome que lembrava muito de perto o de Marianne<sup>7</sup> que enfatizava (na invenção) a marca *galo gaulês*<sup>8</sup>.

Pablo Picasso abre um novo “período” a cada filho seu que nasce. Aos 68 anos, torna-se pai de uma menina que vai chamar-se Paloma (Pomba em

6 N.do T.: Neologismo criado pelo autor para se referir ao “enfant” (filho ou rebento) e a “fantasme” (fantasai).

7 N.do T.: Marianne é o nome da República Francesa, representada por uma mulher que ostenta um barrete frígio. O *galo gaulês* é um dos emblemas da França.

8 N.do T.: Ora, a invenção não era só dos franceses, mas sim de um conjunto de países europeus.



espanhol). Ele acaba de dar à luz sua obra mais famosa, “la colombe” (a pomba) e sua filha nasce na véspera do “Congresso da paz”. Esse exemplo me parece significativo do entrelaçamento das motivações conscientes e das projeções inconscientes que vão achar-se reunidas, condensadas na escolha do prenome. Em todos esses exemplos, sente-se que o prenome remete unicamente ao pai que o escolhe. Há uma espécie de colagem entre o pai, sua profissão e seu filho. Não há qualquer projeto explícito para o filho, simples apêndice do desejo dos pais.

Jean de Florette<sup>9</sup> fala do passado de cantora de sua mulher: “Seu grande sucesso foi Manon. É por isso que chamamos nossa filha de Manon”. Ele não exprime nenhum desejo de que sua filha seja cantora. O prenome da filha está aí apenas como um lembrete nostálgico de momentos felizes. Está voltado para o passado.

## 2ª fase: Prenome e eu ideal

Quando o pai chega a superar esse estágio, o desejo vai encarnar num personagem que represente o eu ideal do pai. Não é apenas uma projeção, é uma injunção, voltada para o futuro.

Às vezes, a profissão é claramente ditada através do prenome. Louis Quilico, cognominado “o barítono da voz de ouro” realizou com sucesso uma carreira lírica graças à obstinação de sua mulher, Lina, que ele chama de “minha tigresa”. “Esse amor pelo canto é partilhado por seu filho Gino, um barítono com carreira promissora”. Gino tem um filho de um ano, “batizado de Enrico, como o grande Caruso”. Lina decidiu que seu neto será tenor. “Com um nome como Enrico Quilico, diz ela, há uma profissão claramente revelada”(GILMOUR, 1984). Vê-se bem o projeto firme dessa mulher, que se aplica com obstinação sobre seu marido, seu filho e seu neto. Enrico agiria mal se tentasse opor-se a um projeto que está interiorizado e partilhado por toda a família.

Os sonhos dos pais para seu filho nem sempre são tão precisos. Nem o são menos temerários. Em

duas passagens de *A interpretação dos sonhos*, Freud (1978) fala de como nomeou seus filhos. Ele nomeou todos os seus filhos homenageando personagens históricos ou colegas de trabalho, mestres respeitados e admirados. Quatro anos após sua estada em Paris, e seu estágio na Salpêtrière<sup>10</sup> sob supervisão do professor Jean-Martin Charcot, ele chama seu primeiro filho de Jean-Martin em tributo ao mestre. O segundo foi chamado Oliver, em homenagem a Cromwell. Um outro filho chamar-se-á Ernst, em homenagem a Brücke.

A série, de resto, havia sido inaugurada quando Freud não passava dos dez anos, por esse prenome Alexandre, que ele havia proposto para seu irmão mais novo. Ela prossegue com cada um de seus filhos que foram criados sob o patronato de um homem ou de uma idéia ilustre. Como Freud sob o de Rabbi Schlomo, acrescentaremos de nossa parte (MIJOLLA, 1981, p.136).

É o seu eu ideal que ele projeta sobre seus filhos, através dos personagens que ele reencarna neles. A profissão desse personagem é apenas um elemento entre outros, propostos como suportes de identificação: caráter, ideologia, valores, pertença social...

O pai de Lionel escolheu o prenome de seu filho porque admirava o alpinista Lionel Terray, “conquistador do inútil”. Lionel tornou-se engenheiro em informática e não pratica nem mesmo alpinismo amador. Mas internalizou a mensagem contida em seu prenome e a exigência paterna, o gosto pelo esforço. Lionel Terray permanece seu modelo de referência.

Ouçamos Wiesel (1985, p. 11) falando de seu filho de doze anos:

Shlomo Elisha porta o nome de meu pai. O que eu gostaria de transmitir-lhe? A importância da memória. Espero que seja um bom judeu, que seja humano, que saiba que é fácil deixar o inimigo ganhar: basta nada fazer. Quero que seja fiel a seu povo mas sem jamais excluir os outros: que crie

9 Filme de Claude Berri (1987) baseado no romance *Leau des collines*, de Marcel Pagnol (1963).

10 La Salpêtrière é um famoso hospital de Paris onde Sigmund Freud estagiou sob a supervisão de Charcot (N. do T.).

pontes, nunca muros. E ainda que tenha a paixão do verbo, do conhecimento. Que ele estude sorrindo, como eu o tenho feito.

Portanto, é preciso evitar a busca de explicações fáceis demais às custas do prenome. O prenome é um traço, um sinal que não se deixa decifrar senão depois de um certo esforço. É uma condensação. É a expressão inconsciente do desejo parental.

### 3ª fase: Prenom e projeto parental

Mas os pais esbarram em contradições que os ultrapassam e que devem integrar à sua realidade. Bettelheim (1971) descreve uma mãe de um gueto negro americano confrontada com uma terrível ambivalência: de um lado, deseja que seus filhos possam escapar à situação intolerável que é a sua. Ela está pronta para fazer de tudo para que eles integrem a pequena-burguesia. Ao mesmo tempo, teme que seus filhos lhe fujam, não a reconhecendo mais, chegando mesmo a desprezá-la. Ela está disposta a fazer qualquer coisa para impedir que eles a abandonem.

Seu projeto materno vai levar em conta suas contradições internas, e vai exprimir a mediação que essa mulher tenta elaborar nesse nó de contradições. Esse projeto materno pode apoiar-se num projeto familiar, o qual foi herdado por ela sobre o projeto coletivo no qual ela imerge ou, ao contrário, parecer como uma traição. Pode haver contradição nele se a mãe sente que os sonhos que ela projeta para seus filhos não se conformam à lei familiar de que ela está impregnada.

O projeto materno precisará achar uma mediação entre seus sonhos e os projetos familiares, entre seus desejos e os projetos coletivos. Gaulejac (1992) analisou muito bem essas contradições e a culpabilidade que elas podem induzir em *La névrose de classe*. Ele evoca também as contradições entre os diferentes componentes da herança. Ele cita o caso do

pai operário que luta para defender os interesses da classe operária, que se esforça para destruir a dominação e os privilégios da burguesia, e que, de um lado, pede a seus filhos para darem pros-

seguimento a esse combate, mas de outro lado, faz tudo para que eles 'ascendam' à burguesia, em particular mediante um sobreinvestimento cultural (GAULEJAC, 1983, p. 149).

O pai não chega a achar uma mediação aos desejos contraditórios que ele forma para seus filhos. Ele não pode elaborar um projeto paterno e não pode transmitir senão a confusão.

Pode igualmente haver aí contradição objetiva se o desejo se choca com suas condições objetivas de realização, se ele é irrealista com relação à realidade econômica e social com a qual o indivíduo é confrontado. Essa mãe do gueto negro de que falamos anteriormente é igualmente confrontada com a realidade social. Daí, uma nova mediação entre um projeto que é já a mediação de múltiplas contradições e suas possibilidades concretas de realização?

Aí pode também haver contradição entre o projeto contido no prenome e os acasos econômicos. Em *Atentado à memória dos mortos*, Schneidre (1987) nos conta a história dessa mocinha, batizada de Maxime, como inventora do primeiro fuzil automático, educada como um menino para herdar um império siderúrgico. Ela foi prometida por seu prenome para retomar a bandeira da dinastia familiar. A morte trágica de seus pais e o desaparecimento da herança levaram-na a decidir-se por outro caminho. Ela acha-se sozinha, confrontada com os fantasmas de seus ancestrais.

Às vezes, o projeto tem tal força que consegue reverter as dificuldades objetivas. Aquela pequena atriz russa, mãe solteira, emigrada para a Côte d'Azur entre as duas guerras, sacrificou tudo em nome do seu projeto meio maluco. Ela queria parir em solo francês para que seu filho pudesse tornar-se um dia embaixador da França e grande escritor. Romain Gary declarou numa entrevista radiofônica: "*Com um nome como o meu, meu caminho estava todo traçado: — este seria o romance*". Ele correu sua vida inteira atrás da realização do sufocante projeto materno. Ele conta em *La promesse de l'aube* (1960) que o pequeno Roman Kacew escreveu páginas e mais páginas antes de achar um pseudônimo digno de tornar-se

o nome de um grande escritor francês. Esse nome Gary, que quer dizer “queima” em russo, é também o prenome de um famoso ator americano. E é sob o nome de Ajar (“brasa” em russo) que ele escreverá toda uma parte de sua obra, quiçá a mais original e a mais tocante. O pequeno meteco teria podido tornar-se boxeador ou malandro. Ele foi Companheiro da Libertação, Grande Cruz da Legião de Honra e Cônsul Geral da França em Los Angeles. Ganhou duas vezes o Prêmio Goncourt. Teria ele fugido a seu destino ao escrever sob o pseudônimo de Emile Ajar? Fugia ainda quando se suicidou? Será que ele não procurava escapar a esse projeto materno ao qual, todavia, ele se referia sem cessar?

### A Identificação

Quando o tal projeto contido no prenome contém o destino que é imaginado para nós, esse projeto não tem o poder mágico que se procura às vezes atribuir a ele. Seu valor é apenas simbólico: o valor que cada um de nós quer lhe destinar. Qualquer que seja o tal projeto, sua força e sua coerência, ainda assim precisa que a criança assuma por sua própria conta as estratégias familiares, e ainda: que se identifique ao desejo parental. Cada qual deve posicionar-se com relação a esses projetos e projeções que o constituíram. Esse processo pessoal de construção de sua identidade não é evidente para ninguém. Ela o é menos quanto mais totalitário for o projeto, quanto mais fantasmático for o desejo. Esse processo de desinteresse será ainda mais doloroso se o romance familiar que cada um constrói para si repousa sobre um não-dito, sobre um segredo das origens.

Ludwig van Beethoven portava o prenome de seu avô materno, igualmente músico. Ele dizia ter nascido em 1722. Sua certidão de batismo, datado de 1770, será o de um irmão mais velho, morto de parto e batizado com o mesmo prenome. Sua certidão, segundo ele, teria desaparecido, porque ele seria filho natural de um príncipe, talvez mesmo do rei da Prússia. Qualquer que seja a parte de fantasia desse romance familiar, ele é atestado pela rejeição de seu pai, ébrio e músico medíocre, e a tentativa do

compositor de reconstituir um casal mítico entre sua mãe e seu avô, com o qual ele se identificava. Uma carta de 1824 dá prova disso: “Creio que serei vítima de um ataque de apoplexia, como meu honesto avô, com o qual me pareço”. Podemos citar igualmente as lembranças de um amigo: “O pequeno Ludwig abraçou-se com a mais viva ternura a esse avô que era também seu padrinho e, embora ele o tenha perdido cedo, a influência precoce que recebeu dele permaneceu sempre viva nele” (MIJOLLA, 1981, p. 158).

Uma pessoa pode se apropriar de seu prenome identificando-se com aqueles que o portam. Pode também rejeitá-lo ou trocá-lo por ele não corresponder ao destino que desejaria dar-lhe. Assim, Joseph Moustaki decidiu um belo dia, durante uma turnê com Georges Brassens, adotar o prenome do cantor que admirava e o qual queria tornar-se. Pode-se fazer tal coisa a fim de libertar-se dela. Pode-se também trocá-la para identificar-se ainda mais com ela. A neta de Louis Pasteur, Pasteur Vallery Radot, foi uma ilustre médica, membro da Academia Francesa. Seu pai havia desposado a filha do grande mestre e dedicou toda sua vida à propagação de suas idéias. O primogênito dos filhos foi chamado Louis, em homenagem ao avô que o marcou profundamente. Com a Libertação, Louis Vallery-Radot, que se destacou na Resistência, obteve, por decreto do general De Gaulle, o direito de mudar seu prenome para Pasteur, dando, com isso, um belo acabamento ao projeto parental, com o qual estava perfeitamente identificado.

Geralmente, as pessoas se contentam em adotar seu(s) prenome(s) procurando achar uma mediação entre os projetos que receberam e os que elaboraram para si próprias. Bateson (1984) disse que toda a sua vida girou em torno de uma única questão: o que é a vida? Entretanto, poder-se-ia crer que sua trajetória científica havia decepcionado as esperanças de seu pai, biólogo, que o havia chamado Gregory em homenagem ao monge Mendel, e que desejava consagrar seu filho às ciências da vida. Depois de um primeiro artigo co-assinado com seu pai, Gregory

parece romper com o projeto paterno. Abandona a biologia após o encontro com a antropologia, a qual o leva à psiquiatria, depois à etologia. Ele próprio pensava ter rompido com o projeto paterno antes de se dar conta, no momento do balanço, que não fazia senão persegui-lo. Mas de outra maneira, adaptando-o a seu modo.

### Um Exemplo de Mediação

Chantal Marie Roberte é a filha mais nova de uma família de agricultores da Ile de France. Seu primeiro prenome estava na moda por ocasião do seu nascimento. Os dois outros foram os de sua mãe e de seu pai. “É uma tradição familiar”. Sua irmã mais velha herdou seus prenomes de suas duas avós e seu caráter autoritário. O caçula recebeu os prenomes de seus avós.

Chantal recusa o projeto familiar e parental. Em oposição permanente a seus pais, dos quais se sente radicalmente diferente, vive uma contradição dilacerante entre seus prenomes e sua personalidade. Ela é a única a ter escapado à agricultura e encontrado um cargo de assistente social a 500 quilômetros do domicílio parental. “Mas, na Associação Social Agrícola”. Ela sempre se recusou a identificar-se com o menino que seus pais esperavam em seu lugar. Entretanto, ela dá-se conta, falando acerca desse assunto, do quanto ela puxa ao pai, o quanto ela pertence à linhagem dos homens, transmissores do nome. Ela vive há seis anos, em segredo, com um homem que porta o prenome de seu pai. Ela acaba de dar à luz um bebê que registrou com o nome de seu pai. Ela conseguiu escapar à profissão que ele lhe havia destinado, mesmo permanecendo no meio agrícola. Ela recusou a identificação com o filho que seus pais desejavam, mas transmitiu o nome do pai.

Encerraremos esta história que mostra bem a mediação que o sujeito opera entre a pressão que sofre do projeto familiar e parental e a necessidade de dar conta desses projetos para poder viver independentemente, para poder definir um projeto existencial, para poder enfrentar sua liberdade.

Essa tentativa de agenciamento ocorre na ambivalência entre permanecer objeto de um desejo que nos fez nascer e nos tornar o sujeito de nosso próprio desejo, entre realizar os projetos que nos constituíram e definir nosso próprio projeto. Essa tentativa de agenciamento dura a vida inteira. Ela tem por base também o nascimento de nossos filhos, no momento em que transitamos do estado de filho para o de pai, no momento em que podemos projetar sobre esse outro – que não é absolutamente nós, mas que nos é tão próximo –, essas esperanças insaciáveis, esses sonhos que nos subjugarão, sem termos jamais podidos assumi-los totalmente, sem jamais termos podido rejeitá-los totalmente.

### BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM, Karl. La force determinante du nom. In: \_\_\_\_\_. *Rêve et Mythe*. Payot, 1965.
- ANCELIN SCHUTZENBERGER, Anne. *Aïe, mes aïeux! Liens transgénérationnels, syndrome d'anniversaire, secrets de famille et pratique du géosociogramme*. Paris: Epi/La Méridienne, 1993.
- BAHLOUL, Joëlle. Noms et prénoms juifs nord-africains. *Terrain*, n. 4, p. 62-69, mars. 1985.
- BATESON, Gregory. *Mind and Nature: a necessary unity*. New York: Dutton, 1979. Trad. Francesa: *La nature et la pensée*. Paris, Seuil, 1984.
- BESNARD, Philippe; DESPLANQUES, Guy. *Un prénom pour toujours: la cote des prénoms, hier, aujourd'hui et demain*. Paris: Balland, 1986.
- \_\_\_\_\_. *La cote des prénoms en 1994*. Paris: Balland, 1994.
- BETTELHEIM, Bruno. *Les enfants du revé*. Paris: Laffont, 1971.
- BOZON, Michel. Histoire et sociologie d'un bien symbolique, le prénom. *Population*, v. 1, p. 83-98, 1987.
- CLERGET, Joël. Mon nom, cet obscur objet du désir. *L'école des parents*, 10/91.

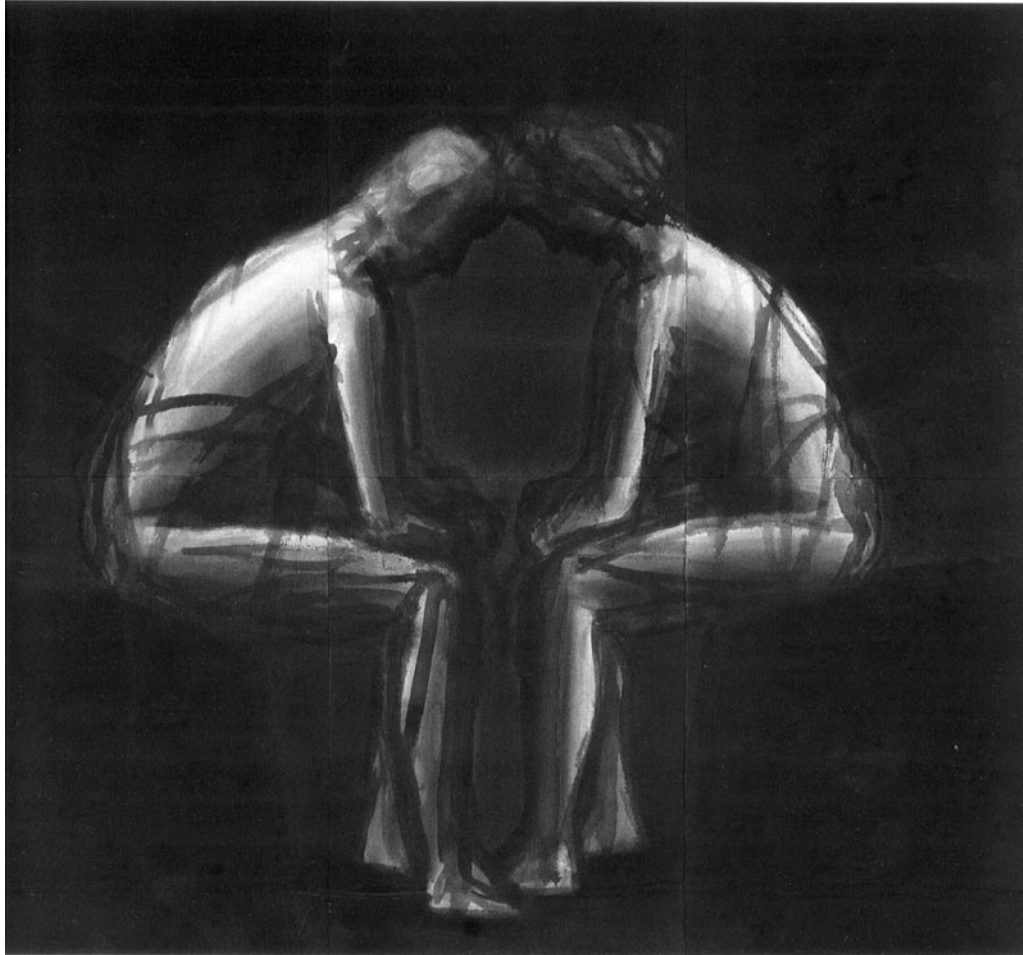
- CLERGET, Joël (Org.). **Le nom et la nomination. Source, sens et pouvoirs.** Toulouse: Erès, 1990.
- D'ANGLURE, Bernard Saladin. L'homme (angut), le fils (irniq) et la lumière (qau), ou le cercle du pouvoir masculin chez les Inuit de l'Arctique central. *Anthropologica*, v. 20, n. 1-2, p. 101-144, 1978.
- FINE, Agnès. Transmission des prénoms et parenté en Pays de Sault. In : DUPAQUIER; BIDEAU; DUCREUX. **Le prénom: mode et histoire.** Entretiens de Mahler, 1980. Paris: Ed. de l'E.H.E.S.S., 1984. p. 109-125.
- FREUD, Sigmund. **L'interprétation des rêves (1900).** Paris: PUF, 1976.
- GARY, Romain. **La promesse de l'aube.** Paris: Gallimard, 1960.
- GAULEJAC, Vincent de. L'héritage. *Connexions*, n. 41, 1983.
- \_\_\_\_\_. **La névrose de classe.** 2. éd. revue et augmenté. Paris: Hommes et Groupes, 1992.
- GELIS, Jacques. L'arbre et le fruit. La naissance dans l'occident moderne (XVI<sup>o</sup> – XIX<sup>o</sup> siècle). Paris: Fayard, 1984.
- GILMOR, Clyde. Lê baryton à la voix d'or. **Sélection du Reader's Digest**, Montréal, Août 1984.
- GRANET, Marcel. **La pensée chinoise, La Renaissance du livre.** 1934. p. 455 (reeditação da Albin Michel em 1986).
- LAVIER, Ross. L'art d'être bébé. *L'Actualité*, Montréal, p. 76, set. 1985.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tropiques.** Paris: Plon, 1955.
- \_\_\_\_\_. **La pensée sauvage.** Paris: Plon, 1962.
- LEVY-BASSE, Roselyne; OFFROY, Jean-Gabriel. Ces inconnus qui nous ont précédés, *Informations sociales*, n. 4/1989.
- \_\_\_\_\_. Y a-t-il une histoire avant la vie ? *Le groupe familial*, n. 126, janvier 1990.
- MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie.** Paris: P.U.F., 1960.
- MICHELET, Claude. **Des grives aux loupes.** Paris: Robert Laffont, 1979. p. 25.
- MIJOLLA, Alain de. **Les visiteurs du moi.** Paris: Les Belles Lettres, 1981.
- MILES, Davis; TROUPE, Quincy. **Miles: l'autobiographie.** Paris: Presses de la Renaissance, 1989.
- MIRBEAU, Octave. **Le Journal d'une femme de chambre [1900].** Paris: Gallimard, 1971.
- OFFROY, Jean-Gabriel. Dis, maman, avant de naître, j'étais où ? *L'école des parents*, n. 5, mai 1990.
- \_\_\_\_\_. **Le choix du prénom.** Marseille: Éditions Hommes et Perspectives, 1993.
- \_\_\_\_\_. Choisir un prénom, tracer un destin? *Le journal des psychologues*, n. 111, octobre 1993.
- \_\_\_\_\_. Le choix d'un prénom: d'un fantasme à une réalité. *Le journal des psychologues*, n. 125, mars 1995.
- PAGES, Max. Introduction à l'analyse dialectique. *Connexions*, janvier 1980.
- \_\_\_\_\_. Systèmes sociaux-mentaux. *Bull. de psychologie*, v. 34, n. 350, p. 589-601, avril 1981.
- \_\_\_\_\_. L'emprise. *Bull. de Psychologie*, v. 36, n. 360, mai 1983.
- \_\_\_\_\_. Pour une démarche dialectique dans les sciences humaines. *Bull. de Psychologie*, v. 39, n. 377, sept. 1986.
- PAGES, Max. L'analyse dialectique: propositions. *Psychologie clinique*, n. 3, 1990.
- PLANK, Robert. The use of 'Jr' in Relation to Psychiatric Treatment. *Names*, v. 19, n. 2, June 1971.
- RABAIN, Jacqueline. **L'enfant du lignage.** Paris: Payot, 1979.
- SANGOI, Jean-Claude. La transmission d'un bien symbolique: le prénom. Bas-Quercy 1750-1872. *Terrain*, n. 4, p. 70-76, mars 1985.
- SCHNEIDRE, Dominique. **Atentado à memória dos mortos.** Paris: Robert Laffont, 1987.

VERNIER, Bernard. La circulation des biens, de la main-d'œuvre et des prénoms à Karpathos. Du bon usage des parents et de la parente. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 31, p. 63-87, janvier 1980.

\_\_\_\_\_. **La genèse sociale des sentiments**. Aînés et cadets dans l'île grecque de Karpathos. Paris: Ed. de l'E.H.E.S.S., 1993.

WIESEL, Elie. Le refus de l'oubli. **L'Actualité**, Montreal, p. 11, set. 1985.





# ARTIGOS





# Novos contextos das Ciências Sociais

Maria da Conceição de Almeida – UFRN

## RESUMO

O artigo discute as contingências sócio-históricas de nascimento de novas construções teóricas assinalando as relações de autonomia e dependência das representações científicas. Apresenta o cenário de emergência das ciências da complexidade e problematiza o lugar das ciências humanas nesse novo cenário.

Palavras-chave: Ciência. Complexidade. Ciências Humanas.

## ABSTRACT

The article puts under discussion the social-historic uncertainties of origin of new theoretical construction signaling the relations of autonomy and dependency of scientific representations. It presents the scenery rise out stage of the sciences of the complexity and puts under discussion the places of human sciences in this new scenery.

Key words: Science. Complexity. Human science.

Até a metade do século passado o panorama de uma ciência da fragmentação podia ser vislumbrado com clareza, e dessa fragmentação recebemos como herança o poder da hegemonia de uma área de conhecimento sobre outra, bem como o distanciamento da ciência em relação à sociedade. Numa síntese importante, lembra Morin (1998 apud MORIN, 1999, p. 286), “Dividir para reinar. A fórmula é também a de Maquiavel para dominar a cidade; a de Descartes para dominar a dificuldade intelectual, e a de Taylor para reger as operações do trabalhador

na empresa”. Essa mesma fórmula ramifica-se na política, na cultura, no pensamento, na sociedade.

Michel Foucault compreendeu muito bem esse processo de esquadramento, que gera poder e verdade, quando tratou dos dispositivos discursivos de controle sobre os corpos e as mentes nas sociedades históricas. Quanto mais decifráveis, identificáveis e definidos são os comportamentos humanos, mais passíveis eles são de controle e poder. Dinâmica similar ocorre na investigação científica. Quanto mais identificáveis e definidos são os elementos a serem analisados, mais passíveis são eles de controle pelo cientista. Entretanto há aqui uma inversão quanto aos ‘efeitos de poder do saber’ tratado por Foucault. Na ciência, a pertinência das explicações sobre fenômenos estritamente delimitados se circunscreve ao âmbito das condições definidas para a investigação e dificilmente permite a compreensão de fenômenos que estão no limite das condições definidas ou que as ultrapassam. Essa dinâmica da decifração, manipulação e controle está hoje em franca rediscussão na comunidade científica em escala mundial, e, portanto, não se trata de um projeto europeu, nem de um modismo francês.

Talvez o Colóquio sobre “emergência”, que ocorreu na Universidade de Stanford durante cinco intensos dias em agosto de 2002, seja emblemático para compreender os sintomas da religação que contamina a ciência no âmbito planetário. “Vinte estudiosos de diferentes gerações e uma gama de disciplinas que variava da pesquisa acústica, passando pela física teórica, teologia e estudos de direito”, além de biólogos, literatos e prêmios nobéis,

discutiram as interfaces entre suas especialidades e como que “experimentaram” a contingência do conceito de emergência. Para eles, a co-emergência é uma noção matricial para compreender o processo de produção do conhecimento, ou seja, o observador e o fenômeno emergem juntos.

Mesmo que não venha ao caso expor aqui, os pontos principais do Manifesto de Stanford – que apela entre outras coisas para a “liberdade, coragem e o risco de trabalhar sem objetivos predeterminados” – cabe registrar certa surpresa de testemunhar emergências de complexidade da ciência no país do Tio Sam, que conforme a imagem consagrada é o país do pragmatismo por excelência.

O Manifesto norte-americano, na verdade, reedita e legitima hipóteses, reflexões, apostas e apelos, já formulados a partir dos anos 60 do século passado, e lapidados sobretudo por pensadores nos quais se reconhece o pioneirismo de inaugurar uma nova reorganização do conhecimento.

Entretanto, mesmo que hoje a ciência esteja se distanciando da pragmática da certeza, do poder e do controle, respingos disfarçados da antiga visão de mundo ainda são defendidos, equivocadamente, como avanços. Um exemplo disso na esfera social é a defesa de argumentos em favor de cotas de participação – essa maneira de definir e delimitar diferenças. Defendem-se cotas étnicas, etárias e outras, como se a democracia fosse a regulação, pela inclusão, de fatias das diferenças. É ainda o “velho paradigma do ocidente” em ação e é no interior dele mesmo que emergem novos horizontes de uma ciência complexa, aberta e transdisciplinar. Niels Bohr, Werner Heisenberg, David Bohm, Ilya Prigogine, Henri Atlan, Edgar Morin, Humberto Maturana, Mauro Ceruti e Boris Cyrulnick, dentre outros, têm lançado as bases de uma nova compreensão do mundo, do conhecimento e da ciência. Tais bases se ancoram em noções como a “ambigüidade” de expressão dos fenômenos (BOHR), a “porosidade” que parasita o cerne dos campos de sentido no humano (CYRULNICK), a “indeterminação” (HEISENBERG), “ecologia humanística” (CERUTI), a “irreversibilidade

do tempo”, os “pontos de bifurcação” e a “dinâmica dos sistemas longe do equilíbrio” (PRIGOGINE), o “limite difuso entre vivo e não vivo” (ATLAN), a “objetividade entre parênteses” (MATURANA) e um “método complexo” da ciência que religa dialogicamente as noções de ordem, desordem, reorganização, paradoxo, incerteza e inacabamento (MORIN).

Em quase todos esses pensadores é possível identificar a presença de alguns princípios fundamentais que propiciam a emergência de uma ciência nova: necessidade de articulação entre cultura científica e cultura humanística; diálogo entre arte, ciência e espiritualidade; intercâmbio entre áreas do conhecimento e disciplinas; consciência da parcialidade das explicações científicas; necessidade de uma reorganização dos saberes; aposta na educação como uma atividade primordial da cultura e da mudança e como um elemento facilitador da reforma do pensamento; necessidade de repensar a ética da ciência e o perfil do intelectual como cidadão do seu tempo capaz de ser compreendido fora do seu gueto.

No panorama que desenha o novo rosto de uma ciência em tempos de incerteza, é necessário assinalar que já Heidegger falava das dificuldades da gestão do conhecimento diante do mundo. Para ele, o par ciência e tecnologia tende a “aprisionar a natureza”. Sem dúvida, a obsessão pela “apreensão” e pela “apropriação” são modelos mentais do paradigma da simplificação e da disjunção. Na realidade, essa vontade de delimitar para manipular faz parte do humano e se transforma, por vezes, no lado ao mesmo tempo perverso e ingênuo da ciência. Perverso, uma vez que o manto da abnegação e da boa vontade do cientista esconde o germe de sua dominação sobre o mundo. Ingênuo, porque a realidade, o fenômeno e a dinâmica da vida escapam sempre dos engradados explicativos e dos conceitos e definições onde pensamos, de forma infantil, que eles estão.

A ciência, compreendida como discurso perfeito e inequívoco sobre o mundo, expressa a síndrome de demiurgo que se apossa do cientista. Esque-

ceмос, por vezes, que a ciência é, sobretudo uma representação do mundo. Fala do mundo e dos fenômenos, mas não é nem o mundo nem os fenômenos dos quais fala. As palavras não substituem as coisas, apenas as recriam e duplicam. A ciência é uma manifestação fantástica e complexa da cultura humana, mas não pode ser entendida como a única resposta para todos os problemas dos homens.

### PORQUE O NOVO NA CIÊNCIA

Qualquer teoria, interpretação ou concepção de mundo está atrelada, e depende de uma construção histórica dada, tanto quanto das demandas suscitadas por fenômenos naturais e sociais novos. Mas não só. A esse caráter de dependência sócio-temporal, que oferece substrato para as “sociologias do conhecimento”, se aliam outras circunstâncias que abrigam o acaso e a imprevisibilidade – características da aventura do conhecer. Por outro lado, não é possível desconhecer certa autonomia do pensamento diante das contingências do “real”, e esse fato responde pela consolidação dos patamares propriamente humanos de criação, representação e duplicação da realidade.

Edgar Morin fala dessa duplicação como um dos poucos operadores de distinção da espécie sapiens-demens, responsável pela edificação de um fabuloso imaginário. Descolando-se das objetividades e constrições conjunturais, esse imaginário dá vida e realidade ao mundo noológico que retroage sobre as materialidades modificando-as, injetando sentidos, tecendo a cultura. Por caminhos diferentes, e se referindo aos mitos, também Claude Lévi-Strauss afirma a auto-regeneração dos dispositivos mitológicos e atribui às cosmologias imaginárias o papel de “cimento mitológico” que oferece textura sólida às construções culturais.

Esses argumentos, que poderiam ser identificados com uma antropologia do conhecimento, ganham contornos mais alargados no âmbito da história e filosofia das ciências pelas reflexões da filósofa e historiadora da ciência Isabelle Stengers. O livro *A invenção das ciências modernas* (2002), onde a autora problema-

tiza os meandros da construção da ciência; a relação por vezes ambígua entre ciência, não-ciência, ficção e opinião; o “grito de protesto dos cientistas contra a abordagem dos sociólogos”; a complicada encruzilhada entre prática científica, ética e política; os discursos de autoridade “em nome da ciência”, entre outros temas, permitem inferir as matrizes polifônicas da existência e organização do conhecimento, da ciência, das teorias, dos paradigmas.

Em síntese, as teorias e concepções do mundo exibem, ao mesmo tempo, as propriedades de dependência e autonomia em relação às sociedades das quais emergem e às quais retornam para organizar e imputar sentido. Recusando os determinismos estreitos – sejam eles sociológicos, físicos, econômicos, biológicos ou noológicos – é mais adequado dizer que a história do conhecimento, e dentro dela, a da ciência, comporta repetições, variações e dispersões: “uma sucessão de bifurcações”, conforme expressão de Ilya Prigogine. Essas bifurcações, que identificam o que é da ordem da variação e do novo, não se limitam às contingências do presente ou do passado, mas as contêm igualmente, ainda que delas se distanciem para compor outros esboços do pensamento, novas organizações de saberes.

### SINTOMAS DE UMA CIÊNCIA NOVA

Os apelos do pensamento complexo tornam-se cada dia mais audíveis na comunidade científica, apesar dos naturais (e necessários) espaços de resistência que se cristalizam em momentos de mudança paradigmática. Assim é que a religação das áreas de conhecimento aparece em um “conselho” freqüente; assumir uma atitude dialogal diante dos fenômenos, e não uma postura estritamente analítica de “dissecação do cadáver”, configura uma das tendências da ciência; aceitar o paradoxo, a incerteza e o inacabamento como propriedades dos fenômenos e do sujeito-observador, uma sugestão desafiadora; admitir que o erro parasita o ato de conhecer, que é tênue o limite entre realidade, ilusão e ficção, e que as interpretações e teorias são sempre mais, ou menos, do

que os fenômenos aos quais se referem, configura hoje um estilo cognitivo em construção.

A compreensão de que o observador interfere na realidade da qual trata tem permitido reduzir a cisão entre sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, mundo fenomenal, teoria e prática, fazer e saber. A relação de simbiose entre política e ciência, ética, vida e idéias assume uma voz que não pode calar no debate sobre ciência e sociedade. Por fim, até mesmo a consciência de que a ciência é uma entre outras formas de representação do mundo e, por isso, precisa dialogar com diversos métodos e “outras configurações do saber”, começa a exercitar seus primeiros passos.

Esses sintomas de um novo paradigma, que condiciona ou supõe práticas investigativas mais múltiplas e flexíveis, bem como um novo estilo de intelectual igualmente múltiplo e híbrido, não consolidam, entretanto, um horizonte hegemônico nem padronizado. Como num jogo cujo contexto está pronto, mas as peças ainda estão em construção, é mais adequado dizer que esses sintomas aparecem como manchas no interior dos diversos domínios e áreas do conhecimento científico. Como se fosse por contaminação virótica, essas manchas se difundem pelos muitos territórios disciplinares e por vezes constelam investimentos importantes e transdisciplinares. Outras vezes, se incrustam em tecidos acadêmicos áridos, resistentes ou necrosados, que lhes dificultam a irrigação e a vida. Nesses casos, esses focos de uma ciência da complexidade acabam sucumbindo ou se tornam ilhas contra as quais são lançados torpedos carregados de desconfianças e desclassificações apriorísticas.

Distante de uma visão triunfante e ufanista é necessário afirmar que há também contrafluxos e “regressões em complexidade” no nascimento dessa ciência nova. Assim, o pragmatismo algumas vezes secundariza o paradigmático. O “como fazer” e “como aplicar” – essas obsessões cognitivas que denotam timidez do intelectual para criar seus próprios caminhos – redundam em receitas de pesquisa e metodologias franksteinianas. A tradução dos

velhos estilos redutores em argumentos construídos com frases de efeito e novas palavras evidencia que, ainda e sempre, a ciência desliza em terreno pantanoso, tão logo se encontre num ponto de bifurcação, numa situação inaugural.

Seja como for, os sintomas de reorganização do conhecimento evidenciados pelos apelos, sugestões e tendências acima aludidos prefiguram um horizonte aberto, incerto e, sobretudo, marcado por paradoxos desafiadores e criadores. Aguçar a escuta para compreender e lidar com a diversidade de “ruídos” que desordenam ou redimensionam os padrões já consagrados de conceber o mundo é uma atitude intelectual importante e inadiável. E, do ponto de vista das “ciências da complexidade”, essa escuta precisa ser exercida com amplitude, cuidado, cautela, rigor e delicadeza, dado o cenário de dispersão do qual emerge esse novo modo de conhecer.

#### CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA COMPLEXIDADE

Mantidas as singularidades que distinguem as circunstâncias e os perfis dos cientistas referidos acima, podemos afirmar que a produção de representações sobre o mundo se dava, até o século XVII, no âmbito de uma reduzida circulação das idéias e se pautava, sobretudo, por uma interlocução mais direcionada, linear e seqüenciada. Assim, cada nova teoria ou hipótese se dirigia a contestar, ampliar ou reafirmar as concepções já aceitas. Havia quase sempre um foco principal, uma teoria ou uma interpretação em torno da qual giravam as investigações, os debates e a “fabricação” de instrumentos que permitissem demonstrar o que estava sendo defendido. E, mesmo acompanhando a descrição de Allègre (1998, p. 26), para quem Galileu, “longe de manter confidenciais as suas descobertas ou confinadas ao meio científico, dá-lhes imediatamente uma grande publicidade” é importante ressaltar que os “serões astronômicos” organizados por Galileu se circunscreviam à Itália (Pádua, Veneza e Bolonha). As descobertas desse físico e astrônomo, que marcou nossa história, se estenderam aos poucos a toda Europa,

ultrapassaram continentes e chegaram até nós, mas numa velocidade e fluxo de comunicação absolutamente distintos dos que vivemos hoje. Certamente, a aliança estreita entre a Ciência e a Igreja Católica responde também pela morosidade da divulgação científica e do reconhecimento das teorias. Para Allègre, é elucidativo a esse respeito o atraso com o qual a Igreja reconheceu o seu erro na questão do heliocentrismo e em relação a Galileu. Em 1757, o papa Bento XIV autoriza a interpretação simbólica da Bíblia relativamente ao Sol. Mas esse primeiro passo permanecerá sem seqüência. É apenas em 1846 que a Inquisição retira Copérnico e Galileu do Índice, e será preciso chegar ao ano de 1992 para que o papa “João Paulo II reabilite Galileu quando de uma declaração solene na Academia Pontifícia das Ciências, ou seja, trezentos e cinqüenta anos após a sua condenação” (ALLÈGRE, 1998, p. 37).

Essa referência feita a Copérnico e Galileu é certamente emblemática de uma forma de fazer ciência circunscrita a um tempo onde o processo de globalização estava em sua fase inicial.<sup>1</sup> Esse tempo, de certa forma, contrasta com o panorama das descobertas científicas que acabarão por construir o nicho de uma ciência da complexidade.

O final do século dezenove e o início do século vinte acionarão o motor de uma velocidade estonteante no que diz respeito ao fluxo da história da ciência para nos brindar hoje com um estoque de informações, teorias e pesquisas impossível de organizar, compreender e tratar em seu conjunto e totalidade. Na “carta às futuras gerações”<sup>2</sup>, Ilya Prigogine, prêmio Nobel de química em 1977 declara:

1 Contrariamente ao ar de novidade com o qual alguns autores tratam do fenômeno da globalização, Edgar Morin circunstancia esse fenômeno qualificando-o em três etapas. Para Morin, estamos hoje no terceiro momento desse processo que ele prefere chamar de mundialização. A primeira etapa corresponde ao fluxo de comunicação intercontinental maestrado pela colonização e responsável, entre outras coisas, pelo intercâmbio dos micróbios e doenças (sífilis, gripe etc.).

2 Pronunciamento de Ilya Prigogine na UNESCO, em outubro de 1999. Publicado na Folha de São Paulo, 30 de janeiro de 2000. Republicado em Prigogine, 2001, p. 15-20.

Na nossa era, e isso será mais verdade no futuro, as coisas estão mudando a uma velocidade jamais vista. Quarenta anos atrás, o número de cientistas interessados na física de estado sólido e na tecnologia da informação não passava de umas poucas centenas. Era uma ‘flutuação’, quando comparada às ciências como um todo. Hoje, essas disciplinas se tornaram tão importantes que têm conseqüências decisivas para a história da humanidade (PRIGOGINE, 2001, p. 16).

O cenário descrito por Prigogine para duas áreas da ciência pode ser estendido para outras tantas como as da saúde, da bioengenharia, do meio ambiente, dos estudos da biosfera, para citar algumas. Nesse novo cenário, a produção do conhecimento científico e a circulação das idéias em quase nada se assemelham aos “serões astronômicos” da época de Galileu Galilei. Não há um direcionamento pontual, uma interlocução inter e intra ciência concatenada de forma linear e seqüenciada, nem mesmo um foco em direção ao qual os cientistas lançam seus dardos.

Um *big-bang*, como quer Morin (2003), caracteriza o novo perfil da ciência, sobretudo a partir da segunda metade do século vinte. Isso é compreensível: ao panorama de uma “sociedade-mundo” que tem que se haver com uma multiplicidade de fenômenos e problemas de toda ordem e em todo lugar, corresponde uma explosão descontrolada de engenhos científicos. Não podemos falar mais do estritamente local, a não ser pelas feições singulares que assumem os problemas globais; as bactérias, os fundamentalismos, os novos modelos econômicos e os desastres ecológicos ultrapassam barreiras alfandegárias, nacionalidades, territórios.

Estamos, pois, em época de convulsões e terremotos de todo tipo. Encontramo-nos diante de um extraordinário momento: turbulência nas idéias e nas construções intelectuais; fusões de disciplinas; redistribuição dos domínios do saber; crescimento do sentimento profundo de incerteza; consciência, cada vez mais forte, do sujeito humano de estar implicado no conhecimento que produz (MORIN, 2003, p. 7).

Essa “turbulência das idéias” não é apenas reflexo do mundo-rede. O conhecimento científico retroage sobre a sociedade e produz um *big-bang* do saber. “Foram os desenvolvimentos da teoria geral dos sistemas, da cibernética, os progressos das ciências cognitivas, da biologia, da ecologia, da geofísica, da pré-história, da astrofísica e da cosmologia que produziram esses abalos que observamos” (MORIN, 2003, p. 7).

Se o espectro dessas turbulências do conhecimento é imensurável e configura uma rede que “se afirma como um *rizoma*, sem limites, sem princípio de exclusão, sem ‘juízo de Deus’” (STENGERS, 2002, p. 186), isso se deve à agitação e à turbulência das estruturas de comunicação da ciência. Conforme Gilles Deleuze e Felix Guattari (apud STENGERS, 2002, p. 186), “não nos falta comunicação, pelo contrário, nós a temos bastante, falta-nos criação. Falta-nos resistência ao presente”. A resistência ao presente da qual falam Deleuze e Guattari parece constituir o horizonte da ciência desse século. Como dar conta do bombardeio de informações, de novas descobertas da ciência e da emergência de novos fenômenos? Como proceder diante do crescimento exponencial das representações científicas? A partir de que estilos cognitivos, modelos de pensamento e “mentefatos” (Ubiratan D’Ambrosio) é possível identificar, eleger e articular “fatos portadores de sentido de futuro”<sup>3</sup> capazes de organizar o fluxo rizomático da ciência contemporânea? Em síntese, de que estratégias do pensamento nos valer para tratar de fenômenos que se apresentam de forma incerta, e estão no interstício das áreas disciplinares? Ao desafio posto responde a necessidade de articular os campos de vizinhança das descobertas científicas que emergem das áreas específicas do conhecimento. Reunir em arquipélagos essas ilhas de

conhecimento e fazê-las comunicarem entre si foi o desafio inicial que abraçou o pensamento complexo.

Nos primeiros anos do século XX, o físico dinamarquês Niels Bohr (1885-1962) discutirá a ambigüidade de manifestação da matéria em relação a alguns fenômenos. Para ele, não podemos na ciência proferir o enunciado “isto é assim”, sendo mais adequado dizer: “dadas essas circunstâncias de apresentação (de tal fenômeno), ‘é isto’ que posso dizer”. “Uma página da história da física foi definitivamente virada. Do ponto de vista das mutações conceituais fundamentais por que a física passou este século XX só é comparável ao século XVII, que viu o nascimento da ciência moderna”, dizem Prigogine e Stengers (1992, p. 13).

A ambigüidade de expressão e descontinuidade de certos fenômenos se transforma em argumentos científicos importantes que ultrapassam o espaço da física quântica. Permitem problematizar a suposta exatidão de certas áreas da ciência (chamadas de ciências exatas) tanto quanto legitimam e oferecem “um lugar ao sol” a domínios do conhecimento que eram tidos como aquém da ciência oficial por tratarem de fenômenos e processos não formalizáveis mutantes e de difícil mensuração, como é o caso das ciências humanas. Em 1926, Werner Heisenberg, físico alemão (1901-76) propõe o “princípio da incerteza” que, em conjunto com a noção de “ambigüidade” e “descontinuidade” formam como que um quebra-cabeça para a emergência posterior de um método complexo construído por Edgar Morin.

Em meio ao *big-bang* das descobertas científicas e fruto da articulação entre elas, se originou a noção de complexidade. Para Edgar Morin, é Gaston Bachelard (1884-1962) em *O novo espírito científico* quem usa pela primeira vez a palavra complexidade na acepção de um modo de conceber da ciência. Mas não é só. Para Morin, o artigo de Weaver (colaborador de Shannon na “Teoria da Informação”) escrito em 1948 na *Scientific American* com o título *Ciência e Complexidade*; as proposições de Von Neumann, com a “teoria dos autômatos”; de Von Foerster, com

3 Nos livros *O homem simbiótico* e *O macrosópio*, Rosnay (1996; 1995) fala da necessidade de identificarmos os “fatos portadores de sentido do futuro” como um método retrospectivo capaz de organizar modelos mais simbióticos, cooperativos e duradouros de sociedade. Penso que a expressão de Rosnay pode ser estendida para repensar o domínio do conhecimento e, em particular, do fazer científico.

a noção de auto-organização dos sistemas em relação a seus ambientes; de H. A. Simon com o artigo *Architecture of complexity*; de Henri Atlan com o livro *Entre o cristal e a fumaça*, onde expõe o conceito de auto-organização pelo ruído e a afirmação do limite tênue entre o vivo e o não-vivo; e ainda as pesquisas de Hayek e seu artigo *The theory of complex phenomena* se constituem no fermento propício para a reorganização do conhecimento científico ora em curso (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 46-47).

Na época contemporânea, o pensamento complexo começa seu desenvolvimento na confluência de duas revoluções científicas. A primeira revolução introduz a incerteza com a termodinâmica, a física quântica e a cosmofísica. Essa revolução científica desencadeou as reflexões epistemológicas de Popper, Kuhn, Holton, Lakátos, Feyrabend, que mostraram que a ciência não era a certeza, mas a hipótese, que uma teoria provada não o era em definitivo e se mantinha 'falsificável', que existia o não-científico (postulados, paradigmas, *themata*) no seio da própria cientificidade (MORIN apud MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 206).

"A segunda revolução científica, mais recente, ainda indetectada, é a revolução sistêmica nas ciências da Terra e a ciência ecológica. Ela não encontrou ainda seu prolongamento epistemológico (que os meus próprios trabalhos anunciam)" (MORIN apud MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 206).

O contexto de emergência da complexidade se constrói, pois, à medida que começam a se dissolver os 'quatro pilares da certeza' que sustentaram a ciência "clássica", conforme sintetiza Morin. O primeiro pilar é a Ordem e postula um universo regido por leis deterministas (NEWTON). O segundo é o Princípio da Separabilidade. Esse princípio aconselha a decompor qualquer fenômeno em elementos simples como condição de analisá-lo (Descartes no *Discurso sobre o Método*). O princípio da separabilidade foi o maior responsável pela especialização não comunicante. Separou os grandes ramos da ciência e, no interior de cada um deles, as disciplinas. Separou as ciências das técnicas, a filosofia da ciência, e assim por diante, até configurar "uma parcelarização

generalizada do saber". Conforme Morin (1999), "isolou-se os objetos de seus meios, o sujeito de objeto". O terceiro pilar diz respeito ao Princípio de Redução e fortalece o princípio da separabilidade. Por um lado, supõe que os elementos de base do conhecimento se circunscrevem aos domínios físicos e biológicos, deixando em plano secundário a compreensão do conjunto, da mudança e da diversidade. Por outro,

tende a reduzir o cognoscível àquilo que é mensurável, quantificável, formalizável, segundo o axioma de Galileu: os fenômenos só devem ser descritos com a ajuda de quantidades mensuráveis. A redução ao quantificável condena à morte qualquer conceito que não se traduza por medida. Ora, nem o ser, nem a existência, nem o sujeito conhecedor não podem ser matematizados nem formalizados (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 96).

O princípio da redução opera a partir de conceitos mestres e domínios privilegiados e determinantes: explica o humano pelo biológico, o biológico pelo químico. Assim, a depender do domínio da especialidade do cientista, esse princípio subsume o humano ao domínio do meio ambiente, ou das estruturas psíquicas, ou da história, da genética, e assim por diante. O quarto pilar no qual se assentava a ciência clássica era o da Lógica Indutiva-dedutiva-identitária, que se identificará com a Razão. Por essa lógica, tudo que não passa pelo crivo da razão é expurgado da ciência. O princípio aristotélico da identidade excluirá o que é variante e contraditório. Esse princípio privilegia a ordem e o que é inferível a partir de um sistema de premissas. "Uma tal lógica", diz Morin, "é estritamente aditiva e não pode conceber as transformações qualitativas ou as emergências que sobrevêm a partir das interações organizacionais. Ela fortalece o pensamento linear que vai da causa ao efeito" (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 98).

A julgar pelo pragmatismo, normatividade e hermetismo desses quatro pilares do conhecimento, poder-se-ia supor que eles permaneceriam inabaláveis para sempre. Suposição equivocada: a ciência



do século XX, em meio ao conjunto desordenado de seus avanços, provocará um abalo sísmico que os atingirá. “Os quatro pilares são desse modo sacudidos pelo surgimento da desordem, da não-separabilidade, da não-redutibilidade, da incerteza lógica” (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 103).

A fecundidade da construção de um novo Método por Edgar Morin está no fato de tentar religar, no domínio do pensamento, o que já se encontra direta ou indiretamente interconectado no mundo das materialidades e das topologias imaginárias. Longe, pois, das transposições mecânicas de conceitos, oriundos da biologia, da física ou da teoria da informação, trata-se mais propriamente de exercitar o pensamento metafórico no que ele tem de mais incitador: aproximar, relacionar, fazer dialogar e buscar pontos de aproximação entre as complexas singularidades da matéria, mesmo que não se deva descuidar dos perigos da extrapolação indevida das metáforas.

A construção de um Método que ultrapasse o modelo redutor e disjuntor no qual se ancora o pensamento simplificador é o desafio maior que Edgar Morin abraça. Esse desafio se encontra objetivado no conjunto de cinco livros que se complementam e têm início em 1977, data de publicação do primeiro volume de *O Método*<sup>4</sup>.

Trata-se de um método capaz de absorver, conviver e dialogar com a “incerteza”; de tratar da “recursividade” e “dialogia” que movem os sistemas complexos; de reintroduzir o objeto no seu contexto, isto é, de reconhecer a relação parte-todo conforme uma configuração “hologramática”; de considerar a “unidade na diversidade” e a “diversidade na unidade”; de “distinguir sem separar nem opor”; de reconhecer a simbiose, a complementaridade, e por vezes mesmo a hibridação, entre ordem

e desordem, padrão e desvio, repetição e bifurcação, que subjazem aos domínios da matéria, da vida, do pensamento e das construções sociais; de “tratar do paradoxo” como uma expressão de resistência ao dualismo disjuntor e, portanto, como foco de “emergências” criadoras e imprevisíveis; de introduzir o sujeito no conhecimento, o observador na realidade; de “religar”, sem fundir, ciência, arte, filosofia e espiritualidade, tanto quanto vida e idéias, ética e estética, ciência e política, saber e fazer.

Aberto e em construção, o método proposto por Edgar Morin se distancia de uma pragmática e expõe princípios organizadores do pensamento complexo. Não permite inferir um protocolo normativo, nem uma metodologia de investigação. Imbuído do poema de Antonio Machado, para quem “o caminho se faz ao andar”, Morin não oferece ao conhecimento científico uma tábua de mandamentos, mas insufla o cientista a, de posse de princípios fundamentais e gerais, ensaiar seus próprios caminhos técnicos e metodológicos no fazer ciência, educação e pesquisa. A chave compreensiva para essa maneira de pensar um *novo* “método científico” está na distinção entre “estratégia” e “programa”. “O *programa* é construído por uma seqüência pré-estabelecida de ações encadeadas e acionadas por um signo ou sinal. A *estratégia* produz-se durante a ação, modificando, conforme o surgimento dos acontecimentos ou a recepção das informações, a conduta desejada” (MORIN, 1999, p. 78).

É, pois, com a estratégia de pensar que se compromete o método complexo, deixando a cada cientista o desafio de escolher e arquitetar o conjunto de condutas e formas de abordar o problema a ser compreendido. Em síntese, princípios gerais capazes de dialogar com a incerteza, a imprevisibilidade e a causalidade múltipla são os fundamentos do método complexo construído por Edgar Morin.

O caráter inaugural desse método reside no fato de se tratar de uma proposição capaz de ser acionada por qualquer área do conhecimento. Esse fato, longe de configurar um modelo universal e unitário que dilui a distinção entre áreas disciplinares e domínios

<sup>4</sup> São eles: O Método 1 – a natureza da natureza; O Método 2 – a vida da vida; O Método 3 – o conhecimento do conhecimento; O Método 4 – as idéias – sua vida, habitat, organização; O Método 5 – a humanidade da humanidade. Atualmente Edgar Morin se dedica à construção de mais um volume do Método que tem como título previsto *A ética da ética*. A edição brasileira do conjunto do Método foi levada a cabo pela Editora Sulina.

cognoscentes, permite o diálogo entre eles. Isso porque, a partir de princípios gerais, as diversidades e singularidades dos fenômenos se conectam, seja por propriedades comuns, por campos de vizinhança ou por oposições e complementaridades.

Certamente o novo patamar de organização do conhecimento permitido pelo método complexo facilita um intercâmbio mais respeitoso e menos desigual entre áreas e disciplinas científicas. Não podemos esquecer que a Sociologia, por exemplo, surgiu com o nome de “Física Social”, o que denota uma transposição do modelo de pensar o mundo oriundo da Física. Hoje, diferentemente da época de Augusto Comte, a hegemonia de fatias da ciência entendidas como nobres (porque “exatas”) tende a ser substituída por uma confederação mais democrática dos conhecimentos.

A imagem da orquestra que faz conjugar sons de instrumentos distintos numa sinfonia talvez seja fecunda para compreender e visualizar os horizontes da ciência que se inaugura. Os desafios múltiplos, diversos e simultâneos que emergem de uma “sociedade-mundo”, e um método não pragmático de conhecer são as bases para o momento de reorganização do conhecimento científico que estamos a construir. É preciso repetir com Ilya Prigogine que “o futuro está aberto”, e esse futuro inclui o futuro da ciência. Se não há como predizê-lo, há sim, como iluminar, destacar e apostar, nos ‘possíveis’ que estão em flutuação e podem se constituir em emergências de complexidade do pensamento.

## REFERÊNCIAS

ALLÈGRE, Claude. *Deus face à ciência*. Tradução de Luís Serrano. Portugal. Lisboa: Universidade de Aveiro/Gradiva, 1998.

MORIN, Edgar. *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Introdução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORIN, Edgar. Prefácio: coro de vozes. In: ALMEIDA, Angela Maria de; KNOBB, Margarida; ALMEIDA, Maria

da Conceição de (Org.). *Polifônicas idéias: por uma ciência aberta*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 7-9.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. Tradução Nurimar M. Falcí. São Paulo: Petrópolis, 2000.

PRIGOGINE, Ilya. *Ciência, razão e paixão*. Organizado por Edgard de Assis e Maria da Conceição Almeida. Belém: EDUEPA, 2001. 102p.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *Entre o tempo e a eternidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROSNAY, Joel de. *O homem simbiótico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

\_\_\_\_\_. *O macroscópio: para uma visão global*. Portugal: Estratégia Criativa, 1995.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.



## O marxismo de Lucien Goldmann

Celso Frederico – USP  
Bolsista do CNPq

### RESUMO

A interpretação goldmanniana do marxismo parte da idéia de que este é uma continuação superação do pensamento trágico. Goldmann desenvolve a sua interpretação da obra juvenil de Marx nos artigos da *Gazeta Renana: A ideologia alemã; Crítica da filosofia hegeliana do Estado; Teses sobre Feuerbach* e, também, de Lukács, o herói de dois mundos, um pensador que transitou do pensamento trágico, *A alma e as formas: teoria do romance*, para o marxismo de *História e consciência de classe*.

Palavras-chave: Marxismo. Lucien Goldmann. Estruturalismo genético. Consciência de classe.

### ABSTRACT

The Goldmannian interpretation of Marxism departs from the idea that the latter is a continuation overcoming of the tragic thought. Goldmann develops his interpretation of Marx's youth work, his articles in *Gazette Renana, The german ideology, Criticism on the Hegelian's philosophy of the state, Theses on Feuerbach* and, also, Lukács' work, the *two worlds' hero*, a thinker who passed from the tragic thought, *Soul and shapes: theory of the novel*, to the Marxism of *History and class consciousness*.

Key words: Marxism. Lucien Goldmann. Genetic structuralism. Class-Consciousness.

A filiação de uma determinada teoria a autores do passado é uma constante na história do pensamento. Marx, evidentemente, não escapou a esse fado. Com a exceção da vulgata stalinista, que pretendia ver na teoria marxiana uma novidade absoluta, quimicamente pura, (já que Hegel era visto erroneamente como um pensador da restauração),

todos os demais teóricos marxistas se digladiaram na polêmica, visando filiar Marx a uma ou outra corrente de idéias. O Lukács da *Ontologia do ser social* vê uma continuação linear entre Aristóteles, Hegel e Marx. Della Volpe, por sua vez, prefere colocar Marx na companhia de Galileu. Althusser, como Della Volpe pretende ver o “seu” Marx bem distante de Hegel e, por isso, busca aproximações com Hobbes e Spinoza. Adler e os austro-marxistas reivindicam Kant como precursor do marxismo.

A posição de Goldmann é surpreendente: as origens do pensamento marxiano estariam em Pascal e Kant, os dois principais representantes do “pensamento trágico”, forma de pensar que se originou no século XVII, como reação ao pensamento racionalista. Momento decisivo da afirmação do pensamento trágico em sua oposição ao racionalismo é a crítica de Pascal às idéias de Descartes.

O Iluminismo, no século XVIII, desdobrando o ideário racionalista, refletiu-se diretamente na filosofia de Kant. Mas, segundo Goldmann, a filosofia kantiana, levando o racionalismo às últimas consequências, acenava para a sua superação, embora não conseguisse ainda dar o passo decisivo. Daí o seu caráter trágico.

A compreensão do marxismo como continuação/superação do pensamento trágico explica a forma como Goldmann se relacionou com a obra de Marx e Lukács. Neste ensaio, iremos focar alguns momentos relevantes da leitura a que Goldmann submeteu os textos daqueles dois autores.

Um tema recorrente em Goldmann é a discussão sobre as relações entre sujeito e objeto nas ciên-

cias humanas. A sua obra mais divulgada no Brasil, *Ciências humanas e filosofia* (1970), oferece um painel das soluções apresentadas pela sociologia clássica e as submete a uma cuidadosa análise. Goldmann critica com rigor o positivismo durkheimiano, em sua pretensão asséptica de fazer tábula rasa da consciência para, assim, poder considerar objetivamente “os fatos sociais como coisas” a serem passivamente registradas; critica, também, a tentativa weberiana de construir uma sociologia compreensiva, em que o processo de conhecimento é privilégio de uma consciência que se antecipa ao real e lhe impõe as suas “racionalizações utópicas”, os famosos “tipos ideais”.

A defesa do “materialismo histórico”, em Goldmann, pressupõe a unidade de sujeito e objeto e a unidade de teoria e prática. Esta concepção, entretanto, não foi percebida por boa parte dos autores marxistas. E mais que isso: no interior da própria obra de Marx ela não nasceu de uma única vez como *Minerva da cabeça de Júpiter*. Para comprovar esta tese, o nosso autor escreveu dois ensaios sobre a evolução do pensamento do jovem Marx (GOLDMANN, 1970).

Os artigos publicados na *Gazeta Renana* pelo jovem Marx são o seu ponto de partida. Neles, Goldmann afirma existir uma “posição dualista” expressa na coexistência de dois tipos de análises praticamente autônomas: análises sociológicas, versando sobre diversos temas e, ao lado delas, tomadas de posições políticas e éticas independentes das primeiras. Esse dualismo, diz Goldmann, foi só superado a partir da *Ideologia alemã* e das *Teses sobre Feuerbach*.

Para comprovar essa tese, Goldmann enfoca os artigos seminais em que Marx analisava o debate sobre a liberdade de imprensa, procurando rastrear a argumentação de cada orador às “categorias de pensamento específicas” do grupo que ele representa. O mesmo procedimento reaparece nos artigos consagrados aos viticultores da Mosela, “uma notável análise sociológica da mentalidade burocrática”.

Assim, nesse primeiro momento, Marx praticava uma sociologia do conhecimento que relacionava as “estruturas mentais” com a realidade social.

Tal procedimento, contudo, baseava-se num pressuposto: um direito e uma moral naturais, fundando julgamentos políticos que são contrapostos às mazelas da realidade. Para Goldmann, Marx permanecia numa explicação “determinista e não genética” que se limitava a procurar as causas das “categorias mentais que estruturam a consciência dos diferentes grupos sociais” (GOLDMANN, 1970, p. 143).

Já o confronto com Hegel, na *Crítica da filosofia hegeliana do Estado*, obrigou Marx a relacionar-se com um pensamento que formula suas valorações na própria realidade, ou melhor, em seu devir. Perante esse adversário ardiloso, Marx viu-se na obrigação de realizar a “crítica imanente” do sistema hegeliano, afastando-se, assim, do racionalismo das luzes e aproximando-se do pensamento dialético. Contra a mistificação hegeliana, que inverte as relações entre sujeito e predicado, Marx opôs “a exigência de um pensamento ao mesmo tempo positivo e radical que veria nos homens reais e nas instituições sociais (família, sociedade civil, Estado) o verdadeiro sujeito da ação histórica” (GOLDMANN, 1970, p.145).

Este sujeito revolucionário, contudo, não existia ainda no contexto de uma Alemanha que só tardiamente ingressou no capitalismo através de uma transição feita pelo alto – a “via prussiana”. Sem esse sujeito, portador de valores, persistia o dualismo entre o pensamento que julga e a realidade sociologicamente estudada. Mesmo no texto seguinte de Marx – *Introdução à crítica da filosofia hegeliana do direito* – em que surge pela primeira vez a referência ao proletariado e à revolução, o dualismo persiste. De um lado, o pensamento revolucionário, a filosofia; de outro, a massa passiva, que só se tornará ativa se incorporar o conhecimento que vem de fora. O caráter não dialético do texto passou incólume aos teóricos marxistas ortodoxos, para os quais bastava “substituir a palavra filosofia pela palavra partido” para haver plena concordância com o “que fazer?” de Lênin.

A superação do dualismo vai exigir não só o estudo *genético* dos fatos sociais (distante de qualquer determinismo), como também uma concepção

que não dissocie a teoria da prática (e que, portanto, se aproxime de uma identidade total ou parcial entre sujeito e objeto). Marx só chegou a essa compreensão a partir das *Teses sobre Feuerbach*. Os breves aforismos dessas revolucionárias teses constituem o “primeiro texto rigorosamente monista e dialético”, em que Marx apresenta “as relações entre a teoria e a práxis, as constatações e as valorizações, o conhecimento dos fatos humanos e a transformação do mundo” (GOLDMANN, 1970, p. 149). A crítica ao determinismo efetiva-se na terceira tese, aquela que afirma que o pensamento dos homens é determinado pelas condições sociais, mas as condições sociais, por sua vez, são produtos do pensamento e da ação dos homens. Finalmente, a concepção feuerbachiana, centrada no indivíduo isolado, cede lugar à visão do homem como um ser social e histórico. O verdadeiro sujeito, o sujeito coletivo, entretanto, é para Marx o gênero humano. Essa coletividade genérica e abstrata será logo substituída “por uma realidade empírica muito mais concreta, a das classes sociais” (GOLDMANN, 1970, p.150).

No ensaio seguinte, *A Ideologia alemã* e as *Teses sobre Feuerbach*, Goldmann retoma essas idéias, agora porém numa crítica direta a Althusser. Na primeira parte da *Ideologia alemã* já se encontrariam as primeiras formulações do materialismo histórico; as *Teses sobre Feuerbach*, com sua redação sintética e abstrata, apresentam o germe do materialismo dialético. Nesses textos, Goldmann recolhe as idéias que lhe parecem centrais para o futuro da teoria marxiana: a unidade entre teoria e práxis, a unidade das constatações e valorizações (isto é, entre juízos de fato e de valor) e a identidade entre sujeito e objeto que, contrariamente a Hegel e Lukács, seria apenas “parcial”. Mas o alvo da crítica é principalmente o materialismo vulgar e sua presença no marxismo, desde o *Anti-Dühring* de Engels até os estruturalistas franceses.

Através da análise cuidadosa de cada uma das *Teses sobre Feuerbach*, Goldmann procura restaurar o sentido original do pensamento marxiano e observa que, apesar das antecipações presentes naqueles tex-

tos juvenis, faltava ainda um conceito central: o de totalidade. Mas este conceito não será pesquisado no interior das obras de Marx. É em Lukács que Goldmann irá buscá-lo.

Não deixa de ser significativo o fato de Goldmann não se referir em nenhum momento aos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844. Este texto, marcando a inflexão ontológica que Marx imprimiu ao seu pensamento, foi a grande descoberta que Lukács (1974) fizera e que o ajudou a superar as teses de *História e consciência de classe*. O texto de 44 serviu-lhe de fundamento para toda a obra posterior aos anos 30, tanto os estudos estéticos (enfocando a arte num prisma ontológico) quanto os literários (defendendo o realismo como método). Justamente por discordar dessas idéias, Goldmann não evoca o texto de 44 e volta-se para *História e consciência de classe*, assinalando, com esse procedimento, a sua oposição ao itinerário seguido por Lukács.

Mas, assim fazendo, deixou passar em brancas nuvens a “novidade”, prenhe de desdobramentos futuros, presente no texto marxiano de 1844. Marx, então, pela primeira vez marcou sua diferença com a filosofia especulativa de Hegel e a antropologia empirista de Feuerbach ao conferir ao “trabalho” humano a primazia no processo de autoformação do gênero humano. A compreensão do homem como “o ser automediador da natureza” fez a incipiente teoria marxiana transformar-se numa ontologia materialista. Além de mediar as relações entre o homem e a natureza, o trabalho interpõe-se nas relações entre os homens. A concepção marxiana de totalidade tem aí a sua gênese e sua estruturação.

A centralidade conferida ao trabalho, na configuração da totalidade social, é tema ausente em *História e consciência de classe* e em Goldmann. Sem essa mediação material, Goldmann tem como horizonte último as classes sociais e as relações intra-subjetivas (visões do mundo), cuja gênese e desenvolvimento não repousam sobre uma fundamentação materialista. As relações entre homem e natureza, homem e sociedade, a parte e o todo, em Marx, são mediadas pelo trabalho. Em Goldmann, elas são transferidas,

para uma indeterminada “comunidade intra-subjetiva – o sujeito transindividual”.

A concepção marxiana envolve também a arte. Esta, é entendida como afirmação ontológica, forma específica de objetivação do ser social. A arte surge na história como um desdobramento do trabalho, uma ação que dá continuidade à autoformação do homem. A referência última para se compreender a arte é o processo de autodesenvolvimento do gênero humano, com seus avanços e recuos, e não as diferentes formas de expressão das classes e grupos sociais centradas no “sujeito transindividual”.

Em seguida, enfocaremos a leitura goldmaniana de *História e consciência de classe*.

### LUKÁCS: O “HERÓI DE DOIS MUNDOS”

Lukács é presença constante em toda a obra de Goldmann. O pensador húngaro é considerado como “o verdadeiro criador da sociologia da literatura” e “o principal filósofo da primeira metade do século XX”. Além de freqüentar os principais textos de Goldmann, Lukács mereceu também uma série de ensaios dedicados à divulgação de sua obra.<sup>1</sup> Essa admiração é bastante compreensível: o teórico da literatura, autor de *A alma e as formas* (1971) e *A teoria do romance* (1968), é um pensador trágico; *História e consciência de classe* (1974), por sua vez, significou um reencontro do marxismo com a dialética. Lukács é, assim, o “herói de dois mundos” – os dois mundos que tanto fascinaram Goldmann.

Não por acaso, Goldmann refere-se somente àquelas três obras e praticamente ignora a vasta produção do pensador húngaro após 1923. Essa insistência nas obras juvenis deixou Lukács irritado:

numa carta dura, ele pôs fim à correspondência que mantinha com Goldmann<sup>2</sup>.

Mas, mesmo no que diz respeito a esses textos, Goldmann conserva um certo distanciamento, mantendo, assim, a sua autonomia intelectual. Enfocando as relações do jovem Lukács com Husserl, ele afirma que o olhar seletivo do filósofo húngaro escolhe, nas obras daquele autor, “não o que é o mais importante para o pensamento fenomenológico, mas o que ele podia incorporar à sua própria obra” (GOLDMANN, 1970, p. 229). Tal procedimento reaparece nas relações do próprio Goldmann com Lukács e na convicção de que este teria sido “o fundador do estruturalismo genético”, o método adotado pelo próprio Goldmann, após ter progressivamente abandonado a expressão “materialismo histórico”.

O que verdadeiramente interessa a Goldmann é retirar das páginas de Lukács alguns “conceitos operatórios” para fundamentar “análises positivas” de sua própria sociologia da cultura. A atenção volta-se para “as estruturas mentais operatórias” que despontaram, pela primeira vez, em *A alma e as formas*, até serem devidamente historicizadas em *História e consciência de classe*. Lukács teria assim realizado a passagem de “um estruturalismo estético e estático” para “um estruturalismo genético e generalizado”. Como acompanhar esse percurso? Seguindo a ordem cronológica, como propõe o positivismo? Goldmann, evidentemente, recusa esse procedimento e apóia-se na tese hegeliana e marxista, segundo a qual o mais desenvolvido explica o menos desenvolvido (“a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”,

1 Cf. Goldmann (1959), “Georg Lukács, L'essayiste” em *Recherches dialectiques*; Introduction aux premiers écrits de Georg Lukács, originalmente publicado em *Les temps modernes* e depois reproduzido no livro de Lukács, G. *La théorie du roman* (1968); Goldmann (1970) “L'esthétique du jeune Lukács”, em *Marxisme et sciences humaines*; Goldmann (1973), “Reflexiones sobre Historia y conciencia de clase” em *Aspectos de la historia y la conciencia de clase*; Lukács em *ENCYCLOPAEDIA Universalis* (1971, v. 10).

2 “Se eu tivesse morrido por volta de 1924 e minha alma perene olhasse sua atividade literária do além, ela ficaria plena de um verdadeiro reconhecimento de você se ocupar tão intensamente de minhas obras de juventude. Mas como eu não estou morto e como durante trinta e quatro anos eu criei o que se pode chamar apropriadamente a obra de minha vida e que para você, essa obra simplesmente não existe, é difícil para mim, enquanto ser vivo, cujos interesses estão claramente dirigidos para a própria atividade presente, tomar posição sobre suas considerações” (LUKÁCS, 1980, p. 286). Sobre a correspondência e os encontros e desencontros entre os dois autores, ver Cohen (1994, p. 58-61).

segundo a fórmula de Marx). O leitor é, assim, advertido sobre o pressuposto que estrutura e conduz a leitura goldmanniana das obras do jovem Lukács: “é a partir de História e consciência de classe que podemos captar a importância e a significação das obras anteriores” (GOLDMANN, 1959, p. 234).

O ponto central é o conceito de “estrutura dinâmica significativa” que Lukács só teria explicitado plenamente em *História e consciência de classe*. A rigor, Lukács refere-se a esse termo apenas nas duas primeiras obras, substituindo-o, em 1923, pelo conceito de totalidade. *A alma e as formas* estudava diversas estruturas significativas, “formas” engendradas pelas relações entre a alma humana e o absoluto. Essas estruturas eram então concebidas em sua atemporalidade; de todas elas, destaca-se a visão trágica em sua recusa das formas inautênticas de conciliação ou evasão da vida cotidiana.

A descrição das formas de recusa ou evasão perante o não-valor do mundo cede lugar, em *A teoria do romance*, ao estudo das grandes formas épicas realistas. Com isso, passamos de uma visão que considerava o mundo exterior como inessencial, para uma outra centrada nas relações tensas da alma com o mundo, cuja expressão mais típica é a forma romance e seus personagens – os heróis problemáticos. Esta abertura para a realidade social, produto da influência de Hegel, prepara o caminho para *História e consciência de classe*. Nesta última, são os homens ativos que criam as estruturas significativas. O antigo conceito de forma, restrito à alma individual, nomeia agora o “máximo de consciência possível” das classes sociais, a adequação à realidade que cada uma delas consegue alcançar.

O conceito chave que explica o desenvolvimento das classes sociais e a formação da consciência de classe é a totalidade. A partir deste conceito do Lukács marxista, Goldmann faz uma reapropriação das diferentes estruturas significativas e dos correspondentes gêneros literários das duas obras iniciais do autor para, em seguida, inseri-las numa estrutura global: as sociedades em que elas nasceram e se desenvolveram. Este duplo movimento de “compre-

ensão e explicação” configura o estruturalismo genético. Goldmann, assim, retém das duas primeiras obras de Lukács a descrição das diversas estruturas significativas. Uma delas, é a visão do mundo trágica. Outra, é o romance, a “estrutura significativa” que nasce e se desenvolve no mundo burguês. A leitura do primeiro volume de *O capital* de Marx, onde se encontra a seção sobre o fetichismo da mercadoria e, principalmente, a leitura de *História e consciência de classe*, que desenvolve as idéias de Marx no estudo sobre a reificação, levaram Goldmann a afirmar a existência de uma “homologia” entre esses fenômenos e o romance. Assim, é o recurso ao marxismo que permite resgatar as análises literárias de Lukács em sua fase kantiana ou hegeliana e contextualizá-las através da investigação de sua gênese e de suas relações com a vida social.

Mas, as idéias presentes em *História e consciência de classe* (HCC) também passaram pelo crivo crítico de Goldmann. Discordando do messianismo político da obra, ele procurou afirmar sua importância no estrito campo da filosofia. E, mesmo assim, os conceitos-chaves – totalidade, identidade sujeito-objeto, consciência empírica/consciência atribuída e reificação – foram adaptados aos objetivos teóricos de Goldmann, distanciando-se, assim, de sua formulação original. É o que veremos a seguir.

1) O primeiro ponto da revisão crítica goldmanniana diz respeito à **totalidade**. Em HCC, a totalidade é vista como “portadora do princípio revolucionário da ciência”. Assim, Lukács abre o ensaio sobre Rosa Luxemburgo com a seguinte afirmação:

é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, a dominação do todo sobre as partes [...] constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel [...] (LUKÁCS, 1974, p. 41).

Lukács aqui reafirma, em termos explicitamente logicistas, a correlação entre totalidade e teoria do conhecimento para demarcar as diferenças entre o pensamento empirista (no caso: o materia-



lismo vulgar) e a dialética. Coerente com o hegelianismo, a totalidade existente em si cumpre o seu curso, reconhece-se no momento final da reunificação de sujeito e objeto, de superação das alienações. Mas a “tradução” materialista de Hegel possibilitou a Lukács relacionar a compreensão do todo com as classes sociais e ver no proletariado a possibilidade de um sujeito-objeto idêntico, cuja situação no interior da sociedade lhe permite ter um ponto de vista capaz de abarcar plenamente a totalidade.

Goldmann, prudentemente, procurou distanciar-se dessa perspectiva ao mesmo tempo logicista e radicalmente historicista. Na sua principal obra, *Le Dieu Caché*, pode-se ler: “é atualmente impossível para o homem conhecer a história como uma totalidade, porque sua interpretação do passado depende sempre dos eventos futuros e também porque ele mesmo está dentro da história[...]” (GOLDMANN, 1994, p. 112).

A totalidade, em Goldmann, conhece duas formas principais de existência: o **universo** e a **comunidade humana**. Ela, porém, não é um dado prévio da realidade, mas um objetivo a ser criado pela ação coletiva dos homens. Nas palavras de Goldmann: “[...] como Lukács, não vemos nessa totalidade alguma coisa de já existente e de dado, mas somente um fim a ser atingido pela ação, única coisa capaz de criar a comunidade humana, o nós, e o conjunto do universo, o cosmos” (GOLDMANN, 1967, p. 41-42, grifos do autor).

A totalidade, aqui, só se efetiva pela realização de uma finalidade que se encontra fora dela. Estamos próximos do idealismo: a totalidade não é uma existência real (alguma coisa de já existente), pois depende da consciência para efetivar-se. Por outro lado, se existe algo a ser alcançado pela ação e esse algo está fora da totalidade, esta de fato não é uma totalidade, mas uma parte ao lado de outra. As antinomias que a dialética pretendia ter superado fazem assim sua reaparição.

A ação, projetando um dever-ser fora do ser, acena para uma finalidade externa. A concepção monista de “tendência e finalidade interna”, contra-

riamente, orientava a visada por Lukács. Na sociedade pré-capitalista, as forças motrizes que estão “por trás” da ação dos homens não podem chegar à consciência; no capitalismo, ao contrário, “os momentos econômicos já não estão escondidos ‘por detrás’ da consciência, estão presentes na própria consciência” (GOLDMANN, 1967, p. 73). A consciência, portanto, é “imaneente à evolução”; ela, diferentemente do pensamento utópico, “não está para além da evolução histórica real” (GOLDMANN, 1967, p. 92).

Distanciando-se da linhagem hegeliana, que orienta a teoria da consciência de classe em Lukács, Goldmann insiste em valorizar Kant como um autor que, apesar de considerar a totalidade inatingível, aspira a conhecê-la. Kant, portanto, ocupa o papel de precursor de Marx nessa busca do pensamento em direção à “autêntica comunidade humana”.

Segundo Mitchell Cohen (1986), a reivindicação da “autêntica comunidade humana” expressaria uma influência religiosa.

Na década de 20, ainda morando na Romênia, Goldmann militara no movimento sionista *Ha-Shomer ha-Tsair*, movimento que, sofrendo o impacto do marxismo, aproximou-se do “romantismo anti-capitalista”. Goldmann, sob essa influência, interessou-se pelo marxismo e transferiu-se para Viena, onde foi estudar com Max Adler, um dos principais representantes do “austro-marxismo”: aquela corrente que buscava aproximar Marx de Kant.

É difícil comprovar, como pretende esse autor, que as obras maduras de Goldmann tenham suas raízes nessa militância juvenil. Quanto à presença de Kant, ocupando o lugar de Hegel como precursor da dialética materialista, não há o que discutir. Basta atentar para os limites colocados ao conhecimento da totalidade.

2) O segundo ponto revisto é a **identidade entre sujeito e objeto**. Em Lukács, a situação de classe permitia ao proletariado assumir “um ponto a partir do qual se torna visível o todo da sociedade”. Para o proletariado, “o conhecimento de si mesmo e o conhecimento da totalidade coincidem”: ele, portan-

to, “é sujeito e objeto de seu próprio conhecimento” (LUKACS, 1974, p.228).

É bastante conhecida dos estudiosos a filiação hegeliana da teoria do sujeito-objeto idêntico. Na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, como se sabe, realiza-se, no momento final, a passagem da **substância** ao **sujeito**. “A verdade do processo como sujeito”, revelada pela *Fenomenologia*, inspirou diretamente Lukács. Segundo este autor, a realidade social, à semelhança do Espírito em Hegel, também se desenvolve processualmente. Nela, forma-se um sujeito-objeto idêntico (a classe operária), capaz de superar as antinomias.

Goldmann entende ser apenas **parcial** a identidade entre sujeito e objeto. Recusa, assim, como idealista, essa apropriação lukacsiana da dialética de Hegel, bem como sua crítica a Kant por manter separados sujeito e objeto, separação que apenas expressaria, no plano espiritual, as antinomias do mundo capitalista (divisão do trabalho, alienação).

O diálogo de Goldmann com as ciências sociais talvez explique, pensamos nós, essa recusa da completa identidade entre sujeito e objeto. Enquanto Lukács criticava as “ciências particulares” no mesmo registro usado para criticar a filosofia de Kant (expressão alienada da divisão social do trabalho), Goldmann, seguindo um rumo oposto, buscava um diálogo da filosofia com as ciências sociais. Talvez por isso, em atenção às complexidades da vida societária, tenha recusado a identificação espiritualista da matéria social, da “substância”, com a consciência de um pensador coletivo – a classe operária.

3) Um terceiro ponto a ser destacado da leitura goldmanniana de *HCC* diz respeito às relações entre a **consciência empírica** (a falsa consciência, a “consciência psicológica” dos indivíduos) e a **consciência atribuída** ou “adjudicada” (aquela consciência que seria coerente com os interesses vitais de uma classe). Toda a argumentação lukacsiana privilegia esta última em detrimento da consciência empírica dos indivíduos. O processo histórico, equiparado à lógica, parece ter um dinamismo tal que se impõe inexoravelmente aos fenômenos empíricos.

Em Goldmann, há um cuidado especial em escapar do determinismo logicista. A passagem para a consciência verdadeira (= atribuída) não é uma necessidade que se cumpre automaticamente e muito menos algo que possa ser comprovado *a priori* pela ciência, mas, afirma ele, apropriando-se de um tema caro a Pascal, uma “aposta” (*le pari*). Goldmann, assim, propõe uma analogia entre o pensamento religioso e o projeto socialista: o primeiro não pode provar a existência de Deus; os socialistas, por sua vez, também não possuem argumentos científicos capazes de demonstrar a inevitabilidade da sociedade sem classes. Trata-se, nos dois casos, de uma questão de fé, de uma “aposta” que envolve profundamente a estrutura psíquica do indivíduo, determina o seu comportamento e dá sentido a sua existência. De novo, reafirma-se aqui a concepção de finalidade externa em detrimento da concepção monista de tendência imanente.

Há um outro ponto que merece ser assinalado. Goldmann, em seus estudos sobre a cultura, vê a realização do “máximo de consciência possível” nas individualidades excepcionais (artistas, escritores, cientistas). A ênfase lukacsiana na consciência atribuída sofre uma inversão na abordagem de Goldmann, ao ser deslocada para a consciência empírica de alguns indivíduos. Em nome de quem falam esses indivíduos excepcionais? Em Lukács, a consciência atribuída é uma possibilidade objetiva que pode, em situações revolucionárias, se impor ao proletariado. Em Goldmann, o sujeito permanece numa zona de indefinição.

Este ponto torna-se mais claro quando se relaciona conhecimento e modo de produção. Para Lukács, a existência das classes sociais e a possibilidade de conhecimento da realidade social (a consciência de classe) estão circunscritas apenas ao mundo capitalista. Lukács é enfático:

[...] para as épocas pré-capitalistas e para o comportamento no capitalismo de numerosas camadas sociais cuja vida tem fundamentos econômicos pré-capitalistas [a sua consciência de classe] não é capaz nem de tomar uma forma completamente clara,

nem de influenciar conscientemente os acontecimentos históricos (LUKÁCS, 1974, p. 69).

No pré-capitalismo,

[...] a economia não atingiu, nem mesmo objetivamente, o nível do ser-para-si, e é por isso que no interior de uma tal sociedade, não há posição possível a partir da qual o fundamento econômico de todas as relações possa tornar-se consciente. [...] este conhecimento só se tornou possível na época capitalista (LUKÁCS, 1974, p. 72-73).

Não há adequação possível entre essas idéias de Lukács e a visão do mundo trágica como expressão da consciência da *noblesse de robe* no século XVII, tal como afirma Goldmann em seu mais importante livro, *Le dieu caché* (1994). Talvez por isso, Goldmann insiste em falar de grupos sociais e sujeito transindividual ao invés de classes sociais. Esse deslocamento de perspectiva também foi captado pelo olhar atento de Agnes Heller. Segundo esta autora, a substituição da classe social pelo grupo sugere “uma aplicação mais universal” das teses de *HCC*. Além disso, Goldmann (apud HELLER, 1991, p. 369) “aplica a noção de consciência de classe ou grupo quase exclusivamente às sociedades pré-capitalistas”, e nenhuma das objetivações artísticas e filosóficas por ele estudadas reflete “a base econômica da sociedade como um todo”.

Em Lukács havia um sujeito-objeto idêntico (o proletariado revolucionário), cuja posição na estrutura econômica da sociedade permitia o conhecimento adequado da totalidade. Goldmann recusa a mística identidade entre sujeito e objeto e estende a possibilidade de conhecimento para as sociedades pré-capitalistas. Com isto, o sujeito do conhecimento, evidentemente, deixa de ser a classe social. Goldmann prefere falar em sujeito transindividual e grupo social. Passamos assim de uma visão determinista, centrada na estrutura econômica da sociedade, para uma concepção de consciência baseada nas relações intersubjetivas.

4) O último ponto a ser assinalado diz respeito à utilização feita por Goldmann da **teoria da reifi-**

**cação** exposta em *HCC*, especialmente no longo ensaio “A reificação e a consciência do proletariado”.

No denso e difícil texto lukacsiano, a reificação é tratada no plano geral da obra como um momento da economia mercantil, caracterizado pelo primado das coisas sobre os homens. Ao criar uma “objetividade ilusória”, a reificação interfere nos processos cognitivos.

A estrutura mercantil da produção capitalista e o predomínio crescente do valor de troca sobre o valor de uso penetram em todos os poros da sociedade. Retomando as idéias de Weber, Lukács desenvolve os temas da racionalização e da calculabilidade como complementos necessários ao livre fluxo da mercadoria. O direito, o Estado etc. recebem, assim, o impacto da equalização, abstração e quantificação dos diferentes trabalhos concretos dissolvidos e homogeneizados no indiferente trabalho abstrato.

Em seguida, Lukács refere-se às repercussões subjetivas da reificação, o seu impacto sobre a consciência dos homens. Procura, então, mostrar a fratura entre teoria e prática e o caráter necessariamente contemplativo do pensamento humano prisioneiro da reificação. As “insolúveis antinomias” da filosofia kantiana representariam o ponto mais grandioso e paradigmático desse processo. E, de novo, o proletariado como sujeito-objeto idêntico faz sua reaparição para anunciar a possibilidade prática de um conhecimento capaz de dissolver a reificação.

No conhecido texto de 1959, *A reificação*, Goldmann, em linguagem clara e elegante, reapresenta as idéias de Lukács, deslocando-as porém de seu eixo estruturador. O que interessa a ele não é tanto exemplificar, nas antinomias do pensamento burguês, os efeitos visíveis da reificação e, na ação prática do sujeito-objeto idêntico, a consciência enfim realizada. Goldmann volta-se sobretudo para “as conseqüências psíquicas e intelectuais” do fenômeno. Por isso, atém-se à análise dos efeitos da dessocialização e dessolidarização, entre os homens, produzidos pela reificação e, também, pela contra-tendência representada pela ação operária.

Goldmann ilustra os efeitos desagregadores da reificação, num encadeamento crescente, a partir da formação do *homo-aeconomicus*, isto é, do indivíduo egoísta – típico da sociedade capitalista – que busca maximizar suas vantagens: símbolo da ruptura entre o indivíduo e o ser genérico. Essa ruptura redefine a relação dos homens com as coisas (predomínio do valor de troca sobre o valor de uso) e acaba por atingir a relação do homem com a natureza (o aspecto sensível das coisas naturais é suplantado pelo caráter abstrato e quantitativo do valor de troca) etc.

Mas o caráter anárquico da produção capitalista clássica produz crises e, com elas, a possibilidade da resistência operária. “A relação entre a consciência operária e a reificação é diferente de todas as demais camadas da sociedade”, observa Goldmann (1959, p. 96). A força de trabalho “se compõe de seres pensantes **virtualmente** refratários a uma ordem social que os assimila às coisas” (1959, p. 96). Por essa razão, a classe operária, para defender os seus interesses mais imediatos, precisa romper a fragmentação do mundo burguês e realizar sua união: “a solidariedade tem, para a vida social e para o pensamento dos operários, importância tão grande quanto o egoísmo e a concorrência para os burgueses e para as camadas médias” (GOLDMANN, 1959, p. 96).

Como se pode perceber, Goldmann desloca o eixo da teoria lukacsiana da reificação e acrescenta-lhe novos elementos. Mais do que isso, utiliza esse aparato teórico como referência para estudar prioritariamente a vida cultural, com especial ênfase na literatura (áreas não exploradas por Lukács em *HCC*). A presença cada vez maior da reificação no mundo burguês reflete-se com clareza na evolução da forma romanesca. Para dar conta desse processo, Goldmann voltou a Marx em seus últimos cursos universitários<sup>3</sup>. A reificação é o tema que abria suas aulas sobre os *Grundrisse*, especialmente a presença do dinheiro como mediador universal e sua influ-

ência sobre a vida social. Esse tema estava presente em *HCC*, graças aos estudos de Simmel, de quem o jovem Lukács havia sido aluno. A leitura de Goldmann, entretanto, associa valor de uso com vida autêntica, opondo-o, conseqüentemente, ao valor de troca e seus efeitos deletérios sobre a comunidade humana. Nem em Marx e nem em Lukács encontramos essa conotação nostálgica. Ela se fez presente, é verdade, em algumas obras juvenis de Marx, quando o autor ainda desconhecia a economia política e as funções do dinheiro em seu interior (equivalente nas transações, meio de circulação, meio de pagamento, moeda universal etc).

Nas obras maduras de Marx, a compreensão do papel do dinheiro na economia mercantil desloca o eixo da crítica para o capital. Não é mais o dinheiro o elemento dissolvente da sociabilidade humana, o ser endemoninhado que corrompe os valores humanos.<sup>4</sup> A mesma coisa vale para o predomínio crescente da quantidade sobre a qualidade ou, como quer Goldmann, do valor de troca sobre o valor de uso, tese que pressupõe a pretensa autenticidade do mundo pré-capitalista. O valor de uso, para Marx, não desaparece na troca mercantil: ao contrário, permanece implícito na mercadoria, pois corresponde às reais necessidades do ser humano (somente o pós-modernismo, várias décadas depois, irá retomar a tese da des-substancialização da vida social e do conseqüente desaparecimento do valor de uso, numa sociedade que, aparentemente, viveria apenas de consumir ideologia...).

A teoria da reificação, tal como retrabalhada por Goldmann, distancia-se da formulação original de Marx e Lukács. Para o filósofo húngaro, nenhuma classe escapa totalmente da reificação. A história, entretanto, continua a desenvolver-se graças às contradições objetivas da sociedade. Sobre essa base material, os homens “fazem sem saber”, isto é, re-

3 Um resumo das aulas de Goldmann encontra-se reproduzido no livro de Nair e Löwy (1973, p. 156-158).

4 Num outro trabalho, procurei mostrar as transformações do pensamento de Marx. Nos textos juvenis, o dinheiro era enfiado a partir de uma transposição das idéias de Feuerbach sobre a alienação religiosa. Assim, como o Deus feuerbachiano, o dinheiro apropria-se das qualidades humanas (Cf. FREDERICO, 1995, p. 151-157).

alizam a história com falsa consciência. Em Goldmann, contrariamente, a “aspiração à totalidade”, à “comunidade humana autêntica” radica-se na aposta subjetiva de um sujeito transindividual (a classe, o grupo), e não nas condições materiais que, em Lukács, se impõem com férreo determinismo.

A “aspiração à totalidade” evidencia a proximidade do marxismo de Goldmann com o “pensamento trágico” e, portanto, com a utopia.

## REFERÊNCIAS

COHEN, Mitchell. The concept of community in the thought of Lucien Goldmann. *Praxis International*, Oxford, v. 6, n. 2, summer, 1986.

\_\_\_\_\_. *The wager of Lucien Goldmann*. Princeton University Press, 1994.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx*. São Paulo: Cortez, 1995.

GOLDMANN, Lucien. *Le dieu caché*. Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. L'esthétique du jeune Lukács. In: \_\_\_\_\_. *Marxisme et sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1970.

\_\_\_\_\_. Georg Lukács l'essayiste. In: \_\_\_\_\_. *Recherches dialectiques*. Paris: Gallimard, 1959.

\_\_\_\_\_. *Origem da dialética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. La réification. In: \_\_\_\_\_. *Recherches dialectiques*. Paris: Gallimard, 1959.

\_\_\_\_\_. Reflexiones sobre historia y consciencia de clase. In: MÉSZÁROS, Istvan (Org.). *Aspectos de la historia y la consciencia de clase*. México: Universidad Autónoma de México, 1973.

HELLER, Agnes. Group interest, collective consciousness, and the role of intellectual. In: HELLER, Agnes; FEHÉR, F. *The grandeur and twilight of radical universalism*. London: Transaction Publishers, 1991.

LUKÁCS. In: *ENCYCLOPAEDIA Universalis*. 1971. v. 10.

LUKÁCS, Georg. [Carta enviada Lucien Goldmann]. 10 out. 1959. In: TERTULIAN, Nicolas. *G. Lukács: étapes de sa pensée esthétiques*. Paris: Le Sycomore, 1980.

\_\_\_\_\_. *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia dell' essere sociale*. Roma: Riuniti, 1971.

\_\_\_\_\_. *La théorie du roman*. Paris: Denoël, 1968.

\_\_\_\_\_. *El alma y las formas*. Barcelona: Grijalbo, 1971.

NAIR, Samir; LÖWY, Michael. *Goldmann ou la dialectique de la totalité*. Paris: Seghers, 1973.

TERTULIAN, Nicolas. *G. Lukács: étapes de sa pensée esthétiques*. Paris: Le Sycomore, 1980.

# As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos<sup>1</sup>

Assis Brandão – UFPE

## RESUMO

Artigo que mostra os principais argumentos esgrimidos por Bobbio em suas duas polêmicas democráticas com os comunistas italianos. A primeira dessas polêmicas ocorreu na década de 50 e teve Palmiro Togliatti e Galvano della Volpe como opositores. Contra esses pensadores comunistas, que defendiam a ditadura do proletariado, Bobbio defende as liberdades liberais clássicas e a democracia liberal. A segunda ocorreu na década de 70 e teve vários socialistas e comunistas como interlocutores do ex-professor da Universidade de Turim. Nela, Bobbio defendeu a inevitabilidade moderna da democracia representativa contra todas as formas de democracia direta.

Palavras-chave: Democracia. Comunismo-Itália. Liberalismo. Socialismo.

## ABSTRACT

Article that intends to show the main arguments wield by Bobbio in his two democratic polemics with the Italian communists. The first of them occurred in the fifties and had Palmiro Togliatti and Galvano della Volpe as oppositors. Against these communist thinkers, who defended the proletariat dictatorship, Bobbio supports the classical liberal liberties and the liberal democracy. The second occurred in the seventies and had several socialists and communists as Bobbio's interlocutors. In this polemic Bobbio defended the modern inevitability of representative democracy against all forms of direct democracy.

Key words: Democracy. Communism-Italy. Liberal liberties. Socialism.

Os grandes interlocutores políticos de Bobbio na Itália sempre foram os marxistas, os ideólogos do extinto Partido Comunista Italiano (PCI). Foram eles que, ao longo das últimas quatro ou cinco décadas do século passado, instigados pelos artigos polêmicos do professor da Universidade de Turim, mais e melhor escreveram sobre a sua obra política.

Bobbio nunca foi marxista, mesmo que, durante a resistência e no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, tenha abordado alguns temas por ângulos que muito se aproximavam daqueles utilizados pelos marxistas. Também nunca foi antimarxista, mesmo sendo um liberal-não-liberista convicto. Ele sempre teve Marx e os marxistas, não obstante as divergências sempre rigorosamente explícitas com os mesmos, dentro de um certo campo de aproximação.

Não sendo marxista, tampouco antimarxista, mas um não-marxista, liberal e socialista, de posições bastante sólidas, o fato é que Bobbio e suas idéias tiveram uma importância marcante para os comunistas italianos na segunda metade do século XX. Ela é tão grande que, segundo Perry Anderson (1989, p. 40), talvez com um pouco de exagero, foi Bobbio que “incurtiu no PCI a idéia do eurocomunismo e previu sua adoção 20 anos antes que se concretizasse”. É compreensível, portanto, que os comunistas italianos tenham se dedicado tanto à sua obra. Mais recentemente, contudo, essa obra tem

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um fragmento de minha Tese de Doutorado *A Concepção de Democracia*

em *Bobbio*, defendida no Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da UFMG, em 2001.

sido objeto de discussão também de marxistas de outros países.

Desenvolveremos a abordagem que os marxistas italianos fazem da reflexão de Bobbio sobre a democracia tendo por referência principalmente as duas polêmicas travadas entre eles nas décadas de 50 e 70.

A polêmica da década de 50 iniciou-se com a publicação, em 1951, na revista *Comprendre*, do ensaio de Bobbio *Invito al colloquio*, em que o autor convida liberais e comunistas para um diálogo, com a finalidade de quebrar ou diminuir a intransigência política existente entre ambos os campos ideológicos. Essa era a época dos primeiros anos da “guerra fria”, período que se assemelhava, de alguma forma, segundo Bobbio (1955, p. 9), na introdução a *Politica e Cultura*, à situação em que “se todo o mundo fosse dividido exatamente em vermelhos e pretos, (aquele que se colocasse) ao lado dos pretos seria inimigo dos vermelhos (e aquele que se colocasse) ao lado dos vermelhos seria inimigo dos pretos. Não (se) poderia estar de algum modo fora de uns e de outros”. No entanto, o autor não se postava rigorosamente, de forma integral, em nenhum dos lados. Ele nem era comunista, nem tampouco um defensor de todos os valores da civilização liberal burguesa. Como liberal e socialista, “mais liberal que socialista”, simultaneamente acolhia e negava valores de ambas as sociedades, pleiteando uma certa integração entre elas, a partir do que as duas apresentavam de positivo.

Pelas circunstâncias históricas, o diálogo, pleiteado por ele, mostrou-se como de difícil realização. É tanto que ao seu convite atenderam apenas os comunistas, ficando de fora os liberais. A ausência destes, segundo Alfonso Ruiz Miguel (1980, p. 14), terminou por levar Bobbio a inclinar-se mais intensamente para as posições liberais. No diálogo com os comunistas, o Bobbio liberalsocialista, em lugar de enfatizar os seus ideais socialistas, que, de fato, a nosso ver, eram quase que inexistentes na época —, deu preponderância aos argumentos contrários aos dos comunistas, isto é, àqueles de cunho liberal.

Com isso, a mediação que seria feita por ele entre os “dogmatismos opostos” terminou por inexistir.

Três intelectuais comunistas participaram do diálogo, Bianchi Bandinelli, Palmiro Togliatti, que o fez sob o pseudônimo de Roderigo di Castiglia, e Galvano Della Volpe. Destes, pelo conteúdo da discussão travada com Bobbio, interessa-nos principalmente o último, mesmo que o núcleo do debate, a defesa feita por Bobbio do liberalismo como valor universal, “como valor da humanidade, não como valor burguês”, esteja presente nas três discussões. Com Bianchi Bandinelli, o diálogo fluiu precipuamente em torno da questão da liberdade da cultura e teve como pano de fundo a idéia, esgrimida por Bobbio (1955), de que na União Soviética tal liberdade inexistia. Com Togliatti, a discussão, também sobre a liberdade, tomou outra direção, essencialmente a possibilidade ou não de integração da liberdade liberal com o socialismo. Enquanto Togliatti defendia a idéia da sua impossibilidade, Bobbio (1955), ao contrário, a via como sobremaneira plausível. Em relação a Galvano Della Volpe, o mais destacado teórico marxista italiano do pós-guerra, o diálogo ganha contornos particulares, mesmo que igualmente tenha por núcleo a questão da liberdade. Ambos os autores figuram mais um capítulo da discussão sobre a relação entre liberalismo e democracia, chegando a conclusões diferentes sobre a mesma e sobre a própria liberal-democracia, que acolhe argumentos favoráveis de Bobbio e contrários de Galvano Della Volpe. É essa avaliação sobre a liberal-democracia que dá um caráter diferenciador ao diálogo Bobbio-Della Volpe, atribuindo ao mesmo um lugar sobremodo relevante na reflexão democrática de Bobbio do período.

O texto que abre a polêmica de Bobbio com Della Volpe é *Democrazia e dittadura*, artigo publicado inicialmente na revista *Nuovi Argomenti*, em 1954, e que, posteriormente, foi republicado no livro *Politica e Cultura* (BOBBIO, 1955). Nesse artigo, Bobbio faz a defesa da democracia liberal contra a ditadura soviética. Segundo ele, a reflexão “marxista-leninista” defende a idéia de que todo Estado é

uma ditadura e que, dessa maneira, é melhor a ditadura soviética do que as ditaduras ocidentais, por serem estas menos democráticas do que aquela. Ele não concorda com tais postulados marxistas e afirma que a atribuição do qualificativo “ditadura” para qualquer Estado termina por envolver uma certa distorção conceitual, pois “ditadura” é uma forma particular de exercício do poder político, isto é, um regime político, da mesma forma que também o é “liberal-democracia”. Em sua opinião, o uso do termo “ditadura”, de maneira genérica, para significar tanto regime político como domínio de classe, como fazem os marxistas, termina por acarretar uma evidente imprecisão terminológica, levando a que se possa conceber, por exemplo, no caso de domínio da classe burguesa (ditadura da burguesia), tendo em vista o fato de que o exercício do poder pode ocorrer por meios liberais ou, alternativamente, por meios ditatoriais, a idéia pouco convencional da existência de algo como uma “ditadura liberal” e uma “ditadura ditatorial”. Assim, para Bobbio, o termo “ditadura”, para evitar mal-entendidos, deve ser empregado sempre em sua acepção estrita de regime político.

Empregando-o com esse sentido é que os liberais condenam a União Soviética por ser ela uma ditadura, não no sentido genérico de domínio da classe trabalhadora, como querem os marxistas, mas como um regime em que não são respeitadas as liberdades civis e políticas, ao contrário do que acontece com as liberal-democracias ocidentais. Os marxistas, por sua vez, condenam as liberal-democracias por serem elas uma forma de expressão do domínio de classe burguesa, isto é, da ditadura da burguesia. Ao que Bobbio pondera, afirmando que a estrutura institucional do Estado liberal, não obstante seja um invento burguês, garante um conjunto de valores que interessam ao homem enquanto homem, sendo, por esta razão, universais, como, por exemplo, os direitos civis. Além disso, o regime liberal-democrático, quando comparado à ditadura do proletariado, destaca-se pelo seu “valor de técnica jurídica mais refinada e mais avançada”, podendo, por esta razão, enquanto técnica, ser utilizado, quer

em países em que o domínio de classe é burguês, quer naqueles em que ele pertence ao proletariado (BOBBIO, 1955, p. 156).

Bobbio chama a atenção para o fato de que a contraposição que faz entre ditadura e democracia não ocorre entre ambos os termos entendidos de maneira genérica, mas em seu sentido estrito, como regime político. É uma contraposição entre o regime ditatorial e o regime liberal-democrático, isto é, a democracia com o liberalismo, com a liberdade. Em sua opinião, o liberalismo é o pressuposto do próprio funcionamento da democracia. Assim, ele termina por realizar uma defesa rigorosa da liberal-democracia em oposição à ditadura do proletariado, na medida em que na primeira há liberdade e na última, não. E nega o argumento marxista de que existe maior democraticidade na ditadura do proletariado do que na liberal-democracia, pois, segundo ele, onde não há liberalismo, não existe democracia. Os marxistas poderiam ter razão apenas se se concebesse, como eles fazem, a democracia como “governo para o povo” e não como “governo do povo”. Com isso, no entanto, eles rompem a diferenciação entre ditadura e democracia, acolhendo a idéia de que algumas pessoas, por meios não liberais, poderiam estar realizando os interesses do povo. De acordo com Bobbio, nesse caso, não existiria democracia, mas ditadura, pois, para ele, a democracia é o “governo do povo”, isto é, a democracia liberal. E sem os direitos de liberdade, não há democracia. Em síntese, para Bobbio a democracia ou é liberal, com os direitos de liberdade e as instituições que lhes são próprias, ou não é democracia.

Galvano Della Volpe fez a defesa do marxismo, opondo-se a Bobbio. Em artigo que, segundo Bellamy (1987, p.148.), soaria hoje, de certa forma, como uma “exposição pedante dos principais princípios do marxismo”, Della Volpe ([19--], p. 39), definindo a direção de sua crítica, afirma que Bobbio nos “convida [...] a aplicar-nos ao nó problemático mais difícil e obscuro da moderna teoria da ‘democracia’: a complexa e ambígua relação de liberalismo [...] e democracia”. Segundo ele, o texto de Bobbio,



pelo seu conteúdo, lembrava-lhe uma velha música, aquela entoada por Benjamin Constant contra Rousseau, quando da sua discussão clássica sobre a liberdade dos antigos em comparação àquela dos modernos. À liberal-democracia de Bobbio, Della Volpe ([19--]) contrapunha a democracia de Rousseau, Marx e Lenin. O núcleo de sua crítica consiste na idéia de que o arcabouço institucional da liberal-democracia, defendida por Bobbio, é de natureza sobremaneira abstrata, pelo fato de o Estado liberal-democrático apresentar como fundamento de sua autoridade a sociedade civil burguesa e não a massa orgânica dos trabalhadores, como o Estado soviético. Essa percepção do Estado como abstração da sociedade civil é devida por Della Volpe ao jovem Marx, na *Crítica da filosofia hegeliana do direito público*. Nessa obra, Marx (1987), defendendo uma democracia radical, critica as instituições representativas do Estado liberal. Para ele, quando a sociedade civil não é a sociedade política real, mas, ao contrário, existe uma separação entre elas, a participação dos indivíduos passa a ocorrer através de representantes, como que criando uma unidade artificial, abstrata, nessa sociedade de fato dividida. A estrutura representativa não consegue soldar a divisão entre a sociedade civil e a sociedade política, o que ela permite é a criação de uma falsa unidade, desde que a unidade real entre elas exigiria a própria inexistência das instituições representativas. Na democracia radical, o sentido de representação é absolutamente outro.

É a partir dessa percepção que, segundo Della Volpe ([19--]), Marx pôde não apenas rejeitar a representação, mas também a divisão dos poderes, ao compreender, como o faz na época da Comuna e expõe em *A guerra civil na França*, que ela não se deveria configurar como uma estrutura parlamentar, mas como um órgão de trabalho, legislativo e executivo ao mesmo tempo. De acordo com Della Volpe ([19--]), tais conclusões de Marx, que chegam a Lenin e com as quais ele próprio comunga, servem-lhe como fonte teórica para a afirmação de que uma vez mudada a fonte de autoridade de um Estado, a sua configuração institucional não pode

ser a mesma. O estado socialista, que tem por fonte de autoridade a massa orgânica dos trabalhadores, não poderia, assim, manter as instituições representativas e a divisão dos poderes. Observamos, no entanto, que são exatamente essas instituições que compõem o núcleo institucional básico do Estado liberal-democrático preconizado por Bobbio. Elas dariam a base de sustentação para a garantia dos direitos de liberdade. Contudo, a liberdade garantida pela liberal-democracia bobbiana, segundo Della Volpe ([19--], p. 46.), é sobremaneira restrita, posto que é a liberdade na sociedade civil, a *libertas minor*,

a liberdade dos membros da 'sociedade civil' no seu sentido histórico e técnico: a liberdade de produtores capitalistas, burgueses, [...] que consiste na livre iniciativa econômica, na segurança da propriedade – burguesa – e liberdades pessoais entre as quais as de consciência, de culto, de imprensa, etc. É em grande parte especificamente a liberdade de uma classe.

Diferentemente, a liberdade que seria garantida pela estrutura institucional do Estado socialista, mas não pela do Estado liberal-democrático,

é mais universal: é o *direito de cada qual* ao reconhecimento *social* das suas *pessoais qualidades e capacidades*; é a instância *democrática*, verdadeiramente universal, do *mérito*, isto é, do fortalecimento *social* do *indivíduo* e, portanto, da personalidade. É precisamente a *liberdade igualitária*, liberdade justa, ou seja, liberdade em função da justiça: e neste sentido uma espécie de *libertas maior* (DELLA VOLPE, [19--], p. 46).

Sintetizando a visão de Della Volpe ([19--]) sobre a concepção de democracia de Bobbio no período, podemos afirmar que, em sua opinião, a liberal-democracia bobbiana é mais liberal que democrática, no sentido de ser constituída por instituições que garantem a instância liberal da liberal-democracia, a chamada *libertas minor*, mas não a sua instância democrática, a *libertas maior*, que, de fato, rigorosamente, nem faz parte da liberal-democracia e só pode ser garantida pelo Estado socialista.

Finalmente, achamos importante destacar alguns tópicos, que nos parecem relevantes na reflexão

democrática de Bobbio da década de 50, mas que não foram tocados ou o foram apenas marginalmente pelos críticos do autor, especialmente por Della Volpe ([19--]). Uma primeira questão refere-se ao destaque dado por Bobbio ao fato de que o que distingue a ditadura da liberal-democracia é o caráter liberal desta última. Observamos que a democracia como método, já defendida, nesse período, mesmo que de forma ainda embrionária, por Bobbio, apresenta, como um dos pontos para a sua defesa, a idéia de que ela é possuidora de critérios mínimos que a distinguem definitivamente dos regimes ditatoriais. Esses critérios são constituídos primordialmente pelo acolhimento de alguns princípios liberais enquanto “regras do jogo” democrático. Nesse sentido, uma certa ênfase nos princípios liberais para distinguir ditadura de democracia existe quando da defesa que o autor faz da democracia como um conjunto de regras, tendo inclusive, essas regras definidas, mas já está presente temporalmente bastante antes em sua reflexão. Uma outra questão diz respeito à própria idéia de que o germen da democracia como método está presente em Bobbio já em *Democrazia e Dittadura*, mesmo que neste artigo não existam ainda definidas as chamadas “regras do jogo” democrático. De qualquer maneira, quando ele postula “a exigência de convidar os defensores da ditadura do proletariado a considerarem a forma de regime liberal-democrático pelo seu valor de técnica jurídica mais refinada e mais avançada” (BOBBIO, 1955, p. 156), após afirmar que é necessário

que se comece a conceber o direito não mais como um fenômeno burguês, mas como um complexo de normas técnicas que podem ser adotadas tanto por burgueses quanto por proletários para a consecução de certos fins, que tanto a uns quanto a outros, enquanto homens sociais, são comuns (BOBBIO, 1955, p. 156),

parece não deixar margens para muitas dúvidas quanto ao fato de que alguns traços da sua defesa da democracia como método, que será cristalizada posteriormente, já se encontram aqui delineados. Por fim, a última questão é relativa ao fato de que

Bobbio, neste debate, praticamente ignora o problema fundamental da teoria democrática, referente ao elitismo e à participação política. Sobre o elitismo, é compreensível em razão de que, apenas na década de 60, ele vai estudar em profundidade os seus teóricos fundamentais, Mosca e Pareto. Quanto à participação, que ele destacara na década de 40, sua ausência só é explicável pela inflexão liberal por que passa o seu pensamento durante a década de 50, principalmente no contexto do diálogo com os comunistas. Por essa razão, inclusive, Della Volpe ([19--]), com um pé em Rousseau e outro em Marx, o recrimina, atribuindo a ausência de participação no desenho da liberal-democracia bobbiana às suas instituições políticas de cunho representativo, que são restritivas da participação.

A polêmica da década de 70 ocorre em um contexto bastante diferente daquele do início dos anos 50. Agora, não mais estava posta a tensão política dos primeiros momentos da “guerra fria”, que configura os contornos contextuais do primeiro debate, mas, em certo sentido, curtiase a ressaca do movimento estudantil de 68, que, como afirma Lafer (1997, p. xv-xvi),

questionou a legitimidade do ‘reformismo democrático’, ao exprimir-se em tonalidades estridentes de leninismo e maoísmo, na ‘utopia do homem do terrorismo das novo’ e também, no limite, na violência imprevisível e descontínua da crítica por meio das armas – o que na Itália inseriu-se no contexto político brigadas vermelhas.

Grupos de extrema esquerda questionavam o valor da democracia representativa em nome de variadas fórmulas de democracia direta, ao mesmo tempo em que o PCI caminhava célere em direção ao eurocomunismo. Para além disso, em outra dimensão, vivia-se um momento em que a política de centro-esquerda, estabelecida pela aliança dos socialistas com a DC, que vinha desde 1963, esvaziava-se, com a perda progressiva da força eleitoral dos socialistas, dando margem à configuração de um cenário político destacadamente marcado pelo predomínio dos dois grandes partidos, o PCI e a DC.

Tinha-se, inclusive, a expectativa de que a vitória dos comunistas terminaria por acontecer, dada uma certa inflexão à esquerda do eleitorado nas eleições administrativas de junho de 1975 e o bom desempenho do PCI nas eleições gerais antecipadas de junho de 1976 (MIGUEL, 1980, p. 25). Em síntese, era um momento em que, por um lado, no plano teórico, grupos de esquerda criticavam a esquerda tradicional, que se punha mais e mais à direita, e, por outro, essa mesma esquerda, talvez pelo fato mesmo de ter-se guinado à direita, trabalhava com expectativas concretas de alçar-se ao poder de Estado. É interessante observarmos que a direitização do PCI, em direção ao eurocomunismo, significa, de alguma maneira, uma bobbianaização do PCI sem Bobbio. As teses defendidas por Bobbio no diálogo da década de 50 tornaram-se hegemônicas no PCI vinte anos depois. Não se pode aquilatar com rigor a sua influência nessa mudança, se bem que também não se possa negá-la. Sabe-se que ela não pode ser atribuída apenas a ele, mas sabe-se igualmente que sua influência não foi negligenciável.

A segunda polêmica, dos anos 70, inicia-se com a publicação, em 1975, na revista *Mondoperaio*, dos artigos de Bobbio “Existe uma doutrina marxista do Estado?” e “Quais as alternativas para a democracia representativa?”. A ela acorreram, de imediato, vários autores comunistas e socialistas, dentre os quais podemos destacar Umberto Cerroni, Massimo Boffa, Valentino Gerratana, Achille Occhetto, Pietro Ingrao, Giorgio Ruffolo, Giuseppe Vacca, etc. Ao contrário da anterior, que funcionou como uma espécie de bomba de efeito retardado, não tendo, no momento em que foi travada, maior repercussão, esta repercutiu imediatamente. Muito dessa repercussão é devido ao prestígio de Bobbio na esquerda italiana, que, na década de 70, já era bastante consolidado. Em relação às ausências, Alfonso Ruiz Miguel chama a atenção para o fato de que elas foram expressivas em ambas as polêmicas. Na primeira, os liberais, que, chamados ao diálogo, escusaram-se de qualquer participação; na última, aquela que, em sua opinião, foi a grande interlocutora implícita de

Bobbio, a esquerda extra-parlamentar, que criticava a democracia representativa em nome da democracia direta. Ela, mesmo não estando completamente ausente, tendo em vista, por exemplo, a presença de Antonio Negri, teve participação pouco relevante (MIGUEL, 1980, p. 26-27). Parece-nos inegável, no entanto, que os grandes interlocutores explícitos de Bobbio, em ambas as polêmicas, estiveram presentes: os comunistas do Partido Comunista Italiano. Inclusive, é dentre eles que escolhemos dois, Pietro Ingrao e Giuseppe Vacca, de maneira a enfocarmos a crítica que fizeram à democracia bobbiana. Eles são os responsáveis por aquelas que reputamos como as mais representativas contribuições marxistas para a discussão do pensamento democrático de Bobbio durante a polêmica. Antes, no entanto, vejamos qual era esse pensamento de Bobbio.

Inicialmente, observamos que, dos dois artigos escritos por Bobbio, apenas um diz respeito mais diretamente à democracia, o outro toca no tema apenas tangencialmente. Em “Existe uma doutrina marxista do Estado?”, a preocupação principal do autor é mostrar a inexistência de uma ciência política marxista, no sentido de uma teoria do Estado socialista, que servisse de alternativa ao Estado burguês, ou mais especificamente, de uma teoria da democracia socialista que pudesse servir de alternativa à democracia burguesa (BOBBIO, 1979a, p. 13). Em sua opinião, naquelas “vinte páginas de Marx, já viradas e reviradas de todos os lados” (BOBBIO, 1979a, p. 19), sobre a Comuna de Paris, que constituem *A Guerra Civil na França*, existem apenas algumas áridas indicações sobre o que seria o arcabouço institucional do Estado democrático-socialista, sendo, portanto, insuficientes para que sejam pensadas como uma teoria desse Estado. Contudo, a sua constante e repetitiva invocação por parte dos marxistas, ao discutirem o referido Estado, quase chega a transformar, pelo princípio da autoridade, umas poucas fórmulas em um verdadeiro tratado de direito público (BOBBIO, 1979a, p. 31). A síntese do texto é essa. No entanto, em comentário lateral, Bobbio dá uma definição de democracia que é lapi-

dar, no sentido de expressar com clareza e concisão o conteúdo da concepção de procedimentalismo com ampla participação da cidadania, que é a característica da defesa bobbiana da democracia na década de 70. Referimo-nos à idéia que ele expressa ao afirmar que devemos entender por democracia

o sistema no qual vigorem e sejam respeitadas algumas regras que permitam ao maior número de cidadãos participar diretamente ou indiretamente das deliberações que, em diversos níveis – local, regional, nacional – e nos mais diversos setores – da escola, do trabalho, etc. –, interessam à coletividade (BOBBIO, 1979a, p. 23).

No outro artigo, *Quais as alternativas para a democracia representativa?*, Bobbio, a partir de considerações sobre o conceito que tem de democracia, os problemas que ela enfrenta na sociedade moderna e sua relação com o socialismo, procura discutir a existência ou não de modelos alternativos à democracia representativa na modernidade. Ele começa por afirmar que existe um significado predominante de democracia, que é acolhido por ele,

segundo o qual entende-se por ‘democracia’ um conjunto de regras – as chamadas ‘regras do jogo’ – que permitem a mais ampla e mais segura participação da maior parte dos cidadãos, seja de forma direta, seja de forma indireta, nas decisões políticas, isto é, nas decisões de interesse de toda a coletividade (BOBBIO, 1979b, p. 34).

Essas regras, em número de seis, são as seguintes:

a) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade, sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, etc. devem gozar dos direitos políticos, isto é, do direito de expressar através do voto a própria opinião e/ou de eleger quem se expresse por ele; b) o voto de todos os cidadãos deve ser de peso igual – isto é, deve valer por um; c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres para votar, conforme opinião própria formada, quanto mais livremente possível, isto é, numa competição entre grupos políticos organizados que disputam entre si para agregar os anseios e transformá-los em deliberações coletivas; d) devem ser livres, também, no sentido de que devem ser colocados na condição de possuírem alternativas reais,

isto é, de poderem escolher entre várias soluções; e) seja por deliberações coletivas, seja por eleições de representantes, vale o princípio de maioria numérica, mesmo que possam se estabelecer diversas formas de maioria – relativa, absoluta, qualificada – em determinadas circunstâncias previamente estabelecidas; f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em particular o direito de tornar-se maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 1979b, p. 34).

Tais regras, constitutivas do método democrático, isto é, da democracia, seriam o meio adequado para a tomada de decisões políticas pela coletividade. Independentemente dos resultados das decisões, eles seriam justificados pelo fato de haverem sido alcançados através de um bom meio. Segundo o autor, “o melhor resultado é aquele ao qual se chega com as melhores regras” (BOBBIO, 1979b, p. 36). Neste caso, ao contrário da máxima política tradicional de que os fins justificam os meios, são os meios que justificam os resultados.

Mas a democracia, seja ela direta ou representativa, de acordo com Bobbio, enfrenta, na modernidade, um conjunto de dificuldades que ele chama de “paradoxos da democracia”. Tais paradoxos, em sua opinião, tornam a democracia difícil e a democracia direta, pelas suas peculiaridades, ainda mais difícil. Mesmo sugerindo que há mais paradoxos do que os elencados por ele, Bobbio, em sua exposição, cita apenas quatro. O primeiro diz respeito à dificuldade que, segundo ele, existe para que sejam respeitadas as “regras do jogo” democrático nas grandes organizações. No entanto, as organizações da sociedade moderna, a começar pela estatal, são cada vez maiores. O segundo refere-se à burocracia. O Estado moderno cresce em dimensões e funções e, à medida que crescem as suas funções, cresce simultaneamente o seu aparato burocrático. Essa burocratização estatal é concebida por Bobbio historicamente em uma relação direta com a própria democratização. O “processo de democratização e (o) processo de burocratização não só procedem lado a lado, mas o segundo é consequência direta do primeiro”, diz ele (BOBBIO, 1979b, p. 38). A ampliação progres-

siva do sufrágio, acolhendo mais e mais setores da sociedade, isto é, a democratização do regime liberal até o alcance do sufrágio universal, teria trazido ao cenário político as reivindicações dos novos cidadãos que, ao serem acolhidas pelo Estado, acarretaram o aumento de suas funções e, assim, da sua burocratização. O terceiro paradoxo relaciona-se à tecnocracia. A sociedade industrial moderna, cada vez mais complexa, apresenta um grande número de problemas para cuja solução se requer competência técnica. No entanto, segundo Bobbio (1979b, p. 40), “democracia e tecnocracia são antagônicos”. Enquanto a democracia acolhe a idéia de que todos os cidadãos são competentes para decidir sobre os problemas políticos que interessam à coletividade, a tecnocracia, ao contrário, trabalha com o pressuposto de que apenas alguns indivíduos são possuidores de competência técnica específica para a resolução de problemas igualmente específicos, sendo todos os demais incompetentes. Na tecnocracia, decidem, portanto, os poucos competentes, ficando excluídos das decisões os muitos incompetentes. O mesmo não acontece na democracia, onde todos, por serem cidadãos, são competentes, não havendo, por essa razão, qualquer exclusão. Dado que a cidadania democrática é genérica e a competência técnica é restrita, Bobbio (1979b, p. 40) põe-nos a seguinte questão: “Não seria [...] contraditório pedir cada vez mais democracia numa sociedade cada vez mais tecnicizada?” O quarto e último paradoxo é fruto da relação entre a sociedade de massa e a democracia. Nesse caso, enquanto o processo democrático “pressupõe o livre e total desenvolvimento das faculdades humanas”, a massificação termina por figurar um “conformismo generalizado”, de tal sorte que, segundo Bobbio (1979b, p. 41), “a doutrinação característica das sociedades de massa tende a reprimir e a suprimir o sentido da responsabilidade individual, que é a base sobre a qual se rege uma sociedade democrática”. A sociedade democrática moderna, contudo, é, contraditoriamente, cada vez mais massificada.

Após expor os paradoxos da democracia, Bobbio envereda por uma discussão no sentido de clarificar a

relação existente entre democracia e socialismo. Um dado da realidade o deixa perplexo: “Onde se realizou o socialismo não existe democracia [...] e onde se observaram as regras do jogo democrático, o socialismo, até hoje, não chegou e nem mesmo parece ser iminente” (BOBBIO, 1979b, p. 43). Isso, segundo ele, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, pelo fato da relação entre democracia e socialismo não ser uma relação pacífica, da mesma maneira que também não foi a relação entre democracia e liberalismo. E ela não é pacífica, porque, em sua opinião, a democracia é subversiva, na medida em que subverte a idéia da estrutura tradicional do poder como algo que parte do alto para baixo, transformando-a em algo ascendente, isto é, que parte de baixo para cima. Essa idéia, quando relacionada ao “socialismo”, compreendido no sentido restritivo de transferência dos meios de produção privados para o Estado, é, de acordo com o autor, ainda mais subversiva, posto que aí também existe uma estrutura de poder descendente, que nega a democracia. Em segundo lugar, pela falta de um modelo de organização estatal democrático e socialista que seja alternativo ao modelo liberal-democrático.

Sobre esta última idéia, Bobbio discorre mais detidamente. Numa crítica frontal ao marxismo, ele afirma que quando diz que

um modelo alternativo verdadeiro e próprio de um Estado Socialista não existe [...], (quer) dizer que os esforços do pensamento político socialista, em particular o de inspiração marxista, foram concentrados acima de tudo na crítica do Estado representativo, e negligenciaram o projeto do novo Estado (BOBBIO, 1979b, p. 46).

Essa crítica teria sido feita em nome da democracia direta, que, em sua opinião, é a idéia central da teoria socialista do Estado. Os marxistas, no entanto, teriam feito da democracia direta um fetiche, sem nunca se preocuparem em saber se ela é possível, em que ela consiste, quais as suas relações com a democracia representativa, etc. Dessa maneira, o modelo da democracia direta esgrimido por eles configura-se como um modelo relativamente vazio.

Bobbio passa, então, a tecer comentários críticos sobre as três espécies de democracia direta que conhece, quais sejam: o *referendum*, o governo por assembleias e o regime do mandato imperativo com a revogação dos mandatos. Sobre o *referendum*, ele afirma que, em nossos dias, quando se fala em democracia direta é primordialmente a ele que se está referindo. No entanto, o *referendum* é um instrumento de uso limitado, pois seria impossível fazer uma consulta referendária a cada questão de interesse da comunidade. Na prática, tal instrumento é utilizado apenas para questões de grande importância para a coletividade, de modo que ele não pode ser pensado como um substitutivo para a democracia representativa, mas tão-somente como um seu complemento. Quanto ao governo por assembleias, segundo Bobbio, ele é aquele que tem maior relevância histórica para a democracia direta, sendo, inclusive, o sentido rousseauiano dessa democracia. Ele, entretanto, por um conjunto de fatores, é utilizável apenas para pequenos números, sendo, por essa razão, de utilização restrita. Não se cogitaria, assim, de fazer assembleias de países inteiros, nem mesmo de cidades. Além disso, pelo fato de ser utilizável apenas restritamente, como, por exemplo, em bairros, segundo Bobbio, há uma tendência a restringir também o conteúdo dos problemas, que não alcançaria as grandes questões nacionais e nem mesmo as questões gerais da cidade. Com isso, para o autor, “mesmo nesta segunda acepção [...], uma vez colocados em destaque os graves limites nos quais o ideal rousseauiano é praticável, a democracia direta pode ser um corretivo para a democracia indireta, embora não possa subjugar-la” (BOBBIO, 1979b, p. 50). Em relação à terceira e última espécie de democracia direta, o regime do mandato imperativo com a consequente revogação dos mandatos, que é a forma marxista de democracia direta, Bobbio é de opinião que ela é extremamente difícil de ser realizada, mesmo que o mandato imperativo já exista de fato onde há um sistema de partidos organizados, desde que se considere o mandante o partido, e não o eleitor individual. No entanto, quando os marxistas

pleiteiam a democracia direta, eles não se referem ao mandato imperativo que tem por mandante o partido, mas àquele cujo mandante são os eleitores. Este, de fato, é de difícil realização. Para além disso, há a questão ainda mais complexa da revogação dos mandatos, posto que, mesmo que seja evidente que quem deve revogá-los são os mandantes, segundo Bobbio, não é nada fácil a definição de quem são tais mandantes.

Se Bobbio critica a democracia direta e afirma que ela não é um substitutivo para a democracia representativa, podendo apenas ter um papel complementar na articulação entre ambas, ele não deixa de criticar também a democracia representativa. “Longe de mim”, diz ele, “a idéia de fazer do estado representativo o alfa e o ômega da sabedoria política. [...] De qualquer maneira, é um sistema melhor do que aqueles que o precederam e aqueles que até agora [...] o seguiram” (BOBBIO, 1979b, p. 51). Há uma opção evidente, por parte do autor, pelo sistema representativo, mesmo que acompanhada da idéia de que ele não é um sistema ideal.

Assim, a crítica que Bobbio faz ao referido sistema destina-se precipuamente a evidenciar que os problemas enfrentados pelo mesmo decorrem não do fato de ele ser representativo, mas por sê-lo menos do que deveria. O problema em si desloca-se da representação para os limites de aplicação da mesma. Sobre esses limites, ele fala inicialmente da restrição da área de controle do parlamento, o órgão mais expressivo da estrutura representativa, que, nas sociedades capitalistas, “onde as grandes decisões econômicas são tomadas por um poder parcialmente privado e atualmente também parcialmente não-nacional”, tem se tornado bastante estreita (BOBBIO, 1979b, p. 52). Além disso, voltando o olhar para o âmbito interno da estrutura estatal, Bobbio menciona um outro limite. Segundo ele,

aquilo que nós, por abreviação, chamamos de estado representativo, sempre teve que prestar contas ao Estado administrativo, que é um Estado que obedece a uma lógica de poder completamente diferente, descendente e não ascendente, secreta e não

pública, hierarquizada e não autônoma, tendente à imobilidade e não à dinâmica, conservadora e não inovadora, etc [...] A submissão do segundo ao primeiro nunca foi totalmente realizada (BOBBIO, 1979b, p. 52).

Em suas considerações finais sobre os limites do sistema representativo nas sociedades modernas, Bobbio investe contra o sistema capitalista na sua relação com o sistema representativo. Na sociedade capitalista as grandes decisões econômicas estariam fora do âmbito da soberania do cidadão, pois não chegam aos órgãos representativos, onde eles têm voz ativa, configurando, assim uma espécie de soberania dividida. Os cidadãos seriam soberanos nas áreas de poder para as quais há órgãos representativos e não o seriam para aquelas em que tais órgãos inexistem. Ele deixa mais ou menos explícita a idéia de que a superação da divisão dessa soberania, em algum nível, ocorreria pela instauração de estruturas representativas naquelas áreas de poder em que elas inexistem. Sempre, no entanto, faz questão de enfatizar, com “o útil subsídio dos regimes de democracia direta” (BOBBIO, 1979b, p. 53).

Na conclusão desse artigo, Bobbio evidencia mais uma vez a ausência de qualquer alternativa minimamente aceitável para o Estado parlamentar clássico. As duas alternativas que há, em sua opinião, pecam por unilateralismo. Ele refere-se às propostas apresentadas pelos partidários do *guild-socialism* e pelos *sovietistas*, ambos defensores da democracia industrial. Segundo ele, tais propostas incorrem no erro que sempre incorreram os teóricos da referida democracia, isto é, “o de acreditar na possibilidade de resolver a democracia política na democracia econômica, o autogoverno dos cidadãos no autogoverno dos produtores. O erro deriva de se acreditar que não haja problemas do cidadão distintos dos problemas dos trabalhadores – ou do produtor” (BOBBIO, 1979b, p. 54). No entanto, eles existem. E, de acordo com Bobbio, não é aceitável qualquer proposta que não atribua a devida relevância aos mesmos, como é o caso, por exemplo, daquelas que, de alguma maneira, têm *A questão judaica*, de Marx, como

fonte de inspiração, pois, se é verdade que, como bem o afirma Marx, a emancipação política não tem o alcance da emancipação humana, é também verdade que não pode existir emancipação humana sem que se passe pela emancipação política.

Dada essa reflexão de Bobbio sobre a democracia, voltemo-nos, então, para as críticas que lhe foram dirigidas pelos comunistas Pietro Ingrao e Giuseppe Vacca. Pietro Ingrao, em artigo em que faz a defesa de uma democracia de massa como alternativa tanto à democracia burguesa quanto ao stalinismo, argúi sobre a necessidade de existência de um método democrático, mesmo que não entre em detalhes sobre a sua configuração. Segundo ele, “atualmente, temos todos uma noção clara [...] dos estragos decorrentes do cancelamento de um método democrático de formação da vontade política” (INGRAO, 1979, p. 181). Nesse sentido, ele concorda com Bobbio. No entanto, a concordância, ao que parece, pára aí. No momento subsequente, após uma exposição sintética das “regras do jogo” bobbianas, Ingrao começa a problematizá-las, levantando duas linhas de questões bastante interessantes. Uma primeira, mais tradicional na crítica marxista da democracia no sistema capitalista, refere-se ao caráter abstrato da cidadania política. As “regras do jogo” de Bobbio terminam por igualar padrões e empregados do ponto de vista do procedimento, vendo-os apenas como cidadãos, sem relevar a sua inserção no mundo da produção. Mas será verdade, pergunta Ingrao, que existe igualdade real, por exemplo, na hora do voto, ou na hora de escolher alternativas, ou ainda quanto à possibilidade de passar de minoria a maioria, entre o dono da Fiat e o operário da Fiat? Ou seja, a desigualdade do mundo da produção é como que esquecida pelas “regras do jogo” bobbianas, que igualam abstratamente os homens no mundo da política. Entretanto, é evidente que existe repercussão entre esses dois mundos, de tal sorte que a igualdade do mundo da política, estabelecida pelas regras, termina por ser questionada a partir da desigualdade do mundo da produção, colocando em xeque essas próprias regras.

Uma segunda linha de questões, que reputamos como a contribuição particular de Ingrao à crítica da concepção de democracia de Bobbio, diz respeito ao fato de que este autor pleiteia que as “regras do jogo” democrático devem permitir a participação dos cidadãos, a mais ampla possível, de forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade. Ingrao interroga-se sobre quais seriam essas decisões. Isso porque, como vimos, Bobbio afirma que as grandes decisões econômicas são tiradas dos órgãos representativos e tomadas por um poder, em parte, privado e, em parte, também, não-nacional, o que acarreta uma diminuição da soberania. Segundo Ingrao, Bobbio atribui o caráter de secundariedade a algo que, de fato, é fundamental. Isso porque o poder privado, em que são tomadas as grandes decisões econômicas, não é um setor qualquer da sociedade excluído da soberania, mas um poder que está no centro de todo o mecanismo produtivo e social e que lhe condiciona as estruturas (INGRAO, 1979, p. 182). Assim, para o autor,

nos encontramos diante não de um limite *externo* (à soberania), mas interno, que ocorre dentro de todo o sistema da democracia representativa e investe o caráter e o alcance destas mesmas ‘regras’ nas quais Bobbio individualiza a dimensão da democracia. O cidadão abstrato, ao qual se refere Bobbio, cansar-se-á, ao sentir-se participante da soberania, se a área das grandes decisões econômicas o condiciona a ponto de incidir sobre sua qualidade mais humana, sobre seu rosto de trabalhador e sobre sua própria possibilidade de trabalhar, e quando, ao mesmo tempo, esta área é subtraída ao poder dos organismos por ele eleitos (INGRAO, 1979, p. 182-183).

Pelo ângulo do marxista Ingrao, o mundo econômico assume importância destacada dentro da sociedade global, mas é exatamente esse mundo que, de acordo com Bobbio, está excluído da soberania nas democracias das sociedades capitalistas contemporâneas. Ambos concordam sobre o fato de que tal exclusão é limitativa à soberania; no entanto, o marxismo de Ingrao o faz potencializar tanto o referido limite quanto as suas repercussões no âmbito geral

da democracia, o que torna mais aguda a sua crítica à democracia bobbiana.

Para além da crítica que realiza às “regras do jogo” democrático, como vistas por Bobbio, Ingrao aborda também a questão dos chamados “paradoxos” da democracia. É verdade que ele não estende a sua abordagem a todos os “paradoxos”, limitando-se, precipuamente, a discutir o problema da burocratização. E esta, particularmente na sua relação com o processo de democratização. Segundo Bobbio, burocratização e democratização são dois processos que caminham juntos, sendo o primeiro uma conseqüência direta do último. A democratização acarreta a burocratização, que termina por tornar a democracia mais difícil. Ingrao acha um absurdo o vínculo estabelecido por Bobbio entre democratização e burocratização e também não concorda com a idéia de que a expansão do Estado torne a democracia mais difícil. A expansão do Estado e a sua burocratização são vistas por ele como o fruto de políticas estabelecidas pelo próprio capitalismo com o objetivo de reestruturar-se, não como conseqüência da democratização. E tais fenômenos, ao mesmo tempo em que criam problemas para a democracia, dificultando a sua existência, também são possibilitadores para a mesma, o que lhes concede a natureza de uma certa ambigüidade. A burocracia contribuiria para gerar, quando da sua expansão, com a criação de novas classes médias, conflitos no interior da própria máquina estatal, sendo isso o que especificaria o seu caráter possibilitador.

De qualquer maneira, o enfrentamento dos “paradoxos” da democracia é visto por Ingrao como realizável apenas através da atribuição de uma nova substância para a soberania popular, essencialmente através da sua expansão para o processo produtivo, com a configuração do que ele chama de democracia de base em articulação com a democracia representativa.

A crítica de Giuseppe Vacca à concepção democrática de Bobbio volta-se especialmente para dois pontos: a) o nexos entre democracia e história; e b) os “paradoxos” da democracia. Em relação ao pri-



meiro, Vacca (1979, p. 151) chama a atenção para o fato de que não é possível a realização de qualquer reflexão fecunda sobre a democracia se ela não estiver pautada pelo pressuposto de que os problemas da democracia estão vinculados aos processos históricos, caso contrário ela termina por enveredar pelo “abstrato e infecundo modelismo jurídico e institucional”. No entanto, em sua opinião, é exatamente isso o que faz Bobbio, cuja “concepção tecnológica da democracia” não leva em conta a história, mesmo que, de alguma maneira, não esteja à margem da mesma, posto que se encontra inserida no que Vacca chama de “ideologia liberal-historicista da história”. Isso devido ao fato de que toda a estrutura conceitual de Bobbio, no seu tratamento da democracia, tem como referência fundamental tão-somente os indivíduos e o Estado, perdendo a dimensão classista, sendo, por essa razão, incapaz de “historicizar até o fundo as formas do Estado e, mais geralmente, da política”. Bobbio paira na superfície jurídico-institucional dos problemas histórico-políticos, não ousando arriscar-se além dela. Por tudo isso, segundo Vacca (1979, p. 152),

o caminho da crítica do Estado político lhe é impedido, não conseguindo historicizar nem a categoria jurídica, nem as formas institucionais e, aliás, assumindo sub-repticiamente as formas burguesas do direito e do Estado como os cânones hermenêuticos e de avaliação de todo o processo histórico.

A esses cânones hermenêuticos, evidentemente, é que Bobbio submete também a sua concepção de democracia, que, assim, se expressa como uma concepção burguesa, abstrata e deslocada da história.

Quanto aos “paradoxos” da democracia, isto é, a idéia de que as condições de ocorrência da democracia moderna são cada vez mais difíceis, Vacca também não concorda com Bobbio. Dos quatro “paradoxos” apresentados por este autor, Vacca não partilha de nenhum deles. No primeiro, relativo à dificuldade de se respeitar as “regras do jogo” democrático nas grandes organizações, segundo Vacca (1979, p. 173-174), o contrário é o que acontece: “nos países que, na ótica de Bobbio, devemos con-

siderar como democráticos por excelência, quanto maiores são as dimensões da organização tanto mais desenvolvidos e incisivos se apresentam os procedimentos democráticos – basta lembrar a Inglaterra ou os Estados Unidos”. De fato, Bobbio está referindo-se à “lei de ferro da oligarquia” e não nos parece que ela possa ser descartada tão facilmente assim, mesmo se referida aos países citados por Vacca. De qualquer maneira, Vacca (1979, p. 174), observando a questão por outro ângulo, dá uma certa razão a Bobbio: “a afirmação de Bobbio possui um valor geral se referida à eficácia destes procedimentos em promover a mudança política efetiva nestas realidades”, diz ele. No entanto, parece-nos óbvio que não é essencialmente a isso que Bobbio está se referindo ao falar das dificuldades da democracia nas grandes organizações.

O segundo e o terceiro “paradoxos” dizem respeito à contradição existente entre burocracia e tecnocracia, por um lado, e democracia, por outro. Por achar que burocracia e tecnocracia são um mesmo fenômeno, apenas em graus diferentes, Vacca prefere dar um tratamento unificado para ambos. Em sua opinião, há uma certa unilateralidade de Bobbio, ao perceber a burocracia apenas em sua aparência técnico-formal, para afirmar que toda burocratização é antidemocrática. Vacca não questiona o fato em si da ocorrência da burocratização nas sociedades modernas, mas atribui a mesma, diferentemente de Bobbio, que a vê como consequência da democratização – pelo menos no que diz respeito à burocratização estatal –, às características do capitalismo monopolista de Estado. Para além disso, não obstante acolha a visão de que a burocratização é um fenômeno irreversível, sob o aspecto da extensão da divisão técnica do trabalho, ele não partilha da idéia de Bobbio de que a burocracia e a tecnocracia estejam na origem de um novo autoritarismo. Ao contrário, segundo ele, elas surgem

como fatores de crise mais que de estabilização da sociedade tardio-capitalista, seja porque no capitalismo monopolista alimentam sempre mais a insubordinação social das classes médias, seja porque

este tipo de extensão dos aparatos de reprodução ampliada, expressão da tendência orgânica do modelo de desenvolvimento monopolista na depressão do trabalho produtivo, reduza progressivamente a própria eficiência do sistema capitalista (VACCA, 1979, p. 175).

O quarto e último “paradoxo” da democracia bobbiana, referente ao contraste entre processo democrático e sociedade de massa, é também criticado por Vacca. Enquanto Bobbio privilegia os efeitos perversos da massificação sobre alguns dos pressupostos fundamentais da democracia, Vacca (1979, p. 177) tende a relativizá-los, percebendo-os como prenes de ambigüidades, no sentido de que, ao mesmo tempo em que eles funcionam como “ameaças mortais para a democracia”, eles também estão carregados “dos significados de uma nova liberdade”. Esses significados libertários estariam dados a partir das possibilidades criadas pelas contradições e processos presentes na própria sociedade de massa. Além disso, ele percebe nessa sociedade um certo desenvolvimento do nível intelectual das pessoas, que, junto com a ampliação dos “elementos de consciência” e “vontades organizadas” no seu interior, sendo possibilitada a “articulação autônoma e pluralista” destas últimas, poderiam dar margem à constituição dos referidos significados de liberdade.

Uma última observação que gostaríamos de destacar, sobre a crítica de Vacca ao pensamento democrático de Bobbio, volta-se para os possíveis vínculos entre a democracia direta e a democracia representativa. Vacca discorda da idéia de Bobbio de um convívio entre ambas com o predomínio da democracia representativa. “Não concordo”, diz ele, “com a primazia atribuída por Bobbio à democracia representativa como sistema de recomposição política de todo o corpo social” (VACCA, 1979, p. 140). Para Vacca, a sociedade socialista, que ele quer ver construída, deve ser caracterizada pela “consolidação” e “extensão” da democracia, inclusive da democracia representativa, no entanto, sem a prioridade desta. A prioridade estaria destinada à idéia de uma certa “democracia dos produtores”, uma “demo-

cracia partindo de baixo”, que, com a democracia representativa, formaria uma espécie de “forma mista” de democracia. Receando cair no que chama de uma “modelagem abstrata”, o autor não entra em detalhes sobre a configuração dessa sua forma democrática mista, de qualquer maneira, fica evidenciado que nessa forma de democracia a prioridade está destinada à democracia direta.

Concluindo esta exposição sobre a polêmica dos anos 70, percebemos, em um primeiro momento, uma certa concordância entre Bobbio e seus críticos sobre a necessidade de se articular a democracia direta com a democracia representativa. Desse ponto de vista, por parte dos críticos de Bobbio, mais do que uma argumentação no sentido de se descartar a democracia representativa, o que vemos, no máximo, é uma discussão em termos de ênfase entre os pólos dessa articulação, não sobre a necessidade mesma da sua ocorrência. O centro da polêmica, no entanto, não está na visão dos participantes sobre o nexos entre a democracia direta e a democracia representativa, mas na discussão sobre as chamadas “regras do jogo” democrático, expostas por Bobbio. A crítica dos comunistas a essas regras volta-se principalmente para destacar o caráter abstrato das mesmas, que igualam patrões e empregados. Elas são atacadas também pelo fato de não relevarem a história, constituindo, por isso, uma espécie de “concepção tecnológica da democracia”, nesse sentido igualmente abstrata. Sintetizando um pouco tal crítica, talvez seja procedente afirmarmos que os comunistas imputam a Bobbio, por suas regras, uma concepção liberal burguesa de democracia, que universaliza os protagonistas da sociedade capitalista, atribuindo uma igualdade abstrata aos mesmos, a contrapelo da realidade, ao mesmo tempo em que, por essa mesma universalização, termina por não relevar a história.

Outro tema destacado na polêmica é o dos “paradoxos” da democracia, em que fica evidenciada a percepção algo pessimista de Bobbio na observação das dificuldades enfrentadas pela democracia moderna, em contraste com o otimismo dos comunistas,

que tendem a flexibilizar tais “paradoxos”, ao relativizarem as dificuldades delineadas pelos mesmos.

Por fim, um último destaque que faríamos sobre esta polêmica diz respeito à questão da participação e do elitismo político. Do ponto de vista da participação, salienta-se, neste momento, no método democrático bobbio, a idéia de que ela deve ser a mais abrangente possível, mesmo que não tanto quanto na democracia ética, que defendia na década de 40, período em que pertencia ao Partido da Ação. No entanto, talvez até de maneira algo surpreendente, a participação não é atraída para o núcleo em torno do qual se desenrolam os argumentos principais da referida polêmica, mesmo que, de alguma forma, ela também esteja presente, como, por exemplo, em Ingraio. Quanto ao elitismo, ele surge através dos “paradoxos” da democracia, em cuja configuração há uma dimensão de cunho claramente elitista. Isso é evidente tanto na “lei de ferro da oligarquia”, quanto nos pressupostos da idéia de burocracia e também de tecnocracia. No entanto, o tratamento dado por Bobbio a tais “paradoxos” não faz referências diretas ao elitismo, exceto no acolhimento da “lei de ferro da oligarquia”, que é um princípio elitista clássico. Assim, não obstante a presença evidente de uma questão elitista na discussão democrática de Bobbio no período, a idéia de elites políticas não recebe um tratamento destacado nem de Bobbio, nem dos seus críticos. Em Bobbio, já não se pode afirmar que tal fato ocorra em razão de ele não haver ainda estudado bem os elitistas, como na década de 50. Ao contrário, durante a década de 60, o elitismo talvez tenha sido o campo de estudo mais constante do autor. Assim, provavelmente, ele ocorra pela circunstância do método democrático bobbio encontrar-se, no momento, de uma certa maneira, bastante vinculado à idéia de participação. Nos críticos de Bobbio, isto é, nos marxistas, a razão talvez seja também esta. No momento em que Bobbio fazia sobressair a participação em seu método, provavelmente não fosse um bom argumento acusatório de elitista. De qualquer maneira, se há o destaque

na participação, há igualmente a ênfase nos paradoxos. E essa, nos parece, é a grande questão.

Terminada a exposição dessas duas grandes polémicas de Bobbio com os marxistas – a da década de 50 e a da década de 70 –, pensamos poder afirmar, conclusivamente, com certa segurança, que as grandes linhas da crítica que os teóricos marxistas fizeram ao pensamento democrático do professor da Universidade de Turim tornaram evidentes vários ângulos de discordância entre eles e Bobbio, mas tornaram evidente sobretudo uma questão que nos parece central: a idéia de que Bobbio é, para a crítica marxista, precipuamente um teórico liberal burguês que ostenta uma concepção liberal burguesa da democracia. O socialismo bobbio praticamente desaparece nos textos desses autores.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. As Afinidades de Norberto Bobbio. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 24, p. 14-41, 1989.
- BELLAMY, Richard. *Modern italian social theory*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: BOBBIO, Norberto et al. *O marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 13-31.
- \_\_\_\_\_. *Política e cultura*. Turim: Giulio Einaudi, 1955.
- \_\_\_\_\_. Quais as alternativas para a democracia representativa? In: BOBBIO, Norberto et al. *O Marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 33-54.
- DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau e Marx*. Lisboa: Edições 70, [19--].
- INGRAIO, Pietro. Democracia burguesa ou estalinismo? Não: democracia de massa. In: BOBBIO, Norberto et al. *O marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.181-192.
- LAFER, Celso. A autoridade de Norberto Bobbio: pefácio à edição brasileira. In: BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. vii-xxix.

MARX, Carlos. Critica del derecho del estado de Hegel. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Obras fundamentales**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987. v.1

MIGUEL, Alfonso Ruiz. Norberto Bobbio e el debate de la izquierda italiana. **Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense**, n. 59, p. 7-42, primavera 1980.

VACCA, Giuseppe. Discorrendo sobre o socialismo e a democracia. In: BOBBIO, Norberto et al. **O marxismo e o estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 139-179.



# Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo

Maria José de Rezende – UEL

## RESUMO

Fernando de Azevedo produziu, ao longo de sua obra, uma teoria da mudança social de grande significado para a sociologia brasileira. Suas análises dialogavam com as problematizações sobre a diferenciação e a evolução social, as quais, a rigor, estiveram presentes no processo de formação da Sociologia como ciência nos estudos de Spencer, Mauss, Durkheim, Ward, entre outros. Este artigo visa compreender tanto o modo como estes autores foram incorporados às investigações do sociólogo brasileiro, em questão, quanto as suas indagações, com base em um constante diálogo com diversos pensadores sociais (nacionais ou não), sobre as possibilidades e dificuldades de efetivação, no país, de processos contínuos de mudança social.

Palavras-chave: Mudança social. Fernando de Azevedo. Sociedade brasileira.

## ABSTRACT

Fernando de Azevedo created, throughout his entire work, a theory of social change which is considered of great value to the Brazilian Sociology. His analyses shared the same issues related to the differentiation and social evolution and took part in the process of establishing Sociology as a science in the studies by Spencer, Mauss, Durkheim, Ward, among others. The purpose of this article is not only to understand the way these authors were incorporated to the investigations of this Brazilian sociologist but also his questionings, based on a constant dialogue with several social thinkers (national or not national), about the possibilities and difficulties in accom-

plishing the continuous processes of social change in the country.

Key words: Social change. Fernando de Azevedo. Brazilian society.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é demonstrar que Fernando de Azevedo (1894-1974) construiu, ao longo de sua obra, uma concepção de mudança social expressivamente relevante para a sociologia brasileira. Essa empreitada exige tanto um mapeamento das diversas perspectivas teóricas evolucionistas que ampararam a sua análise, já que é através delas que ele construiu um amplo debate acerca da sociedade brasileira, quanto uma busca das singularidades teóricas contidas em suas obras. Tais particularidades eram oriundas de uma forma própria de incorporar as noções de evolução e de diferenciação para interpretar a dinamicidade do país. Mesmo tendo se aproximado intensamente das perspectivas evolucionistas, ele não encerrou nelas as suas análises, tanto que, no artigo *A evolução das elites políticas no Brasil contemporâneo e, principalmente, em São Paulo*, publicado em 1962, na obra intitulada *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*, ele lança mão também da perspectiva cíclica de Vilfredo Pareto (1848-1923) para demonstrar que no campo político, especialmente, não havia ocorrido, entre as décadas de 1930 e 1960, progressividade quanto ao modo de condução do processo político brasileiro, por parte das elites.

Assinale-se, todavia, que esta análise se iniciará buscando responder à seguinte questão: No que consistiria a sua originalidade quanto ao modo de incorporar os pressupostos evolucionistas? Esta indagação coloca-se em razão de que esses tiveram prevalência no interior de sua obra. Ainda que em menor grau, é detectável uma influência direta de Herbert Spencer (1820-1903) na primeira parte da obra *A cultura brasileira* (1996)<sup>1</sup>. Isso já não ocorre nas duas partes subseqüentes em que a concepção de evolução já aparece intermediada por outras vertentes evolucionistas, tais como a de Émile Durkheim (1858-1917) e a de Lester Ward (1841-1913), por exemplo.

Cândido (1994, p. 12-13) afirma que o livro *A cultura brasileira*,

à primeira vista, parece prolongar uma tradição brasileira vinda de Sílvio Romero (1851-1914) e praticada com grande coerência por Euclides da Cunha (1866-1909), tradição de base naturalista, pressupondo uma seqüência causal mais ou menos rígida formada pelo meio físico, a raça, a sociedade, a cultura, – vistos como fatores que vão determinando os seguintes e acabam todos definindo tanto a marcha da história quanto a fisionomia da nação. No entanto, há no livro de Fernando de Azevedo dois traços principais que modificam de maneira profunda este esquema explicativo. Em primeiro

lugar, a primazia da cultura [...]. Em segundo lugar, a importância dada à sua transmissão.

A influência da tradição naturalista é visível na primeira e na segunda parte da obra *A cultura brasileira*, as quais já continha um amplo esforço de Fernando de Azevedo por superar esse modelo de análise que floresceu no país a partir do último quartel do século XIX. Tanto que, ao discutir, na primeira parte da última obra mencionada, “os fatores da cultura”, já ficava evidenciado o esboço de um caminho que tentava desvencilhar-se paulatinamente daquele seqüenciamento rígido entre paisagem física, paisagem social e cultura. Os capítulos intitulados *As formações urbanas*, *Evolução social e política* e, principalmente, *Psicologia do povo brasileiro*, último capítulo – este da primeira parte – já deixavam evidenciado que ele estava buscando as causas e os fundamentos dos fenômenos sociais no domínio da vida social e não na paisagem física. Desde as primeiras páginas do texto *A cultura brasileira*, ele empreendia uma luta obstinada com os escritos de Durkheim para formular um percurso que lhe permitisse desvencilhar-se das explicações fundadas na raça e no meio físico.

O capítulo intitulado *Psicologia do povo brasileiro* pode ser tomado como o momento que melhor retrata esse empenho em analisar o caráter coletivo do povo brasileiro, não a partir da paisagem física, mas fundamentalmente através da paisagem social. Ele lança mão da idéia de não-preponderância dos fatores étnicos e geográficos como forma de combater a tradição naturalista que tendia a formular uma concepção de que não havia dinamicidade na sociedade brasileira em razão da imutabilidade dos caracteres físicos prevaletentes na constituição do homem brasileiro. Ou seja, Azevedo estava colocando em questão a necessidade de formular uma interpretação do país que refutasse as teses de uma condenação natural ao não-progresso, à não-evolução.

Evidentemente, que Antônio Cândido tem razão em destacar que, à primeira vista, o livro *A cultura brasileira* parece, em sua primeira parte, ter dificuldade em romper com a tradição naturalista. Tanto que o modo de Fernando de Azevedo buscar

1 Spencer afirmava: “[...] na história da sociedade, a lei geral da evolução encontra implementação específica. O mecanismo da evolução social baseia-se em três regularidades. Existe, em primeiro lugar, a inerente instabilidade das populações uniformes e homogêneas. Os seres humanos são fundamentalmente desiguais em relação ao legado hereditário, às experiências individuais, às condições ambientais em que vivem às oportunidades e privações contingentes com que se defrontam. Não conseguem, por conseguinte, permanecer como massa homogênea sem que surja a diferenciação de papéis, funções, poder, prestígio e propriedade. Segundo, existe a tendência de ampliação das desigualdades, especializações funcionais e disparidades de poder e riqueza. Na verdade, as diferenciações iniciais são gradual e cumulativamente ampliadas. Terceiro, uma vez que pessoas situadas em posições similares (atividades, funções, prestígio, riqueza) tendem a se manter unidas, a sociedade se divide em facções, classes e grupos segundo diferenças de classe, nacionais e ocupacionais. Uma vez erguidas barreiras para proteger essas identidades, a segregação no interior de uma dada população é reforçada, tornando impossível o retorno à homogeneidade” (SZTOMPKA, 1998, p. 184).

os traços persistentes e imutáveis do caráter coletivo brasileiro se assentava nessa dificuldade de rompimento, desde o início da obra, com explicações que se ajustavam com a paisagem física. Todavia, o que se verifica é que, de modo original, Fernando de Azevedo foi-se desvencilhando das explicações naturalistas e produzindo interpretações que situavam mais e mais os fenômenos sociais num domínio próprio, ou seja, no domínio da realidade particularmente social, como sugeria Durkheim. A terceira parte da obra é indicadora desse movimento.

As reflexões de Fernando de Azevedo estão fundadas na pressuposição de que a diferenciação social é impulsionadora da evolução e do progresso. As obras *A cultura brasileira* (1976), *Canaviais e engenheiros na vida política do Brasil* (1958a), *Princípios de sociologia* (1956), *A educação e seus problemas* (1958b), *Novos caminhos e novos fins* (1958c), *Sociologia educacional* (1958d), *Um trem corre para oeste* (1958e) entre outras, reportam-se aos ensinamentos do evolucionismo sociológico spenceriano, no que tange a um ponto de partida, que, a rigor, influenciou grande parte dos pensadores sociais brasileiros, e que pode ser sintetizado da seguinte forma: toda realidade (orgânica ou supra-orgânica) tem como princípio a diferenciação e a evolução.

Por intermédio de Herbert Spencer (1820-1903), o princípio da diferenciação constituiu-se pilar explicativo da vida social. Evidentemente que a noção de diferenciação naturalista deste último (SZTOMPKA, 1998, p. 183) adentrou as reflexões de Fernando de Azevedo, de modo singular. Encontra-se em suas análises uma influência mais acentuada dos pressupostos evolucionistas de Émile Durkheim (1858-1917) – “que recusava a tese do esquema unilinear de evolução que seria comum a todas as sociedades” (CUCHE, 1999, p.53) – do que diretamente do sociólogo britânico que havia influenciado grandemente os primeiros pensadores sociais brasileiros, como Euclides da Cunha (1866-1909) e Sílvio Romero (1851-1914), por exemplo.

A riqueza da obra do sociólogo brasileiro está exatamente no fato de que ele apontava inúmeras

dúvidas quanto aos vários modos das diversas perspectivas sociológicas tratarem a questão da mudança social. Em *Princípios de sociologia*, ele argumentava que

nenhuma das hipóteses formuladas para explicar a marcha da evolução social (unilinear, multilinear, diretiva, não-diretiva, cíclica idêntica e não-idêntica) <sup>2</sup> e as causas que a determinam parece encerrar mais do que uma parte de verdade, mostrando-se insuficiente como explicação geral [...]. A complexidade e a mútua dependência dos fatos sociais tornam de certo extremamente difícil, se não impossível, no estado atual da ciência, estabelecer uma lei ou leis gerais à evolução das sociedades humanas (AZEVEDO, 1956, p. 70-71).

#### DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA NA OBRA “A CULTURA BRASILEIRA”

A problemática da diferenciação e da evolução social recorta toda a obra *A cultura brasileira*. Já no primeiro capítulo, ao descrever o meio físico, as raças e a miscigenação para caracterizar a paisagem física e social brasileira, Fernando de Azevedo partia de duas questões que estão no âmago da teoria da diferenciação social: a heterogeneidade dos seres (aquela que está ligada às condições inatas e/ou na-

2 A perspectiva unilinear supõe que há uma via única pela qual a humanidade tem seguido no decorrer da história. Todas as sociedades teriam, então, seguido os mesmos percursos. Os pontos de saída e de chegada seriam idênticos para todos os grupos humanos (COMTE, SPENCER, WARD). A progressão da vida social tanto no sentido econômico, quanto no político e no social era, então, inevitável. A vertente multilinear questiona essa generalização e advoga que a mudança não pode ser pensada sem que haja a precisão das especificidades sociais. O dado distintivo mais relevante entre essas duas formas de análise é que essa última recusa uma automaticidade entre evolução e progresso. Ou seja, os efeitos daquela primeira podem ser positivos ou negativos se forem pensadas as diversas esferas da vida social (PARSONS, SMELSER, EISENSTADT). As abordagens não-diretivas e/ou cíclicas partem do pressuposto de que as recorrências, as constâncias, as repetições, os avanços e os recuos seriam indicadores de que a história não se processa de modo linear, multilinear ou diretivo, mas sim sob a forma de ciclos que se repetem de forma idêntica ou não idêntica (PARETO, SOROKIN). Nesse caso, não haveria diretividades sejam elas fundadas em progressividades (COMTE, SPENCER) ou em rupturas (MARX).



turais) e a heterogeneidade social (aquela que é produzida socialmente).

As diferenças entre os grupos sociais – advindas do meio físico e do meio social – foram exaustivamente trabalhadas por ele para caracterizar a civilização brasileira por causa da sua conexão com aquelas civilizações que deixaram aqui suas marcas, em razão do processo de colonização estabelecido no país. Seguindo os ensinamentos de Marcel Mauss (1872-1950) e de Durkheim – que advogavam “que, se há fenômenos sociais estritamente ligados a um organismo social e político determinado, a um povo ou a uma nação, há outros que transcendem um território nacional e se desenvolvem por períodos de tempo que ultrapassam a história de uma sociedade” (AZEVEDO, 1996, p. 38).

Azevedo (1996, p. 38) argumentava que pretendia “analisar os caracteres particulares que essa civilização (ibérica) tomou no interior do país, sob a pressão de fatores e de acordo com as condições diversas de nossa evolução histórica e social”.

Os diferentes quadros geográficos e os variados grupos humanos, formadores do território nacional, apontavam para a necessidade de desenvolvimento de um projeto civilizacional que renovasse continuamente os principais traços culturais oriundos do encontro entre as culturas nativas latino-americanas e ibéricas. Orientando-se por Durkheim e por Mauss, Fernando de Azevedo recusava a tese de inferioridade cultural dos povos da América Latina. A constituição de um eixo civilizacional no continente era possível porque havia uma pluralidade de civilizações que se cruzaram e resultaram num padrão de organização social e de cultura singular, mas não inferior. A análise posta nestes termos reafirmava os ensinamentos dos dois pensadores franceses, aqui mencionados, que se

esforçavam para propor uma concepção objetiva e não normativa da civilização que incluía a idéia da pluralidade das civilizações sem enfraquecer, com isso, a unidade do homem. Para ele(s), não havia dúvida de que a humanidade é uma, que todas as civilizações particulares contribuem para a civilização humana. Ele(s) não concebia(m) diferenças de natu-

reza entre primitivos e civilizados (CUCHE, 1999, p. 52; DURKHEIM; MAUSS, 1913, p. 60-61).

A formação da organização social brasileira era pensada por Fernando de Azevedo a começar do encontro entre elementos civilizacionais distintos, oriundos do português, do índio e do negro. Valendo-se das teses de Freyre, que em *Casa grande & senzala* (1994) demonstrava o caráter positivo da miscigenação estabelecida no país, ele insistia que a formação nacional tinha em seu benefício este caráter altamente assimilável dos três núcleos de cultura que fundaram social e culturalmente o Brasil. O fato de o núcleo primitivo ter permanecido sempre superior numericamente aos grupos estrangeiros teria sido definidor da criação de um mestiço, que ele, nos moldes de Euclides da Cunha, definia como titânico (CUNHA, 1995; 1966) e capaz de refundar continuamente uma civilização ímpar nos trópicos.

As diferenças raciais e culturais não poderiam ser responsabilizadas pelas dificuldades de evolução social presentes no país desde os primórdios da colonização. “A mistura ou caldeamento de raças heterogêneas, não antagônicas, é um fato normal, não só útil, mas indispensável à evolução étnica do povo brasileiro” (AZEVEDO, 1996, p. 69). A idéia de normalidade era também extraída de Durkheim para quem esta última tem a ver com a singularidade de cada sociedade, em vista de tempos sociais específicos.

Na obra *A cultura brasileira*, Fernando de Azevedo procurava, na tese básica do evolucionismo, os fatores de diferenciação (a qual deve ser entendida como o processo de constituição de heterogeneidades múltiplas nos diversos âmbitos da vida social, como: organização econômica e política, formas de trabalho, atividades intelectuais, artísticas, educacionais, divisão do trabalho, especialização profissional, urbanização, industrialização, novos modos de vida, novas formas de apropriação e de distribuição são fatores de diferenciação) que indicassem que a sociedade brasileira não era, desde a sua formação, estática.

Mediante essa tese, ele parte do pressuposto de que a formação social brasileira, de fato, teve início com a fundação do primeiro engenho de açúcar entre 1532 e 1533. Ao começar o primeiro ciclo econômico, dava-se a arrancada para processos específicos de diferenciação social. Ou seja, a convivência da monocultura com a escravidão fazia fluir tanto um corpo de costumes, de hábitos e de crenças, quanto formas de trabalho, de produção, de riqueza, de miserabilidade e de (des)prestígios (condições de status) que iam paulatinamente definindo os padrões de domínio e de organização social no Brasil. A heterogeneidade, que se instalava em decorrência desse processo, produzia diferenças que se potencializavam permanentemente no decorrer dos séculos.

Isso se fez sentir em todos os ciclos econômicos. Vide, por exemplo, o ciclo do ouro que contribuiu com o processo de diferenciação e de evolução social, à medida que levou à fixação e à interiorização de populações nos sertões, à formação de vilas e cidades, a movimentos políticos de emancipação da Colônia, ao desenvolvimento cultural e intelectual no campo das letras e das artes (AZEVEDO, 1996, p. 89-91). A simultaneidade de ciclos econômicos distintos (cana-de-açúcar, couro e ouro) potencializava um processo de diferenciação irregular, desordenado e descontínuo.

A substituição integral da paisagem florestal por uma paisagem humanizada devia começar com o novo ciclo econômico, o da lavoura cafeeira, sobre que assentou toda a estrutura econômica do império e, em grande parte, a da república, e graças à qual a cidade de São Paulo, 'de pequeno burgo que era no fim do império, passou a ser um dos mais importantes centros urbanos do mundo' (AZEVEDO, 1996, p. 94-95).

Fernando de Azevedo enfatiza que o processo de diferenciação social e, portanto, de evolução social deu um grande salto a partir do ciclo do café, o qual possibilitou tanto a emergência de uma crescente urbanização e dos primeiros passos rumo ao desenvolvimento técnico, quanto alavancou o sistema viário e de transportes. "À organização latifundiária e

escravocrata [...] sucedeu um sistema capitalista de exploração agrícola, fundada sobre o trabalho livre e duplamente desenvolvida pela aplicação, à cultura do café, de processos técnicos e pelo enriquecimento do sistema de viação e de transportes" (AZEVEDO, 1996, p. 96-97).

Ele atribuía, então, a esse ciclo econômico iniciado na terceira década do século XIX, o surgimento das condições para a superação do trabalho escravo e para implementação do trabalho livre, tido esse último, nos moldes do evolucionismo durkheimiano, como o fundamento essencial do processo de diferenciação social, uma vez que garantiu a sucessiva divisão do trabalho através da diversificação de funções, de tarefas e de deveres ocupacionais.

No campo da orientação teórica, se for tomada a obra de Fernando de Azevedo como um todo, é detectável uma influência menor de Spencer e maior de Durkheim na questão referente ao princípio da diferenciação social. Mas ambos estão presentes, embora tenha prevalecido aquele segundo, que, principalmente, na obra *A divisão do trabalho social*, persistia no caminho aberto pelo sociólogo britânico no que diz respeito à compreensão do processo social como linear e diretivo, mas o fazia de modo específico ao insistir que somente no domínio social era possível apreender

as causas dos fenômenos sociais. Essa orientação se reflete claramente em sua visão da evolução social [...]. Tal tendência está relacionada a fatores demográficos crescentes e produz 'densidade moral' crescente, ou seja, intensidade das interações e complexidade dos relacionamentos sociais acrescidos, em suma, elevação da qualidade dos vínculos sociais. Seguindo a estratégia spenceriana, Durkheim propõe uma tipologia dicotômica das sociedades, com base na diferenciação qualitativa dos vínculos sociais: a 'solidariedade mecânica' radica na similaridade de funções e tarefas indiferenciadas; a 'solidariedade orgânica' na complementaridade, cooperação e caráter mutuamente indispensável de funções e ocupações altamente diversificadas (SZTOMPKA, 1998, p.187; DURKHEIM, 1984).

Ao situar o princípio da diferenciação, na qualidade dos vínculos sociais, Durkheim dava os

primeiros passos no sentido de opor-se à vertente spenceriana que se fundava no pressuposto de que “a vida social era resultante de naturezas individuais solitárias” (DURKHEIM, 1984, p. 84). Ao edificar suas análises dos fatos sociais no âmbito supra-individual, Durkheim distanciava-se, indubitavelmente, de Spencer, mas isso não apagava a dívida que ele possuía com este último, pois “a teoria durkheimiana da divisão do trabalho é muito menos incompatível com a teoria spenceriana da diferenciação do que Durkheim pretende” (BOUDON; BOURRI-CAUD, 1993, p. 180).

A teoria de Spencer que, a rigor, influenciou Durkheim e Fernando de Azevedo, entre inúmeros outros pensadores sociais do século XX, funda-se no pressuposto de que a evolução das sociedades dá-se em vista de um amplo processo de diferenciação que se estabelece continuamente entre indivíduos e instituições sociais. A contínua mudança da homogeneidade para a heterogeneidade era, segundo o sociólogo britânico, o fator potencializador, por excelência, deste movimento contínuo de produção de um vir-a-ser fundado na evolução e no progresso.

As oscilações no interior da obra de Spencer, acerca da (não-) concomitância entre evolução e progresso, não alteram a sua convicção de que todas as sociedades tendiam a diferenciações produzidas pelas ações dos indivíduos como membros de um dado organismo social. Os estágios distintos nos quais as sociedades se encontravam, somente poderiam ser avaliados em razão do grau maior ou menor de diferenciação de suas instituições sociais (família e escola menos ou mais repressoras) e políticas (Estado menos ou mais protetor e previdenciário), de seus processos de trabalho e de desenvolvimento industrial (fundado na coerção e/ou na cooperação) e de seus avanços rumo ao desenvolvimento científico.

A evolução social somente seria possível graças a um processo de diferenciação que levasse, segundo Spencer, a instituições sociais não-coercitivas, a uma divisão do trabalho fundada na cooperação, a uma industrialização impulsionadora de uma sociedade não-militarizada e a um desenvolvimento da ciência

capaz de estimular o progresso em todas as áreas da vida social.

A suposição de Fernando de Azevedo, de que a partir do ciclo do café estabeleceu-se uma paisagem humanizada, estava centrada na tese de que o estabelecimento do trabalho livre alavancou uma sociedade que tendia a uma divisão do trabalho capaz de gerar continuamente a cooperação. Durkheim extraía de Spencer – para quem “uma sociedade, na acepção sociológica, só é formada quando, além de justaposição, existe cooperação” (LEVINE, 1997, p. 165; SPENCER, 1972) – esse pressuposto de que o desenvolvimento industrial geraria uma sociedade de que, ao contrário do que Comte supunha, estaria pautada cada vez menos na coerção (LEVINE, 1997, p. 161). A evolução social dar-se-ia, principalmente, por causa deste processo de especialização gerador de múltiplas diferenças produtoras de cooperação.

As classes que essa sociedade sobrepõe, no seu processo de estratificação, tendem a diferenciar-se nitidamente pelas suas ocupações e pelo nível e estilo de vida, que variam da aristocracia rural das casas-grandes e das fazendas para a burguesia das cidades, constituídas de comerciantes, banqueiros e exportadores, como dessas duas sociedades, rurais e urbanas, para a massa complexa e tumultuária dos trabalhadores livres, vaqueiros, campeadores do sertão, faiscadores e garimpeiros (MG e MT), pescadores e seringueiros (AM), peões e carreteiros dos pampas (AZEVEDO, 1996, p. 97).

O raciocínio sociológico de Fernando de Azevedo seguia, assim, Tateando em busca dos elementos indicadores da constituição de processos de diferenciação social. Tendo como ponto de partida a organização social brasileira, ele dava centralidade ora às modificações no âmbito do trabalho no século XIX, ora ao processo de urbanização, ora ao processo de industrialização como fatores de mudança social. Tanto em *A cultura brasileira*, quanto em *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, ficava evidenciado, no entanto, que esses fatores de diferenciação no âmbito social e econômico não atingiam o âmbito político, ou seja, não geravam mudanças expressivas neste último, já que o ciclo do café se processou,

também, “sob um regime essencialmente patriarcal de exploração da terra” (AZEVEDO, 1996, p. 97).

Assinale-se, contudo, que, durante o ciclo do café (1820-1930), os fatores de diferenciação social (desenvolvimento do transporte, da comunicação, da urbanização, da indústria, dos portos, das estradas de ferro, etc.) teriam levado, segundo Fernando de Azevedo, à evolução nacional. Isto ocorreu em razão de uma redefinição sucessiva dos modos de interação social que, a partir das redes hidrográficas, das redes de trilhos e das redes rodoviárias – as quais ele pensava nos moldes de Spencer como um sistema venoso por onde circulava o sangue econômico da nação (GOLDTHORPE, 1971, p. 85) – integrou a população brasileira de diversas regiões por meio de inúmeras modalidades de contato. Isto possibilitou, até mesmo, uma extensa mobilidade migratória para lugares pouco explorados.

As migrações internas e externas foram também, segundo ele, fatores essenciais de diferenciação e de mudança social. Elas potencializaram o desenvolvimento econômico baseado na ampliação das lavouras cafeeiras num primeiro momento e, num segundo, constituíram-se elementos-chaves da “evolução industrial que se acelerou a partir de 1905” (AZEVEDO, 1996, p. 103), pela amenização das dificuldades com combustível, energia, mão-de-obra etc.

A formação de uma civilização industrial no país, ao longo do século XX, era para Fernando de Azevedo o fator essencialmente definidor dos processos de diferenciação social geradores de mudanças múltiplas que atingiam não somente a vida econômica, mas também a social e a cultural. Abriram-se, dessa forma, as possibilidades para a criação e a sedimentação de uma mentalidade urbano-industrial que atingiu os diversos segmentos sociais. Tal processo tanto valorizou a educação, as letras e as artes, quanto exaltou a consciência nacional.

A emergência de uma sociedade urbano-industrial no país foi tortuosa por causa de uma formação agrícola que teria prevalecido no modo de ser, de pensar e de viver dos brasileiros. Fernando de Aze-

vedo utilizava as obras de Oliveira Vianna (1883-1951) para demonstrar que durante séculos ocorreu a sedimentação de uma vivência marcada pelo mundo rural (VIANNA, 1982a; 1982b). No entanto, era necessário, em seu entendimento, estudar as formações urbanas no Brasil, desde os seus primórdios, para compreender a evolução da sociedade brasileira nos seus aspectos materiais e culturais (AZEVEDO, 1996, p. 125).

Partindo de Max Weber (1864-1920) e de Durkheim, ele tomava as cidades como centros de diferenciação e de mudança social. Daquele primeiro, ele extraía os elementos indicadores de que as aglomerações urbanas – caracterizadas enquanto tal, no Brasil, somente após o século XVIII – representavam os pontos altos de desenvolvimento de todas as civilizações, porque elas foram capazes de “intensificar as energias coletivas, de levar ao mais alto ponto de desenvolvimento possível as capacidades latentes e dispersas na população” (WEBER, 1999, p. 499). Todavia, Fernando de Azevedo recorria também a Durkheim para demonstrar que as cidades tinham que ser estudadas como fator de progresso e de evolução social.

Em *A cultura brasileira*, ele fez um estudo das formações urbanas brasileiras a começar dos escritos de Gilberto Freyre, que demonstravam que as primeiras cidades exacerbaram “um choque que os antagonismos políticos e confusamente os de raça ainda mais dramatizaram, entre os interesses rurais e burgueses” (FREYRE, 1961, p. 29). E por que eram essas aglomerações fatores de diferenciação e de mudança social, visto que, desde os seus primórdios, expressavam – em condições de miserabilidade, desorganização e turbulência – o emergir de uma produção material e de cultura que ia gerando funções (os comerciantes, os funcionários, os oficiais mecânicos etc.), ações políticas (vide o caso de Vila Rica) e atividades culturais (desenvolvimento das artes e das letras) que destoavam do mundo rural opulento e rico?

A diferenciação, porém, entre o grande domínio – unidade econômica rural – apto a se bastar, e

as cidades da costa que vão crescendo 'de simples pontos de armazenagem e embarque de produtos da terra em populações autônomas com os senhores dos sobrados falando grosso para as casas-grandes do interior' (FREYRE, 1961), foi se acentuando cada vez mais por um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, que contribuem para promover a emancipação e desenvolver a força das cidades (AZEVEDO, 1996, p. 130).

Fernando de Azevedo afirmava que a atividade econômica que favoreceu o desenvolvimento do fenômeno urbano no Brasil foi a mineração. O ciclo do ouro (1695-1800) teria favorecido a emergência de uma indústria específica: a mineradora. Esta, por sua vez, criou inúmeras funções nos setores de extração, fiscalização, comercialização, exportação etc. Vai-se formando, aos poucos, uma classe de ricos comerciantes que se diferenciavam tanto nas atividades, quanto nos hábitos de consumo do aristocrata rural.

Aos poucos, vão emergindo funções essencialmente urbanas com os funcionários públicos, os contadores, os advogados, os ourives, os comerciantes, entre outros. "Iniciava-se, no país, uma dissociação profunda e, com ela, uma diferenciação que diversos fatores sociais e econômicos tornaram cada vez maior, entre o litoral e os sertões" (AZEVEDO, 1996, p.137).

Teria sido, todavia, no início do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, que ocorreu um processo de desenvolvimento não somente de atividades urbanas, mas também de uma estrutura que as expandiram continuamente. Isso se efetivou através da abertura dos portos, da implantação da biblioteca pública, da fundação da escola de belas-artes e da criação da imprensa régia, do Banco do Brasil, de escolas, de hospitais, de tipografias e de jornais, destacava Fernando de Azevedo.

A essencialidade do processo de evolução social, que ocorreu por essas condições de urbanização, se traduzia na constante renovação dos valores, dos hábitos e dos costumes. Estes foram redefinindo aos poucos a paisagem social brasileira, de modo a tornar possível uma civilização urbano-industrial que

ganhou corpo, de fato, após a abolição da escravidão.

A vitalidade da obra *A cultura brasileira* estava, assim, no modo de Fernando de Azevedo refletir a mudança social como resultado não somente de modificações no campo da materialidade, mas também dos valores e da mentalidade. O processo de renovação da organização social brasileira fundava-se no desenvolvimento da indústria, da ciência, do conhecimento, da educação, do ideário de liberdade etc. Portanto, entender os elementos subjetivos era apontado, por ele, como tão importante quanto compreender os elementos objetivos que foram formadores do meio urbano.

Abria-se, assim, um caminho fundamentalmente importante para pensar a mudança social no país. No capítulo intitulado *Psicologia do povo brasileiro*, ele criticava Paulo Prado que procurava no português, no aborígine e no negro as raízes da tristeza e da frouxidão dos nascidos no Brasil (PRADO, 1972). O caráter coletivo vinha, então, da condição étnica para aquele último, explicação esta que Fernando de Azevedo recusava inteiramente ao remeter os elementos definidores, de um modo de ser, à condição social. E por que isso se tornou um dado fundamental de suas pressuposições sobre mudança? Se o caráter coletivo fora definido socialmente, ele era, então, mutável. Ou seja, os brasileiros não estavam condenados à incivilização, ao não-progresso. A evolução das instituições sociais e políticas básicas (educacional, econômica e governamental) levaria a uma contínua redefinição da alma nacional. O caráter coletivo poderia, em seu entendimento, ser continuamente mudado em razão das transformações educacionais e tecnológicas, da industrialização e da urbanização.

## EDUCAÇÃO, EVOLUÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

A terceira parte da obra *A cultura brasileira*, intitulada *A transmissão da cultura*, fornece as melhores pistas para a compreensão da noção de diferenciação e evolução social em Fernando de Azevedo. Partindo do sentido da educação colonial, conforme ele no-

minou o primeiro capítulo da última parte do livro mencionado, ele tentava extrair os fatores de mudança presentes desde os primórdios da organização social brasileira. A educação jesuíta desenvolveu um sistema de ensino que se destacou dos demais tanto pela eficiência em “desintegrar os valores nativos” (FREYRE, 1994), quanto por conseguir fixar nas diversas gerações uma unidade de costumes, de fé e de comunicação (através da língua) que foi o primeiro passo rumo a uma unidade cultural. Isso, sem dúvida, eram os primeiros esboços do que viria a ser mais tarde a nação brasileira. “Os missionários, universalistas, realizavam evidentemente uma obra de assimilação e de uniformização que não foi sem consequência para a vida nacional” (AZEVEDO, 1996, p. 501).

Tendo, como ponto de partida, as reflexões de Freyre, Fernando de Azevedo argumentava que a unidade espiritual e a unidade civilizacional dos portugueses nos trópicos somente deram frutos em razão do combate espiritual travado pela companhia jesuíta. A ação empreendida por ela teria ajudado não apenas a criação de uma unidade civilizacional, mas também possibilitado um equilíbrio entre o poder patriarcal dos senhores de engenho e o poder do colonizador. E isso sucedeu porque a escola e o sistema de ensino acabavam por ter também autoridade sobre os filhos dos patriarcas. Isto causava rachaduras na força discricionária daqueles últimos.

Não se deve supor, porém, que os jesuítas agiam rompendo com o padrão de domínio discricionário dos senhores de engenho. Eles, de fato, o mantinham, buscando dividi-lo com a autoridade católica dogmática. A Companhia de Jesus beneficiava-se duplamente dessa divisão, já que era ela representante da Igreja e proprietária de vastas extensões de terras no país. Tais questões não poderiam ser aprofundadas no âmbito deste subitem que intenciona demonstrar de que modo os jesuítas teriam dado os primeiros impulsos rumo à constituição de elementos que se desdobrariam em processos de evolução social, segundo a percepção de Fernando de Azevedo. Isso, contudo, não queria dizer que eles

rompiam, em qualquer grau, com uma mentalidade conservadora e dogmática. Evolução significa, então, nada mais que criação de condições alavancadoras de um sistema colonial de ensino público que vigorou aqui de 1555 a 1759.

Era este um sistema de ensino dogmático, autoritário, abstrato, uniformizador, sem plasticidade e conservador? Sem qualquer sombra de dúvida. No entanto, Fernando de Azevedo insiste que ele cumpriu um papel de formador das elites – o que teve desdobramentos múltiplos para a formação nacional – e de semeador das primeiras investidas rumo a um ensino público que ia, na maioria das vezes, até o ensino médio. O fato de a Companhia de Jesus ter intensificado a preocupação com a formação intelectual e humanística podia ser considerado, segundo Fernando de Azevedo, tanto um fator de evolução social, uma vez que potencializou, nas camadas mais abastadas, a preocupação com a ilustração, com o conhecimento, quanto um fator de moldagem dos processos evolucionários futuros que estiveram sempre voltados para uma educação abstrata e desconexa das necessidades coletivas.

O entrave básico para a constituição de processos de mudanças educacionais, que potencializassem um sistema público de ensino voltado para os interesses nacionais, ganhou suas feições mais definidas quando ocorreu a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal. Ou seja, não se assistiu, afirma Fernando de Azevedo, a uma reforma de ensino, mas sim ao destroçamento de toda educação existente. Isto teria representado uma involução. Nos moldes definidos por Spencer, esta última pode significar a dissolução das condições de transformação evolucionária rumo à expansão do conhecimento e da ciência de modo geral (SPENCER, 1961). Pombal teria promovido a extinção de uma forma de organização escolar ao invés de reformá-la. Depois de várias décadas (de 1759 a 1808), as instituições escolares começavam do nada novamente, constituindo um marco inicial da tortuosidade das reformas educacionais no país. Para livrar o ensino

público da influência jesuítica, Pombal o destruiu inteiramente.

A reforma pombalina planejada para o reino não só golpeou profundamente, na colônia, o ensino básico geral, pulverizando-o nas aulas de disciplinas isoladas (aulas régias), sem qualquer plano sistemático de estudos, como ainda cortou na sua evolução pedagógica normal, o desenvolvimento do ensino para os planos superiores (AZEVEDO, 1996, p. 529).

A partir de 1808, a paisagem escolar, que havia passado quase 50 anos em processo de reordenamento, mostrava-se fragilíssima e repetidora de um ensino abstrato, literário, retórico e conservador. Isto refletia diretamente no ensino público que ficou bloqueado e não evoluiu durante décadas, o que impediu, então, a constituição de mudanças sociais substantivamente voltadas para a criação de uma nação na qual prevalecessem investimentos fundados em interesses coletivos.

Certamente a ausência, na educação do país, de um pensamento coletivo ou de unidade de orientação não era mais do que uma das expressões do estado flutuante e molecular da sociedade, que resultou do caráter fragmentário de nossa formação social e das divergências fundamentais de interesses e de idéias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das províncias, como das classes sociais. Foi este estado de inorganização social que dificultou a unificação política e impediu a consolidação educacional num sistema de ensino público, se não uniforme e centralizado, ao menos subordinado, a diretrizes comuns (AZEVEDO, 1996, p. 556).

A desorganização do ensino público e seu caráter abstrato, literário, autoritário e desarticulado constituíram-se um fator potencializador, durante o século XIX, da exclusão da grande maioria do sistema escolar. Portanto isto inviabilizava continuamente a constituição de processos evolutivos que, para Fernando de Azevedo, deveriam atingir a vida social como um todo e não somente aspectos dela. A evolução social dependia do rompimento com uma educação escolar que durante séculos reproduzia privilégios, distâncias sociais inmensuráveis, dife-

renças enormes de gênero, valorização somente das atividades intelectuais, desvalorização dos trabalhos mecânicos e técnicos e uma cultura antidemocrática, por excelência.

A organização social escravocrata estava na base das dificuldades de constituição de uma educação pública durante o século XIX. A elitização do sistema de ensino impedia que se criassem processos evolutivos contínuos e de interesse geral.

Se um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização se encontra na legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto de suas instituições educativas, a análise deste material e dessas instituições o que nos revela é exatamente a continuidade de estrutura social e econômica do desenvolvimento do 'tipo de cultura' colonial, produto de uma civilização fundada na escravidão (AZEVEDO, 1966, p. 561).

A formação da elite continuava após a Independência nos mesmos moldes dos séculos anteriores, ou seja, dava-se prosseguimento à cristalização de uma mentalidade bacharelesca, retórica, abstrata e conservadora. A desconexão de idéias e a tendência para a formulação de planos eminentemente teóricos mostravam que não se investia, no país, no desenvolvimento de uma educação voltada para a "solução de problemas técnicos e econômicos" (AZEVEDO, 1996, p. 569). De exuberância nas palavras e de acanhamentos nas ações se teciam todos os impedimentos para a produção de mudanças sociais durante o império, afirmava Fernando de Azevedo.

O ambiente social – definido por Fernando de Azevedo como o sistema econômico, político e cultural – emperrava o florescimento de uma mentalidade distinta daquela que se sedimentou durante os séculos anteriores. Se essa continuasse petrificada, não haveria possibilidade de as mudanças recortarem vertical e horizontalmente o país como um todo. Somente o investimento na instrução pública poderia renovar as idéias, os anseios, os desejos e as intenções de reconstrução da vida social. O seu empenho no interior do movimento denominado Escola Nova, nas décadas de 20 e de 30 do século XX,

alicerçava-se nessa expectativa de que a educação tinha um papel essencial na construção do progresso não só econômico, mas também político e social. Conforme assinala Bomeny (1999, p. 229), ele

integra uma geração que deixa, com o passar do tempo, forte sentido de ausência. Os escolanovistas, ou seja, os que trouxeram ao Brasil a proposta educativa do movimento da Escola Nova, de origem norte-americana, constituíram-se, nos anos 20s, em arautos da utopia, crédulos no progresso social pela educação, personalidades moduladas pela fé na ciência.

Em razão do papel que a educação exercia na reconstrução da vida social é que ele destacava a necessidade de superar os investimentos puramente idealistas e incentivadores nos moldes de D. Pedro II, que demonstrava grandes interesses para os assuntos relativos às letras, aos museus, às bibliotecas, mas não voltava as suas ações para a implementação de uma política educacional efetiva (AZEVEDO, 1996, p. 578). Fernando de Azevedo confirmava, assim, o que Manoel Bomfim já havia demonstrado em *O Brasil nação* acerca da atuação de D. Pedro II nos campos político, cultural e educacional.

Amante das letras, ele negava acintosamente o senado a um dos mais legítimos representantes da literatura brasileira (José de Alencar), assim como consentia – passasse fome, na Europa, o primeiro e glorioso poeta brasileiro – Gonçalves Dias; cultor da ciência, propugnador do progresso intelectual, ele deixava abandonada a verdadeira prática científica, sem um estabelecimento de desinteressada e alta cultura, sem meios, para os que pretendessem dedicar-se a investigações orientadoras; propugnador do progresso intelectual, o seu governo condenava as sucessivas gerações de brasileiros, inválidos no analfabetismo, aviltados na ignorância profunda (BOMFIM, 1931, p. 273).

Somente o estabelecimento de uma política educacional com finalidades pedagógicas, políticas e sociais definidas poderiam evitar que a própria realidade social refutasse inteiramente os planos idealísticos que surgiram na segunda metade do século XIX. Fernando de Azevedo citava, como exemplo,

o projeto de reforma do ensino que foi apresentado no congresso em 1882 e que deu origem a um dos pareceres mais interessantes sobre a educação no Brasil. Escrito por Ruy Barbosa, que fazia parte da comissão incumbida de apreciar o relatório de Roldolfo Dantas, o documento trazia à luz dois dados importantes: por um lado, havia um plano idealista de organização da educação e, por outro, uma realidade que o recusava inteiramente.

Nos anos subseqüentes, as mudanças curriculares obedeciam a essa mesma lógica de desencontro entre a proposta e a ação política e pedagógica. Logo após a proclamação da República, as reformas do ensino normal e secundário – dentro de uma orientação positivista que visava romper com o ensino enciclopédico, ao introduzir Matemática, Astronomia, Química, Biologia, Sociologia, Física etc. – eram “produtos, isolados e dispersos, de esforços individuais [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 617).

A efetivação de mudanças sociais no Brasil só seria possível, segundo ele, mediante uma revolução na educação. Mas a pergunta era a seguinte: Qual regime político, quais instituições, quais forças sociais seriam capazes de ações políticas acertadas nesse sentido? Havia planos, idéias, propostas, intenções que se desfaziam ao menor contato com a realidade social. A República teria que ter posto em andamento uma reforma da educação que fosse capaz de modificar a mentalidade da elite política e cultural. A constituição de novas instituições democráticas dependia inteiramente disso.

A essência do regime democrático de seleção de uma vanguarda que atuasse nos diversos setores estaria ‘menos no alargamento quantitativo das elites do que na sua renovação incessante que não lhes permite a transformação em classes parasitárias’ (AZEVEDO, 1958, p. 90). Trata-se de uma elite de ‘mandato social’, isso é, de uma criação cultural posta a serviço de um fim coletivo e não alijada dos interesses da comunidade (PENNA, 1987, p. 47).

Fernando de Azevedo dava um peso expressivo às idéias e à mentalidade em suas reflexões sobre a vida social. Para ele, ambas eram fundadoras e ali-



mentadoras da mudança social. A passagem do Império para a República, do trabalho escravo para o trabalho livre e da economia agrícola para a economia industrial produzia mecanismos de diferenciação social, os quais não levavam automaticamente a mudanças substanciais no âmbito da organização social e política. A evolução social ocorreria se esses fatores de diferenciação fossem capazes de forçar uma contínua transformação da mentalidade dos dirigentes e dos não-dirigentes. O desprezo pelas atividades mecânicas – que atingia a todos indistintamente e tinha seus fundamentos na economia escravocrata – era a prova cabal de que a mentalidade coletiva permanecia inalterada diante de um processo industrial que dava seus primeiros passos.

Durante as primeiras quatro décadas republicanas, a estrutura econômica e social estava em transformação. No entanto, a mentalidade dirigente tradicional e burocrática continuava quase que a mesma, já que não se renovava o sistema escolar que permanecia viciado e desconexo desta realidade em processo de modificação. Com o sistema escolar petrificado, calcificavam-se também as mentalidades de um modo geral.

Podíamos estar, e de fato ainda estávamos, longe de uma política nacional de educação, cujos princípios fundamentais informassem de alto a baixo a organização de todos os sistemas escolares e que atendessem não só às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial, em franca evolução para uma democracia social e econômica, como também às condições específicas do meio social brasileiro, ainda não profundamente atingido pelos efeitos da revolução industrial (AZEVEDO, 1996, p. 638).

As elites intelectuais e políticas deveriam ser instruídas no sentido da necessária renovação da vida social. Ele acreditava que aquelas apresentavam uma resistência histórica que as impedia de vencer as suas imobilidades e os seus pavores em correr quaisquer riscos de mudança das condições vigentes. Este modo de Fernando de Azevedo interpretar as ações políticas das elites assemelhava-se às teses de Manoel Bomfim em *A América Latina: males*

*de origem*, de 1905. Nesta obra, Bomfim (1993, p. 164) afirmava:

Mesmo os mais ousados homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício [...]. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina [...].

Somente uma política educacional pública, gerida pelo Estado, poderia introduzir medidas políticas e planos pedagógicos capazes de forçar alterações substanciais no modo das elites conceberem a vida nacional. Em seu entender, elas poderiam, então, ser modificadas, apesar de uma tradição política e cultural empedernidamente conservadora. Na obra *A cultura brasileira*, publicada na década de 1940, Fernando de Azevedo mostrava-se, ainda, convicto de que era possível produzir ações capazes de torná-las menos refratárias às alterações sociais que se faziam necessárias com o processo de industrialização e de urbanização.

Sob outra ótica, no início da década de 1960, Fernando de Azevedo publicou um artigo intitulado *A evolução das elites políticas no Brasil contemporâneo e, particularmente, em São Paulo*, em que ele se mostrava descrente da possibilidade de transformar as elites brasileiras em uma classe dirigente imbuída de conhecimento e de ação capaz de alavancar o país rumo ao progresso social e político (AZEVEDO, 1962, p. 233-242). Utilizando-se das teses de Vilfredo Pareto (1848-1923), acerca da circulação das elites – a qual se pautava na inexistência de rupturas completas e absolutas, visto que ao chegar ao poder todas as elites passam a lutar em favor da conservação de interesses, valores e crenças (PARETO, 1988, p. 47) – ele insistia:

[...] havia uma ilusão de transformação, resultante dessa circulação, que substituía pedaços das velhas elites por elementos das novas, muito geralmente apontada no país como valor, uma vez que o fechamento das camadas superiores não era rigoroso; a possibilidade de ascensão alimentava a idéia de que existiria no Brasil certo pendore para afastar a desigualdade sócio-política, uma vez que se substi-

tuíam elementos das camadas altas por outros que vinham das camadas baixas. [...] A movimentação na escala social existente [...] para alguns indivíduos e grupos, não constituía fator de diminuição das desigualdades sociais internas, e sim um poderoso estimulante da conservação da estrutura e da dinâmica existentes (QUEIROZ, 1994, p. 64).

O processo de urbanização e de industrialização deveria ter levado – principalmente através de uma nova política educacional correspondente às condições advindas daquelas duas últimas – ao estabelecimento de novas práticas políticas que expressassem uma mudança, de fato, da mentalidade das elites brasileiras. Se não era possível supor que ela seria integralmente substituída a partir de 1930, era necessário que ela fosse plenamente renovada no que diz respeito ao modo de ser e de agir. Maria Izaura Pereira de Queiroz, afirma que Fernando de Azevedo acreditava – no início da década de 1960 – que,

apesar da parcial substituição de parte das elites antigas por novos componentes; estes se infiltravam e se misturavam com o que persistia de elite anterior, que os engolia sem maiores problemas, sem que realmente ocorressem transformações na hierarquia em que se distribuía as camadas, nem os valores que orientavam a dinâmica existente entre os vários estratos e os indivíduos neles implantados (QUEIROZ, 1994, p. 64; AZEVEDO, 1962).

## OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE FERNANDO DE AZEVEDO À TEORIA DA MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

Em *Princípios de sociologia*, Fernando de Azevedo realiza uma de suas mais importantes discussões acerca da mudança e da morfologia social. Para caracterizá-las, ele partia de uma tese que, a rigor, recortou a sua obra como um todo e pode ser sintetizada da seguinte forma: toda e qualquer sociedade é resultado do embate, do conflito e da interação entre as várias forças sociais. Há duas pressuposições essenciais em Spencer que estão presentes nos escritos de Fernando de Azevedo. A primeira é a que advogava que a evolução é algo presente em todas as sociedades, já que, por mais estática que estas pa-

reçam, elas estão em contínuo processo de alteração. A segunda é aquela que se assenta num embate com o positivismo, ao sustentar que o conflito e não a harmonia é o elemento impulsionador, por excelência, das mudanças sociais<sup>3</sup> (SPENCER, 1968).

As obras *A cultura brasileira* e *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, ao retratarem o processo de formação da sociedade brasileira, a escravidão, a colonização, a cultura, os ciclos econômicos, a política patriarcal, as instituições sociais e políticas, as tradições coercitivas das comunidades rurais etc. demonstravam que, por mais estática que podia parecer à sociedade brasileira, ela estava continuamente em mudança. Naquela segunda obra, por exemplo, ele procurava nos subterrâneos de uma organização social e política os traços indicadores de que existiam mecanismos de evolução em andamento. Ter-se-ia ocorrido isso, até mesmo, independentemente da indisponibilidade de alguns agentes preponderantes. Ou seja, a aristocracia rural, com a sua mentalidade antimudança, não conseguiu impedir que ocorressem modificações, ainda que lentas, na sociedade brasileira durante os três primeiros séculos de colonização.

Um olhar somente panorâmico sobre o país dos três primeiros séculos atestaria que durante a civilização do açúcar havia aqui uma sociedade estática, imutável. Mas, se assim o fosse, como poderia ter havido a dissolução da política patriarcal? A sua mutabilidade contínua é que pode explicar, porém, os resíduos na vida política de uma concepção personalista do poder que se arrasta, séculos após séculos, na sociedade brasileira (AZEVEDO, 1958, p. 15)<sup>4</sup>. A dinamicidade social somente pode ser apreendida se o cientista se debruçar não apenas sobre as formas e as funções sociais, mas também sobre os fatores

3 Spencer rejeitava “o ideal de Comte de subordinação dos indivíduos a uma ampla regulamentação moral através de hierarquias políticas e sociais. [...] Minimizar as coações externas e maximizar a cooperação espontânea” (LEVINE, 1997, p. 161). Era o centro das teses spencerianas contrárias ao positivismo.

4 Os resíduos, nos moldes definidos por Pareto e utilizados por Fernando de Azevedo, são valores e crenças dos indivíduos e dos grupos que norteiam as suas ações sociais (PARETO, 1988).

e as leis de evolução social. Através desta última é possível, afirma ele, compreender o que move a sociedade (AZEVEDO, 1956, p. 63-64).

A obra *Princípios de sociologia* representa um esforço de Fernando de Azevedo para esclarecer a noção de evolução social empregada por ele. Sua intenção primeira era distinguir a evolução cósmica da evolução orgânica e esta última da evolução social, o que ele fez partindo dos escritos do pensador americano Ward, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento do evolucionismo psicológico, ao introduzir no “esquema spenceriano um princípio [...] cientificamente justificável: a interferência humana consciente na evolução” (TIMASHEFF, 1965, p. 103). Isso não implicava, porém, rompimento com a perspectiva de Spencer que advogava a existência de uma evolução impessoal, mas sim o acréscimo de uma outra natureza à evolução, ou seja, esta poderia ser desencadeada de modo impessoal e também proposital (WARD, 1883).

Ficava evidente que Fernando de Azevedo, ao recorrer às obras de Ward, adentrava num terreno movediço no que diz respeito à utilização da teoria da evolução social. Se não era possível concordar inteiramente com Spencer, parecia mais difícil ainda, para o sociólogo brasileiro, descartar inteiramente os seus ensinamentos. Isso o levava ao encontro de pensadores que buscavam juntar novos elementos à teoria spenceriana, sem, no entanto, romper com os pressupostos principais acerca da linearidade diretiva da evolução.

Os autores de que Fernando de Azevedo lança mão em suas indagações sobre evolução social são, às vezes, inconciliáveis. É o que ocorre com Ward e Durkheim, por exemplo. Aquela primeira parte do pressuposto de que as forças sociais impulsionadoras da mudança eram, também, psíquicas. Daí a necessidade de marcar que, se, por um lado, havia uma dinamicidade de leis sociais – não-modificáveis pelos indivíduos – geradoras de mudanças, por outro, havia também as forças sociais psíquicas capazes de construir ações propositais que conduziriam ao progresso. O indivíduo, a ação individual, tem,

então, papel importante nas teorizações de Ward. Já Durkheim parte do pressuposto de que a evolução dar-se-ia somente se os homens agissem de modo a cerrar cada vez mais os laços sociais. A força de mudança viria de ações coletivas que tinham como pressuposto a regulamentação e o enquadramento dos indivíduos às regras e aos valores comuns. A construção da mudança tem sempre, para este último, um caráter social, pois reflete o grau de coesão existente na sociedade.

A utilização de Durkheim e Ward, ao mesmo tempo, deve ser vista como um dado revelador das tentativas de Fernando de Azevedo de não sucumbir tanto às análises que suprimiam as ações individuais, quanto às que se encerravam nelas. O sociólogo brasileiro debatia-se, de certa maneira, com as mesmas questões que levaram aquele primeiro a realizar suas mais contundentes críticas tanto aos postulados individualistas e utilitaristas, de Spencer, quanto à noção deste último, de que a evolução social fundava-se no desenvolvimento de um sistema de cooperação gerado espontaneamente (DURKHEIM, 1984; SPENCER, 1972; 1961).

Fernando de Azevedo buscava combinar os escritos de Ward e os de Durkheim para marcar o caráter *sui generis* da evolução social. A linguagem como construção simbólica do mundo, os fatores psíquicos, a especialização do trabalho, o desenvolvimento de fortes laços coletivos, os valores sociais, a coesão, a educação, o conhecimento e a ação proposital e planejada combinam-se e constituem-se fatores definidores da distinção entre a evolução social e a evolução orgânica.

[...] A idéia, essencialmente biológica, de mudança e evolução, sugerida pela observação do crescimento dos seres vivos e reforçada pelo transformismo de Lamarck e de Darwin, não está condicionada exclusivamente, nem especialmente, pela relação física ou biológica que existe entre as gerações, isto é, pela hereditariedade. Se tudo que é vivo muda, e se a sociedade, por isso mesmo que é viva, se transforma, o processo cultural [...] difere profundamente do processo orgânico (AZEVEDO, 1956, p. 67).

A utilização do representante principal do evolucionismo psicológico (WARD) e de Durkheim ao mesmo tempo criava inúmeras dificuldades teóricas para Fernando de Azevedo. Enquanto aquele primeiro assinalava a importância do elemento psíquico para pensar a vida social, aquele segundo investia

contra as teses individualistas [...] por serem dominadas pelo psicologismo. [...] Para Durkheim, existe em todas as sociedades uma consciência coletiva, feita das representações coletivas, dos ideais, dos valores e dos sentimentos comuns a todos os indivíduos. [...] Há descontinuidade entre a consciência coletiva e a consciência individual, e a primeira é 'superior' à segunda, por ser mais complexa e indeterminada. É a consciência coletiva que realiza a unidade e a coesão de uma sociedade (CUCHE, 1999, p. 57).

Há nos escritos de Fernando de Azevedo, em alguns momentos, dificuldades teóricas de difícil solução; no entanto, não há incoerência quanto aos fatores de evolução social. Ao abraçar a tese de Ward, segundo a qual esta última poderia ser produzida por ações propositais e planejadas e o conhecimento e a educação seriam elementos impulsionadores do progresso, ele estava insistindo na necessidade de organização, pelas elites intelectuais e dirigentes, dessas ações, no campo da educação, garantidoras de progresso social.

O vir-a-ser do homem só teria sentido se existisse fundado num contínuo processo evolutivo, mas não se poderia imaginar, segundo Azevedo, que existiam sociedades condenadas ao não-progresso. Com base em Gabriel Tarde (1843-1904), ele recusava a tese de Spencer de acordo com a qual todas as sociedades tiveram o mesmo ponto de partida e teriam o mesmo de chegada, ou seja, a idéia de que havia um caminho comum pelo qual deveriam passar todos os povos era inteiramente refutada.

Fernando de Azevedo argumentava que esta tese da unilinearidade era defendida por aqueles que aceitavam os ensinamentos de Spencer, conforme os quais a evolução é impessoal e/ou espontânea, como insuperáveis. Em seu entendimento, o progresso poderia ser produzido socialmente em todos os cam-

pos (cultural, político, social, econômico), por isso, as forças sociais deveriam investir seus esforços nesse sentido. Observe-se que fundamentado em Ward, Azevedo considerava a força intelectual como uma força social capaz de transmitir continuamente o sentimento de que é necessário buscar o que é útil para a evolução social de uma nação.

Progresso é, pois, organização, reconstrução, direção inteligente e racional, e implica necessariamente não só um sentido mais profundo das transformações sociais e das forças coletivas que as determinam, como a intervenção deliberada da sabedoria humana nas diversas partes do movimento social, para dirigi-lo de acordo com as leis naturais (AZEVEDO, 1958d, p. 161).

O evolucionismo sociológico, no início do século XX, gerava várias ramificações. As vertentes psicológicas [Lester Ward e Franklin Henry Giddings (1855-1931)], as não-spencerianas [Achille Loria (1857-1943), Thorstein Veblen (1857-1929), Adolphe Coste (1842-1901), Benjamin Kidd (1858-1916) e Jacob Novicow (1848-1912)] e as do darwinismo social [Walter Bagehot (1826-1877), Gustav Ratzenhofer (1842-1904), Albion Small (1854-1928) e William Sumner (1840-1910)] passavam a influenciar as ciências sociais contemporâneas de modo significativo. Fernando de Azevedo não se filiava inteiramente a qualquer dessas correntes, mas incorporava em suas reflexões os ensinamentos do evolucionismo psicológico de Ward que insistia na "possibilidade de um progresso humano racional através do planejamento social e da educação" (TIMASHEFF, 1965, p. 12).

Tanto em *A evolução social*, capítulo VI de *Princípios de sociologia*, quanto em *A educação e o progresso*, capítulo V de *Sociologia educacional*, ele insistia que a evolução e o progresso não eram contínuos, uniformes e ilimitados, pois dependiam "sempre da direção que os homens dão [...] à mudança" (AZEVEDO, 1958d, p. 161). Fernando de Azevedo partia do pressuposto de que há progresso quando há possibilidade de conciliar as leis naturais e as leis sociais na consecução do processo de mudança. As leis

naturais e as leis sociais teriam que estar plenamente conectadas para que se realizasse o progresso. Ele afirmava que as transformações técnicas e econômicas tinham seus fundamentos na ciência, mas não somente nela, já que teria tido papel essencial, neste processo, o domínio que o homem construiu em relação às forças naturais.

Não se deve supor, porém, que ele subestimava o papel da ciência no processo de evolução e de progresso. O conhecimento científico tinha um papel extraordinário em seus escritos. Influenciado pelo pensador americano John Dewey (1859-1952), Azevedo parecia crer que o domínio da ciência e o domínio da natureza garantiam que as civilizações modernas não mais ruiriam em decadências totalmente destrutivas. Em vista destas condições, os homens possuíam, em suas mãos, todas as condições para promover o progresso (DEWEY, 1970).

O fato de o homem ter em “seu poder a possibilidade de progresso” (DEWEY, 1970, p. 117-141) não significava, segundo Fernando de Azevedo, que tais potencialidades estavam sendo aplicadas em favor da sociedade como um todo. O desenvolvimento da ciência e o estudo das transformações oriundas do desenvolvimento técnico-científico poderiam fornecer subsídios para direcionar as mudanças em favor de um progresso que atingisse a todos indistintamente (AZEVEDO, 1958d, p. 164). Isto transmutaria a cultura, a educação, a composição de classes e as relações, entre elas, com a política, a estrutura econômica, os hábitos de vida, o sistema de valores e de crenças etc., e o faria reiterando embates e conflitos de todas as naturezas, o que exigiria sempre “esforços sucessivos de revisão e de reconstrução” (AZEVEDO, 1958c, p. 164).

No livro *Sociologia educacional* (1958d), ele argumentava que o desenvolvimento econômico das sociedades modernas era produtor, por excelência, de mudanças na esfera da cultura. E isso ocorria em virtude de um processo que revelava continuamente que o desenvolvimento técnico-científico trazia benefícios, mas também malefícios ao progresso social, o qual deveria ser entendido como uma alavanca de

condutas, de valores e de sentimentos capazes de operar uma contínua busca por uma sociedade que – por meio de uma educação sistemática e eficiente – superasse a supremacia de valores materiais e de consumo e investisse na formação de indivíduos possuidores de valores intelectuais, artísticos e criativos com capacidade de uma inovação em favor da transformação dos hábitos sociais e da cultura de modo geral.

Em vista destes pressupostos, como, então, Fernando de Azevedo encaminhava a discussão sobre a mudança social? Esta era, no caso do Brasil, pensada, por ele, desde os primórdios da formação colonial, sob vários aspectos. Em seu entender, os vários processos se enlaçaram nos diversos âmbitos (econômicos, políticos, sociais e culturais) e produziram alterações nas instituições, na composição dos grupos, no padrão de organização e no padrão cultural. Ele insistia que estudar a mudança social, do ponto de vista sociológico, era ater-se ao sistema de valores que se foi modificando em alguns aspectos, se mantendo em outros e, assim, se redefinindo através de movimentos ora lentos, ora bruscos, ora contingenciais, ora contínuos, ora descontínuos, ora unilineares, ora multilineares. Portanto, não era possível conceber a mudança somente dentro de uma perspectiva linear e/ou cíclica, pois, dentro de um mesmo processo, havia elementos destas duas formas históricas.

Se a sociedade transforma-se sob a pressão de inúmeros fatores, fica evidente, segundo ele, que a abordagem sociológica não pode supor que o elemento primordial da mudança seja a esfera econômica. A seu ver, a análise da evolução das instituições sociais e políticas fornecem explicações fundamentais acerca das modificações sociais que vão ocorrendo em diversos ritmos e tempos. Suas obras buscavam revelar, então, a constituição de um percurso que era ora diretivo, ora cíclico, ora inovador, ora conservador, em consequência dos processos de diferenciações que iam sendo construídos com base na evolução social e política e em suas implicações, em

termos de alteração da vida intelectual, profissional, cultural, literária, artística e científica.

No capítulo III de *Princípios de sociologia*, ele tecia uma ampla crítica às explicações da vida social que recorriam a uma única causa. As análises fundadas na unilinearidade [Spencer, Auguste Comte (1798-1857), Pierre Le Play (1806-1882), Karl Marx (1818-1883), etc.] eram, muitas vezes, mais pobres que as investigações empreendidas pela sociologia analítica [Tarde, Pitirim Sorokin (1889-1968), Florian Znanieck (1882-1958), etc.], porquanto esta última acabava por levantar problemas sociológicos impulsionadores de investigações sempre novas e desafiadoras. Isto ocorre em razão de uma abordagem que, fundamentada nos fatos e nos diversos grupos, visa compreender as teias de relações múltiplas que se vão renovando continuamente.

Criticando todo e qualquer determinismo, Fernando de Azevedo rejeitava a pressuposição de que havia uma chave geral para a explicação dos fenômenos sociais. Criticando Marx e todo materialismo histórico, ele afirmava que supor, por exemplo, que os “fatos de ordem econômica e mais especialmente ainda os relativos à produção e à técnica industrial determinam todos os fatos sociais, mesmo os mais afastados e ou mais elevados na hierarquia, tais como os de ordem política, moral, religiosa e estética” (AZEVEDO, 1956, p. 260) era, no mínimo, anti-sociológico, por não considerar que as inúmeras instituições sociais possuem movimento e ritmo não-cadenciado com a evolução técnico-econômica.

Conforme será demonstrado posteriormente, existem oscilações na obra de Fernando de Azevedo quanto ao modo de ele conceber a mudança social, porém, em nenhum momento, ele procede a uma análise determinista. Em *A cultura brasileira*, ele, às vezes, se aproximava mais de uma abordagem linear e diretiva, mas rejeitava toda e qualquer explicação mecânica e fatalista. No seu percurso intelectual, ele vai construindo uma reflexão acerca da mudança, da evolução e do progresso que se compunham a partir de fatores múltiplos e de elementos multilineares e cíclicos ao mesmo tempo. Neste seu modo de pensar,

o processo social ganhava formas mais acabadas, à medida que ele aprofundava as suas análises sobre a educação, a política educacional e o sistema escolar.

Se há um distanciamento explícito de Fernando de Azevedo em relação ao materialismo histórico, não há, certamente, uma filiação ortodoxa a qualquer outra perspectiva de análise. Evidentemente que muitas vezes, conforme já foi demonstrado, ele lançava mão de autores muito diferentes e até mesmo contraditórios em suas reflexões sobre evolução social; no entanto, ele se situava claramente em face das diferenças teóricas com as quais lidava. Suas incursões por concepções díspares visavam, na maioria das vezes, mostrar a importância do diálogo e do debate nas ciências sociais. Suas reflexões sobre o papel da mentalidade no processo evolutivo esclarecem as formas ímpares de Fernando de Azevedo situar-se no âmbito de um debate atualíssimo, em sua época desenvolvidas por Durkheim e por Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939).

Mesmo não sendo possível esclarecer, neste artigo, as convergências e a divergência entre esses dois últimos, podemos dizer que um embate teórico entre aquele, que era um dos fundadores da etnologia francesa, e Durkheim constituiu-se um dado essencial do desenvolvimento das ciências sociais. Lévy-Bruhl fazia uma distinção entre a mentalidade primitiva e a mentalidade civilizada. Isto o levava a questionar Durkheim que atestava “que os homens têm, em todas as sociedades, uma mentalidade lógica que obedeceria necessariamente às mesmas leis da razão” (CUCHE, 1999, p. 60; DURKHEIM, 1996; LÉVY-BRUHL, 1960).

Em *Princípios de sociologia*, Fernando de Azevedo, ao discutir o papel da mentalidade no processo de evolução social, preocupava-se em destacar a importância do diálogo que foi estabelecido entre os dois, pois, se por um lado Durkheim poderia ter razão quanto à continuidade “do pensamento pré-lógico dos povos inferiores ao pensamento lógico dos povos superiores” (AZEVEDO, 1956, p. 68), por outro, Lévy-Bruhl, ainda que discordasse inteiramente disso, ao não ver qualquer continuidade entre

as distintas mentalidades primitiva e civilizada, teria instrumentalizado Fernando de Azevedo a fazer a seguinte argumentação: “Em todo caso, para a compreensão do processo de evolução social, é preciso estabelecer a distinção entre as idéias novas de natureza técnica ou novas idéias de natureza não técnica ou não-tecnológica” (AZEVEDO, 1956, p. 69). Colocava-se, então, o problema da distinção entre mentalidades e sociedades diversas.

As suas reflexões acerca da possibilidade de mudanças sociais, baseadas em uma recriação das idéias e das mentalidades vigentes na sociedade brasileira, são devedoras do debate estabelecido entre Durkheim e Lévy-Bruhl. Isso evidenciava que Fernando de Azevedo tentava avançar não de perspectivas petrificadas, mas sim dos debates que iam tomando corpo na primeira metade do século XX. Desses embates centrais nas ciências sociais, ele extraía a seiva para a construção de suas reflexões sobre as mentalidades e seus caracteres mutáveis e passíveis de recriação contínua por meio de uma educação que refletisse o grau de diferenciação e de complexidade da vida social.

A quantidade e a natureza dos conhecimentos que se transmitem às gerações novas, a variedade de instituições de caráter profissional destinadas a atender à especialização ditada pelas necessidades coletivas, à pobreza, ou à complexidade do sistema educacional variam, evidentemente, com as condições sociais de cada grupo humano e refletem as suas necessidades, sua mentalidade especial, seu passado histórico e as tendências gerais de sua evolução (AZEVEDO, 1996, p. 41).

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUALIDADE DE FERNANDO DE AZEVEDO

Por que voltar a Fernando de Azevedo para pensar a problemática da mudança social no país? O que ele ensina aos que estão preocupados em compreender o Brasil e as suas singularidades? Estas indagações são pertinentes porque inúmeros problemas que o inquietavam são ainda recorrentes hoje e remetem diretamente aos (des)caminhos e

às (im)possibilidades de transfiguração da sociedade brasileira. Entre as diversas questões que ele levantava e que, de formas distintas de seu tempo, continuam na ordem do dia da sociologia da mudança no Brasil, podemos citar os tortuosos caminhos do sistema político e da democracia, os problemas atinentes à escola pública, as impossibilidades de reversão das exclusões e das desigualdades, além de outras. Uma coletânea organizada por D’Incao (2001), intitulada *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*, põe em relevo inúmeras questões com as quais Fernando de Azevedo já se debatia entre as décadas de 1930 e 1960 em seus esforços para interpretar o país e os seus processos de mudança.

As reflexões empreendidas por Fernando de Azevedo fornecem várias pistas para interpretar os avanços, os recuos, as recorrências, as constâncias, as transmutações e as permanências não somente no âmbito econômico e político, mas também no cultural. Os elementos indicadores de constâncias – como as exclusões sociais e as desigualdades – não significam inércia da sociedade brasileira. Em *A cultura brasileira* e em *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*, ele demonstra como se constituíram, historicamente, contínuos processos de transmutação que foram engendrando diferenciações, evoluções, involuções, progressos e emperramentos múltiplos. Seus escritos lançam, então, luzes sobre as complexidades e as singularidades da vida social brasileira. Não há mudança em geral, assim como não há estagnação absoluta em todos os âmbitos da economia, da política e da cultura.

Fernando de Azevedo fornece elementos que podem levar os cientistas sociais a compreender que o campo das ações políticas institucionais, por exemplo, pode, em determinados momentos, estar na razão inversa de outros campos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais. Nas diversas esferas da vida social há constantes embates para potencializar processos que impulsionem e/ou contenham mudanças sociais.

Levar em conta os esforços de Fernando de Azevedo para interpretar o país e as suas transfigurações

é uma espécie de coleta de dados históricos que possibilitam enxergar inúmeras (im)possibilidades que se vão redefinindo continuamente através dos múltiplos modos das instituições e dos grupos de indivíduos agirem. Ele ressaltava, em suas análises, que o problema das dificuldades de evolução política no Brasil foi, ao longo das várias décadas após 1930, um dos principais empecilhos para a construção de mudanças que revertessem as desigualdades. Em *A evolução social e política* – um dos capítulos da primeira parte do livro *A cultura brasileira* – ele dava destaque a essa questão ao demonstrar que os processos de diferenciação social, que ganhavam forma com o processo de industrialização e de urbanização, não se refletiam na esfera política.

As análises de Fernando de Azevedo fornecem também subsídios para uma reflexão acerca do papel das mentalidades no processo de mudança social. Para ele, era necessário proceder a um estudo das mentalidades e de suas manifestações para verificar se estava ou não havendo a formação de uma mentalidade democrática entre os diversos setores sociais. Em seu entender, só haveria mudanças substanciais, no país, capazes de reverter as exclusões, se ocorresse uma modificação expressiva da mentalidade de todos os segmentos sociais, principalmente dos setores médios, dirigentes e dominantes. Estes eram portadores de uma mentalidade autoritária responsável pela indiferença para com as condições produtoras e reprodutoras das desigualdades. Compreender se o país está ou não se dirigindo à democracia, por exemplo, passa, seguindo a orientação de Fernando de Azevedo, por detectar se está havendo ou não modificação substantiva no modo de ser e pensar de todos os segmentos sociais.

A importância da escola pública e universal, para ele, ligava-se à formação de mentalidades democráticas entre todos os brasileiros. Ele oferece, assim, elementos para pensar as modificações não só no âmbito objetivo, mas também no subjetivo. A mudança é para ele algo muito mais amplo do que algumas medidas no campo econômico, político ou social. É algo que passa pela reconstrução de mo-

dos de proceder socialmente. Em vista das diversas questões apresentadas no decorrer deste artigo, é possível afirmar que as discussões sobre os processos de mudança na atualidade podem encontrar em Fernando de Azevedo subsídios para interpretar social e politicamente o país. Enfim, o mapeamento da concepção de mudança nas suas obras, bem como dos múltiplos diálogos que ele teceu com a teoria social, em geral, e com o pensamento social brasileiro, em particular, lançam luzes sobre as condições sociais vigentes na sociedade brasileira atual.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

\_\_\_\_\_. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UNB, 1996.

\_\_\_\_\_. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Melhoramentos, 1958. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. *Princípios de sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

\_\_\_\_\_. *Sociologia educacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. *Um trem corre para oeste*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BOMENY, H. M. B. Fernando de Azevedo: sociologia, educação e a ciência brasileira. In: MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (Org.). *Ideais de modernidade e a sociologia no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 229-250.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1931.



- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- CÂNDIDO, A. Um reformador. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: USP, n. 37, p. 11-17, 1994.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUNHA, E. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Os sertões*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- DEWEY, J. Liberdade e cultura. In: \_\_\_\_\_. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.
- D'INCAO, M. A. (Org.). *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1984.
- \_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, E; MAUSS, M. Note sur la notion de civilisation. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 12, p. 46-50, 1913.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- GOLDTHORPE, J. H. Herbert Spencer. In: RAISON, T. (Org.). *Os precursores das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 83-91.
- LÉVI-BRUHL, L. *La mentalité primitive*. Paris: PUF, 1960.
- LEVINE, H. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PARETO, W. *Manual de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.
- QUEIROZ, M. I. Pereira. Fernando de Azevedo: o sociólogo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: IEB/USP, n. 37, p. 53-69, 1994.
- SPENCER, H. *On social evolution*. Chicago: Chicago University Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Reasons for dissenting from the philosophy of M. Comte and other essays*. Berkeley: Glencessary Press, 1968.
- \_\_\_\_\_. *The study of sociology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1961.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TIMASHEFF, N. *Teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- VIANNA, F. J. O. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- WARD, L. *Dynamic sociology*. New York: D. Appleton and Company, 1883.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

## O Barroco Ibero-Americano: “ausência de síntese”?

Marcos M. B. de Mesquita – UERJ

### RESUMO

Faz-se aqui um recorte da discussão que se seguiu, na sociologia brasileira, à publicação de *O Espelho de Próspero* de Richard Morse e sua hipótese de uma outra civilização ocidental na cultura ibero-americana, chegando até à reformulação desta questão em Barbosa Filho, *Tradição e iberismo*. O texto contrapõe interpretações distintas a respeito do iberismo, como peculiaridade sócio-política que marcaria as sociedades ibero-americanas e questiona o quanto a proposição de Barroco em Barbosa Filho, que pretende-se conclusiva, acaba por reduzir o iberismo à idéia “ausência de síntese”. Percebemos ao final, em crítica à esta redução de sentido, que o iberismo tende a se configurar afinal menos como hipótese política e analítica do que como resultado da inapropriação dos referenciais de explicação da modernidade nos países periféricos. Menos marcado então pela “ausência de síntese” do que propriamente pelo discurso recorrente de “síntese da ausência”.

Palavras-chave: Iberismo. Barroco. América Latina. Sociologia da cultura.

### ABSTRACT

Here we have a scrap from the discussion in Brazilian sociology following the publication of Richard Morse's *Prospers' Mirror* and his hypothesis of another western civilization in Ibero-American culture, down to the restatement of this question in the book of Barbosa Filho, *Tradição e iberismo*. The text compares distinct interpretations about Iberism, as a social and political mark peculiar to Ibero-American societies, and questions how the Barbosa Filho's baroque proposition, that intended to be conclusive, just ends up reducing Iberism to an idea of “absence of synthesis”. At the end, we notice as a criticism to this restriction of meaning, that Iberism tends ultimately to stand less as a political and analytical hy-

pothesis than as a result of the references used to explain the modernity in peripheral countries being inappropriate. Being then less marked by the “absence of synthesis” than properly by the recurrent discourse on “synthesis of absence”.

Key words: Iberism. Baroque. Latin america. Sociology of culture.

O livro de Richard Morse, *O espelho de Próspero* (MORSE, 1988), agitou o pensamento latino-americano com sua hipótese de particularidade civilizacional para a cultura ibero-americana. Apontava o autor, com grande talento, elementos peculiares à formação cultural e moral ibérica, registrados como distintos e historicamente paralelos à formação dos valores anglo-americanos predominantes e hegemônicos na articulação do Grande Desígnio Ocidental.

A proposição conflituosa deste livro é de que a Anglo-América não é a única possibilidade de articulação e solução para os problemas sociais e políticos da modernidade, e que uma outra opção existente, a ibero-americana, não lhe sendo inferior, podia superá-la em adequação a um mundo de organização “pós-moderno”.

Para explicar esta interpretação da cultura ibero-americana, Morse descreve a partir do século XII e prosseguindo até o XVII, quais foram as “opções” culturais, morais e políticas que a Ibéria teria feito e que se diferenciavam das feitas pela Inglaterra, por exemplo.

Em suma, indo de encontro a uma perspectiva de que só a imobilidade teria marcado a península ibérica durante o período das revoluções modernas, Morse defende a tese de que a Ibéria também reagia

às alterações sócio-econômicas e culturais, mas que o fazia optando por formas particulares de mudança social.

Podem-se ter exemplos destas mudanças em diversas áreas, na forma de transmissão do conhecimento, na política, no campo religioso, mas em todas estas se manifestavam elementos diferentes e por vezes antagônicos às prerrogativas próprias da revolução científica, protestante e política, marcadas pela legitimação da subjetividade, pelo individualismo, pela idéia do contrato social e pelo liberalismo político.

As diferenças, pois, de “escolhas”, como salienta diversas vezes Morse, teriam constituído dois projetos coesos e poderosos, um na Ibéria, outro na Inglaterra, tendo a Europa central sido arrastada pelo segundo projeto com o avanço das revoluções protestante e científica que se seguiram.

Lançando-se ao Atlântico, estes projetos civilizacionais descobriram novas terras e importantes colônias na América. Mas devido a suas origens civilizacionais distintas, teriam dado origem a duas formas diferentes de organização social e moral.

Estes projetos não foram simplesmente transplantados, mas sofreram adaptações e alterações. Assim: enquanto, na América anglo-saxônica havia espaço para se desenvolver mais ainda uma ideologia liberal, se ter maior liberdade para as religiões puritanas, e se prover de recursos para o desenvolvimento industrial, diferenciando-se da metrópole e passando mesmo a influenciar seu rumo; na América ibérica se dava uma readaptação das matrizes neo-tomistas. Enquanto as colônias inglesas desenvolviam e acentuavam o que seria uma resolução cultural hegemônica<sup>1</sup>, marcando, portanto unidade e clareza nas opções civilizacionais – o que aliás não havia de forma tão predominante na Inglaterra – as colônias ibéricas passavam a constituir um padrão

heterogêneo<sup>2</sup>, um “mosaico”, uma cultura assimiladora sem contudo poder fornecer a partir deste processo uma síntese compacta.

A América ibérica além então de suas raízes neo-tomistas, se contrastava com a outra parte do continente devido ausência de um pensamento hegemônico. A diferença crucial passava a ser que, enquanto no mundo anglo-americano há uma “égide da ideologia consensual” individualista-liberal, no mundo ibero-americano há um pluralismo de idéias, um “holismo arquitetônico”.

Mesmo as idéias que originaram as revoluções de independência dos Estados ibero-americanos estariam envolvidos num ecletismo sem síntese, enquanto que na Anglo-América a idéia republicana-protestante, sendo única, permitia ainda que se manifestassem historicamente renascimentos e revigoramentos de seus valores.

Na descrição da desordem e de certa confusão das idéias na América ibérica está inscrita, ainda que de forma intrínseca, a surpresa de como alguns ideais republicanos e liberais foram assimilados sem ser através de rupturas ideológicas, e de como foram conciliáveis com pressupostos aparentemente antagônicos a eles: primado da hierarquia, ausência de liberalismo político, particularização e aversão à “mensagem do individualismo”.

Mas o que no *Espelho de Próspero* seria a imagem invertida dos valores, para Morse se apresentava como a alternativa viável à decadência do projeto de modernidade levado à par pela hegemonia do individualismo protestante e do contratualismo social. E como opção à expectativa iluminista frustrada – redigida principalmente pelos frankfurtianos – Morse oferece a versão ibero-americana de organização dos valores sociais.

<sup>1</sup> “Insistimos na idéia defendida por Laclau de que uma ideologia hegemônica oferece, em primeiro lugar, um conjunto aceito de princípios do qual podem ser deduzidas diversas mensagens e, em segundo, um padrão consensualmente reconhecido em que podem se articular essas mensagens – para sua conciliação da *domination des dominateurs*” (MORSE, 1988, p. 80).

<sup>2</sup> “Mas será que sob um regime como o mexicano, ou talvez o cubano, poderemos falar de hegemonia no mesmo sentido que a palavra tem para o mundo anglo-atlântico, isto é, de um corpo político cujo cidadão médio carece de um sentimento de ‘obediência’ e aceita os termos de debate político como projeções voluntárias de si mesmo? Nossas reflexões anteriores sugerem que não é esse o caso” (MORSE, 1988, p. 160).

Para concluir esta breve apresentação do pensamento de Morse em *O espelho de Próspero* é importante que se faça a seguinte observação que servirá como ponto de discussão central para seus críticos: Morse salienta de forma perspicaz que se não há a valorização do “individualismo liberal” no pensamento ibérico, não se pode deduzir a partir daí que a opção ibérica rejeite a democracia, ou seja intrinsecamente autoritária – lembrando o autor que também para sociedades sob a égide do protestantismo individualista e liberal não é impossível a formação de governos com forte autoritarismo.

De um lado o pacto, do outro a organicidade, mas em ambos, fórmulas sociais com características peculiares que podem formular tanto modelos sociais injustos e autoritários, quanto democráticos e solidários. “O que está em jogo são os princípios organizadores do corpo político, não os resultados: uma sociedade baseada no pacto em contraste com uma sociedade orgânica, um princípio nivelador ou individualista em contraste com um princípio arquetônico” (MORSE, 1988, p. 49-50).

\*

Foram muitos os que louvaram a perspectiva relativista de Morse, alguns elogiaram a capacidade de proposição de uma agenda político-ideológica para o sub-continente, mas ainda existiram inúmeros que temeram estar diante de uma visão obcecada pela angústia frankfurtiana de uma modernidade decadente. No lugar então do elogio à “iberidade”, viam alarmados a assunção de um culturalismo instrumental e a-histórico, pronto a servir de justificativas a uma realidade de desigualdades e esparsos direitos.

É este o referencial que nos ajuda a entender o porquê da recepção de Morse ter sido tão violenta no Brasil.

Como exemplo, temos em Schwartzman (1988) uma crítica ao pensamento de Morse por ele ter negado para a vertente civilizacional ibérica: a possibilidade de “racionalismo” científico; o desenvolvimento de uma “democracia representativa”; o

“liberalismo”. Em suma, Schwartzman critica Morse por este ter negado a possibilidade de que a incorporação destes elementos pudesse se dar para além de fraturas. Entende que é precisamente “democracia”, “liberalismo”, “universalização dos direitos”, “ciência”, que compõem o Grande Desígnio Ocidental, e que descrever a Ibéria como outra civilização seria negar à América Latina a capacidade de articular ou desenvolver estes almeçados ideais sociais.

Os críticos de Morse que compartilhavam estas inquietações apresentadas por Schwartzman, não sentiam este sentimento de incapacidade em relação ao projeto iluminista, pois viam-no continuamente como um projeto de futuro, havendo ainda expectativas fiadas à possibilidade da realização de seus desígnios nas periferias do sistema mundial. A esta esperança de futuro somava-se uma atenção ao passado, a experiência vivida de discursos populistas e a permanência de situações de miséria e desrespeito ao outro, legitimada pela prerrogativa de uma particularidade cultural enrijecida.

A mensagem final de Morse, de que é a Ibero-América que tem o segredo da vida e do futuro é, para Schwartzman, de um relativismo inapropriado e passaria por cima de valores compartilhados por todo o Ocidente, como a luta persistente pela conquista de bens sociais: “[...] manter e expandir a qualidade de vida para suas populações, e preservar os mecanismos institucionais que asseguram as liberdades e os direitos individuais” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 191).

E mesmo a escolha feita por Morse do referencial frankfurtiano para a crítica da sociedade ocidental, marcada então pelo viés irracionalista e elitista próprio às visões de Adorno e Horkheimer (1986), não poderia ser assumida como explicação exclusiva e nem mesmo a mais atualizada a respeito da sociedade ocidental capitalista. No fundo, então, e com maior rancor, Schwartzman acaba por identificar e criticar em Morse um desvio conservador atuando pela defesa das relações personalistas, que se indispõe contra a “monotonia do igualitarismo democrático”.

Em outro artigo, Schwartzman (1989) continua seu discurso de combate ao que identifica como perigoso conteúdo político, e já em tréplica<sup>3</sup> ao autor de *O espelho de Próspero*, é novamente enfático ao negar a possibilidade de uma outra civilização, uma outra opção para o projeto ocidental, escondida nas penumbras do barroco ibérico. Mas atesta, sob o alerta das observações que lhe foram feitas, que com isso não quer dizer que a América Latina não tenha peculiaridades. A questão é que as peculiaridades não geram uma outra civilização, e ter características nacionais ou dita “cultura popular” não significa estar em oposição ou produzir armas dialéticas em relação ao capitalismo – que seria, afinal, o cerne do projeto moderno no Ocidente, abrangente sobre todo este em seus aspectos culturais, sociais e econômicos.

Se é acusado de ser um positivista (MORSE, 1989) e por fazer sobreviver as idéias de um desenvolvimento por etapas entre as nações (ROSTOW, 1974), Schwartzman enquadra a Morse como um vitalista, um bergsonianiano, cuja filosofia da vida nubla-lhe a visão. Com uma crítica mordaz ao relativismo que Morse representa, Schwartzman esclarece como as tradições são invenções históricas e que não seria por sua duração que teriam mais ou menos legitimidade frente a princípios humanísticos.

É explícito na defesa de que participar do mundo moderno, partilhar e buscar os valores mais altos que lhe são referentes, não é necessariamente alienar-se das características particulares de uma “cultura popular”, sabendo-se ainda assim que esta não pode ser reificada. A opção de não participar do Ocidente por sermos um “outro” – nem que seja um “outro Ocidente”, como veremos logo em Merquior (1990) – seria uma resposta à angustia moderna e à angustia ibero-americana, justificando e des-responsabilizando os atores sociais pela posição periférica e pelas desigualdades sociais e políticas. Mas

nem por isso ganharia legitimidade, pois o que gera esta angústia é precisamente uma interpretação extremamente culturalista e incompleta da histórica político-econômica do Ocidente.

Este debate acalorado e de conseqüências profundas sobre a realidade brasileira, atrai sem dúvida a atenção de muitos pesquisadores. Merquior (1990) é um destes que não só assistem, mas contribuem efetivamente para ele, apresentando, por exemplo, uma interpretação sobre a filiação teórica da percepção da cultura Ocidental feita por Morse.

Descreve Morse como fazendo parte da linha de estudos americanos (Waldo Frank e Frank Tannenbaum, por exemplo) que pensam a América Latina como realidade peculiar, sendo já o resultado da acolhida de dúvidas sobre os rumos do progresso na América anglo-saxã. Estando disposta a perceber assim alternativas de desenvolvimento e de aplicar formas mais relativizadas de estudar o “atraso”.

Sem utilizar o tom raivoso de Schwartzman, para Merquior também se evidenciaria a “preferência” de Morse por formas políticas que estariam sob um “rousseauismo” predominante: a presença de uma vontade geral no lugar das práticas tradicionais democráticas, e a legitimação de um misticismo cultural populista. “Definitivamente, *O espelho de Próspero* não espera muito do princípio liberal-democrático na América Latina” (MERQUIOR, 1990, p. 72). A solução para a desilusão da modernidade, e para a inadequação da vertente ibero-americana para Morse seria a esperança de que “[...] a mescla da cultura ibérica com o rousseauismo preencha as aspirações ocidentais de forma mais plena [...]” (MORSE, 1988, p. 111).

A idéia da preservação de uma matriz ideológica por tantos séculos, imobilismo cultural sem disfarces, seria instrumentalmente adequada à intenção final de Morse, já que a preservação de um ethos pré-moderno seria ideal para a proposição de um novo meta-discurso no lugar daquele de uma modernidade decrépita. Acontece que é insustentável a idéia de que a Ibero-América tenha ideais pré-modernos (e potencialmente anti-modernos) quando

3 Decidimos por não apresentar aqui a primeira resposta de Morse (1989) às críticas feitas por Schwartzman, principalmente por se tratar de restrita represália a ataque pessoal, elemento também presente nas primeiras observações do autor brasileiro.

precisamente o que se observa pelas palavras de Merquior é: um Estado patrimonial; um capitalismo periférico; e uma modernização de superfície. Uma realidade diferente daquela presente no centro do desenvolvimento Ocidental, mas sem qualquer possibilidade de maior contraste que pudesse justificar a existência de dois planos civilizacionais incongruentes no lugar de uma interpretação da complexidade de graus de capitalismo interdependentes.

Merquior nega, com veemência, que esteja a América Latina fora do Ocidente, ou seja uma alternativa à sua cultura, só que, de alguma forma confusa, afirma que as especificidades aqui presentes formatam um “outro Ocidente”. Para este autor, a América Latina é um “outro Ocidente” não como opção de futuro, pois compartilha seus valores no presente, mas por que suas especificidades de formação são tão grandes que fazem-lhe capaz de se afirmar como alteridade frente àquele. Dá assim uma interpretação diferenciada à tese de desenvolvimento dependente (CARDOSO; FALETTTO, 1970) ao atribuir a noção de alteridade<sup>4</sup> a formas de inter-relação em seus diferentes níveis.

Ainda outras falas se juntam a esta discussão (AROCENA, 1990; OLIVEIRA, 1991). Com destaque, podemos citar que contra as críticas – nada fleumáticas – de Schwartzman, é Tenório (1989) o que se levanta com maior veemência em defesa de Morse: “Entretanto, o que Richard M. Morse propõe não é eliminar os conceitos clássicos das ciências sociais e substituí-los por rudimentos religiosos, literários ou artísticos, mas, ao contrário, ‘banhar’ os primeiros com as águas dos segundos” (TENÓRIO, 1989, p. 109).

Contudo será Otávio Velho (1989) quem projetará luz para re-iluminar o debate ameaçado de perder sua profundidade teórica. Aliás, sem luz, pouco importa a qualidade do “espelho” e é exatamente

focalizando a peculiaridade do espelhamento que Velho enfatiza que não é o Ocidente que está em decadência, mas o espelho empregado por tantos que deixa tudo em desordem: “[...] algumas possibilidades que nos parecem particularmente incompatíveis com o mundo moderno talvez só o sejam na medida em que a própria imagem do mundo moderno seja uma construção dos intelectuais” (VELHO, 1989, p. 100).

Devemos estar cientes de que o pensamento de Otávio Velho é caracterizado pela crítica que faz a um tipo de interpretação historiográfica sobre a modernidade que exige a ruptura, e que negligencia as mudanças alcançadas por meio da incorporação de traços modernos sobre a tradição cultural existente. Alia-se desta forma aos esforços de pensadores que se voltam para o estudo da “revolução” moderna em diferentes partes do mundo, apreendendo formas distintas de expressar a mesma formação social, política e econômica que caracteriza o mundo moderno<sup>5</sup>.

Para Velho, tanto Morse quanto Schwartzman esquecem de pensar o moderno que surge através da articulação do novo com a tradição. Morse não enxergaria a transformação do novo através dos elementos tradicionais quando exige uma ruptura com o projeto ocidental anglo-americano; o ibérico não é para ele, pois, tradição, mas o novo que se abaterá sobre o Ocidente como meta-discurso. Já Schwartzman, segundo Velho (1989), espera a transformação da tradição pelo novo de fora, ou por uma “sampaulização”, que não é outra coisa senão o abandono do tradicional<sup>6</sup>.

Como tão lucidamente lembra um sociólogo experiente no trato das questões referentes a definição de nossa cultura nacional, Werneck Vianna: interpretar o Brasil – e por que não dizer a América

4 Nisto Merquior se distancia de Schwartzman, pois o entendimento da peculiaridade não ganha signo de alteridade para este último. O que é peculiar não é capaz de constituir um outro Ocidente, o peculiar é nada mais do que parte de um Ocidente complexo, heterogêneo e dinâmico e não seu contraponto ou sua solução dialética.

5 Como exemplos: Bendix (1996), Moore Jr. (1983) e Eisenstadt (1991).

6 Concordamos em parte com esta crítica a Schwartzman, embora achemos que o que marca o pensamento deste é menos isto que a resistência a reinventar “novas tradições” ou reificá-las.

Latina – tem sido sempre e praticamente um ato normativo.

E Werneck Vianna (1997) não se furta, contudo, diante de tal pendor a se transformar análises críticas em proposições políticas, em explicar este país e seu continente, também contribuindo, por exemplo, para o debate sobre o iberismo.

Com lucidez, percebe que o iberismo é a fundo uma forma de expressar a surpresa dos europeizados – os que partilham dos valores e das representações do mundo Ocidental europeu, afinal de contas, todos os intelectuais no sentido tradicional – em não ver o individualismo como marca mais profunda de nossa organização social. No lugar do indivíduo, como ente racional e como unidade essencial do contrato social, um centro político, um Estado, mas que não é, para aqueles, sucedâneo equivalente.

Todos estes esforços para explicar nossa ausência de ruptura são gritos de estranhamento dos europeizados que sabem o que deveriam encontrar.

Seria o iberismo uma forma de enxergar um viés de civilização totalmente diferenciado, frisando a organicidade e o comunitário como opções de organização social moderna frente ao individualismo anglo-saxão. E Werneck Viana vê potencialidade tanto analítica quanto política neste iberismo, já que, por exemplo, não seria totalmente desconexa a aplicação por Morse da tese da “vantagem do atraso”: articulando a dificuldade da pertencer ao mundo capitalista-democrático como vantagem para a participação num mundo socialista, ou melhor, num mundo comunitário, de opção nacional-popular.

Mas neste caso, para Werneck Vianna, iberismo deixa de restringir-se às características de sua natureza cultural e de se perceber sempre como uma “herança”, e passa a poder ser entendido sob forma distinta: como “construção política”, como opção frente ao liberalismo, mas não se lhe opondo por natureza, e sim selecionando elementos que pela história tenham se tornado valores gerais e conquistas reais.

Frisamos, em Werneck Viana se apresenta uma forma distinta de ver o iberismo, como “constru-

ção política”. Mas o que se lhe assemelha aos que se apóiam na tese do iberismo é que esta última idéia é defendida pelos que pretendem acrescentar democracia e liberdade a uma cultura ibérica compreendida como singular, pronta a desenvolver em seu seio uma opção de sociedade distinta, um “outro” em relação ao Ocidente capitalista.

Por agora, podemos afirmar, com os exemplos que demos, o alto valor que atinge o debate no Brasil sobre o iberismo. Isto porque, como todo bom debate, a discussão não produz unanimidade ou consenso, mas cada palavra traz mais combustível para aquele, acrescentando-se novas questões, novos pontos de vista e se denunciando opacidades, ideologias, miopias, cinismos, esperanças, utopias, e etc.

\*

Passados pouco mais de dez anos do momento mais fervoroso desta discussão, seguindo de perto a tese de Morse, um outro livro, o de Barbosa Filho (2000), *Tradição e iberismo*, volta a apostar na influência de um iberismo, de uma vertente civilizacional ocidental, distinta, mas não inferior, e que explicaria as vicissitudes e peculiaridades da América ibérica.

Com o objetivo de explicar o que não parece claro em Morse, e livrando-se das críticas atribuídas àquele de que o iberismo é um pensamento calcado na inércia cultural<sup>7</sup>, Barbosa Filho elabora intrincadas hipóteses de mobilidade a respeito da cultura ibérica.

Adota uma visão da história como uma linha de sucessão de acontecimentos previsíveis, mas não determinista. E faz uma retomada, sob um ângulo que dá privilégio à dinamicidade, do ponto de vista já presente em *O espelho de Próspero*: “[...] a hipótese da América Latina ou Hispânica como um modo particular de exercício do Ocidente, como variante autônoma – não meramente ibérica ou fracassa-

<sup>7</sup> “Falar de inércia cultural é esquecer os interesses e privilégios concretos que são servidos pela doutrinação, pela educação e por todo o complicado processo de transmitir cultura de uma geração a outra” (MOORE JR., 1983, p. 479).

da – da civilização ocidental” (BARBOSA FILHO, 2000, p. 16).

Para registrar então duas formas distintas de articulação social, uma anglo-americana e outra ibero-americana, mas que não foram desenhadas e que não permanecem inalteradas desde o século XV, Barbosa Filho utiliza uma dicotomia que embute a discussão da mobilidade nas tradições culturais, caminhando com ímpeto na fronteira de uma percepção frágil constituída pela oposição entre um mundo que privilegia o atraso e um outro que se moderniza.

Elabora então analiticamente uma relação dicotômica entre uma “sociedade do espaço” (ibérica e católica) e uma “sociedade do tempo” (da Europa central e da revolução industrial e protestante):

O que sugere a hipótese geral deste trabalho: a Ibéria se ergueu como variante civilizacional do Ocidente estabelecendo a prioridade do espaço sobre o tempo, do movimento no espaço sobre o movimento na história, da permanência sobre a mudança, estimulada e sustentada por premissas específicas e particulares sobre a vida, a sociedade e as suas finalidades (BARBOSA FILHO, 2000, p. 101).

Trabalhando com uma metodologia própria da história das mentalidades, em minúcias que clareiam e especificam a hipótese de uma cultura autêntica que teria se desenvolvido na Ibéria, Barbosa Filho descreve a “evolução” da opção civilizacional ibérica, e justifica a caracterização analítica de “sociedade do espaço” que faz sobre esta. Destaca então três grandes momentos de dinamismo sob a mesma lógica “espacial”.

No seu momento inaugural, sob reminiscências dos reinos visigodos, a civilização espacial se caracterizaria pela relevância dada à territorialização, à conquista de regiões européias em nome de uma Guerra Santa iniciada contra um inimigo bem definido, os mouros. Num segundo momento, o da colonização, a espacialização é manifestada pela expansão do controle político e econômico dos reinos de Portugal e de Espanha para além da Europa, dando origem a um novo territorialismo, agora extra-europeu, que é

garantido pela união política alcançada sob o domínio de uma Coroa. Esta unidade política garante ao seu representante maior, o rei, a posição privilegiada de centro constante do poder, porque titular exclusivo do poder de distribuição de benesses territoriais<sup>8</sup>. Barbosa Filho dá especial atenção a esta organização do poder porque ela seria emblemática para a conservação da cultura ibérica, por conseguir realizar um arranjo onde as mudanças provocadas pela presença de novos territórios a serem divididos, novos atores e interesses, se harmoniza com a conservação da monarquia, do catolicismo e de outros elementos que lhes dão sustentação, como o neotomismo filossófico, por exemplo.

O terceiro momento marcante seria chamado de absolutismo barroco, de consolidação cultural deste arranjo político, onde a percepção dos conflitos do homem centrados na subjetividade não se sobrepõe ao papel da Coroa como agente histórico exclusivo. O subjetivo é ressaltado, mas apenas em seu sentido mais intimista, não cabendo expandir-se ao mundo público.

É o rei, e não o indivíduo, a peça fundamental neste processo de transformação pela qual passa a sociedade ibérica. Cabe ao regente, como representante da unidade territorial e nacional, a responsabilidade de organizar a sociedade, tendo de obedecer à tradição de servir de juiz na distribuição da justiça e na concessão de privilégios e distinções. Desta forma a Ibéria não inventava, não descobria, mas se expandia, levando para “além mar” seus códigos, sua estrutura e valores sociais. A guerra de expansão provocava uma intensa comunhão entre os integrantes do reino, acentuando sua unidade e transformando o avanço territorial pela violência em

8 “Nas circunstâncias históricas da Ibéria medieval, entretanto, o rei só dispunha de uma saída: a expansão territorial e o avanço sobre outras sociedades, gerando novas ocasiões de agradecimento e novos recursos para distribuição interna na ausência de um processo de acumulação do tipo capitalista. Como não podia redistribuir a riqueza já existente e dividida, ele estava obrigado a buscar recursos novos e adicionais, sancionando o territorialismo como resposta às pressões produzidas pela sociedade e à necessidade de consolidar a sua posição de centro distribuidor da justiça” (BARBOSA FILHO, 2000, p. 242).



projeto coletivo. E o rei era o eixo deste projeto, o senhor deste movimento.

O que o neotomismo adotado neste processo garante à Ibéria é uma concepção de mundo como ordem arquitetural, criado pelo desígnio de Deus, onde o indivíduo isolado nada tem a oferecer. Esta concepção espacial da sociedade humana, como imobilidade arquitetônica, refletirá sobre a condução das ações dos ibéricos e sobre suas conquistas. Por exemplo, a organização social não seria o resultado de uma decisão racional feita por cada indivíduo – como o é para os contratualistas –, mas a expressão do desígnio divino representado através da Coroa.

Nas sociedades ibéricas barrocas não existem ‘sujeitos’ neste sentido, mas apenas um sujeito, o rei, logos da sociedade e seu centro político, o portador de uma noção especial e ‘público’ como saúde do todo. [...] A Ibéria chega ao século XVIII comandada por um único agente capaz de movimento autônomo, de vontade construtiva, matéria original de um Estado que se organiza diferentemente daquele que avançava na França ou na Inglaterra (BARBOSA FILHO, 2000, p. 392).

O mesmo papel será ocupado depois pelo Estado. Passando a ser este o sujeito histórico exclusivo, redentor e benevolente, o único capaz de conduzir com legitimidade a organização social e a fonte da ordem e da justiça.

Mas quais as transformações pelas quais passa este projeto quando se depara com as peculiaridades daqueles que decidem viver na América conquistada? No que se transforma a civilização espacial, o que dá marcas à “sociedade do espaço” quando transposta para a América não mais explorada, mas colonizada?

E é aqui que se percebe uma ruptura marcante no livro de Barbosa Filho. Pois cinde com um método de leitura complexa da história das mentalidades através do qual, com muita acuidade, destacava elementos analíticos capazes de fazerem ressaltar as especificidades das transformações pelas quais passava a Ibéria.

Depois de descrito com tanto cuidado a história das idéias do projeto civilizacional ibérico, e de justificar sua hipótese de se tratar de uma “sociedade do espaço”, Barbosa Filho não dá o mesmo empenho em explicar que tipo de sociedade surge na América sob a influência daquela. O que chega a fazer então, diante da impossibilidade de eleger um “logos” definido, é a adoção do Barroco como categoria, acatando a percepção do senso comum a respeito da mistura e da miscigenação como possibilidade explicativa de uma realidade nova<sup>9</sup>. Sua proposição é que o Barroco, pela idéia que comporta de profusão de formas e estilos, consiga representar a presença do hibridismo social como peça mais marcante da América Ibérica.

Longe do esforço verista peninsular, o barroco americano parece ser a consagração do enigma, do jogo lúdico e cruel com os sentidos que as lentes européias e ocidentais gostariam de ver aqui adotadas. É espaço que não se apresenta como cascata de ser, mas como amontoado desordenando de lugares, atravessado por turbulências e enigmas (BARBOSA FILHO, 2000, p. 406).

O conceito de “sociedade barroca americana” não ganha a notoriedade de uma quarta parte dentro do quadro de dinamicidade da opção civilizacional ibérica. Sendo de outro conteúdo analítico, é o resultado final de todo este processo histórico até então em decurso. Ocorre que, contra todos os esforços de Barbosa Filho, a dinamicidade que leva até o barroco americano acaba por se encerrar com seu surgimento. Explicam-se as raízes culturais desta sociedade barroca, mas o Barroco em si, como forma de expor a peculiaridade sócio-cultural da América Latina não é questionado, é já um dado pronto da realidade tomado positivamente desta.

<sup>9</sup> Esta adoção do senso comum, do registro do hibridismo e da indefinição conceitual como característica peculiar da sociedade brasileira, é também a marca do pensamento de DaMatta (1997; 2000) e sua principal contribuição ao debate da antropologia social no Brasil. O que lhe confere igualmente ser alvo de duras críticas a respeito da superficialidade de suas argumentações (SOUZA, 2000).

O largo e inegável processo de descolonização diante da Ibéria e a construção de nossa autonomia no Ocidente só chegarão à sua plenitude quando descobriremos o nosso próprio modo de organização da América, preservando a sua pluralidade para torná-la protagonista efetiva do mundo, com sua face e natureza próprias. Espaço plural e unificado que fará a história avançar (BARBOSA FILHO, 2000, p. 444).

Que destino é este, que papel é este que tem a civilização ibero-americana a desempenhar na história? O que significa a pluralidade exaltada, se não pode-se confundi-la com o pluralismo liberal, já que não provêm das mesmas fontes? E se a unidade cultural – já que alteridade necessita desta – aparece evidenciada em vários traços, o que afinal é esta “ausência de síntese” que tanto fascina Barbosa Filho?

A dicotomia entre civilização temporal e civilização espacial é eficaz, mas para os olhos do próprio Barbosa Filho não parece ser eficiente. O que aparentemente seria o núcleo de sua tese, a demonstração da adequação do conceito de “sociedade do espaço” para a Ibero-América em contraste com a “sociedade do tempo” anglo-americana, é subsumida por outra definição sobre a qual não elabora análise: sociedade barroca.

Não falta clareza ao que se refere ao Barroco, mas sobre que relação tem este com a realidade social dos países da América Latina. Barroco seria a insubmissão aos ditames dos valores universais, do liberalismo e do capitalismo. Barroco é a “ausência de síntese”, e a injustificação das coisas profundamente vividas, é a profusão de elementos que se hierarquizam. O Barroco é a ausência de um “eu”, é a ausência de uma homogeneização que traga uma moral universalista. No Barroco se há um agente capaz, é o Estado, e não os indivíduos<sup>10</sup>.

Com o Barroco se pode inclusive retomar a alegoria do espelho. Porque, como consequência do iberismo na América, é mais do que uma imagem refletida num espelho distorcido, é o próprio espe-

lho com características peculiares de ter sido forjado com deformidades: independente do que quer que se coloque à sua frente, se refletirá sempre as distorções e a confusão de elementos que se lhe compõe.

\*

Apresentamos até agora várias perspectivas de um mesmo problema que seria, minimizando a discussão ao extremo, o estranhamento diante do novo e do distinto que se vê como organização social na América colonizada pelos países ibéricos, em comparação ao modelo vitorioso e “próspero” da América do Norte.

Claro que mesmo Morse não pretendia atestar a existência de um mundo bizarro, incompreensível. Tenta compreendê-lo e por isso desenvolve a hipótese de que trata-se de uma opção civilizacional distinta. Mas terá mesmo sentido esta atribuição de civilização para o que vemos na política, na sociedade e no cotidiano das Américas Central, do Sul e no México?

Se os Estados Unidos, como “Próspero”, olha para este outro mundo e só vê sua imagem invertida, quando a Ibero-América olha para si mesma, o que vê? Para o refletido era necessária a luz do século XV e XVI, que trouxe-lhe a noção de civilização e o papel de colonizador, a perspectiva do progresso europeu no baixo relevo do atraso do resto do mundo. Mas para que o reflexo se veja virtualmente no refletido só pode ser através de um jogo de espelhos.

Esta vertente de explicação literária é rechaçada de antemão pelos críticos de Morse. Para estes não há virtualidades, há apenas um, o que se olha, o Ocidente. Um Ocidente capitalista que se reveste de particularidades, mas que possui unidade para além de sua heterogeneidade. A chave parece ser essa, entender que o projeto ocidental anglo-americano predominante não é homogêneo, que se apresenta sob diversas formas.

Sob este ponto de vista, o Ocidente, o Grande Desígnio, este sim é que se poderia chamar de Barroco, já que comporta diferentes formas de manifestação, já que harmoniza culturas distintas sem

<sup>10</sup> É nítido o quanto a referência ao homo *hierarquicus* (DUMONT, 1992) não é em nada fortuita.

precisar necessariamente uniformizá-las em todos os seus aspectos.

Os aparentes “outros” são apenas reflexões dele. E até mesmo na designação do que lhe está na fronteira, o Oriente, se percebe que as imagens de outras culturas não são formadas sob isenção (SAID, 1990) em relação ao projeto ocidental.

Este tipo de crítica à construção de imagens de um “outro” é analiticamente fértil se aplicada para a América, seja ibérica ou latina. Sendo periferia de um sistema que não é homogêneo, expressa alguns aspectos do atraso e das injustiças que ele comporta.

Mas acontece que no lugar desta visão ampliada do sistema ocidental, Morse e Barbosa Filho preferem enxergar em pedaços. Preferem separar as partes e observar peculiaridades onde se poderiam ver traços comuns a várias periferias. Se furtam assim de perceber, com uma visão mais ampla ainda, ao final, não unidades separadas mas elementos que compõem um sistema como um todo, capitaneado pelo capitalismo internacional, regido por papéis diferentes e por uma dinâmica interdependente nas relações.

O Barroco – e o Ibérico – vai se definindo ao longo de seus textos como mistura e confusão, ou como seu eufemismo. Sendo verdadeiramente inquietante escutar a expressão, “amontoado desordenado de lugares” dito por Barbosa Filho e não pensar que seja fruto da posição que Barbosa Filho se coloca em relação ao objeto.

Talvez, ele esteja próximo demais do que vê. Quem sabe, se projetasse seu olhar para mais longe, talvez pudesse, diante de tanto barroco – modernidade na China, modernidade na Índia, modernidade na Rússia – perceber que a confusão que se destaca pode ser outra coisa. Talvez até pudesse, vendo a confusão, perceber que não é ela que se destaca.

O Barroco como característica peculiar de uma cultura autônoma acaba perdendo assim sua capacidade explicativa. Resta-lhe, contudo sua potencialidade de projeto político.

Como já frisamos inúmeras vezes, para os mais fervorosos críticos, a opção pelo iberismo só repre-

senta a preservação do autoritarismo, do burocratismo e a incapacidade de desenvolver uma “esfera pública autêntica”, democracia e liberalismo político.

Não seria justo contudo deixar de notar que Barbosa Filho não quer apresentar uma Ibéria refratária às mudanças, mas uma Ibéria que fez sua opção cultural frente às necessidades históricas. Da mesma forma, para Morse, a civilização ibérica não é apenas resistência e reação, mas formulação de uma resposta às vicissitudes do século XVII, que sofre alterações com o tempo. Só que os dois se encantam com a possibilidade de transformar esta marcha lenta numa heróica conquista discursiva sobre o mundo. E perdem a dinamicidade quando dão de olhos no mundo ibero-americano em profusão.

Pela inapropriação do sentido de transformação histórico e pela inefabilidade com que carregam a descrição da cultura ibero-americana, como confusão e mixórdia, transformam o Barroco num falso “logos”. E a fragilidade da análise, ou dos usos políticos pretendidos, que caracteriza o Barroco, acaba levando a este ser menos a pretendida “ausência de síntese” do que uma “síntese da ausência”<sup>11</sup>.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

AROCENA, Felipe Ariel, Caliban e Próspero: notas sobre a cultura latino-americana. *Presença*, n. 15, p. 92-109, 1990.

BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e iberismo: artifício e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: USP, 1996.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

11 “[...] essa ‘outra’ América, sempre explicada mais por aquilo que lhe falta do que por aquilo que efetivamente ela é” (WERNECK VIANNA, 2000).

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. *A casa e a rua*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: USP, 1992.

EISENSTADT, Shmuel N. *A dinâmica das civilizações: tradição e modernidade*. Lisboa: Cosmos, 1991.

MERQUIOR, José Guilherme. O outro Ocidente. *Presença*, n. 16, p. 69-91, 1990.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: culturas e idéias na América*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. A miopia de Schwartzman. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 24, p.166-178, 1989.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Anotações sobre um debate. *Presença*, n. 16, p. 26-41, 1991.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tómas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon. O espelho de Morse. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p. 185-192, 1988.

\_\_\_\_\_. O gato de Cortazar. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, 1989.

SOUZA, Jessé *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000.

TENÓRIO, Maurício. Profissão: latin americanist – Richard Morse e a historiografia norte-americana da América Latina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 102-132, 1989.

VELHO, Otávio. O espelho de Morse e outros espelhos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 94-101, 1989.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e iberismo: artifício e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.



# Desmandos e violência no sertão rosiano

Maria Célia Leonel – UNESP/Araraquara  
José Antonio Segatto – UNESP/Araraquara

## RESUMO

O presente texto procura mostrar que, em Guimarães Rosa, o universo do grande sertão contém um complexo de elementos fundamentais que perpassa historicamente as relações humanas e sociais do país. Embora seu objeto de representação seja um espaço determinado, o do sertão, o narrador de *Grande sertão: veredas* cria/reinventa uma realidade rica em significados sociais, políticos e culturais que denomina “sistema jagunço”. Este envolve um conjunto de relações de dominação regidas pela violência ou pela coação, pela preponderância do poder privado sobre o público, pela supremacia da tradição sobre a instituição.

Palavras-chave: Guimarães Rosa. Sertão. Grande sertão: veredas. Política. Violência. Mundo rural.

## ABSTRACT

The present paper tries to show that in the work of Guimarães Rosa the universe of *grande sertão* comprehends a conjunction of fundamental elements that pass by historically the human and social relations of the country. Although its object of representation is a determinate space, the *sertão*, the narrator of *Grande sertão: veredas* creates/reinvents a rich reality of social, political and cultural meanings that he calls “the jagunço system”. This evolves a set of relations of domination governed by violence or constraints, by the preponderance of the private power over the public power, by the supremacy of tradition over institution.

Key words: Guimarães Rosa. Sertão. Grande sertão: veredas. Politics. Violence. Rural world.

Propomos um estudo sobre as relações entre o sertão representado em *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa e a historiografia e pesquisas sociológicas sobre esse espaço territorial, político e social do país.

Esse vínculo é estabelecido, em especial, pela articulação de três noções – o grande sertão, o “sistema jagunço” e as dimensões do sertão – que configuram o predomínio da violência no espaço em pauta. A primeira noção diz respeito à conformação geográfica, histórica e política que o sertão assume tanto na visão sócio-histórica quanto na narrativa de Guimarães Rosa e também na de Euclides da Cunha. A segunda refere-se ao braço armado a mando dos proprietários rurais, que se estabelece em função das características sociais e políticas vigentes no grande sertão em que vigoram a coação, a violência, o arbítrio. A terceira assinala o fato de que as dimensões sócio-políticas e culturais do sertão extrapolam seus limites espaciais, podendo indicar também que, embora o romance abarque um período delimitado da história do Brasil (provavelmente de 1880 a 1930), ele aponta para tendências históricas posteriores a esse momento.

## GRANDE SERTÃO

A caracterização corrente de sertão é a de uma área despovoada ou escassamente habitada, interior ermo, “semivalma”, nos confins, “onde se pode tomar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador” (ROSA, 1978, p. 9). Ou, como diz Galvão (1972, p. 25):

Dá-se o nome de sertão a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação.

Espaço de difícil delimitação, sem contornos e fronteiras nítidas, o “sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga” (ROSA, 1978, p. 370). Ao longo dos séculos, ele vai se deslocando – desde as entradas e bandeiras em busca de ouro e pedras preciosas e/ou visando o apresamento de indígenas, passando pela ocupação pecuária, até as sucessivas “expedições” e “marchas” para o oeste, o traçado do sertão foi mudando de lugar, sendo empurrado para dentro. “A boca do sertão” foi afastada e deslocada para o oeste e para o norte pela fronteira agrícola, pela urbanização e pelas relações mercantis. De fato, o sertão “está movimentante todo-tempo” (ROSA, 1978, p. 391).

Qualquer tentativa de definição ou delimitação do sertão ou dos sertões implica não só uma explicação físico-geográfica, mas, sobretudo, uma compreensão histórico-social. Para alguns, como Euclides da Cunha, o sertão (ou os sertões, como denominou em 1902), é o mundo da barbárie e do atraso, espaço incivilizado, local insólito e misterioso, terra longínqua, isolada e abandonada, habitada por uma “raça mestiça” ou “sub-raça” com predomínio de tradições e costumes antigos, da força e da violência, sem ordem e progresso, onde as leis e instituições do Estado nacional não conseguem penetrar e se afirmar (CUNHA, 1979).

Prado Júnior (1973, p. 12) observa nele a forte presença de “reminiscências anacrônicas” que teimam em se manter, tanto nas relações sociais como na estrutura econômica e na cultura política:

Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes [...] uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que po-

diam assistir pessoalmente às cenas mais vivas de seu passado.

Ou seja, nesse espaço, há uma nítida “mistura de tempos e níveis de realidade histórica”, com “temporalidades igualmente distintas, mas coexistindo mescladas no sertão que é o **mundo misturado**” (ARRIGUCCI JR., 1994, p. 17; grifos do autor). Assim sendo, “Não é à toa que esse é o lugar do atraso e do progresso imbricados, do arcaico e do moderno enredados, onde o movimento do tempo e das mudanças históricas compõe as mais peculiares combinações” (ARRIGUCCI JR., 1994, p. 17).

A persistência de elementos extemporâneos ou mesmo que parecem antediluvianos expressa uma realidade onde relações sociais não-capitalistas ainda continuam a vigorar, onde os produtos, as “coisas”, a mão-de-obra não se transformaram por completo em mercadoria, ou seja, as relações não foram plenamente mercantilizadas. Quando Rosa (1978, p. 9), por meio de seu narrador-personagem, diz que o sertão “é onde os pastos carecem de fecho”, está não só lhe dando o atributo de amplitude, mas também o significado de inexistência da cerca, do arame farpado, da delimitação da propriedade privada.

Todavia, a convivência de relações não-capitalistas e capitalistas não pode ser vista por meio da tese dualista<sup>1</sup>:

Mais do que região determinada e delimitada, o sertão se configura como uma idéia e a sua diferença em relação ao litoral se define antes pelo contraste entre fases históricas diversas do que por diferenças geográficas significativas. Lido nessa chave, importaria mais a contraposição ou superposição, em um mesmo território, de diferentes temporalidades, camadas distintas mas coetâneas

1 As teses dualistas que tiveram larga aceitação, principalmente nos anos 50 e 60 do século XX, dividiam o país ao meio (“Os dois brasis”, conforme Jacques Lambert em 1959): de um lado, moderno, urbano e desenvolvido; de outro, atrasado, arcaico e subdesenvolvido com estruturas e relações extemporâneas (derivadas das seqüelas do velho sistema colonial) que entravam o desenvolvimento. O dualismo esteve presente na análise de muitos sociólogos, historiadores e economistas do ISEB, da CEPAL e de outras instituições de pesquisa.

do que a distância a separar interior e litoral, vistos como imagens espaciais e simbólicas de dois tipos de organização social e cultural (VASCONCELOS, 2002, p. 70-71).

Portanto, diversa da tese dualista que procura explicar o Brasil por meio da dicotomia arcaico/moderno, barbárie/civilização, sertão/litoral, a compreensão do país, como tendo desenvolvimento desigual e combinado em consequência da conjugação de diferentes ritmos de expansão das relações mercantis e capitalistas – onde se mesclam o velho e o novo, dando forma ao que se denomina de “contemporaneidade do não coetâneo” (SODRÉ, 1973, p. 9-10) –, é mais adequada para o estudo de nosso processo histórico.

#### “SISTEMA JAGUNÇO”

O universo do “grande sertão” de Guimarães Rosa expressa um complexo de elementos fundamentais que vigem nas relações humanas e sociais do país e as perpassam historicamente. Embora seu objeto de representação seja um espaço/ambiente determinado, o do sertão, o autor (re)cria ou inventa uma realidade mais ampla, rica em significados sociais, políticos, culturais, que nomeia “sistema-jagunço” (ROSA, 1978, p. 391).

Esse sistema envolve um conjunto de relações de dominação regidas pela violência ou pela coação, pelo clientelismo e pelo favor, pela preponderância do poder privado sobre o público, pela supremacia da tradição sobre a instituição. Conseqüentemente,

É tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir os limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando o comportamento dos seres humanos em todos os níveis (GALVÃO, 1972, p. 21).

Tal regime, recriado por Guimarães Rosa, constituiu-se ao longo dos séculos que se seguiram à colonização, baseado no conjunto de micropoderes de potentados locais, fundados na propriedade latifundiária, nas oligarquias rurais e regionais, no patriarcalismo, no clientelismo, no patrimonialismo, na ausência do poder estatal, no mandonismo e na violência. Assim Riobaldo explicita o “sistema jagunço”:

– ‘Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, ronçice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! Domingos Touro, no Alambiques, Major Urbano na Macacá, os Silva Salles na Crondeúba, no Vau-Vau dona Próspera Blaziana. Dona Adelaide no Campo-Redondo, Simão Avelino na Barra-da-Vaca, Mozar Vieira no São João do Canastrão, o Coronel Camucim nos Arcanjos, comarca de Rio Pardo; e tantos, tantos. Nisto que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, de sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros: ver São Francisco da Arrelia, Januária, Carinhanha, Urubú, Pilão Arcado, Chique-Chique e Sento-Sé’ (ROSA, 1978, p. 87-88).

Euclides da Cunha (1979, p. 163), analisando o jaguncismo no vale do São Francisco, comenta que ele é fruto dos “desmandos impunes de uma política intolerável de potentados locais” e acrescenta que, em alguns lugares, forma mesmo “a pátria original dos homens mais bravos e mais inúteis de nossa terra”, de onde avançam para aventuras, “alugando a bravura aos potentados”, muitas vezes culminando em “incêndio e o saque de vilas e cidades”. Na mesma direção, Prado Júnior (1973, p. 283) observa que, desde a colônia, parte da população da cidade, mas sobretudo do campo, é composta por “desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião,



enveredam francamente para o crime”. Entre eles é que se recrutam “os bandos turbulentos” que infestam os sertões e que, na ausência de autoridade pública ou diante de sua fragilidade, “hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas”, ou que, “pondo-se a serviço dos poderosos e mandões locais servem a seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam” (PRADO JR., 1973, p.284). Não por acaso, em uma de suas definições de sertão, o narrador-personagem do romance de Rosa (1978, p. 9) afirma que é “onde criminoso vive seu cristo Jesus, arredado do arrocho de autoridade”.

Januária, Carinhanha, Xiquexique, Bom Jesus da Lapa, Pilão Arcado, Macaúbas, Monte Alegre, lembra Cunha (1979, p. 164), “lugares em que se normalizou a desordem esteada no banditismo disciplinado”, denunciam esse “velho regime de desmandos”. O banditismo coletivo, composto por exércitos ou milícias de capangas, cabras ou jagunços em ação, é exposto com toda a crueza na narrativa rosiana:

lá o prazer trivial de cada um é judiar dos outros, [...] as ruindades de regra que executavam em tantos pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas, não economizando as crianças pequenas, atirando na inocência do gado, queimando pessoas ainda meio vivas, na beira de estragos de sangue... Esses não vieram do inferno? (ROSA, 1978, p. 40).

usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada dando morras e aí soltando os foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? (ROSA, 1978, p. 102).

O crime e a violência no sertão, executados por grupos de capangas a mando dos potentados e/ou dos coronéis locais, têm origem comumente no po-

der privado com a convivência do poder público. A atuação da força pública, em situações de conflito, é regularmente feita por “interventores neutros ante facções combatentes. É uma ação diplomática entre potências” (CUNHA, 1979, p. 165), que procuram não interferir no espaço do poder local ou regional, negociando e legitimando o mando das “potentes chefias”.

Por sua vez, Candido (1970, p. 141), ao discutir a denominação de jagunço, adverte: “Embora haja flutuação de termo, a idéia de jaguncismo está ligada à idéia de prestação de serviço, de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos”. O jagunço é utilizado, geralmente, para transgressões, para impor a ordem privada que atua como se fosse a pública. O mesmo crítico lembra que, “naquele sertão, o jaguncismo pode ser uma forma de estabelecer e fazer observar normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido” (CANDIDO, 1970, p. 148) e acrescenta que o jagunço apresenta comportamento de guerra e aventura compatível com o meio, tendo também características contrárias a tudo isso. A análise de Candido é consentânea com a de Cunha (1979, p. 164): “há, de fato uma ordem notável entre os jagunços. Vaidosos de seu papel de bravos condutícios e batendo-se lealmente pelo mandão que os chefia, restringem as desordens às minúsculas batalhas em que entram, militarmente arregimentados”.

Para Candido (1970, p. 149), em *Grande sertão: veredas*, deparamo-nos com condutas relativas a um universo permeado de reversibilidades: o soldado de hoje é o jagunço de amanhã e vice-versa. Zé Bebelo é o caso típico: queria sanear o norte por meio da política, implantando a lei, o governo e os princípios republicanos; queria ser deputado, mas virou jagunço com o mesmo intuito patriótico; depois, fazendeiro, planejava ser homem da cidade, tudo em nome de uma modificação do sertão. Tudo indica, porém, que, nessa trajetória e nos desejos de Zé Bebelo, prevaleciam os interesses pessoais e não os propósitos patrióticos ou cívicos propriamente ditos.

Na narrativa rosiana, todavia, é também visível a idealização da jagunçagem, fixada, sobretudo, na idéia de uma vida de maior liberdade; mas, esse aspecto não diminui o alto grau de violência – revelado em inúmeros momentos do romance – que o jagunço pratica em nome da justiça, da vingança contra os que desnortearam o sertão, o que proclama a nobreza dessa atitude. Contudo, como diz Candido (1970, p. 148), a ação do jagunço não é pior que a de outros, cuja conduta é aparentemente legal. Por exemplo, a manipulação eleitoral por meio do voto de cabresto e da fraude. Já o “risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros ‘estadonhos’, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou o exploram [...]” (p. 148). Desse modo, se “o jagunço é o sertão”, ele não passa de “homem muito provisório”, enquanto “fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo” (ROSA, 1978, p. 236 e 312).

Assim é que, nesse “sistema jagunço”, os donos do poder local (os coronéis) concentram enorme domínio pessoal, absorvendo as funções do Estado, como, por exemplo, o caso da justiça e da administração que passam a ser exercidas como instrumentos privados. O fenômeno do coronelismo envolve, de um lado, a violência e a opressão, o favor e a proteção e, de outro, a fidelidade e a obediência – “uma troca mútua, mas desigual”. Nas fazendas e vilas, “imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele” (CARVALHO, 2001, p. 56). “Dono de gado e gente”, como versou Geraldo Vandré, senhor de terras, promotor da vida e da morte, dispensador da justiça e da administração, regulador das normas e valores, o coronel.

Não era funcionário do governo, mas tampouco senhor absoluto, independente, isolado em seus domínios. Era um intermediário. Sua intermediação sustentava-se em dois pilares. Um deles era a incapacidade do governo de levar a administração, sobretudo a justiça, à população. Constrangido ou de bom grado, o governo aliava-se ao poder privado, renunciando ao seu caráter público. A lei parava

na porteira das fazendas. O outro era a dependência econômica e social da população. Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural (60% nessa data), pobre e analfabeta. Um elemento senso de autodefesa lhe dizia que era mais vantajoso submeter-se ao poder e à proteção do coronel. Fora dessa proteção, restava a lei, isto é, o total desamparo. Não havia direitos civis, não havia direitos políticos autênticos, não havia cidadãos. Havia o poder do governo e o poder do coronel, em conluio (CARVALHO, 2001a, p. 4).

Aquilo que Vianna (1949, p. 77ss) denominou de “instituições de direito público costumeiro” e que Rosa (1978, p. 339) caracterizou como “a lei da acostumação” figura nesse tipo de regime, em que a fronteira entre o legal e o ilegal é muito tênue e em que todo tipo de arbitrariedade é permitido, predominando a lei e o poder do mais forte e a tolerância a transgressões dos poderosos. Ou, como lembra com insistência o personagem rosiano, o “sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”, circunstância em que “viver é muito perigoso” (ROSA, 1978, p. 16, 18).

Observe-se que, numa realidade onde as relações sociais de produção são condicionadas por vínculos de dependência ou subordinação pessoal, que implicam a extração do sobre-trabalho pela coação extra-econômica – formas não-capitalistas de extorsão da renda da terra – dos trabalhadores pelos proprietários fundiários e não pela livre contratação no mercado, é compreensível que os donos do poder, além de grupos armados para defesa e agressão, tenham em seu círculo uma massa de agregados “sem nada de seu, à mercê do mando de patrões e de seu arbítrio” (VASCONCELOS, 2002, p. 76). Aquele que não tem protetor depende do imponderável (ou do destino). Parafraseando o dito popular “quem não tem padrinho morre pagão”, Riobaldo percebe que “homem a pé, esses Gerais comem” (ROSA, 1978, p. 327). Tais seres degradados constituem a massa disforme de miseráveis com uma existência cruel e precária, despossuídos de quase tudo, tratados como se “fossem juntas-de-boi em canga, criaturas de toda proteção apartados”, cobiçados “como

escravos” (ROSA, 1978, p. 314), vivendo sob “o estatuto de misérias e enfermidades” (p. 48). Obscuros, sem identidade e paradeiro, sem eira nem beira: “Órfão de conhecença e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado. Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago das gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas” (ROSA, 1978, p. 35).

Com a República – período de ambientação do romance de Guimarães Rosa – houve um revigoramento do poder local – embora dependente dos governos estaduais – que passou a exercer papel fundamental nas localidades do interior, tanto no que se refere ao domínio político-eleitoral quanto no do controle social. Consolidou-se, também, um complexo sistema de troca de lealdade entre os poderes federal, estaduais e locais, com os coronéis monopolizando, no nível local, o poder político, em que imperava o voto de cabresto, o curral eleitoral, a corrupção, a violência. A “política dos governadores” – como foi denominada – tinha por base as oligarquias estaduais e o coronelismo que compunham uma engrenagem de dominação que funcionava de modo recíproco:

De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (LEAL, 1975, p. 43).

Essa relação interativa entre o poder local e os representantes políticos estaduais, tanto do executivo como do legislativo, é o que o personagem Riobaldo denomina de “sobregoverno” (ROSA, 1978, p. 37), aquele que faz as vezes de governo. Ele também alude a chefões com “diploma de patente” da guarda nacional como “seô Habão”, homem que “dava ordens” e ordem “que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia” (ROSA, 1978, p. 314-315). Alude ainda a “homem bom descendente,

posseiro de sesmaria [...] com muitos passados por causa da política” de “linhagem de família [...] cidadão que se representava” e que vivia “abastado em suas propriedades” (ROSA, 1978, p. 341, 343), como “Seo Ornelas”. E a Ricardão, “Amigo acorçoado de importantes políticos, e dono de muitas poses” (ROSA, 1978, p. 203).

Tais alusões refletem como os donos do poder do sertão têm autoridade e interesses políticos, articulados e organizados, que excedem suas fronteiras e adquirem, muitas vezes, conotação nacional.

### O SERTÃO E SUAS DIMENSÕES

Quando Riobaldo afirma que o “sertão está em toda parte” (ROSA, 1978, p. 9), está dizendo que suas dimensões sócio-políticas e culturais extrapolam muito seus limites. As margens móveis e pouco nítidas que se estendem para muito além das fronteiras físicas, possibilitam reiterar, com Guimarães Rosa, que o sertão está em todo lugar, numa dimensão ampliada.

Se, por um lado, os indícios contidos em várias passagens de *Grande sertão: veredas* indicam que a narrativa rosiana abarca, de maneira aproximada, o período da vida brasileira que vai de 1880 a 1930, por outro, é lícito afirmar que o autor, por meio da inventividade artística, aponta algumas tendências históricas que viriam a ganhar configuração mais nítida na realidade do país pós-1930. A partir daí, acentua-se o processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção; amplia-se o mercado interno e dissemina-se a mercantilização em todos os níveis, passa a haver a predominância da cidade sobre o campo, da indústria sobre a agricultura; a população urbana sobrepuja a rural, ocorrendo um amplo deslocamento de amplos contingentes para as grandes metrópoles. Essas transformações criaram condições propícias à ocupação e/ou anexação do sertão ao Estado nacional.

O sertão foi progressivamente incorporado e, ao mesmo tempo, invadido pela modernidade – migrou para as cidades, urbanizou-se; foi integrado pelo capitalismo e pela nação. É possível, portan-

to, afirmar com Riobaldo (ROSA, 1978, p. 218): “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando o menos se espera”.

Em vista disso, alguns analistas, utilizando-se da concepção alegórica, têm feito uma leitura de *Grande sertão: veredas* como representação histórico-política do Brasil. Há, todavia nesses estudos, certa elasticidade exagerada nas interpretações.

Starling (1999, p. 20), por exemplo, usando a alegoria junto com conceitos da teoria política clássica (N. Maquiavel, A. Tocqueville e H. Arendt), interpreta o romance rosiano como uma narrativa de “cenas de fundação” que revelariam

A preocupação, embutida no projeto de Guimarães Rosa, de evidenciar a raiz autoritária, violenta ou paternalista, e o caráter fortemente manipulatório que vem sustentando o processo de incorporação dos indivíduos ao sistema político brasileiro – sobretudo nos contextos históricos particulares do nacional-desenvolvimentismo e da democracia populista.

Com viés diverso, Roncari (2004, p. 20) faz, do mesmo modo, uma leitura alegórica da obra rosiana. Afirma que ela é “também a de um intérprete do Brasil, embora muito peculiar”. Aponta as afinidades do romancista com as explicações e formulações de intelectuais como Alberto Torres, Oliveira Vianna e, principalmente, Alceu Amoroso Lima: muitas das representações do escritor estariam calcadas nas análises e concepções desses estudiosos, aproximação que confere à narrativa de Guimarães Rosa um caráter conservador. O romance em questão, para o crítico, alegoriza, a sua maneira, a história político-institucional da primeira fase da República (1889-1930). Ao analisar o episódio de *Grande sertão: veredas* da instalação do tribunal no sertão para julgar Zé Bebelo, Roncari (2004, p. 274) afirma que ele representa “a incorporação das instituições modernas pelos costumes arcaicos”, significando “o embate entre civilização e barbárie, ordem e desordem, instituição e costume, urbanidade e violência, moderno e arcaico” (RONCARI, 2004, p. 263). De certa forma, poder-se-ia dizer que “o Brasil era ali

também alegorizado, como um enorme espaço periférico, dominado por relações ásperas e arcaicas, experimentando as possibilidades de civilização” (RONCARI, 2004, p. 265).

Outro crítico a utilizar-se da concepção de alegoria (no caso, de Walter Benjamin) na análise da obra rosiana é Bolle (2004). Ele defende a tese de que *Grande sertão: veredas* é uma representação alegórica da história brasileira que revela “o funcionamento do sistema real de poder no Brasil”. O romance, por meio da biografia de Riobaldo, conta a história social do Brasil: “Ao narrar a sua vida, ele convida o leitor a organizar os fragmentos da história despedaçada e criptografada do Brasil” (BOLLE, 2004, p. 378). Resgata do *Wilhelm Meister* de Goethe a noção de romance de formação para aplicá-la à leitura de *Grande sertão: veredas*, um “retrato do Brasil” como “nação dilacerada” (BOLLE, 2004, p. 379). Como tal, a narrativa rosiana é uma “reescrita crítica” do “livro precursor”, *Os sertões* de Euclides da Cunha. Um “retrato do Brasil”, comparável a outros ensaios de formação do país elaborados pelo próprio Euclides da Cunha e também por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Antonio Candido e Florestan Fernandes (BOLLE, 2004, p. 9 e segs.). Em síntese, para Bolle (2004, p. 116-117),

Em Guimarães Rosa, a localização do sistema jagunço numa região limítrofe com os centros do poder, incluindo o território do Distrito Federal, confere ao texto o caráter de um retrato do Brasil. O que significa essa encenação de bandos organizando o crime e exercendo o poder no planalto central? O sistema jagunço, enquanto instituição situada ao mesmo tempo na esfera da Lei e do Crime, deixa de ser um fenômeno regional e datado, para tornar-se uma representação do funcionamento atual das estruturas do país.

A revelação das dimensões sócio-políticas da obra de Guimarães Rosa, como há décadas vem sendo feita por Antonio Candido, Walnice Nogueira Galvão e outros, é, não somente válida, como fundamental para sua compreensão. No entanto, cremos ser necessária certa prudência, para, quando se trata

de procurar entender o romance numa concepção alegórica, não se fazerem determinadas ilações que, por vezes, parecem a ilustração e/ou a comprovação de teses elaboradas *a priori*. Os resultados podem ser explicações que constroem realidades possíveis, mas que, de certa forma, ultrapassam o significado do texto.

Entretanto, vale lembrar o outro lado da moeda. A despeito da recepção positiva da obra rosiana desde seu lançamento, não são poucos os que a viram e vêem como uma literatura alienada em relação à dimensão histórico-social do país e do ser social. Embora essa não seja a tônica da avaliação da produção do escritor, ela fez escola, baseando-se na idéia de que a obra se fixa na orientação metafísica e mítica ou alquímica a que se juntam deturpações formais excessivas. Essa visão está presente, entre outras, em vertentes dogmáticas de certo marxismo, às vezes resultante de leitura problemática da obra de G. Lukács. Exemplar dessa interpretação é o texto de Ribeiro (1974, p. 104):

Em *Grande sertão: veredas* o homem se vê reduzido à mera figuração abstrata, campo para o debate entre dados ontológicos e metafísicos [...] Elimina-se o homem real, seus problemas reais, seu mundo real. Aceita-se como definitiva a fetichização, a alienação. Afinal, não é isto que deve preocupar o homem, mas sim a sua caminhada em direção ao infinito. Infinito que transcende em muito a miséria do homem no mundo concreto e que é, no final das contas, a solução definitiva para esta mesma miséria.

A evidente disparidade entre a miticização rosiana e o real que se propunha como base torna *Grande sertão: veredas* um imenso palco para a exibição do virtuosismo do autor: um palco povoado de sombras que os arabescos lingüísticos se esforçam por prender e reter.

Essa é outra face, também problemática, de algumas interpretações. Tal tipo de leitura do romance rosiano, que ressalta apenas o lado mítico e/ou a exploração dos recursos da linguagem para comprovar uma determinada concepção, é tão questionável quanto aquele da vertente que o considera como

um texto ensaístico ou próximo disso, cuja intenção fundamental é retratar as relações sociais e políticas do país. Dada a complexidade da discussão sobre os modos como a obra de Guimarães Rosa vem sendo criticamente apreendida, estamos desenvolvendo uma reflexão mais aprofundada sobre esse assunto em outro estudo. De todo modo, consideramos que a grandeza e a genialidade de *Grande sertão: veredas* estão, justamente, no fato de a obra apresentar todas as faces mencionadas, sem que uma se sobreponha à outra, pois são temas e instâncias complementares, criando artisticamente uma realidade peculiar.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGUCCI JR., D. O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 40, p. 7-29, nov. 1994.
- BOLLE, W. *Grande sertão.br*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2004.
- CANDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- CARVALHO, J. M. As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. A-9, 6 maio 2001.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CUNHA, E. da. *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- GALVÃO, W. N. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- RIBEIRO, G. P. O alegórico em Guimarães Rosa. In: COUTINHO, C. N. et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 95-104.

RONCARI, L. **O Brasil de Rosa**. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2004.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

STARLING, H. **Lembranças do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VASCONCELOS, S. G. T. Migrantes nos espaços: sertão, memória e nação. *Revista do CESPUC*, Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n. 30, p. 67-81, jan./jun. 2002.

VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. v. 2.



# Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfólio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe

John Lemons – Universidade de New England, USA

## RESUMO

Recentemente, um projeto plurianual fundado pela organização Meio Ambiente Global, do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas, implementado pela Rede Mundial das Organizações Científicas, deu destaque à coleção de estudos de caso sobre melhores práticas para conservar e usar de modo sustentável a biodiversidade nas regiões áridas do Sul. Este artigo resume os resultados do estudo para a Região da América Latina e do Caribe, dando especial atenção às lições aprendidas pela observação para a ciência, para as políticas públicas e a administração, para a participação crescente das pessoas locais nas tomadas de decisão e para parcerias crescentes e capacitação.

Palavras-chave: Biodiversidade. Região da América Latina e do Caribe. Participação.

## ABSTRACT

Recently, a multi-year project funded by the Global Environment Facility/United Nations Environment Programme and implemented by the Third World Network of Scientific Organizations focused on the collection of case studies on best practices to conserve and sustainably use biodiversity in dryland regions of the South. This paper summarizes the results of the study for the Latin American and Caribbean Region, paying particular attention to understudied lessons learnt for science, for public policy and management, for increasing participation of local people in decision making, and for increasing partnerships and capacity building.

Key words: Biodiversity. Latin American and Caribbean Region. Participation.

## INTRODUÇÃO

Embora sejam mais conhecidas por suas florestas tropicais, a América Latina e o Caribe compreendem aproximadamente 20,5 milhões de quilômetros quadrados de terras áridas ou semi-áridas (terras secas). As terras secas estendem-se desde o sul do Equador e o Chile; o altiplano seco das montanhas andinas cobre uma extensa região da Argentina, Bolívia, Chile e Peru. A leste dos Andes situa-se uma extensa região árida do nordeste paraguaio até à Patagônia e o sudeste argentino. O nordeste do Brasil contém uma extensa savana tropical de terras secas. Uma grande parte do México é árida ou semi-árida, e no Caribe (por exemplo, Cuba, República Dominicana, Haiti e Jamaica) as terras secas estão em expansão.

A pobreza crescente e a pressão sobre os recursos naturais estão exacerbando a degradação da terra em muitas dessas áreas secas. Aproximadamente 110 milhões dos 465 milhões de habitantes da América Latina e Caribe vivem abaixo da linha de pobreza de seus respectivos países. Hassan e Dregne (1997) e WWF-MPO (1999) argumentam que as condições de pobreza exacerbam as condições de desertificação e perda da biodiversidade e por isso é urgente que programas destinados a conservar a biodiversidade em terras áridas e semi-áridas e a reduzir o ritmo de degradação do solo, sejam associados à melhoria das condições socioeconômicas das regiões afetadas, ao passo que Beaugrand, Tinoco e Matos (2001) mostram como a pobreza ininterrupta no Seridó e no



nordeste no Brasil reduz a eficácia dos programas de defesa da biodiversidade. A visão de que a pobreza exacerba a desertificação e a perda da biodiversidade é defendida pelos secretariados da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) e pela Convenção para o Combate à Desertificação (CCD) (UNEP, 2003).

Castro e Locker (2000) analisaram o orçamento para financiamento da biodiversidade da região da América Latina e Caribe para o período 1990-1997 e mostraram que menos de 15 por cento do orçamento total foi gasto em suas terras secas. Berry (2003) argumenta que as terras secas na América Latina e Caribe têm sido subvalorizadas e subestimadas; ele mostra não somente como a maioria das universidades e países da região carece de uma massa crítica de pesquisadores para o item terras secas, mas também que somente cerca de 5 por cento dos recursos totais para a biodiversidade foram aplicados em pesquisa. Finalmente, embora algumas redes tenham sido criadas na região, conectando cientistas e pesquisadores sociais em centros de excelência com instituições e órgãos governamentais, bem como com organizações não-governamentais (ONGs), falando em termos gerais, há uma grande necessidade de desenvolver-se um número maior de redes efetivas para promover parceria e capacitação (UNEP, 2003).

Em muitas nações meridionais (incluindo as da América Latina e do Caribe), experiências bem-sucedidas na conservação da biodiversidade e utilização de recursos sustentáveis têm sido noticiadas amplamente e, entretanto, não têm sido replicadas em outras circunstâncias relevantes (GEF, 1995; UNEP, 2003). Por exemplo, grande parte das informações disponíveis sobre uma vasta gama das melhores práticas e lições aprendidas, para proteger e usar de modo sustentável a biodiversidade da zona árida e semi-árida, permanece dentro das instituições nas quais foi gerada e não tem sido partilhada com outras pessoas que trabalham com questões similares com vistas ao benefício mútuo do meio ambiente global. A falta de recursos financeiros impede que as nações meridionais e suas instituições cien-

tíficas divulguem largamente os resultados de seus estudos e projetos, bem como sua competência para promover parcerias, cooperação e construção de capacidade entre instituições e muitos de seus mantenedores. Em decorrência dessa situação, atividades de projetos que, muitas vezes, são mais lucrativas do que outras, seriam implementadas se cientistas, tomadores de decisão e financiadores dispusessem de maiores informações sobre os melhores procedimentos e lições.

Em 1999, em conjunto com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) e com financiamento do Fundo Ambiental Global (GEF), a Rede Terceiro-mundista das Organizações Científicas (TWNSO) implementou o projeto "Promovendo Melhores Práticas para a Conservação e Uso Sustentado da Biodiversidade de Significado Global nas Zonas Áridas e Semi-áridas".

O projeto enfoca as seguintes regiões: África, Ásia, África do Norte, Oriente Médio e a América Latina e o Caribe. Os objetivos do projeto são: identificar e disseminar melhores práticas com vistas à proteção e ao uso sustentável da biodiversidade de significado global; incrementar a colaboração entre centros de excelência em biodiversidade facilitando a troca de informações, cooperação em pesquisa e coordenação de lições e das melhores ações; e apoiar os esforços da população local para gerenciar e utilizar, de modo sustentável, o frágil ecossistema (ver, por exemplo, TWAS, 2001a-2001e, TWNSO, 2002, LEMONS; VICTOR; SCHAFFER, 2003).

As TWNSO são uma ONG que objetiva promover desenvolvimento econômico sustentável com base científica no Sul e estão localizadas no Centro Internacional de Física Teórica em Trieste, Itália. As TWNSO têm 155 membros, incluindo 34 ministros de Ciência e Tecnologia e Educação Superior, 45 academias de ciência, 45 conselhos de pesquisas e outras 31 organizações de 74 nações em desenvolvimento, e dispõem de escritórios regionais na China, no México, Nigéria e Síria, bem como comitês nacionais em 23 países. Em parceria com a Academia de Ciências do Terceiro Mundo (TWAS) e o Centro

Meridional estabelecido em Genebra, TWNSO têm compilado dados biográficos de mais de 400 centros de pesquisa e treinamento de classe no mundo em desenvolvimento. As metas e a estrutura das TWNSO têm ensejado a reunião de muitos financiadores interessados em projetos de desenvolvimento sustentável com base científica.

### Atividades do Projeto

Povos e instituições na América Latina e no Caribe vêm colaborando com povos e instituições de outras regiões nesse projeto global. Em agosto de 2001 a Oficina Regional da Ásia do projeto foi realizada em Ulaanbaatar, Mongólia, patrocinada parcialmente pela Academia de Ciências da Mongólia (TSETSEG, 2001). Povos de 14 nações asiáticas, representando 24 instituições, das quais 9 academias/centros de pesquisa científica, 4 universidades, 8 ministérios governamentais e 3 ONGs participaram da oficina. Em março de 2002, a Oficina Regional para a América Latina e o Caribe foi realizada em Santiago, Chile, patrocinada parcialmente pela Pontifícia Universidade Católica do Chile (LEMONS; MONTENEGRO, 2002). Povos de 7 países da região e 36 instituições, incluindo 1 centro/academia de pesquisa científica, 24 universidades, 8 ministérios governamentais e 3 ONGs compareceram à oficina. Em abril de 2002 uma oficina conjunta para as Regiões do Oriente Médio/Norte da África do projeto foi realizada em Muscat, sultanato de Omã, patrocinada em parte pela Universidade Sultão Qaboos (VICTOR, 2002). Povos de 24 países, representando 39 instituições e incluindo 12 instituições/academias de pesquisa, 7 ministérios governamentais e 4 ONGs compareceram à oficina. A conferência internacional do projeto foi realizada em dezembro de 2002 no Cairo, Egito, patrocinada parcialmente pelo Centro Egípcio de Pesquisa sobre o Deserto. Povos de 32 países, representando 60 instituições incluindo 16 instituições/academias de pesquisa científica, 19 ministérios governamentais, 20 universidades e 5 ONGs compareceram à conferência. Os participantes da conferência fizeram uma série

de recomendações concernentes a atividades e ações posteriores, descritas abaixo. Finalmente, uma outra conferência internacional foi realizada em agosto de 2003 em Rabat, Marrocos, onde ministérios governamentais de alto nível, administradores de políticas organizacionais e ONGs encontraram-se com representantes do projeto para discutir meios de obterem mais compromissos sustentados para a proteção da biodiversidade em áreas de terras secas das nações meridionais.

Por mais importante que as oficinas regionais e conferências internacionais tenham sido como meio de atrair os povos a colaborarem e cooperarem, o aspecto mais significativo do projeto é sua coleção e disseminação extraordinárias de estudos de caso sobre melhores ações para conservar e usar de modo sustentável a biodiversidade de significado global nas regiões áridas do Sul. Esses estudos de caso recaem sobre lições aprendidas pela observação que foram assimiladas pela ciência, pelo plano de ação e pela administração pública a fim de incrementar a participação do povo local nas tomadas de decisão, na promoção de parcerias e na capacitação. Mais de 35 estudos de caso selecionados foram publicados (LEMONS; VICTOR; SCHAFFER, 2003) e mais de 20 outros estão nos jornais (TWNSO *in press*).

O restante deste documento divide-se em duas partes. A Parte II resume descritivamente exemplos de estudos de caso da América Latina e Caribe a fim de oferecer um “sentido” concreto da diversidade dos estudos de caso dessa região e quantos deles tentam aplicar ciência a alguns dos difíceis problemas socioeconômicos colocados por meio da conservação e uso sustentável da biodiversidade na região. Mais de 20 estudos de caso da região da América Latina e Caribe foram submetidos ao projeto. Os estudos de caso resumidos neste texto são de Lemons, Victor e Schaffer (2003) e referenciados pelos nomes dos autores. A Parte III encerra-se com uma breve discussão da relevância dos estudos de caso para recentes iniciativas da CBD (2003) cumprirem seus objetivos. Um tratamento amplo dos muitos estudos de caso do projeto oriundos de todas as regiões

podem ser encontrados em Lemons, Victor e Schaffer (2003).

## SUMÁRIO DOS ESTUDOS DE CASO ESTUDADOS

### Estudos de Caso e Lições Aprendidas pela Ciência

O estudo de caso “Modelos Teóricos de Regeneração para Plantas Medicinais: um Exemplo do Uso da Ciência na Promoção da Colheita Silvestre Sustentável”<sup>1</sup> demonstrou que quando trabalharam junto com as pessoas que vendem plantas medicinais nos mercados locais, os pesquisadores chilenos puderam estudar as áreas de colheita para calcular a biomassa produzida para o mercado. Com isso, eles puderam determinar a frequência da coleta de plantas e partilharam essa informação com seus parceiros locais. Os pesquisadores prosseguiram desenvolvendo um modelo de regeneração baseado na localização e dispersão dos botões de renovação das plantas. Os pesquisadores acompanharam o crescimento das plantas, tanto no campo quanto em vasos com amostras, a fim de avaliar os níveis de renovação pós-colheita e a resposta das plantas às extrações de biomassa. Modelos teóricos levaram a previsões da renovação potencial das plantas em diferentes áreas ecológicas na costa dos Andes e fichas de dados foram produzidas para cada espécie. Programas de cultivo e reflorestamento sustentável subsequente seguiram as recomendações dos estudos científicos descritos neste caso.

No nordeste do Brasil, o programa “Plantas do Nordeste Brasileiro: um Programa em Uso Sustentável de Recursos Vegetais”<sup>2</sup>, é administrado por um consórcio do governo brasileiro e ONGs na região, em cooperação com o Royal Botanic Gardens (Jardins Botânicos Reais), Kew, Inglaterra, e dirigido pela ONG brasileira “Associação Plantas

do Nordeste”, estabelecida em Recife, no estado de Pernambuco. A meta do projeto é promover o uso sustentável dos recursos vegetais dos oito estados das regiões áridas do nordeste do Brasil. Seu slogan é “plantas locais para as pessoas locais”. As atividades estão divididas em três subprogramas: biodiversidade, botânica econômica e Informações. O subprograma Biodiversidade trabalha com pesquisa básica de tipos de plantas e vegetação da região para facilitar sua identificação e uso. O subprograma Botânica econômica busca promover o uso sustentável de plantas regionais e vem se concentrando em projetos sobre plantas medicinais, plantas forrageiras e madeira combustível. O subprograma Informações montou um Centro de Informações Vegetais no Departamento de Botânica da Universidade Federal de Pernambuco em Recife, o qual recolhe e divulga informações resultantes dos demais subprogramas, de modo que estas sejam usadas eficazmente pelas pessoas que queiram promover o meio ambiente da região. Mais recentemente, o Programa vem focando projetos integrados que combinam os elementos dos diferentes subprogramas. Notavelmente, muitos dos trabalhadores envolvidos no projeto foram meninos e meninas de rua e pessoas desfavorecidas das comunidades locais as quais, até então, nunca tinham tido um trabalho formal.

O estudo de caso “Administração e Uso Sustentável da *Jubaea chilensis* – a Palmeira Mais Longeva do Mundo”<sup>3</sup> documenta a restauração da *Jubaea chilensis* (Mol.) e das florestas esclerófilas associadas no Chile. Essas florestas têm uma elevada percentagem de espécies florais endêmicas (muitas classificadas como em situação de perigo, ameaçadas, ou raras), e fornecem *habitat* para uma ampla variedade de pássaros, répteis e alguns poucos mamíferos. Uma importante espécie das florestas é a palmeira chilena *Jubaea chilensis* (Mol.) que é a palmeira mais longe-

1 G. Montenegro et al., Departamento de Ciências Vegetales, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile [gmonten@puc.cl].

2 Ghilean Prance, National Tropical Botanical Garden, Havaí, EUA [gtolmiep@aol.com].

3 Mauricio Moreno, Fundación para la Recuperación y Formato de la Palma Chilena, Santiago, Chile [info@fundacion.cl] e M. Paulina Fernandez, Departamento de Ciencias Forestales, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile [pfern@puc.cl].

va do mundo. Devido ao corte das palmeiras para preparo das terras agrícolas, o número de Palmeiras Chilenas decresceu de uma estimativa de cinco milhões para cerca de doze mil nos últimos quinhentos anos. O que é mais importante, a Fundación para la Recuperación y Fomento de la Palma Chilena foi criada com recursos do setor privado como uma entidade sem fins lucrativos para restaurar a Palmeira Chilena e suas florestas esclerofílicas associadas. Um projeto inclui a reprodução das palmeiras nas estufas da fundação, a plantação delas em suas próprias terras e a doação de plantas a escolas, instituições e pessoas locais. Um importante componente desse projeto é um programa de extensão e transferência de tecnologia que já produziu até agora mais de 200.000 mudas da palmeira e 300.000 mudas de outras 24 espécies das florestas esclerofílicas, com uma produção anual prevista de cerca de 100.000 novas palmeiras e 200.000 outras árvores nativas. Um segundo projeto apóia comunidades locais que tenham manifestado interesse na restauração de seus ecossistemas, fornecendo-lhes suporte técnico para a construção de estufas e reflorestamento de solos erodidos. Na Ilha da Páscoa numerosas comunidades, escolas e hospitais locais receberam apoio para promover a restauração da Palmeira Chilena. Um terceiro projeto concentra-se no incremento da pesquisa científica e na colaboração sobre a Palmeira Chilena (e ecossistemas associados) em universidades e instituições. Entre as instituições que colaboram incluem-se a Universidad de Chile (Faculdade de Estudos Florestais), Pontificia Universidad Católica de Chile (Faculdade de Agronomia e Estudos Florestais, Faculdade de Engenharia), Universidad Mayor (Faculdade de Agronomia e Estudos Florestais), instituições técnicas (por exemplo, o Instituto Tecnológico – INTEC), instituições de capacitação profissional, como o Instituto de Capacitación Profesional. Esse informe conclui com uma avaliação dos prós e contras do emprego dos conhecimentos e técnicas existentes para a implementação de ações básicas para restaurar a Palmeira Chilena e outras espécies; de combinar conhecimento especializado e

local das árvores e dos recursos naturais; e de trabalhar com o setor privado com vistas a melhor proteger as espécies ameaçadas.

Problemas de isolamento genético crescente de populações da vicunha peruana são descritos no informe “Diversidade Genética, Administração e Conservação da Vicunha Peruana”<sup>4</sup>. Este estudo documenta o quanto são importantes os avanços em pesquisa de genética populacional para monitorar os impactos dos programas para preservar a vicunha. Os resultados da pesquisa genética populacional indicam que as populações da vicunha peruana, tomadas isoladamente, são caracterizadas por níveis relativamente baixos de diversidade genética e que altos níveis de diferenciação genética existem entre as populações. Tais padrões são comumente observados em espécies ameaçadas que, no passado, apresentaram grandes variedades e que se tornaram isoladas uma das outras, ou em espécies que sofreram significativa redução demográfica nas últimas gerações.

Esses padrões podem estar se tornando mais predominantes nas populações da vicunha peruana e, portanto, devem ser levados em consideração em novas estratégias de conservação destinadas a minimizar perdas futuras de diversidade genética dentre as populações de vicunhas. No Peru, quatro grupos populacionais de vicunhas demograficamente distintos foram identificados, os quais podem formar unidades de controle separadas: a noroeste de Junin, ao sul de Junin, nos Andes centrais (de Huancavelica até Arequipa) e em Puno. A preservação dessa biodiversidade genética da vicunha está se tornando crítica, pois embora a política de utilização racional em curso no Peru tenha produzido um aumento no número de vicunhas, crescem as exigências por um maior controle sobre as espécies, mediante a construção de cercas e criação e seleção intensivas. Tais propostas são basicamente não sustentáveis e representam uma séria ameaça à sobrevivência da

4 Jane C. Wheeler et al., Coordinadora de Investigación y Desarrollo de Camelidos Sudamericanos, Lima, Peru [rosadio@terra.com.pe].

vicinha. A pesquisa em genética populacional representa uma importante ferramenta para monitorar o impacto dessas atividades e classificar as melhores ações gerenciais.

No Brasil, o estudo de caso “Lidando com a Biodiversidade para Recuperar Áreas de Mineração Degradadas nas Zonas Semi-áridas do Brasil”<sup>5</sup> analisou os tratamentos das espécies e a recuperação de áreas degradadas pela mineração do cobre e pela escolha de árvores de múltiplas utilidades para recuperação. A primeira fase do projeto consistiu na análise do solo, caracterização do clima e vegetação e descrições dos sistemas agrícolas locais e comerciais. A segunda fase consistiu da plantação experimental de possíveis espécies para recuperação; a terceira fase validou alternativas tecnológicas inovadoras para reabilitação da área degradada. A flora na área de mineração degradada e as áreas circunvizinhas não afetadas foram identificadas e caracterizadas quanto a suas espécies, estrutura, frequência, abundância, predominância, índice valorativo de importância, vulnerabilidade a trabalhos de mineração e potencial para uso em reabilitação. Trinta e cinco famílias, 60 gêneros e 85 espécies foram encontrados na área total de estudo. Conforme o índice valorativo de importância, as espécies mais importantes foram *Cesalpinia pyramidalis*, *Commiphora leptophlebos*, *Schinopsis brasiliensis*, *Mimosa arenosa* e *Jatropha sp.* A composição e distribuição das árvores e arbustos foram heterogêneas mas características da biomassa “caatinga” do nordeste do Brasil. Na vegetação da caatinga que cerca a mina, a pesquisa identificou 902 plantas por hectare, 67 espécies de árvores e arbustos (30 famílias e 31 gêneros). A área diretamente afetada pelas atividades de mineração apresentava em média 18 plantas por hectare (duas famílias, dois gêneros e duas espécies). As duas espécies encontradas nessa área foram *Prosopis juliflora* e *Nicotiana glabra*, sendo que a primeira apresentava alta frequência, abundância e dominância, valores indicando evidência

de invasão da área degradada pela mineração. Não havia evidência de invasão da *Prosopis* em áreas não afetadas pela mineração. Em estudos de crescimento experimental por espécies em áreas degradadas por atividades de mineração, resultados satisfatórios foram encontrados para *Leucaena leucocephala*, *Tamarix sp.*, e *Prosopis juliflora*. Com base nos resultados das experiências, optou-se pelo uso de curto prazo da *Leucaena* no reflorestamento das áreas afetadas pela mineração. O plantio dessa espécie não somente ajudou na restauração, mas também trouxe benefícios para a criação animal, quando usada como forragem.

O estudo de caso “O impacto das Atividades de Mineração de Metal no Passado e no Presente sobre a Distribuição e Sobrevivência das Plantas Tolerantes a Metal (MTPs) na América Latina”<sup>6</sup> concentrou-se nos impactos da mineração, determinando a prevalência e distribuição de plantas hiperacumuladoras tolerantes a metal (MTPs) nas áreas de mineração. Poucas plantas tolerantes a metal e hiperacumuladoras de metal foram registradas na América do Sul, em comparação com outras áreas do mundo. Uma razão para isso é que tem havido relativamente poucos estudos científicos conduzidos na região sobre a vegetação nativa que existe sobre áreas naturais poluídas por metal ou mineralizadas. Entretanto, à medida que novos estudos sobre plantas em áreas de mineração da América Latina são publicados verifica-se um evidente aumento de MTPs. A descoberta de MTPs é importante para pessoas interessadas em conservação e sustentabilidade devido à habilidade que têm as MTPs de limpar, estabilizar e fitomineerar solos poluídos por metal. Indício recente indica que uma planta acumulando arsênico cresce perto de uma mina de cobre nos Andes peruanos; 11 plantas hiperacumuladoras de níquel foram identificadas na flora sinuosa do Estado de Goiás, Brasil, e descreveu-se que uma planta tolerante a cobre cresce nas proximidades de uma mina de cobre nos An-

5 Paulo César Fernandes Lima et al., Embrapa, Petrolina, Brasil [pcflima@cpatsa.embrapa.br].

6 Rosanna Ginocchio, Departamento de Ecologia, Pontifícia Universidade Católica de Chile, Santiago, Chile [erginocc@genes.bio.puc.cl].

des chilenos. A América do Sul é, todavia, uma área potencial na qual muitas MTPs podem ser encontradas, não somente devido à presença de um elevado acúmulo de substâncias minerais e áreas poluídas por metal (minas e seus refugos e paióis), mas também graças à elevada e incomparável biodiversidade da região. Entretanto, até hoje tem havido falta de recursos para financiar estudos científicos com vistas a localizar MTPs, e caso essa situação não mude, então a probabilidade de descoberta de novas MTPs permanecerá pequena. Portanto, o financiamento e capacitação devem ser providenciados o mais breve possível para a pesquisa e o estudo sobre a localização das MTPs.

No Chile, realizaram-se experiências com coletores de neblina para avaliar a possibilidade de se usar a Água de neblina Rasteira como uma Fonte Não-tradicional de Água<sup>7</sup>. Algumas das maiores regiões desérticas do mundo encontram-se no Chile setentrional e no Peru meridional. O surgimento de vilarejos e o incremento das atividades de mineração nessa área estão aumentando a procura por recursos hídricos tanto de superfície quanto de subsolo. Em consequência, grande parte da biodiversidade da flora e da fauna da área está ameaçada ou correndo perigo devido ao desvio dos recursos hídricos para usos humanos. Em alguns locais, é possível usar coletores artificiais estáticos de neblina para capturar água de neblina rasteira para uso limitado. Há mais de 40 anos a Universidade Católica do Norte (UCN) realiza programas para usar neblina rasteira com coletores de neblina. O objetivo geral dos programas é aumentar a disponibilidade de água para recuperação de espécies e do ecossistema, criar novas áreas com cobertura de espécies endêmicas e assistir na criação de pequenas comunidades em torno de fontes de água (coletada da neblina) estáveis ou suprir algumas comunidades existentes com esse tipo de água. Esse estudo de caso descreve de forma ampla a formação da neblina rasteira e suas característi-

cas: fatores que influenciam na coleta da neblina; os diferentes propósitos dos coletores de neblina (por exemplo, coletores de neblina utilitários, coletores de neblina bidimensionais, planos e coletores de neblina ecológicos) e suas vantagens e desvantagens técnicas; e recomendações sobre que coletores de neblina são mais eficientes e econômicos em diferentes meios ambientes e situações. A ênfase principal recai sobre o uso da água da neblina para minimizar os riscos a espécies ameaçadas ou colocadas em risco devido à escassez de água decorrente do crescente uso humano dos recursos hídricos. Especificamente, resultados experimentais são apresentados para o uso de água coletada da neblina para recuperação do ecossistema na Reserva Nacional Pajoso, situada ao norte do porto de Taltal (Antofagasta), para a criação de pomares de horticulturas e frutas nas proximidades de Taltal, e para um sistema de água potável no vilarejo de Chungungo na costa setentrional do Chile. Em termos gerais, o estudo mostra que a coleta de neblina para tais propósitos pode ser desenvolvida e implementada de modo eficiente e econômico.

### Estudos de Caso e Lições Aprendidas pelo Plano de Ação e pela Gerência

Vincent Campbell e Gerald C. Lalor<sup>8</sup> documentaram lições aprendidas na conquista de um equilíbrio entre a proteção ao meio ambiente e a aplicação de capital e trabalho na consecução de metas socioeconômicas em seu estudo de caso "Agricultura em Terras Secas no Sul de St. Elizabeth, Jamaica". Em seus esforços para lidar com as condições semi-áridas existentes, os agricultores das áreas secas locais na Jamaica desenvolveram sistemas agrícolas para terras secas relativamente simples e práticos, mas ao mesmo tempo eficazes. Os agricultores vêm sendo assistidos pelo Ministério da Agricultura da Jamaica, pela Sociedade Agrícola da Jamaica, por empresas privadas e pessoas físicas. Os sistemas são

7 Jorge Araya-Valenzuela e Roberto Espejo, Departamento de Física, Universidade Católica Del Norte, Antofagasta, Chile [jaraya@ucn.cl].

8 Centro Internacional para as Ciências Ambientais e Nucleares, Universidade das Índias Ocidentais, Kingston, Jamaica [lalor@uwimona.edu.jm].

o resultado de iniciativas colaborativas entre o governo, os fazendeiros locais e outros agentes na proteção à agricultura e ao meio ambiente. Esse estudo de caso descreve sistemas de agricultura para terras secas os quais dependem de seleção de cultivo lucrativo, das matérias vegetais em decomposição, do armazenamento de água, dos terrenos alqueivados, da alternância de safras, gerência da fertilidade do solo, gerência de peste e doenças integradas, tempo apropriado das operações para maximizar vantagens no mercado e uso criterioso de capital e divisão de trabalho. O estudo também documenta o papel da pesquisa patrocinada pelo governo e pela iniciativa privada e transferência de tecnologia na aquisição de sistemas eficazes de agricultura em terras secas. Os sistemas vêm transformando uma área seca e escassamente povoada em uma área produtiva onde os agricultores agora gozam de um padrão de vida relativamente alto, em comparação com a de outros pequenos agricultores de qualquer outra parte da ilha, e onde financiadores comerciais e das comunidades locais estão mais preocupados em aumentar a capacidade da área para melhorar a saúde social, econômica e ambiental.

Dois estudos de caso incidem sobre a gerência da vicunha e outras espécies na Bolívia, no Chile e no Peru. O primeiro, "O Uso Sustentável da Vicunha [Vicugna Vicugna]: uma Análise Crítica e o Projeto MACS", por C. Bonacic e J. Gimpal<sup>9</sup> descreve a situação atual do *status* do uso sustentável da vicunha na região. Na opinião dos autores, o programa de conservação da vicunha na América do Sul está entrando num estágio crítico, e a direção que o programa está tomando pode conflitar com os objetivos originais da Convenção Vicunha (isto é, o uso das espécies da floresta para benefícios das comunidades locais). A tendência de exploração em cativeiro de vicunhas selvagens ou programas de reprodução de animais cativos não são compatíveis com os critérios iniciais de uso sustentável. Como al-

ternativa, um programa de uso sustentável, baseado na captura e soltura de pequenos grupos de vicunhas, com interferência mínima sobre as populações naturais, deve ser considerado o método de escolha com o qual outros métodos poderiam ser comparados. Alguns dos principais aspectos na comparação dos métodos de gerência são: o impacto da captura, manuseio e tosquia em diferentes sistemas de uso; os estudos comparativos de capacidade de transporte em diferentes regiões do altiplano e competição de estoques e as conseqüências potencialmente evolucionárias dos programas de cativeiro. No segundo estudo, "Uso Sustentável da Vida Selvagem nos Andes e Desenvolvimento Local das Comunidades Rurais nas Áreas Secas da América Latina: Um Comentário", B. Peredo Videá<sup>10</sup> discute como os programas de recuperação de populações baseados no uso sustentável aumentaram o número de vicunhas, mas estão ameaçando outras espécies andinas, como os *quirquinchos* e os remanescentes das emas andinas. Os números dessas espécies podem estar em declínio devido ao seu consumo irrestrito. Estão sendo desenvolvidos estudos e planos para incrementar a qualidade da fibra da vicunha e distribuir os benefícios do uso sustentável desses animais, bem como viabilizar o uso sustentável do *quirquincho* e da ema andinos, respectivamente, em atividades culturais tradicionais. Para tanto, estão sendo oferecidas às comunidades locais alternativas que contribuirão para a conservação dessas espécies, bem como para a biodiversidade da região andina da Bolívia.

Em seu estudo de caso, "Conflitos e Dilemas Entre Sobrevivência e Biodiversidade no Semi-árido do Seridó", Eleonora Tinoco Beaugrand<sup>11</sup> analisa o atual "Plano para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó" do nordeste do Brasil, particularmente com respeito ao setor ceramista, que é um dos mais importantes setores socioeconômicos dessa região. Muitas instituições governamentais e

<sup>9</sup> Departamento de Ciências Animais, Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago, Chile [bonacic@puc.cl].

<sup>10</sup> Soluções Horizontais, La Paz, Bolívia [berbolivia@yahoo.com].

<sup>11</sup> Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil [eleonoratinoco@digizap.com.br].

não-governamentais, bem como financiadores, representando 28 municipalidades na região envolveram-se no desenvolvimento e implementação dos planos. A indústria ceramista e a principal fonte dos empregos e salários para as pessoas da região. Tirante esta, poucas oportunidades existem para a subsistência dessas pessoas. Entretanto, o predomínio da indústria e suas práticas vêm degradando significativamente tanto os recursos terrestres quanto os aquáticos da região. A partir de uma análise dos indicadores ambientais, científicos, econômicos, sociais, políticos e gerenciais do desenvolvimento sustentável e sua eficácia na aquisição das metas do desenvolvimento sustentável, o estudo revela uma ampla participação das pessoas locais em seu desenvolvimento e implementação. De acordo com a análise dos indicadores, as condições de pobreza e a falta de oportunidades socioeconômicas para as pessoas da região desencadeiam pressões para que a política e administração públicas voltem-se para a criação de oportunidades econômicas e de emprego de curto prazo sem tomar as necessárias preocupações para proteger a sustentabilidade de longo prazo do meio ambiente da região.

### Estudos de Caso Selecionados de Parcerias e Capacitação

O estudo de caso “A Rede Latino-americana de Ciências Botânicas: um Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento das Ciências Botânicas e Conservação da Biodiversidade na América Latina”<sup>12</sup> descreve o desenvolvimento e planificação de uma rede de ciências botânicas para incrementar o número de botânicos qualificados, capazes de proteger a biodiversidade da flora nativa. Muitas áreas áridas e semi-áridas da América Latina estão perdendo espécies nativas e assistência do ecossistema num ritmo sem precedente devido a fatores tais como conversão do ecossistema, práticas agrícolas e de pastagens ineficientes e exploração de recursos florestais. Esses fatores são, com frequência, forçados

pela pobreza, pela marginalização econômica e pela subvalorização dos recursos naturais, além da baixa participação dos habitantes locais nas tomadas de decisão acerca da conservação e uso dos recursos naturais. Além disso, esses fatores são exacerbados por restrições a oportunidades educacionais em todos os níveis. Esse estudo de caso descreve o desenvolvimento e planejamento da Rede Latino-americana de Ciências Botânicas, que é um consórcio de 23 prestigiosas instituições acadêmicas da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, México e Venezuela, as quais vêm trabalhando juntas desde 1988 para oferecer treinamento em nível de graduação para estudantes da América Latina, além de organizar encontros científicos e oficinas e empreender projetos de pesquisa conjuntos. Através dessas atividades, o consórcio está ajudando a aumentar o número de pessoas bem-treinadas capazes de proteger a biodiversidade da flora nativa da região.

Em seu estudo de caso “BIOTA/FAPESP: um Instituto Virtual Brasileiro de Biodiversidade que Pode Ser Usado como um Modelo para Programas de Pesquisa de Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade”, Carlos Alfredo Joly<sup>13</sup> e Erica Spieglich<sup>14</sup> descrevem um sistema que permite acessar facilmente informações sobre biodiversidade. As informações sobre biodiversidade, embora este seja um conhecimento cada vez mais consciente de sua importância, não são facilmente acessíveis. Com excessiva frequência, as informações estão dispersas e fragmentadas, são de difícil acesso, não estão integradas com outras informações, estão desatualizadas ou subutilizadas. Para superar esses tipos de problemas no Brasil, foram criados em 1999 o Programa de Pesquisa em Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (BIOTA/FAPESP) e o Programa Virtual de Biodiversidade<sup>15</sup>. Esses programas são baseados nas premissas contidas

12 Susan Maldonado et al., Red Latinoamericana de Botânica, Santiago, Chile [rib@uchile.cl].

13 Departamento de Botânica, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, Brasil [cjoly@unicamp.br].

14 Centro de Referência em Informação Ambiental/CRIA, São Paulo, Brasil [erica@cria.org.br].

15 www.biota.org.br



no CBD. O objetivo principal dos programas é estudar a biodiversidade do Estado de São Paulo. O objetivo visa a: compreender os processos que geram e mantêm a biodiversidade; compreender os processos que ameaçam a biodiversidade; padronizar meios de reunir e produzir informações disponíveis para os fazedores de políticas públicas e tomadores de decisão; garantir fácil acesso dessas informações ao público e aprimorar o ensino de normas sobre a conservação da biodiversidade e uso sustentável. Todos esses projetos estão conectados através do sistema de informações ambientais do BIOTA/FAPESP, e esse sistema, por sua vez, está conectado com um mapa eletrônico do tipo 1:50.000 do Estado de São Paulo. Esses sistemas estão disponibilizados gratuitamente na Internet e estão sendo utilizados por órgãos do Estado encarregados da proteção da biodiversidade e por aqueles responsáveis pelo planejamento das políticas socioeconômicas. Finalmente, o BIOTA/FAPESP também lançou jornal eletrônico similar para publicar pesquisas sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade na Neotropica<sup>16</sup>.

A América Latina e o Caribe são bastante conhecidos como lugares de grande biodiversidade, mas o foco das atenções recai com maior frequência sobre a reconhecidamente importante herança mundial das florestas e montanhas tropicais e das terras úmidas da região. Não obstante, há uma necessidade crescente de aumento de fundos, de desenvolvimento de parcerias e capacitação para aprimorar a proteção da biodiversidade nas zonas áridas e semi-áridas da região. O estudo de caso “País Baseado e capacitação de Redes Internacionais para Conservar e Usar de Modo Sustentável a Biodiversidade de Significado Global em Regiões Áridas e Semi-áridas da América Latina e o Caribe”<sup>17</sup> comenta investimentos na conservação da biodiversidade na região, a necessidade de cientistas formarem novas redes, a necessidade de redes para focar com mais eficiência e

abrangência particularmente os ecossistemas áridos e semi-áridos, a necessidade de redes mais eficazes de cientistas e de fazedores de políticas públicas com instituições educativas, a necessidade de maior equilíbrio entre as redes regionais, nacionais e globais e a necessidade de desenvolvimento institucional para fazer melhor uso de métodos de comunicação práticos mas inovadores e de tecnologias para promover a capacitação. Com base nesse ponto de vista, o autor recomenda modelos mais efetivos de construção e expansão da já sólida capacidade que a região apresenta para conservar a biodiversidade.

## CONCLUSÃO

Os estudos de caso previamente mencionados são coerentes com as recentes iniciativas e recomendações para atingir os objetivos da CBD. Recentemente, a CBD criou um “Programa para terras secas e sub-úmidas” para consideração das opções de conservação e uso sustentável da diversidade biológica em ecossistemas de terras secas, mediterrâneas, áridas, semi-áridas, terras de gramado e savanas (UNEP, 2003). A meta geral do programa é promover os três objetivos da CBD para terras secas e sub-úmidas: (1) a conservação da diversidade biológica, (2) o uso sustentável de seus componentes, e (3) a divisão justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. O “Programa para terras secas e sub-úmidas” identifica os tipos de avaliações e ações visadas para empreender e cumprir os objetivos da CBD. O objetivo operacional das avaliações é “Reunir e analisar informações sobre o estado da diversidade biológica das terras secas e sub-úmidas e as pressões sobre ela, disseminar os conhecimentos existentes e melhores práticas, e preencher lacunas de conhecimento a fim de determinar quais são as atividades adequadas”. O objetivo operacional reconhece a importância de que lições aprendidas a partir das práticas, incluindo práticas da comunidade local e nativa, contribuam para a base de conhecimentos da diversidade. Nesse sentido, os estudos de caso multidisciplinares e interdisciplinares sobre práticas de gerenciamento, levadas

16 “Biota Neotropica” – [www.biotaneotropica.org.br](http://www.biotaneotropica.org.br)

17 Leonard Berry, Florida Center for Environmental Studies, Florida Atlantic University, Palm Beach Gardens, FL, USA [berry@fau.edu].

a efeito principalmente por instituições nacionais e regionais, incluindo organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa, são recomendadas como um meio de identificar a lição aprendida pelos fazedores de planos de ação e aumentar sua capacitação.

Para cumprir os objetivos do “Programa para terras secas e sub-úmidas”, a Câmara Subsidiária de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBTTA) recomenda estudos de caso sobre: (1) interconexões entre perda da biodiversidade e pobreza; (2) consideração de conhecimentos tradicionais como guia da avaliação das boas práticas; (3) acesso a gerenciamento de ecossistema aplicado; (4) melhores práticas de gerência dos recursos hídricos, conservação *in situ* e *ex situ*, biomassa animal e vegetal, gerência integrada de espécies ameaçadas e parcerias com instituições locais e capacitação, para citar só alguns exemplos.

Os estudos de caso desenvolvidos e disseminados como parte do projeto TWNSO “Promovendo Melhores Práticas para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade de Significado Global em Zonas Áridas e Semi-áridas” não somente ajudam a reparar a falta de portfólios e práticas que protejam a biodiversidade em terras secas já identificadas pela GEF (1995), mas contribuem substantivamente para as iniciativas mais recentes da CBD e recomendações da SBTTA para desenvolver e usar estudos de caso para atingir os objetivos da CBD (UNEP, 2003).

Apesar de sucessivas práticas exemplificadas pelos estudos de caso neste trabalho, ainda existe uma escassez de informações sobre experiências bem-sucedidas na proteção da biodiversidade e nas terras secas. O número de questões complexas inerentes a problemas de biodiversidade e sustentabilidade sugere não somente a necessidade de participação mais efetiva de melhores práticas, mas também de forma que as recomendações dos estudos de caso possam ser implementadas em planos de ação e na prática.

Durante a conferência internacional do projeto em dezembro de 2002, no Cairo, Egito, os Centros

de Excelência e participantes do projeto aprovaram uma “Declaração de Intenções” para criar uma rede de instituições para a pesquisa, disseminação de informações e proteção da biodiversidade em terras secas, com TWNSO desempenhando um papel de líder. Esta recomendação foi feita em reconhecimento à estrutura institucional da TWNSO de já ser capaz de formar redes globais, servir como catalisador para outras instituições fazerem progresso sobre questões internacionais que têm um foco meridional, acessar programas e instituições nacionais envolvidas com elas, disseminar e transferir melhores práticas e recomendações para impulsionar a capacidade de pesquisa, e promover planos estratégicos e objetivos ambientais nacionais da CBD, CCD, CCC etc. TWNSO tem aptidões para focar sobre dimensões globais, mas também pode concentrar-se em questões regionais, quando necessário, e é capaz de contribuir para atender exigências e prioridades tanto locais quanto nacionais. TWNSO tem ainda a capacidade e a disposição para focar conexões com planos estratégicos de biodiversidade das nações e das CBD, CCD e CCC. E mais, TWNSO tem demonstrado que está comprometido com o propósito de contribuir com GEF e outras agendas cruciais de doadores para a proteção e uso sustentável da biodiversidade.

## REFERÊNCIAS

BEAUGRAND, E.; TINOCO, D.; MATOS, J. **O plano de desenvolvimento sustentável do Seridó: uma experiência de planejamento participativo e de implantação de um sistema de gestão no Rio Grande do Norte.** ENAPAD, 2001.

BERRY, L. Capacity building to sustainably use biodiversity in Dryland Regions of Latin America and the Caribbean. In: LEMONS, J.; VICTOR, R.; SCHAFFER, D. (Ed.). **Conserving Biodiversity in Arid Regions: conserving biodiversity in Dryland.** Boston, MA: Kluwer Academic Publishers, 2003. 497 p. p. 387-394.

CASTRO, G.; LOCKER, L. **Mapping conservation investments.** Washington, D.C.: Biodiversity Support Program, 2000.

GEF – Global Environment Facility. **Report of the Scientific and Technical Advisory Panel of the Global Environment Facility Expert Workshop on Land Degradation.** Washington, D. C., U.S.A., 1995.

HASSAN, H. M.; DREGNE. H. E. **Natural habitats and ecosystems management in Drylands: an overview.** Washington, D.C.: World Bank, 1997.

LEMONS, J. Conservation and sustainable use of biodiversity: a portfolio of case studies from arid zones of southern nations. **International Journal of Environmental Studies**, v. 59, p. 343-362, 2002.

LEMONS, J.; MONTENEGRO, G. Promoting best practices for conservation and sustainable use of biodiversity of global significance in arid and semi-arid zones, Latin America and Caribbean regional workshop (Proceedings). Santiago, Chile: Pontificia Universidad Catolica de Chile, 2002. 72 p.

LEMONS, J.; VICTOR, R.; SCHAFFER, D. (Ed.). **Conserving biodiversity in arid regions.** Boston, MA: Kluwer Academic Publishers, 2003. 497 p.

TSETSEG, B. Biodiversity of Asia's Dryland Regions: experiences and prospects (Proceedings). Caragana Jinst, Publisher, Ulaanbaatar, Mongolia: Mongolia Academy of Sciences, 2001. 72 p.

TWAS. Biodiversity's importance in Dryland Regions. **TWAS Newsletter**, v. 13, n. 2, p. 5-7, 2001.

TWAS. Dry Diversity. **TWAS Newsletter**, v. 13, n. 2, p. 15-19, 2001.

TWAS. Desert Wetland Preserved. **TWAS Newsletter**, v. 13, n. 2, p. 20-21, 2001.

TWAS. Asia's Diverse Drylands. **TWAS Newsletter**, v. 13, n. 3, p. 8-15, 2001.

TWAS. A project web site contains information about the project, workshop and conference agendas, and case studies. 2001. Disponível em: [www.gefbiodiversity.org](http://www.gefbiodiversity.org).

TWNSO. **Promoting best practices for conservation and sustainable use of biodiversity of global significance in arid and semiarid zones in the developing world: summaries of selected case studies and innovative experiences throughout the south.** Trieste, Italy: Third World Network of Scientific Organizations, 2002. 53 p.

UNDP – United Nations Development Programme. **Strengthening partnerships for Drylands development and poverty eradication – UNDP's role and activities in support of the UNCCD, DP/2000/CRP.14.** United Nations, NY, 14 September 2000.

UNEP – United Nations Environment Programme. **Dry and sub-humid lands biodiversity: matters requested by the conference of the parties in paragraphs 5 and 6 of its decision V/23 and decision VI/4, UNEP/CBD/SBSTTA/8/INF/2.** United Nations, NY, 12 February 2003.

VICTOR, R. **Promoting best practices for conservation and sustainable use of biodiversity of global significance in arid and semi-arid zones, Africa and North Africa/Middle east regional workshops (Proceedings).** Sultan Qaboos University, Muscat, Oman: Centre for Environmental Studies and Research, 2002. 56 p.

WWF–MPO. World Wildlife Fund. **Socioeconomic root causes of biodiversity loss: an analytical approach paper for case studies.** Washington, D.C., 1999.

# Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana

Maria Noel Lapoujade – Universidad Nacional Autónoma de México

## RESUMEN

El presente artículo examina los diversos aportes con relación a diversas incidencias en la construcción de la identidad latinoamericana, de un imaginario elaborado desde el hecho mismo del descubrimiento de América hasta la contemporaneidad. Se postula la categoría de “homo imaginans” como clave para entender el proceso de construcción de la identidad latinoamericana.

Palabras-chave: Imaginario latinoamericano. *Homo imaginans*. Identidad latino-americana.

## ABSTRACT

This article examines the many contributions of an imaginary in the construction of Latin American Identity elaborated since the discovery of America to present contemporary society. The category of *homo imaginans* is affirmed as a key to understanding the process of constructing Latin American identity.

Key words: Latin American imagery. *Homo imaginans*. Latin American identity.

## INTRODUCCIÓN

“Lo que hoy es evidente, una vez fue imaginario”<sup>1</sup>.

“El propósito” de esta conferencia se resume en la propuesta de una concepción del hombre en tanto “homo imaginans”, como base para una posible construcción de la identidad latinoamericana. “El

recorrido” de la reflexión puede imaginarse como el arco que une los dos extremos de un compás abierto, en el que un pie se apoya en el origen de América, acerca del cual este texto constituye una relectura; y el otro pie, está apoyado sobre una concepción filosófica que se proyecta hacia una posible filosofía para el porvenir.

El epígrafe de Blake (1996) será el faro que ilumine el punto de partida de nuestra reflexión, hoy.

Las confortables coordenadas cartesianas espacio-tiempo, mostradas en dos ejes imaginarios en los cuales se presupone representar, reductivamente, la “realidad” espacio-temporal han estallado en mil pedazos.

Primero, Kant las convierte en “formas puras a priori de la sensibilidad” lo cual significa: operaciones, dinamismo, funciones universales y necesarias de la mente, de la subjetividad por las cuales la especie humana ejerce las acciones de “espacializar y temporalizar” los datos sensoriales, esto es, las noticias, las impresiones que recibe de los fenómenos (KANT, 1930).

Así concebidos, espacio-tiempo dejan de ser continentes exteriores donde caben los fenómenos, dejan de ser coordenadas geométricas, dejan de ser lugares ocupados por cuerpos que aparecen y desaparecen, dejan de ser sustancias, dejan de ser esencias. En una palabra, en sentido fuerte: “dejan de ser”. Con la filosofía crítica de Kant espacio-tiempo han nacido como procesos, como funciones, como el dinamismo de la sensibilidad humana por los cuales se ejercen las acciones las que, abandonando el ya

1 “What is now proved was once only imagin'd”. The Marriage of Heaven and Hell, Proverbs of Hell (BLAKE, 1996, p. 120-121).

obsoleto lenguaje (que no la propuesta) de Kant designo con los verbos: “espacializar y temporalizar”.

La trayectoria que va de Kant a la “realidad virtual” es vertiginosa y directa. En la filosofía de Kant ya están sentadas las bases. Hoy, vivimos en múltiples espacio-tiempos virtuales, imaginarios convertidos en “realidad”, esto es, vivimos en una realidad impregnada de imaginarios.

Sin embargo, esta “novedad” no es nueva; es tan vieja como la especie humana rondando el cosmos para sobrevivir.

La especie humana ha visto tiempos cósmicos en sistemas planetarios, imaginados científicamente como ruedas giratorias, estrellas fijas, tierra central sedentaria, sol girando en la noria de los ciclos eternos.

La especie humana ha visto otros tiempos cósmicos en bellos astrolabios. Ha visto tiempos en los movimientos de planetas tercamente traslaticios alrededor del sol en sus órbitas enseñadas como circulares o elípticas, cometas de movimientos caprichosos, estrellas velocísimas que la ilusión óptica imagina en serena quietud.

La especie humana habita la tierra. La habita como ilusoriamente quieta, firme y sólida masa pétreo de materia. Curiosa base imaginaria para evitar el vértigo de habitar una tierra cuya solidez se disuelve en energía móvil, sutil, concentrada en infinitos grumos de energía, la diversidad infinita de formas de energía llamada ‘cuerpos’.

Todavía habita la tierra en la ilusión ptolomeica de un sol que sale y se pone, se levanta y se acuesta, que rige las estaciones, que a veces le toca la responsabilidad de determinar los calendarios, trabajo que comparte con la luna según las culturas (LAPOUJADE, 2002).

En general, la diversidad de tiempos imaginarios se plasma en sus concomitantes espacios imaginarios<sup>2</sup> (LAPOUJADE, 1999, p. 8).

En particular, los ritmos cósmicos de los sistemas planetarios se vierten en imaginarios espacios inmóviles en los que se articulan las – no menos imaginarias – figuras de los astros.

En ese contexto, se diseña el planeta Tierra, con sus lenguas de tierra bañadas en los mares.

En 1483, Macrobio propone un mapa completamente imaginario, como no podía ser de otro modo. En esos tiempos la geografía, más allá del mundo conocido, era especulación en imágenes.

Con base en este estado de cosas un genovés apasionado<sup>3</sup>, y convencido por la imagen de la “Isla de la Tierra” ubicada al occidente de Europa, después de tocar tierra en 1492 creyó confirmar su sueño convertido en proyecto, asumido por la Corona española, y proclamó al mundo que había anclado sus naves en el extremo oriente de ese ente de ficción o error científico – lo que para el caso es lo mismo – denominado la “Isla de la Tierra” (O’GORMAN, 1958)<sup>4</sup>.

El año de 1492 no cambió cualitativamente la naturaleza de los mapas, sendas imágenes de las teorías respectivas. Ellos fungen como imágenes especulares de hipótesis imaginarias en las que se representan las transformaciones geográficas surgidas como consecuencia de los viajes.

La fascinación por los viajes desde el fondo de la prehistoria ha movido siempre a esta especie, migratoria por excelencia, llamada *humana*. La especie humana es itinerante; y pone en juego esta peculiaridad, ya sea por la necesidad de sobrevivencia, ya sea por la necesidad creada por la seducción que sobre ella ejerce la imaginación aventurera, el desafío del azar, la provocación de la conquista, o las necesidades de la esclavitud.

Entre los goznes de las improbables contingencias y las inocuas consecuencias, presumiblemente los vikingos tocaron estas tierras hacia fines del siglo X.

<sup>2</sup> “La realidad virtual, en la cual ya hemos comenzado a vivir, así, casi sin darnos cuenta, se aproxima fagocitando los prácticamente inexistentes-reductos de la ‘realidad real’. Nuestra especie, en estos momentos está entrando de forma inexorable en su prehistoria” (LAPOUJADE, 1999, p. 8).

<sup>3</sup> La figura de Cristóbal Colón está rodeada por un halo de misterio: genovés, mallorquino, catalán? (Cf. COSTA-AMIC, 1992).

<sup>4</sup> El orbis terrarum o “Isla de la Tierra”, p. 64-68.

Cinco siglos después, Cristóbal Colón, guiado por la brújula de su imaginación teórica pretende enderezar sus naves al Asia. En tal sentido el penetrante Goethe comenta con fuerza inapelable:

“Colón antes de descubrir el nuevo mundo ya lo llevaba en su imaginación” (GOETHE, 1990, p. 1.150).

Nuestro Almirante, sin saberlo, traza varias rutas inéditas, en otros tantos viajes erróneos.

En la historia del mundo jamás el momento fugaz de anclar una nave tuvo tan lejanas e inconmensurables consecuencias.

En 1492 ese encuentro erróneo señala el acto de **fecundación** más imponente de la historia humana hasta el presente.

Sin saberlo, una geografía poblada de culturas recibe, como un meteorito, todo un mundo, que cae en su seno, guiado por la brújula de la imaginación empecinada del Almirante.

La imperturbable geografía se muestra de mayores dimensiones, con enormes ríos que sugieren vastos territorios, con seres y culturas desconocidas.

Lo extraño y lo maravilloso devienen categorías de lo real para las realidades de los dos mundos recíprocamente insólitos.

Se desencadenan los imaginarios en busca de explicaciones.

La ciencia de occidente es tan imaginaria como los mitos de estas tierras.

Este encuentro es un verdadero acto de fecundación: violento, cruel y vejatorio, pero fecundación al fin.

Como consecuencia, la extensión, la complejidad y la riqueza de los horizontes de la humanidad toda, esto es, de la especie humana se expanden y se transmutan irreversiblemente.

Después de la fecundación comienza para el mundo un largo proceso de **gestación**.

Este pedazo de tierra gesta en su vientre, desde un punto de vista filosófico, denodados esfuerzos de comprensión. Entre los europeos, la búsqueda de explicaciones científico-religiosas para apoyar las certidumbres imaginarias.

Entre sus pobladores originarios, se apela a las imágenes mítico-religiosas explicativas, de un universo viviente. En el universo prehispánico en Mesoamérica, la *Leyenda de los Soles*, da cuenta de la muerte de cuatro mundos, de cuatro soles, y el nacimiento de un quinto sol preñado de muerte. La mente de estos pueblos admite la muerte y el nacimiento cíclico de los mundos (LAPOUJADE, [en prensa]).

El “Encuentro” fecundante, determina el primer momento del largo proceso de gestación. La cartografía incipiente se debate entre la representación en imágenes de los *a priori* imaginarios y los *a posteriori* empíricos incómodos e inclasificables.

La gestación de un Nuevo Mundo sigue su curso; llamaremos el segundo momento de esta gestación a los viajes de Américo Vespucio. Más allá de sus fracasos, en el año de 1504, las teorías ceden un lugar a un cuarto Continente. Finalmente, en un tercer momento, la gestación culmina con el viaje de Sebastián Elcano relevo de Magallanes a su muerte, quien logra, sin pretenderlo, la irrefutable prueba fáctica de la forma de la tierra. En 1520, con Elcano, se trata de la redondez recorrida de la tierra y, de la comprobación del cuarto Continente.

Cuando la gestación posterior al Encuentro es asumida por los poderes políticos que los navegantes representan, adviene el parto, **nace el Nuevo Mundo** y se llama: **América**.

Los diferentes nombres del Nuevo Mundo indican concepciones diversas. La pluralidad viene ya en su nombre.

Ardao (1992, p. 94-95) en su *España en el origen del nombre América Latina* estudia con detenimiento este tema fundamental, que resume en estas líneas:

El término ‘Hispanoamérica’ y su derivado, ‘hispanoamericano’, eran ya de uso antes de la emancipación, siguiéronlo siendo después [...] El término ‘América Latina’ y su derivado ‘latinoamericano’ de alcance más amplio que aquellos, se ha visto que tuvieron su origen en la década del 50 del siglo XIX. Ahora, el intermediario término de ‘Iberoamérica’ y su derivado ‘iberoamericano’, llevados a primer plano en la península en la década del 80 [...] Aplicado al estricto ámbito europeo, el término ‘iberismo’ [...]

(designa) no ya la comunidad histórica de España y Portugal, sino el necesario restablecimiento de su unidad política.

Los nombres no son azarosos ni superficiales y, en particular el nombre América Latina o Latinoamérica es portador de la autoafirmación de los pueblos y de las culturas no sajonas.

El nombre implica asumir las raíces, los orígenes, la historia y el presente como médula de su identidad. Los nombres son importantes no sólo por su significación, sino además por las imágenes que se asocian a ellos. Los imaginarios que un nombre despierta son señales de las valoraciones implícitas. Los nombres provocan resonancias y, en este caso, resonancias del anhelo actual de autonomía respecto de la otra América.

#### LA GESTACIÓN Y EL PARTO DEL NUEVO MUNDO

“A nivel imaginario”, en la filosofía europea, se derrumba definitivamente la imagen medieval del mundo, aquella que Buber (1964, p. 28) describe como la imagen de

una cruz cuyo madero vertical es el espacio finito entre cielo e infierno, que nos lleva derechamente a través del corazón humano, y cuyo travesaño es el tiempo finito desde la creación hasta el día del juicio; su centro, la muerte de Cristo, coincide, cubriéndolo y redimiéndolo con el centro del espacio, el corazón del pobre pecador.

Esa imagen se sustituye por las imágenes renacentistas, las cuales muestran un universo infinito, donde ya no hay un centro, porque el centro está en todas partes, es decir, cualquier punto de una esfera infinita puede fungir como centro. Ergo, el hombre, protegido en el puesto central, se vuelve un ser excéntrico, con todas las consecuencias antropológicas y filosóficas de aquí inferidas (KOYRÉ, 1979).

La imaginación prehispánica despliega sus cosmovisiones en imágenes pétreas (ejemplo, el calendario azteca), construcciones, estelas, esculturas, joyas, bajorrelieves y, en ocasiones, en escritura y en códices. En fin, los imaginarios prehispánicos exhi-

ben un exuberante mundo de formas significativas, imágenes, signos y símbolos expresivos de su concepción del mundo. En este intervalo histórico, que va del Encuentro al Nacimiento, los imaginarios de América se multiplican en una inabarcable multiplicidad multicolor.

Un signo del proceso fecundador del Encuentro es la metamorfosis de los imaginarios en su contacto. Inicialmente se trata de imaginarios inco-municados. Reina el desconcierto de los imaginarios europeos y americanos, absolutamente extraños. Este aislamiento inicial respectivo de los mundos prehispánico y europeo a nivel de los imaginarios, se va subsanando de diversas maneras. Cummins (1993) en un estudio sobre el tema en el cual compara los efectos del “Encuentro” a nivel de las imágenes aztecas e incas afirma:

Es difícil calibrar el impacto de los sistemas de representación nativos en la cultura colonial latinoamericana. Es igualmente difícil calibrar cuál fue el impacto real que el sistema europeo de representación tuvo en las culturas nativas. [...] La respuesta, en parte, reside en el siglo XVI cuando los españoles se encontraron por primera vez con las dos culturas dominantes del Nuevo Mundo, la Azteca y la Inca, y la diferente reacción española a las manifestaciones físicas de las formas conceptuales del conocimiento nativo, los sistemas artísticos de cada cultura. Es aquí donde los conceptos de representación peruanos y mexicanos entraron en la conformación de la representación colonial pero de maneras muy distintas.

En este caso, se trata de la absorción europea del imaginario americano, la traducción del léxico de imágenes prehispánico al léxico europeo. Piénsese por ejemplo en la incorporación de imágenes del sol y de la luna en las fachadas de las iglesias coloniales, junto con las imágenes de los Santos, los Apóstoles, como manera de atraer al americano a una fe que se vuelve más familiar incorporando aspectos de su propio imaginario.

“A nivel empírico” se inician las etapas históricas de la Conquista y de la Colonización.

Al americano le llega un mundo, un meteórico mundo le aplasta exteriormente, le trastoca y le hiere, si bien entre las culturas prehispánicas, había también algunas que se erigían como conquistadoras, apropiándose, comerciando, ejecutando o esclavizando otros pueblos americanos.

Amos y esclavos alternativamente en sus propios mundos el europeo y el americano, encarnan esa figura histórica, ahora, de manera unilateral. El americano padece la dominación militar por la fuerza opresiva, y la conversión religiosa por la fe pasiva.

La historia de la Colonia es la descripción de la esclavitud de América. El haz de las historias particulares confluye en una macro historia de dependencia continental.

Sin embargo, gracias a esta terrible promiscuidad histórica la especie humana se vuelve más rica, más heterogénea, sus culturas se prodigan en simbiosis y sincretismos nuevos.

El crecimiento histórico de América determina un mosaico diverso que puede llamarse Euro-América.

“A nivel de la antropología”, en ese momento de la historia, el europeo lleva hasta el paroxismo la que puede designarse: concepción occidental del hombre<sup>5</sup>.

En general, esta concepción describe la modalidad de relacionarse con la naturaleza y con lo real desde una dicotomía radical: el hombre “ante” la naturaleza. Con base en esto, las actividades humanas de “aprehensión”, en sentido literal, con el fin de la sobrevivencia, devienen las acciones de “apropiación” en sentido social, que se prolongan en el papel del hombre, como conquistador de tierras, colonizador ávido, codicioso comerciante y dominador del hombre al fin. Al mismo tiempo, esta ambición significa la condena al exilio. El feroz conquistador arrastra el desgarramiento del exiliado.

“A nivel filosófico”, en nombre de la justicia y la religión se desata la polémica radical entre Fray Bartolomé de las Casas y el Doctor Juan Ginés de

Sepúlveda la cual, a su vez, ha sido muy debatida. Si emplazamos la polémica, reductivamente, en el suelo de una imaginaria representación teatral, se convierte en el enfrentamiento de dos personajes: un Fraile y un Doctor. Si la traducimos al lenguaje de la filosofía, se trata de la tradicional polémica de Teología *versus* Filosofía, Fe *versus* Razón, que tantas acusaciones, prisiones y hogueras costó al Renacimiento europeo<sup>6</sup>.

En este contexto nuestra reflexión toma como base la histórica polémica Sepúlveda-Las Casas. La agria disputa filosófica tiene alcances sociales radicales.

Sepúlveda desde la ortodoxia aristotélica, el derecho natural y el divino, arma una argumentación a favor de la Conquista y del sometimiento absoluto del autóctono, cuando en su *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios* sostiene:

Hay otras causas de justa guerra menos claras y menos frecuentes, pero no por eso menos justas ni menos fundadas en el derecho natural y divino; y una de ellas es el someter con las armas, si por otro camino no es posible, a aquellos que por su condición natural deben obedecer a otros y rehusan su imperio. Los filósofos más grandes declaran que esta guerra es justa por ley de naturaleza (SEPÚLVEDA, 1987, p. 81).

Accorralado por las críticas humanistas de Bartolomé de las Casas, Sepúlveda introduce un giro barroco de no más de un párrafo en su argumentación cuando sostiene que defender la Conquista no

6 A modo de un rápido bosquejo considérese la polémica de Abelardo sustentando una cortante dialéctica racional, contra San Bernardo el teólogo del amor, cuyas metáforas de la abeja y la miel le valieron el pseudónimo del “Dr. Melífluo”. Sin embargo, su “dulzura teológica” no le impide refutar la filosofía Abelardo y perseguir al mismo Abelardo; condena cuyo peso inapelable cae sobre el dialéctico trovador, desde el enorme poder político carismático de San Bernardo en el apasionante siglo XII. En el mismo siglo recuérdense las “riesgosas dificultades” sufridas por la mística, científica, artista y visionaria Hildegarda de Bingen quien fue apoyada por una carta de San Bernardo y socorrida por Guillermo “Barba Roja”. Piénsese en Nicolás de Cusa, en las tesis condenadas de Meister Eckhart, en la hoguera de Giordano Bruno, en la prisión perpetua de Galileo, cuyo ejemplo llevó a Descartes a ocultar de por vida su *Tratado del Mundo*, en el cual sostenía tesis afines con las del “peligroso” Galileo.

5 Al respecto puede consultarse Suzuki (1985, p. 9).



significa justificar los atropellos cometidos por sus ejecutores.

si son verdaderas ciertas relaciones de la conquista de Nueva España que hace poco he leído; ni nosotros disputamos aquí de la moderación ni de la crueldad de los soldados y de los capitanes, sino de la naturaleza de esta guerra referida al justo príncipe de las Españas y a sus justos ministros; y de tal guerra digo que puede hacerse recta, justa y piadosamente y con alguna utilidad de la gente vencedora y mucho mayor todavía de los bárbaros vencidos. Porque tal es su naturaleza, que con poco trabajo y con muerte de pocos pueden ser vencidos y obligados a rendirse (SEPÚLVEDA, 1987, p. 99).

En 1502, llega a América Bartolomé de las Casas. En 1513 se siente transformado por una voz que cambia el curso de su existencia. El benevolente y justo español, en un día extraordinario, se siente poseído por una “santa furia”, despliega el torbellino de su misión en disputas, arbitrios, predicaciones, amonestaciones, reprimendas. Nada ni nadie pudo detener la fuerza avasallante de ese espíritu de justicia en un tiempo de opresión. Su grito de denuncia y dolor se escucha en sus palabras cuando declara:

La causa porque han muerto y destruido tantas y tales y tan infinito número de ánimas los cristianos, ha sido solamente por tener por su fin último el oro, y henchirse de riquezas en muy breves días, y subir a estados muy altos y sin proporción de sus personas, conviene a saber, por la insaciable codicia y ambición que han tenido, que ha sido mayor que en el mundo ser pudo, por ser aquellas tierras tan felices y tan ricas, y las gentes tan humildes tan pacientes y tan fáciles a sujetarlas, a las cuales no han tenido más respeto, ni de ellas han hecho más cuenta ni estima [...] no digo que de bestias, porque pluguiera a Dios que como a bestias las hubieran tratado y estimado; pero como y menos que estiércol de las plazas (DE LAS CASAS, 1982, p. 8).

He ahí que la defensa filosófica del “partido de la fe” es asumida por un fraile peculiar: un luchador arrojado, un defensor de los derechos del indio, un humanista cabal.

Fray Bartolomé de las Casas desde un profundo amor cristiano, basado en su fe inmovible y,

en un humanismo acendrado, esgrime su discurso contra la esclavitud en aras del respeto a la libertad, lanza su llamado a la tolerancia, proclama la igualdad y la fraternidad entre los hombres. En la segunda mitad del siglo XVI, de las Casas, desde su religión y para ella, se anticipa en dos siglos, en su concepción del hombre y de los que se reconocerán como “derechos humanos”, al ideario laico de la Revolución Francesa de 1789 concentrado en su lema: “libertad, igualdad, fraternidad”, ideal lejano aún a la *in*-humanidad de nuestro siglo XXI<sup>7</sup>.

Un humanista francés, Michel de Montaigne, prácticamente contemporáneo a de las Casas y a Sepúlveda, desde su distante geografía, en sintonía con su tiempo, se compromete radicalmente en la compleja discusión filosófico-social imperante. Su reflexión se centra en torno del Canibalismo en el Nuevo Mundo; sin embargo, sus alcances tocan al tema tan candente hoy de la diversidad y las diferencias; y defiende el respeto y la tolerancia radicales. El asunto del Canibalismo llega a oídos de los europeos levantando censuras, diatribas y polémicas. Montaigne (1969), con la lucidez que lo caracteriza, asume una postura de sabia ecuanimidad, redundante en una crítica acerba a la intolerancia y la soberbia reinantes en Europa. Su argumentación se funda en ubicar el hecho contingente del Canibalismo en el contexto

7 A partir de esta polémica, la filosofía latinoamericana sigue su curso, rico en aportaciones, cercano al de las grandes corrientes de la filosofía occidental. Así por ejemplo, en torno de 1850, en general, la filosofía académica asume el racionalismo, como afirma Arturo Ardao (1962, p. 83): “Durante la Colonia, bajo el imperio del catolicismo hispano y de la escolástica, sólo conoció Latinoamérica el racionalismo religioso bajo la forma de gérmenes o atisbos contenidos en las luchas internas de tendencias dentro de la Iglesia. La Revolución, con su filosofismo iluminista, trajo en todas partes la hegemonía de un catolicismo liberal que se abre a la idea de tolerancia y proclama las libertades de conciencia y de cultos. Da lugar aún a reacciones anticlericales [...] Pero es recién cuando el romanticismo que el racionalismo propiamente dicho se hace presente. Dominó la generación romántica la preocupación por alcanzar la emancipación espiritual o mental, como complemento de la política”. La Filosofía en México sigue un abanico muy amplio de corrientes filosóficas, desde la Colonia hasta hoy, entre la compleja constelación de pensadores sobresalen Samuel Ramos y José Vasconcelos y, la figura crucial de Leopoldo Zea como el despertar de la conciencia lúcida de la filosofía latinoamericana en general.

de la historia, de manera de situar el acontecimiento singular en el devenir de la especie humana universal. En tal sentido sostiene:

Ahora bien, encuentro que no hay nada de bárbaro o de salvaje en esa nación, según lo que me han contado, sino que cada uno llama barbarie lo que no es su costumbre; como en realidad, parece que no tenemos otra mira de la verdad y de la razón que el ejemplo y la idea de las opiniones y usos del país donde estamos. [...] No estoy decepcionado que notemos el horror de la barbarie que existe en tal acción, sino que, juzgando las culpas de ellos, seamos tan ciegos para las nuestras. Pienso que existe más barbarie en comer un hombre vivo que en comerlo muerto; en despedazarlo por tormentos y molestias en su cuerpo aún lleno de sentimientos, [...] en hacerlo morder y morir por los perros y los puercos (como lo hemos no solamente leído, sino que está fresco en nuestra memoria, y no con enemigos antiguos, sino entre vecinos y conciudadanos; y lo que es peor, bajo pretexto de piedad y de religión) (MONTAIGNE, 1969, p. 254-258)<sup>8</sup>.

Si llevamos aún más lejos esta reflexión, es preciso concluir que tampoco todos los pueblos prehistóricos vivían una vida tan bucólica como la descrita por de las Casas<sup>9</sup>.

8 Cf. *Des Cannibales*, Chap. XXXI, "Or je trouve [...] qu'il n'y a rien de barbare et de sauvage en cette nation, à ce qu'on m'en a rapporté, sinon que chacun appelle barbarie ce que n'est pas de son usage; comme de vray, il semble que nous n'avons autre mire de la vérité et de la raison que l'exemple et idée des opinions et usances du país où nous sommes [...] Je ne suis pas marry que nous remerquons l'horreur barbaresque qu'il y a en une telle action, mais ouy bien dequoy, jugeans bien de leurs fautes, nous soyons si aveuglez aux nostres. Je pense qu'il y a plus de barbarie à manger un homme vivant qu'à le manger mort, à deschirer par tourments et par géenes un corps encore plein de sentiment, ... le faire mordre et meurtrir aux chiens et aux pourceaux, (comme nous l'avons non seulement leu, mais veu de fresche memoire, non entre des ennemis anciens, mais entre des voisins et concitoyens, et, qui pis est, sous pretexte de pieté et de religion".

9 Tómese como ejemplo la "guerra florida" de los aztecas, por la cual, en aras de la religión conquistaban otros pueblos de la región, los sometían, les imponían fuertes tributos, tomaban esclavos y, de entre ellos elegían sus víctimas propiciatorias, llevándolos al sacrificio sagrado. Las prácticas de arrancar el corazón de los elegidos para alimentar con sangre la vida del sol, tanto como las de deshollar vivas a las víctimas, para cubrirse con su piel caliente se llevaba a cabo con la convicción inamovible de la religión.

La fecundación, gestación y nacimiento de nuestro Nuevo Mundo no es sino un ejemplo, un caso histórico entre todas las historias de los pueblos en las cuales la diversidad de las formas de la violencia, la guerra y la crueldad están presentes.

No hay noticia de cultura, ni pueblo, ni época en los que haya estado ausente alguna forma de violencia y sometimiento.

Kant (1981) sostiene que a esta especie le es inherente un antagonismo que él llama la "insoportable-sociabilidad". Y continúa Kant (1981): "*El hombre es un animal que, cuando vive entre sus congéneres, necesita de un señor*"<sup>10</sup>. Cerca de, pero no con, Kant concluyo que de la historia se puede inferir la presencia diversa pero constante del antagonismo y la dominación en todas las culturas de todos los tiempos.

Por consiguiente, sostengo que la violencia, la guerra y la crueldad han caracterizado a esta desdichada especie mal auto-llamada "humana".

Sin embargo, esta especie es imaginante y, al "homo imaginans", (LAPOUJADE, 1988) al que debemos los más diversos imaginarios culturales del pasado, le corresponde, en el presente, el heroico desafío de proponer un futuro posible para la humanidad. Una humanidad futura de cara a la vida y no hacia la muerte y la destrucción.

Llegados a este momento, es preciso abrir el otro extremo del compás a partir del cual esbozamos una propuesta, sobre la base de esta premisa inicial que extraemos de nuestra *Filosofía de la imaginación*.

"El hombre deviene humano cuando imagina" (LAPOUJADE, 1988, p. 193).

En este terreno hay mucho por hacer, hasta la propia humanidad está todavía por construirse como tal. Novalis sostiene:

"El hombre no está destinado únicamente a la ciencia: el hombre debe ser hombre; está destinado a la humanidad" (NOVALIS, 1984, p. 72).

Es decir, la humanidad es un destino por alcanzar y no un punto de partida dado. Nosotros hoy,

10 Cf. Cuarto principio, p. 46, y Sexto principio, p.50.

en América Latina no somos una excepción, pertenecemos a la especie. Nos toca hoy la difícil responsabilidad de buscar, de construir, con respeto de las infinitas diferencias, de las diversidades de todo orden que caracterizan a nuestro Continente (LEVI-STRAUSS, 1984), nuestra contribución a la unidad plural de la futura humanidad, la que conviva sin necesidad de “un señor”.

En tal sentido, es preciso partir de una concepción de la especie humana. Esto es una especie biológica, con lo que ello implica de universalidad. No se trata de regresar a la “noción moderna” de universalidad como el concepto de hombre entendido como una abstracción indeterminada de máxima extensión. Se trata de la especie biológica llamada humana, con una serie de determinaciones, entre las cuales, una clave es la función humana de imaginar. Ella pertenece a los rasgos de la especie. Sin embargo, a lo largo de la historia esta fuerza de configurar, de plasmar pensamientos en imágenes, de crear signos, símbolos, mitos, alegorías etc, se ha vertido en la diversidad de las culturas, de las maneras más peculiares. Más aún, cada individuo tiene la capacidad irreplicable, diversa, de ejercer esta fuerza mental, esta función subjetiva de una manera absolutamente única, que le es propia, como su rostro. No hay dos rostros idénticos, no hay dos individuos idénticos, tampoco hay dos imaginaciones idénticas. Cada individuo de la especie tiene su ecuación personal.

Este es el extremo de la diversidad infinita, de los infinitos puntos humanos en el cosmos.

En nuestro tiempo, nuestra especie siembra la desolación.

Es una especie muy peculiar pues la fuerza de su imaginación puede dirigirse no a la construcción, sino a la destrucción, a la muerte. Esta es una de las patologías de la especie; es la peste de nuestro tiempo.

En ese proceso de destrucción inexorable, pergeñado por una imaginación entrópica, el hombre en nuestros tiempos parece estar haciendo los mayores esfuerzos para lograr invertir la maravilla del

pensamiento griego y para convertir el “cosmos”, en “caos”.

La “filosofía posmoderna”, pienso, no es sino el testimonio teórico de este estado de cosas.

Debemos precisar que el respeto a las diferencias y las diversidades, no significa sostener una visión posmoderna del hombre.

No aceptamos ni la universalidad vacía de la modernidad, ni tampoco esa triste figura del hombre posmoderno descompuesto en singularidades, fragmentos resultantes del estallido cultural de esa universalidad pulverizada, partículas azarosas, contingentes, sueltas, sin figura ni sentido, vagando en el cosmos, empujadas por el viento.

### ¿Qué hacer ante la diáspora teórica de la posmodernidad?

“La tarea fundamental para la filosofía hoy, pienso, es la de ‘recoger los pedazos’, hilvanar los jirones y volver a armar el mundo y la cultura. Recuperar nuevas alternativas de universalidad, una universalidad dinámica, proteica, abierta y plural” (LAPOUJADE, 1992, p. 14-15; 1993, p. 15).

A pesar de todo, el “homo imaginans” vive en sociedades, construye culturas y, se construye a sí mismo en esas culturas.

### La construcción hacia la vida, el ser-para-la-vida es la salud de la especie.

Hablemos de salud, no de enfermedad, de profilaxis no de cura.

### ¿Qué entendemos por homo imaginans?

Entendemos esa especie cuya libertad creadora, constructiva se despierta, se fecunda, se despliega, se expande con la chispa incandescente de la imaginación.

Entonces, la pregunta previa es:

### ¿Qué entendemos por imaginación?

En un sentido básico, por **imaginación**, entendemos:

una función psíquica compleja, dinámica, estructural (en el sentido de: dotada de organicidad en sus operaciones), cuyo trabajo consistente en producir – en sentido amplio – imágenes, puede realizarse provocado por motivaciones de diverso orden: perceptual, mnémico, racional, instintivo, pulsional, afectivo, etc; consciente o inconsciente; subjetivo u objetivo (entendido aquí como motivaciones de orden externo al sujeto, sean naturales o sociales). La actividad imaginaria puede ser voluntaria o involuntaria, casual o metódica, normal o patológica, individual o social. La historicidad le es inherente, en cuanto es una estructura, una forma procesal perteneciente a un individuo social. La imaginación puede operar volcada hacia o subordinada a procesos eminentemente creativos, pulsionales, intelectuales, etc; o en ocasiones es ella la dominante y, por ende, guía los otros procesos psíquicos que en estos momentos se convierten en sus subalternos.

La imaginación actúa en diversos niveles y contextos. En la vida de vigilia participa en preceptos, recuerdos, conceptos, lenguaje [...], en el ensueño, en el sueño, en la creación artística o en la invención científica; en las creencias colectivas, en los mitos, en los proyectos utópicos. En rigor, *no queda rincón de la actividad humana que no esté penetrado por procesos imaginativos* (LAPOUJADE, 1988, p. 21-22).

La actividad originaria, primaria, de la imaginación consiste en producir **imágenes**.

Si lo proponemos en una analogía afirmamos: así como la glándula lacrimal segrega lágrimas, la imaginación segrega imágenes.

Más fácil aún, incluso trivial: la memoria, recuerda; la razón, razona; la imaginación imagina.

Si damos ahora un salto acrobático desde la mayor simplicidad hasta el extremo de la máxima complejidad, constatamos que la tesis perogrullesca, “la imaginación imagina”, adquiere un espesor, un calado muy hondo, pues significa sostener que toda imagen, de cualquier orden y modalidad que podamos detectar en el mundo contemporáneo, desde las imágenes oníricas, poéticas, religiosas, científicas, artísticas, hasta las delirantes, o las de los cuentos de hadas o necrofílicas, televisivas, y aun virtuales resultan ser el estallido concreto, la energía objetivada, las condensaciones diversas de la fuerza origi-

naria de la imaginación. Entonces, lo obvio se vuelve radical.

### ¿Qué entendemos por imagen en sentido básico?

“Por imagen entiendo, en el presente contexto, representaciones configurativas de objetos, sean éstos formales, materiales, conceptuales, ideales o lingüísticos. Estén esos objetos presentes o ausentes, sean ‘reales’, ficticios o utópicos; en fin, existentes o inexistentes” (LAPOUJADE, 1992, p. 1; WÜNNENBURGER, 1997, 1995 e 2000).

Es importante establecer una distinción entre imaginación y fantasía. La imaginación todavía trabaja con respecto a una realidad dada, que caleidoscópicamente reordena, re-estructura, re-crea. La imaginación propone “la alteración” de lo real.

La fantasía propone otra realidad, un mundo fantástico, donde los objetos están sujetos a sus propias reglas de juego, las normas de su realidad. La fantasía ofrece una “alteridad” (LAPOUJADE, 1988, p. 135).

Esta distinción inofensiva para discernir, por ejemplo, formas de arte, se transmuta en una cuestión radical cuando se trata del universo mítico, de los sistemas físicos, de las geometrías o de la invención del Nuevo Mundo.

La propuesta de relectura que realizamos en la primera parte de esta exposición permite afirmar que la imagen del Nuevo Mundo y su nombre América, remiten a varios universos imaginarios científicos, de modo que pueden ubicarse en el contexto de los trabajos metódicos de la imaginación con miras a la comprensión de lo real.

En este sentido, puede afirmarse que la imaginación es un desafío del hombre a la realidad.

Con respecto a la constitución de su propia subjetividad, la imaginación, en cuanto energía constructora de la identidad de la mente a la vez individual, social y de la especie, es una fuerza que pone los límites en el seno del yo, para transgredirlos en un movimiento infinito.

En tal sentido Recondo (1997) en su obra – por otra parte, imprescindible – cuyo título es: *Identidad, integración y creación cultural en América Latina. El desafío del MERCOSUR*, incluye una referencia a mi concepción del hombre, en la que acentúa el momento del trabajo de la imaginación consistente en poner límites, pero prescinde, no obstante, del aspecto que yo incluyo como complementario, inherente y específico de las actividades de la imaginación, las cuales se manifiestan en su calidad de energía transgresora de todo límite<sup>11</sup>.

Explicado en síntesis, yo sé que soy yo, en la totalidad de mi singularidad, esto es, me identifico conmigo misma. Este proceso es universal, vale para todo sujeto posible en cualquier circunstancia posible, tal como  $2=2$  tiene un valor universal, se sepan o se ignoren las matemáticas. En igual forma, el yo se identifica consigo mismo, es decir: yo=yo. Esto implica una acción de identificar y de identificarse, esto es, de recortarse de todo lo que no es yo, más aún, de ponerse límites, de configurarse, de establecer figurativamente sus fronteras, es decir de imaginarse yo.

En ese mismo acto, el yo ha saltado por sobre sus propios límites para encontrarse con otros límites, los del no-yo, que puede ser, el otro. Entonces, ha transgredido su autolimitación en el mismo acto de erigirla. En este proceso, recibe la imagen perceptiva del otro, la cual desencadena un denodado trabajo de imaginar al otro, para conocerlo, para “saber a qué atenerse”; pero, además, para autoafirmarse a través del espejo del otro.

Vayamos rápidamente al primer extremo del compás; imagínense ustedes ahora el horror de Sepúlveda al tener que autoafirmarse a través de la imagen del indio, a quien veía con desprecio, como un mono, un ser irracional y bárbaro<sup>12</sup>.

11 Lapoujade, 1988, cap. 3, I, de la Imaginación psicológica a la trascendental (p. 152 y sigs). Cf. Recondo (1997, p. 101), la obra imprescindible para la reflexión sobre América Latina que con exhaustiva minuciosidad emprende.

12 Cf. Sepúlveda (1987, p. 109): “El tener casas y algún modo racional de vivir... sólo sirve para probar que no son osos, ni monos, y que no carecen totalmente de razón”.

Su imagen del otro debe ser transgredida pero ahora como guía para su sometimiento real.

Esa insoportable imagen del otro no puede permitirse como espejo.

Sin embargo, Sepúlveda no es sino un triste ejemplo, porque la imaginación, como no podía ser de otro modo fue una fuerza mental humana primordial, y sus imágenes, claves imprescindibles para aproximarse a una comprensión de este complejo proceso histórico. En este sentido me permito una cita de Lima (1984, p. 464), que suscribo totalmente: “En América, en los primeros años de la conquista, la imaginación no fue ‘la loca de la casa’, sino un principio de agrupamiento, de reconocimiento y de legítima diferenciación”.

Con respecto a ese lento proceso intercultural a nivel de las imágenes, comienzan a aparecer imágenes complejas con base en la coexistencia de imaginarios diferentes, por ejemplo, la iglesia de Tonanzintla en Puebla. Es ella un ejemplo de síntesis de imágenes, en que aparecen ángeles emplumados, profusión de flores policromas y bandejas con frutas exuberantes. En calendarios tradicionales mexicanos se muestran imágenes de indígenas, con su tez y su atuendo, pero con rasgos faciales europeos. Además se encuentran simbiosis, amalgamas, fusiones de imágenes etc.

Todo lo cual reitera nuestra tesis del papel eminentemente fecundante de los encuentros interculturales, por cruentos que hayan podido ser.

En tal sentido, volvemos a un bello pasaje de Lima (1984, p. 467), donde afirma:

Lo que hemos llamado la era americana de la imagen tiene como sus mejores signos de expresión los nuevos sentidos del cronista de Indias, el señorío barroco, la rebelión del romanticismo. Ahí la imagen actúa como un *quantos* que se convierte en un *quale* por el hallazgo de un centro y la proporcionada distribución de la energía. El destierro y el cautiverio están en la misma raíz de esas imágenes. El cronista de indias trae sus imágenes ya hechas y el nuevo paisaje se las resquebraja. El señor barroco comienza su retorcimiento y rebrillo anclado en los fabularios y los mitos grecolatinos, pero muy pronto la incorporación de los elementos fitomor-

fos y zoomorfos que están en su acecho, lagartos, colibríes, coyotes, ombú, ceiba, [...] crean nuevos fabularios que le otorgan una nueva gravitación a su obra.

Si regresamos desde ese extremo del compás, a la actualidad, es preciso continuar, en extensión y profundidad este complejo movimiento histórico de **integración creadora**.

El Encuentro de Europa con América no es una mera violación; es un encuentro fecundante, la simbiosis de todas las ricas energías de la historia asiático-europea, vertidas en las energías de nuestras culturas. En tal sentido hago propia la afirmación de Víctor Massuh, recogida en la obra de Recondo (1997, p. 101): “Ni la idolatría de lo ajeno, ni su rechazo resentido: he ahí las dos trampas de la frustración americana”.

Citando ahora a Recondo (1997, p. 94), “Esa filosofía integradora (se refiere a Ricardo Rojas a quien cita en lo que sigue) no rechaza lo europeo: lo asimila; no reverencia lo americano: lo supera”.

La especie humana considerada en cuanto imaginante, ofrece un suelo propicio para hacer germinar filosofías y actitudes recuperadoras del rico pasado en imaginarios, de Europa y América; en pintura por ejemplo, es el caso del muralismo mexicano de Diego Rivera o de David Alfaro Siqueiros, entre otros más. Como bien dice Fernando Aínsa (1997, p. 108):

El rico circuito entablado entre ambos – imaginario y realidad – es parte del motor de la historia americana, hecha no sólo de los sueños no cumplidos, sino de la esperanza objetivada y arrebatada con energía a un espacio no siempre tan generoso y paradisíaco como se creyó en un principio y a un tiempo histórico no siempre dispuesto a darle legitimidad a los productos de la imaginación.

En el imaginario pictórico, pienso que la obra del uruguayo Joaquín Torres García, el fundador del “Constructivismo Universal”, precisamente porque reúne los niveles científico-artísticos, filosófico-ocultista, racional-simbólico, geométrico-vital, prehispánico-europeo, puede considerarse como un

paradigma puesto en imágenes, de la concepción filosófica que proponemos como una vía para no dejar perder nada de nuestra rica complejidad americana.

Esa misma especie, con esa potente capacidad de imaginar puede todavía intentar una reacción vital, una reacción hacia la vida, hacia la construcción, hacia el futuro.

Esto es posible en la medida en que tomemos como eje de nuestra antropología la concepción de un “homo imaginan”, porque la imaginación humana es una avasallante fuerza transgresora por excelencia. Una fuerza que no se arredra ante ningún límite, antes bien, lo niega, lo rechaza, y propone una alternativa que extrae de sí, de esa chispa inextinguible de la que brotan imágenes con las que el hombre se trasciende a sí mismo, en la santidad, la heroicidad, la verdad y el arte. Y, así, trasciende lo inmediato para proponer nuevas realidades.

El hombre concebido como imaginante es libre y, precisamente por ello, puede proponer diversos mundos de libertad.

Es un hombre de pie, con su mirada en un horizonte de posibles. Puede aún inventarse un futuro, puede imaginarse vivo y quizás, llegar a crear otra constelación de imágenes como el montaje de una nueva utopía, porque no olvidemos que la utopía es un dinamo de todo presente, es un núcleo de energía que impulsa hacia el porvenir.

No olvidemos nuestro epígrafe inicial: “lo que hoy es evidente, antes, una vez, fue imaginario”: si nos desplazamos vertiginosamente con el vehículo temporal de la imaginación humana y, si el antes lo convertimos en hoy, entonces podemos concluir, parafraseando a Blake (1996), que **lo que hoy es imaginario mañana será evidente**.

## REFERÊNCIAS

AÍNSA, Fernando. *La reconstrucción de la utopía*. México: Ediciones UNESCO, 1997.

ARDAO, Arturo. *Andrés Bello: filósofo*. Caracas: [s.n.], 1986.

ARDAO, Arturo. *España, en el origen del nombre América Latina*. Montevideo: Biblioteca de Marcha: Facultad de Humanidades y Facultad de Ciencias Sociales, 1992.

\_\_\_\_\_. *Racionalismo y liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República, 1962.

\_\_\_\_\_. *Romania y América Latina*. Montevideo: Biblioteca de Marcha: Universidad de la República, 1991.

BLAKE, William. *Antología bilingüe*. España: Alianza Editorial, 1996.

BUBER, Martín. *Qué es el hombre? Breviario*, México: FCE, n. 10, 1964.

COSTA-AMIC, B. *La mallorquinidad (catalanidad o hispanidad) de Colom*. México: Costa-Amic Editores, 1992.

CUMMINS, Thomas. *La representación en el siglo XVI: la imagen colonial del Inca*. In: URBANO, Enrique (Comp.). *Mito y simbolismo: la figura y la palabra*. Cusco, Perú: Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de las Casas", 1993.

DE LAS CASAS, Bartolomé, Fray. *Doctrina, coordinación de humanidades*. [S.l.]: UNAM, 1982.

GOETHE, J. W. *Conversaciones con Eckermann en las Obras Completas*. Madrid: Editorial Aguilar, 1990.

KANT, I. *Idea de una historia universal en sentido cosmopolita (1784)*. *Filosofía de la Historia*, México: FCE, n. 147, 1981.

\_\_\_\_\_. *Kritik der reinen vernunft*. Hamburg: Verlag von Felix Meiner, 1930.

KOYRÉ, Alexandre. *Del mundo cerrado al universo infinito*. México: Editorial Siglo XXI, 1979.

LAPOUJADE, María Noel (Comp.). *Espacios imaginarios*. [S.l.]: FFYL-UNAM, 1999.

\_\_\_\_\_. *Imagen, signo y símbolo*. México: FFYL- BUAP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Tiempos imaginarios: ritmos y ucronías*. México: FFYL-BUAP, 2002.

LAPOUJADE, María Noel. *Filosofía de la imaginación*. México: Editorial Siglo XXI, 1988.

LAPOUJADE, María Noel. *Imagen y temporalidad*. *Revista Mayéutica*, México, v. 6, n. 19, p. 15, 1993.

\_\_\_\_\_. *Imagen y temporalidad*. *Revista Relaciones*, Montevideo, n. 98, p. 14-15, jul. 1992.

\_\_\_\_\_. *Interprétation mythique des forces destructrices de la nature au Mexique*. In: PÉRARD, Jocelyne; PERROT, Maryvonne (Dir.). *L'Homme et L'Environnement: histoire des grandes peurs et géographie des catastrophes*. Université de Bourgogne, Centre Gaston Bachelard de Recherches sur l'imaginaire et la Rationalité, Dijon, août 2003.

\_\_\_\_\_. *Tiempos cósmicos y transgresiones imaginarias*. In: LAPOUJADE, M. N. (Comp.) *Tiempos imaginarios: ritmos y ucronías: memorias del III Coloquio Internacional de Estética que bajo el mismo nombre organizara en la UNAM en agosto*. México: FFYL-BUAP, 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. *El pensamiento salvaje*. *Breviario*, México: FCE, n.173, 1984.

LIMA, José Lezama. *Imagen de América Latina*. In: MORENO, César Fernández. (Coord.). *América Latina en su Literatura*. México: UNESCO: Editorial Siglo XXI, 1984.

MONTAIGNE, Michel de. *Essais: libro 1*. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

NOVALIS, F. W. von Hardenberg. *Los cuadernos de Freiberg, (1798-1799)*. In: PABLOS, Juan (Ed.). *Fragmentos*. México: [s.n.], 1984.

O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América*. *Lecturas Mexicanas*, [S.l.]: SEP-FCE, n. 63, 1958.

RECONDO, Gregorio. *Identidad, integración y creación cultural en América Latina: el desafío del Mercosur*. Argentina: UNESCO: Editorial de Belgrano, 1997.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*. México: FCE, 1987.

SUZUKI, D. T. *Conferencias sobre Budismo Zen: oriente y occidente*. In: SUZUKI, D. T.; FROMM, Erich. *Budismo zen y psicoanálisis*. México: FCE, 1985. p. 9.

WÜNENBURGER, Jean-Jacques. *L'homme à l'âge de la télévision*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

WÜNENBURGER, Jean-jacques. **Philosophie des images**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

\_\_\_\_\_. **La vie des images**. Paris: Presses Universitaires de Strasbourg, 1995.





# Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli\*

Soraya Fleischer – UFRGS

## RESUMO

Há alguns temas e situações, ligadas ao universo feminino tunisiano, que aparecem recorrentemente em dois filmes da aclamada diretora tunisiana Moufida Tlatli: *Os silêncios do palácio* e *Tempo de espera*. Neste artigo, proponho apresentar estas similaridades, à luz de um recortado arsenal conceitual da Antropologia do Corpo e de uma abordagem metodológica que elabora três simbologias do corpo: o corpo individual, o corpo social e o corpo político. Deixar enunciados do senso comum sobre as mulheres árabes e pautar-se por uma maior diversidade de concepções, por exemplo, de corpo, pessoa e saúde, são duas medidas para distanciar-se de análises reducionistas sobre países do Maghreb.

Palavras-chave: Antropologia do corpo. Tunísia. Moufida Tlatli.

## ABSTRACT

There are some themes and situations, related to the Tunisian female universe, that appear recurrently in two films of the acclaimed Tunisian director Moufida Tlatli, *The silences of the palace* and *The season of men*. In this article, I propose to present these similarities in the light of a selected conceptual arsenal of the Anthropology of the Body and within a methodological approach that elaborates three simbologies for the body: the individual body, the social body and the political body. To leave behind common sensical enunciations about arab women and to follow a greater diversity of conceptions (for example, of body, personhood and health) are two initiatives in order to distance oneself of reductionist analysis about the Maghrebian countries.

Key words: Anthropology of the Body. Tunisia. Moufida Tlatli.

\* Agradeço as sugestões de Ceres G. Victora e de minha estimada amiga Virginia Leal, importante interlocutora que me brindou com a linda citação de Stella Florence.

Cante para mim  
Cante e lhe darei meus olhos  
Os homens a explicarão aos djins<sup>1</sup>  
Os que partem contarão aos que chegam  
A canção é a vida da alma  
Ao escutarem-na, os doentes se curam  
A música emenda os corações rompidos  
Que os médicos não conseguem curar  
A escuridão da noite ilumina-se aos olhos dos amantes  
A Tunísia parece ofuscada  
Sua tristeza se desfaz em raios que abalam o céu e  
apagam as estrelas.

(Música cantada por Alia na festa de noivado de Sarra,  
*Os silêncios do palácio*)

Eles foram para o mar  
Faz três dias que os espero  
Foram para o mar pescar  
Mas em vez de fisgarem peixes voltaram com três sereias.

(Música cantada pelas mulheres enquanto enxáguam a  
henna dos cabelos, *Tempo de espera*)

Há alguns temas e situações, ligadas ao universo feminino tunisiano, que aparecem recorrentemente em dois filmes da aclamada diretora Moufida Tlatli, *Os silêncios do palácio* e *Tempo de espera*. Neste artigo, pretendo apresentar estas similaridades, à luz de um recortado arsenal conceitual da Antropologia do Corpo e da Saúde, com um duplo intuito. Primei-

<sup>1</sup> Os *djins* são criaturas mitológicas, estranhas e maravilhosas das lendas árabes. São “espíritos invisíveis que vivem na terra e se acredita que sejam capazes de entrar ou dominar o corpo de uma pessoa” (MESSINA, 1988, p. 41, tradução minha). Texto original: “Invisible spirits who live on earth and are believed to be able to enter or take possession of a person’s body” (MESSINA, 1988, p. 41). Os dois filmes são em árabe e todo o entendimento dos diálogos se deu a partir das legendas em português.

ro, tomar uma obra de arte como uma possível base empírica sobre a sociedade que se pretende conhecer e, segundo, testar a aplicabilidade deste arsenal conceitual para um outro contexto sociocultural.

Há uma escassez generalizada de bibliografia na área das Ciências Humanas sobre o Oriente Médio, o que repercute no pequeno número de pesquisadores, linhas de pesquisa e centros de estudos sobre o tema. Uma aproximação via o cinema é uma opção para driblar esta lacuna e fornecer uma fonte alternativa de informação e inspiração.

Um filme, assim como um romance, poesia ou música, pode apresentar uma realidade, assim como uma ante-sala se presta a uma visita. Um primeiro contato com uma cultura, por meio de biografias, ficcionais ou não, permite conhecê-la pelo viés do depoimento, do sentimento, da experiência. Um filme, por exemplo, permite que o observador acione sua própria sensibilidade a fim de conhecer o outro. Este primeiro encontro com a alteridade acontece de forma mais espontânea, semelhante, mesmo que modestamente, ao que acontece no cotidiano. Assim, num primeiro encontro, ao invés de ler sobre uma pessoa, convive-se com ela num bar, parque ou fila de banco. É isso também o que permite um filme: aproximar-se de uma cultura via as emoções e percepções do visitante. Com as imagens dos filmes, deixo a Tunísia entrar pelos sentidos, antes que adentre por construções mentais como conceitos e categorias.

Contudo, mais do que um vestíbulo, um filme permite, pela natureza plástica e concreta das imagens, a observação de outros dados, a rigor transmitidos de forma limitada pelo veículo da palavra. A aproximação acontece por outras linguagens que não a escrita, tão comum no meio acadêmico. Assim, vemos os contornos dos corpos, as fisionomias, as formas de adorno, os movimentos de músculos, olhares e tecidos, a decoração das casas e cômodos, as cores das peles, das comidas, das flores. A imagem oferece muitas outras informações.

Por fim, apesar de ficcionais, acredito que os dois filmes analisados aqui sirvam a uma apro-

ximação da cultura tunisiana. Há práticas bastante repetidas que indicam tanto a opção narrativa da diretora quanto a proximidade com a realidade social do país retratado. Sigo estas pistas. Primeiro, apresento rapidamente a trajetória profissional da diretora e uma sinopse da história de cada película. Depois, discuto três blocos de idéias a respeito das personagens femininas e seus corpos. Por fim, amalgamo estes ingredientes com o intuito de orientar minha observação dos mundos femininos magrebinos.

## A DIRETORA E SEUS FILMES

Moufida Tlatli nasceu na Tunísia, mais precisamente na cidade de Sidi Bou Said, hoje proeminente referência turística. O jornalista Peter Lennon descreve a época na qual ela cresceu, a partir da perspectiva feminina:

Filha da geração Bourguiba, cresceu sob a influência do presidente tunisiano que ganhou a independência da França em 1957 e introduziu um regime secular com uma série de leis que, em teoria, catapultaram as mulheres tunisianas do século XIV ao século XX. Neste regime, a poligamia foi ilegalizada; mulheres poderiam processar seus maridos adúlteros; o véu passou a ser opcional; as mulheres poderiam trabalhar com médicas, advogadas e até motoristas de carros – um grande tema nos países árabes. O processo foi levado adiante por seu sucessor, o presidente Ben Ali<sup>2</sup>.

Depois, ela se casou com um conterrâneo e teve duas filhas. Deixou-as com a mãe enquanto foi estudar em Paris e, em 1968, formou-se no conceituado Institut des Hautes Etudes Cinématographiques (IDHEC). Ela foi responsável pela montagem

2 Texto original: "Child of the Bourguiba generation, growing up under the influence of the Tunisian president who won independence from the French in 1957 and introduced a secular regime with a series of laws which, in theory, catapulted Tunisian women from the 14th century into the 20th. In this regime, polygamy was outlawed; women could sue an adulterous husband; the veil become optional; women could practice as doctors, lawyers and even drive cars – a big issue in Arab countries. The process was continued by his successor, President Ben Ali" (LENNON, 2001).

dos mais recentes e renomados filmes árabes. Apesar da falta de apoio público tunisiano ao cinema, “uma nova geração de poderosos criadores tem surgido nos anos de 1980 e 1990”<sup>3</sup>. E Tlatli compõe esta geração:

Os cineastas tunisianos se mostraram sensíveis a seus públicos. Na última década, eles trataram de temas geralmente tidos como tabu no cinema árabe, como sexualidade, divórcio e até abuso sexual infantil, e eles têm sido encorajados pelo contínuo interesse demonstrado pelos públicos locais<sup>4</sup>.

Em 1993, lança *Os silêncios do palácio*, seu filme de estréia como diretora, que é “um dos seis importantes filmes realizados por diretoras na Tunísia”<sup>5</sup>. O filme foi aclamado e premiado pela Câmera D’Or e pelos Festivais de Cinema de Cannes, Istambul e Toronto. Em 2000, chega ao público seu segundo filme, *Tempo de espera* que recebeu vários prêmios no Festival de Cinema de Língua Francesa de Namur, na Bélgica.

Antes de passar à análise dos filmes, cabe apresentar ligeiramente suas estruturas narrativas. Em *Os silêncios do palácio*, em meio aos inflamados conflitos em prol da independência da Tunísia, que finalmente culminou em 1957, no interior de um palácio aristocrático na capital, adolece, com todas as inquietações que são próprias da idade, uma garota chamada Alia. Filha de Khedija, uma das criadas do palácio, a protagonista se esforça para compreender as complexidades que se escondem por trás de pesadas cortinas de hierarquia, ostentação e decoro que caracterizam os andares mais altos do palácio. Nas dependências do suntuoso palácio, além de sua mãe,

há outras criadas: Hadda, a criada mais antiga e mãe de Houssine, Habiba com seu filho ainda guri, Fella, jovem e sensual *habituée* dos quartos dos beis<sup>6</sup>, Mroubia, que espera ansiosa por um pretendente, Apple, uma criada anã, e Chemchouma, a empregada mais ácida e crítica do grupo. No “andar de cima”, há duas famílias centradas nas figuras de dois proeminentes príncipes: Sid Ali e Si Bechir. Sid Ali é casado com Jneina, que se esforça, em vão, por lhe dar como filho, de preferência, um menino. Bechir e Memia são os pais de Selim e Sarra (que nasceu no mesmo dia em que Alia e torna-se sua melhor amiga). Jneina e Memia, assim como toda a corte, reconhecem e desaprovam silenciosamente os encontros de seus maridos com as criadas. Há uma suspeita velada de que Sid Ali seja o pai de Alia. As mulheres, criadas e aristocratas, vivem reclusas dentro do palácio. As criadas não vêem ou conhecem homens que poderiam tornar-se seus esposos e pais legítimos de seus filhos. Um homem, porém, entra no palácio e ganha o coração de Alia. Em meio ao turbilhão político que assola a Tunísia nos fins da década de 50, Houssine hospeda Lofti no andar da criadagem, a fim de escondê-lo das perseguições políticas. Além de liderança nacionalista, Lofti era o professor de Sarra e Selim. O tutor seduz Alia, quando esta era ainda adolescente, e leva-lhe embora do palácio logo depois que sua mãe sucumbe a um mal fadado aborto e que a revolução pela independência logra êxito. Depois de 10 anos, Sid Ali, um dos mais queridos beis do palácio, morre e Alia retorna para o seu velório. Nesta ocasião, ela está noiva e grávida de Lofti. Ao reencontrar Sarra, Jneina e Hadda e transitar pelos espaços que testemunharam os primeiros 15 anos de sua vida, Alia rememora momentos marcantes vividos com sua mãe, as outras serviçais e a nobreza.

3 Texto original: “A new generation of forceful specialist producers has emerged in the 1980s and 1990s” (ARMES, 2000, p.203).

4 Texto original: “Tunisian filmmakers have shown themselves responsive to their audiences. In the past decade they have treated subjects generally taboo in Arab cinema, such as sexuality, divorce, and even child abuse, and they have been encouraged by the continued interest shown by local audiences” (ARMES, 2000, p. 204).

5 Texto original: “One of the six feature films made by women directors in Tunisia” (ARMES, 2000, p. 204).

6 Os beis foram os príncipes que governaram o país até sua independência em 1957, quando assume Habib Bourguiba, que fica no poder até 1987. Neste ano, por meio de eleições (teoricamente) diretas, assume Zine al’Abidine Ben ‘Ali, presidente no poder até os dias atuais.

Depois, em 2000, Tlatli lança seu segundo filme, *Tempo de espera* (*La saison des hommes*, o título da versão em francês). No início deste século, temos Aïcha, em seus cinquenta e tantos anos. Ela foi casada com Saïd e têm três filhos, Meriem, Emna e Aziz. As moças já são adultas, a primeira é casada com um médico, chamado Sami, e a segunda é violinista. Aziz é ainda criança e sofre de autismo. Vivem confortavelmente em Tunis, a capital deste pequeno país com, atualmente, quase 9 milhões de habitantes. Mas, crescentes, as crises do filho caçula fazem com que Aïcha decida retornar à Djerba, ilha na costa leste da Tunísia, de onde é originalmente. Ela acredita que lá o filho encontrará paz para contornar suas crises. Zeineb, irmã de Saïd, torna-se amiga e confidente de Aïcha desde que esta entrou para a família. Mora com Aïcha em Tunis e também decide acompanhá-la à Djerba. Meriem e Emna se juntam ao grupo, cada uma por motivos particulares, por uma temporada. Meriem deixa o marido na capital, com quem é incapaz de consumir o casamento. Emna, amante do maestro da orquestra, acredita que a distância temporária ajudará a convencê-lo em deixar a esposa e os filhos para ficar com ela. Saïd desaprova esta mudança da ex-mulher, acreditando que o tratamento médico na capital é o melhor para o filho doente. O grande drama desta ilha é que lá quase inexistem homens. Todos eles partem para trabalhar nos mercados da capital e deixam suas esposas esperando pela visita anual, que acontece a cada ciclo de 11 meses. É exatamente assim que começa a vida conjugal de Aïcha. Ao casar-se, Saïd vai trabalhar em Tunis e deixa a jovem esposa sob os cuidados dos sogros. Até o nascimento de Aziz, Aïcha foi zelada por Ommi e Ali, pais de Saïd. Ommi, além de sogra, era irmã da mãe de Aïcha – revelando a prática comum de casamento entre primos. Mas, durante esta época, Aïcha não foi a única nora nesta grande casa: lá moravam também, junto com seus filhos pequenos, Zohra, casada com Silmane, irmão de Saïd, Fatma casada com o segundo irmão de Saïd, e Zeineb, irmã de Saïd. O filme revela o presente e o passado de Aïcha, quan-

do morava com a sogra e quando já está divorciada. Assim como em OSDP, depois de tantos anos, aqui as lembranças provocam uma inevitável revisão da própria trajetória.

## OS TRÊS CORPOS

Os temas que aparecem nos dois filmes serão agrupados em esferas de relações que têm, como referência central, as mulheres protagonistas, e que seguem, como abordagem metodológica, três simbologias do corpo. Estas simbologias se assemelham à proposta de Schepher-Hughes e Lock (1987, p. 7-8):

No primeiro e, talvez, mais auto-evidente nível, está o corpo individual, compreendido no senso fenomenológico da experiência vivida do *body-self*. Nós podemos razoavelmente assumir que todas as pessoas compartilham ao menos algum senso intuitivo do self incorporado como existindo separadamente de outros corpos individuais (Mauss, 1985 [1938]). [...] No segundo nível de análise, está o corpo social, que se refere aos usos representacionais do corpo como um símbolo natural com o qual pensar natureza, sociedade e cultura, como Mary Douglas (1970) sugeriu. [...] No terceiro nível de análise, está o corpo político, que se refere à regulação, à inspeção e ao controle dos corpos (individuais e coletivos) na reprodução e sexualidade, no trabalho e no lazer, na doença e em outras formas de desvio e diferença humana. Há muitos tipos de *polity*, desde a anarquia acéfala de sociedades 'simples' e coletoras, [...] até chefaturas, monarquias, oligarquias, democracias e os modernos estados totalitários. Em todas estas *politiques*, a estabilidade do corpo político repousa na sua habilidade em regular as populações (o corpo social) e em disciplinar os corpos individuais<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Texto original: "At the first and perhaps most self-evident level is the individual body understood in the phenomenological sense of the lived experience of the body-self. We may reasonably assume that all people share at least some intuitive sense of the embodied self as existing apart from other individual bodies (Mauss, 1985 [1938]). [...] At the second level of analysis is the social body, referring to the representational uses of the body as natural symbol with which to think nature, society, and culture, as Mary Douglas (1970) suggested. [...] At the third level of analysis is the body politic, referring to the regulation, surveillance, and control of bodies (individual and collective) in reproduction and sexuality, in work and leisure, in sickness and other forms of deviance and human difference. There are many

Para meu propósito aqui, o que ambas autoras consideram, em primeiro lugar, como “corpo individual” será desenvolvido com base na relação das protagonistas com seus próprios corpos. Segundo, o “corpo social” será discutido a partir das relações amistosas e conflituosas entre estas mulheres, pois isto servirá para uma aproximação de valores estruturais da cultura em questão. E, terceiro, a partir de um paralelo entre estas mulheres e seus variados parceiros (maridos, amantes, namorados, noivos) com a situação nacional da Tunísia, é possível vislumbrar um “corpo político”. Apesar de haver muitos elementos para análise, opto por priorizar aqueles que se referem às construções destes três corpos.

Alguns fundamentos devem ser considerados como pano de fundo para o presente texto. A Antropologia do corpo e da saúde deve ter como premissa a superação de concepções advindas do senso comum, principalmente aquelas enunciadas pela Biomedicina, em que o indivíduo como protagonismo principal no teatro humano e o legado cartesiano são dois exemplos centrais. Daí, decorrem a hierarquia entre mente e corpo, a psicologização das desordens humanas, a supremacia explicativa do racional e do científico. A contribuição multidisciplinar pretende expandir esse modelo para que uma maior diversidade de concepções possam coexistir. Abaixo, as propostas de superação servem como orientação teórica deste artigo.

Em primeiro lugar, a valorização do indivíduo é apenas uma das formas de se conceber e representar a pessoa. A família e o grupo social também orientam a construção conceitual dos indivíduos. Nos filmes, veremos como um “familismo” tende a pautar as ações dos indivíduos.

Daí, toma-se que as desordens sofridas por uma pessoa não são creditadas apenas às disfunções de suas faculdades mentais. Assim, ao invés de uma

doença ser explicada somente pelo comportamento e experiência do sofredor, o contexto social em que o evento ocorre passa a ser considerado também. Essa segunda idéia demanda uma terceira – os estados do corpo (uma doença, um estado liminar, uma deficiência física), mesmo que sua manifestação seja individual, têm sua origem e significado construídos e interpretados no nível social.

Por isso, os estados do corpo servem de importantes metáforas para identificar, reunir e compreender as representações sociais de um grupo, como explica a antropóloga francesa:

Por ser um evento que ameaça ou modifica, às vezes irremediavelmente, nossa vida individual, nossa inserção social e, portanto, o equilíbrio coletivo, a doença engendra sempre uma necessidade de discurso, a necessidade de uma interpretação complexa e contínua da sociedade inteira. Esta forte exigência de discurso interpretativo me parece ser uma das condições de cristalização de uma representação estruturada (HERZLICH, 1991, p. 33).

Um estado específico do corpo passa a ser um eficiente atalho para chegar à lógica explicativa do mundo porque fala de elementos estruturais e anteriores que fundam a visão de mundo de um grupo como um todo. Uma enfermidade, pode, portanto, “falar da desorganização da vida social” (SCHEPER-HUGHES, 1992). Assim, uma doença é um objeto circunstancial (AUGÉ, 1986) e pode ser tida como um sistema cultural (KLEINMAN, 1980) tão útil quanto a religião, o parentesco ou a política para subsidiar o empreendimento antropológico.

#### **CORPO INDIVIDUAL: A BIOLOGIA COMO LIMITE OU SUPERAÇÃO**

Ambos os filmes apresentam eventos bastante ligados à sua natureza biológica. Contudo, dirigindo um olhar mais detido, é possível notar que estes eventos não se restringem ao seu substrato biológico porque têm seus significados também tecidos cuidadosamente na esfera dos valores do grupo. A diretora opta por priorizar estes eventos como as experiências que constroem as histórias de vida destas

---

types of polity, ranging from the acephalous anarchy of ‘simple’ foraging societies, [...] through chieftainships, monarchies, oligarchies, democracies, and modern totalitarian states. In all of these polities the stability of the body politic rests on its ability to regulate populations (the social body) and to discipline individual bodies” (SCHEPER-HUGHES; LOCK, 1987, p. 7-8).

mulheres. Três eventos marcantes nos dois filmes serão comentados nesta seção: perda da virgindade, procriação e aborto.

Em uma das primeiras cenas de OSDP, Alia está ajudando as outras mulheres a tingir algodão quando pára repentinamente e sai correndo em disparada. No quarto, Alia pega um pequeno pano branco e deixa a cena novamente aos solavancos. Ela se retira para um “quarto de bagunça” – onde sempre se exilará quando o mundo se tornar perplexo demais. Causa do desatino de Alia: sua primeira menstruação. A câmera se fecha sobre sua mão que segura uma calcinha manchada de vermelho.

Alia mudara de estado ou, ao menos, entrava em um estado ambíguo (perfil que lhe fica marcado por todo o filme). Quando a mãe lhe reencontra, explica: “Acontece com todas as moças, assim como o Ramadã. A partir de agora, não deixe ninguém se aproximar de você, se não, estará perdida”. Claro que “ninguém” significa todo e qualquer homem<sup>8</sup>. Aqui, Khedija deixa clara, de uma só vez, a natureza biológica e simbólica do fenômeno. Fenômeno universal que indica a maturidade reprodutiva de todas as mulheres e que, naquele contexto, torna Alia altamente vulnerável. Isto é, perder a virgindade antes do casamento é correr o risco de ser mãe solteira, condição moralmente condenável. Este cenário seria agravado se o pai fosse um dos homens do palácio que jamais assumiria a paternidade (como aconteceria com Khedija e tantas outras criadas).

Em TDE, as irmãs Emna e Meriem têm, respectivamente, cerca de 10 e 12 anos. No caminho de volta da escola, passam pela ruína de um palácio e resolvem apostar uma corrida até sua saída. Se perdem uma da outra e, sozinha, Meriem é atacada por um jovem rapaz que tenta estuprá-la. Outro jovem, passando pelo lugar, vê a cena e salva Meriem. Em casa, na ausência da mãe, a avó paterna, Ommi, as

8 “A vagina [é] socialmente construída em objeto sagrado e, portanto, submetida, como demonstra a análise durkheimiana, a regras estritas de esquiva ou de acesso, que determinam muito rigorosamente as condições do contato consagrado, isto é, os agentes, momentos e atos legítimos ou, pelo contrário, profanadores” (BOURDIEU, 1999, p. 25).

recebe. A avó estranha o avental rasgado de Meriem. Imediatamente, com a ajuda da criada Mahbouba, Ommi imobiliza a menina sobre a cama e se certifica de sua virgindade. Mesmo não tendo sido violada, a idéia é que Meriem foi maculada simbolicamente e isso lhe proíbe de transitar livremente pelo espaço social. A partir daí, a primeira restrição, segundo a avó, é freqüentar a escola.

A atenção sobre a virgindade de Alia (OSDP) e Meriem (TDE) indica como este é o principal valor imputado a uma moça solteira. E, assim, durante esta fase da vida, é sobre seu hímen que recai toda a vigília da família, já que a integridade desta membrana equivale à integridade da honra da família: “As mulheres [...] são portadoras da honra familiar, [...], assim, elas devem aparecer, diante dos olhos da sociedade, no mais lindo e perfeito estado” (TOUBIA, 1988, p. 98)<sup>9</sup>. Aqui, cumprir as prescrições é dever de todos os membros do grupo a fim de sustentar e reproduzir-se. Moufida Tlatli, auto-definida como uma cineasta-feminista, explica o valor da virgindade no país:

Desde a adolescência, eu fui arremetida pelo silêncio das mulheres árabes. Um silêncio doloroso que eu não compreendia. Quando chega à idade da puberdade, a moça árabe se vê observada pela preocupação de sua família e seu meio. Ela se torna um objeto a ser casado o mais rápido possível. Se ela perdia sua virgindade antes do casamento, ela se desonraria. E ela desonraria os seus. O mais atroz é que todas estas ameaças permanecem dentro do não-dito. E a moça vive sua puberdade de forma dramática (TLATLI *apud* GENIN, 2000)<sup>10</sup>.

9 Texto original: “Women [...] are bearers of family honour, [...] hence, they should appear before the eyes of society in the most beautiful and perfect state” (TOUBIA, 1988, p. 98).

10 Texto original: “Dès l’adolescence, j’ai été frappée par le silence des femmes arabes. Un silence douloureux que je ne comprenais pas. Quand elle arrive à l’âge de la puberté, la petite fille arabe se voit regardée avec crainte par sa famille et son entourage. Elle devient un objet à caser le plus vite possible. Si elle perdait sa virginité avant le mariage, elle se déshonorerait. Et elle déshonorerait les siens. Le plus atroce, c’est que toutes ces menaces restent dans le non-dit. Et la petite fille peut vivre sa puberté de façon dramatique” (TLATLI *apud* GENIN, 2000).

O foco da sexualidade é diferente conforme a fase da vida: solteira, a moça deve ser virgem e, ao casar, deve gerar filhos, principalmente meninos. A maternidade é presença central nos filmes sem, contudo, ser valorada uniformemente: os filhos, que parecem inevitáveis, são dádivas dentro do casamento e fardos fora ou distante dele. Assim, o modelo a ser seguido é aquele ilustrado por Memia, esposa de Bechir, um dos beis proeminentes do palácio em OSDP. Primeiro, Memia é casada oficialmente e, segundo, ela tem um filho primogênito e uma filha caçula – a ordem ideal para uma prole.

Os problemas surgem, prioritariamente, de três estados “anômalos” que contradizem estas regras – mãe solteira, esposa infértil ou mãe apenas de meninas. Vejamos alguns exemplos. Khedija, e as outras criadas do palácio (OSDP), sofrem por conceber e criar crianças de forma solitária. O estigma não se acentua apenas pelo fato destas mulheres não terem um marido, pai de seu filho e provedor do lar. Mas também pelo fato de ser impossível reconhecer uma paternidade que foi consumada em circunstâncias ilegítimas como o adultério e/ou o estupro e porque “o abismo social é amplo demais” (ARMES, 2000, p. 208)<sup>11</sup>. Ainda em OSDP, Jneina, esposa do príncipe Sid Ali, tem sua infertilidade conhecida publicamente e, por isso, sua posição hierárquica desafiada. Alguns personagens insinuam que Sid Ali procuraria as criadas (principalmente Khedija) justamente pelo fato de Jneina ser incapaz de lhe dar filhos. Em TDE, Aïcha não queria mais do que suas duas filhas, que nasceram de partos muito complicados. Mas ela é constrangida pelo marido, pela sogra e pela própria mãe a gerar um filho. O trabalho de Vïctora (1999, p. 17) mostra como a gravidez é tratada publicamente, como acontece nos filmes:

Assim como muitos outros aspectos da vida compartilhada dos moradores das vilas, a gravidez é também um estado ‘público’, no sentido de que muitas pessoas – parentes, vizinhos – se envolvem,

opinam, aconselham e fazem previsões sobre o futuro do parto e sobre o bebê que vai nascer.

A maternidade é solitária nos dois filmes. Em OSDP, os filhos das criadas têm a paternidade oficial ignorada. Não há pais, apenas suposições veladas que de nada servem para legar sobrenome, história e afeto aos filhos. Já em TDE, também há o abandono paterno mas, ironicamente, agravado pela sua condição legítima. Os homens da ilha de Djerba migram para trabalhar na capital e na Europa. Alguns voltam de férias anuais, outros nunca mais aparecem. Os laços entre pais e filhos tornam-se crescentemente frágeis com a distância e o tempo. Apesar dos exemplos desastrosos, há ainda a permanência do ideal de paternidade. Quando Alia vai até o palácio na ocasião do enterro de Sid Ali, ouve de Hadda, a criada-mór que ainda trabalhava para os príncipes, o que se espera de um pai. “Um pai é suor, dor e alegria. Uma vida inteira. Cuidado diário”. E só com base neste ideal é possível que as criadas do palácio e as mulheres da ilha digam, ao reconfortar as filhas, “Eu sou seu pai e sua mãe”.

Esta maternidade sem a presença paterna, ao contrário de significar auto-suficiência, é um peso físico e moral para estas mulheres. Controlar a reprodução torna-se uma necessidade real e assim as personagens, acionando práticas anti-conceptivas e abortivas, desnaturalizam a maternidade. Criadas estupradas em OSDP e jovens independentes em TDE definem seu futuro reprodutivo. As primeiras, por falta de escolha, lançam mão de abortos, e as segundas, por opção, adotam métodos anticoncepcionais. E assim, teoricamente, a gravidez é “uma” opção, viável somente quando há condições para sua realização. Na impossibilidade de “assumir” uma gestação, o aborto é uma opção acionada. Em ambos os filmes, o aborto é prática recorrente, explicitada ou não, e pode ser tido como uma “estratégia contraceptiva” (LEAL; LEWGOY, 1995).

Khedija, para realizar um aborto, primeiro desfere pancadas em seu ventre. Em seguida, toma um líquido quente, escuro, de gosto desagradável, produzido por uma profusão de ervas e preparado por

11 Texto original: “The social gulf is too vast” (ARMES, 2000, p. 208).



Cherifa (espécie de curandeira especialmente convocada para resolver o problema)<sup>12</sup>. Depois, no momento crítico, as suas companheiras de cozinha se avizinham da cama e limpam-lhe o suor da fronte, aquecem-lhe os pés, cantam baixinho para acalmar-lhe. Em vão, Khedija agoniza com as contrações forçadas e uma intensa hemorragia lhe tira a vida. Alia é um contraponto mais atual da realidade vivida pela sua mãe. Ela nunca se casou oficialmente com Lofti apesar de coabitar com ele. Ao engravidar, ele insiste no aborto já que, pelas circunstâncias informais da união, não poderá assumir propriamente a criança. Alia é sancionada socialmente assim como sua mãe, como confidencia a Lofti, “Tenho medo dos vizinhos que olham o tempo todo”. Alia lança mão de pílulas abortivas (assim como no Brasil se recorre ao cytotec). Estes dois exemplos de OSDP mostram que, com o tempo, as técnicas abortivas se modernizam e a prática tende a ser mais solitária do que coletiva. Mas a fundamental mudança, em relação ao tempo da mãe, é Alia questionar a prática e ter a

abertura para comentar sua angústia com o parceiro e negociar uma solução: “Um aborto é doloroso. É parte de mim que me abandona. Quero ficar com ele”. A própria diretora explica esta inflexão de destinos:

A evolução das mentalidades é muito lenta. Este é o tema do meu filme. Eu mostro quatro gerações: as velhas serviçais, Khedija, Alia e o bebê que ela carrega. Ao final do filme, Alia se encontra na mesma situação que sua mãe. Mas ela faz um movimento de revolta: ela se recusa a abortar. Ela será uma mãe solteira, o que é extremamente corajoso em 1956! (TLATLI *apud* GÉNIN, 2000)<sup>13</sup>.

Já em TDE, não há cenas de aborto mas a prática fica subentendida. Por um lado, creio que a gravidez pode ter sido interrompida como estratégia para contornar adultérios esporádicos, com os homens que restavam em Djerba. Por outro lado, a técnica talvez tenha sido acionada para remediar uma gravidez não planejada, seja pela mulher que já tem filhos suficientes ou em razão de relações sexuais não necessariamente desejadas com o marido em sua visita anual. O aborto como “estratégia contraceptiva” permite que, de algum modo, a mulher exerça controle sobre o próprio corpo.

Se, por um lado, é possível exercer esta autonomia, as personagens nem sempre apaziguam a relação com o próprio corpo como demonstra Khedija, em meio a toda a crise que a segunda gravidez indesejada lhe provoca, “Eu me odeio. Tudo me enoja. Detesto meu corpo!”. O corpo pode levar à submissão ou à superação desse sujeito.

12 Curiosamente, práticas muito semelhantes, as “chapoeiradas”, são usadas por mulheres de grupos populares em Porto Alegre, como Leal (1995, p. 24-25) descreve: “As chapoeiradas [...] se baseiam nos princípios simpáticos de magia, onde o semelhante age sobre o semelhante, reafirmando o sentido de ‘tirar’. [...] As chapoeiradas, que são uma combinação de diversas ervas, erva-de-passarinho, canela, folha de bergamoteira ou fervura de vinho, caldo de feijão e cachaça – as receitas e os procedimentos variam em diferentes regiões – têm em comum o fato de que são ministradas quentes (‘fervendo’), associadas a alimentos *fortes* e medicamentos também classificados como *fortes*, comprados em farmácia. [...] Fundamentalmente, o líquido ingerido [deve ser] capaz de desfazer o nódulo da procriação deve ser *forte* e *quente*. [...] Há, em alguns casos, a orientação específica de que a *chapoeirada* deva ser *repugnante*, isto é, deixar primeiro que a mistura entre em estado de decomposição, sinalizando, pode-se dizer, uma variação do *forte*, no sentido de ter o poder de causar náuseas, fazer vomitar, jogar pra fora, expelir. [...] As *chapoeiradas* devem ser ingeridas pela manhã, quando a paciente está em jejum e esta deverá permanecer em jejum, em *resguardo*, coberta e extremamente aquecida (com um tijolo quente ou bolsa de água quente nos pés) até que a ‘menstruação desça’. Associado à elaboração e à ingestão da *chapoeirada*, há sempre algum tipo de procedimento mágico: a reza de uma benzedeira, palavras que devem ser pronunciadas em uma sequência exata, algum elemento único e de difícil acesso, como a unha de um determinado animal, a própria minúcia da receita que é sempre considerada ‘especial’ e de domínio restrito”. E também Farmer (1988, p. 72) encontrou ingredientes e práticas parecidas no Haiti.

13 Texto original: “L’évolution des mentalités est trop lente. C’est le sujet de mon film. Je montre quatre générations: les vieilles servantes, Khedija, Alia et l’enfant qu’elle porte. A la fin du film, Alia se retrouve dans la même situation que sa mère. Mais elle a un mouvement de révolte: elle refuse d’avorter. Elle va devenir mère célibataire, ce qui est extrêmement courageux en 1956!” (TLATLI *apud* GÉNIN, 2000).

## CORPO SOCIAL: COOPERAÇÃO MAIS DO QUE COMPETIÇÃO ENTRE MULHERES

Os filmes analisados mostram como uma das estratégias para atenuar, e até enfrentar, um sistema patriarcal rígido é uma prática cooperativa cotidiana entre as mulheres. Parece que as protagonistas não se resignam com as famílias fragmentadas que as embalam. De forma ativa, elas criam suas próprias famílias centradas em outras mulheres (filhas, cunhadas, colegas). Entre estas mulheres tunisianas, a solidariedade será ilustrada com dois tipos de eventos recorrentes: o cuidado coletivo dos corpos e o trato de doenças e perturbações. Contudo, há também conflitos que pretendo mostrar, em OSDP, entre as mulheres de classes distintas e, em TDE, entre as mulheres de gerações diferentes.

No OSDP e TDE, vemos as mulheres realizando diversas atividades coordenada e coletivamente: na cozinha (preparando as refeições enquanto cantam em uníssono), nas salas de jantar e de visitas (servindo as refeições dos nobres ou animando suas freqüentes festas), nos pátios (varrendo extensões de chão de pedra, lavando trouxas enormes de roupa), nos quartos (se embelezando, aplacando doenças, realizando partos, provocando abortos). E há poucos momentos de relaxamento em que se reúnem para massagear os couros cabeludos, aplicar hena nas longas mechas escuras, espalhar cremes para suavizar a pele, pinçar as sobrancelhas, maquiar olhos, pálpebras e maçãs do rosto, depilar pêlos inconvenientes com mel, dar e receber banhos<sup>14</sup>.

Em todos estes momentos, além de valorizarem seus corpos para os encontros sociais e amorosos, estas mulheres estão conversando sobre seus relacionamentos, suas concepções de estética, a situação do

país. A convivência socializa, afina discursos, consolida os laços de irmandade. Além disso, seus corpos se avizinham livre e intimamente: toques, cafunés e carinhos acontecem sem cerimônia. Cuidar do corpo da outra é cuidar do grupo como um todo. A intenção é mantê-lo íntegro, disciplinado e apresentável.

Gallagher (1983) mostra que a Tunísia, como os países mediterrânicos em geral, foi muito influenciada pela biomedicina européia, sobretudo por interesses políticos e econômicos. No entanto, os filmes mostram que os problemas de saúde destas mulheres são resolvidos em casa ou com a ajuda de terapeutas tradicionais. Isto se deve a alguns fatores. Primeiro, apesar do patrulhamento legal deste fenômeno de ocidentalização, “médicos muçulmanos nativos perderam seu status legal mas não sua clientela” (GALLAGHER, 1983, p. 101)<sup>15</sup>. Segundo, em pesquisa realizada na península de Cape Bom, na Tunísia, Tomiche (1971, p. 21) observou que “muitas pessoas ainda são céticas em relação à medicina moderna” e que “as pessoas com doenças crônicas ou enfermidades ginecológicas raramente usam os serviços [de saúde]”<sup>16</sup>. E, terceiro, Haddad (1989, p. 29) arremata,

Em quase todos estes países [Sudão, Tunísia, Egito, Jordânia e Líbano], a política de saúde ainda toma partido em favor dos modelos médicos ocidentais, custosos, curativos e *high-tech*, que não podem ser sustentados. Orçamentos limitados são gastos em hospitais modernos (‘torres de marfim’) nas áreas urbanas, que (quando funcionam) servem apenas a uma pequena porcentagem da população<sup>17</sup>.

14 O banho toma uma dimensão especial nas culturas magrebina. Em sua pesquisa no Marrocos, Buitelaar (1998, p. 119) mostra que os hammâns, onde os banhos públicos acontecem, ganham importância destacada porque as mulheres têm a chance de “1) [create and sustaine] social networks; 2) [participate] in the community of Muslims by adhering to Islamic notions of purity and purification; and 3) [mark] transitions that women make from one stage of life to another through specific bathing rituals”.

15 Texto original: “Indigenous Muslim doctors lost their legal status but not their clientele” (GALLAGHER, 1983, p. 101).

16 Texto original: “Many people are still sceptical about modern medicine” e que “people with chronic diseases or gynaecological ailments seldom use the [health] services” (TOMICHE, 1971, p. 21).

17 Texto original: “In almost all of these countries [Sudão, Tunísia, Egito, Jordânia e Líbano], health policy is still biased in favor of expensive curative and high-tech Western medical models that cannot be sustained. Limited budgets are spent on modern (‘marble towers’) hospitals in urban areas that (when functioning) serve only a very small percentage of the population” (HADDAD, 1989, p. 29).

Quer dizer, apesar da forte tendência à medicalização ocidental, os médicos e médicas tradicionais continuam a existir e atuar. E, apesar desta incisiva entrada ocidental se dar, principalmente, nos centros urbanos, refletindo o percurso dos recursos destinados à saúde, hospitais ainda provocam suspeita quanto à sua eficácia.

Os filmes mostram que, nas castas inferiores e nas áreas rurais, os partos eram realizados em casa. Não aparecem partos hospitalares, que devem ser mais comuns hoje em dia, principalmente, como apontado acima por Haddad, nos centros urbanos. Há participação ativa de um coletivo de mulheres. Colegas de trabalho (como no palácio), filhas, cunhadas, concunhadas, sogras e parteiras ajudavam a parturiente limpando-lhe o suor do rosto, sussurrando-lhe palavras de incentivo ao ouvido, fazendo massagens abdominais, limpando os líquidos que encharcavam a cama, cantando ladainhas e preces. Assim, nos dois filmes, as mulheres do andar de baixo do palácio e as mulheres da ilha de Djerba, em momentos críticos, demandam a presença de uma figura, presente em ambos os filmes, que muito se aproxima ao que chamamos no Brasil de curandeira, raizeira ou benzedeira. Nos filmes, é uma mulher negra, na casa dos 40 anos, vestida de tecidos coloridos e estampados e com mãos e pensamentos ágeis. É possível que sejam mulheres de países vizinhos (como Mali, Maurítânia ou Sudão). Em TDE, ela era uma criada que já acompanhava a família há anos. Em OSDP, ela não é vista diariamente entre as outras criadas e talvez pertença ao mundo externo do palácio e seja convocada esporadicamente para resolver questões críticas.

Assim, Cherifa (OSDP) e Mahbouba (TDE) são as maestrinas dos partos, abortos e adoecimentos graves. Preparam e administram chás, xaropes, pomadas, compressas, massagens. Entoam cantigas e preces. Acompanham, da cabeceira da cama, a mulher sofredora. O interessante é que essas curandeiras não apenas atentam para o corpo físico de suas pacientes. Além das substâncias que são aplicadas, elas envolvem as outras personagens que cons-

tituem a cena da aflição (mães, irmãs, filhas, avós, cunhadas, amigas). Lhes dirigem tarefas no processo de cura, lhes conferem responsabilidades para a convalescença que seguirá ao tratamento, lhes ouvem os relatos que contextualizam o problema.

De resto, estas mulheres zelam cotidianamente pela saúde uma da outra. Uma frase, repetida em diferentes momentos de TDE por Fatma, Meriem e Zeineb, ilustra uma perturbação comum e muito eloquente. As três mulheres passam mal e anunciam resumidamente seus sintomas com a frase “Dói o corpo inteiro”. Ao ouvir o sintoma, abre-se também uma escuta sensível para os problemas que afligem o grupo como um todo. O sintoma, mesmo que sentido individualmente, é expressão de desordem maior. O corpo de Fatma “dói” porque seu marido adiou a chegada e é difícil manter um casamento por tanto tempo sem sua presença. O corpo de Meriem “dói” porque a virgindade torna-se fardo pesado demais se uma responsabilidade unilateralmente feminina. E, o corpo de Zeineb “dói” porque as tensões entre parentes consangüíneos e afins, arranjo necessário em razão da ausência dos maridos, atingiu uma dimensão insustentável<sup>18</sup>.

18 É possível, neste momento, arriscar uma comparação. Assim como os exemplos encontrados entre as mulheres tunisianas, uma escritora brasileira também comunica a complexidade semântica da “dor”: “Deitada na maca, o médico perguntou forçando os dedos contra meu peito: ‘Onde dói?’. Franzi a testa, arreganhei os dentes e descí. Descí vertiginosamente. Onde dói? Dói meu peito que permanece curvado em pranto. Doem meus ombros que não suportam o peso da saudade. Doem meus ouvidos secos de palavras carinhosas. Doem meus pés que não têm para quem caminhar. Dói meu sexo que não se abriu para o filho. Doem meus olhos que não encontram senão a casa vazia. Dói meu couro cabeludo que não recebe os unguentos do cafuné. Dói tudo, doutor. Dói simplesmente tudo porque meu corpo não é só essa carne óbvia em cuja massa dedos afundam procurando um nódulo, uma urticária, uma veia estourada. Dói tudo porque em tudo a alma se coloca e alma, doutor, a alma sente sem analgésicos. É claro que eu sei que vai passar, não sou nenhuma ignorante dos mecanismos da vida para, mesmo sob essa dor doída de alma doente, me jogar do décimo segundo andar de um prédio. Sei que vai passar. Minha razão sabe que vai passar. Sei também que o único tratamento recomendado ao meu caso é o tempo. Sei de tudo isso, tudo isso me é claro, mas, por enquanto, por favor, faça essa caridade: não me pergunte onde dói” (FLORENCE, 2000, p. 19).

Assim, as mulheres dos filmes deixam claro como o corpo individual tem estreita relação com o corpo social. Uma perturbação pode ser uma metáfora para problemas coletivos.

Grosso versus ralo ou aquoso, branco opaco versus claro [ou transparente], forte versus fraco, saudável versus enfermo. As oposições se tornaram um *leitmotiv* que permeou muitas das entrevistas; como fica claro pelas explicações do curandeiro. Elas se estendem analogicamente do corpo físico ao corpo social<sup>19</sup>.

E, assim, também é possível seguir uma analogia aqui. “Doer o corpo inteiro” pode significar que todo o grupo dói, que o sistema inteiro sofre com suas contradições. É uma perturbação que serve, como sugere Farmer (1988), como um “barômetro moral” e, como sugerem Scheper-Hugues e Lock (1987, p. 31), uma “forma de comunicação” das crises sociais:

A doença não é só um evento isolado, nem um encontro desafortunado com a natureza. É uma *forma de comunicação* – a linguagem dos órgãos – pela qual a natureza, a sociedade e a cultura falam simultaneamente. O corpo individual deve ser visto como o terreno mais imediato e mais próximo de onde as verdades sociais e as contradições sociais são enenadas, assim como um locus de resistência, criatividade e luta pessoal e social<sup>20</sup>.

E, assim, junto com Duarte (1994 e 1986), fica a proposta de tratar perturbações como índices mais amplos do que apenas significantes biológicos, psicológicos ou somáticos. Podem ser, sem dúvida, físi-

cos, mas, são, sobretudo, morais. Sua etnografia dos nervos ilumina o contexto conceitual em que devemos entender o “doer o corpo inteiro”:

Uma implicação muito importante dessa qualidade eminentemente relacional dos nervos é a de compor *uma teoria não-psicologizada do humano*. Os nervos são pensados como um meio físico de experiências tanto físicas quanto morais – em perfeita oposição à idéia do psiquismo, concebido para se substituir ao antigo nível moral e estabelecer sobre o físico uma nova hegemonia. Os nervos são uma típica representação relacional da pessoa, enquanto o psiquismo é uma representação individualizada, associável às marcas ideológicas mais amplas da modernidade ocidental (DUARTE, 1994, p. 85, grifos meus).

Assim como os nervos, “doer o corpo inteiro” implica em complexificar, ampliar e contextualizar a ocorrência de uma perturbação. E Tlatli (*apud* BARLET, 2000) caminha na mesma direção:

As questões que concernem as mulheres são uma luta que levará mais tempo porque você liberta suas mentes, você as envia para a escola, você as educa, elas se tornam médicas, pilotos ou o que você quiser, e seus corpos continuam a sofrer. Talvez não seja sempre o caso: eu não generalizo, eu só falo sobre o que eu conheço. Eu gostaria de ter escolhido [para o filme] o título ‘Meu corpo dói’, teria sido mais apropriado. (Tradução minha)<sup>21</sup>.

As mulheres de Djerba mostram que as perturbações nem sempre são curáveis pelo exame e diagnóstico alopata porque implicam esferas além do aparato biológico e exigem outros modelos explanatórios coexistentes. Teitelbaum (1976, p. 30) também lembra que “o tratamento por um médico é uma forma de obter um alívio dos sintomas da doença assim como uma forma de demonstrar aos

19 Texto original: “Thick versus thin or watery, opaque white versus clear, strong versus weak, healthy versus unhealthy. The oppositions became a leitmotiv that ran through many of the interviews; as is made clear in the healer’s explanations [...] they extend analogically from the body physical to the body social” (FARMER, 1988, p. 70).

20 Texto original: “Sickness is not just an isolated event, nor an unfortunate brush with nature. It is a *form of communication* – the language of the organs – through which nature, society and culture speak simultaneously. The individual body should be seen as the most immediate, the proximate terrain where social truths and social contradictions are played out, as well as a locus of personal and social resistance, creativity, and struggle” (SCHEPER-HUGUES; LOCK, 1987, p. 31, grifos meus).

21 Texto original: “The issues concerning women are a struggle which will take more time because you free their heads, you send them to school, you teach them, they becomes directors, or pilots, or whatever you like, and their bodies continue to suffer. It may not always be the case: I don’t generalize, I only speak about what I know. I would have liked to have chosen [for the film] the title “My body hurts”, it would have been more apt” (TLATLI *apud* BARLET, 2000).

outros a gravidade da aflição” (Tradução minha)<sup>22</sup>. O exemplo de Fatma, Meriem e Zeineb ao mesmo tempo que circunscreve a eficácia curativa da medicina, amplia a idéia geral de eficácia curativa: a ação de uma curandeira ou de uma amiga confiante pode passar pela identificação e resolução de conflitos, organização do grupo, reestabelecimento da paz.

Nos filmes, a estratégia feminina para lidar com as doenças contrasta com aquela adotada pelos homens. Sobretudo em TDE, situada na década atual, os homens sempre apelam à biomedicina e tendem a associar as causas das perturbações à esfera individual e psíquica do/a paciente. Dois exemplos ilustram estas tendências masculinas. Said sugere que o autismo de Aziz precisa necessariamente de acompanhamento médico e que foi provocado pelo fato de Aïcha ter rejeitado esta gravidez. Um diálogo entre Sami e sua esposa Meriem, que até então não haviam tido uma relação sexual, segue o mesmo padrão. Sami requisita a intervenção médica e atribui uma culpa psicológica ao problema:

Sami: Escute, Meriem, sou médico. Precisa consultar um especialista.

Meriem: Já consultei um. Foi uma tortura. Mal consegui falar com ele. Fiquei muito envergonhada.

Sami: O que ele disse?

Meriem: Que precisamos de mais tempo.

Sami: Você explicou tudo a ele?

Meriem: Eu disse que o problema era comigo, não com você. Por favor, vamos mudar de assunto.

Sami: O problema está na sua cabeça (TLATLI, 2000).

Os homens de ambos os filmes representam o lado público do casal e da família. São eles que frequentam e trabalham na rua, no comércio, na política. Por isso, a tendência é que, nesta esfera pública,

estejam mais expostos aos valores ocidentais, inclusive com referência ao cuidado da saúde.

Já que, para uma compreensão menos reducionista das aflições, é preciso considerar elementos contextuais, em se tratando de culturas relacionais, vale uma nota sobre os conflitos entre as mulheres dos filmes, uma vez que estas desavenças influenciam rotinas e relacionamentos. Em OSDP, forte animosidade é alimentada entre as mulheres do andar de baixo e as do andar de cima. Em TDE, as tensões surgem entre mulheres de gerações diferentes.

Ao transgredir os limites das escadas do palácio, mantendo relacionamentos e tendo filhos com os nobres (mesmo que não consentidamente), as criadas parecem insinuar a possibilidade de mobilidade social e ameaçam o lugar das esposas oficiais. Em contrapartida, as senhoras do palácio tentam demarcar as fronteiras entre os andares. Jneina se irrita com o fato do marido conversar com Alia, sempre que se esbarram pelos jardins ou corredores do palácio. Ela dispara a Sid Ali: “Você se afeioou demais por elas. Você se rebaixou”. Sugiro que estas fricções são o veículo que o filme toma para evidenciar uma estrutura social acentadamente hierárquica na Tunísia<sup>23</sup>.

TDE se passa, em sua maior parte, no passado, dentro da casa chefiada por Ommi, sogra de Aïcha, Zhora e Fatma. É costume o casamento entre primos e a residência uxori-local. Durante todo o ano, Ommi substitui e zela pela autoridade dos seus filhos, que trabalham nos mercados de Túnis.

Apesar de ser uma sociedade dominada por homens, a família é organizada de forma que é responsabilidade da mulher colocar uma menina no caminho familiar aceitável. *Mulheres mais velhas*, em particular, são delegadas para serem as guardas do portão e as seguranças internas da seção das mulheres. E os homens só precisam manter uma

22 Texto original: “Treatment by a physician is a means of obtaining partial relief from the symptoms of the illness as well as a way of demonstrating the gravity of the affliction to others” (TEITELBAUM, 1976, p. 30).

23 Aqui, um comentário se faz necessário. O problema não é a circulação dos beis pelas alcovas de suas criadas, mas sim o desenvolvimento de laços afetivos entre eles. Pode ser que a procura pelas criadas distribuisse o assédio masculino e tornasse as esposas oficiais menos sobrecarregadas em seu papel sexual. Assim, o adultério poderia servir como um “anti-concepcional” indireto para as mulheres do primeiro andar.

supervisão distante da situação, confiantes de que seus desejos e instruções estão sendo observados<sup>24</sup>.

Ela patrulha as noras para que sejam mulheres ideais: esposa fiel, mãe dedicada e nora prendada. Ommi, sogra e também tia materna de Aïcha, não é autoritária por antipatia; ela é responsável por manter os valores que cimentam a família. O pavor destas mulheres é tornarem-se “empregadas da sogra”, como repetiam sempre durante o filme.

Aïcha produz lindos tapetes para abastecer a banca do marido nos *souqs*<sup>25</sup> em Tunis. Na opinião da sogra, além deste não ser um artesanato típico da ilha de Djerba, dispersa Aïcha de suas tarefas dentro da casa. Na opinião de Aïcha, a tapeçaria é um privilegiado espaço de sociabilidade, distração e poesia que ela foi capaz de construir para si mesma. Said fica entre mãe e esposa:

Said: Mãe, Aïcha está um pouco cansada. Libere-a das tarefas da casa.

Ommi: E a sua cunhada? Isso seria favorecimento.

Said: Você saberá convencê-la.

Ommi: Tecer tapetes não está previsto.

Said: Graças aos tapetes, abrirei um negócio.

Ommi: Isso não faz parte das nossas tradições. Aïcha é teimosa, me desobedece.

Said: Ela é sua sobrinha. Você a escolheu para mim.

Ommi: Mas agora é sua mulher. Explique para ela que, enquanto eu viver, sou eu que dou as ordens.

Como fica evidente no filme, a situação é ainda mais complexa porque os tapetes que Aïcha produz são o que viabilizam a banca de Said e, conseqüentemente, a casa de Ommi. Assim, os tapetes, tidos

como negativos por Ommi, pelo fato de desafiar sua autoridade, são o que mantém toda a estrutura que ela encabeça. E, por um lado, se esta atividade cria um espaço e um tempo de emancipação para a personagem, por outro lado, Aïcha é enredada pelas armadilhas da economia de mercado, pois Said lhe demanda mais e mais peças. Em uma de suas visitas, ele lhe recrimina pois encomendou quatro tapetes e ela só teceu dois. Ela retruca, irônica, “eu só tenho duas mãos”. Extenuada, Aïcha percebe que nem sempre estes novos valores são a saída para sua independência – podem, inclusive, lhe criar novos constrangimentos.

Conhecer os valores e as relações entre estas mulheres, tanto no palácio quanto na ilha, tanto as práticas cooperativas quanto as competitivas, é necessário para compreender o contexto onde se desenvolvem as práticas de higiene, embelezamento e saúde que apresentei acima. Scheper-Hughes e Lock (1987, p. 19, 21) explicam porque é possível e necessário realizar esta associação entre corpo social e individual:

O corpo, como Mary Douglas observou, é um símbolo natural que fornece algumas de nossas mais ricas fontes de metáfora (1970, p. 65). As construções culturais do e sobre o corpo são úteis para sustentar visões particulares da sociedade e das relações sociais. [...] [Nos sistemas etnomédicos não-ocidentais], em resumo, o corpo é visto como um aspecto unitário e integrado do self e das relações sociais. Ele é dependente do e vulnerável aos sentimentos, desejos e ações dos outros, incluindo espíritos e ancestrais mortos. O corpo não é entendido como uma máquina vasta e complexa, mas como um *microcosmo do universo*<sup>26</sup>.

24 Texto original: “Although it is a male-dominated society the family is organized in such a way that it is the women’s responsibility to put a girl on the acceptable family path. *Older women in particular* are delegated to be the gatekeepers and internal security bodies in the women’s section, and men need only to keep a distant overview of the situation, confident that their wishes and instructions are being observed” (TOUBIA, 1988, p. 107, grifos meus).

25 Bazares, mercados, feiras.

26 Texto original: “The body, as Mary Douglas observed, is a natural symbol supplying some of our richest sources of metaphor (1970, p. 65). Cultural constructions of and about the body are useful in sustaining particular views of society and social relations. [...] [In the non-Western ethnomedical systems], in short, the body is seen as a unitary, integrated aspect of self and social relations. It is dependent on, and vulnerable to, the feelings, wishes, and actions of others, including spirits and dead ancestors. The body is not understood as a vast and complex machine, but rather as a *microcosm of the universe*” (SCHEPER-HUGHES; LOCK, 1987, p. 19, 21, grifos meus).

## CORPO POLÍTICO: AS MULHERES E SEUS PARCEIROS COMO UM ATALHO PARA PENSAR A TUNÍSIA

Scheper-Hugues e Lock (1987, p. 23) explicam que “o relacionamento entre os corpos individuais e sociais envolvem mais, no entanto, do que metáforas e representações coletivas do natural e do cultural. Os relacionamentos são também sobre poder e controle”<sup>27</sup>. Os dramas vividos pelas mulheres dos filmes, em especial *Alia* e *Emna*, servem para se pensar a relação da população com seu país, em duas épocas distintas. Elas ilustram os dilemas que a Tunísia estava enfrentando e como os mesmos repercutiam nos indivíduos. Nos filmes, esboça-se um padrão, “o corpo político se assemelha ao corpo humano, onde o que está ‘dentro’ é bom e tudo que está ‘fora’ é mau” (SCHEPER-HUGUES; LOCK, 1987, p. 24)<sup>28</sup>. A seguir, mostro que o perigo que vem de fora, no primeiro filme, é a França e, no segundo, a idéia de “modernidade”. As trajetórias de *Alia* e *Emna* serão tomadas para ilustrar um paralelismo possível com o país em questão.

No caso do OSDP, as mulheres, de ambos os andares, têm relações silenciosas com os homens, acatando suas vontades e decisões sem contestação. A criada *Hadda*, anos depois, explica para *Alia* que “a norma dentro do palácio era o silêncio”. Sexo, consentido ou não, filhos, desejados ou não – neste cenário, as mulheres, e sobretudo, as criadas, não podiam emitir suas opiniões e desejos.

O filme permite que se emparelhe o valor patriarcal, que emudece as mulheres, com a França, que, de 1882 a 1957, controlou a Tunísia. As notícias do mundo exterior vinham do rádio e, num episódio, enquanto preparam em conjunto o chá abortivo para *Khedija*, as mulheres ouvem que a si-

tução política é tão tensa que foi imposto um toque de recolher em Tunis e *Habiba* emenda, “Nossas vidas são toques de recolher”. A câmera passa lentamente a *Chemchouma*, que dispara, alheia às ervas, condimentos e receitas sobre a mesa: “Não temos nada a temer. Não pertencemos a mim mesma. Quero sair para a rua nua, descalça e correr sem ser detida. Gritar bem alto. Só as balas podem me calar ao me atravessarem, como se eu fosse um crivo”. A cena se congela, os olhares tornam-se cúmplices: mulheres sedentas pela liberdade do corpo, da biografia e do país.

*Alia*, em sua inquietude típica da adolescência, procura brechas para participar do cotidiano e das festas do primeiro andar<sup>29</sup>. Este trânsito é observado e reprimido tanto por sua mãe quanto pelas nobiliárias<sup>30</sup>. Mesmo assim, *Alia* desalinha, entre avanços e recuos, esta costura apertada. *Lofti*, na época em que se esforçava por conquistá-la, lhe define: “Você é como o país: indecisa. Uma palavra a assusta. As coisas vão mudar. Uma nova era nos aguarda”. Na década de 1950, a Tunísia também estava ambígua – dependente economicamente da França mas desejosa pela própria autonomia política. *Alia*, assim como os rebeldes nacionalistas, apesar da coragem para desafiar a ordem vigente, vacilava incerta sobre o que propor em substituição: “*Alia*, sob pedido de *Sarra*, canta em honra ao noivado de sua amiga. Bruscamente, ela entoava uma canção patriótica proibida. Escandalizados, todos os convidados, de-

27 Texto original: “The relationship between individual and social bodies concern more, however, than metaphors and collective representations of the natural and the cultural. The relationships are also about power and control” (SCHEPER-HUGUES; LOCK, 1987, p. 23).

28 Texto original: “The body politic is likened to the human body in which what is ‘inside’ is good and all that is ‘outside’ is evil” (SCHEPER-HUGUES; LOCK, 1987, p. 24).

29 É bom lembrar que *Khedija* lega à filha este serviço historicamente desvalorizado na sociedade tunisiana. A mãe dançava para a nobreza e a filha cantava. E, “although the status of singer has, it seems, traditionally been more highly regarded than that of dancer” (ARMES, 2000, p. 209), “traditional attitudes did not credit women with a faculty for serious artistic pursuits” (JONES, 1987, p. 75) e dançarinas (como *Khedija*), cantoras (como *Alia*) e instrumentistas (como *Emna*) estiveram, pelo fato de exporem o corpo e a biografia, associadas a valores contrários ao da família e da discipulação, colocando em questão sua reputação moral.

30 O trânsito entre os andares, metáfora para as classes sociais, é ilustrado por uma profusão de portas, janelas, corredores, grades, portões, escadas, fechaduras, cortinas. Estes são artifícios usados pela diretora para ilustrar uma hierarquia que é permeada por possibilidades de transgressão. Os umbrais simbólicos que, apesar de sólidos, permanecem como passagens.

legação francesa e beis no poder, deixam o salão” (GÉNIN, 2000)<sup>31</sup>.

No caso do TDE, as mulheres esperam pela continuidade de seus casamentos. Por mais que implorem aos maridos, estes se recusam a levá-las para viver em Túnis. Eles justificam que a rotina de comércio é extenuante e inadequada para uma mulher. O sofrimento feminino é visível: saudade, responsabilidade total pelos filhos, medo de traição e abandono, autoridade sufocante da sogra. Num banho coletivo e lúdico no mar Mediterrâneo, Zohra, em um momento reflexivo, dimensiona o quadro:

Ficam em Túnis tanto tempo. Onze meses. Como podemos agüentar isso? Nós murchamos. Casaram-se com a venda. Sinto falta dos gritos dele e do seu cheiro forte também. O ronco dele me faz falta. Se viessem no inverno, pelo menos nos esquentariam. Semeiam tudo em um mês e torcem por uma boa colheita (TLATLI, 2000).

Se, em OSDP, Alia desafia os “silêncios” circulando e cantando nas festas do andar de cima, em TDE, Emna desafia as “esperas” tomando iniciativas independentes dos julgamentos de seu amante e de sua família. Emna prioriza sua profissão como violinista, mantém uma relação clandestina com um homem casado, circula autonomamente de carro no meio da noite, dança em uma boate de turistas. Rejeita dois pilares morais importantes, a virgindade e o matrimônio, ao disparar pro amante: “Detesto o casamento. Me dá nojo. Recuso homem que me quer selada”.

A trajetória de Emna dá continuidade histórica à de Alia. Emna recusa os valores centrados na família, na honra, na maternidade. Mas não consegue administrar tal discurso em seus relacionamentos. Novamente, paralelos podem ser traçados entre as experiências vividas por estas mulheres e a Tunísia.

Depois da turbulência da independência, o país procura agora um ponto de equilíbrio entre a tradição e a modernidade. Como tantos outros terceiro-mundistas, o país se esforça por acomodar os desafios colocados às suas especificidades culturais: desemprego, emigração laboral, turismo de massa.

Em termos de direitos, a Tunísia vem assinando todos os protocolos da ONU em favor das mulheres. Porém, o que os analistas externos e internos observam é que tais direitos não saem do papel. Muito antes que outros países, a partir do Code du Statut Personnel de la Femme, de 1965, a Tunísia instituiu o direito da mulher escolher seu marido, optar pelo aborto e recusar a poligamia. Contudo, no dia-a-dia, mulheres estão apanhando e sendo presas por se organizarem em associações; com base em interpretações radicais do Alcorão, estão sendo violentamente reprimidas com tortura, cárcere e morte ao emitir críticas ao regime (ao ponto da ONG Reporteres sem Fronteiras comparar a Tunísia à China e ao Iraque em matéria de liberdade de expressão) (KHAYYÂM, 2003).

De um lado, este quadro pode ser entendido pela distância que existe entre as regras e as práticas. “O problema é que muitas das mulheres têm, por muito tempo, ignorado as vantagens das leis. Dentro da família tunisiana, a tradição é mais importante do que a lei. Em teoria, a mulher está liberada. Em sua mente, ela não está” (TLATLI *apud* GÉNIN, 2000)<sup>32</sup>. Por outro lado, esta distância se sustenta por forças políticas vigentes atualmente no país. “A técnica de Ben Ali consiste em estabelecer direitos para serem violados e em proclamar a democracia para mascarar seu regime totalitário. *O país é esquizofrênico*”, relata a ativista feminista Khadija Cherif, 52 anos, porta-voz da ONG Association Tunisienne des

31 Texto original: “Alia, à la demande de Sarra, va chanter en l’honneur des fiançailles de son amie. Brusquement, elle entonne un chant patriotique interdit. Scandalisés, tous les invités, délégation française et beys en tête, quittent le salon” (GÉNIN, 2000). A canção referida por Génin foi transcrita como epígrafe do presente texto. A mudança de “tom” fica clara nas últimas duas estrofes da canção.

32 Texto original: “Le problème, c’est que beaucoup de femmes ont longtemps ignoré les avantages de ces lois. Dans la famille tunisienne, la tradition est plus importante que la loi. En théorie, la femme est libérée. Dans sa tête, elle ne l’est pas” (TLATLI *apud* GÉNIN, 2000).



Femmes Démocrates (ATFD) (*apud* KHAYYÂM, 2003, grifos meus)<sup>33</sup>.

\* \* \*

Aparentemente, OSDP termina de forma mais pessimista. Alia sozinha, com um filho sem pai, reproduzindo o caminho de sua mãe. Mas seu último pensamento dirigido à mãe indica como, retornando ao passado e identificando suas raízes, seu lugar no mundo finalmente fica claro:

Achei que Lofti podia me salvar. Não fui salva. Como você, eu sofri, eu suei. Como você, eu vivi em pecado. Minha vida foi uma série de abortos. Nunca consegui me expressar. Minhas canções eram natimortas. E até mesmo a criança em mim Lofti quer que eu aborte. Esta criança sinto que se enraizou em mim. *Ela me traz de volta à vida, de volta a você*. Espero que seja uma menina. Seu nome será Khedija (TLATLI, 1994, grifos meus).

O drama de Alia era compreender sua origem. Quando ela se liberta do modelo patriarcal, percebe que sua mãe e suas companheiras do andar de baixo lhe garantiram uma família, mesmo que não ortodoxa. Quando ela passa de um indivíduo solitário e angustiado para uma pessoa amparada e contextualizada, sua ambigüidade se atenua. No caso de Emna, o dilema entre suas demandas e as de sua família não se resolve. E por isso TDE indica, pelo menos por enquanto, um futuro menos promissor à Tunísia: ainda patina entre estes dois quadros referenciais, sem, contudo, conseguir ultrapassar este desafio, como mostra a própria diretora do filme:

O tempo resolverá as coisas porque não é sobre leis, é sobre a mudança de mentalidades. As coisas não mudarão nas mentes dos homens e das mulheres com o movimento de uma varinha de condão e de leis. Eu mostro o combate de dentro. Eu sei que as mulheres são emancipadas. Elas estão começando a se fazer perguntas, mas não é assim para todas. A divisão entre os educados e os não educados, a cida-

de e o interior, a elite e a gente mais modesta... Há uma outra batalha que precisa ser lutada: a opinião dos outros que julgam cada gesto. Tudo isso é parte da Tunísia atual, é complexo. Não é uma linha reta. Eu trabalho entre as linhas<sup>34</sup>.

E o desafio se estende para os pesquisadores. É preciso despirmo-nos de nossa perspectiva ocidental para compreender, por exemplo, que o fato destas mulheres silenciarem, na presença, e esperarem, na ausência dos homens, não é, necessariamente, uma expressão de subalternidade; que os antagonismos travados entre as mulheres não consistem de competição e ciúmes mas, antes, expressão de estruturas que as suplantam; que acatar as exigências de uma sogra não inviabiliza a existência de espaços de expressão, relaxamento e humor.

Ao longo dos filmes, tanto Khedija quanto Aïcha reagem às filhas com o seguinte desabafo: “Ela me atormenta com suas perguntas!”. Alia e Emna servem de espelhos para suas mães. As perguntas forçam-nas a rememorar a própria vida, a refletir sobre as perplexidades que vivenciam, a cogitar a possibilidade de futuros diferentes. São oportunidades de estranhamento. Acredito que a diretora também teve a pretensão de levantar espelhos para suas diferentes platéias. Deixar os enunciados do senso comum sobre as mulheres árabes e procurar pausar-se por uma maior diversidade de concepções, por exemplo, de corpo, pessoa e saúde, são medidas para distanciar-se de análises chapadas entre dicotomias, reducionismos e essencialismos. A realidade social é mais complexa e interessante do que as ideologias

33 Texto original: “La technique de Ben Ali consiste à établir des droits pour les violer et à proclamer la démocratie pour masquer son régime totalitaire. *Ce pays est schisophrène*” (CHERIF *apud* KHAYYÂM, 2003, grifos meus).

34 Texto original: “Time will sort things out because it is not about laws, it is about changing mentalities. Things will not change in men or women’s minds with a wave of a magic wand and laws. I show the combat from within. I know that women are emancipated. They are beginning to ask themselves questions, but it isn’t so for everyone. The division between the educated and not educated, the town and the countryside, between such-and-such a milieu, the elite and modest folk, is constant. The what-will-people-think is much more important in modest milieux [...] It is another battle which needs fighting: the opinion of others who judge every gesture. All of this is part of today’s Tunisia, it is complex. It is not a straight line. I work between the lines” (TLATLI *apud* BARLET, 2000).

querem nos fazer acreditar. O mundo árabe, um país como a Tunísia, é mais do que simplesmente machista, fundamentalista, atrasado. Os conflitos e as soluções que o país enfrenta hoje podem ser altamente inspiradores para gerar modelos de compreensão mais tolerantes.

Por isso que se torna importante partir dos valores e aspirações da própria cultura em questão ao invés de importar modelos salvacionistas. Lila Abu-Lughod é uma antropóloga que trabalha há anos com mulheres no Oriente Médio. Recentemente, ela publicou um artigo em que registra sua irritação pelo fato da “guerra ao terrorismo” ser justificada, entre outras coisas, pela necessidade de salvar e/ou libertar as mulheres afegãs (no contexto analisado no artigo) ou qualquer outro grupo de mulheres árabes. Ela acredita que esta é uma estratégia usada para evitar as causas estruturais, de natureza histórico-política, dos conflitos e opressões sociais.

Ao invés de explicações políticas e históricas, os *experts* estavam sendo demandados a dar explicações religio-culturais. Ao invés de questões que talvez levassem à exploração das interconexões globais, nos foram oferecidas aquelas que funcionavam para artificialmente dividir o mundo em esferas separadas – recriando uma geografia imaginativa do Ocidente versus o Oriente, nós versus os muçulmanos. [...] Os projetos de salvar outras mulheres dependem e reforçam um senso de superioridade dos ocidentais, uma forma de arrogância que precisa ser desafiada (ABU-LUGHOD, 2002, p. 784, 789)<sup>35</sup>.

Adotar uma postura salvacionista é pressupor que o outro está em desvantagem e que precisa da ajuda. Abu-Lughod nos convoca a deixar este olhar que, ao desejar proteger, subestima, e a encontrar

os significados intrínsecos que podem nos aproximar, de fato, de uma cultura. Ao invés de concluir precipitadamente que as mulheres de Djerba e do palácio têm suas vidas tolhidas de forma irreversível por um modelo patriarcal e misógino, é interessante olhar com mais atenção, como fez a jornalista Ilona Halberstadt (2001, grifos meus): “Dentro de uma casa tradicional em um mundo contemporâneo em transformação, as opções são vislumbradas; [...] Tlatli nos mostra os espaços que *as mulheres criam para si mesmas*”<sup>36</sup>.

Uma proposta neste sentido foi, portanto, delineada no presente texto. Parti justamente das experiências vividas por essas mulheres – ao nível do corpo individual, do corpo social e do corpo político – para compreender algumas das idéias que pautam sua realidade. Fluidos, membranas, patologias passam de simples dados fisiológicos a ricos cenários que aglutinam e comunicam significados culturais. Há um íntimo paralelo entre estes “dois corpos”: “A experiência física do corpo, sempre modificada pelas categorias sociais pelas quais ela é conhecida, sustenta uma visão particular da sociedade” (DOUGLAS, 1970, p. 93)<sup>37</sup>. E, no contexto dos filmes analisados, alguns elementos desta visão de mundo foram: a importância do coletivo para resolução de conflitos, doenças e dramas individuais; os dilemas que surgem quando biografia e biologia são intrincados em demasia; o valor atribuído muito mais à família do que ao indivíduo na reprodução social; a associação de perturbações físico-morais com fissuras mais estruturais e amplas. E, ao remeter a temas clássicos da Antropologia, como a relação entre o indivíduo e a sociedade e entre a natureza e a cultura, este exercício aproximativo ganha relevância e fôlego e cumpre sua tarefa momentânea, isto é,

35 Texto original: “Instead of political and historical explanations, experts were being asked to give religio-cultural ones. Instead of questions that might lead to the exploration of global interconnections, we were offered ones that worked to artificially divide the world into separate spheres – recreating an imaginative geography of West versus East, us versus Muslims. [...] Projects of saving other women depend on and reinforce a sense of superiority by Westerners, a form of arrogance that deserves to be challenged” (ABU-LUGHOD, 2002, p. 784, 789).

36 Texto original: “Within a traditional household in a changing contemporary world, options are glimpsed; [...] Tlatli shows us *the spaces women create for themselves*” (HALBERSTADT, 2001, grifos meus).

37 Texto original: “The physical experience of the body, always modified by the social categories through which it is known, sustains a particular view of society” (DOUGLAS, 1970, p. 93).

gerar curiosidade por conhecer mais ainda o mundo feminino tunisiano.

## REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 738-790, 2002.

ARMES, Roy. Reinterpreting the Tunisian past: les silences du palais. In: LACEY, Kevin; COURY, Ralph M. (Org.). *The Arab-African and islamic world: interdisciplinary studies*. New York: Peter Lang Publishing, 2000.

AUGE, Marc. L'anthropologie de la maladie. *L'Homme*, v. 26, n. 1-2, p. 91-90, 1986.

BARLET, O. **Entrevista realizada com Moufida Tlatli**. maio/2000. Disponível em: [http://www.africultures.com/anglais/articles\\_anglais/33int\\_tatli.htm](http://www.africultures.com/anglais/articles_anglais/33int_tatli.htm). Acesso em: 20 dez. 2005.

BEN GHARBIA, S. **Questionnaire. Reveille-toi, Tunisie!** 19/03/2003. Disponível em: [http://www.reveiltunisien.org/fr/article.php?id\\_article=492](http://www.reveiltunisien.org/fr/article.php?id_article=492). Acesso em: 20 dez. 2005.

BOURDIEU, Pierre. A construção social dos corpos. In: \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUITELAAR, Marjo. Public baths as private places. In: \_\_\_\_\_. **Women and islamization: Contemporary dimensions of discourse on gender relations**. Oxford e New York: Berg, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Natural symbols**. New York: Vintage, 1970.

DUARTE, Luiz. F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. A outra saúde: mental, psicossocial, físico moral? In: ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FARMER, Paul. Bad blood, spoiled milk: bodily fluids as moral barometers in rural Haiti. *American Ethnologist*, v. 15, n. 1, Feb., 1988.

FLORENCE, Stella. **Porque os homens não cortam as unhas dos pés**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GALLAGHER, Nancy Elizabeth. **Medicine and power in Tunisia, 1780-1900**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GÉNIN, B. **Entrevista realizada com Moufida Tlatli**. 21/12/2000. Disponível em: [http://www.filmclubcannes.com/les\\_silences\\_du\\_palais.htm](http://www.filmclubcannes.com/les_silences_du_palais.htm). Acesso em: 20 dez. 2005.

HADDAD, May. Women, medicine and health. *Middle East Report*, v. 0, n. 161, p. 29-30, nov./dez. 1989.

HALBERSTADT, Ilona. **Review. Sight & Sound**. julho/2001. Disponível em: [http://www.bfi.org.uk/sightandsound/2001\\_07/saison.html](http://www.bfi.org.uk/sightandsound/2001_07/saison.html). Acesso em: 20 dez. 2005.

HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *Physis*, v. 1, n. 2, 1991.

JONES, L. JaFran. A sociohistorical perspective on Tunisian women as professional musicians. In: KOSKOFF, Ellen. **Women and music in cross-cultural perspectives**. Westport: Greenwood Press, 1987.

KHAYYÂM, O. Tunisie: le pays muselé. *L'Actualité*. 19 mar 2003. Disponível em: [http://www.reveiltunisien.org/fr/article.php?id\\_article=494](http://www.reveiltunisien.org/fr/article.php?id_article=494). Acesso em: 20 dez. 2005.

KLEINMAN, Arthur. **Patients and healers in the context of culture: an exploration of the borderland between anthropology, medicine and psychiatry**. Berkeley: University of California Press, 1980.

LEAL, Ondina. F. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: LEAL, O. F. (Org.). **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1995. p. 13-35.

LEAL, Ondina. F.; LEWGOY, Bernardo. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, O. F. (Org.). **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1995. p. 57-75.

LENNON, Peter. Sins of the mothers. *The Guardian*, 22 jun. 2001. Disponível em: <http://film.guardian.co.uk/interview/interviewpages/0,6737,510536,00.html>. Acesso em: 20 dez. 2005.

MESSINA, Maria. Henna party: An orange-red cosmetic raises Moroccan women's spirits. *Natural History*, n. 9, p. 40-48, 1988.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; LOCK, Margaret. M. The mindful body: a prolegomenon to future work in medical anthropology. **Medical Anthropology Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 16-41, 1987.

TEITELBAUM, Joel M. Humoral theory and therapy in Tunisia. In: WESTERMEYER, Joseph (Org.). **Anthropology and mental health: Setting a new course**. The Hague e Paris: Mouton Publishers, 1976.

TLATLI, Moufida. **Os silêncios do palácio**. Tunísia, 1994. 127 min, legenda, cor, 35 mm.

\_\_\_\_\_. **Tempo de espera**. Tunísia, 2000. 122 min, legenda, cor, 35 mm.

TOMICHE, F. J. How to make the most of health services. **World Health**, p. 16-21, dez. 1971.

TOUBIA, Nahid. Women and health in Sudan. In: TOUBIA, Nahid (Org.). **Women of the arab world: the coming challenge**. Papers of the Arab Women's Solidarity Association Conference. London e New Jersey: Zed Books, 1988.

VÍCTORA, Ceres. G. A "mãe do corpo" dentro do corpo da mãe. **Corpus – Cadernos do NUPACS**, v. 1, 1999.



# Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

Márcio de Oliveira – UFPR

## RESUMO

Exame do papel desempenhado pela figura do ex-presidente da República Federativa do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), para o sucesso do processo de transferência da capital do Brasil e de construção da cidade de Brasília. Para tanto, examina a biografia de JK e procura relacioná-la à cidade. Análise do papel desempenhado por JK durante a construção de Brasília, no período compreendido entre 1956 e 1960, ano da inauguração da capital. Conclui-se que Brasília significou muito mais do que apenas uma nova capital. A transferência apontou de fato para uma nova nação. JK coroa este processo por conseguir traduzir em discursos os interesses dos mais diversos setores sociais, fazendo-os lentamente convergir para a crença de que Brasília seria a materialização da nação tão reclamada.

Palavras-chave: Brasília. Juscelino Kubitschek. Transferência da capital do Brasil.

## RÉSUMÉ

Analyse le rôle de l'ex-président de la République Fédérative du Brésil, Juscelino Kubitschek de Oliveira (dit JK), pour le succès du processus de transfert de la capitale du Brésil et pour la construction de la ville de Brasília. Pour ce faire, on analyse la biographie de l'ex-président et l'on cherche à le mettre en rapport à la ville et ses actes pendant la construction. L'on conclue que Brasília a signifié beaucoup plus qu'une nouvelle capitale. Le transfert a indiqué la construction d'une nouvelle nation. JK a bien incarné tout le processus parce qu'il a su traduire les plus divers intérêts en discours. Il a su montrer aux plus divers groupes sociaux que Brasília était l'expression finale de la nation si réclamée.

Mots-clés: Ville de Brasília. Juscelino Kubitschek. Processus de transfert de la capitale du Brasil.

## JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

É curioso constatar, que até 1999, existiam apenas trabalhos esparsos sobre a trajetória pessoal de JK (BARBOSA, 1988). Além desses, existia apenas uma curta biografia, e mesmo esta baseada em depoimentos pessoais (CARNEIRO; SILVA, 1983). Esta única biografia existente, desprovida de grande ambição, e cujo sentido somente se explica quando inserida no bojo da *Coleção Presidentes do Brasil*, não nos ensina muito mais do que é normalmente encontrado nas obras de sociólogos ou de historiadores que se debruçaram sobre o período, ficando mesmo aquém do depoimento que o próprio JK deixou de si e de seu governo (OLIVEIRA, 1976). Contudo, neste mesmo ano de 2000, foi publicada em livro a dissertação de mestrado de Simões (2000). Em seguida, em 2001, quase cem anos após o nascimento de ex-presidente, foi publicada uma excelente biografia sobre JK (BOJUNGA, 2001), redimensionando o papel de sua trajetória de vida e sua atuação na presidência da República, ao mesmo tempo que dissolvendo um certo mistério que ainda pairava sobre o ex-presidente, sobretudo se levarmos em conta as obscuras circunstâncias que envolveram o acidente automobilístico que ceifou sua vida em 1976.

Juscelino Kubitschek, o **peixe-vivo** e primeiro presidente do mundo a voar num caça supersônico, nasceu no dia dois de setembro de 1902, na pequena cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais. Era o segundo filho de uma família dita de classe média baixa para o padrão vigente naquelas cidades do interior do Brasil. Sua mãe era professora primária e seu pai, que morreria em 1905, era caixeiro-via-

jante. JK teve uma vida bastante difícil, tendo sido obrigado a trabalhar para completar o salário de sua mãe. O curso primário foi realizado em Diamantina. Como havia apenas dois colégios “ginasiais” em Minas Gerais, nenhum deles em Diamantina, e para continuar seus estudos, JK freqüentou as aulas do “Seminário”, feito conseguido graças a um aperto nas despesas familiares e um pequeno desconto conseguido. Embora não conferindo diploma, o “Seminário” permitiu que o pobre menino, sem condições de se transferir para Belo Horizonte, seguisse os seus estudos. Concluindo os anos de Seminário aos 15 anos de idade, a situação de JK parecia ser a mesma de antes: como obter o diploma do ginásio para poder almejar a entrada numa faculdade? O diploma ginásial seria coroado de sucesso graças a uma circunstância de exceção criada pela epidemia conhecida como “febre espanhola”, que ceifando a vida de tantos permitiu a outros que requeressem seus diplomas apenas obtendo sucesso nos exames. O concurso para telegrafista foi a porta de entrada definitiva para Belo Horizonte. Aprovado neste concurso, mas não nomeado imediatamente, um ano se passaria até que fosse nomeado e passasse a receber um ordenado. Instalado definitivamente em Belo Horizonte, presta os exames de vestibular para a faculdade de Medicina onde, após alguns anos, consegue se formar em 1927.

Após a formatura, JK segue para Paris, onde faz um curso de pós-graduação no Hospital Cochin, oportunidade em que conhece Portinari e Leopoldo Fróes. Na volta ao Brasil, JK se casa em 1931 com Sarah Gomes de Lemos, filha de um antigo parlamentar mineiro, Jaime Gomes de Souza Lemos.

A entrada de JK na vida política, num momento em que ainda exercia a profissão de médico, se deu graças a um antigo amigo, Benedito Valadares Ribeiro, nomeado Governador de Minas Gerais por Getúlio Vargas, nos anos que se seguiram à Revolução de 1930. JK conhecera Benedito Valadares quando servira como oficial-médico durante os combates no túnel da Mantiqueira (próximo à cidade de Passa Quatro, MG) contra o movimento

constitucionalista paulista de 1932. JK se tornaria chefe do gabinete civil do interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares, entre 1933 e 1934. Corria o ano de 1934 quando Benedito Valadares decide, sem mesmo consultar JK, incluir seu nome na lista eleitoral de seu partido, o PSD (Partido Social Democrata). Eleito deputado federal tendo sido o candidato mais votado de seu estado não sem causar uma certa surpresa, o mandato do desconhecido JK foi abreviado em 1937 pelo golpe de Estado ocorrido naquele ano. Era o início do período da história do Brasil conhecido como Estado Novo.

A carreira política de JK parecia ter chegado a seu fim. Isto porque, desiludido com a política, ele decide retornar à atividade médica, reabrindo seu consultório no dia primeiro de novembro de 1937, poucos dias antes do golpe, e sendo logo em seguida nomeado para o cargo de diretor do Hospital Militar. Contudo o mesmo regime político que lhe havia suprimido os direitos políticos ainda lhe reservaria algumas surpresas. Com efeito, durante o Estado Novo JK foi nomeado, por seu antigo amigo e governador de Minas Gerais Benedito Valadares, Prefeito da cidade de Belo Horizonte, tomando posse no dia 18 de abril de 1940, cargo que exerceria até 1945. JK, em suas memórias, afirma:

Na noite do dia 18 de abril, após aquela longa vigília no escritório, decidi sobre o caminho que deveria seguir. Sendo prefeito, iria agir outra vez como médico. O doente ali estava. Era Belo Horizonte – um doente que repousava num leito de fícus e de rosas. A política havia me envolvido de novo. E desta vez, definitivamente (OLIVEIRA, 1976, v. 1, p. 55).

Embora tendo aceitado o convite, precavido, JK não abandonaria a medicina, mantendo-se no Serviço de Cirurgia do Hospital Militar e na chefia do Serviço de Urologia da Santa Casa. A medicina influenciaria o perfil político e administrativo de JK. Lafer (1992, p. 14) escreve que JK, “como político que havia sido médico, tinha o instinto do diagnóstico de pessoas e situações. Era um intuitivo”. Como médico, agiria JK. Agiria em pleno tecido urbano,

iniciando tantas obras ao mesmo tempo, que sua ação não deixaria de se fazer notar.

A base das intervenções urbanas do Prefeito JK foi a reorganização das vias públicas e a construção dos principais eixos de Belo Horizonte, remodelando definitivamente o perfil viário, preparando-a para o automóvel e para a modernidade. Os paralelepípedos retirados da avenida Afonso Pena – que seria asfaltada às custas de um empréstimo conseguido junto ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais – seriam reaproveitados na avenida Amazonas.

A primeira grande obra urbana de JK foi abertura da avenida do Contorno, avenida que separa a zona central da cidade dos bairros suburbanos. JK chegou mesmo a temer que Benedito Valadares não apoiasse as inúmeras obras que em tão pouco tempo havia iniciado. De fato, tendo sido nomeado prefeito por Benedito Valadares quando este se encontrava em viagem pelo interior do estado, o governador de Minas Gerais, de regresso a capital, se espanta com o número de obras já iniciadas pelo recém-nomeado prefeito. Numa visita a um dos canteiros dessas muitas obras, Valadares comentaria com um de seus próximos colaboradores, Israel Pinheiro<sup>1</sup>: “Até que enfim, seu Israel, temos prefeito na capital” (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 29).

O ritmo de trabalho do prefeito era intenso. Suas inspeções nas diversas obras da cidade iniciavam-se às 6:30 horas. Em seguida operava no Hospital Militar e se dirigia para o Serviço de Urologia. As tardes eram dedicadas à Prefeitura. Nesta, JK reformaria inclusive os espaços internos do palácio da municipalidade, facilitando o acesso ao gabinete do prefeito. Mas isto não era tudo. No campo do lazer, uma das mais belas obras encomendadas foi sem dúvida o Parque da Pampulha, projeto idealizado inicialmente pelo próprio JK e apoiado pelo urbanista francês Alfredo Agache.

Foi ainda através da obra da Pampulha que o destino reuniria JK a um dos personagens mais im-

portantes para a construção de Brasília: Oscar Niemeyer. O então jovem arquiteto que começava a ser conhecido nacionalmente fora apresentado a JK por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e da Saúde. JK convida então Niemeyer a visitar a barragem da Pampulha, expondo-lhe suas idéias. Após o encontro, o arquiteto retornou a seu hotel e trabalhou em seu quarto a noite toda. Na manhã seguinte, JK é convidado a conhecer os croquis de Niemeyer e, após uma inicial incompreensão, se encanta com o projeto de rampas e paredes de vidro, composto por quatro conjuntos: iate clube, cassino, Casa de Baile e igreja. O parque foi ligado ao centro da cidade por uma larga avenida de mão dupla com quase 12 km de extensão. Com esta obra se consolidariam duas características inseparáveis do caráter empreendedor de JK: a ousadia e a rapidez.

Mas a passagem de JK à frente da prefeitura de Belo Horizonte não se limitou às obras públicas. JK aperfeiçoou o serviço de arrecadação imobiliária da prefeitura, obtendo assim os fundos necessários a outras importantes obras, tais como o Teatro Municipal, o cemitério Parque da Saudade ou ainda o Hospital Municipal. Criaria igualmente uma orquestra sinfônica, um Museu Histórico e o Paço das Artes. JK trabalharia ainda pela realização da “semaninha de arte moderna” mineira, deflagrada em 1944, numa alusão à Semana de Arte Moderna paulista de 1922. A semana contaria com nome tais como Jorge Amado, Portinari, Lasar Segall, Di Cavalcanti, Millôr Fernandes, Caio Prado Jr e Oswald de Andrade.

Em 1945, quando JK deixou a prefeitura, Belo Horizonte contava com 245 mil habitantes. Era a terceira cidade do país. Aproximadamente 50% de todo o calçamento da cidade, 75% da canalização de córregos e 80% da rede de esgotos haviam sido feitos em sua gestão. Por sua passagem na prefeitura, JK acabaria por se tornar conhecido como o “prefeito-furacão”.

Com o retorno à democracia, JK é indicado para ocupar o primeiro secretariado do recém-fundado Partido Social Democrata (PSD), cujo progra-

1 Israel Pinheiro se tornaria o braço direito de JK durante a construção de Brasília.



ma havia sido redigido entre outros por Barbosa Lima Sobrinho. JK concorre a um cargo na Câmara dos Deputados e elege-se em 1945 com larga votação, o segundo deputado mais votado em Belo Horizonte, tomando parte da constituinte que se organizaria no ano seguinte. Na Assembléia, foi membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Como constituinte, teve atuação discreta. Apresentou 16 emendas à constituinte embora nenhuma delas tenha sido posta em votação (BRAGA, 1998, p.386-388). Seu mandato na Câmara foi fundamentalmente aproveitado pelas viagens que fez pelo interior do Brasil, pela proximidade que estabeleceu com os novos princípios do planejamento estratégico, consolidando em âmbito estadual e nacional seu senso de administrador. Paralelo a isto, iniciou-se, durante a gestão de Milton Campos à frente do governo de Minas Gerais, a formulação de um plano de industrialização do estado, esforço que JK herdaria com prazer quando de sua eleição ao cargo de governador do estado.

Ao final de seu mandato na Câmara Federal e ocupando o cargo de Secretário-geral do PSD, JK foi indicado candidato do PSD ao governo de Minas Gerais em 1950, numa vitória apertada sobre o outro postulante, Bias Fortes. Durante a curta campanha eleitoral de dois meses, JK cunharia uma expressão que lhe acompanharia pelo resto de sua vida político-administrativa – o binômio energia e transportes – e um estilo de alcançar seus objetivos – o estabelecimento de audaciosas metas. JK se lembra deste período nestes termos:

O Binômio: Energia e Transportes atenderia às necessidades do desenvolvimento de Minas, mas requeria, para servir de slogan eleitoral, que fosse caracterizado através de cifras-alvos. Fixei, pois, em números, os objetivos da administração que pretendia realizar, e que foram considerados, na época, perigosamente audaciosas: a) rasgar 3 mil quilômetros de estradas de rodagem; e b) dar início imediatamente à construção de novas usinas, de forma a triplicar, no período de 5 anos, o potencial de energia elétrica do Estado, atingindo 600.000 KW (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 188).

O estabelecimento de metas precisas a serem cumpridas é claro, não fazia parte nem do ideário programático nem do estilo dos políticos da época. Muito pelo contrário. Empreendedores eram, no melhor dos casos, secretários, ministros, mas nunca chefes do executivo. Mas o pragmatismo do candidato, seus discursos girando em torno de fábricas, estradas e usinas, os 168 municípios visitados e 207 discursos feitos acabaram por fazer a diferença. Dos 1.330.000 eleitores, 714.364 votaram em JK contra apenas 544.086 que votaram no candidato da União Democrática Nacional (UDN), Gabriel Passos, concunhado do governador eleito.

Em 1950, JK, eleito governador de Minas, assiste ao democrático retorno de Vargas ao poder. Mas sua atuação seria toda centrada em Minas. Durante seu governo, o estado se tornaria uma espécie de laboratório onde JK colocaria à prova sua capacidade empreendedora e administrativa. JK (1976, v. 2, p. 270) se recorda: “O plano, que tracei para Minas, não estava limitado exclusivamente ao âmbito estadual. Ele se desdobrava e se projetava no cenário nacional, através de interligações de sistemas e de estreito entrosamento das redes de transmissão”.

Governar Minas Gerais não poderia ter sido melhor escola. Sobrevoando o estado, JK começou a vislumbrar de fato o desenvolvimento que pretendia. À imagem de um estado desfigurado, acomodado e quase nada industrializado, com municípios mal servidos por ligações terrestres a exemplo de sua própria Diamantina, enfim a imagem de um povo sem direção. Imagens bastante semelhantes àquelas que ele desenvolveria mais tarde já na presidência a respeito do Brasil, quando na presidência da República. JK lançou-se assim à metalurgia, logrando presenciar a inauguração da Companhia Siderúrgica Mannesmann, cujo consumo de energia elétrica era igual a três Belo Horizontes de então. Promoveu a construção de estradas e pontes. Construiu ainda escolas, postos de saúde, impulsionou o desenvolvimento de faculdades e centros de artes. O saldo de sua passagem pela governadoria mineira não seria apenas econômico, por mais importante fosse o salto

dado em termos da industrialização do estado. JK incorporara e realizara em escala local o sentido mítico de seu projeto político pessoal: construir as bases do grande estado moderno e industrial que viria a ser Minas Gerais.

O episódio de agosto de 1954 anteciparia simbolicamente o final do mandato de JK à frente do governo de Minas. Entre 1953 e 1954 não figurava entre os principais candidatos a presidente. Mas o suicídio do ex-presidente modificara radicalmente o quadro sucessório. JK fora o único governador de estado a comparecer ao velório do ex-presidente. Ao final de 1954, estava pronto para concorrer à presidência da República. Contava herdar o patrimônio eleitoral de Vargas e derrotar o candidato da UDN. No dia 31 de março de 1955, JK renuncia ao governo de Minas Gerais para se candidatar à presidência da República. Suas memórias dos tempos de governador revelam novamente a perspectiva do médico em face de seu paciente:

Já no Governo de Minas, alargaram-se substancialmente os horizontes. Os elementos com os quais jogava, eram regiões inteiras, e cada uma delas apresentava uma urdidura diferente e soluções por serem encontradas. E, acima das exigências locais, teria de considerar o Estado como um todo – um organismo, de veias já esclerosadas, de deficiente circulação sangüínea, com largas faixas de entorpecimento social, exigindo regeneração dos semimortos tecidos (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 364).

O médico, o político e, sobretudo, homem de realização. Celso Furtado tendo convivido e trabalhado com JK, o definiu em termos muito semelhantes:

Juscelino Kubitschek era um homem de ação, mas não um improvisador. Ele gostava de ter uma visão geral das coisas, de ter diante de si objetivos claros. Mas, ao mesmo tempo só se preocupava com aquilo que pudesse dar resultados. Não era um homem de meditação, de contemplação, era alguém que assumia plenamente a ação, visando objetivos que tinha perfeitamente diante de si, que antevia com clareza (FURTADO, 1991, p. 159).

Eis aí talvez um resumo da personalidade de JK: o “poeta da obra pública”, como o definiu Guimarães Rosa.

Saltando agora por sobre os anos de JK à frente da presidência da República – período histórico abordado no item seguinte – vamos encontrar JK momentos após a passagem do cargo a seu sucessor, Jânio Quadros. A presidência do país seria o último cargo público ocupado por JK até sua morte. Nas eleições presidenciais de 1960, JK manobrou habilmente para que seu partido não apresentasse candidato, tentando inclusive que apoiasse um candidato da UDN, numa coalizão de centro-direita que pudesse contrabalançar o crescimento da esquerda petebista durante seu governo. A manobra não surtiu efeito e o PSD acaba escolhendo o Ministro da Guerra de JK, Teixeira Lott, para enfrentar Jânio Quadros, candidato da UDN e então governador de São Paulo. O governo e o próprio JK mostraram-se ambíguos em relação ao candidato do PSD. Estando o irremediável posto, JK acreditou que uma vitória da oposição e um governo em meio às restrições orçamentárias herdadas de sua própria política desenvolvimentista e inflacionária facilitariam seu retorno ao poder. Estamos em 1961, mas já se vê ao largo faixas que prognosticam “JK 65”. A referência é clara. Naqueles tempos, quando inexistia a reeleição presidencial, JK só poderia voltar ao poder nas eleições seguintes, ou seja, em 1965<sup>2</sup>.

JK elegeu-se senador pelo estado de Goiás nas eleições extraordinárias realizadas em junho de 1961. Ocuparia este cargo até 1963. Sua atuação no parlamento não seria diferente daquelas outras duas experiências legislativas do passado não fosse a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. JK seria um dos 5 senadores a votar contra a solução parlamentarista que levou João Goulart à presidência. Seu partido, o PSD, e a UDN votaram maciçamente

2 O fraco empenho de JK no General Lott, candidato de seu partido à presidência nas eleições de 1960, teria sido um risco calculado. A idéia era que após um governo da UDN, JK poderia pleitear a presidência em 1965 como candidato da oposição. Cf. Maran (2002, p. 143-170).

a favor. O plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo, marcado para abril de 1965, seria antecipado para janeiro de 1963. O retorno ao presidencialismo naquele ano e o lento caminhar de Jango em direção à radicalização das reformas começavam a ultrapassar o mote desenvolvimentista de JK. Paulatinamente Jango se afastou politicamente de JK e do PSD, negando-lhe o apoio eleitoral recebido em 1955. No início de 1964 JK é indicado candidato à presidência pelo PSD, recusa envolver-se no golpe que se anuncia, mas finda por apoiar a eleição indireta do Marechal Castello Branco à Presidência da República. Entre abril e junho de 1964, JK seria quase que diariamente acusado de corrupção, de possuir uma fortuna incalculável, de manter depósitos em bancos estrangeiros, etc. Em maio daquele ano, o então Ministro da Guerra, General Costa e Silva envia um emissário a JK, pedindo-lhe que renunciasse a sua candidatura. Era a segunda vez que lhe faziam pedido semelhante. Como na primeira oportunidade, JK não renunciaria. A cassação de JK em junho de 1964 seria o primeiro ato de consolidação do movimento militar. Seria cassado em junho de 1964 mesmo sem uma acusação formal. Segundo JK, era a democracia que se cassava. Com os direitos políticos cassados por 10 anos, exila-se na Europa.

Os dias do exílio, segundo ele próprio, foram longos e tristes. Depois de retornar ao Brasil em 1965, na manhã seguinte aos pleitos estaduais, JK percebe que o Brasil não daria marcha à ré. O movimento militar consolidava-se a olhos vistos. O mandato de Castello Branco seria prorrogado e seu sucessor seria o general Costa e Silva, a quem muitos creditam a palavra final sobre a cassação de JK (BOJUNGA, 2001, p. 613-628). Através do Ato Institucional número 2, promulgado a 27 de outubro de 1965, os partidos políticos seriam extintos, as eleições presidenciais seriam indiretas, por meio do Congresso Nacional, até 1989. Ao final deste ano de 1965, JK e família retornariam ao exílio, desta feita aos EUA. Os últimos episódios políticos da vida de JK estão relacionados à constituição do movimento conhecido por “Frente Ampla”, cujo objetivo era re-

democratizar o país e cujos artífices eram JK, Carlos Lacerda e João Goulart. Em maio de 1967, retorna ao Brasil para assistir, no ano seguinte (1968), ao fechamento final do movimento militar através do Ato Institucional número 5. É decretada sua prisão domiciliar e é impedido de pisar o solo de Brasília. Seus direitos políticos só seriam restabelecidos realmente em 1974 – ao final dos 10 anos de cassação – mas mesmo assim não poderia se dedicar às atividades políticas. Era de fato o fim da carreira política de JK.

Problemas de saúde, muitas entrevistas, manter sua correspondência em dia e sua função de corretor em um banco de investimento, pequenos inquéritos, a derrota para a Academia Brasileira de Letras em 1975 – única eleição perdida em toda vida – e o lançamento do livro *Meu caminho para Brasília* (liberado pela censura do movimento militar desde que sem noite de autógrafos), vão preencher os últimos anos de JK, até sua morte no dia 16 de agosto de 1976, com 73 anos de idade<sup>3</sup>, provocada por um acidente de automóvel sobre o qual pesam ainda algumas dúvidas e, sobretudo, sem ver restabelecida a democracia no Brasil<sup>4</sup>.

Cassado por 10 anos, JK não concorreu à presidência em 1965. Seu lema, contudo, caso disputasse as eleições, seria: 5 anos de agricultura para 50 anos de fartura. As revoltas no campo e a sede de construção explicam o novo tom ao antigo mote construtor. Em 1976, JK fora procurado por líderes oposicionistas, dentre eles o antigo líder da ala moça do PSD, Ulysses Guimarães. Deseja redemocratizar o Brasil, reconstruir a nação.

Uma vez expostos alguns elementos da biografia administrativa e política de JK, a compreensão do sucesso de seu mandato presidencial – fato que tanto incomodou Skidmore – assume nova dimensão.

<sup>3</sup> Em um período de pouco mais de um ano, morrem JK, Jango e Carlos Lacerda, os três artífices da Frente Ampla.

<sup>4</sup> Seu velório na Catedral de Brasília e enterro no cemitério Campo da Esperança, reunindo aproximadamente 80 mil pessoas, foi primeira manifestação popular em Brasília desde o movimento de 1964.

Podemos agora analisar seu governo e sua biografia sob um último ângulo: a construção de Brasília.

### O PRESIDENTE JK E BRASÍLIA

Analisando a construção de Brasília, o que logo de início surpreende é menos a plausibilidade dos argumentos construtores e nacionalistas empregados pelo governo JK que sua recorrência na trajetória do pensamento social brasileiro (OLIVEIRA, 1994; 1997). Contudo, deve-se destacar a dimensão social que este projeto alcançaria, fato que é realmente notável, sobretudo quando se sabe que ele nem ao menos figurava no programa de governo do candidato à presidência JK. Como e por que então JK decidiu abraçar uma causa tão espinhosa como a transferência da capital para uma das regiões menos desenvolvidas de então?

A promessa de transferir a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o planalto central surgiu inusitadamente durante o primeiro comício eleitoral da campanha presidencial, realizado no dia 4 de abril de 1955 na cidade de Jataí, interior do estado de Goiás. Neste, como nos outros comícios que seriam realizados, JK afirmara alto e forte que respeitaria a Constituição caso fosse eleito. Num momento de perturbação da ordem institucional, mais que uma frase de efeito, esta promessa soava mais como um compromisso democrático de candidato do que como uma plataforma de governo. Mas, num hábito que lhe era próprio, ao encerrar seus discursos, JK franqueava ao público o direito de intervir e fazer perguntas. Foi neste momento que surgiu a inesperada questão sobre a mudança da capital. Vejamos como o próprio JK, em suas memórias, relata este episódio:

Quando, ao terminar o discurso, indaguei se alguém desejava fazer-me alguma pergunta, um popular adiantou-se e me interpelou: 'Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejava saber se irá por em prática aquele dispositivo da Carta Magna, que determina a transferência da capital da República para o planalto goiano?'

A pergunta era, na realidade, embaraçosa. Desde que me candidatara à presidência, havia organizado, com a cooperação de uma equipe de técnicos, um programa de Governo que, se eleito, iria realizar. Tratava-se do Plano de Metas, que englobava todos os setores das atividades do país. Em nenhuma das 30 metas, porém, havia qualquer referência à mudança da capital. Desde muito tempo, já me habituara a ver, no mapa do Brasil, aquele retângulo colorido, assinalando o local do futuro Distrito Federal. A idéia sempre me parecera utópica, irrealista. Entretanto, naquele comício de Jataí vi-me, de súbito, posto frente a frente com o desafio. O aparteante, sendo goiano, tinha interesse no problema. Além do mais, a mudança estava prevista na Constituição. Não hesitei um segundo e respondi com firmeza: "Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar este dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede e construirei a nova capital. [...] As 30 metas iniciais seriam mantidas, mas a elas havia sido acrescentada a da construção de Brasília, que eu iria denominar a Meta-Síntese (OLIVEIRA, 1976, v. 2, p. 368).

Como uma idéia que ao próprio JK sempre pareceram **utópica, irrealista**, uma idéia surgida de um aparte num comício, fruto de uma necessidade eleitoral (ou eleitoreira) muito circunstancial, pode galvanizar tanto esforço e interesse de JK? Iguamente, como explicar o apoio que ela acabaria por alcançar dos mais diversos setores da sociedade? Enfim, como explicar que JK tenha perseguido com tanto empenho esta idéia a ponto de transformá-la em sua obra diletta e de inaugurá-la num *tour de force* explícito?

Notemos aqui a retomada de algumas das questões que justificaram este trabalho. Os como e os por que Brasília teria vingado. Para JK (1974, p. 7), Brasília surgiu "como todas as grandes iniciativas, surgiu de um quase nada". De fato, o primeiro contato de JK – e mesmo de Israel Pinheiro – com a região de Brasília ocorreu durante a primeira visita à região ainda em 1956. Foi Ernesto Silva (ex-secretário da Comissão de Localização da Nova Capital, 1951-53, ex-presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, 1956, e futuro diretor da NOVA-

CAP) que, com a ajuda de um mapa, explicou a JK, durante o trajeto de avião, todos os trabalhos que os governos anteriores já haviam realizado em pró da mudança (SILVA, 1987). Contudo, pouco a pouco, surgiu uma relação particular, quase pessoal, entre JK e Brasília, fazendo crer a muitos que a construção da cidade não passaria de um capricho político e/ou de uma ambição pessoal desmesurada<sup>5</sup>. De fato, a explicação personalista para a criação de Brasília encontra eco tanto em análises de intelectuais em atividade naqueles anos como em muitos daqueles diretamente envolvidos com a construção, sendo menos insólita do que à primeira vista parece.

Couto (2001, p. 198-205) afirma que a explicação personalista faz sentido quando a ela incorpora-se um desejo político de JK: afastar o poder central da cidade do Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Como se sabe, JK, embora convictamente democrático, tinha horror de manifestações, em especial de manifestações estudantis. Levar a capital para o distante planalto central seria de fato uma (ousada) forma de se distanciar da arena política que se tornara o Rio de Janeiro desde o suicídio de Vargas. No dizer de Couto, para JK, instalar a capital no Planalto Central seria ainda a forma de distanciar o poder dos mandarins da imprensa brasileira e das constantes acusações e intrigas políticas próprias ao Rio de Janeiro. De fato, em muitos discursos – como veremos – JK associou a imagem de Brasília àquela da democracia. Ou ainda, referiu-se a imagem Brasília como a cidade da “nova democracia”.

Neste sentido, é possível supor que Brasília tornar-se-ia uma salvaguarda da democracia brasileira num plano geral, mas em especial do próprio governo democrático de JK. Não devemos nos esquecer dos dissabores – entre outros a CPI de Brasília – que o processo de construção traria a JK ao longo de seu governo. Não obstante, tem-se aqui mais um ele-

mento que explicaria a enorme tenacidade demonstrada por JK em relação a praticamente todos os aspectos da nova capital.

Neste mesmo registro, o crítico de arte Mário Pedrosa (1981, p.339), escrevendo sobre Brasília à época de sua construção, afirmava que JK queria deixar seu nome gravado com Brasília. Pode-se pensar que JK queria deixar seu nome “gravado” não apenas como artífice político e/ou viabilizador da mudança da capital, mas, sobretudo como construtor da cidade, resgatando sua conhecida e já demonstrada vocação para as grandes obras. Niemeyer e Lúcio Costa são testemunhos da tenacidade e do espírito de empreendimento com o qual JK se dedicava ao estudo e ao acompanhamento da construção de Brasília. Enquanto o primeiro se lembra daquele personagem estudando cada detalhe dos projetos arquitetônicos, e sempre pronto a propor soluções e exemplos num clima de exaltação, o segundo se lembra de JK referir-se a Brasília como um brinquedo que gostaria de ver montado e iluminado pouco mais de 3 anos depois do início da construção<sup>7</sup>.

Outros autores enfim, não diretamente envolvidos na construção de Brasília, são unânimes também em afirmar o envolvimento pessoal e direto de JK com a obra da nova capital<sup>8</sup>. A título de exemplo, Sodré (1978, p. 6), insistindo sobre o caráter “imperialista” do Programa de Metas, ressalta, porém, que a construção de Brasília era a meta de JK e não necessariamente de seu governo. O próprio JK (OLIVEIRA, 1976, v. I, p. 111-112) em muito contribuiu para a difusão desta associação quando afirmara que a resposta em Jataí tinha sido “política até certo ponto”, e que a idéia da transferência da capital somente o teria convencido completamente durante a campanha quando de suas viagens de avião pelo interior do país quando a pergunta lhe fora inúmer-

5 Associar Brasília a um capricho pessoal de JK foi uma constante em seus adversários políticos durante todo o período da construção.

6 Ver em especial os depoimentos da filha de JK, Márcia Kubitschek, e de José Sarney confirmando a tese de Couto.

7 Sobre Niemeyer, cf. Oscar Niemeyer (1961), e sobre Lúcio Costa, cf. Humberto ([19--]).

8 A ligação de JK com Brasília seria tamanha que, depois de 1964, impedido de ir à cidade, ele teria decidido visitá-la escondido num caminhão. Logo depois desse episódio, ele teria retornado a Brasília, convidado por uma amiga. Cf. Vera Brant (1991, p. 99-104).

ras vezes repetida: “Foi-me repetida essa pergunta em todos os Estados, nos mil e tantos comícios que realizei nessa campanha. Senti claramente que já era uma aspiração geral do país a mudança da capital administrativa do país” (OLIVEIRA, 1962, p. 58).

A idéia de “uma aspiração geral do País” seria repetida por JK em inúmeras oportunidades durante a construção da cidade. Esta explicação ainda hoje é levada em consideração. Mas, outras existem. É possível ainda pensar que JK tenha se convencido da necessidade da transferência da capital e da construção de Brasília exatamente por ela ter lhe parecido a forma de construir a nação inacabada, subdesenvolvida e falsamente agrícola que era o Brasil de então. Para justificar esta hipótese, vejamos como o próprio JK se lembra do episódio:

Havia visto o Brasil de cima – do bordo de um avião – e pude sentir o problema em todas as suas complexas implicações. Dois terços do território nacional ainda estavam virgens da presença humana. Eram os ‘vazios demográficos’ de que falavam os sociólogos.

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral – que já havia alcançado certo nível de progresso – povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante (OLIVEIRA, 1974, p. 8-9).

As imagens utilizadas por JK eram sociologicamente defensáveis sem perderem, contudo o brilho poético. **Longínqua região**, desenvolvimento espalhando-se como **mancha de óleo**; **desafio de nossa História** ou **instrumento do novo ciclo bandeirante**, todos os ingredientes míticos estavam ali reunidos para transformar o projeto de Brasília num acontecimento marcante na trajetória do Brasil.

Sendo verdade que o projeto de construir Brasília é fruto de uma resposta de político, de um quase nada, ou mesmo de um simples acaso – imagine-se que não tivesse havido a partes naquele comício de Jataí – a hipótese é que este projeto foi abraçado por um governo e por um presidente que pressentiram ali a real possibilidade de construir um novo país. Com Brasília, o governo JK acreditou na continuidade do ideal de construção da nação, desta feita com base em uma análise sempre apresentada como racional além de ser política, econômica e socialmente defensável.

Brasília acabaria por se tornar a 31ª, a famosa “meta-síntese”, superando as 30 metas inicialmente previstas. Em outras palavras, Brasília seria o veículo através do qual JK trabalharia a construção da nação. Queremos crer portanto que Brasília-Brasil foi uma associação que se apresentou ao governo JK desde o primeiro momento. A hipótese fundamental é que Brasília permitiu a JK vislumbrar realmente o que lhe pareceu ser uma nação incompleta e a possibilidade de construí-la. De fato, como se pode ler em suas memórias, foi em seguida ao comício de Jataí que JK toma o avião e começa, movido pela campanha, a sobrevoar e a observar o Brasil. Pode-se imaginar, um senhor ao lado de uma pequena janela, a observar os imensos “vazios” brasileiros, a terra virgem, os sertões esquecidos e ao mesmo tempo prontos a serem desbravados pelos “modernos bandeirantes”. Brasília se tornando a condição: a possibilidade de ligar, de ocupar, de interiorizar o desenvolvimento nacional.

É possível detectar facilmente elementos biográficos em JK que permitiram que de uma idéia se fizesse uma vontade e desta uma realidade. Mas talvez seja lícito supor que este mesmo processo cognitivo – Brasília poderá transformar/construir o Brasil – tenha se reproduzido em outros setores da sociedade, tais como os militares ou os intelectuais, e mesmo tenha se manifestado quando da definição das prioridades no canteiro de obras da nova capital. Neste sentido, pode-se imaginar que o sentimento de uma nação inacabada desempenhou um

importante papel na difusão da idéia da transferência enquanto um projeto viável. O que impressiona, portanto – sobretudo quando se sabe que o desejo de transferir a capital do litoral para o interior era antigo de mais de um século – são tanto as imagens de conquista e de fundação que lhe foram associadas quanto a dimensão que o projeto tomaria nos anos JK. Dimensão social, política e econômica, mas também histórica e simbólica. Brasília se tornaria, para muitos, não apenas o símbolo do governo JK, mas o símbolo de um novo país. Sua realidade não se limitaria apenas a deslocar o eixo de desenvolvimento do país, mas deveria mudar toda sua história. JK, talvez como nenhum outro, incorporou esta simbologia, e mesmo em suas memórias continuou a acreditar que:

[...] o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda sua história – do descobrimento até o meu governo – vivemos, para aproveitar aqui uma observação de nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, ‘arranhando a areia das praias, como caranguejos’. O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação ao resto do Brasil?

A resposta é simples: o deserto sem fim [...] Em face dessa realidade cruel [...] [o Brasil deveria] voltar as costas para o oceano e empenhar-se em tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento através dos mapas. [...] o Brasil deveria extinguir seus espaços vazios [...] fazer a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura das estradas [...] atrair capitais externos [...] irrigar-se, através de uma intensa política de açudagem, a terra seca do Nordeste [...] e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova capital no centro geográfico do país (OLIVEIRA, 1974, p. 2-13).

A história do Brasil, para o governo JK, seria dividida a partir de então em dois momentos: antes e depois de Brasília. A marcha para o interior era o fator capaz de reordenar o sentido da ocupação. Voltar-se-ia as costas ao litoral e a esta espécie de pré-história. Finalmente a sociedade brasileira lograria fixar seu ponto de partida, seu mito das origens. Te-

mos aí os motivos graças aos quais elegemos a construção de Brasília como momento ideal para análise de um dos desejos mais recorrentes do imaginário brasileiro: o desejo de construir a nação.

Resumindo, portanto, temos uma obra que permitiu a eclosão de um projeto sem igual na sociedade brasileira; que tornou compreensíveis as metas do governo JK; que distraiu a atenção das forças políticas dos muitos problemas sociais da época e que, sobretudo, apontou para uma espécie de modelo *passé-partout* capaz de solucionar qualquer tipo de problema, desde as falhas no sistema educacional – dizia-se a época, por exemplo, que a universidade a ser erguida em Brasília seria um modelo para o sistema educacional brasileiro como um todo – até mesmo as falhas no sistema de distribuição de alimentos – graças às rodovias e ferrovias a serem construídas para ligar Brasília ao resto do país. Uma verdadeira panacéia nacional, eis de fato como Brasília foi denominada por muitos.

Concluindo, é assim que se pode compreender porque tanto os diversos setores da atividade administrativa quanto os grupos sociais influentes na vida nacional à época da construção findariam por acreditar que a nova capital seria uma condição *sine qua non* para redenção do Brasil. JK coroa este processo, construindo, à sua maneira, a nação tão reclamada. Entregando-se à sua obra, ele não apenas disse: Brasília foi realizada. Ao lado das muitas leituras possíveis sobre a criação de Brasília, queremos destacar a importância da figura do ex-presidente encarnando o sentimento de ausência de nação ao mesmo tempo em que oferecendo o projeto da nova capital como possível solução de todos os problemas nacionais. Fazendo crer que Brasília era uma obra de todos, JK permitiu que os mais diversos interesses dos atores sociais nacionais – empresários, trabalhadores, interioranos, industriais, desenvolvimentistas, intelectuais, militares, etc – vissem ali a realização não apenas de uma cidade, ainda que de uma capital se tratasse, mas de um projeto nacional à altura de suas próprias perspectivas ideológicas, sociais, políticas e econômicas. Simbolizar tanto para tantos: eis talvez

o maior significado de Brasília. Realizar tanto para tantos: eis talvez a maior importância de JK para Brasília.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Francisco A. **Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira, da chegada de João Alemão à Revolução de 1932**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- BOJUNGA, Cláudio. **JK, o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.
- BRANT, Vera. Depoimento. In: OLIVEIRA, José Aparecido de et al. **JK o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1991. p. 99-101.
- CARNEIRO, Maria C. R.; SILVA, Hélio. **Os Presidentes: JK, 19º Presidente do Brasil**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- COUTO, Ronaldo C. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FURTADO, Celso. Depoimento. In: OLIVEIRA, J. A de et al. **JK, o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1991. p. 159-171.
- GOMES, Ângela de C. (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- HUMBERTO, Luís. **Brasília ano 20: depoimentos de 35 fotógrafos**. Brasília: Ágil Jornalismo, [19--].
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Importadora de livros, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976. 3 v.
- \_\_\_\_\_. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- LAFER, Celso. Os anos JK: seu impacto e significado. In: MEMÓRIA do Brasil. CPDOC. FGV. **Saudades do Brasil: a era JK**. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1992. p. 11-15.
- MARAN, Sheldon. JK e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 143-170.
- OLIVEIRA, Márcio de. Une mise en perspective historique du Mythe de la nation. **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n. 23/24, p. 129-143, 1994.
- \_\_\_\_\_. Pensamento social brasileiro em perspectiva: três a(u)tores em cena. **Comunicação e política**, v. 4, n. 3, p. 124-140, set./out. 1997.
- NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.
- PEDROSA, Mário. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- SILVA, Ernesto. **Depoimentos: programa de história oral**. Brasília: ArPDF, 1987.
- SIMÕES, J. G. **Sirênico canto: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. **O Brasil: de Getúlio a JK**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SODRÉ, Néelson W. **Oscar Niemeyer**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.





# Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN<sup>1</sup>

Alan Lacerda – IUPERJ

Bruno Cesário de Oliveira – UFRN

## RESUMO

O trabalho realiza um estudo de caso acerca da coalizão Unidade Popular, grupo liderado pelo PMDB no estado do Rio Grande do Norte e ocupante do governo estadual de 1995 a 2002. Empregando a teoria de coalizões desenvolvida por William Riker, procura analisar como a formação de coalizões se dá em contextos de elevado uso de patronagem como recurso de poder político. À ampliação da Unidade Popular no período que vai de 1994 a 2000 seguiu-se uma retração de seu tamanho em 2001 e princípios de 2002. O trabalho defende a hipótese de que a incerteza em relação ao pleito de 2002 impulsionou tentativas de expansão da coalizão que, por sua vez, foram determinantes para a subsequente redução. O trabalho utiliza dados eleitorais e relativos à migração partidária, comparando diversos momentos da história política recente do RN.

Palavras-chave: Coalizões. Eleições. Patronagem.

## ABSTRACT

This article develops a case study on the coalition Unidade Popular – UP (Popular Unity), group led by the PMDB in the state of Rio Grande do Norte – RN and state government's incumbent from 1995 to 2002. Employing the coalition theory elaborated by William Riker, we seek to analyze how coalition making occurs in settings with a high level of use of patronage as a resource of political power. Following its enlargement in the period spanning from 1994 to 2000, the UP suffered a diminution in its size in 2001 and beginnings of 2002.

This work sustains the hypothesis that the uncertainty in regard to the 2002 election prompted expansion attempts of the coalition that in turn were determinant for its ensuing reduction. We use electoral and party switching data, comparing several moments of the recent political history of RN.

Key words: Coalitions. Elections. Patronage.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o processo de formação de coalizões no plano estadual brasileiro. Examinamos em relevo a expansão da coalizão Unidade Popular no Rio Grande do Norte e sua subsequente redução, cobrindo o período de 1982 a 2002, com ênfase especial nos anos de 1994 em diante. Embora este seja um estudo de caso dirigido a eventos circunscritos na história política potiguar, nada impede comparações futuras com outros contextos estaduais. Sustentamos que a teoria de coalizões utilizada no trabalho pode ser aplicada em contextos políticos competitivos nos quais haja elevado uso de patronagem como recurso de poder. A concessão de cargos associada a estratégias clientelistas de obtenção de votos ocorre em todo o país e é provavelmente um dos traços dominantes da política de vários estados, incluindo o RN.

Salvo engano, trata-se do primeiro esforço para entender a formação de coalizões na política esta-

1 Agradecemos os comentários feitos por Ilza Andrade e Fabiano Santos a versões anteriores do texto. Igualmente somos gratos aos assessores parlamentares da deputada Fátima Bezerra (PT-RN), por informações prestadas.

dual brasileira que utiliza uma abordagem oriunda da teoria da escolha racional. Na análise, mostramos como decisões de atores, na busca da satisfação de suas preferências, ocasionaram efeitos não-antecipados do tipo perverso. Em 2002, a Unidade Popular consumiu os custos de uma estratégia de afirmação hegemônica que falhou em seus propósitos. Determinantes para o mau resultado foram as ações de competidores e restrições, em termos de patronagem e posições eleitorais, ao que a coalizão podia oferecer a seus integrantes, antigos e recentes.

O trabalho é organizado da seguinte forma. Na próxima seção, sumarizamos a teoria das coalizões de William Riker, enfatizando seus dois componentes fundamentais: o princípio do tamanho e o efeito de informação. Na terceira seção, expomos os principais elementos que caracterizavam o contexto político norte-riograndense, em destaque o arranjo bipolar das forças políticas. Na quarta seção, analisamos dados eleitorais e de migração partidária, procurando evidenciar o crescimento da Unidade Popular nas eleições estaduais e municipais, bem como no período entre-eleições. A quinta seção exibe e discute o processo de retração da UP, pondo em destaque as defecções sofridas pela mesma em 2001-2002 e suas causas. A sexta seção apresenta os comentários conclusivos.

## TEORIA

No clássico *The theory of political coalitions*, Riker (1962) define a política como um jogo de soma-zero<sup>2</sup>, no qual a vitória é um bem indivisível. As recompensas da vitória são distribuídas única e exclusivamente à coalizão vitoriosa, restando aos derrotados pura e simplesmente a derrota. Riker tenta assim encontrar e isolar o elemento próprio e exclu-

sivo da política. O autor concede que em barganhas e processos similares nos quais há ganhos mútuos, um modelo não-soma-zero seria mais apropriado, mas quando se considera decisões essencialmente políticas tais como uma eleição ou uma votação nominal no parlamento, faz sentido se concentrar no problema imediato da vitória. Esta é um prêmio indivisível em situações de conflito puro. Situações assim abundam na política, diferentemente das áreas societal e econômica, nas quais a probabilidade de ocorrência de jogos de soma-positiva, envolvendo ganhos mútuos, é bem maior.

O campo privilegiado para a aplicação da teoria é sem dúvida o da formação de coalizões eleitorais e legislativas. Riker elabora algumas premissas, definindo o que ele chama de princípio do tamanho, fundamental para o entendimento de seu trabalho. “Em jogos de soma-zero com n-pessoas, permitidos pactos privados entre os jogadores acerca da divisão das recompensas, sendo os atores racionais e de posse de informação perfeita, apenas coalizões de vitória mínima ocorrem” (RIKER, 1962, p. 32)<sup>3</sup>.

Detalhando as premissas, podemos perceber o raciocínio subjacente à teoria:

– N-pessoas indica interação de três ou mais atores, já que com apenas duas partes não faz sentido se falar de coalizão.

– Em um jogo de soma-zero tudo que é ganho por um ator é perdido pelo outro. Morrow (1994, 75) provê a rigorosa definição de que um jogo é soma-zero se e apenas se a soma das recompensas de todos os jogadores se iguala a zero.

– As partes podem negociar entre si a distribuição das recompensas (*side-payments*), que podem ser, por exemplo, pastas governamentais.

– Que os jogadores são racionais significa dizer que, diante de mais de um curso de ação disponível, os jogadores escolhem aquele que acreditam melhor satisfazer às suas preferências. Em linguagem mi-

2 Strom (1990) e Morrow (1994) sustentam que o jogo de soma-constante é estrategicamente equivalente ao de soma-zero. No jogo de soma-constante, o *payoff* ou recompensa total é uma constante, portanto a soma dos *payoffs* dos jogadores é a mesma, independentemente do resultado obtido ao final da interação. O que um jogador ganha, o outro tem que perder. A premissa de soma-zero parece ser excessivamente restritiva, já que os resultados seriam os mesmos em modelos com soma-constante.

3 As traduções das passagens de Riker e, mais adiante, de Jon Elster, são nossas.

croeconômica, o ator racional busca maximizar sua utilidade (ou seja, suas recompensas).

– O termo informação perfeita significa que todas as partes conhecem a estrutura de recompensas do jogo e suas regras, além dos movimentos anteriores feitos pelos jogadores (STROM, 1990).

Sob estas condições, sustenta Riker, apenas coalizões de vitória mínima ocorrem. Estas coalizões se caracterizam: a) pela ausência de participantes desnecessários à obtenção da vitória e; b) pelo fato de que a saída de qualquer membro da coalizão elimina sua condição de vitoriosa. Suponha que, em uma dada votação parlamentar, uma posição é considerada aprovada com 50% + 1 dos votos. Uma coalizão vitoriosa, operando sob as premissas de Riker, cooperaria atores até o ponto exato de 50% + 1 votantes. Mas por que seria assim? Porque a adição desnecessária de jogadores diminuiria os benefícios para cada membro da coalizão, tornando a inserção na mesma menos satisfatória para os seus componentes. Eis a essência do princípio do tamanho.

Uma outra premissa crucial estipula que os membros da coalizão controlam a entrada de novos membros. Nenhuma parte pode entrar na coalizão sem a concordância daqueles que já estão atuando na mesma. Se tal controle não existisse, todos os perdedores poderiam ingressar na coalizão vencedora, tornando-a sem valor e anulando os benefícios dos ganhadores.

No modelo, não há lugar significativo para as preferências ideológicas dos atores, no que concerne às estratégias visando à vitória. Basicamente, os atores procuram maximizar poder político, o que nas aplicações da teoria significa a ocupação de cargos governamentais a partir da força parlamentar adquirida pelos partidos políticos (no caso das análises sobre formação de governo em regimes parlamentaristas). O eventual discurso ideológico apresentado pelos partidos não constitui restrição à formação de coalizões entre estes.

O modelo de Riker tem sido criticado em vários aspectos. Para os propósitos deste trabalho, a crítica mais importante se refere à premissa de que os

partidos são exclusivamente motivados pela busca de cargos. Se se admite que partidos também são motivados pelo desejo de influenciar a política pública (leia-se: preferências ideológicas), o jogo passa a ter soma variável, o que descarta o princípio do tamanho (STROM, 1990). Isso acontece porque, por exemplo, partidos dão pesos diferentes aos vários itens da agenda política. No que se refere ao ponto ideológico, os ataques à teoria sugerem, implicitamente, os contextos políticos em que a análise é aplicável. Estes serão simplesmente contextos em que a política ideológica é ausente ou marginal no processo político. Voltaremos ao ponto no final da seção.

Críticas à premissa de informação perfeita são de alguma maneira antecipadas pelo próprio Riker, nas passagens em que é introduzido o chamado efeito de informação. Em nossa opinião, esta versão modificada da teoria, que admite coalizões sobre-dimensionadas, é o que há de mais interessante no clássico do autor. Cabe, portanto, uma apresentação cuidadosa da referida modificação crucial e de suas implicações. O efeito de informação baseia-se em um segmento crítico da teoria da escolha racional: aquele que concerne às crenças dos atores. “Em situações sociais similares a jogos de soma-zero com *n*-pessoas, [...] os participantes criam coalizões tão grandes quanto o que acreditam ser suficiente para a vitória [...]” (RIKER, 1962, p. 47).

As crenças dos agentes a respeito de quando sua coalizão tem de fato o status de vitoriosa dependem do montante de informação que coletaram ou que já está disponível no mundo. O modelo de informação perfeita não dá conta das incertezas presentes no mundo real, anota o autor. Em eleitorados de massa ou mesmo em grandes corpos legislativos, é difícil aferir a taxa de poder político dos vários participantes, assim como saber o que as diversas partes estão fazendo na persecução de seus interesses. Situações de barganha também dificultam a avaliação segura do real tamanho de uma coalizão (exemplos: um membro pode, por alguma razão, simular estar numa coalizão quando na verdade está em outra; alguns atores também podem recusar qualquer com-

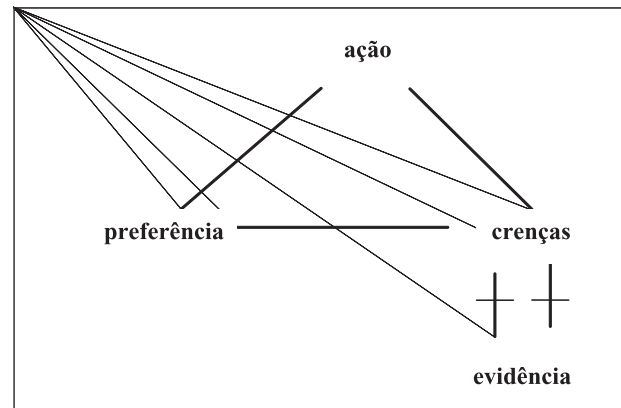
promisso, visando com isso ampliar seu poder de barganha para futuras trocas). A própria permissão aos *side-payments*, enquanto elemento constitutivo do processo de barganha, amplia a incerteza subjacente na medida em que trocas políticas efetuadas entre os atores podem pôr em risco o status majoritário de uma dada aliança.

Riker conclui que, diante de tais restrições, os membros comumente procuram ampliar a aliança até um mínimo, necessário à vitória, estimado subjetivamente, naturalmente acima do mínimo efetivo. Assim, uma coalizão de vitória mínima, subjetivamente estimada, em uma votação a exigir somente a maioria absoluta, poderia alcançar 55% ou 60% dos membros do corpo eleitoral ou legislativo. Nisto consiste, portanto, o chamado efeito de informação. É interessante pensar no efeito de informação como um mecanismo que reflete as dificuldades do ator racional para coletar um nível ótimo de evidências.

Elster (1994) relembra que uma ação, para que seja considerada racional, requer três decisões ótimas da parte do agente:

Primeiro, deve ser o melhor modo de realizar o desejo de uma pessoa, dadas suas crenças. Depois, essas crenças devem ser elas mesmas ótimas, dadas as evidências disponíveis à pessoa. Finalmente, a pessoa deve reunir uma quantidade ótima de evidência – nem demais nem de menos. Essa quantidade depende tanto de seus desejos – da importância que atribui à decisão – como de suas crenças relativas aos custos e benefícios de reunir mais informação (ELSTER, 1994, p. 47).

O processo é ilustrado no Desenho 1. Substituímos o termo desejos pelo conceito mais formal de preferências e desenhamos setas bloqueadas de uma maneira diferente da posta por Elster em seu livro.



Fonte: ELSTER, 1994, p. 48.

### Desenho 1 – Passos necessários da ação racional

Como se pode ver no Desenho 1, as otimizações bloqueadas aqui são as que ligam a coleta de informação às crenças do indivíduo acerca do estado do mundo e da estrutura de *payoffs* dos outros indivíduos. Se concebemos o problema da formação de coalizões vitoriosas nos termos da figura, podemos ver que o efeito de informação opera sob duas condições: a) há bloqueios na seta que liga informação à crença, o que gera incerteza nos atores acerca do tamanho apropriado para o grupo, e; b) os atores interessados (em particular o líder ou núcleo da coalizão) tentam obter mais informação sobre o estado do mundo e a estrutura do jogo, deparando-se com consideráveis custos de informação. O resultado é a decisão de ampliar, o que ocasiona a produção de coalizões sobredimensionadas. No fim, a dificuldade consiste, sobretudo, em custos de obtenção de mais informação (em relação ao montante disponível ao indivíduo no início do jogo), dada a conclusão alcançada pelo ator de que há incertezas de alguma natureza (eleitorais e outras).

Dissemos anteriormente que a teoria de Riker tem sido bastante criticada por sua orientação exclusivamente em termos de maximização de poder (*power-seeking* ou *office-seeking*). O modelo não capta adequadamente as motivações de atores orientados por preferências ideológicas (*policy-seekers*). No entanto, pode-se utilizá-lo, em nossa opinião, quando jogos de soma-zero ou constante são freqüentes e as

posições ideológicas têm um papel marginal na disputa política. Sustentamos que, em contextos nos quais há elevado uso de patronagem como recurso de poder, a teoria é aplicável e útil ao entendimento da interação estratégica entre atores políticos.

A ocupação dos postos que realizam patronagem é em regra e, pelo menos, um jogo de soma-constante: uma estrutura de patronagem dominada por um dado ator não pode ser dirigida por outro. As secretarias e órgãos ganhos por um político ou partido são via de regra “perdidos” por outros partidos ou políticos. Além disso, embora estruturas administrativas possam ser ampliadas mediante decisão política, é plausível supor que há uma certa inelasticidade inerente à estrutura de cargos. Afinal, o voluntarismo clientelista tem limites, sobretudo em conjunturas de ajuste fiscal.

Cumprindo indagar, primeiramente, se nesse tipo de jogo o efeito de informação assim mesmo opera, levando os políticos a sobredimensionar uma coalizão majoritária. Em segundo lugar, na eventualidade de o sobredimensionamento ser efetuado, quais são os custos e benefícios desta estratégia. As duas indagações, cremos, são mais bem respondidas a partir de um estudo de caso.

#### CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CENÁRIO POLÍTICO POTIGUAR

A partir de 1982<sup>4</sup>, o cenário político noroeste-riograndense passa a ser definido pela existência de dois pólos dominantes (ou sistemas, no jargão político local) que competem entre si nos diversos pleitos. De um lado, o grupo que tem como núcleo o PMDB e a família Alves, a coalizão Unidade Popular; de outro, o grupo que tem como núcleo o PFL (anteriormente PDS) e a família Maia, cujo nome é Vontade do Povo.

A liderança principal do primeiro “sistema” é o sr. Aluizio Alves, que pode ser considerado por si só

o início de seu próprio grupo: sua influência política data da década de 50 e foi consolidada com a vitória na eleição para governador em 1960, com a legenda do PSD. A organização do grupo familiar tomou impulso na década de 70, a partir de seu progressivo controle sobre o MDB. O grupo elegeu os governadores em 1986, 1994 e 1998, possuindo em 2002 seis familiares com posições eletivas<sup>5</sup>. Detentor da presidência do PMDB no estado, o patriarca não é contado, mas cabe lembrar que Alves já foi duas vezes ministro de Estado.

A maior liderança do segundo “sistema” é o senador José Agripino Maia, mas este não foi o iniciador de seu grupo. O falecido sr. Tarcísio Maia só ascendeu a uma posição destacada no quadro político estadual em 1974, quando foi eleito pela Assembleia Legislativa governador do estado. Na verdade, sua escolha foi uma indicação do general Golbery do Couto e Silva, que procurava renovar os setores conservadores reunidos na Arena, partido de sustentação do regime autoritário-militar (ANDRADE, 1996). O primo de Tarcísio, Lavoisier Maia, o sucede, também como governador biônico, e nomeia Agripino Maia, engenheiro e filho do governador anterior, prefeito de Natal. Agripino foi eleito governador em 1982, quando derrotou Aluizio Alves, e 1990. Em 2002, a família Maia apresenta quatro integrantes com postos eletivos<sup>6</sup>.

O elemento familiar é mais importante na Unidade Popular, dada a presença de considerável número de parentes em posições eletivas e ao fato informal de a família, enquanto tal, constituir o centro decisório do PMDB. Tanto os Maias como os Alves sofrem, ocasionalmente, defecções ou cisões de integrantes das famílias. O padrão usual tem sido o retorno de tais parentes, após um período de dissidência, ao seio do agrupamento político-familiar. As cisões e retornos, em sua maioria, são movimentos

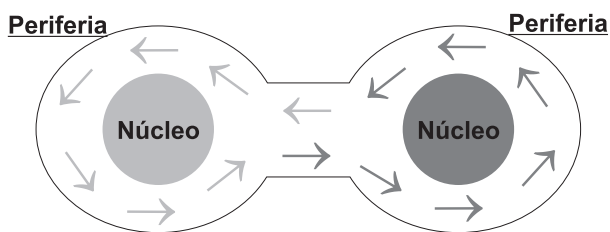
<sup>4</sup> Restringimos este prólogo ao período de competição multipartidária (1982-), mas a clivagem mencionada no texto se originou no período bipartidário (1965-79).

<sup>5</sup> Henrique Eduardo Alves, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Neto, José Dias, Agnelo Alves e Carlos Eduardo Alves.

<sup>6</sup> José Agripino Maia, Lavoisier Maia, Wilma de Faria e Márcia Maia.

puramente estratégicos, não representando clivagens duradouras<sup>7</sup>.

Os núcleos de ambas as coalizões são relativamente estáveis, mas as periferias, particularmente os prefeitos, apresentam consideráveis níveis de migração partidária. Como uma evidência da preeminência da patronagem, a migração ocorre principalmente na direção da coalizão governista de ocasião. Partidos inteiros situados nas periferias freqüentemente mudam de grupo, embora o padrão bipolar se mantenha constante. O Desenho 2 demonstra como se deu a dinâmica política estadual entre 1982 e 2002. Percebemos a existência de duas coalizões com núcleos consideravelmente estáveis, mas com periferias em movimento, o que ressalta a migração como um movimento pendular dos atores políticos entre uma e outra coalizão, a depender, sobretudo, do ocupante do governo estadual.



Desenho 2 – O padrão bipolar das coalizões potiguares

Existem agrupamentos políticos que se posicionam de maneira relativamente independente das duas grandes coalizões. O mais independente é o PT, que jamais se coligou a qualquer um dos “sistemas” em uma eleição estadual ou para a prefeitura da capital. O partido tem influência política apenas na capital, onde logrou terminar os pleitos para a prefeitura com a segunda candidatura mais votada

7 Existem também facções político-familiares no interior do estado. A mais importante delas é formada pelos Rosados, cuja base é Mossoró, segunda cidade do estado. Os Rosados se dividem nos níveis local e estadual entre as duas grandes coalizões estaduais, o que lhes garante o controle político da prefeitura de Mossoró, já que a competição é praticamente restrita a dois membros da família. Cf. Felipe (2001).

em 1996 e 2000. No período, Wilma de Faria (ex-Wilma Maia, por ter sido esposa de Lavoisier Maia) e seu partido, o PSB, também procuraram ampliar sua autonomia. Seus sucessos eleitorais dependeram, porém, de alianças com os pólos dominantes.

Os fatores ideológicos que diferenciam os dois grupos estão relacionados em particular ao seu papel no regime militar e no processo de redemocratização. Aluízio Alves, quando governador, apoiou o golpe militar de 1964 (GERMANO, 1982), posteriormente ingressando na Arena, em uma de suas sublegendas. Contudo, seu mandato de deputado federal lhe foi retirado na onda de cassações após o AI-5, estimulando seu ingresso no MDB. A partir de 1970, os Alves controlam o partido de oposição ao regime militar no estado, construindo uma imagem de oposição ao autoritarismo. Já os Maias foram praticamente criados, em um genuíno processo de invenção política, a partir do governo federal e de militares, que puderam assim substituir elites políticas conservadoras e tradicionais do estado. Tais papéis definiram imagens que diferenciam os dois sistemas: os Alves e o PMDB são geralmente percebidos por importantes emissores de opinião política como menos à direita do que os Maias e o PFL. Todavia, ambos podem ser classificados como agrupamentos de centro-direita.

As duas coalizões utilizam redes de patronagem, com implicações na ocupação de cargos, federais e estaduais, que possam favorecer estratégias clientelistas de obtenção de votos. É muito difícil distinguir grupos políticos por critérios ideológicos quando há uso pervasivo de estruturas de cargos como meio de distribuir benefícios individualizados aos eleitores. O motivo é simples: os políticos e agremiações estão usando estratégias idênticas na persecução dos votos e que, além disso, não têm qualquer elemento programático. A literatura sobre o tópico, em referência ao caso potiguar, ainda é incipiente, mas encontramos conclusões importantes, em dois trabalhos, que vêem nas ações clientelistas um elemento fundamental de manutenção do poder político (ANDRADE, 2001; SILVA, 1998).

Os prefeitos freqüentemente funcionam como cabos eleitorais das coalizões, dada a sua maior proximidade com os eleitores. Nesta posição, realizam trocas políticas com as elites estaduais que poderiam ser igualadas às encontradas na relação coronelista (LEAL, 1978). As lideranças locais tentam assegurar os votos e, em contrapartida, recebem os cargos, além dos recursos de emendas ao Orçamento, com os quais podem obter o apoio necessário entre os eleitores para as elites estaduais e para sua própria sobrevivência política. Contudo, devemos ter o cuidado de salientar uma diferença crucial entre as duas situações. O coronel detinha um nível de controle sobre o voto muito maior que o exercido hoje por prefeitos e lideranças locais, o que gerava pleitos de baixíssima competitividade. Um contraste com o contexto atual, no qual a maioria das eleições exhibe considerável competitividade entre os candidatos.

O elemento sócio-econômico presente no clássico de Leal (1978) como fator fundante do coronelismo, a saber, a estrutura agrária concentrada com um grande número de trabalhadores rurais, está também ausente em nosso caso. Como na maior parte do país, o RN possui uma alta concentração da propriedade da terra, mas apresenta uma população urbana amplamente majoritária. A origem do poder político dos Maias e dos Alves, por sua vez, não pode ser localizada na propriedade da terra e sim em fatores inerentemente políticos.

#### A EXPANSÃO DA UNIDADE POPULAR

Nesta seção, analisamos a expansão da coalizão Unidade Popular a partir de seu retorno ao comando do governo estadual após o pleito de 1994. No período 1995-98, o movimento de ampliação do grupo desencadeado pelos Alves visou a formação de uma maioria na Assembléia Legislativa e a ampliação da bancada federal, pré-condições percebidas para a reeleição do governador peemedebista. No período

pós-1998, novas considerações entram em foco, a partir dos objetivos delineados pelo patriarca Alves e os obstáculos políticos interpostos a essas metas.

A partir de 1994, podemos verificar o processo de ascensão da coalizão partidária que passou a ocupar o governo. No pleito daquele ano, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) é eleito governador do estado pela coligação oposicionista Unidade Popular (UP), composta por PMDB, PSDB e PPR<sup>8</sup>. O candidato governista, da coligação Vontade do Povo (VP), foi o ex-governador Lavoisier Maia, tendo o apoio de cinco partidos: PDT, PFL, PTB, PL e PP. Ambas as coalizões elegem seus candidatos principais ao Senado: Geraldo Melo e José Agripino Maia, respectivamente.

Para a Câmara dos Deputados, foram eleitos três deputados pela UP e cinco pela VP. No caso da Assembléia Legislativa, lograram êxito eleitoral dez deputados da Unidade Popular, treze da Vontade do Povo e um do PT. Conhecer a realidade eleitoral no ano de 1994, em comparação com os acontecimentos em 1995, é fundamental para que tenhamos uma idéia da extensão do crescimento da UP no estado. Nos Gráficos 1 e 2, concernentes aos resultados eleitorais, podemos constatar uma maioria de deputados eleitos, tanto no nível federal como no estadual, pela VP.

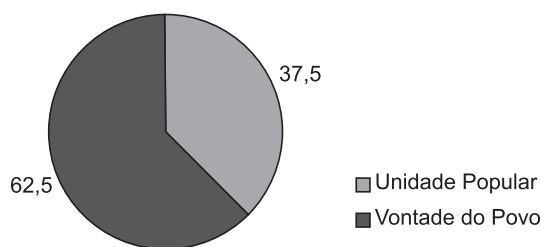


Gráfico 1 – Percentual dos Deputados Federais eleitos em 1994

8 O então PPR (ex-PDS, e depois PPB) rompeu, naquela ocasião, com o PFL lançando o candidato a vice na chapa da coligação Unidade Popular.



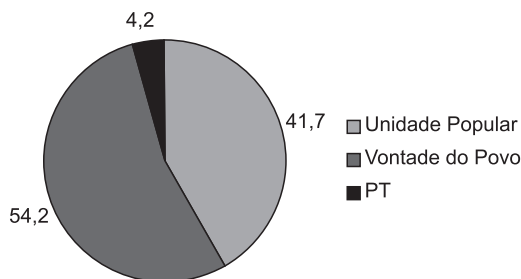


Gráfico 2 – Percentual dos Deputados Estaduais eleitos em 1994

Já no início do governo de Garibaldi Alves Filho, é desencadeado um processo de cooptação visando a garantia de apoio às medidas governamentais enviadas à Assembléia Legislativa, através da formação de uma maioria parlamentar no plenário da Casa. Na verdade, não seria incorreto dizer que o processo de cooptação teve como seu nascedouro a indicação do deputado federal Fernando Freire (PPR/PPB) para vice-governador na chapa de Garibaldi Alves.

Com a vitória da Unidade, o PPB tornou-se uma agremiação receptiva a adesões, recebidas a partir do início da gestão. Para que tenhamos uma idéia desse fenômeno, basta compararmos o quadro partidário na Assembléia Legislativa do estado no início do governo, em 1995, com os resultados eleitorais de 1994 para deputado estadual. O Gráfico 3 demonstra a extensão da migração partidária na direção do grupo governista.

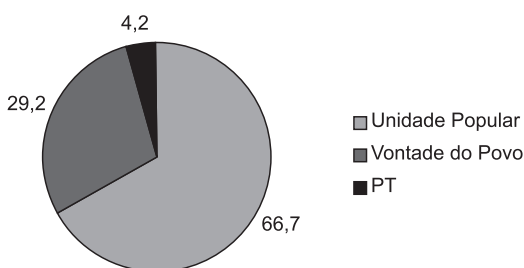


Gráfico 3 – Percentual dos Deputados Estaduais no início de 1995

Em 1995, dos treze deputados estaduais eleitos pela coligação Vontade do Povo, seis passaram a dar apoio ao governo, migrando em sua maioria para o partido liderado pelo vice-governador do estado, como demonstramos no Quadro 1. A presença do PPB na UP teve uma importância fundamental na atração dos nomes provenientes da coligação VP, uma vez que o histórico de conflitos e a forte polarização no estado entre os dois maiores partidos de cada coligação, o PMDB e o PFL, poderia constrianger os deputados, prefeitos e demais lideranças que decidiram apoiar o novo governo (ANDRADE, 2001). As lideranças do PFL e do PPB têm a mesma origem e possuíam afinidades históricas no estado por caminharem unidas nos tempos do PFL e do PDS. Evidentemente, não queremos dizer com isso que o PPB foi o único partido que recebeu adesões dentro da UP, mas sim que foi o maior beneficiário do processo.

Deputados Estaduais	1994	1995
Nelson Freire	PFL	PPB
Valério Mesquita	PFL	PPB
Ricardo Mota	PFL	PPB
Ronaldo Soares	PFL	PPB
Elias Fernandes	PFL	PMDB
Francisco José	PFL	PPB
Deputado Federal	1994	1995
Iberê Ferreira	PFL	PPB

Quadro 1 – Deputados que passaram a apoiar o governo

Desta forma, podemos visualizar o evidente crescimento da Unidade a partir da primeira gestão Garibaldi Alves/Fernando Freire. No final de seu primeiro mandato, novos acontecimentos serviram de impulso a novas adesões em todo estado, a saber, a privatização da empresa elétrica do RN, a Cosern, e a possibilidade de reeleição dos chefes do Poder Executivo, aprovada no Congresso Nacional em 1997. Com a venda da estatal, o governo passou

a ter um potencial de investimento sem precedentes no Rio Grande do Norte, induzindo uma forte migração de prefeitos que passaram a apoiar o governo, integrando-se à Unidade.

Com a aprovação da reeleição, a ampliação dos investimentos do estado em 1998 e a boa avaliação popular, o governo se fortalece para a disputa eleitoral de 1998. Naquele ano, Garibaldi e Fernando Freire são reeleitos no primeiro turno para mais quatro anos de governo, pela Unidade Popular (PMDB, PPB, PPS, PAN, PRTB, PMN, PRN, PSD e PT do B), derrotando mais uma vez a Vontade do Povo (PFL, PSDB, PSB, PTB, PSL, PL e PV), que tinha como candidato o senador José Agripino Maia. A UP é vitoriosa também na eleição para o Senado, elegendo o senador Fernando Bezerra, até então senador na condição de suplente de Alves Filho, na única vaga em disputa, pelo PMDB. É relevante notar que a reeleição do governante de então quebra a alternância que se verificava até então nas disputas pelo cargo de governador.

Terminado o pleito, a situação eleitoral era bem diferente daquela encontrada em 1994. Dos candidatos para a Câmara dos Deputados, a UP consegue eleger cinco e a VP três, fato que demonstra uma alteração substancial no quadro estadual em relação à eleição anterior, com uma supremacia da coligação peemedebista. Para a Assembléia Legislativa, o quadro foi de menor dominância do grupo dos Alves, mas refletiu um aumento em sua força eleitoral: a UP elege doze deputados, a Vontade do Povo dez e a Frente Popular (PT, PDT, PCB e PC do B) consegue eleger dois parlamentares. Os resultados eleitorais podem ser visualizados nos Gráficos 4 e 5.

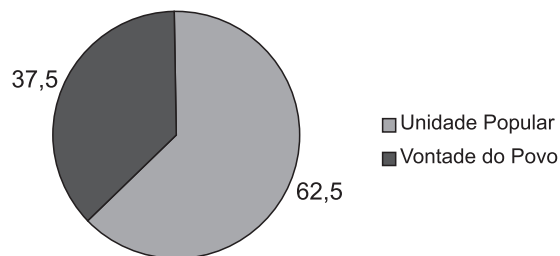


Gráfico 4 – Percentual dos Deputados Federais eleitos em 1998

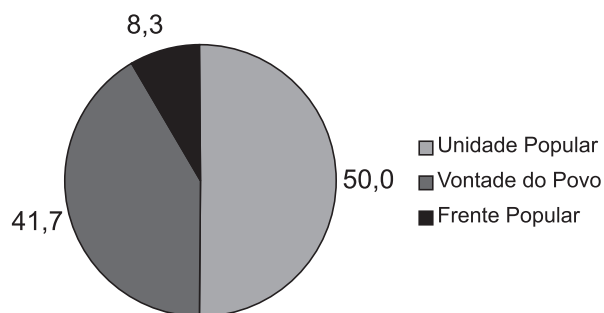


Gráfico 5 – Percentual dos Deputados Estaduais eleitos em 1998

Iniciado o segundo governo da coalizão peemedebista, um novo processo de cooptação continua, com o intuito de dar, novamente, status majoritário ao governo na Assembléia Legislativa. De pronto, dois deputados estaduais eleitos pela Vontade do Povo se filiam ao PPB. Posteriormente, mais um deputado adere ao governo e ao PMDB, mas em 2001, já em plena retração da coalizão. Vê-se, portanto, que o nível de migração foi menor no segundo mandato, pelo menos no que se refere aos deputados. O Quadro 2 expõe as evidências. O fato é que em 1998 a UP elegeu metade dos deputados estaduais e a maioria dos federais, do que se pode inferir que não necessitava importar quadros de fora da coalizão na proporção em que fez no início do primeiro mandato. Em 1994, como se pôde perceber nos Gráficos 1 e 2, a UP saiu da eleição em posição minoritária em ambos os pleitos proporcionais.

Deputados Estaduais	1998	1999-2001
Alexandre Cavalcante	PFL	PPB
Vidalvo Costa	PL	PPB
Nelter Queiroz	PL	PMDB

**Quadro 2 – Deputados que passaram a apoiar o governo**

No segundo mandato de Garibaldi Alves Filho, o líder da UP, Aluizio Alves, define como objetivo político-familiar a eleição para governador de seu filho, o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB). Tal definição gerou dois tipos de incerteza, uma de natureza eleitoral e outra relativa à administração dos espaços internos da coalizão.

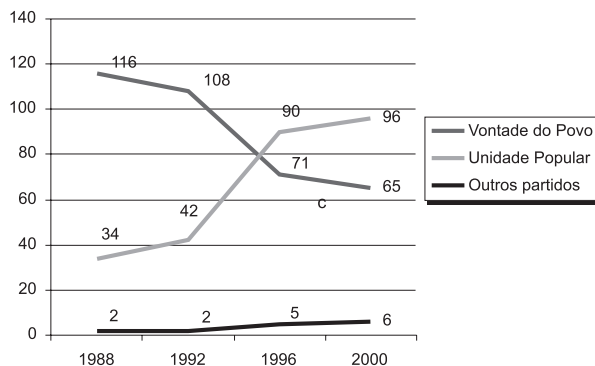
A primeira se baseava nas derrotas do deputado Henrique Alves nas duas eleições majoritárias que disputou, para a prefeitura de Natal: em 1988, pela sra. Wilma de Faria (na época no PDT), e em 1992, por Aldo Tinoco Filho (PSB), candidato da prefeita. Estes reverses geraram uma percepção generalizada, maximizada por adversários e “aliados”, de que o deputado era um nome de difícil recepção para um pleito majoritário, a despeito de suas votações maciças para a Câmara.

A segunda incerteza originava-se do temor de que a escolha de Henrique Alves gerasse incentivos à cisão de setores da UP descontentes com sua indicação, particularmente aqueles ligados ao senador Fernando Bezerra. Este se destacava no cenário nacional, tornando-se ministro da Integração Nacional e se posicionando como candidato natural pela coligação.

O cenário assim produzido gerou incentivos para que a UP e seu patriarca se movimentassem na direção de assegurar uma posição hegemônica na política estadual, isolando a Vontade do Povo e desestimulando a candidatura de Fernando Bezerra. Riker sustenta que o efeito de informação se dá quando há incerteza, do ponto de vista do núcleo ou líder(es) da coalizão, acerca do ponto preciso em que a coalizão se torna seguramente majoritária. A

adição de novos correligionários, desta forma, obedece a uma lógica em que a incerteza é de alguma maneira quantificada em adesões acima da maioria ganhadora mínima. Buscando construir uma maioria eleitoral segura para seu filho, cuja postulação enfrentava problemas de rejeição no eleitorado, o ex-ministro Aluizio Alves optou pela cooptação de uma ampla maioria da elite política estadual a tal projeto. Com essa base, confiava superar as dificuldades mencionadas.

A obtenção do apoio dos prefeitos tornou-se fundamental dentro dessa estratégia. O número de prefeitos que passaram a fazer parte dos quadros da Unidade Popular também foi bastante significativo. O Gráfico 6 expõe o número de prefeitos por coligação nos pleitos de 1988, 1992, 1996 e 2000<sup>9</sup>. A UP obtém uma maioria de prefeitos pela primeira vez em 1996, ampliando-a no pleito seguinte, já depois da reeleição.



**Gráfico 6 – Evolução do Número de Prefeitos por Coligação**

Com o objetivo de refinar a análise dos dados, investigamos o fenômeno da reeleição de prefeitos

9 O dado de pertencimento à coalizão é fornecido pela filiação partidária do prefeito no momento eleitoral e pela configuração partidária na eleição estadual anterior a cada pleito municipal, no caso as de 1990, 1994 e 1998. Em 2000, há a exceção do PSB, que coligou-se à UP somente neste ano. Portanto, os prefeitos pessebistas são considerados integrantes da UP neste caso. A fonte dos dados para as eleições municipais é Andrade e Oliveira (2000), importante trabalho de coleta e organização dos dados eleitorais do RN.

na eleição municipal de 2000 no Rio Grande do Norte. Dos 167 municípios<sup>10</sup> do estado, 87 (52%) tiveram seus prefeitos reeleitos nas eleições de 2000, em um universo de 123 aspirantes à reeleição. Dentre os 87 bem-sucedidos, 61 prefeitos faziam parte dos partidos que compunham a UP naquele ano, o que corresponde a cerca de 70% dos municípios que tiveram seus prefeitos reeleitos. Por sua vez, dos 61 prefeitos reeleitos que faziam parte da coalizão governista, vinte vieram a aderir ao grupo depois de 1996, ou seja, foram eleitos pela oposição, mas mudaram de partido, passando a integrar a Unidade. A Tabela 1 exibe o processo de migração e permanência de prefeitos entre as duas grandes coalizões. Fica claro, a partir de seu exame, que a reeleição foi mais segura para aqueles mandatários que pertenciam ao grupo governista, inclusive aqueles que somente aderiram ao governo após o pleito de 1996.

**Tabela 1 – Permanência e Migração dos Prefeitos Reeleitos, por Coligação**

Prefeitos Reeleitos		
1996	2000	
Unidade Popular →	Unidade Popular	41
Vontade do Povo →	Unidade Popular	20
Vontade do Povo →	Vontade do Povo	25
Unidade Popular →	Vontade do Povo	01
	Total	87

As adesões à UP ocorrem também, marcadamente, na capital do estado, onde o PSB, partido liderado pela prefeita de Natal, Wilma de Faria, adere à coalizão governista a partir de 1999. Após ter sido eleita prefeita de Natal em 1996, pela coligação VP (PSB, PFL, PTB, PCB e PV), Wilma de Faria consolida sua administração com o apoio institucional dos partidos que faziam parte daquela coligação. Em 1998, o PSB ainda apóia, por exemplo, a candidatu-

ra opositorista do senador José Agripino Maia (PFL) para governador. Porém, terminadas as eleições, conversações são abertas visando à obtenção do apoio da prefeita de Natal e de seu grupo à UP.

Nos anos de 1999 e 2000, os primeiros sinais da adesão do PSB à administração Garibaldi se dão com a chamada “parceria administrativa” entre o governo estadual e a prefeitura de Natal. Com a parceria administrativa, Natal ganha obras de grande porte, somente viabilizadas graças a recursos federais e estaduais. A parceria administrativa transforma-se em parceria política e fica acordado que a Unidade Popular não lançaria candidato à prefeitura de Natal no pleito de 2000, apoiando a reeleição da prefeita. É importante assinalar que o acordo eleitoral foi fundamental para a vitória de Wilma de Faria, ainda no primeiro turno, contra a candidata Fátima Bezerra (PT), devido à transferência de votos dos eleitores simpatizantes do PMDB<sup>11</sup>. Como contrapartida, a prefeita aceita como vice um peemedebista membro da família Alves e garante apoio ao candidato da UP para o governo do estado no ano de 2002. Naquele momento, já se sabia que este seria o deputado federal Henrique Eduardo Alves.

## RETRAÇÃO DA UNIDADE POPULAR

Nesta seção, procuramos, primeiramente, descrever o conflito político precedente à eleição de 2002 e os acontecimentos que resultaram na redução da coalizão liderada pelo PMDB. Além disto, buscamos identificar as causas dessa retração. Dois fatores podem desde já ser destacados.

Primeiro, a antevisão, por parte dos políticos em cisão com a UP, de uma coalizão futura alternativa mais satisfatória para seus objetivos, com os correspondentes benefícios esperados em patronagem. À medida em que a Unidade ampliava o número

<sup>10</sup> Em 1996, o RN possuía 166 municípios, passando a 167 em 2000, com a criação do município de Jundiá.

<sup>11</sup> Em 1996, Wilma de Faria foi apoiada pelo PFL, porém teve que enfrentar um difícil segundo turno com a deputada estadual Fátima Bezerra. Determinante para a existência do segundo turno foi a presença de uma terceira candidatura bastante competitiva apoiada pelo PMDB, representada pelo sr. João Faustino (PSDB).

de membros, gerava o risco de perda definitiva de “espaços” para vários de seus correligionários, que viam reduzidas suas áreas de influência com o sobre-dimensionamento da coalizão<sup>12</sup>. Segundo, a escassez de posições na lista de candidaturas majoritárias e proporcionais em relação à quantidade de postulantes aos cargos eletivos. A escassez é, em princípio, um mecanismo puramente restritivo dado pela estrutura de oportunidades institucionais, mas que é magnificado pelo sobredimensionamento.

A afirmação precoce do nome do deputado Henrique Alves para a sucessão do governador Garibaldi Alves pode ter contribuído para o próprio solapamento de sua candidatura, na medida em que a ausência de uma discussão interna dos nomes suprimiu as possibilidades de uma candidatura diferente à da família Alves, em destaque a do senador Fernando Bezerra. A “imposição da candidatura de Henrique”, tal como foi percebida pelos atores políticos, pode ser vista como o ponto de partida para o processo de retração dentro da coligação Unidade Popular. As razões que levaram o presidente do PMDB estadual a insistir na candidatura de seu filho são provavelmente variadas: o desejo de manter o posto de governador de estado dentro da família, a eleição do filho como coroamento de sua carreira política (deputado federal eleito e reeleito desde 1970, em geral com expressivas votações), e o temor da ascensão de Fernando Bezerra. Importa anotar que, uma vez definido o objetivo, a cúpula da UP tomou os passos necessários para atingí-lo, descritos na seção anterior.

A necessidade de reunir mais apoios enfraquecia internamente a distribuição de poder já existente na UP. Tal fato foi exacerbado pelas dificuldades de aceitação do nome proposto. Primeiro, ocorreu a conquista do apoio do PSB da prefeita de Natal e, posteriormente, a UP trouxe de volta à coligação o

PSDB, liderado pelo senador Geraldo Melo. Nesse momento, a Unidade Popular praticamente conseguia isolar o grupo do senador Agripino Maia. A partir desse momento, os defensores da candidatura do senador Bezerra, que na verdade já mantinha adiantadas conversações com Agripino, rompem com a Unidade Popular e, em sua maioria<sup>13</sup>, filiam-se ao até então localmente inexpressivo PTB, partido que compunha a coligação Vontade do Povo.

O senador Fernando Bezerra vinha exercendo, há vários anos, o cargo de presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), possuindo forte ligação local com os setores empresariais norte-riograndenses. Juntamente com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) e seu presidente, Bira Rocha, desempenhou papel fundamental no lançamento do chamado Pacto para o Desenvolvimento, movimento empresarial que consolida diversas propostas para o desenvolvimento regional. Aparentemente, o braço político do movimento se concretizava na figura do senador e de seus aliados mais próximos.

Mesmo com o rompimento do grupo de Fernando Bezerra, as atenções dentro da UP continuavam se concentrando na viabilização da candidatura Alves para governador. Henrique Alves se licenciara do cargo de deputado federal para assumir uma secretaria de estado no RN, fato que diminuiria sua distância em relação às bases eleitorais, dando maior repercussão a seus atos. A Segov (Secretaria de Governo e Projetos Especiais) foi claramente criada para acomodar o deputado na estrutura governamental do estado, proporcionando a ele a oportunidade de negociar apoios mais de perto, principalmente com os prefeitos. Algo que freqüentemente causava mal-estar dentro do próprio governo, diante do leque de

12 Deve-se salientar que, quanto mais o fim de um governo se aproxima, menor é o valor esperado de suas ofertas. Se há uma razoável perspectiva de alteração do grupo no governo, os agentes levam em consideração, ao cogitar propostas governistas, a proximidade maior ou menor do término do mandato.

13 As principais lideranças que rompem com a UP são, além do próprio Fernando Bezerra, os deputados federais Múcio Sá (PMDB) e Iberê Ferreira (PPB), e os deputados estaduais Frederico Rosado (PPB) e Tarcísio Ribeiro (então sem partido). Posteriormente, o deputado estadual Wober Júnior também deixa o PMDB, filiando-se ao PPS, que se coliga à Vontade do Povo.

prerrogativas e grande orçamento que a Segov passou a deter.

Enquanto as articulações em torno da candidatura majoritária da UP continuavam, um outro aspecto começa a interferir no funcionamento da coligação. Várias pesquisas de opinião apontam o nome de Wilma de Faria como forte candidata ao governo do estado. As sondagens serviram, mais uma vez, para o questionamento da candidatura peemedebista: “Se outros nomes se apresentavam em melhores condições nas pesquisas, porque continuar trabalhando com uma candidatura aparentemente mais fraca?”. Desta forma, o nome de Wilma de Faria ganha força dentro de seu partido (PSB), preparando o rompimento com a UP, que ocorreu no início de 2002.

Se em 2000 a Unidade Popular apoiara Faria para a prefeitura de Natal, indicando inclusive um Alves para concorrer a vice-prefeito, em 2002 a prefeita procura aproveitar seu bom momento à frente da capital para se lançar numa segunda tentativa de aparecer como força alternativa a pleitear o poder no Rio Grande do Norte<sup>14</sup>. Igualmente digna de nota é a adesão do vice-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, ao PSB. Em seguida a desentendimentos internos no PMDB, relativos em grau considerável à sua posição na lista para deputado federal<sup>15</sup>, Carlos Alves anuncia apoio ao projeto de Wilma de Faria, tornando-se prefeito da capital com a renúncia da pessebista ao cargo para se habilitar à disputa estadual. É importante realçar que a cisão do PSB com a Unidade aconteceu apenas após um intenso processo de negociação das vagas nas candidaturas majoritárias e proporcionais.

Nota-se, portanto, a existência de um jogo de propostas e contra-propostas entre os dois grupos, que envolve também a então prefeita de Natal. Para uma melhor exposição desse processo, apresentamos abaixo uma cronologia dos principais eventos<sup>16</sup>:

- fev./2001 – Henrique Alves assume a Segov.
- 30/03/2001 – retorno do senador e ex-governador Geraldo Melo à UP.
- 06/07/2001 – ingresso de Fernando Bezerra e aliados para o PTB.
- 22/09/2001 – saída do deputado estadual Wober Júnior para o PPS, que se alia ao PTB e ao PFL.
- 04/10/2001 – reação da UP com a filiação do deputado estadual Nelter Queiroz, egresso do PL, ao PMDB.
- 24/01/2002 – rompimento do PSB com a UP, o que provoca o empate entre opositoristas e governo na Assembléia Legislativa.
- mar./2002 – rompimento do vice-prefeito com a UP e sua conseqüente filiação ao PSB.

O saldo final é prejudicial à coligação peemedebista, com a perda do status majoritário no legislativo estadual e na bancada federal na Câmara. A coalizão sobredimensionada, que parecia assumir uma posição hegemônica no cenário estadual, torna-se uma coalizão ainda majoritária em número de prefeituras<sup>17</sup>, mas não-majoritária nos assentos da Assembléia e minoritária nos assentos no Senado e na Câmara dos Deputados<sup>18</sup>.

14 Em 1994, Faria se candidatou ao governo do estado pelo PSB, buscando aparecer no quadro político estadual como uma terceira força. Sem contar com o apoio dos grandes grupos políticos naquele momento, sua candidatura obteve o quarto lugar nas eleições, perdendo inclusive para o candidato petista Fernando Mineiro. Ambos os candidatos se mostraram pouco competitivos frente às duas candidaturas principais, perfazendo somadas pouco mais de 10% dos votos válidos.

15 Bem como, evidentemente, à perspectiva de tornar-se prefeito da capital.

16 Informações obtidas nos sites dos jornais Diário de Natal e Tribuna do Norte na Internet: [www.diariodenatal.com.br](http://www.diariodenatal.com.br) e [www.tribunadonorte.com.br](http://www.tribunadonorte.com.br).

17 Vários prefeitos aderiram à Vontade do Povo à medida que o pleito se aproximava.

18 A possibilidade, que durante um certo momento parecia certa, de que Henrique Alves viesse a ser o vice na chapa de José Serra (PSDB), adicionou mais drama aos eventos sob nosso escrutínio. As denúncias de sua ex-esposa sobre recursos no exterior não só inviabilizaram sua candidatura para vice-

Podemos perceber que a estratégia, o sobredimensionamento, de Aluizio Alves encontrou dois obstáculos, um localizado na ação de outros jogadores, e outro relativo às oportunidades, institucionais e de patronagem, existentes. A primeira restrição consistiu na formação de uma segunda coalizão com claras possibilidades de vitória, a partir da aliança entre o PFL e a liderança ascendente do senador Fernando Bezerra. O PFL, sozinho, caminhava para a diminuição acelerada de seus recursos políticos. A partir do poder de atração, inclusive econômico, de Bezerra, a Vontade do Povo se reergueu no cenário para 2002, passando a constar novamente das considerações dos políticos da Unidade Popular, sobretudo os situados na periferia da coligação (cf. Desenho 2, p. 278).

A segunda restrição, em sua faceta institucional, pode ser ponderada com a simples contagem dos principais postos eletivos disponíveis para o pleito de 2002. São eles os cargos de governador e vice-governador, as duas vagas de senador, e as oito cadeiras para a Câmara dos Deputados. Com a recuperação da VP, a UP só poderia esperar eleger o governador e seu vice, um senador e quatro deputados federais. Garibaldi Alves já seria o candidato natural ao Senado como governador e a outra vaga seria cedida para Geraldo Melo, então líder do PSDB no Senado. A disputa dos cargos de deputado federal já estava congestionada, apesar da esperada saída de Henrique Alves da lista, pela entrada na mesma de um secretário de Estado e do presidente da Assembléia Legislativa<sup>19</sup>. Restou no rol de posições, com ampla flexibilidade para a negociação, apenas o cargo de vice-governador. O “congestionamento” foi fator decisivo nas cisões de Carlos Eduardo Alves e do PSB.

---

presidente como também para governador. O governador Fernando Freire (PPB) passou a ser o candidato da UP ao governo. É curioso notar que os demais candidatos foram em algum momento quadros da Unidade, pois além de Bezerra e Faria, o petista Ruy Pereira pertencia ao PMDB até setembro de 2001.

19 Respectivamente, Nélio Dias e Álvaro Dias.

O ponto da patronagem é direto. Presumimos que a distribuição de cargos, sobretudo os comissionados e de confiança, é o fator central na atração de novos agentes para dentro da coalizão, uma vez que neste contexto a motivação primária é a ocupação de estruturas na administração pública. Os aspectos ideológicos são marginais ou inexistentes no que se refere a tais adesões. O problema é: os aliados de “primeira hora” da coligação, previamente às tentativas de adesão, já têm divididas as posições na estrutura de cargos. Mesmo com a criação de novos cargos comissionados, é plausível supor que, em tal situação, o núcleo da coalizão enfrenta sérios problemas de acomodação dos recém-chegados. A nomeação de Henrique Alves para a Segov aumentou tais dificuldades, visto que uma das estruturas de patronagem passou a ser chefiada por um único ator, o que certamente afetou os interesses de aliados, de “primeira hora” ou não.

## CONCLUSÃO

De acordo com nosso trabalho, o efeito de informação é o mecanismo causador principal da retração. Usamos o termo mecanismo na acepção empregada por Jon Elster, com o intuito de ressaltar seu potencial analítico em vários contextos sociais: “A característica singular de um mecanismo não é que ele possa ser aplicado universalmente para prever e controlar eventos sociais, mas sim que o mecanismo concretiza uma cadeia causal que é suficientemente genérica e precisa para nos capacitar a localizá-la em contextos muito diferentes” (ELSTER, 1993, p. 5).

Em nosso caso, portanto, os benefícios da estratégia de sobredimensionamento foram superados pelos seus custos. Ao incorporar um grande número de atores dentro de si, a UP viu reduzir-se seu valor enquanto coalizão, pelos limites do que podia oferecer e pela ação de competidores. O efeito

de informação revelou ser, a esse respeito, um efeito perverso para o grupo em foco<sup>20</sup>.

A redução da UP aconteceu antes da campanha eleitoral de 2002, mas não deixa de ser importante tecer algumas considerações sobre o resultado eleitoral daquele ano. Em primeiro lugar, o eleito rejeitou a candidatura de Fernando Bezerra (PTB), levando ao segundo turno o governador Fernando Freire (PPB) e Wilma de Faria (PSB). Tais movimentos não alteram a nossa conclusão, pois os grupos alinhados a Bezerra apoiaram a candidatura vitoriosa do PSB no segundo turno, o que torna a administração eleita em 2002 o foco definitivo do realinhamento causado pela retração da Unidade Popular.

Duas conclusões podem ser retiradas deste estudo, a rigor trajetões analíticas, sugestões de possíveis generalizações.

1 – A tentativa de obter uma maioria eleitoral segura, via construção de uma sobre-maioria na elite política através de patronagem, apresenta consideráveis problemas em contextos de competição política democrática. Caracteristicamente, seu sucesso depende do bloqueio do surgimento de um competidor viável. Isso acontece devido aos problemas de partilha de cargos e horizonte temporal (aproximação do fim do mandato) gerados pelo uso exclusivo de estruturas administrativas.

2 – A estratégia de sobredimensionamento pode ser descartada se o núcleo da coalizão possui, além de patronagem, recursos ideológicos com os quais possa obter apoios no eleitorado e sinalizar posições para o restante da elite política. É claro, essa estratégia “mista” também não garante necessariamente uma maioria eleitoral, mas pode reduzir a disputa fratricida por espaços na administração pública, no interior da coalizão.

20 Para trabalhos de política brasileira que fazem alusão ao efeito de informação como um possível efeito perverso (Cf. AMORIM NETO, 1991; SANTOS, 1997). Ambos se referem às relações executivo-legislativo no presente regime democrático e no período de 1946-64.

## REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, Octávio. *Formação ministerial em sistemas presidencialistas multipartidários: o caso brasileiro (1946-1964)*. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.

ANDRADE, Ilza. Eleições 98 no Rio Grande do Norte: o jogo estratégico dos atores políticos e o resultado eleitoral. In: GICO, Vânia de Vasconcelos; LINDOSO, José Antonio Spinelli; COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente (Org.). *As ciências sociais: desafios do milênio*. Natal: Edufrn, 2001. p. 238-257.

\_\_\_\_\_. *Políticas e poder: o discurso da participação*. São Paulo; Natal: Ad Hominem; Cooperativa Cultural UFRN, 1996.

ANDRADE, Ilza; OLIVEIRA, Bruno de. *Dinâmica eleitoral do RN (1960-1998)*. Natal: UFRN; Diário de Natal, 2000.

ELSTER, Jon. *Political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FELIPE, José L. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “País de Mossoró”*. João Pessoa: Grafset, 2001.

GERMANO, José W. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MORROW, James. *Game theory for political scientists*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

RIKER, William. *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 465-492, 1997.

SILVA, Melquisedec. *As bases do conservadorismo político no RN*. Natal: Base de Pesquisa Estado e Políticas Públicas, UFRN, 1998. (Coleção Cadernos de Pesquisa, n. 3).

STROM, Kaare. *Minority government and majority rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.





# Da gênese à crise do Estado de bem-estar

Ivanaldo Santos – UERN

## RESUMO

Levantamento histórico da evolução do *Welfare State* e da sua posterior crise financeira e de legitimidade. Evidencia-se que a partir da compreensão dos fundamentos do Estado de bem-estar, como sendo uma solução para a crise que o capital vivia na década de 1920 e o avanço das forças trabalhistas e socialistas, é perfeitamente possível entender a própria crise, vista, não somente, como uma crise econômica do capitalismo, mas principalmente como uma crise que atravessa essa forma de Estado, pondo em xeque a sua forma de bem-estar e as alianças realizadas entre capital-trabalho.

Palavras-chave: Estado. Bem-Estar. Crise.

## ABSTRACT

Short story of Welfare State evolution and its posterior financial and legitimacy crisis. It shows that it totally possible to realise its own crisis by the comprehension of Welfare State fundamentals. As beins the solution for the crisis of capital during the 20`s and the advancement of employment and Socialist powers. That crisis wasn`t considered anly the economical cirsis of Capitalism but the one which goes by that form os State, putting in cheque its way of welfare and the alliances between capital-work.

Key words: State. Welfare. Crisis.

Vivemos um momento da história interessante. De um lado, o abandono das políticas keynesianas de intervenção do Estado que são encaradas como “um cachorro morto” (ANDERSON, 1995b, p. 149). De outro, o aparente triunfo das políticas neoliberais, as quais vêem o Estado de bem-estar como “uma força negativa” (LAURELL, 1997, p. 161). Keynesianismo de um lado – visto como algo atrasado e des-

moralizado – e neoliberalismo de outro, o moderno sistema econômico que conduzirá a humanidade a viver um paraíso na terra.

Se o Estado de bem-estar é uma deformação na política socioeconômica, por que então ele foi implantado? Se o livre mercado é a única forma de garantir a estabilidade social, por que então a sociedade adotou o caminho do intervencionismo estatal? Para responder estas perguntas que povoam o imaginário acadêmico é necessário se realizar uma rigorosa análise das origens, do desenvolvimento e da própria crise do *Welfare State* (Estado do bem-estar).

O *Welfare State* é investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos sociais, mas também “Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (LAURELL, 1997, p. 76). Ele permitiu altas taxas de crescimento econômico, ordem social e uma alternativa aos triunfos do Socialismo no leste europeu na primeira metade do século XX, porém a crise finalmente chegou, “e o Estado social decompôs-se desde os anos 1970, tendendo a ser subvertido pelo neoliberalismo, numa transição que ainda não acabou” (LAURELL, 1997, p. 76). A partir da compreensão dos fundamentos do *Welfare State* – como sendo uma solução para a crise que o capital vivia na década de 1920 e o avanço das forças trabalhistas e populares – é perfeitamente possível entender a própria crise, vista, não somente, como uma crise econômica do Capitalismo, mas principalmente como uma crise que atravessa essa forma de Estado, pondo em xeque a sua forma de bem-estar e as alianças feitas entre capital-trabalho.

A história do Estado de bem-estar é situada no pós-segunda guerra, embora algumas experiências

estatistas sejam encontradas num período anterior. Podemos citar como antecedentes concretos das políticas de bem-estar o *New Deal* (Novo Acordo)<sup>1</sup>, na Alemanha de Bismark, na lei dos pobres na Inglaterra do século XVIII, na planificação da, extinta, União Soviética e nas demais experiências totalitárias da primeira metade do século XX.

A bem da verdade, os fatores que originaram o *Welfare State* são variados e demais conturbados. Esses fatores são analisados por correntes de pensamento diferentes, sendo elas: a Teoria da Cidadania, a Teoria da Convergência, o Funcionalismo, o Marxismo e a perspectiva do serviço social. Não optamos por uma corrente específica, por exemplo, a Teoria da Cidadania ou o pensamento marxista. Pois, compreendemos que todas estas correntes possuem argumentos que descrevem, com relativa segurança, a gênese e o desenvolvimento do Estado de bem-estar. Entretanto, adota-se uma perspectiva heurística frente a todas essas correntes<sup>2</sup>, isto é, realizamos um apanhado dos argumentos centrais de cada teoria para possibilitar uma compreensão do problema.

O motivo para se adotar tal postura é que qualquer teoria isolada não explica a totalidade dos problemas que envolvem o *Welfare State*. Tomemos, como exemplo, o pensamento funcionalista que centra sua argumentação na constituição e desenvolvimento da sociedade industrial, porém não faz qualquer menção ao pacto capital-trabalho realizado no pós-segunda guerra ou da necessidade que o Estado possuía e possui de impedir rebeliões e insurreições por parte da população.

Para compreendermos o desenvolvimento do Estado de bem-estar utilizaremos a tipologia estabelecida por Esping-Andersen. Como afirma Aurélio (1998, p. 56): “É certo que a tricotomia formulada por Esping-Andersen, embora não seja capaz de ofe-

recer uma alternativa a todas as limitações e deficiências apontadas [...], parece representar um avanço para as experiências de construção de tipologias do *Welfare State*”.

Esping-Andersen não realiza um trabalho perfeito que respondeu todas as questões sobre este problema, mas ao mostrar que o Estado de bem-estar, durante o seu desenvolvimento, agrupou-se em três modelos diferentes, abriu espaço para a realização de pesquisas específicas sobre cada modelo com seus referidos problemas e conquistas. Vale salientar, que o próprio Esping-Andersen (1991, p. 110), afirma: “que não existe um único caso puro”, ou seja, sua análise é um tipo ideal que tem como finalidade captar a realidade.

Qual é a tipologia de Esping-Andersen? Ele divide o *Welfare State* em três modelos.

1) Modelo Liberal. Nesse regime, predominam os benefícios proporcionais mediante comprovação de carência, sendo as transferências universais modestas. Dessa forma, os benefícios, com raras exceções, têm seu foco, sua destinação a uma clientela de baixa renda, formada, basicamente, por indivíduos da classe operária. O bem-estar público é mantido em um nível mínimo, a fim de não se constituir em desestímulo à participação do cidadão no Mercado de Trabalho.

Seus benefícios são freqüentemente estigmatizados, pois o Estado incentiva o Mercado a prover e gerir o bem-estar, seja pelo fato de o Estado garantir, simplesmente, uma exígua provisão pública direta ou pelo Mercado subsidiar mecanismos e políticas privadas de bem-estar e de proteção social. Assim, o grau de desmercadorização<sup>3</sup> dos indivíduos resultante dessas políticas é muito baixo. Os direitos sociais são limitados e o tipo de estratificação estabelecida é “um misto de uma relativa igualdade

1 A expressão *New Deal* ficou consagrada na década de 1930 para designar um conjunto de reformas econômicas nos EUA sob a presidência de Franklin Roosevelt.

2 Este tipo de posição é adotado por outros analistas do Estado de bem-estar. Cf. Silva (1999).

3 Esping-Andersen (1991, p. 102) conceitua “desmercadorização”, como: “A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do status de pura mercadoria. A Desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do Mercado”.

na pobreza entre os benefícios do sistema, proteção diferenciada pelo mercado para as maiorias e um dualismo político de classe entre os dois” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108). Os países que se agrupam para formar essa modalidade de regime e que podem ser considerados como seus arquétipos, são: os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

2) Modelo Conservador ou Corporativista. Neste modelo, o Mercado não é visto como único responsável pela provisão do bem-estar, e os direitos sociais nunca foram contestados de maneira sistemática. Não existindo um radical propósito de estabelecimento do Mercado plenamente livre e por uma mercantilização quase obrigatória do indivíduo, típica do modelo liberal. A herança corporativista e estatista que prevalece nos países que se agruparam para formar esse modelo fez da preservação das diferenças de *status* uma questão central. A concessão de direitos manteve, portanto um *ethos* de classe e de *status* social. Como o Estado, ao incorporar as estruturas corporativas, estava preparado para deslocar o Mercado da posição de provedor do bem-estar, a seguridade privada e os benefícios indiretos não se desenvolveram muito nesse modelo. Porém, não existe o suposto de que a provisão pública do bem-estar deva ser extensiva, de modo que a intervenção estatal acentue a manutenção de diferenças de status e a família tenha um papel essencial. Logo, o impacto redistributivo da renda, desse modelo, é bastante pequeno.

Historicamente, os países que se agruparam para formar o Modelo Conservador tiveram forte influência da Igreja Católica, mantendo o seu compromisso de preservação dos valores tradicionais da família. Tal fato implicou a exclusão das mulheres casadas que não tinham emprego remunerado, do acesso ao sistema público de bem-estar social. Desse modo, não cabe esperar que serviços de assistência infantil, como creches, tenham prioridade na agenda política. São sobretudo países da Europa Central, como Alemanha, França, Itália e Áustria, que formam esse modelo.

3) Modelo Social-democrata. É o modelo que abarca o menor número de países. Caracteriza-se pela predominância de princípios universais na provisão pública e pela extensão da desmercadorização proporcionada pelos direitos sociais às novas classes médias. Este modelo é denominado a partir do reconhecimento do papel crucial da social-democracia nas reformas sociais desses países. Evitando o dualismo entre Mercado e Estado, e entre classe operária e classe média, o *Welfare State* social-democrata teria promovido “uma igualdade nos mais elevados padrões, não uma igualdade nos padrões mínimos, como se procurou fazer em outros lugares” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 109). Com isso, tornou disponíveis serviços de alta qualidade e benefícios generosos, garantiu-se aos trabalhadores a participação integral na qualidade dos direitos desfrutados pelos grupos sociais de melhor situação e privilégio. A lógica do universalismo social-democrata é sintetizada na seguinte frase: “todos se beneficiam, todos são dependentes e todos supostamente se sentirão no dever de contribuir [pagar imposto]” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 110).

A predominância da provisão pública de bem-estar dá-se, no Modelo Social-democrata, não só em detrimento do livre jogo das forças do Mercado, mas também em detrimento da família tradicional. Os custos de manutenção de uma família e da criação dos filhos também devem ser partilhados. O objetivo é fomentar a capacidade de independência dos indivíduos e não maximizar a dependência em relação ao Mercado ou à família. A fim de minimizar a dependência do Mercado e da família, o Estado de bem-estar Social-democrata compromete-se com uma pesada carga de serviços sociais e tributárias. É justamente essa pesada carga tributária que os críticos do *Welfare State* vão atacar de maneira mais efusiva. Este modelo se estabeleceu nos países escandinavos (Suécia, Noruega, Dinamarca etc).

Apesar da existência desses três modelos o *Welfare State* possui características semelhantes como, por exemplo, o Estado adentrando na própria relação salarial – fato altamente criticado pelo pensa-

mento neoliberal – e na sociedade efetuando uma reconstrução da vida cotidiana e das dependências entre as classes e o próprio Estado, assim como a dependência interclasse.

Fica, contudo uma pergunta no ar. Quais são os fatores que levaram ao desenvolvimento do *Welfare State*?

É perfeitamente possível agrupar os fatores que levaram ao desenvolvimento das políticas estatais de bem-estar em dois blocos de argumentos. 1) os argumentos referentes à constituição do Estado de bem-estar e, 2) Os argumentos que tratam da difusão internacional do *Welfare State*.

#### ARGUMENTOS REFERENTES À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Serão desenvolvido onze argumentos para explicar a constituição do Estado de bem-estar social.

O primeiro argumento é a própria dinâmica da Modernidade que levou as instituições tradicionais como a família e a Igreja a perderem a capacidade de suprir as necessidades dos indivíduos mais vulneráveis. Com isto, o Estado foi convocado a assumir a função de garantir determinados padrões mínimos de vida à população. Sobre esta questão Rosanvallon (1981, p. 22), afirma: “O Estado-providência exprime a idéia de substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal”.

O segundo argumento é a lógica da industrialização. Argumenta-se que todas as nações industrializadas – independente de suas especificidades históricas, políticas e culturais – teriam convergido para determinados aspectos básicos, seguindo os passos do processo evolutivo guiado pelo impacto do desenvolvimento econômico e tecnológico sobre a estrutura do emprego de uma forma geral. O processo de industrialização teria criado novas demandas de gasto público, uma vez que a família e as outras instituições tradicionais não podiam mais exercer suas funções de bem-estar e o novo processo produtivo provocara a marginalização de determi-

nados grupos de indivíduos, como do proletariado. O Estado teria respondido, nem sempre com a rapidez necessária, à emergência dessas novas demandas. Não obstante, as origens dos programas sociais – saúde, educação, habitação, etc – deve ser visto a partir da complexidade da divisão social do trabalho, fruto do processo de industrialização que se iniciou na Inglaterra no século XVIII. Como o processo de industrialização acarretou a especialização dos trabalhadores, os indivíduos foram se tornando, cada vez mais, dependentes da sociedade. Nesse sentido, os serviços sociais seriam a resposta às necessidades individuais ou coletivas, garantindo a sobrevivência tanto da sociedade como do Capitalismo.

O terceiro argumento é que a provisão pública de bem-estar teria sua origem na necessidade de dissolver o conflito de classes inerente a mercantilização do trabalho. O conflito de classes nas sociedades industriais, da maneira como foi apreendido por Marx, em *O Capital* (1996), teria sido substituído por um tipo de conflito de classes que progressivamente se institucionalizou, tendo se concentrado nas questões distributivas mais do que naquelas relativas à produção.

O quarto argumento coloca como ponto central a natureza competitiva da dinâmica político-partidária das democracias de massa, pois produziu importantes transformações no universo político. Esse processo alterou o radicalismo político. Essa alteração se deu, por um lado, devido à competição partidária que exige o fortalecimento da burocracia dos partidos e a maximização do apoio eleitoral, essencial na busca de uma maioria parlamentar. Por outro lado, a ampliação do eleitorado dos partidos de esquerda – e na Escandinávia da social-democracia – tendo como consequência o aumento da representatividade do operariado, gerou maior heterogeneidade dos grupos de apoio às políticas de bem-estar e diminuiu, e em alguns momentos até quebrou, o forte corporativismo dos partidos burgueses. O fato de o operariado ter conseguido uma maior representação no Parlamento levou ao estabe-

lecimento de acordos entre burgueses e proletariado visando à efetivação do *Welfare State*.

O quinto argumento vai dar conta da capacidade de revolta e insubordinação do proletariado. Durante todo o século XIX e na primeira metade do XX o proletariado foi protagonista de grandes revoltas no continente europeu. Revoltas essas que provocaram grande prejuízo à burguesia, colocando em risco a taxa de lucro. Por esse motivo, o Estado providência é, desde sua origem, uma figura particular da dominação social sobre as classes laboriosas. Classes perigosas, cujos movimentos subversivos – do ponto de vista burguês – estão sujeitos àquilo que Foucault, em *Microfísica do poder* (1979), classificou como sendo a normalização dos indivíduos ou de medicalização, ou seja, as políticas de bem-estar têm a finalidade de disciplinar o operariado e, ao mesmo tempo, de leva-lo a colaborar voluntariamente para o incremento da produção e do lucro dentro do Sistema Capitalista.

O sexto argumento é a questão da acumulação de capital. Esta visão da crise é desenvolvida por James O'Connor em seu livro *USA: A crise do Estado capitalista* (apud ARRETCHE, 1995). Para ele o setor privado é o implusionador do crescimento da economia. No interior do setor privado, o setor monopolista é o setor-chave. Entretanto, o setor monopolista não paga os custos do investimento social, ou seja, gastos necessários ao aumento da produção. Custos esses necessários à sua expansão. O setor monopolista, dado o incremento em produtividade, tende a produzir mais produtos do que a capacidade do Mercado para consumi-los. Do mesmo modo, este setor faz uso do emprego de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ele tende a produzir formas progressivas de desemprego tecnológico e outras formas de desemprego, como a falência de pequenas e médias empresas, que acompanham o crescimento do Capitalismo. Logo, cria-se uma demanda social enorme e este gasto recai sobre o Estado. Uma vez que os recursos utilizados pelo Estado para custear os investimentos sociais são arrecadados da população, isto quer dizer que os investimentos sociais

necessários à expansão do setor monopolista são socializados via Estado.

O crescimento do setor monopolista tende a gerar, de um lado, um excedente de produtos, e, de outro lado, uma população excedente. Segundo O'Connor (apud ARRETCHE, 1995), a população excedente no setor monopolista tende a ser absorvida por empregos gerados pelo setor estatal e competitivo, ao mesmo tempo em que a disponibilidade de mão-de-obra tende a rebaixar os salários no interior do setor competitivo, fazendo com que os trabalhadores desde setor sejam, gradualmente, cada vez mais, pobres. Esse movimento implica o crescimento das despesas sociais e do funcionalismo estatal, porque, segundo O'Connor (apud ARRETCHE, 1995, p. 14) “tais operários [do setor monopolista] dependem cada vez mais do Estado para satisfazer suas necessidades”, que serão satisfeitas sob a forma de programas sociais – como a contratação de mais funcionários públicos. Por sua vez, o problema do excedente de produtos é solucionado pela expansão do comércio e do investimento no exterior, inclusive com o substancial aumento dos gastos militares. Esta evolução, segundo Rosanvallon (1981, p. 22), “traduz, ao nível das representações do Estado, o movimento no qual a sociedade deixa de se pensar como um corpo para se conceber como um Mercado”.

O sétimo argumento é com relação à ampliação da concepção de democracia. A democracia quando nasceu, na Atenas do século IV a.C., era um privilégio de uma minoria formada pela aristocracia agrária. Quando a democracia renasce com o advento da Revolução Francesa era um privilégio da elite burguesa. Porém, com o desenvolvimento da Revolução Industrial, o aperfeiçoamento da Sociedade Capitalista, da organização sindical, das lutas populares, das pressões realizadas pelos socialistas e pelos anarquistas; ela foi lentamente se expandindo. No início do século XIX só quem tinha direito a votar eram os “homens bons”, isto é, os indivíduos do sexo masculino e que possuíam uma situação financeira que os colocavam dentro do círculo composto pela

elite economicamente dominante. Com o passar do tempo os direitos políticos, foram, lentamente, se universalizando. Tudo isso levou a um movimento evolutivo dentro do campo dos direitos. Do direito civil e jurídico – igualdade perante a lei – para o direito político e, finalmente, para o direito social. O *Welfare State* seria a coroação desse movimento realizado ao longo de mais de trezentos anos de lutas populares visando à conquista da plena emancipação.

O oitavo argumento é a questão das crises econômicas dentro do Sistema Capitalista. O Capitalismo tem como uma de suas características centrais o movimento cíclico: prosperidade X crise. Ele tem um período de crescimento produtivo e aumento na taxa de lucro e, logo em seguida, vem uma recessão que coloca o lucro com uma propensão negativa. Este movimento vinha acontecendo até a década de 1930, pois neste período houve a Grande Depressão, isto é, a maior crise vivida no Capitalismo até aquele momento. Essa crise ameaçou levar a produção e, por conseguinte, o lucro ao ponto zero. Se tal fato tivesse acontecido o Capitalismo Moderno enquanto Sistema Econômico-Político estaria acabado. Para evitar e, ao mesmo tempo, prevenir futuras crises econômicas o Sistema Capitalista recorreu ao Estado – justamente o que recomenda Keynes na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1988) – enquanto fonte financiadora das empresas em dificuldade. O Estado passou a ser uma empresa de porte capitalista para investir nas áreas onde o capital não tinha recursos para adentrar e como mediador das crescentes reivindicações do Movimento Operário. Vale salientar que como mediador das reivindicações populares o Estado se comporta ora sendo uma instância para garantir e efetivar direitos, ora como guardião dos interesses dos empresários reprimindo, duramente, as manifestações do povo.

O nono argumento é a constituição do Estado-nação. Na Antigüidade passando pela Idade Média o indivíduo não tinha uma pátria, no sentido de espaço territorial, para viver. O máximo que ele possuía era um espaço privado, onde podia estabelecer relações com sua família, parentes e amigos.

Com o advento da Modernidade e o lento processo de formação das nações, o indivíduo passou a ter um espaço mais amplo, o espaço público<sup>4</sup>, onde ele pode discursar – fazer uso da palavra – e reivindicar melhores condições de vida. Neste ponto, cria-se um impasse: para quem o povo deve dirigir suas reivindicações? Visto que o senhor feudal perdeu seus poderes, os reis tinham seus poderes enfraquecidos pelas guerras e pelos acordos políticos, a Igreja e os demais organismos tradicionais tiveram seus poderes drasticamente reduzidos e o empreendedor – o capitalista do século XVIII e XIX – estava preocupado em auferir grandes lucros com a produção. O Estado terminou sendo o único elemento disponível. Além do mais, ele era o único elemento capaz de unir os vários atores sociais (burguesia, proletariado, camponato, etc) em torno de interesses comuns como levar ao pleno desenvolvimento os recursos de um Mercado Nacional determinado e garantir a soberania nacional frente às investidas de outras nações.

O décimo argumento é a lógica da burocracia estatal. A burocracia estatal tem dois objetivos básicos. O primeiro objetivo é a expansão de sua estrutura através da criação de novos cargos públicos, contratação de novos funcionários, prestação de serviços os mais variados possíveis, que vão desde o estabelecimento de uma força armada regular até os serviços básicos de saúde e educação. O segundo objetivo é a melhoria do seu padrão de vida. Essa melhoria se dá por meio de constantes aumentos de salários. Todavia, para que estes dois mecanismos possam ter bom êxito é necessário que o Estado garanta as condições de ampliação do capital, fundamentalmente porque a saúde financeira do

---

4 Na Atenas do século IV a.C. também existia um espaço público. A prova disto são os discursos de Sócrates – descritos por Platão em seus diálogos – na Agora (praça central) ateniense. Todavia, Sócrates estava infringindo a legislação que reservava os discursos para a elite política. Este foi um dos motivos dele ter sido condenado à morte. Na Modernidade há um processo, lento e gradual, de conquista do espaço público pela população. Ao contrário de Atenas, a praça deixa de ser um espaço privado de uma certa classe social e passa a ser o campo, público, de discussão dos problemas sociais realizados por todas as classes e grupos sociais.

Estado depende do bom desempenho da economia. Faz parte do cálculo econômico da burocracia estatal considerar que sua estabilidade e expansão dependem da manutenção do capital e também da prestação de serviços de bem-estar social para a população. Logo, na lógica da burocracia o *Welfare State* é um ente necessário para a manutenção do seu *ethos* social. Portanto, segundo Hayek (1983, p. 231) “os burocratas se transformam nos principais representantes do povo” para garantir a manutenção, e até a expansão, dos seus próprios privilégios de classe.

O décimo primeiro e último argumento é a questão das guerras. A Revolução Russa de 1917, as duas guerras mundiais bem como a depressão econômica, a qual ocorreu no período entre ambas. Esses fatos históricos vieram a acelerar a evolução lógica do sistema de bem-estar social, pois criaram um sentimento – tanto a nível nacional como a nível do continente, neste caso a Europa – de solidariedade propício ao desenvolvimento de programas de proteção social.

A Sociedade Européia ficou com medo de haver uma terceira guerra mundial causada pelo desemprego e pelo caos provocado pelas péssimas condições de vida da população. Outro medo que reinava na Europa era o do triunfo dos socialistas no leste europeu, triunfo este que inicialmente esteve ligado, apenas, à Rússia, mas estendeu-se para vários países do leste como Polônia e Hungria. E depois se espalhou por outros continentes como a Ásia, a Revolução Chinesa, e a América Latina, a Revolução Cubana. Então, para afastar o perigo de uma terceira guerra mundial e do avanço crescente do Socialismo o Estado, nos países europeus, foi intimado a acelerar o estabelecimento das políticas de bem-estar social.

#### ARGUMENTOS QUE TRATAM DA DIFUSÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Serão desenvolvidos nove argumentos para explicar a difusão internacional do Estado de bem-estar.

O primeiro argumento é o Novo Sistema Monetário, o qual foi acionado com os acordos da

conferência de Bretton Woods. Nesta conferência foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Ela realizou-se em New Hampshire, em 1945, nos Estados Unidos, no Hotel Monte Washington, em Bretton Woods. Os acordos estabelecidos possibilitaram, até a década de 1970 quando houve a grande crise do petróleo, a estabilização econômica dos países europeus e dos EUA e, por conseguinte, do avanço das políticas de bem-estar. Pode-se sintetizar os aspectos fundamentais de Bretton Woods em cinco itens.

1) O sistema de Bretton Woods proibia as taxas de câmbio flutuantes, expressava o valor das moedas em ouro e, simultaneamente, em relação ao dólar, comprometia-se a manter a conversibilidade do dólar em ouro.

2) Os Estados Unidos constituíam a única unidade política que conservava a liberdade de não adotar medidas restritivas em caso de déficit da balança de pagamentos externos.

3) No caso dos Estados Unidos, como os dólares eram identificados com as reservas, o déficit da balança de pagamentos externos colocava à disposição dos bancos centrais – em particular da antiga República Federal Alemã (RFA) e do Japão – divisas excedentes que eles investiam no bônus do tesouro americano. Assim, o déficit dos pagamentos não exercia influência alguma para neutralizar as causas do déficit.

4) Todos os países comprometiam-se a manter as suas moedas estáveis, sujeitas a uma pequena flutuação de 1%, em relação às dos demais. Se a moeda de um país começasse a cair sob a pressão de importações excessivas e pequeno volume de exportações, o seu banco central compraria essa moeda e apoiaria o seu valor em relação às moedas dos outros países. Caso as reservas do Banco Central, em termos de moedas aceitáveis aos outros países não permitissem tais compras, o país poderia recorrer ao FMI para obter ouro, dólares, ou outras moedas aceitáveis a



fim de manter o programa de sustentação. Ao fazer isto, depositaria um montante equivalente de sua própria moeda como garantia.

5) O valor máximo que poderia ser emprestado por um país junto ao FMI, estava limitado à sua quota (equivalente ao montante de sua contribuição ao fundo). Uma escala de recursos crescentes com o montante, bem como a duração do empréstimo, eram fatores que estimulam o país a eliminar as circunstâncias que o conduziram à necessidade de empréstimo pelo FMI quanto à conveniência de tais medidas. As missões do FMI adquiriram, assim, uma grande reputação no panorama internacional. As políticas do FMI – que surgiram para estimular o crescimento de economias em crise, como, por exemplo, as do Brasil e Argentina – terminaram se transformando em um mecanismo para impedir o desenvolvimento dessas economias e perpetuar a submissão às potências capitalistas como, por exemplo, os EUA e a Inglaterra.

O segundo argumento é o Plano Marshall que os americanos implementaram logo após a Segunda Guerra Mundial com a finalidade de sustentar a reconstrução das economias capitalistas européias. Segundo Galbraith (1989), os EUA pouparam mais de 250 bilhões de dólares durante o período de 1939-1945. Os americanos foram os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, pois reconstruíram a sua economia que estava debilitada devido à Grande Depressão de 1929, pouparam uma gigantesca soma em dinheiro que possibilitou o financiamento da Guerra Fria e do Imperialismo na América Latina e na África. E, por último, a guerra destruiu as potências européias, Inglaterra, França, Itália e Alemanha, que rivalizavam com os americanos. Eles implementaram o *Pump Priming* – gastos do Governo Federal, cujo único objetivo era estimular a economia – a partir dos bilhões de dólares acumulados durante o litígio. Para Galbraith (1989, p. 227): “O pressuposto passara a ser um equilíbrio de desemprego, a intenção e obrigação do governo a ser rom-

per este equilíbrio e assegurar o ressurgimento do pleno emprego”.

Ao bancar a reconstrução da Europa e o desenvolvimento de países da América Latina, como o Brasil, México e Argentina, os EUA estavam bancando, indiretamente, seu próprio desenvolvimento, pois estimulou a sua indústria a crescer, rompeu com as altas taxas de desemprego e estabeleceu uma política de pleno emprego alicerçada por medidas de bem-estar. Para Galbraith (1989), os americanos viveram os trinta anos gloriosos (1944-1974) ou anos de ouro, graças aos lucros auferidos com a Segunda Guerra e o financiamento do *Welfare State* no continente europeu.

O terceiro argumento é a Guerra Fria. Esta guerra desenvolveu-se entre o Bloco de Países Capitalista (EUA, Inglaterra, França etc) e o Bloco de Países Socialista (Rússia, Polônia, Cuba etc). Não nos cabe realizar uma análise profunda desse acontecimento histórico, todavia, de um lado, ele constituiu num movimento ideológico e militar para conquistar posições estratégicas em todo o planeta. Um bom exemplo de como a Guerra Fria difundiu o Estado de bem-estar é a guerra da Coreia em 1950, justamente no momento em que o Plano Marshall estava sendo desativado. Esta guerra proporcionou aos Estados Unidos uma nova modernização no parque industrial, além de dar um ânimo às políticas de pleno emprego – o que Navarro (1991) conceitua de “keynesianismo militar”. Por outro lado, os americanos auxiliaram no desenvolvimento do parque industrial do Japão, inicialmente por meio da indústria bélica, para evitar que esse país aderisse ao Bloco Socialista. Outro exemplo, entre tantos, que deve ser mencionado é a guerra do Vietnã. Esta guerra proporcionou a continuação do crescimento da indústria americana, entretanto quando o litígio foi encerrado em 1972 com a derrota americana, foram implementadas políticas para desenvolver aquela região da Ásia e impedir o crescente avanço do Socialismo. Neste ponto, é que surgem as políticas que possibilitaram o crescimento econômico dos tigres asiáticos como Singapura, Malásia e Taiwan.

O quarto argumento é o neocolonialismo estabelecido após a Segunda Guerra. Este pressupunha uma dependência constante dos produtos industrializados do centro do Capitalismo e, ao mesmo tempo, a disponibilidade de matérias-primas a baixo custo. Isto possibilitou o incremento de políticas de pleno emprego na Europa e na América do Norte, pois a indústria dessas regiões crescia à medida que os países capitalistas exportavam seus produtos para a África, Ásia e a América Latina.

O quinto argumento é o pacto capital e trabalho. No caso específico das políticas de bem-estar, isto implicou a coincidência de interesses entre capital e trabalho, ainda que por diferentes razões. Ou seja, nos períodos de inovação e crescimento das políticas sociais, ambas as classes fundamentais – que naquele momento histórico eram a burguesia e o proletariado – viam tais políticas como sendo de seu interesse. A classe trabalhadora aderiu baseada no pressuposto de que qualquer política que atenuasse as dificuldades e modificasse o jogo cego das forças de mercado é bem-vinda. A classe capitalista, porque isto reduz o descontentamento da classe trabalhadora, prevê novas modalidades de integração e controle sobre esta classe, regula os salários, pois o Estado interventor impede que eles cresçam demasiadamente ameaçando a taxa de lucro e, por último, oferece ainda benefícios ideológicos e econômicos como um operário mais disposto para o trabalho e mais qualificado para exercer sua função.

Em outros termos, em uma conjuntura político-ideológica específica, o pós-segunda guerra, a capacidade de pressão dos movimentos sociais, fortalecida pelo crescimento econômico, e a escassez de mão-de-obra na Europa, criou uma consciência de classe entre os capitalistas, implicando a reformulação do Estado. Reformulação esta que explica a emergência de um Estado com face social. Ainda que o caráter contraditório das relações entre capital e trabalho, no Capitalismo, implique que a harmonia aparente de interesses se rompa rapidamente – o que de fato aconteceu na década de 1970. É inegável o fato de que, no período entre 1945-1970,

ocorreu um acordo entre aquelas duas classes fundamentais, e a classe trabalhadora, como consequência, incorporou-se aos benefícios de bem-estar social capitalista.

O sexto argumento é a necessidade, cada vez mais crescente, de “socializar” os custos da produção e de abaixar os custos de reprodução da força de trabalho. Para que a população possa usufruir os bens produzidos pela indústria se faz necessário que esta tenha condições para tanto. O Estado ao investir nos serviços básicos, como saúde e educação, libera os rendimentos da população para consumir os produtos industrializados e evita ou afasta o perigo de uma Revolução Socialista ou outra modalidade de contestação do Sistema Capitalista. Além do mais, a taxa de lucro precisa ser mantida em equilíbrio, portanto quando o Estado investe em políticas de bem-estar está poupando os recursos financeiros do capital e, por conseguinte, contribuindo para a manutenção da taxa de lucro.

O sétimo argumento é a cultura de massa. Com o fim do período das grandes guerras (1914-1945) e com a implantação de políticas de bem-estar, a população europeia voltou a crescer. Além disso, no século XX, o Capitalismo se espalhou rapidamente por regiões ainda inexploradas, como a América Latina, um continente que até o início deste século era predominantemente agrário, em busca de novos mercados consumidores e de matérias-primas mais baratas. Todo este movimento do capital fez emergir multidões ávidas pelos produtos industrializados, porém com grande potencial revolucionário. Eram, e ainda são, multidões de pobres em busca de melhores condições de vida e que poderiam acabar com o sonho de consumo dos americanos e europeus. A solução foi implementar, na periferia do Sistema, as políticas de bem-estar e desenvolver, em todo o mundo, a Indústria Cultural – rádio, discografia, cinema, TV e as novas formas de construir a arte – que gerou milhões de empregos e contribuiu, segundo Cotrim (2000, p. 226), para “o processo de narcotização da consciência das massas”. Com esse processo de narcotização a Cultura de Massa ganha

impulso e o *Welfare State* recebe mais uma missão: a de ser o instrumento de narcotização das multidões alienadas e empobrecidas do Terceiro Mundo.

O oitavo argumento é a crise da superprodução. Em 1929 manifestou-se uma forma de crise – a Grande Depressão – que não só teve uma difusão simultânea em quase todos os países capitalistas desenvolvidos, como também se apresentou como uma crise de superprodução e de subconsumo. Embora durante a crise se produzisse uma extraordinária concentração de capital, como bem recomenda o pensamento econômico neoclássico, e se deu um poderoso salto tecnológico, além do desemprego difuso que criava uma enorme disponibilidade de mão-de-obra barata, os mecanismos de mercado, enquanto tais, não eram suficientes para a retomada dos investimentos e da produção. A depressão é superada com a chegada da Segunda Guerra Mundial – pelo menos nos EUA, pois na Europa só com o fim desta guerra – entretanto, ficou o medo que tais acontecimentos viessem a acontecer novamente colocando em cheque a própria sobrevivência do Sistema Capitalista. Para que isto não voltasse a acontecer, o Estado de bem-estar foi estimulado a crescer por meio da ampliação do número de pessoas atendidas por seus programas (saúde, educação, moradia etc) e, dessa forma, absorver grande parte da produção das indústrias.

O nono e último argumento é o estímulo ao consumo. Com o desenvolvimento da produção em massa, com a expansão do capital para o Terceiro Mundo e com o crescente papel dos grandes oligopólios, a acumulação do capital dependia, cada vez menos, da possibilidade de atrair a população entre os investimentos e cada vez mais da possibilidade de sustentar os investimentos mediante a expansão do consumo. Para a produção em série já existia, nas grandes indústrias, durante a primeira metade do século XX, a organização taylorista do trabalho, porém não havia ainda uma organização da sociedade capaz de difundir o consumo. Para este fim foi amoldada a máquina do Estado. As suas funções se estenderam. A consequência disso foi o nascimento do

Banco Central e o papel-moeda, em todos os países capitalistas. Instrumentos indispensáveis para concentrar nas mãos dos governos a direção dos capitais necessários para sustentar os investimentos e para regular o ciclo econômico. A partir desse instante, desenvolveram-se os gastos públicos, os aparelhos de reprodução, políticas de pleno emprego, enfim o consumo individual e social.

Na década de 1970 houve a grande crise do petróleo que levou a Europa, os Estados Unidos e outras áreas do planeta a viverem uma recessão. Esta recessão foi causada pelo aumento de preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Estes países – na sua grande maioria árabes – queriam aumentar o seu Produto Interno Bruto (PIB) e, dessa forma, desfrutar do bem-estar dos países do centro do capitalismo. Vale salientar que não vamos discutir a influência na crise do petróleo das guerras entre palestinos e israelenses no Oriente Médio. Entretanto, o aumento do petróleo levou os países europeus e os EUA a comprometerem o orçamento nacional com políticas de reformulação de suas economias. Esta postura levou ao comprometimento de uma substancial parcela do orçamento. A consequência disso foi uma crise fiscal que colocou todas as políticas de bem-estar em decadência. A explicação para a crise do *Welfare State* parece muito simples: foi a crise do petróleo que provocou este fato, afirmam os jornalistas nos telejornais em horário nobre. Todavia, existem outros mecanismos que precisam ser analisados.

## FATORES QUE LEVARAM À CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Segundo Vacca (1991, p. 154), na década de 1970 manifestaram-se “formas de crise que parecem específicas do Estado de bem-estar”. Vamos apresentar estas “formas”, descritas por Vacca, em dez fatores.

O primeiro fator é a crise fiscal, esta é muito propagada pela Mídia (TV, rádio, jornal etc). O fato é que dentro das estruturas do Estado de bem-estar o primeiro gerador, visível, de crise é a estratifica-

ção social. A extensão do trabalho dependente torna árduo comprimir os salários e isolar socialmente a classe trabalhadora. A consequência disso é que nas relações entre salário e lucro desenvolvem-se tensões e conflitos crescentes. As conquistas sociais dos trabalhadores não podem ser facilmente suprimidas e disto resulta uma crescente inflação de custos e um enrijecimento das bases fiscais do Estado. Ele tem, cada vez mais, de custear o preço da exclusão social, provocada, em grande parte, pelo crescimento dos monopólios, e da incapacidade que o empresariado possui de bancar políticas de contenção da miséria. Somado a isto, existe o paternalismo e o clientelismo dos governantes preocupados em se reeleger ou eleger algum representante do seu Sistema Político, a contratação sem critérios de funcionários públicos, a corrupção dentro do Sistema de Arrecadação (fisco), o superfaturamento de obras e os desvios de verbas. Com todos estes problemas, nasce uma crescente dificuldade de financiar a demanda, sempre mais difusa, de serviços e de gastos públicos de caráter social. As arrecadações estatais se enrijecem, e além de um certo limite não podem se multiplicar sem colocar em risco a própria existência do Capitalismo.

O segundo fator é a composição de classes do Capitalismo Tardio, o Capitalismo da segunda metade do século XX. Esta composição alimenta tensões contraditórias. De um lado, favorece o consumo afluyente de todo tipo de quinquilharia, para satisfazer as exigências de modernização da indústria e dos grupos mais privilegiados em favor de um gasto social improdutivo. Por outro lado, para vir de encontro às necessidades elementares das camadas marginais, que são cada vez mais numerosas – trabalhadores desempregados, jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores ocasionais, emigrantes, mulheres expulsas do mercado de trabalho, idosos, etc – devido ao aumento vertiginoso da população no século XX e das novas técnicas de produção que dispensam mão-de-obra. Além disso, crescem os gastos públicos para sustentar os médios e pequenos agricultores, empresas artesanais, pequenas empresas, os subsídios aos alimentos, que

reúnem camadas intermediárias, corporativas e protegidas, essenciais ao sistema de alianças do capital monopolista, e que por tal motivo obtém do Estado fluxos de recursos a vários títulos como, por exemplo, maior facilidade de obtenção de crédito, isenção fiscal e transferência de renda. Todos esses arranjos de classes contribuem apenas para agravar a crise fiscal do Estado de bem-estar.

O terceiro fator é a crise de governabilidade que atinge as democracias. Há um forte redimensionamento da soberania territorial. Esse redimensionamento se dá pela crescente internacionalização do capital e dos mercados, a invasão dos oligopólios, a interdependência, cada vez maior, das economias ocidentais, promovem novas desigualdades entre os próprios países capitalistas desenvolvidos e determinam novas formas de dependência dos países menos fortes em relação aos países sede do capital. A manutenção do dólar como regulador do comércio internacional – o que só beneficia os monopólios e os bancos que emprestam dinheiro aos países do Terceiro Mundo – o peso crescente dos balanços de pagamentos no desenvolvimento dos diferentes países e as consequências que emergem da nova divisão internacional do trabalho que impõem novos vínculos à relativa e estreita autonomia dos Estados e dos mercados nacionais.

Todo este movimento leva a duas consequências.

A primeira consequência é a crise da democracia. Há um rompimento da unidade temporal e espacial entre a economia e a política que afeta, diretamente, o funcionamento da democracia. Nas fases iniciais do Capitalismo, a democracia liberal emergia como uma das mais relevantes expressões políticas do Capitalismo Nacional. Num segundo momento, na fase fordista, as lutas dos movimentos sociais e políticos, e a expansão das forças produtivas convergiram para a criação de uma forma de democracia mais inclusiva e participativa. Apesar das contradições e de muitos abusos, os princípios democráticos tornaram-se presença obrigatória nas sociedades avançadas. Entretanto, atualmente, vemos uma rápida e drástica mudança.

Por causa do aumento da incapacidade do Estado de controlar o ambiente econômico e o não-econômico, sob o pós-Fordismo global as ordens [direções] que o Estado recebe de seus cidadãos não podem ser totalmente implementadas conforme está previsto na moderna teoria da democracia. O fracionamento da unidade temporal-espacial entre a política e a economia, portanto significa uma crise de representação política. O Estado está aumentando sua incapacidade de representar os desejos dos seus cidadãos (BONANO, 1999, p. 65).

A conseqüência direta dessa incapacidade é a rejeição do Estado de bem-estar e a mudança de suas preocupações básicas. O Estado de bem-estar é substituído pelo Estado “segurança”, o qual dá as costas para a periferia mergulhada na miséria e nas drogas. Tal fato pode ser percebido com facilidade pelas atuais preocupações do Estado, as quais são: garantir aos investidores altos lucros na ciranda financeira, recuperar bancos falidos ou oferecer aos oligopólios que se internacionalizaram a “cesta básica”, ou seja, isenção de impostos, terrenos doados pela União (Governo Federal), tarifas subsidiadas de água, luz e telefone.

Outro fator desta crise é a globalização. Ela é antidemocrática porque é hierarquizada, uma estrutura vertical. Navegam com confiança na aldeia global cerca de 500 a 600 grandes empresas que se internacionalizaram, as quais comandam 25% das atividades econômicas mundiais e controlam de 80 a 90% das inovações tecnológicas. Estas empresas pertencem aos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e aos demais países do G-7. Constituindo-se um poderoso instrumento de elitização da economia mundial.

Nessa elitização da economia, a democracia é acusada de criar barreiras que impedem o fluxo e o crescimento dos capitais, pois ela é “problemática e perigosamente ingovernável” (LAURELL, 1997, p. 83), logo a democracia é desnecessária<sup>5</sup>. A conseqü-

ência direta disso é um processo de erosão da soberania do Estado-nação, daqueles países que não são os protagonistas da globalização, afetando a cidadania em suas várias formas. Enquanto as decisões que irão afetar a vida do cidadão são tomadas por entidades internacionais, como o Clube de Roma, o FMI, o Banco Mundial, o Senado Americano, o Parlamento Europeu e outros, o governo central, desses países, vê seu papel profundamente alterado pela própria aceleração das transformações econômicas e sociais. Este fato conduz à deformação da racionalidade política – já não é mais necessário se investir na ciência, mas na recuperação de bancos falidos – e da degradação das políticas sociais.

A segunda conseqüência é a crise da representatividade dos partidos políticos. No interior dos Estados, o crescente desenvolvimento da função dos partidos e o peso crescente das organizações de interesse contribuem para esvaziar as instituições de representação. Nas democracias européias o Sistema Parlamentar coincide substancialmente com o sistema dos partidos. Estes – para poderem ter peso no Mercado Eleitoral – tendem a penetrar, cada vez mais, nos órgãos do Estado e em suas células econômicas.

Por força desses processos se dilui a unidade da burocracia. Os órgãos da administração pública e do Estado são transformados em feudos dos partidos políticos. Vem daí uma crise sempre maior da burocracia: esgota-se a aparente neutralidade dos órgãos e das técnicas administrativas, que constituía um elemento essencial da motivação, unidade e identidade dos corpos burocráticos. A perda de homogeneidade incentiva os conflitos políticos no seu interior. Perde-se, gradativamente, a noção do servidor da coletividade (servidor público) e a expectativa de comportamentos homogêneos e leais por parte dos funcionários.

Todo este movimento acarreta conseqüências para os próprios partidos. Eles estendem o seu domí-

<sup>5</sup> Segundo o ideário neoliberal a democracia, em si mesma, não é um valor central. A liberdade e a democracia podem “facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidiu interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como

quisesse” (ANDERSON, 1995a, p. 20). Entre a democracia e a economia, o neoliberalismo fica com a economia.

nio sobre os órgãos públicos e estatais, porém mostram-se cada vez mais incapazes de conferir unidade de objetivos e funcionalidade aos órgãos do Estado. Em sociedades complexas, como os EUA, a Inglaterra e a Alemanha, as decisões fundamentais, referentes ao desenvolvimento, à produção, ao consumo, à informação e outros, provém, em escala crescente, dos vértices dos grandes aparelhos, os quais tendem a se tornarem autônomos. Atingidos por conflitos de poder cada vez mais acirrados, esses aparelhos decidem a não precisarem da orientação partidária. Continuidade e mudanças são determinadas sempre mais por linhas internas, na base de conflitos de interesses, de culturas e de competências que percorrem os aparelhos do Estado. Os partidos se encontram envolvidos nesse movimento como membros, indiretos, das estruturas tecno-administrativas e como mediadores entre os objetivos elaborados por elas e as reivindicações da própria base eleitoral.

Na crise dos partidos é preciso frisar que não existem mais os partidos de classe estruturados, isto é, os partidos burgueses e os partidos do proletariado. Quanto aos primeiros, a crise de representação se manifesta, sobretudo como impossibilidade de unificar sob a égide do próprio partido os setores fundamentais das classes economicamente dominantes e o seu conjunto de alianças. Nos diferentes países, os processos de internacionalização envolvem segmentos cada vez maiores da burguesia e tornam difícil uma função unitária e nacional das classes dominantes, segundo os moldes e as figuras tradicionais. Pelo contrário, percebe-se claramente a sua crescente segmentação e concorrência ao recorrerem a parceiros internacionais mais fortes para garantir o seu apoio em troca da imediata, e sempre maior, dependência do seu próprio país.

Quanto aos partidos trabalhistas e socialistas, o elemento fundamental da sua crise vem da insuficiente capacidade de dominar ou amenizar as transformações capitalistas no âmbito mundial e de responder-lhes com um programa de propostas nacionais e internacionais. Outro elemento da crise dos partidos é a derrocada do Bloco socialista – já não

existe o ouro de Moscou<sup>6</sup> para financiá-los – no leste europeu e a ascensão dos partidos verdes, que atraem militantes tanto das causas ecológicas como de outros setores sociais.

Todo este movimento leva ao *Welfare State* a ficar distante da população e, com isso, adentrar em uma crise profunda.

O quarto fator de crise é a internacionalização do intelecto científico. Uma das formas do Estado bancar políticas de bem-estar encontra-se no incentivo e no patrocínio da pesquisa científica. E também a partir da centralização do intelecto científico dentro do espaço nacional e sua transformação em potência política que o Capitalismo se consolidou, a partir do século XVIII, e pode expandir-se como uma verdadeira formação mundial graças à assimilação das ciências pelo capital. Fundamentalmente, foi essencial a presença do Estado na formação e no desenvolvimento do espírito científico. Entretanto, na segunda metade do século XX verificou-se um declínio acentuado do Estado na formação e controle da inteligência científica. Resumidamente, há quatro motivos para isto acontecer.

O primeiro motivo para tal fato acontecer são as características intrínsecas da própria ciência – metodologia, surgimento de novas teorias, novas tecnologias etc – que a conduz a se organizar em círculos cada vez mais transnacionais. O segundo é a dinâmica dos monopólios que criam seus laboratórios, na maioria das vezes mais bem aparelhados do que os laboratórios estatais, pagam altos salários aos cientistas e não estão ligados ao espaço territorial de uma nação. O terceiro é a própria crise fiscal do Estado que, conseqüentemente, sucateia os laboratórios, promove um achatamento salarial e privatiza, em muitos casos, as estruturas científicas. O quarto e último motivo é a crise ética vivida pela ciência em nossos dias, pois o que mais preocupa a comunida-

6 A expressão “ouro de Moscou” faz referência ao financiamento que a extinta União Soviética e seus aliados realizavam para que os grupos e partidos de esquerda se organizassem na América Latina e em outros continentes para lutar tanto pela implantação do Socialismo como por melhorias na condição de vida da população.

de científica internacional são os ganhos financeiros e não a solução de conflitos humanos. A ciência é regida, atualmente, pelo princípio maquiavélico de que o importante são os fins e não os meios (métodos). Neste caso, o fim é o lucro advindo de alguma descoberta científica. Expressões como: “cidadania”, “verdade”, “bem-estar social”, estão sendo banidas do receituário científico.

O **quinto fator** de crise é o extraordinário desenvolvimento das formas e dos meios de comunicação. Os veículos de comunicação se integram em um inédito Sistema Planetário, caracterizado por desequilíbrios e conflitos crescentes. Eles são, segundo Vacca (1991, p. 159), “o acelerador mais potente dos processos de unificação e internacionalização dos intercâmbios e completa as polaridades que configuram o conjunto de modalidades do desenvolvimento desigual”. A crescente oferta de informação, proveniente do desenvolvimento de uma rede mundial dominada por grandes oligopólios, constitui um dos fatores desagregadores da autonomia dos Estados. A informação se transformou no mais recente produto de consumo oferecido pela indústria, neste caso a Indústria da Mídia, e também na mais eficaz forma de narcotizar a consciência tanto do operariado como do resto da população. A Mídia substitui a religião no processo de controle da mente e de legitimação da exclusão social.

A Indústria da Mídia se caracteriza por uma espantosa vitalidade e capacidade de expansão da forma mercadoria, e pela inédita capacidade de penetrar em âmbitos da vida cotidiana e privada do cidadão, até então subtraídos pela reprodução capitalista. O universo privado vai rapidamente desaparecendo e, em seu lugar, surge a grande alucinação da audiência televisiva e dos modismos. Neste contexto, o Estado não consegue captar as reais necessidades do indivíduo porque tudo se transformou em mercadoria e o bem-estar social passou a ser um sonho distante. O bem-estar passa a ser visto como desnecessário, pois o que preenche a existência são os programas apresentados na Mídia.

O **sexto fator** é a crise do Estado-nação. Podemos claramente perceber que há uma ruptura no acordo entre o Estado-nação e as burguesias nacionais. Em primeiro lugar porque uma parcela dessa burguesia se internacionalizou e, segundo Lasch (1995, p. 38), “já não aceita mais o lugar comum do espaço nacional”, vendo os “países apenas como municipalidade” (FORRESTER, 1997, p. 27). Em segundo lugar, porque a parcela da burguesia que não conseguiu se internacionalizar – por fatores diversos, como: sucateamento do parque industrial, falta de acesso à tecnologia de ponta, perda da concorrência para os oligopólios, etc – tenta se adaptar à nova ordem estabelecida. Uma das formas de tal fato acontecer é negar o espaço nacional, como vem acontecendo. Afirmam-se espaços como do Mercosul e da União Européia, quando a maioria dos empresários não tem acesso nem ao Mercosul e nem à União Européia. Fala-se em negócios transnacionais, ou vive-se, intensamente, o delírio das bolsas de valores. Portanto, é preciso ter a consciência de que “sobre o pano de fundo de todos os processos [...] destaca-se o fim da economia nacional” (VACCA, 1991, p. 160).

Tradicionalmente o papel histórico do Estado-nação, é:

- 1) Aumentar o processo de acumulação de capital;
- 2) Legitimar a acumulação para aqueles segmentos da sociedade nacional que não eram beneficiados pelo Estado. O problema é que, em nossos dias, esses dois fatores podem ser postos em prática sem a participação do Estado. Os grandes oligopólios acumulam capital sem precisar da figura do Estado-nação e a burguesia, que não conseguiu se internacionalizar, vê no mesmo um obstáculo para que tal fim se realize.

Qual é a conseqüência desse movimento? A primeira conseqüência é que, segundo Bonano (1999, p. 60), uma “releitura completa do período de crescimento do pós-segunda guerra nos dá a sensação de que as estruturas de acumulação fracassaram e que as políticas sociais precisam ser modificadas”.

A segunda conseqüência é a ruptura direta da unidade temporal-espacial entre política e economia e o surgimento de uma nova aristocracia. Esta nova aristocracia, conceituada, por Rifkin, em *O fim dos empregos* (1995), como os cosmopolitas, é diretamente ligada à internacionalização dos oligopólios e ao jogo financeiro realizado nas bolsas de valores, por meio de computadores e telefones. Para Lasch (1995, p. 14), esta nova aristocracia “não mais prevê uma progressiva igualdade de condições entre os indivíduos, mas simplesmente a exclusão seletiva de tudo o que não é elite”.

Segundo Lasch (1995), o novo aristocrata comporta-se fielmente como um turista. Ele sente-se à vontade a caminho de uma conferência importante, da festa de inauguração de uma franquía, de um festival internacional de cinema ou de um paraíso ecológico ainda inexplorado. Ele não conhece seu vizinho e também não conhece os problemas enfrentados por sua comunidade e por seu país. Para Lasch (1995, p. 14), a posição, do novo aristocrata, diante dos problemas do país “não é uma perspectiva que possa incentivar uma apaixonada dedicação à democracia”. Pelo contrário, se por acaso a violência ou a miséria rondar sua casa ele, simplesmente, mudará para um balneário turístico em outra cidade ou outro país. O fato determinante de todo este movimento é que o Estado-nação perde, a cada instante, sua capacidade de investimento em projetos de bem-estar por causa do agravamento da crise fiscal e de legitimidade.

O sétimo fator de crise é a avanço da globalização. Para iniciar a discussão vamos colocar o conceito de globalização do modo como ele é transmitido pela Mídia e pelos economistas. A globalização, em termos, é o fim ou a redução das barreiras de circulação das mercadorias e do trabalho. Argumenta-se que tal fato é, principalmente, o resultado dos avanços na tecnologia e da implementação das políticas neoliberais. Ou é o processo, inevitável, do avanço da internacionalização e da integração da economia mundial capitalista.

Há um mito neste conceito. Segundo Coutinho (1995, p. 21), o mito é justamente pensar que “um mundo econômico sem fronteiras resultaria de uma suposta queda generalizada das barreiras comerciais e não-comerciais no intercâmbio internacional”. O chamado “mundo globalizado” resume-se entre “12 e 15 atores globais” (COUTINHO, 1995, p. 22), isto é, os oligopólios mundiais ou globais caracterizam-se pela existência de poucos protagonistas. Um bom exemplo do chamado “mundo globalizado” é o caso da indústria automobilística, onde não mais que dez produtores internacionalizados dominam e competem por fatias de mercado em escala global. Outros exemplos são: a indústria farmacêutica, de alguns setores de material elétrico pesado, informática, eletrônica de consumo, cosméticos, química fina e metais não-ferrosos.

Esse mito pode ser perfeitamente percebido pela natureza da globalização, a qual é:

- 1) Aceleração intensa e desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais;
- 2) Reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização de algumas empresas;
- 3) Difusão desigual da Revolução Tecnológica, reiterando os desequilíbrios comerciais e de balanço de pagamentos, resultando num policentrismo econômico que substitui a bipolaridade nuclear do pós-segunda guerra e se expressa na fragilidade do dólar, no fortalecimento do euro e do marco;
- 4) Significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais em busca de “mercados emergentes” que ofereçam taxas de juros elevadíssimas e da interpenetração patrimonial (investimentos cruzados e aplicações financeiras);
- 5) A ausência de um padrão monetário mundial estável, no contexto de taxas cambiais flutuantes, gerando como conseqüência a impossibilidade de prevenir as rupturas no Sistema, como, por exemplo, a crise, em 1999, do México, do Brasil e a grave crise, em 2001, da Argentina.



A conclusão a que se chega, desses cinco itens, é que não há espaço para a tão badalada democracia comercial entre todos os países e a conseqüente melhoria do padrão de vida das populações marginalizadas de regiões como o Leste Europeu, a América Latina e a África.

Outro argumento favorável a globalização são as estruturas flexíveis, as quais nascem da privatização de empresas públicas<sup>7</sup>, da reestruturação gerencial das empresas, do lançamento de novos produtos no mercado de consumo e de novas formas e condições de trabalho. O problema é que essa flexibilidade é ilusória. Por exemplo, para se ter acesso às empresas públicas privatizadas depende-se da capacidade de pagamento – e multidoes foram alijadas da prestação de serviços essenciais por não disporem de recursos financeiros – ou do lucro geral. Para Bonano (1999, p. 53),

As novas estruturas flexíveis prestam-se à racionalização financeira, á concentração de recursos, á ultrapassagem de obstáculos, á alocação mais eficiente das formas de produção, à proteção contra possíveis mudanças econômicas e à obtenção de mais vantagem através de novos instrumentos financeiros e fiscais.

As estruturas flexíveis concentram tanto poder, como recursos financeiros, nas mãos dos oligopólios que se globalizaram na segunda metade do século XX. Entretanto, cria-se, por meio do constante discurso da globalização, a ilusão que tais estruturas são universalizadas e democráticas, porém, segundo Dowbor (1995, p. 4), o que realmente existe de universal e democrático nestas estruturas é o próprio “discurso de que tudo se globalizou”.

É importante ressaltar a capacidade que os grupos empresariais adquiriram de movimentar suas estruturas produtivas. As corporações mudam suas plantas e seus ativos ao redor do mundo com o real objetivo de obterem condições de produção mais desejáveis e evitarem limitações e restrições

que são demandadas por outros atores sociais: governos, trabalhadores, movimentos sociais, pacifistas, organizações não-governamentais e outros. Em síntese, as grandes corporações estão fugindo de suas responsabilidades sociais, com seus empregados e com toda a sociedade. Uma das conseqüências dessa fuga ou simplesmente da “ideologia da mobilidade” (BONANO, 1999, p. 58) é o desemprego em massa, justamente o contrário do discurso oficial da globalização, e o agravamento da crise do *Welfare State*, pois com a queda crescente do índice de empregabilidade o Estado arrecada menos impostos e as políticas sociais, geridas por ele, são cada vez mais prejudicadas.

O oitavo fator de crise é a ideologia. A questão ideológica do *Welfare State* é de suma importância, pois existe uma redução das margens de manobra dos diferentes compromissos institucionais, dificuldades maiores no seio do movimento operário e nas políticas interclassistas. Encontra-se em jogo a estrutura de organização das relações sociais, geradas com o pós-segunda guerra, e que resultaram no Estado de bem-estar. Os antigos equilíbrios entre Estado e economia de mercado, entre acumulação e consenso político, se decompõem. As limitações impostas pela crise das políticas do *Welfare State* levam ao abandono dos compromissos econômicos e políticos que regulavam o seu funcionamento. Os conflitos gerados, no próprio movimento operário, põem em jogo a sua forma de organização sindical e a sua inadequação para incorporar, no seu campo de lutas, os novos movimentos sociais emergentes – grupos ecológicos, movimentos feministas, anti-racista, religiosos, os regionalismos, pacifistas, homossexuais, sem-terra, sem-teto, negros, índios, moradores de rua, juventude e menores abandonados, terceira idade, imigrados, trabalhadores sem sindicato, profissionais do sexo, etc. Tudo isso causa uma crise da gestão política na sociedade.

Outra parte fundamental da questão ideológica é que o padrão de crescimento econômico não se limitou aos espaços nacionais do centro do Sistema Capitalista. Houve uma integração de toda a peri-

7 Nos referimos a “privatização” em sentido geral e não com relação a um país especialmente como, por exemplo, o Brasil.

feria capitalista por meio da internacionalização do capital, da formação de um sistema de monopólios, dos avanços tecnológicos e do aperfeiçoamento da Sociedade de Massa. Essa integração gerou um dualismo sem precedentes – um crescimento rápido e uma redistribuição da riqueza extremamente desigual. Desse modo, a crise do *Welfare State* pode ser atribuída a sua própria incapacidade de responder aos novos requisitos da sociedade pós-industrial.

De um lado, aos requisitos econômicos, políticos e ideológicos dos espaços social-democratas, de outro lado, as necessidades geradas pela integração desigual das periferias capitalistas. A consequência é a inadequação da estrutura institucional do Estado de bem-estar aos novos anseios da sociedade. Essa inadequação tem dois níveis. O primeiro nível é o que Leal (1996, p. 24) classifica como o “incômodo da burguesia”, pois no seio da burguesia cresce um sentimento cada vez mais anti-estatista e luta-se contra a amplitude do Estado na regulação da vida social. O segundo nível são os novos agentes sociais – os movimentos sociais emergentes – passam a intervir diretamente no conjunto da sociedade questionando a prática política estatal e as estruturas partidárias existentes. Recusa-se, por parte desses movimentos, a “participar e desempenhar os papéis clássicos – base eleitoral de partidos políticos, grupos de pressão corporativistas ou mecanismos de poder” (LEAL, 1996, p. 26).

O nono fator de crise é a dívida externa. Esta forma está ligada aos países do Terceiro Mundo. No pós-segunda guerra os americanos emprestaram altas somas de dinheiro para os países europeus e o Japão com a finalidade de reconstruir o patrimônio nacional destruído durante a Segunda Guerra Mundial. Com o advento dos anos dourados, os quais nascem com o fim da guerra, em 1945, e vão até 1970, a economia destes países cresce e a dívida vai sendo paga. No entanto, com a chegada da crise do petróleo em 1974 tanto os americanos como os europeus vão buscar novas formas de financiar o crescimento econômico. Uma dessas formas é promover o endividamento sempre crescente dos países da América

Latina, Ásia e da África, os países do chamado Terceiro Mundo. Por meio da cobrança de juros e taxas adicionais os EUA e os países capitalistas avançados da Europa, como, por exemplo, a Inglaterra, França e Alemanha, montaram um fundo para recompor suas economias em tempos de crise e de estimulá-las quando esta passar.

A dívida externa atinge diretamente as políticas de bem-estar dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, pois compromete mais de 50% – e em alguns países, como o Brasil, chega a 56% – do orçamento nacional, inviabilizando a estabilidade social. Este processo coloca os países do Terceiro Mundo num círculo vicioso, pois eles precisam, constantemente, recorrer aos países do núcleo capitalista – para, por exemplo, pagar os juros da dívida – para realizar novos empréstimos e aumentar sua dívida. Isto abre espaço para as “missões do FMI” que tem a finalidade de monitorar e até controlar as economias endividadadas. Essas “missões” não trazem em seus projetos o estabelecimento do bem-estar social. Com isso, o Estado de bem-estar, no Terceiro Mundo, entra em decadência. Vale salientar, que não nos cabe realizar uma explanação se houve, ou não, um *Welfare State* no Terceiro Mundo.

O décimo e último fator é a crise de legitimidade. Esta crise tem dois níveis, o interno e o externo. A crise interna de legitimidade é apresentada por Brunhoff no livro *A hora do mercado: crítica ao liberalismo* (1991). Para ela a própria população, que se serve deste modelo de Estado, critica-o, pois os serviços, como, por exemplo, saúde e educação, oferecidos por ele são de má qualidade, muito diferentes da propaganda estatal que mostra serviços de excelente qualidade, rápido atendimento e profissionais de alto nível. Essa má qualidade se dá devido ao investimento equivocado que o Estado realiza. Vejamos: o empreguismo, o qual provoca um comprometimento maciço do orçamento estatal, militarização do Estado. A doutrina da “defesa do mundo livre” leva aos Estados centrais do capitalismo a colocar uma grande parcela do orçamento em gastos militares, deixando a população com serviços bási-

cos sucateados. Desvios de verbas, má administração e outros fatores.

Outra crítica feita pela população é o caráter incontrolável de sua extensão. A fim de atender a inúmeros compromissos eleitorais e interesses empresariais, os governantes promovem um crescimento exagerado do *Welfare State*. Este crescimento acarreta uma redução do espaço privado e um avanço, das estruturas estatais, na vida íntima do cidadão. Isto vai lentamente reduzindo o direito de escolha – a liberdade individual – sobre os assuntos referentes à vida, pois, o Estado, com sua rede de tecnocratas, vai decidindo o que é melhor para a existência do cidadão. A crise interna de legitimidade será um argumento usado pelo pensamento neoliberal para defender uma redução drástica do tamanho do Estado – por meio das privatizações – e um incremento da plena liberdade de Mercado.

O nível externo desta crise é apresentado inicialmente por Stewart no livro *A moderna economia: antes e depois de Keynes* (1976). Para Stewart além do aumento do preço do barril de petróleo no Mercado Internacional existe outro fator, o qual determina a crise do Estado de bem-estar na década de 1970. Este outro fator é a nova geração – nascida a partir da década de 1960 – que não participou do pacto realizado no pós-segunda guerra. Este pacto possibilitou uma estabilidade social através da implantação de políticas de *Welfare*. Por tal motivo todos os cidadãos do continente europeu – visto que a pesquisa foi realizada na Europa – tinham um compromisso ético com o pagamento de altos impostos. Estes altos impostos mantinham as estruturas de bem-estar social. Todavia, esta nova geração não participou de todas as angústias e sofrimentos da primeira metade do século XX e, por causa disso, não se sente à vontade com o pagamento de altos impostos<sup>8</sup>. O que ela desejava – e deseja – era gastar seu dinheiro com um

consumo pessoal e supérfluo. Este tipo de postura colocou a legitimidade do *Welfare State* em cheque.

O outro nível desta crise é apresentado por Rosanvallon no livro *A crise do Estado-providência* (1981). Para Spinelli (1993, p. 204), Rosanvallon é o pensador que pode ser considerado como “o mais original, no sentido de que o seu pensamento dificilmente pode ser enquadrado em alguma das linhas de análises conhecidas”. De acordo com Rosanvallon (1981), não se deve procurar a chave explicativa do desenvolvimento do Estado-providência – esta é a expressão que ele usa para designar o Estado de bem-estar social – na lógica do Capitalismo, porém na própria lógica inscrita no enredo do Estado Moderno, pois ele é um “produto da cultura democrática e igualdade moderna” (ROSANVALLON, 1981, p. 25). O Estado de bem-estar teria a incumbência de libertar a sociedade da necessidade e do risco.

Esta incumbência nasceu do compromisso social, o pacto ético proposto por Keynes na *Teoria geral* (1988), realizado no pós-segunda guerra entre o Estado, a classe patronal e os sindicatos – representantes da classe operária. Este pacto consistia em que a classe operária aceitava não contestar as relações de produção, especialmente a propriedade privada, e renunciava ao postulado da revolução armada; em troca de um Estado social redistributivo e da existência de um espaço de negociações sociais que lhe permitisse ganhos reais. A partir da década de 1970 nascem os questionamentos. Segundo Rosanvallon (1981, p. 26), “O que se coloca em cheque quando se questiona o Estado-providência é o contrato social, o pacto: as relações da sociedade com o Estado que são objeto de uma indagação”.

O pacto realizado no pós-segunda guerra – e que, teoricamente, perdurou entre 1945-1974 – é questionado pelas gerações e pela dinâmica do capital que deseja auferir maiores lucros a partir da retirada parcial ou da pura eliminação das políticas de bem-estar. Neste contexto, para Rosanvallon (1981,

8 Hayek (1983, p.158) expressa o incômodo da burguesia referente ao pagamento de altas taxas de impostos para manter os serviços de bem-estar social, da seguinte forma: “Não devemos esperar que algum dia se chegue à unanimidade quanto a proporção desses serviços [saúde, educação, moradia, etc] e tampouco é evidente que coagir os indivíduos a contribuir para

a execução de serviços com os quais eles não concordam seja justificável do ponto de vista moral”.

p. 44), “a eficácia econômica (a competitividade) e o progresso social (redução das desigualdades e socialização crescente da procura) tornam-se contraditórias”. Esta contradição é criada por um eventual pleno emprego. Mesmo que os lucros permaneçam elevados e a alta dos preços possa neutralizar o aumento dos salários, a posição social do patronato será afetada. O motivo disto é que a relativa segurança no emprego dos trabalhadores ameaça minar a disciplina nas empresas e alimentar uma instabilidade sócio-política. Por estes motivos, o *Welfare State* é conduzido para o conjunto de instituições sociais em decadência.

Depois de analisarmos as diversas formas de crise do Estado de bem-estar, resta-nos fazer algumas perguntas. Num contexto de crise, o que fazer? “O regresso do liberalismo?” (SPINELLI, 1993, p. 212). Uma reformulação desse modelo de Estado? Uma ampliação, mais democrática, de suas atribuições? Atualmente, ganha força nos meios políticos e econômicos o retorno ao liberalismo, ou melhor, a aplicação das premissas neoliberais. Será que o neoliberalismo vai suplantará, definitivamente, o *Welfare State*? Essa pergunta, por enquanto, não tem resposta.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTINI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTINI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *ANPOCS. Boletim Informativo*, v. 39, p. 3-39, 1995.
- AURÉLIO, Carlos Pimenta de Faria. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de bem-estar social. *ANPOCS. Boletim Informativo*, v. 46, p. 39-67, 1998.
- BONANO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTE, Josefa S. Bárbara (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutíferas para exportação*. Recife: Ed. da UFPE, 1999.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica ao liberalismo*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1991.
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- COUTINHO, Luciano G. Nota sobre a natureza da globalização. *Economia & Sociedade*, v.4, p.21-26,1995.
- DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. *São Paulo em Perspectiva*, v. 91, p. 3-10, 1995.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, v. 24, p. 85-116, 1991.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GALBRAITH, John Kenneth. O sol keynesiano a pino. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira & EDUSP, 1989. (Novos umbrais).
- HAYEK, Friedrich. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução Henry Maksoud. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- LASCH, Christopher. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Tradução Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado. In: \_\_\_\_\_. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. 2 ed. Tradução Rodrigo L. Contrera. São Paulo: Cortez, 1997.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Welfare State: forma moderna de revolução passiva. *Política Hoje*, v.6, p. 7-29, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. 15. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1.

NAVARRO, Vicente. Welfare State e keynesianismo militarista na era Reagan. *Lua Nova*, v.24, p. 189-210, 1991.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força de trabalho*. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSANVALLON, Perry. *La crise de l'état providence*. Paris: Seuil, 1981.

SADER, Emir; GENTINI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State. *Política & Trabalho*, v. 15, p. 29-42, 1999.

SPINELLI, José Antônio. Identidades e contrastes na análise do Estado de bem-estar social. *Vivência*, v. 7, p. 187-214, 1993.

STEWART, Michael. *A moderna economia: antes e depois de Keynes*. Tradução Flávio de Moraes T. Plaza. São Paulo: Atlas, 1976.

VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado. *Lua Nova*, v. 24, p. 151-164, 1991.

## Valdetário Carneiro: mártir e comediante

Márcio de Lima Dantas – UFRN

### RESUMO

Como ator do grande teatro do mundo, o bandido Valdetário Carneiro funcionou como uma espécie de necessidade para que o microcosmo nordestino permanecesse completo, pronto para acionar seus obrigatórios e eternos mecanismos sob os carrilhões do tempo. Longe de se vincular a qualquer projeto político ou ideológico justificador das suas ações, parece muito mais deter no seu *entourage* um espectro de índices configuradores de um produto imaginal transmitindo-se nas intrincadas malhas da vida em sociedade (sem que ninguém perceba), no qual se encontram os alicerces de signos fundantes de uma ressonância arquetípica. Em síntese, plasma-se como um evento difícil de ser enquadrado em explicações geopolíticas.

Palavras-chave: Imaginário. Banditismo. Nordeste.

### ABSTRACT

As an actor of the great theater of the world, the bandit Valdetário Carneiro worked as a kind of necessity so that the northeastern microcosm remained complete ready to activate its obligatory and eternal mechanisms over the carillons of time. Far from tiding up to any political or ideological project to justify his actions, he seems to detain much more in his *entourage* a specter of configurational rates of an illusory product being transmitted in the intricate mesh of life in society (without being noticed by anybody), in which the foundations of established signs of an archetypical resonance are found. In summary, it molds as an event difficult to be fit in geopolitical explanations.

Key words: Imaginary. Banditism. Northeast.

“Por que não tomar a morte voluntariamente, como um ato de afirmação, de livre arbítrio? Por que não tomá-la com resolução e coragem pelas próprias mãos, em vez de deixar-me reduzir a mero joguete das circunstâncias? Afinal será só antecipação do que um dia inevitavelmente terá de ser [...]”

Elisa Lispector

Ao nos defrontar com a ficha policial do Sr. José Valdetário Benevides Carneiro, encontramos dados de uma história de vida capaz de despertar o pasmo e a indignação daquela grande maioria caracterizada num poema, do livro *Mensagem*, do poeta Fernando Pessoa (1986, p.18): “Triste de quem vive em casa, Contento com o seu lar”.

Fugitivo da Penitenciária de Alcaçuz, em 2000 sitiou e assaltou simultaneamente três agências bancárias da cidade de Macau no ano de 2002 e encabeça uma grande quadrilha de transgressores da ordem. Enfim, é o quarto homem mais procurado pelo aparelho policial do Rio Grande do Norte: “armado e extremamente perigoso”. Para além das descrições policiais, do entusiasmo com que a mídia aborda o tema, ou mesmo das polêmicas gozosas nas conversas em rodas masculinas, quando sucede alguma peripécia nova no *epos* da personagem, creio haver outros elementos integrantes do fenômeno do banditismo e da pistolagem em todo o Nordeste. Pontos que, ao que me parece, podem contribuir para aclarar a estranha e contraditória gramática regedora da vida social, posto que, num mesmo fenômeno, complexas conotações ressonam feixes de diversos domínios, entrecruzados, nos quais o comportamento humano, de um tudo, afora o que ainda sobra, bóia à deriva. Foucault (1978, p. 177) sabia muito bem disso quando escreveu acerca da “pro-

fusão de acontecimentos entremeados”, referindo-se aos indigitados fatos sociais.

Como ator do grande teatro do mundo, o homem de Caraúbas funciona como uma espécie de necessidade para que o microcosmo nordestino permaneça completo, pronto para acionar seus obrigatórios e eternos mecanismos sob os carrilhões do tempo. Longe de se vincular a qualquer projeto político ou ideológico justificador das suas ações, parece muito mais deter no seu *entourage* um espectro de índices configuradores de um produto imaginal transmitindo-se nas intrincadas malhas da vida em sociedade (sem que ninguém perceba), no qual se encontram os alicerces de signos fundantes de uma ressonância arquetípica. Em síntese, plasma-se como um evento difícil de ser enquadrado em explicações geopolíticas.

Pois muito bem. Não é de admirar a indomável força desse sujeito ao se confrontar com o instituído, do aparelho policial à justiça, haja vista ter optado por não permitir que a fuligem dos dias se acumulasse sobre a indumentária imposta pela Ordem, desde sempre, a todos os homens. Distante da rotina, lugar onde deságuam os intermináveis dias e seus repetitivos trabalhos, preferiu a vida de aventuras e intensidades, mesmo que as pagas e purgas outorguem o tributo inexorável nos papéis expedidos pelo destino, ou seja, o encurtamento da existência. Pelo visto, esse neobárbaro, antípoda à tradição burguesa, fundeada numa vida plácida (se possível, às custas do dinheiro alheio ou público, fato tão tradicional entre nós), determinou-se sempre a bancar o preço dos que não repetem o refrão dos atores sociais encenando os mesmos *takes* sem se dar conta do inosso e do insalubre que é ser como um no interior do todo. Anônimo ser sob o sol bocejante de dias intermináveis, aguardando o holerite do final do mês. Bem, foi o que ele escolheu, que mais se pode acrescentar? E, francamente, numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma ética safada e ambígua – vale aqui, não vale acolá – podemos condenar uma escolha de como se orientar na vida, mesmo

transgressora das tantas instituições que prometem o ilusório equilíbrio e segurança da/para a maioria?

Embora Valdetário encarne toda uma constelação de signos integrantes da História do semi-árido: coronelismo, capangas, jagunços, cangaço, embora permaneça difusa no Nordeste – todo mundo sabe – a crença na legitimidade dos crimes que são perpetrados em nome da honra e da vingança, sobretudo quando dizem respeito ao acerto de contas entre famílias rivais, malgrado todos esses discursos, prefiro adentrar em algum aceiro do Imaginário para acreditar numa espécie de homem dissonante dos demais, quer dizer, aquele que precocemente intuiu a lógica da avareza dos deuses, atendendo aos desejos humanos com parcimônia, muitas vezes com ironia e acanalhando os mortais com suas sincronias irônicas, vicissitudes e encruzilhadas, conduzindo-os sempre à profissão humana por excelência: o sabido de todos: buscador de lenitivos para as feridas e cultivador de ervas amargas no corpo, mormente no timbre da voz. Foi aí que entrou seu temperamento: uma enorme disposição interior para se confrontar com tudo o que se ergue contra suas vontades, somando-se um enorme desdém para com a morte e a certeza desta.

Ao participar do ousado assalto ao Banco do Brasil em Macau, cidade onde a entrada é a saída, lance de coragem no qual, dizem, teria matado o delegado da cidade, demonstrou não apenas até aonde vai seu destemor, mas insculpiu seu nome na história da *polis*. Poderia, se o quisesse, ter poupado a autoridade. Se assim fora, deixaria de assinar no inventário da sua vida mais um rutilante signo harmonizador da sua trajetória de arteiro e de homem que pouco liga para a quantidade de mortes levadas a efeito por si e por sua *caterva*. Ora, o que se encontra em jogo, quando se trata de coisas relacionadas ao imaginário, é a qualidade e o rito. A repetição e seus derredores servem apenas para referendar as vigorosas pontas do teimoso *iceberg* ancorado no pensamento mais profundo do inconsciente coletivo. Plena de índices foi a maneira como se ataviou para o evento: circulou uma conversa que teria usado um

chapéu de cangaceiro, obrigando-nos a chafurdar no imaginário do Nordeste e na sua história impregnada de episódios referentes ao cangaço. Difícil não deixar de evocar as invasões não anunciadas de cangaceiros às cidades nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, Valdetário é herdeiro direto do rastro deixado na História pelos cabras dos bandos de errantes, que ferraram no imaginário do Nordeste todo um enxame de imagens oriundas das bodas entre a *métis* (capacidade de se desviar do perigo) e os *tropoi* (engenho, artifício, esperteza). Inusitado conluio capaz de produzir uma intrigante destreza dos sentidos alicerçada numa opulenta intuição. Gerador de crias capazes de intemperizar os flancos fortificados dos cárceres da ordem burguesa, Virgulino Ferreira, o inolvidável Lampião, árbitro de si mesmo, desdenhador da morte, detentor de uma notável plasticidade intelectual, é o melhor exemplo do que estou falando.

Os antigos costumavam dizer que os deuses são complacentes com os ousados. Valdetário parece bafejado por essa crença. Tem a certeza de quem atira para acertar. Quando fotografado, sua fotogenia expressa um rosto de traços perfeitamente delineados, principalmente num olhar em ponto de bala, cabeça erguida, desafiadora, igual a como os cangaceiros miravam a objetiva. De compleição viril, não deixa dúvida sobre suas capacidades somáticas e intelectuais, já que o corpo, como todo mundo sabe, mente menos que a mente. Seu corpo não suplica aos deuses proteção. Afirma-se como um estar-num-mundo, sem pedir desculpas a quem quer que seja. O rosto de ângulos retos imprime a volúpia da pergunta, olho no olho:

– E aí, o que você quer mesmo?

Homem de peito, pleno de cismas, não hesita diante do outro. Deixa-se retratar com naturalidade, entrevendo uma alma que não deixa margem a ambivalências: parece até que tudo foi riscado em ponta de diamante, com a precisão de quem tem a exata consciência do que é ou do que representa para o coletivo. Ainda digo mais: sabe ele da precariedade das coisas, que tudo mana de circunstân-

cias, de confluências; sabe do vacilo dos seres débeis e frouxos, cobertos de limo estampado no rosto, e que o *kairos* pode conduzir uma álaçre alforria dos fantasmas, algemas postas em todos logo ao nascer. Contra-argumentem: liberdade provisória. E daí? Todos não são prisioneiros das normas, dos costumes e da tirania odiosa de si mesmos? Por acaso, viver tem alguma justificativa plausível? Somos destinados a algo de especial? A cada dia que passa, é visível o distanciamento entre o Deus cristão e suas criaturas. Palpita em todo ser, com mais intensidade ou menos, as mesmas invariantes: poder, dinheiro, maledicência, busca do amor, reconhecimento social, acerto de contas com os desafetos, confortar-se com a desgraça de pessoas da família. Deus é um enigma: quase ninguém aposta verdadeiramente Nele. A fé fana-se na fragilidade da qual se reveste, quando há uma oportunidade que vá ao encontro de alguma espécie de conveniência. Das mais íntimas às materiais. O que todos gostam mesmo é de viver bem. Do melhor e do bom. Negar, quem há-de?

E desde quando devemos favores a Deus, se nem pedir pedimos para sermos enviados, nus, qual cães sem choro, ao mundo, obrigados que somos a abrir uma picada na selva selvagem habitada pelos nossos (des)semelhantes?

O homem Valdetário não quis ser aço de Deus coisa nenhuma. Assumiu o papel de anjo decaído, de “exilado da luz” (LIMA, 1974, p. 197), que, ao se precipitar sobre as rochas graníticas da vida, quando do baque, abriu fendas, proporcionando à posteridade uma observação do quanto uma época possui elementos tão infinitamente contraditórios. Para ser espelho divino, se fazia necessário sacrificar a aventura pulsátil contida em agrestes veias sertanejas, vindo a ser um homem comum, enfunando-se com o ventre bojudo das cervejas dos finais-de-semana, da hedionda graxa da carne, limpando a boca na toalha da mesa, fazendo vergonhas à família. Homens domésticos, casados com subservientes mulheres, vividos em dias de superfície lisa, arrastando-se no calendário festivo das comemorações cívicas e sagra-



das. A coisa mais odiosa, amaldiçoada e que desperta asco nos deuses comuns.

O comportamento do moço advindo das terras quentes do oeste circunscreve um conjunto de idéias assemelhadas àquelas participantes dos entornos semânticos dos mártires, mormente no que diz respeito ao de ser um assinalado pelas forças remotas e das hibernadas potencialidades psíquicas da Vida, senhora soberana capaz de sacrificar alguns em nome da harmonia da furiosa espiral tediosa caminhando para lugar nenhum. Interessante é que já arrastou no seu sobrenome toda uma simbólica que vai ao encontro da sua trajetória e da sua maneira de ser. Num lance de liberdade poética, detenho-me sobre o antropônimo da família Carneiro. Não precisa ir muito longe para constatar que quase todas as culturas relacionaram a figura do “Carneiro” a tudo o que é potente, instintivo, ardente e macho. De outra parte, é também a máquina que permite sejam derrubadas as portas e os muros das cidades sitiadas e, portanto, que se abra a carapaça das coletividades (CHEVALIER, 1993, p. 189-190).

Ampliando os círculos concêntricos das imagens simbólicas do Carneiro, não podemos deixar de evocar uma sinonímia com o Cordeiro de Deus, animal a ser imolado para a expiação da culpa de todo o resto. É necessário o aparecimento periódico ou permanente de uns que sejam diferentes, para que a turba e a ordem ponham o dedo em riste e encontre um cordeiro para imolar, descarregando as consciências pesadas, fazendo crer que exista um padrão de normalidade no qual se encontram inscritos. Só não atentam para uma coisa: o sangue do cordeiro contém a simbólica da fecundidade, regenerando a ausência de virilidade das forças da Vida. Muitos, ao longo da História, pagaram o preço de uma relativa liberdade de que dispomos hoje.

Mas não precisa rodear muito, não para inserir esse homem de rosto duro e franco numa tradição de personagens com rara combinação de atributos e que, para não se vergarem diante da morte e do carcomer lento do tempo, optaram por existir com mais intensidade, mesmo que isso os tenha conduzi-

do a um processo de autodestruição, mesmo que os oráculos vaticinem sofregos o esraçalhar dos cristais nascidos naturalmente lapidados, cuja luz meteórica desconcerta e faz tremer as arquitraves dos que vivem sem queixumes a vida tediosa de todos os dias. A lista dos atores e dos mártires é longa. Além dos milhares de anônimos: Janis Joplin, Jim Morrison, James Dean, Newton Navarro, Jesiel Figueiredo, Elis Regina, Cazuza, Cássia Eller e, sem sombra de dúvida, Vera Fischer e Michel Jackson, daqui a alguns anos. Seres não intimidados com o inelutável da morte e determinados a jogar pesado com a Vida, mesmo que o cotidiano siga mudamente alinhavando nos soturnos túneis do imaginário um tempo mais abreviado de anos.

A verdade é que, no fundo, alguns muitos sentem inveja dos que deliberam zombar da vida ordinária, dos que, como madeira de lei, não se vergam diante da sempre presente ameaça da morte, da insegurança que sempre grassou na comarca humana, e aí inconscientemente vão atrás de usanças que os conduzam às brenhas taciturnas habitadas pelas gentes que foram conduzidas (pela Vida? por uma certa livre escolha? por uma potência aquietada?) a tangenciar o fantasioso círculo de giz que circunscreve o espaço dos acomodados, dos covardes, dos ambíguos, dos maria-vai-com-as-outras. Pronto: assim mais ou menos quase todo mundo. Aqueles determinados não negociam com a vida, pois escolheram a “morte-desafio, afirmação, morte-violenta-escolha” (LISPECTOR, 1978, p.119), irmã de outra escritora chamada Clarice Lispector. Longe deles a atitude voluntarista de alterar a estrutura do mundo. Aquiescem, porém adentram de cabeça erguida por rotas outras, imprimindo seu número numa cor inusual, reverberando os tons encontrados na vida dos poetas, dos mártires e dos loucos lúcidos, como, por exemplo, o escritor norte-rio-grandense Walflan de Queiroz. De outra parte, a gente pode até especular se Valdetário, com seus pujantes revérberos simbólicos, não é o timbre lacrador das duas extremidades de um círculo que completa seu tempo numa área cultural, o Nordeste. Quero dizer

com isso que ele saudosamente encerra um tempo no qual se acreditava haver um sujeito unitário e autônomo capaz de deter nas mãos o chicote e o sabre, instrumentos para adentrar na selva selvagem e, de fora a fora, pavimentar sua própria rodagem. Ei, Ei, tudo ilusão; estamos mesmo é numa exígua clareira, olhando para o indiferente azul da abóbada celeste. E o pior: sozinhos. O saudosismo persiste em famílias sertanejas com forte tradição patriarcal. Inconformadas por perderem um mando ou posições impostas pelo medo, debatem-se inutilmente contra as mudanças outorgadas por “*Cronos*”; esquecem que tudo é impermanente, que o tempo não pára.

Quem sabe o despótico fatalismo que sempre grassou em tépidas quentes do sertão possa justificar um pouco o comportamento de um ser tão destituído de medo face aos homens e seus mecanismos de reprodução do *status quo*. Contudo o sol caminha para o zênite. Não poderia deixar de ser. Sempre o foi. Anonimamente, a vida tece com pressa a mortalha dos heróis, dos gênios e dos santos, através do fio das Parcas. Caraúbas permanecerá em sua inalterável inércia, quedada nos confins do alto oeste, enlutada pelo vento seco e morno de suas tardes claras. A fera e a fúria das suas forças telúricas arrefecerão as belas imagens dos negativos de filmes necessitados pela ardente e impiedosa Vida, consumindo-se em si mesma, alimentado-se do sangue e do suor dos assinalados, caminhando a esmo.

## REFERÊNCIAS

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

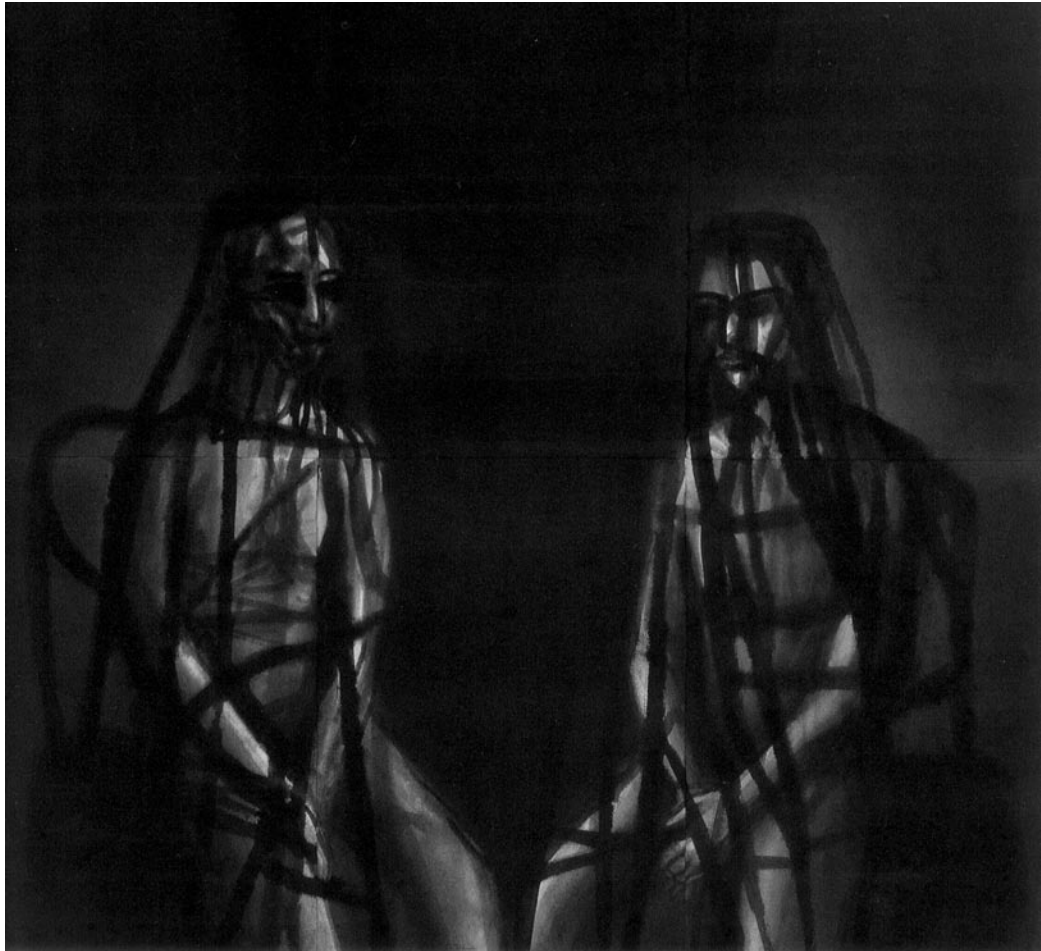
FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. Trad. José T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, Jorge de. *Poesias completas (vol. III)*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1974.

LISPECTOR, Elisa. *O dia mais longo de Thereza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1978.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.





# ENTREVISTA



## Uma estranha beleza: entrevista com o poeta Alberto da Cunha Melo

Alberto da Cunha Melo

Entrevista organizada por Cláudia Cordeiro

Alberto da Cunha Melo (José Alberto Tavares da Cunha Melo), poeta, sociólogo e jornalista, rompendo o cerco pernambucano, só agora, aos 64 anos de idade, com quinze livros publicados, vê três de seus livros serem editados em um único volume – *Dois caminhos e uma oração* – pela primeira vez por uma editora nacional (o primeiro título de poesia da editora A Girafa) e, afinal, despertar a curiosidade de mais amplos circuitos intelectuais nacionais. No primeiro trimestre de 2006, lançou *O cão de olhos amarelos & outros poemas inéditos*, também com o selo de A Girafa.

Para marcar esse momento especial da carreira literária de Alberto da Cunha Melo, reeditamos esta entrevista em que 15 intelectuais brasileiros, dos mais consagrados aos mais jovens, lhe dirigem perguntas sobre os mais variados temas.

Dono de uma poesia absolutamente singular, com seu vocábulo claro e direto, suas imagens peçadas de expectativa, beleza e mistério, como no poema “Um corpo que cai”, no sussurro dos seus octossílabos, ou no punhal de seus versos livres, como no poema “Mais resíduos da Schutztaffel (SS)”. Essa poesia é capaz de deter o curso do tempo, e nele resuscitar nossa percepção geralmente inerte, morta e sepultada pela automatização do cotidiano em uma sociedade que tem como hábito as coisas prontas, mecanizadas, a globalização do chulo, do grotesco ou do “imbecil coletivo”, de Olavo de Carvalho, ou do *kitsch*, de José Guilherme Merquior.

Atualmente, Alberto da Cunha Melo, depois de várias passagens pelas editorias da imprensa local, mantém a coluna *Marco Zero*, na revista *Continente Multicultural*, e, com uma pontualidade inglesa, bate o seu ponto, na Biblioteca Pública Estadual de

Pernambuco, funcionário que é do setor de Obras Raras daquele órgão público, no aguardo dos poucos meses que faltam para sua aposentadoria.

**José Nêumanne Pinto:** O Padre Gerard Manley Hopkins achava que a poesia equivalia à tentação carnal e, por isso, queimava tudo o que produzia. O que escapou do fogo o fez um dos grandes poetas em língua inglesa em todos os tempos. Para você, poesia é pecado ou remissão?

**Alberto da Cunha Melo:** Essa pergunta só poderia ter sido feita por um grande poeta erudito como Nêumanne. Pelo pouco que sei, Virgílio e Kafka também quiseram destruir suas obras, talvez porque não sentissem ter alcançado a perfeição. Renan diria a eles que “a perfeição é o começo da decadência”. Para Virgílio, áulico do imperador Augusto, a poesia poderia ser remissão. Para Kafka, modelo do desespero kierkegaardiano ou da angústia metafísica, a literatura talvez representasse uma extensão do pecado original. Eu não pendo nem pra um nem para o outro, nem para o pecador Baudelaire, nem para o “remido” Juan de la Cruz. Poesia, para mim, foi apenas uma grande perda de tempo. Coloco o verbo no pretérito, porque estou tentando me aposentar da poesia – com vários livros inéditos –, aposentar-me deste duro e não remunerado terceiro expediente.

**Alcir Pécora:** Em sua poesia, há ostensivamente temas clássicos e temas de comunicação de massa, do cinema à crônica de futebol. Como pensa essa amplitude temática e como a resolve em termos estilísticos?

**Alberto da Cunha Melo:** Eu sou um lírico, poeta do varejo, e não um épico, poeta do atacado. René Wellek parece que resolveu o problema dos gêneros literários, embora tivesse mantido a classificação triáde: Ficção (romance, conto, épica), drama (em prosa ou verso) e poesia (“centrada no que corresponde à antiga ‘poesia lírica’”). Estamos todos, poetas contemporâneos, num mesmo saco, de que Cabral sempre esperneou para sair. Como concordo com os que dizem que o mundo se tornou um imenso *shopping center*, eu tenho ido, de loja em loja, desde o meu livro *Noticiário*, comentando as vitrines. Mas, quando termina perguntando como eu resolvo a amplitude temática em termos estilísticos, você resvala no problema central da poesia, o dualismo forma e conteúdo. Pertencendo à família dos construtivistas e, até certo ponto, aparentado com os formalistas russos, tenho lá meus namoros com o Estruturalismo, mas não largo a história nem a vida que levo, segundo a segundo. Meu clã é, portanto, mais aristotélico que platônico. Quem segue, até mesmo sem saber, as pegadas de Platão, termina por acreditar que a poesia é um ensinar deleitando, ou o *docere cum delectare* de um Horácio que eu, no entanto, paradoxalmente (um dia conseguirei explicar) considero o pai da poesia construtivista do Ocidente. Sou da gang de Aristóteles, para quem a arte é um valor em si, um valor estético, e não um meio, um veículo para a difusão de idéias religiosas, políticas, filosóficas e éticas. Pode acontecer que se transforme num instrumento dessa ordem, mas o que importa é que o artista, como lhe cabe, se ocupou preponderantemente no esforço de encontrar a forma ideal para veicular este ou aquele tema, este ou aquele conteúdo. O que não pode é a obra de arte ser encarada, segundo Afrânio Coutinho, como “um instrumento de outros valores”. Para mim, tudo é tema, tudo é conteúdo. Como tive a pretensão de ser um artista, minha preocupação sempre foi a forma, e um mero calendário de papelão que cai no assoalho é tema demais para qualquer poema. Invertendo a fórmula: é inspirar 10% de conteúdo e expirar 90% de realização formal. Quem é platônico em arte é didático. Por dar predominância a ideais políticos e

doutrinários, é que é difícil encontrar um poeta engajado que preste. É didático, quer ensinar, é muito presunçoso. Pode ser uma pedra na cabeça de um banqueiro, mas não é uma pedra a mais na montanha da Poesia. No entanto, respondendo especificamente à sua pergunta: qualquer tema é susceptível de submeter-se ao estilo, à poética de um autor, desde que, para tanto, ele tenha competência. Essa tem sido a minha luta, a minha experiência, para o bem ou o mal: escrever.

**Alcir Pécora:** Li algumas comparações de sua obra com a de João Cabral. No entanto, basta passar os olhos pelos seus poemas para perceber que a sua poesia se alimenta de um bocado de humor, que havia escassamente em Cabral. Gostaria que comentasse tanto a variante de humor que lhe interessa quanto a pertinência da referência a Cabral em sua poesia.

**Alberto da Cunha Melo:** A incidência maior de humor em minha poesia procede. No entanto, esse humor-ironia está mais presente em minha fase de verso livre, que durou uns 14 anos. Não dou importância a similitudes semânticas, temáticas, mas às aproximações formais entre a minha poesia e a de Cabral. A Geração de poetas que precedeu a minha, todos com mais de 40 anos, sempre falavam de sua poesia como se tivessem saído do nada. Ora, do nada, nada sai, como nos ensinam os monistas. Jamais ouvi um deles elogiar Cabral, Drummond, Murilo, Bandeira, Cecília, Henriqueta Lisboa, os grandes nomes nacionais de nossa poesia. Os poetas “velhos” do Recife eram oriundos de classe média, enquanto nós, afora uma ou duas exceções, viemos do proletariado. Talvez por isso, fora aquelas exceções, sejamos menos presunçosos, o que não quer dizer melhores poetas. A poesia cabralina eu a descobri num dia da década de sessenta, quando retirei *Terceira Feira* da Biblioteca da Faculdade de Direito, sim, aquela em que estudou Castro Alves. Impressionou-me, de imediato, a sua imagem concreta, plástica, conseqüente: “a fome e seus batalhões/ de íntimas formigas”. Pensando bem, minha poesia surgiu, enquanto teoria, de Ribeiro

Couto e, enquanto prática, de João Cabral. Mas não foi algum ensaio de Couto que me deu o caminho, foi um único quarteto octossílabo, que me serviu como poética, até hoje: “minha poesia é toda mansa/ não gesticulo, não me exalto,/ meu tormento sem esperança/ tem o pudor de falar alto.” A cadência ideal para aquele sussurro, em meu idioma, era mesmo o octossílabo, que Cabral – muito depois li – considerava o mais próximo da prosa. Ora, pouco me lixava para a autonomia, a diferença específica da poesia em relação a outras artes verbais, o que me interessava era dizer, dizer baixo, mais dizer bem. Como tenho a alma de um neoclássico, não escondo, apregô e até me orgulho da influência cabralina. No entanto, influência não é pasticho, o pasticho cabralino que se fez e se faz por toda parte, desde a segunda metade do século passado. O que me aproxima de Cabral é a tentativa de alcançar a imagem precisa, de me curar contra a metáfora gratuita por mais original que seja (ser original é apenas um dever de ofício de poeta moderno). E mais: aproximo-me dele por lutar contra o estereotipadamente “poético” por buscar, como ele, a lógica unitária do poema. Aproxima-me o falar comedido para dizer e não o acrobatismo verbal para a admiração instantânea e supérflua. O que me distancia de Cabral: o paralelismo soberano em toda a sua obra. Raramente eu repito versos e palavras, como nos poemas “Plataforma” e “Anáforas”. No entanto, Cabral sempre soube o que estava fazendo, ele, que ao lado de seu antípoda Castro Alves, são os dois únicos gênios da poesia brasileira. Se há um elemento universal e especificamente poético, este é o paralelismo. Nesta minha terceira fase, quando resolvi utilizar, pela primeira vez, a rima (consoante e toante), estou diretamente recorrendo ao paralelismo, porque a rima, como diz o mestre Roman Jakobson, “é um caso particular de paralelismo”. E este, segundo o grande lingüista, “é o problema fundamental da poesia”. Também não utilizo a técnica cubista de Cabral, que circundando o objeto procura dar o máximo de transparência a todos os seus ângulos, como no magistral poema “O ovo da galinha”. Eu tento pegar apenas um ângulo dele e desfiá-lo

até o seu âmago cósmico, porque procuro “to see a world in a grain of sand”, como o fez Blake. De um ponto de vista epistemológico, meu método seria indutivo e o de Cabral, dedutivo. Claro que não há nessa classificação nenhum critério de valor. Em relação ao componente necessário, mas não suficiente – o do conteúdo –, Cabral, depois de *Pedra do sono*, sempre escolheu racionalmente seus temas. Embora ambos sejamos antiintuitivos, antiinspirativos, meus temas, ao contrário do que ocorre com ele, sempre acontecem ao acaso. Mas, de um modo geral, ele é mais telúrico, mais talássico, mais natural, enquanto eu sou mais metropolitano, mais cultural. Quando me perguntam qual o meu objetivo poético, eu sempre digo que tento fazer a poesia que gostaria de ler. Mas essa poesia já foi feita por João Cabral de Melo Neto.

**Astier Basílio:** Você disse, em entrevista, que começou a escrever octossílabos, para fazer algo diferente do que seu pai fazia. Hoje, com a maturidade estética obtida, por que não experimenta os metros clássicos, como o decassílabo camoniano e formas mais tradicionais, como o soneto?

**Alberto da Cunha Melo:** Meu pai, Benedito Cunha Melo, era uma espécie de decano da cidade de Jaboatão, hoje a segunda cidade pernambucana em arrecadação. O adolescente neurótico, como sempre, quando sabe não poder superar o pai, procura ser diferente dele. Fiz, no início, uns raríssimos sonetos e trovas, as duas espécies de poemas em que o velho se especializou, mas, agradeço aos cupins do tempo os terem devorado para sempre, a não ser dois sonetos e uma trova, em sua homenagem, depois de sua morte. Como, já o disse, quem não pode ser maior deve procurar ser diferente. Antes de minha primeira fase, exaustivamente produzida em cinco quartetos em octossílabo branco, e pelos motivos que já expliquei, fiz vários poemas, alguns publicados em revistinhas mimeografadas, em versos sempre curtos, e procurando dar a cada um deles uma certa unidade formal, confissão inconsciente de um homem que depois se descobriu um construtivista atávico, um neoclássico



até a medula. Dessa primeira fase, cujo núcleo antológico se encontra no meu livro *Poemas anteriores*, concebido editorialmente por Cláudia Cordeiro, minha mulher, e publicado pelas Edições Bagaço, com apoio da Prefeitura do Recife, o teor classicista foi detectado muito tempo depois, quando apareceu na vida de minha poesia Bruno Tolentino: toda aquela poesia estava vazada em versos brancos, isto é, sem rima. As raras análises críticas que o livro mereceu não tocaram em outro indicador clássico: era uma forma fixa. Mas, eu mesmo nunca apregoei isso. O octossílabo dominou minha poesia, em duas fases, na primeira e terceira, talvez porque tinha a cadência prosaica da conversa, do desabafo não retórico, da confiança, enfim. É interessante lembrar que frei Caneca, herói pernambucano, chamava o octossílabo de “octonário, redondilho perfeito, lírico maior”. Para Wolfgang Kayser, “ao tetrâmetro iâmbico corresponde o octossílabo nas línguas românicas”. Como aquele metro é composto de quatro pés, cada um composto de uma sílaba breve e outra longa, característica do iambo, temos em nossas línguas neolatinas ( $4 \times 2 = 8$ ), portanto, o correspondente perfeito do octossílabo. Estava há pouco estudando outros metros e outras estruturas, mas a vontade se foi e, com ela, o tempo e a poesia que poderia ser feita e que não mais será.

**Deonísio da Silva:** A água de sua poesia é das mais límpidas que podemos beber. Você acha que a modernidade não acabou por impor a ditadura do verso livre, ao desprezar o metro e o soneto, levando espíritos sem discernimento a classificar como poesia o que é mera exalação de sentimentos que caberiam em cartas de namorados, mas não em poesia como sempre se entende desde os filósofos pré-socráticos, isto é, vagas de reflexões sobre a condição humana?

**Alberto da Cunha Melo:** O poeta paranaense Eno Teodoro Wanke, em suas *Reflexões marotinhas* disse que “alguns dos versos livres que andam por aí deveriam estar é presos”. Brincadeira de lado, na verdade o Modernismo explodiu a porta do templo milenar da poesia, permitindo que fosse totalmente

devassado por irresponsáveis legiões de vândalos de todas as idades, níveis de escolaridade e classes sociais. Usou-se a liberdade artística para desrespeitar a própria arte. No livro *De poetas e de poesia*, Manuel Bandeira escreveu: “O Modernismo teve isso de catastrófico: trazendo para a nossa língua o verso livre, deu a todo o mundo a ilusão de que uma série de linhas desiguais é poema”. Antes, ele diz que “no verso livre o poeta tem de criar o seu ritmo”. Eu já devorei uma porrada de ensaios e ainda não encontrei quem tivesse estabelecido uma taxionomia do verso livre, assim como existe uma do metrificado. Embora livre, há regularidades rítmicas quando ele é usado pelos verdadeiros poetas. Embora não sendo crítico nem teórico da poesia, tive que improvisar com minha incompetência uma classificação para uso doméstico. Cheguei a identificar três tipos de verso livre: mediométrico, crônica e salmódico. No mediométrico, os versos têm variedade métrica, mas oscilam de um mínimo a um máximo de sílabas, como no controle de uma moeda, dentro de uma chamada banda cambial, em poesia chamaríamos de banda métrica, o que estabelece certo isomorfismo na mancha gráfica. O poema-crônica é a descrição/narração discursiva de um clima emocional, como o “Evocação do Recife”, de Bandeira. O salmódico é geralmente de versos longos, como os versículos bíblicos, com o uso freqüente das anáforas, como na poesia de Whitman e Augusto Schmidt, por exemplo. Alguns analistas (Domício Proença Filho) acham que os primeiros brotos do versolibrismo na modernidade poética ocidental surgiram com Arthur Rimbaud, em 1886. Eu sempre fui mais verlainiano que rimbaudiano e, por isso, sou mais clássico, mais “quadrado”. Depois de minha longa primeira fase de octossílabo branco, o Brasil fechado pelos militares, por mais de uma década, danei-me a escrever em verso livre e até cheguei a escrever dois longos poemas, “Capoeira das Juremas” e “Dual”. Quanto ao primeiro, um amigo escreveu um texto, inteligente, chamando a atenção para a grande incidência de octossílabo. Aos poucos liberei-me daquele metro e escrevi dois livros, *Noticiário* e *Poemas à mão livre* em técnica mediomé-

trica. São poemas curtos, de versos curtos, que não mantêm uma grande distância métrica de um verso para o outro. Aos poucos, tentei, com minha maluquice fazer poemas que desafiassem o fôlego do leitor, com pontuação, mas sem ponto final. Depois, cansei, e voltei ao octossílabo, mas não o branco, o mais moderno (medievalista) rimado. Depois de dois livros, já estou com fastio, gostaria de mudar... Sobre o meu verso livre, sempre mantive uma liberdade vigiada, ou uma liberdade condicional, como observou o poeta Mário Hélio, em um dos seus eruditos textos. Sem o chamado “trabalho de arte”, na nomenclatura de Cabral, o poema vira um gemido, uma risada, uma flatulência, que pertence ao reino natural e não ao cultural. É esse antipoema que o Modernismo liberou, fazendo de cada alfabetizado um candidato a poeta... Quanto ao primeiro tipo, eu o chamava de polimétrico mas, como medo dos chatos que “*cherchent la mouche*”, substituí-o pelo mediométrico, porque diriam que polimétricos são todos os poemas em verso livre. O mediométrico, segundo minha taxionomia doméstica, seria a curva média entre o menor e o maior verso, tentativa, pois, de um mínimo de cadência. Besteira, talvez.

**Mário Hélio:** Como você encara aquela afirmação de T. S. Eliot de que “nenhum verso é livre para quem deseja fazer um bom trabalho” (*no verse is free for the man who wants to do a good job*)?

**Alberto da Cunha Melo:** Já respondi a isso usando as suas próprias palavras, quando tratou de minha fase de verso livre, ao falar em “liberdade vigiada” ou “liberdade condicional”. Resumindo o que disse você, Eliot, Bandeira, todos os poetas competentes que experimentaram a métrica silábica e o versolibrismo, chegaram à conclusão de que o verso livre na verdade não existe, a não ser na massa informe de textos escritos por milhares de amadores, em toda a parte do Ocidente. Se a poesia é, de fato, uma arte, ela exige o que nos ensina o velho Bandeira: “disciplina de idéias, disciplina de formas, disciplina dos sentidos”. Um verso submetido a uma disciplina não

é, obviamente, livre. Quando tento uma classificação para o que é chamado de verso livre, ela é provisória, para uso exclusivamente pessoal, e será posta de lado no dia em que encontrar algum texto teórico sobre o assunto. Ela só leva em consideração poemas consagrados ou que eu considero uma obra de arte. A enxúndia irresponsável que se multiplica como urtiga por toda parte não é levada em consideração.

**Ivo Barroso:** Alberto, quem conhece sua poesia sabe que você privilegia uma determinada estrutura estrófica criada por você. Não lhe dá às vezes vontade de mudá-la, de recorrer a outras formas, ou suas manifestações poéticas, quaisquer que sejam, obedecem ao modelo que você determinou impor-lhes?

**Alberto da Cunha Melo:** A vontade de mudança sempre aconteceu em minha poesia, mas só depois do esgotamento de uma forma escolhida, depois de acreditar que mais nada ela pode me dar. Assim foi a longa fase de poemas de cinco quartetos de versos octossílabos brancos, depois de mais de uma década inteira de um verso livre sob coleira, domesticado a duras penas, e, agora, me despeço de uma terceira forma que terminei chamando de “retranca”, atendendo a um artigo de César Leal, que pedia que eu escolhesse um nome para a estrutura 4-2-3-2, em octossílabos rimados. Comecei há uns dois anos uma pesquisa formal, a partir de certas observações episódicas da antropologia e das pesquisas de poética comparada. Mas as necessidades materiais me tornaram um biscateiro de jornais e revistas que me pagam muito mal, como desconhecido *free-lancer*, e a preocupação com a poesia virou a última das prioridades, por isso, poesia literária, para mim, é arte para iniciados. O violeiro-repentista do Nordeste vive de sua poesia oral, cantada nos palcos, poesia também difícil, mas ele é mais feliz do que eu, que faço parte da humilhada categoria de funcionários públicos, a mais pisada pela Nova República – de Sarney a Lula. Fora isso, sou, em alguns covis intelectuais, considerado uma coisa nenhuma.

**Domingos Alexandre:** Alberto, eu, na qualidade de integrante da chamada Geração 65 de escritores pernambucanos, gostaria de saber a que (você como sociólogo) atribui tantos desencontros havidos entre seus componentes, desencontros esses que, no meu entender, têm prejudicado a troca de idéias entre nós e até mesmo impedido a manifestação daquele espírito de companheirismo que, certamente, ajudaria bastante na divulgação de suas obras?

**Alberto da Cunha Melo:** Nenhum problema sociológico, a não ser o que o velho lema capitalista procura impor: “amigos, amigos, negócios à parte”. Os que subiram na cooptação política local esqueceram os que ficaram na planície, ou disputam desonestamente com os companheiros, procurando derrubá-los, do modo mais canalha e vil. Isso acontece com as “melhores famílias de São Paulo” e, por que não poderia repetir-se entre uns míseros poetas assalariados de Pernambuco? São danos irreparáveis, daqueles que reforçam a tese de que pobre não pode sequer ser promovido a inspetor de quarteirão, porque vai fazer pose de delegado. Meu amigo Domingos Alexandre, a geração que nos antecedeu, de Mauro Mota e Laurênio Lima, teve as virtudes da aristocracia, enquanto a nossa, até hoje, só faz repetir os defeitos do proletariado, a competição fabril e febril pelas graças dos patrões, seja ele o burguês ou o Estado, patrões que, no fim, nem sabem que ela existe. E, quando não foi a competição imposta pelos mais ambiciosos, em seu lugar atuou um egoísmo sem limites, a se manifestar nas pequenas e nas grandes coisas. O maior exemplo pode ser oferecido por aqueles escritores que, em melhores condições econômicas, fazem constantes viagens ao Sudeste e publicam seus livros por editoras importantes. Eles são incapazes de pedir uns originais ao companheiro da geração que não tem dinheiro para viajar, e tentar publicá-los fora de Pernambuco. Quando muito tentam fazer alguma coisa pela geração, desde que fique por aqui mesmo. Mas, se espremermos todos os motivos vai sair um caldo só: a falta de generosidade, ou daquela caridade-amor de que nos fala São Paulo. Meu último

livro foi publicado por uma importante editora de São Paulo, porque, antes, o poeta Bruno Tolentino (carioca) abriu os caminhos, depois os poetas José Nêumanne Pinto e Pedro Paulo de Sena Madureira, o primeiro da Paraíba e o segundo carioca, acreditaram na minha poesia e o Instituto Maximiano Campos comprometeu-se com a compra de 500 exemplares, garantindo a inserção da marca da instituição e respectivos créditos no exemplar. Mas não posso deixar de registrar que aqui em Pernambuco, na década de 60, o poeta e crítico César Leal, que lançou a Geração no Diário de Pernambuco, publicou pela Universidade Federal meu primeiro e segundo livros: *Círculo cósmico* e *Oração pelo poema*. Em tempo: sua pergunta é sobre nossa geração, e César é da geração anterior, mas acredito valer o registro.

**Evandro Affonso Ferreira:** Amigo querido, Guilherme Restom disse outro dia que a palavra perdeu a palavra; está descascando; você concorda?

**Alberto da Cunha Melo:** Se “perder a palavra” significa perder expressividade, e não perder vez no chamado mundo da imagem, creio que isto sempre foi um fenômeno do *kitsch*, em toda a história da escrita, que teria começado há 6 mil anos, enquanto o alfabeto é mais bebê, fez sua estréia há, mais ou menos, 3500 anos. O que eu poderia chamar de mimese degradada, ou de segundo grau, sempre esteve presente na aventura da palavra escrita, o que talvez seja “a palavra se descascando” de seu amigo, a imitação fajuta da arte verbal em seu falso esplendor *kitsch*. Esse fenômeno é mais intenso no mundo massificado de nosso tempo, dos poetas bronzeados de Ipanema aos de Boa Viagem, das adolescentes em garatujas nos seus cadernos escolares a todos aqueles que se beneficiam, hoje, do “liberou geral” de um verso livre, cuja única regra é não chegar a frase ao fim da página, ou seja, fazer algo parecido com um rol de roupa. Mas, se seu amigo ao falar que a palavra está se descascando procura dizer que ela está perdida no mundo digital, onde a imagem é soberana, é preciso notar que, apenas como legenda de fotos ou fotogramas, é

necessária, embora não seja suficiente, porque este se tornou um universo de comunicação que tem como público uma enorme multidão de retardados culturais. Aí, como guia de imbecis, ela pode ser descascada como uma cebola até seu núcleo: o vazio. Mas, invisível a esse mundo, em catacumbas como os antigos cristãos, nunca deixará de existir uma legião de poetas-alquimistas, para quem a poesia é a sintonia fina da linguagem, que não descasca, porque folheada pelo ouro-sol da eternidade.

**Isabel Moliterno:** Conte-nos como sua obra dialoga com os poetas clássicos (quando me refiro a clássicos, penso em Roma e Grécia antigas). Em que medida eles o influenciam? Você considera sua poesia como uma continuidade da Tradição?

**Alberto da Cunha Melo:** Porque não acredito em tradução, que em minha arte sempre é mais a poesia do tradutor do que a do traduzido, e não leio em latim e em grego (você me força a confessar uma ignorância, que nunca deve ser confessada gratuitamente) sempre visitei como turista (superficialmente) a poesia greco-romana, desde que o vírus poético me contaminou na mocidade. Mas, de repente, sou surpreendido pelas Odes de Horácio, traduzidas pelo padre português, doido de pedra, mas de talento excepcional, José Agostinho Macedo. Como não pude julgar a tradução, procurei ler a obra do padre para ver se se parecia com ela. Não, as Odes eram extraordinárias, sua grandeza não vinha do tradutor, mas de Horácio, certamente, e em português nada setecentista (o século do padre), fugindo dos hipérbatos, uma surpresa. Tomei como propósito conseguir uma outra edição dela aqui no Brasil, pela A Girafa, por exemplo. Estou com a tradução inglesa (bilíngüe) onde os poemas que o padre não traduziu, por puritanismo, estão lá, à procura de um bom tradutor brasileiro. Horácio, sim, pelo padre Macedo, mexeu comigo, Isabel, influenciou-me, reforçou em mim o que eu vinha fazendo, porque, no fundo, só amamos e procuramos o que se nos assemelha em espírito. Não tem nada a ver com o horaciano *docere*

*cum delectare* (ensinar com deleite), e não vejo cumprido esse conselho em suas odes. Quanto à pergunta final, sim, minha poesia é uma continuidade da tradição, não é uma ruptura, embora muito me tenha aproveitado de algumas vanguardas responsáveis. Mas, o que, na verdade, consideramos classicismo, toda essa métrica rimada ocidental, ela é, na verdade, uma ruptura do classicismo greco-romano, que não utilizava a rima, uma introdução do Medievo. A poesia não rimada é mais continuidade clássica que o classicismo inaugurado pela Renascença. Nessa perspectiva multissecular, sou agora, rimando, mais ruptura que continuidade, não é interessante? Só fui realmente continuidade em minha primeira fase, a dos octossílabos brancos, ou os “tetrâmetros iâmbicos”, segundo Kayser.

**Isabel Moliterno:** Para o Alberto leitor de poesia: quando é que um poema é bom? E para o escritor Alberto: quando é que o poema está pronto?

**Alberto da Cunha Melo:** O gosto do fruidor é, para mim, o único juízo sincero da obra de arte. Em arte eu considero bom aquilo que eu gostaria de fazer. Julgo bom, portanto, o poema que gostaria de ter escrito. Toda a minha luta literária reduz-se à tentativa de escrever a poesia que eu gostaria de ler. Daí... Quanto à outra pergunta, o poema, na verdade, nunca está pronto, para mim. Talvez por isso só tenho um poema de cinco versos da minha autoria decorado. E tenho horror de reler meus livros publicados, com medo de encontrar falhas. Trabalho cada poema até à exaustão. Quando já perdi a paciência de mexer nele, coloco-o de lado, para ser retomado no dia em que for convocado para um livro. Aí ele vai com os outros para um retiro, alguma pousada de pobre, e será submetido, com os outros coitados, às cirurgias sem anestésico e às execuções sumárias.

**Isabel Moliterno:** Como leitora, percebo que, do primeiro ao último, seus poemas vão ficando mais sintéticos, as imagens mais compactas. Será essa apenas uma impressão ou de fato houve uma mudança no seu modo de criação? Fale um pouco sobre como

a obra e o poeta Alberto da Cunha Melo foram se transformando ao longo dos anos, desde sua primeira publicação, em 1966.

**Alberto da Cunha Melo:** Eu nunca planejei minha obra dentro da lógica cartesiana de João Cabral. Por isso, a sintetização e a simplificação de meus textos, como tudo que escrevi até agora, tem a ver com necessidades psicológicas que meu consciente ainda não conseguiu apreender totalmente, porque acredito que “a Arte é sempre assunto da personalidade inteira” (como disse Franz Kafka). Sinto-me num mundo onde a pressa e a mudança substituíram a prudência e a estabilidade. Estamos no mundo do consumo imediato, do valor imediato e transitório. A falta de tempo dos possíveis leitores de poesia talvez tenha me influenciado a criar uma espécie de forma fixa, que é a *retranca*, próxima do *hai-kai*, do telegrama de antigamente, antes da enxúndia verbal dos *e-mails*. Minha primeira fase, a dos cinco quartetos octossílabos brancos, tinha vinte versos, o que correspondia a seis versos mais que o soneto. Depois de minha fase de versos livres, onde predominam curtíssimos poemas de versos curtos, talvez a fase atual seja uma continuidade da sintetização, da simplificação, mas sem descurar o esforço de buscar a “intensificação da realidade”, conforme Ernst Cassirer, que vê as outras linguagens não artísticas e as linguagens científicas como “abreviações”. Embora nunca tenha aderido aos modismos literários, depois de mais de uma década trabalhando um formato, tento pular para outro, porque estou saturado. Não sei aonde isso vai parar, depois dessa terceira fase..., acho que jamais haverá a quarta.

**Alcir Pécora:** Quais são seus modelos ou referências literárias mais recorrentes, brasileiros ou não?

**Alberto da Cunha Melo:** Um quarteto de Ribeiro Couto, Cabral, Paul Verlaine, Rilke, Horácio (em tradução de José Agostinho Macedo) e leituras intermitentes de diversos poetas de variadas tendências, ao longo de quase cinquenta anos de leitor contumaz. No entanto, conteudisticamente, minha poesia

foi influenciada, para valer, pelo filósofo brasileiro Huberto Rhoden e pelo ficcionista tcheco Franz Kafka. Você fala em “modelos e referências”, ainda bem que não diz “influências”, algo mais complexo e motivo de muitas análises equivocadas. Mas, na verdade, modelos e influências são a superfície visível e, às vezes, até de importância menor dentro de uma perspectiva da filosofia da arte. O segredo da obra de arte está na vida do artista, embora o estruturalismo e o *New criticism* queiram anular a biografia dos estudos literários. Os velhos e grandes autores liam com muita atenção os ensaios biográficos de Plutarco sobre os homens célebres. Eu só posso confessar leituras episódicas de Heródoto, que estabeleceu no século IX a.C. a existência de Homero. Meu pai era louco por biografias e eu terminei lendo-as depois dele.

**Alcir Pécora:** Curiosidade besta: o senhor se interessa especialmente por algum poeta contemporâneo de São Paulo? E, em outra direção: que poetas de seu Estado me indicaria imediatamente para ler?

**Alberto da Cunha Melo:** Infelizmente, há treze anos, minha leitura quotidiana, por questões de sobrevivência, tem sido economia, política, história e problemas urbanos, por exemplo, para a minha anônima atuação de *free-lancer* do jornalismo pernambucano, embora seja um jornalista profissional, não encontro emprego na magistral imprensa de meu Estado. Não conheço, portanto, a nova poesia que se faz no meu país, mas não acredito nos maledicentes que sussurram que está em baixa. Isso não é verdade, pois em 2002 tivemos em São Paulo o lançamento do preciso *Horizonte de esgrimas*, de Mário Chamie, e, no Rio, dois livros realmente definitivos: *O Mundo como idéia*, de Bruno Tolentino, e Ivan Junqueira, numa Seleção de Ricardo Thomé e o extraordinário Cassiano Ricardo. Falo nesses três livros, porque me foram enviados pelos autores. À pergunta geminada sobre nomes de poetas pernambucanos (pelo tom, os vivos) que eu lhe indicaria para leitura, posso lembrar um fato corriqueiro, o dos homicídios nas favelas. Ninguém viu nem ouviu nada e, por isso, nada tem

a dizer à polícia. Quando um repórter pergunta, em particular, a um morador, por que, tendo visto tudo, nada disse à polícia, ele responde que os tiras vão embora e ele tem que continuar ali. Pois é, Pécora, eu não tenho para onde ir... Entendeu? A literatura, em meu Estado, é um tiroteio. Há sempre o risco de se dançar com as balas perdidas. Mas, pensando bem, na verdade esse clima perigoso de surda competição afeta tanto um Severino de Pernambuco quanto um Penteado paulista quatrocentão. Apesar disso, resolvo arriscar-me e dizer-lhe os poetas vivos de meu Estado que afinam com o meu gosto pessoal; aconselhando-o a ler o quanto antes a poesia metafísico-jesuítica de Ângelo Monteiro, os poemas líricos, telúricos e confessionais de Jaci Bezerra, os textos de imagética rara e universalizante de José Carlos Targino, a explosão mítico-visceral de Lucila Nogueira e as palavras de cristal burilado do poeta Marco Polo. Cabe, no entanto, dizer-lhe, Pécora, que em meu Estado se esbarra numa penca de poetas (como dizia meu pai) em cada esquina, mas uma poderosa tradição poética faz dele, juntamente com Minas Gerais, os dois celeiros mais dadivosos da poesia nacional. Os cinco poetas que lhe recomendei são os que mais de perto mexem com minha sensibilidade estética, mas, como todo gosto pessoal, ele não deixa de ser arbitrário e, por isso, não pode ser um critério de valorização objetiva e histórica de indiscutível excelência. Minha geração tem umas duas dezenas de poetas com uma altíssima média de qualidade, desde o olímpico e já consagrado Marcus Accioly, ao poeta *lumpen*, louco e livre, Severino Filgueira. Outros nomes e até endereços, se possível, poderei repassar-lhe por e-mail. As obras da maioria de nós raramente ultrapassam as fronteiras regionais, o que vai lhe dificultar o contato com elas. Poemas de uma parte de autores daqui podem ser acessados através do *site* criado por Cláudia Cordeiro: *Plataforma para a poesia* [www.plataforma.paraapoesia.com.br](http://www.plataforma.paraapoesia.com.br), mas você pode contar comigo no esforço de satisfazer sua curiosidade sobre os atuais poetas pernambucanos, pois gostaria de apoiar o seu contato direto com eles.

**Alcir Pécora:** Só conheci bem recentemente a sua obra, certamente por ignorância minha, mas acrescida e agravada pela falta de circulação de suas edições em São Paulo. Gostaria, pois, de conhecer um pouco mais de sua bibliografia: quais os seus livros que você considera mais relevantes, onde e quando foram editados, e quais podem ser encontrados em circulação?

**Alberto da Cunha Melo:** Meu amigo, eu publiquei, até agora, quinze livros, todos com edições de tiragem mínima, na faixa dos 150 a 1000 exemplares, edições, pois, simplesmente paroquiais. Exceto o *Soma dos sumos* (1983), publicado pela José Olympio em convênio com o governo do Estado, e com uma distribuição de exemplares pelo Sudeste; o restante, só teve mesmo alguns exemplares expostos e vendidos na Livraria Livro 7, aqui em Recife, hoje extinta. A província continua sendo cercada pelo que chamo num poema de “horizonte de guilhotinas”, escrevemos aqui, distribuímos os poucos exemplares do que publicamos, por aqui, e morremos aqui, esquecidos pelo resto do Brasil. Agora é que dois livros meus, *Dois caminhos e uma oração* (2003) e o *Cão de olhos amarelos & outros poemas inéditos* (2006) foram publicados pela editora paulista A Girafa, uma jovem mas importante editora de São Paulo, mas a edição está praticamente se esgotando. Talvez você encontre exemplares nas livrarias Cultura e Saraiva, aí em São Paulo. Na Cultura, parece que foi até bem vendido, vírgula, isso em termos de livro de poesia. Quanto aos outros, eu tenho, como relíquia, um exemplar de cada um. Livros “raros” que só têm a primeira e única edição. [Há também a possibilidade de comprá-lo via Internet, como está sendo anunciado nesta entrevista].

**Alfredo Bosi:** Como nasceu no seu espírito a figura complexa e original de Yacala? Você se reconhece filiado a uma linhagem poética nordestina que remonta a Augusto dos Anjos e chega até João Cabral?

**Alberto da Cunha Melo:** Um puro acaso. O poema foi concebido em terceira pessoa, mas sem qualquer

caracterização do personagem. Nas minhas leituras desordenadas esbarrei com um ensaio de Sílvio Romero que, numa nota de pé de página, listava uma série de palavras de um dialeto africano e uma delas me chamou a atenção pela sua beleza e clareza: *Yacala*, que significava homem, marido etc. Imediatamente levei-a para o poema, como nome do personagem e com uma primeira caracterização fundamental: era de cor negra. Daí pra formar o trio de personagens negras, foi um passo. O nome *Bai* foi tirado de um dono de palhoça que vendia almoços e bebidas, na praia de Maria Farinha, em Pernambuco. A personagem *Adriana* veio do nome e da longilidade da sua filha jovem. Acredito que a figura de *Yacala* tem tudo a ver com minha luta pela sobrevivência e, ao mesmo tempo, pela realização poética. A estrela cosmofágica que *Yacala* caça no firmamento, uma estrela que não orienta, porque perdeu a órbita e vai devorando através das galáxias todos os corpos celestes que encontra pela frente, enquanto vai crescendo como se voltasse à imensidade anterior do *Big Bang*, é, quem sabe, o câncer ou o tempo avançando sobre as células do corpo, ou seria tudo uma espécie de metáfora da globalização? Creia, Bosi, pensei nessas coisas todas, doidas, mas no início o que me movia, mesmo, era a nova estrutura formal que, a pulso, chamei de retranca, porque fui convencido a dar-lhe um nome, e talvez eu tenha encontrado um tipo de tijolo ideal para encaixar nas ferragens. Quanto à segunda pergunta, sim, porque tanto Augusto dos Anjos quanto João Cabral são poetas de índole construtivista e que destilam uma amarga visão da realidade que os circunda. No entanto, Cabral, pela riqueza de lições, me tocou muito mais. A tragicidade que você identificou em *Yacala*, claro, tem reflexo das leituras do *Eu*.

**Martim Vasques da Cunha:** *Yacala* é um poema dramático que fala sobre a aceitação da finitude do ser humano. Como foi compor com elementos tão díspares – o questionamento metafísico, a caracterização sucinta dos personagens e a violência surpreendente do final – para formar um todo indissociável?

**Alberto da Cunha Melo:** Agradou-me você chamar aquele poema de dramático. Na verdade, essa dimensão da obra alia-se a uma característica ímpar da literatura ocidental, segundo Earl Miner, em sua *Poética Comparada*, a de ser a única poética do mundo originária do drama e não do gênero lírico, como as demais. No entanto, acredito que ele seja uma fusão dos três gêneros, do lírico, do narrativo e do dramático, talvez porque tenha sido escrito como um roteiro cinematográfico. Antes de escrevê-lo, eu planejava compor um poema que contrariasse Carlos Drummond de Andrade em “Canção Amiga”, quando diz: “Eu preparo uma canção/ que faça acordar os homens/ e adormecer as crianças”. Terminei com um personagem que vai batendo todos os recordes de vigília conhecida, tomando café sem parar, para advertir a humanidade sobre o imperialismo de uma estrela que queria absorver todos os corpos celestes. Seu tempo é curto, sua vida extremamente finita (tem câncer), não pode dormir ou morrer antes de atingir a sua meta de provar a existência dessa ameaça universal. A dimensão metafísica que você vê na minha poesia talvez se deva à visão da grandeza cósmica, nas menores coisas. O livro, para responder ao final de sua pergunta, levou-me dois anos e pouco de trabalho diário, de escrever, riscar, rasgar, reescrever... Quanto ao fim sangrento, tem algo a ver com os grupos de extermínio do Brasil atual.

**Martim Vasques da Cunha:** No poema “Casa Vazia”, o senhor fala sobre como a poesia – ou melhor, o fazer a poesia – tornou-se algo “... cada vez mais/ para um mundo cada vez menos”. Será que a falência espiritual do mundo se deve ao fato de os homens não escutarem mais a poesia como a linguagem do Sagrado?

**Alberto da Cunha Melo:** Há quase unanimidade entre os historiadores sobre o fato de que os mais antigos textos poéticos são os encontrados nos hipogeus ou sarcófagos, no Egito, há cinco mil anos a.C.. São textos sagrados de elogio aos mortos. A própria escrita teria sido inventada para registrar a contabilidade

dos templos. Quanto às comunidades primitivas, ou arcaicas, ou “ágrafas”, a sua linguagem poética, segundo Carlos Nelson Coutinho, é, antes de tudo, a linguagem ‘elevada’ das manifestações cívico-religiosas. Nestas, o que se poderia considerar “poesia” era o canto, que acompanhava os instrumentos musicais, e a dança, e que são chamados, em seu conjunto, por Melville Herskovits, de “representações dramáticas”. Os livros sapienciais da Bíblia são compostos com a técnica paralelística dos hebreus. A poesia, pois, sempre esteve, em seus primórdios, ligada ao sagrado. No Ocidente, depois, principalmente do Renascimento, ela se foi laicizando, se foi secularizando, até os dias de hoje, quando atinge o seu triunfo o materialismo capitalista. No Oriente, onde o budismo e o islamismo são fortíssimos, não tenho informações se a poesia que lá se faz é um instrumento do sagrado. O que me contaram é que, no islâmico Irã, antiga Pérsia, os túmulos dos grandes poetas são objeto de romarias. Tentando responder a sua pergunta com outra: será que nos países islâmicos e budistas a poesia é considerada uma “linguagem do sagrado”? O único livro de poética comparada que tive em mãos foi o de Earl Miner e ele não responde a essa pergunta. Quanto ao Brasil, se a poesia sempre foi uma linguagem para iniciados, isso se agravou com o texto incongruente e cada vez mais hermético da poesia simbolista e pós-simbolista. E acredito que quanto mais o capitalismo vai substituindo os valores metafísicos do sagrado pelos valores *kitsch* do mercado, mais a poesia se torna a linguagem das novas catacumbas. Nunca procurei saber como a poesia, para resistir (Alfredo Bosi), era tratada pelas populações dos países sob o regime socialista. Mas me lembro de ter lido numa revista especializada, na década de 70, que o novo livro de poemas lançado por Adriéi Vozniessiênki, em Moscou, sob o título clássico de *Calcanhar de Aquiles* tinha atraído uma gigantesca fila de leitores, que davam voltas nos quarteirões. Isso nunca aconteceu aqui com algum livro de Drummond, Cabral ou Cecília Meireles, por exemplo. Seria o misticismo enrustido dos russos que os levou até Vozniessiênki? Desculpe, Martim, terminar respondendo com uma pergunta.

No entanto, desde a longínqua década de 70, venho sempre lembrando a observação de um poeta e crítico norte-americano, Northrop Fry, segundo o qual um poeta pode ficar famoso de um dia para o outro, pela maneira como matou sua mulher, e não por um grande poema que acabou de publicar.

**Anderson Braga Horta:** Desde algumas décadas, vimos abolindo o ensino de Humanidades em nome de uma suposta objetividade. Tende a zero a preparação para o ensino da cidadania, a arte em geral e a poesia. Que tem o poeta a dizer sobre as possíveis conseqüências dessa falta?

**Alberto da Cunha Melo:** No Brasil, justamente durante a ditadura militar (1964-1984), os estudos universitários das disciplinas chamadas Humanidades, como Letras, História, Sociologia e outras, que neste mundo tecnológico são consideradas inúteis, foram perseguidos e questionados em sua importância, com punições para seus professores e estudantes mais destacados, na medida em que tentaram ser coerentes com as verdades que viviam. O que diz o grande austríaco naturalizado brasileiro, Otto Maria Carpeaux? “Estes regimes não se ocupam, absolutamente, com as ciências ‘práticas’, a física e a química, que continuam bem tranqüilas, mas com as ciências totalmente inúteis, a história e a filosofia, os estudos literários, que se tornam justamente os favoritos dos regimes totalitários, que os abraçam e sufocam”. Mais adiante, diz o mestre, no seu livro *A cinza do purgatório*: “As velhas universidades são de utilidade muito reduzida: elas não fornecem homens práticos; formam o tipo ideal de nação, o ‘lettrée’, o ‘gentleman’, o ‘gebildeter’”. É preciso não esquecer que a universidade atual, em nosso Brasil neoliberal depois da ditadura, está submetida ao que o escritor Abdias Moura chama de “ideologia do desenvolvimento”. Ferida seriamente pela política, durante a ditadura, ela agora é submetida pela economia, nesta Nova República. Tudo isso é apenas tema, matéria-prima para a máquina orgânica do poema. É triste, mas, às vezes, a arte brutaliza o homem, tira o seu poder de indignação. Quando



não é a arte, é o sofrimento ininterrupto. Durante o regime militar eu estava fazendo o curso de Ciências Sociais na UFPE, e tive vários colegas meus presos e torturados. O pessoal de química, física, matemática e medicina assistiam a tudo isso de camarote. Essa lembrança é mais do que um tema específico. Ficou incorporada à minha visão trágica do mundo.

**Eduardo Martins:** Alberto, como você vê hoje a falta de espaço para a publicação de resenhas em nossa imprensa?

**Alberto da Cunha Melo:** Não tive acesso a nenhum levantamento nacional sobre o número de jornais que eliminaram, certamente aconselhados por burros departamentos de *marketing*, os seus suplementos literários (às vezes uma única página semanal). Mas testemunho que os grandes jornais brasileiros (Jornal do Brasil, Folha e Estado de São Paulo e O Globo) continuam a manter cadernos literários, como o Le Monde e o The New York Times, que têm como exemplo. No meu Estado, com uma bela tradição literária e um suplemento literário que fez história no tempo de Mauro Mota, e depois com o descobridor de talentos, César Leal, e que foi extinto no decano dos jornais brasileiros, o Diário de Pernambuco, não tardou a ser seguido por outro jornal, com tradição de divulgar as rupturas de tradições, o Jornal do Commercio. Na lógica míope dos que conduzem os destinos desses velhos jornais, se o setor comercial aconselha corte de custos, seus “geniais” diretores dirigem suas tesouras cegas para as páginas literárias. Não sei quantos jornais de província cometeram a mesma burrice, porque faltam estatísticas para isso. Mas, não pense que estou exaltando incondicionalmente os grandes jornais do Sudeste: suas resenhas são dirigidas pelas grandes editoras e recaem sempre, como era de se esperar, na produção ficcional ou não ficcional de venda garantida. Nós escritores de província, principalmente os poetas, temos sempre olhos desconfiados para esse namoro seguro entre grandes editoras e os grandes jornais. Eu sou de um tempo em que os dois grandes jornais de Pernambuco não

só davam espaço para as resenhas dos livros de ficção e de ensaio, mas, também, para aqueles de poesia. Esses suplementos que, no silêncio dos arquivos, de põem contra a insensibilidade dos donos e diretores de jornais de hoje também publicavam poemas, vejam só! Publicavam poemas! Isso, os cadernos literários do Sudeste não fazem, a não ser em situações excepcionais. Será que a inteligência mercantilista deles chegou a descobrir que a poesia é a antimercadoria, o *antimarketing*, ou que a poesia é, também, algo que não pode ser verificado pelos gráficos de venda de anúncios e exemplares, ou seja, a sintonia fina da linguagem? Quando vocês surgiram, na década de oitenta, os grileiros urbanos já começavam a roubar da literatura os poucos espaços que ainda lhe restavam. Quando ela vira notícia nos cadernos de serviço, é numa disputa desigual com os conjuntos de *rock* e os pratos finos dos restaurantes. Em quantos Estados essa realidade é hoje constatada, não se sabe dizer. Uma pesquisa desse tipo pode interessar à Universidade e não ao sindicato dos donos de jornal.

**Eduardo Martins:** Como poeta que apoiou e incentivou o Movimento de Escritores Independentes, de Pernambuco, por meio da página Comercio Cultural, o que viu de importante nesse movimento e o que falta hoje para que o Recife volte a viver a efervescência cultural daquela época? Tenho ouvido críticas em relação aos novos poetas do Recife e algumas questionando a qualidade do trabalho realizado pelos novos escritores. Isto também ocorreu quando surgimos nos anos oitenta com o Movimento. Como você vê esse comportamento que não consegue perceber o valor sociológico de cada texto produzido que reafirma a arte como fenômeno da necessidade humana de expressão?

**Alberto da Cunha Melo:** A sua geração é epígona da “Geração Mimeógrafo” da década de 70, no Sudeste, enquanto esta, também chamada de “marginal”, era epígona da Geração Beat (décadas de 50/60) dos EUA. Quando chamo um escritor de epígono, esse atributo não tem para mim nada de pejorativo. Eu

mesmo chamo a minha Geração 65 de epígona da Geração 45, que procurou revalorizar a métrica e a rima. Gerações ou poetas epígonos são o que Pound chama de “diluidores”, o que, para mim, também não significa um termo negativo, mas perpetuador de valores estéticos anteriores. Arte não é só invenção, rutura e originalidade, é, também, antes de tudo, recriação, transformação, e, por isso, não me dói a pecha de epígono, de diluidor. Concordo com Roland Barthes quando diz que não existe criador e, sim, combinador. Um bom escritor seria, então, uma espécie de químico da língua. Não sou religioso, mas, aqui ao meu lado, Cláudia Cordeiro diria que o único e verdadeiro criador é Deus. Se fizermos uma linha quádrupla de comunicação, poderíamos alinhar Allan Ginsberg, Jack Kerouac, William Burroughs, e Gregory Corso (nos EUA), Cacaso, Chacal, Wally Salomão e Ana Cristina César (no Sudeste) e Eduardo Martins, Francisco Espinhara, Cida Pedrosa e Fátima Ferreira, aqui em Pernambuco, na década de 80, como primeiras lideranças da primeira fase do Movimento Independente. Todos vocês tiveram em comum uma escrita mais de atitude, sempre contracultural, do que propriamente literária. Seu desleixo formal poderia, ao mesmo tempo, ser fruto de ignorância ou postura diante de gerações antecessoras e, principalmente, no Brasil, diante das vanguardas formais, como o Concretismo e o Poema Praxis. Quando você pergunta o que acho do Movimento Independente, diria que ele tem colinas e baixios, mas ambos compõem a harmonia do relevo. Não sei se estou certo, mas notei que vários componentes da primeira fase, de que você faz parte, evoluíram da irresponsabilidade formal para o que Cabral chama de “trabalho de arte”, que distingue um verdadeiro texto poético de um desabafo sentimental, seja amoroso, seja em relação à cultura neo-liberal dominante. Vocês, que eram potencialmente poetas, deixaram de o serem em potência, para o serem em atualização. Agora é escrever cada vez mais e esforçar-se em ser o melhor possível. Sua geração, como a minha, Eduardo, tem nomes que valem pelo que não são (não são panfletários, sentimentais etc.) e não pelo que são. Chegarão

lá? Essa fase do Movimento Independente, que tem nomes fortes também, como o do estranho Erickson Luna, não me parece tão unida e aguerrida quanto a primeira, principalmente na ousadia dos recitais relâmpagos, em frente dos bares, em toda parte. É possível que ela tenha características próprias que ainda não percebi, porque não me detive a analisá-la. Mas, a cada geração, sua quota de mudança e de agonia. A minha já deu o que tinha de dar. Interessante é eu responder uma pergunta sobre geração, quando até hoje não consegui encontrar pra ela uma definição que me satisfizesse... E sempre detestei esse termo.

**Ivo Barroso:** Alberto, os poetas e críticos, que conhecem sua obra no Rio e em São Paulo, consideram-no um dos maiores poetas brasileiros da atualidade. Caso você vivesse no Rio ou em São Paulo, em contato mais direto com a mídia, esse reconhecimento seria generalizado. Você tem alguma nostalgia de viver no Nordeste ou acha que é precisamente por viver aí que sua poesia tem um cunho mais personalizado?

**Alberto da Cunha Melo:** Um poeta de sua altitude, quando faz uma pergunta dessas, certamente já sabe o que eu vou responder. Sim, apesar de a internet tornar cada um de nós o centro do universo, isto não invalida o poder do que os sociólogos chamam de relações primárias. O cara a cara, o olho no olho, tem a força que a nossa onipresença virtual não tem. O contato direto influi, sim, nas possibilidades de que um autor do esquecido ou incompreendido Nordeste seja melhor publicado e melhor divulgado no rico Sudeste. Lá estão instaladas as grandes editoras, como também as sedes das grandes redes de TV e as redações dos grandes jornais e revistas brasileiras. No entanto, o Sudeste está cheio de “severinos arrependidos”, como os chama Bruno Tolentino, que não chegam a canto nenhum e, não raro, um deles está voltando com o matulão da fama vazio, assim como partiu. Eu nunca quis morar no Rio, em São Paulo e, mesmo, no um tanto nordestino Minas Gerais. Quando peguei meu pau de arara parti para o extremo Norte, o Acre, onde não me senti bem

e de onde voltei para a minha terra dois anos depois. Não tenho nostalgia de viver o Nordeste, mas no Brasil, um país que só é razão de orgulho para os banqueiros e os generais. Como disse em velhos poemas, “minha pátria é o meu coração”, e “ao sul de Mombaça, em qualquer sul/ eu teria o mesmo destino”. Respondendo a sua pergunta complementar, não acredito que por ser nordestino a minha poesia tenha “um cunho mais personalizado”. A convivência com o espírito de meu pai e, depois, a mais extraordinária descoberta de minha vida, a obra de Franz Kafka, me convenceram cada vez mais que o mistério da criação está na vida do criador. Sempre fui intelectual assalariado, sem dinheiro para comprar livros, e passei pelas grandes humilhações e vergonhas que acompanharam minha pobreza desde criança. Se eu fosse rico, certamente minha desgraça seria outra, de origem religiosa e paterna, como foi a de Kafka. Mas antes que me peguem pelo pé, adianto logo que não é só uma intensa infelicidade que pode gerar aquele mistério detonador da obra de arte personalizada. Pelo que me consta, o poeta grego Simônides de Ceos era filho de fazendeiro e teve um itinerário de alegrias e sucesso até a morte, em idade provecta. Tem uma poesia original, segundo os especialistas que analisaram seus fragmentos de poemas (não esquecer que sua trajetória coincidiu com a época das trevas, em Atenas, quando era rara a poesia escrita). Feliz ou infeliz, é na vida do poeta que se encontra o **mistério** de sua poesia. Quando digo isso, estou contrariando o *New criticism*, o estruturalismo, o diabo a quatro. Essa posição não deixa de ser determinista, de um determinismo psicológico. Isso, para minha tristeza, que exorcizei o determinismo geográfico de Taine, o sociológico de Madame de Staël e o econômico do grande Marx. Para finalizar, uma grande e longa desgraça ou uma longa e triunfal alegria só se tornam uma obra de arte se passarem, é claro, pelo filtro do talento.

**Ivo Barroso:** Recentemente seus amigos conseguiram inscrever sua obra (*Meditação sob os lajedos*) num dos mais concorridos concursos literários do País,

principalmente pelo alto valor do prêmio. Você perdeu para outro poeta inegavelmente inferior, graças a certas circunstâncias. Que acha você dos concursos literários e da possibilidade de haver isenção neles?

**Alberto da Cunha Melo:** A poesia sempre foi, em tempos passados, para mim, o lado mais oculto e frágil de minha alma, e colocá-lo nu a correr numa maratona poética sempre me horrorizou. Meus inimigos não precisam apressar-se a dizer que havia a vaidade e a insegurança de ganhar. Isto houve, sim, mas devido ao medo de expor, na época, o que considerava o melhor de mim, minha única poupança, minha única riqueza e fonte de orgulho (pois sempre me detestei). Que eu me lembre, só me inscrevi voluntariamente em dois concursos poéticos, um da Prefeitura da Cidade do Recife, porque estava (como se fosse novidade) em sérias necessidades financeiras, e o da *Casa de las Americas*, de Cuba. O primeiro eu concorri com uma coletânea intitulada *Voragem*, e o vencedor foi um poeta do Sudeste. Quanto ao segundo, nem sei quem o ganhou. Com o passar dos anos fui tomando contato com livros ou poemas premiados, verificando que eram composições quase sempre de textura complicada e hermética, como se existisse um tipo de poesia para ganhar concurso, feita com o objetivo de empulhar as comissões julgadoras, compostas muitas delas por respeitáveis homens de letras. Ora, sem que o soubesse, a vanguarda formal deu-me como lema o ser raro e claro, e não o ser complicado e hermético, que para mim é o lema de uma grande parte dos poetas premiados. Mesmo assim, sempre apoiei os concursos de poesia, como admiraria os festivais de odes corais na Atenas do século VI a.C., as disputas entre poetas beduínos, com seus instrumentos, nas grandes feiras de Meca, na Arábia Saudita, e se pudesse estaria presente ao disputado canto amebou, entre um poeta árabe e um poeta cristão, com suas violas, como estou presente, sempre que posso, aos desafios dos violeiros repentistas do Nordeste, estes um tesouro nosso ainda não devidamente conhecido pelo resto do Brasil. É estranho eu defender disputas poéticas quando sou mais pelo

ritual do que pela competição e não apenas defender, mas também promovê-las como o Prêmio Anual Carlos Pena Filho (1984/1985) que criei e levei a efeito com o patrocínio do Bar Savoy e do Comércio Cultural, duas páginas do Jornal do Comércio das quais fui editor por três anos. No entanto, há registros demais comprovando que a competição atravessa toda a História, do boxe ao xadrez, não deixam os prêmios literários de aqui e ali revelar concorrências desleais, acordos sub-reptícios e outros vieses morais. Apesar de tudo, admiro sinceramente a Votorantim pelo seu respeitável prêmio de R\$ 100 mil, administrado pela Academia Brasileira de Letras, e, agora, dirijo também minha admiração para a empresa Portugal-Telecom, que lançou o maior prêmio literário deste país, R\$ 150 mil, um país que se tem revelado extremamente mesquinho para a literatura, para a poesia, com suas ridículas gorjetas de 1 e 2 mil reais, para premiar livros que levaram anos para serem escritos. Quando soube que meus amigos me tinham inscrito no Portugal Telecom, meu livro *Meditação sob os lajedos* já estava entre os vinte que tinham passado na peneira do júri inicial, depois ficou entre os dez finalistas, e o júri para essa fase final era de apenas cinco jurados. Daí em diante, reuniões e reuniões dos jurados, terminei não ficando entre os três primeiros e, portanto, sem um tostão. Daí em diante, digo-lhe, Ivo, que sinceramente não entendi mais nada sobre o processo de seleção. O prêmio é importante, deve continuar, talvez alternando livros de ficção com livros de poesia, sem mistura de gêneros. Fiquei encantado com o tratamento que recebi do presidente da empresa (que nada tem a ver com o resultado dos prêmios), Eduardo Correia de Matos, e de sua diretora de comunicação, Ana Rita Leme de Mello. Trataram-me afetivamente e deram aos poetas finalistas uma atenção cinco estrelas.

**Ivan Junqueira:** Como você avalia a poesia que se faz hoje no Nordeste?

**Alberto da Cunha Melo:** Não conheço as novas gerações. Mas, aqueles que têm mais ou menos a minha

idade, e que continuam no batente, cujos livros têm chegado às minhas mãos, nada ficam a dever, talvez, aos de outras regiões. O problema de organizar um elenco dos nomes mais significativos, da altitude de um Nauro Machado e Hildeberto Barbosa Filho, por exemplo, é a falta de intercâmbio bibliográfico, apesar dos esforços envidados pelo mega-agitador cultural, Pedro Vicente da Costa Sobrinho. O que lhe posso dizer, pelo pouco que chegou às minhas mãos, é que me têm agradado mais aqueles que mantêm um certo vínculo com a tradição, revalorizando esquemas formais do passado. No entanto, como o Nordeste não é, poeticamente falando, uma ilha, ou um arquipélago de nove ilhas que raramente se intercomunicam, não posso responder a uma pergunta como a sua. Mesmo eu, que não posso ocupar-me inteiramente de literatura, que sou assalariado e tenho de assinar o livro de ponto todos os dias, caso houvesse uma distribuição interregional dos livros produzidos aqui, eu poderia dizer alguma coisa. Se isso é difícil, Ivan, avalie você as chances que têm os poetas nordestinos de serem lidos pelo resto do país...

**Ermelinda Ferreira:** Qual a sua opinião sobre a crítica literária e como vê a relação entre crítica e poesia?

**Alberto da Cunha Melo:** O espaço para a crítica literária na imprensa escrita está se resumindo, cada vez mais, aos grandes jornais do país, porque os chamados suplementos literários têm sido suprimidos, como já falei, dos jornais da província. Lembro-me de que o Diário de Pernambuco, nos tempos de Mauro Mota, editava o suplemento literário e tinha entre colaboradores habituais um nome como o de Otto Maria Carpeaux. Cada vez mais a crítica vai se refugiando dentro dos ensaios de mestrado e doutorado das universidades. Mesmo essa crítica encara platonicamente a obra literária como instrumento didático, que tem o dever de transmitir valores religiosos, éticos, políticos (vide a crítica marxista). Quando se traveste em crítica formal, aristotélica, que vê o poema como um valor estético em si, só mergulha na textura e, quase nunca, na estrutura do poema. Pega

o texto e analisa as onomatopéias, as aliterações, as paronomásias, as prosopopéias, as hipérboles, as gradações e outras moléculas textuais, por exemplo. O poema em verso livre ainda não foi enfrentado como uma estrutura, não possui ainda uma taxionomia, e eu, para provocar os teóricos platônicos, com minha doidice, proponho uma classificação provisória, para aplicá-la em minha oficina privada. Se algum dia se abrir o espaço para a crítica, que seja para dar vez a Aristóteles, pois Platão já fez o estrago que deveria fazer, expandido nos quatro pontos cardeais uma crítica conteudística que seria mais própria para as Ciências Sociais e, sobretudo, a Filosofia.

## OS ENTREVISTADORES

**Alcir Pécora** é professor de literatura na Unicamp. Estudioso da literatura colonial brasileira, entre suas obras se destacam os ensaios *Teatro do sacramento* (1994), *Máquina de gêneros* (2001), *As Excelências do governador* (2002) e *Rudimentos da vida coletiva* (2003). É um dos maiores especialistas brasileiros na obra do Padre Antônio Vieira, de quem organizou várias antologias comentadas.

**Alfredo Bosi** é professor titular de literatura brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, atual vice-diretor e ex-diretor (1997 a 2001) do IEA. Bosi é editor da revista *Estudos Avançados* desde 1989. Em março de 2003, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. É autor de *História concisa da literatura brasileira* (1970), *O Ser e o tempo da poesia* (1977), *Dialética da colonização* (1992) e *Machado de Assis: o enigma do olhar* (1999) e *Literatura e resistência* (2002). Obteve o prêmio “Melhor Ensaio” da Associação Paulista de Críticos de Arte por *O ser e o tempo da poesia*, em 1977, e *Dialética da colonização*, em 1992. Por este livro, recebeu também o “Prêmio Casa Grande e Senzala” em 1993, conferido pela Fundação Joaquim Nabuco, e Prêmio Jabuti para melhor obra de Ciências Humanas, da Câmara Brasileira do Livro. Em 1992 recebeu a distinção Homem de Idéias, conferida pelo Jornal do Brasil.

**Anderson Braga Horta** é professor, jornalista e poeta. Entre as obras de publicação mais recente estão: *Pulso*, Barcarola, São Paulo – SP, 2000, poesia; *Quarteto arcaico*, Guararapes–EGM, Jabotão dos Guararapes – PE, 2000, Poesia; *Fragmentos da paixão*, Massao Ohno, São Paulo – SP, 2000, *Poesia reunida*.

**Astier Basílio** é poeta e jornalista da novíssima geração. Já publicou vários livros de poesia, entre eles *Sonetos soltos ao vento e outro poemas* (1997); *Sete sonetos de amor* (1998), *Alpharrábio* (1999); *Baião de dois* (1999); *Funerais da fala* (2000) e *Searas do sol* (2001).

**Deonísio da Silva** é Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Entre suas obras – romance, conto, ensaio e livros para crianças – destacam-se os romances: *Avante, soldados: para trás*, *Teresa*, *A cidade dos padres*, *Orelhas de aluguel*, *A mulher silenciosa*, *Os guerreiros do campo*. Sua obra está publicada em espanhol, inglês, francês, alemão, sueco etc. Alguns de seus textos foram adaptados para televisão e cinema, entre os quais se destacam *Relatório confidencial*, dirigido por Antunes Filho, e *Teresa*, dirigido por José Nelson de Freitas. Obteve vários prêmios importantes como escritor, roteirista de cinema e ensaísta, entre os quais se destacam o Prêmio da Biblioteca Nacional por *Teresa* (1996) e Prêmio Internacional Casa de las Americas, por *Avante, soldados: para trás* (1992), que fez dele o único escritor brasileiro já laureado por um Prêmio Nobel de Literatura, vez que José Saramago presidiu a comissão julgadora. Mantém colunas semanais no Jornal do Brasil, na revista Caras e no Observatório da Imprensa.

**Domingos Alexandre** é poeta e advogado. Faz parte da Geração 65 de escritores pernambucanos desde os primeiros momentos (1964), enquanto participante do *Grupo de Jabotão*. Publicou os livros: *Sonâmbulo* (1979), *Ordem no reino do caos* (1981) e *O avesso do avesso* (1987).

**Eduardo Martins** é poeta e Professor assistente de Literatura Brasileira e Teoria Literária na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Recentemente lançou no Recife o ensaio resultante de sua dissertação de mestrado: *Bandeira: uma poética de múltiplos espaços*.

**Ermelinda Ferreira** formou-se em Medicina e Letras no Recife. É mestre em Teoria da Literatura na Universidade Federal de Pernambuco e doutora em Literatura de Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem publicados os livros: *Cabeças compostas: a personagem feminina na narrativa de Osman Lins* (2000), *A Mensagem e a imagem: literatura e pintura no primeiro modernismo português* (2001) e *Dois estudos pessoanos* (2002).

**Evandro Affonso Ferreira** foi redator publicitário por 20 anos. Em 2000, lançou *Grogotó!*, com 73 contos.

**Isabel de Andrade Moliterno** é mestre e doutoranda em Língua Portuguesa pela USP e professora de Língua Portuguesa no Curso de Letras da FAPA. Entre seus trabalhos publicados destaca-se *O ethos e a concepção de poesia em dois poemas de Adélia Prado*.

**Ivan Junqueira**, poeta, jornalista e tradutor. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras. Entre as obras publicadas destacam-se: *Os mortos* (poesia, 1964), *À sombra de Orfeu* (ensaio, 1984), Prêmio Assis Chateaubriand, da Academia Brasileira de Letras (1985); *Prólogos: com um prólogo dos prólogos*, de Jorge Luis Borges (tradução, 1985); *As flores do mal*, de Charles Baudelaire (tradução, introdução e notas, 1985); *O grifo* (poesia, 1987; tradução dinamarquesa, Griffen, 1994), menção honrosa do Prêmio Jabuti (1988); *Poemas reunidos 1934-1953*, de Dylan Thomas (tradução, introdução e notas, 1991), Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (1991) e Prêmio da Biblioteca Nacional (1992); *Os melhores poemas de Dante Milano* (antologia, introdução e biografia, 1998); *O fio de Dédalo* (ensaio, 1998), e *Poemas reunidos* (1999). Traduziu ainda, para o teatro: *A tempestade*, de William Shakespeare (com Tite de Lemos), e *Os justos*, de Albert Camus (com Yan Michalski). Recebeu vários prêmios literários, entre eles

os mais recentes: Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1995); Prêmio Luísa Cláudio de Sousa, do Pen Clube do Brasil (1995); Prêmio Oliveira Lima, da UBE (1999); e Prêmio Jorge de Lima, da UBE (2000). Sua poesia já foi traduzida para o espanhol, alemão, francês, inglês, italiano, dinamarquês, russo e chinês.

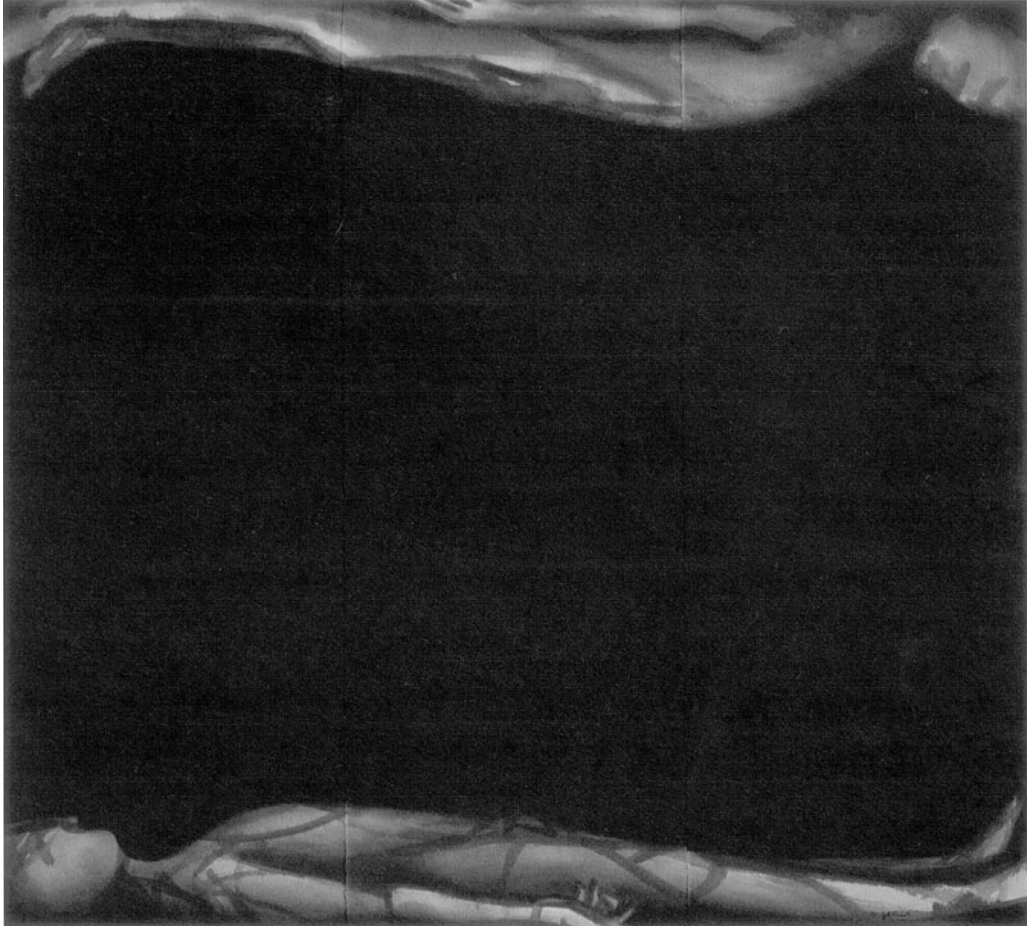
**Ivo Barroso** é poeta, ensaísta e tradutor. André Gide, André Malraux, Arthur Rimbaud, Charles Baudelaire, Erik-Axel Karfeldt, Giacomo Leopardi, Ítalo Calvino, Ítalo Svevo, Jane Austen, Marguerite Yourcenar, T. S. Eliot, Umberto Eco e William Shakespeare são alguns nomes da Literatura Universal cujas obras em Língua Portuguesa devemos às traduções de Ivo Barroso. Em 1998, recebeu a medalha de ouro Blaise Cendrars, concedida pela UBE, em reconhecimento à tradução de *A novela do bom velho e da bela mocinha*, de Italo Svevo. Entre outros livros, publicou *A caça virtual* (poesia).

**José Nêumanne Pinto** é jornalista, poeta, e ficcionista. Atualmente é editorialista do Jornal da Tarde. Publicou: *Mengele, a natureza do mal* – romance-reportagem (1985); *As tábuas do sol* – poemas (1986); *Erundina, a mulher que veio com a chuva* – perfil biográfico (1989); *Atrás do palanque* – Bastidores da eleição presidencial de 1989 – reportagem (1989); *Refêns do passado* – coletânea de artigos e ensaios políticos (1992); *A república na lama: uma tragédia brasileira* – reportagem – (1992); *Barcelona, Borborema* – poesia (1992); *Veneno na veia* – romance policial – (1995); *Solos do silêncio* – poesia reunida – Geração Editorial, São Paulo, SP (1996). Seu último livro publicado foi *O Silêncio do delator* (2004). Recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo Econômico (com Maria Inês Caravaggi) em 1975, pela série “Perfil do Operário Brasileiro Hoje” (Jornal do Brasil) e o Troféu Imprensa de Reportagem Esportiva (com Paulo Mattiussi) em 1975, pela reportagem “Éder Jofre e o Boxe Brasileiro” (Jornal do Brasil).

**Mário Hélio** é jornalista e mestre em história pela Universidade Federal de Pernambuco, com dissertação sobre a obra de Gilberto Freyre. Foi editor de lite-

ratura do Jornal do Commercio, editor do Suplemento Cultural do Diário Oficial de Pernambuco e professor de História Antiga na Universidade Federal de Pernambuco. Projetou e foi editor das revistas *Pasárgada* e *Continente Multicultural*. Atualmente é diretor da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco. Publicou, entre outros livros, *Livrório/Opuszero*.

**Martim Vasques da Cunha** é jornalista, poeta e ficcionista.



**POEMA**





## Poema 1, 2, 3

Luís da Câmara Cascudo

### POEMA 1

tarde morrendo em vermelho  
 e o ouro  
 do sol se refletindo no espelho  
 do açude  
 A estrada é branca antes que a noite  
 mute.  
 Entre nuvens de poeira  
 surge o vaqueiro vestido de couro  
 E o vento leva longe toda a poeira.  
 E o vaqueiro passou correndo, correndo...  
 Ha somente a tarde morrendo  
 no vermelho  
 espelho  
 So açude...

### POEMA 2

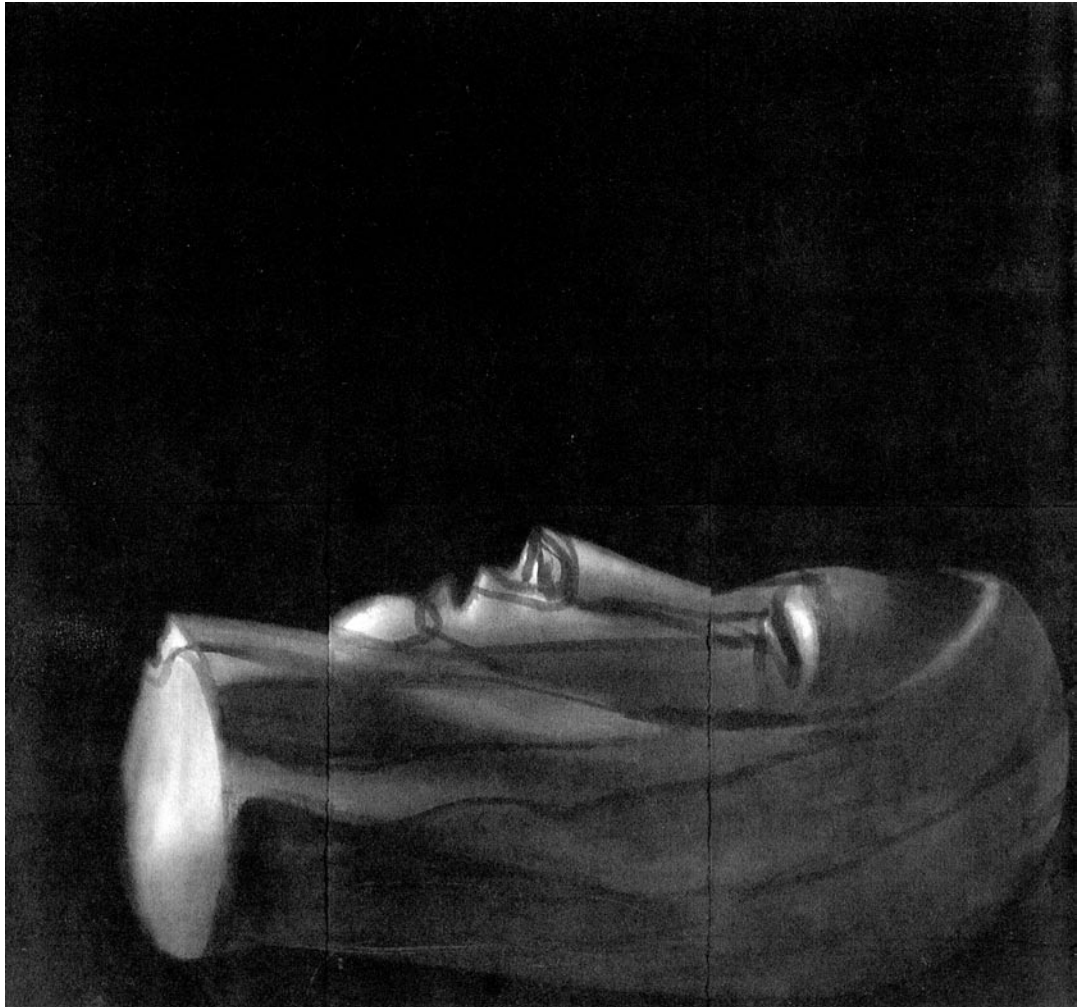
tardinha, tardinha  
 serenamente  
 cae a sombra do alto  
 ceu azul.  
 Agua quieta, agua quieta,  
 e a longa sombra do arvoredado n'agua  
 da lagôa...  
 E o sossego nos capoeirões.  
 E o aboio no ar...  
 tardinha, tardinha  
 No silencio, o grito  
 E as seriemas fugindo...  
 E no galho escuro da oitecica  
 senistra, solitaria, branca,  
 a mãe-da-lua canta...

### POEMA 3

O chão é secco e vermelho, é vermelho  
 o caminho entre o amarelo do panasco.  
 As pedras brancas vão surgindo como  
 frades  
 de pedra-branca na vermelha estrada.  
 Sol de chapa !  
 No horizonte azul que doe nos olhos  
 os cardeiros abrem as mãos  
 verdes, verdes, verdes...  
 Ha uma transparência pelo ar  
 que treme, treme e, na poeira fina  
 e cinzenta, voam folhas seccas  
 pelo ar...

Transcrito com autorização do Arquivo Mário de Andrade depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e divulgado na tese de doutorado: GICO, Vânia de Vasconcelos. **Luís da Câmara Cascudo: Itinerário de um pensador.** 1998. 320 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.





# RESENHAS



## A modernidade schreberiana: abjeção, preconceito e ideologia<sup>1</sup>

Augusto César Francisco – UFRN

SANTNER, Eric L. *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

*A Alemanha de Schreber* está próximo da abordagem da Sociologia Clínica ao propor, como tese central, o peso que a abjeção, o preconceito e a ideologia têm no adoecimento psíquico do sujeito. Revisando o famoso caso clínico de Freud – *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides)* (1998), que é baseado no livro de Daniel Paul Schreber (1995) sobre sua “doença nervosa” e sobre os seus internamentos, intitulado *Memórias de um doente dos nervos*, Santner desenvolve a idéia de que ambos, o intérprete e o psicótico, partilham suas idéias, mergulhados em um ambiente social, cultural e historicamente determinado pela misoginia, pela homofobia e pelo anti-semitismo. A nosso ver, a proposta de Santner caminha junto com a problematização da Sociologia Clínica, esta definida judiciosamente por Vincent de Gaulejac (2001) no artigo *A gênese social dos conflitos psíquicos*. Referindo-se, na época, à Sociologia Clínica como uma abordagem em construção, este autor define-a como:

[...] *sociologia*, visto que se pretende apreender a dinâmica das contradições sociais e o peso das regularidades objetivas do social intervindo sobre os ‘destinos’ individuais; *clínica*, porque a análise dos processos sociopsicológicos só será completamente válida, isto é, verificada e valorizada, na medida em que a verificação dos métodos científicos tradicionais corresponda a uma experiência vivida e para a qual a hipótese fornece um sentido e uma coerência (grifo nosso).

O texto de Santner é dividido em uma introdução e três capítulos. Na introdução e no primeiro capítulo, intitulado *Freud, Schreber e as paixões da psicanálise*, o autor apresenta o “discurso” de Schreber sobre sua “doença” contido nas *Memórias*, a análise freudiana sobre a paranóia daquele estruturada nas *Notas psicanalíticas* e a construção da tese sobre a crise de investidura.

Em 1884, diante de uma derrota nas eleições para o Reichstag (Parlamento alemão), Schreber teve seu primeiro colapso mental, sendo internado no Hospital Psiquiátrico da Universidade de Leipzig, sob os cuidados de seu diretor Paul Emil Flechsig, renomado anatomista cerebral alemão. Depois de alguns anos de tranqüilidade, adoeceu novamente em 1893, quando assumiu o cargo de *Senatspräsident* (Juiz da Suprema Corte de Apelação), sendo novamente internado por Flechsig e, logo em seguida, transferido para o Real Sanatório Público de Sonnestein, aos cuidados do diretor Guido Weber. Declarado incapaz, consegue revogar essa decisão com a sua apelação à Suprema Corte, onde apresenta o texto contido nas *Memórias*, que traz sua autobiografia relatando a sua emasculação e a perseguição cósmica realizada por Deus, publicado em 1903.

A cosmologia de Schreber, presente em suas *Memórias*, é apresentada no seguinte discurso paranóico: sendo o único sobrevivente na terra, e vivendo sem estômago com os “homens feitos às pressas”, ele se comunicava com Deus através da “língua fun-

1 Agradeço ao Professor Luiz Gonzaga Medeiros, do Colégio de Psicanálise do Brasil, o material sobre a paranóia de Daniel Paul Schreber.

damental”, ou “língua dos nervos”, tendo sido convocado por Ele para cumprir a missão redentora – a qual somente ele poderia realizar se fosse emasculado – de redimir o mundo e restituir-lhe o estado de beatitude. Sua emasculação (transformação em mulher) é um milagre divino, procedido através de décadas ou muitos anos, que lhe oferece a sensação de um número enorme de nervos femininos passando pelo seu corpo. Schreber sentiu-se a esposa de Deus para criar uma nova raça de homens através de um processo de fecundação direta por Ele. Era ainda perseguido por “pássaros miraculosos”, que vinham lhe trazer o “veneno de cadáver”, transmitindo-lhe os “restos” das antigas almas humanas.

As *Notas psicanalíticas*, contendo o estudo sobre Schreber, Freud publicou-as em 1911, quando se deparava com uma série de problemas “institucionais” ligados à nascente psicanálise, e que, por sua vez, não deixavam de estar associados aos seus problemas pessoais. Ainda, com o fantasma de Fliess para ser digerido, Freud estava na iminência de romper com Adler e, dois anos mais tarde, com Jung, dois fundadores do movimento psicanalítico, o que demonstraria a fragilidade de uma instituição em surgimento. A tese central das *Notas psicanalíticas* é que a base da moléstia de Schreber foi a irrupção de um impulso homossexual e feminino, recalcado da maneira mais defensiva possível, radical e irremediavelmente, com sua libido sendo fixada em um narcisismo primário e, conseqüentemente, desligando-se dos objetos externos, com o que culminou os sintomas paranóicos.

A seu turno, Santner apresenta uma tese na qual a “moléstia” de Schreber somente pode ser cotejada levando-se em consideração um contexto cultural onde o poder simbólico é vivenciado como “sexualidade”, deixando à mostra o abjeto que isso significa. Segundo este autor, a “Alemanha particular” de Schreber seria o espaço privilegiado de uma crise da modernidade, engendrada pela perda da eficácia performativa da autoridade simbólica que garante a magia da coesão social, não mais sustentando a “saúde” coletiva; a crise demonstraria a ex-

cessiva proximidade do poder disciplinar junto ao sujeito, deixando *às claras* a identificação radical deste com o abjeto que é a *Ludertum* política, ou, em outras palavras, não deixando que ele recalque essa “podridão”. A palavra *Ludertum* pode ser entendida como a “podridão” ou o “abjeto”:

‘*Luder*’, tem conotações particularmente ricas no contexto dos tormentos de Schreber. Ela de fato pode significar ‘ordinário’, no sentido de uma figura perdida e patética, mas pode também significar vigarista esperto ou patife, além de prostituta, vagabunda ou puta, e por último, a carne morta ou putrefaciente de um animal, especialmente no sentido da carniça usada como isca na caça (p. 57).

Partindo do texto schreberiano e, por conseqüência, do texto freudiano – “[...] em virtude da força interpretativa e da intensa natureza canônica do estudo clínico de Freud, Schreber ainda é, sempre e em algum nível, o Schreber *de Freud*” (p. 30) –, sob uma análise interpretativa baseada, entre outros em Bourdieu, Butler, Foucault e nos “novos estudos culturais judaicos”, Santner identifica o baixo-relevo político que está no contexto europeu da produção da psicanálise (p. 41). O texto freudiano sobre Schreber e o ambiente cultural são reveladores daquilo que chama a “Alemanha particular” de Schreber.

Santner revisa os capítulos do estudo de Freud, enfatizando o que há no rito de instituição, tanto em relação à nomeação de Schreber ao cargo de *Senatspräsident* como em relação à implicação de Freud na instituição psicanalítica. No ritual de instituição da nomeação de Schreber, que é dependente da magia dos enunciados performativos, convocando o sujeito a um novo *status* simbólico, fica exposto sua identificação radical com o *Luder* – digo que a identificação com o “podre” é radical para expressar a idéia do autor de que “o sujeito se tornou incapaz de esquecer, e incapaz (primordialmente) de recalcar a dimensão pulsional da função simbólica” (p. 59). O ato de fala que legitima Schreber *Senatspräsident* (a “instituição” da justiça o declarou assim!) secreta o ato de fala que deveria ter sido recalcado, ficando exposta uma “cri-

se de investidura” (essa declaração da “instituição” esconde algo de “podre” – que a lei é vazia e que o corpo é abjeto):

[...] Schreber descobriu, sem dúvida de modo inadvertido e involuntário, algo realmente notável sobre a relação entre a função simbólica e a sexualidade: uma crise da função simbólica – a inscrição de alguém numa rede simbólica por meio de nomes e títulos – pode manifestar-se no campo da sexualidade, ou, para dizê-lo em termos mais foucaultianos, *como sexualidade*. É como se o próprio Schreber estivesse parcialmente ciente de que suas rebuscadas fantasias sexuais eram elaborações dos produtos da decomposição dos recursos simbólicos que poderiam ter-lhe assegurado que ele era legítimo ‘aos olhos’ da comunidade simbólica, ou daquilo a que Lacan se refere como o ‘grande Outro’ (p. 66).

É uma crise geral, uma loucura geral (p. 58), cujos efeitos alcançam qualquer sujeito implicado na investidura institucional. Santner assevera que a escrita freudiana é enredada por esse contexto de crise nos rituais de instituição. De fato, Freud está à frente da psicanálise, instituição recém-formada na época da publicação do Caso Schreber (1911) e já em crise, tendo de assegurar a coesão social do grupo – problema vivenciado, em parte, pela psicanálise até hoje.

Freud havia interpretado

[...] o delírio de emasculação como uma fantasia desejante de ocupar uma posição feminina diante de grandes figuras masculinas de autoridade e poder, e vê o delírio do desastre cósmico como uma retirada generalizada dos investimentos libidinais do mundo, que serve como uma defesa contra a intensidade da fantasia ‘homossexual’ (p. 75).

A psicanálise germinou, inicialmente, como uma instituição “homossexual”, no mesmo sentido civilizador dado por Freud em seu estudo. Mas, além disso, ela é tecida com os mesmos fios de autoridade simbólica e enunciados performativos mágicos que afirmam o seu lugar. Enfim,

[...] o estudo do material schreberiano por Freud foi realizado num momento da história da psicanálise em que a autoridade simbólica dessa nova

instituição estava sendo duramente contestada, dentro e fora de suas fileiras – num momento de tensão institucional que [...] deixou Freud particularmente sensível à natureza da crise de investidura de Schreber, muito embora ele nunca a tenha abordado explicitamente (p. 30).

O segundo capítulo, intitulado *O pai que sabia demais*, discute sobre as causas do colapso mental de Schreber. Este capítulo apresenta as teses sobre o responsável possível por seu colapso, que se dividem, de um lado, no papel representado por Moritz Schreber com seu ensinamento pedagógico e, de outro, na influência dos ensinamentos cientificistas de Flechsig sobre anatomia. As duas perspectivas fazem associações muito ricas. Santner acrescenta a elas as idéias foucaultianas contidas no *Vigiar e punir* e na *História da sexualidade* e as idéias butlerianas contidas no *Problemas de gênero* e no *Bodies that matter*.

Sobre as causas do colapso mental de Schreber, Santner aponta em duas direções: de um lado, ele foi submetido quando criança ao saber pedagógico elaborado por seu pai, Moritz Schreber, com técnicas de educação infantil austeras; de outro, houve sua submissão ao saber médico transmitido por seu psiquiatra, o Doutor Flechsig, legitimado pela “ciência”. Os dois casos envolvem um “saber” sobre o corpo, ligado ao “poder”, numa interpretação foucaultiana, e esse “saber” pode ser traumatizante. De fato, com a “[...] posse e a elaboração de certos tipos de *saber* – no caso, um saber sobre o corpo, seu desenvolvimento e suas funções – já constituem uma forma de poder capaz de produzir efeitos traumáticos naqueles que são posicionados como objetos desse saber” (p. 97). Esses “efeitos traumáticos” seriam impulsionados pela “dialética do Iluminismo”.

O projeto iluminista contido no livro (*Ärztliche Zimmergymnastik – Ginástica médica de salão* –, sem tradução para o português) de Moritz Schreber (o pai), ancorado nas proposições luteranas e kantianas, propõe que a criança deve ser submetida a métodos repetitivos de disciplina com o objetivo de transformar a heteronomia em autonomia, inculcando nela a voz da razão e da consciência (p. 109-110) – um



“super” superego, digamos! Seguindo a análise foucaultiana do poder, pode-se sugerir que a disciplina proposta pelo Iluminismo quebra seu próprio projeto, produzindo o que só se pode chamar de monstrosidades (p. 111).

Apoiado nas teses butlerianas de que existe uma “performatividade” de gênero produzindo desempenhos socialmente regulados, e extremamente dependentes da compulsão à repetição – tal como uma lei –, com os quais advêm, concomitantemente, os desempenhos desviantes (p. 114-115), e de que a “matéria” do “sexo” é um processo de “materialização”, através da força de exclusão e de abjeção, que produz um exterior abjeto em relação ao sujeito, mas que está “dentro” dele por intermédio da identificação inconsciente (p. 116), Santner acrescenta à perspectiva foucaultiana a dimensão onde o sujeito “literaliza” o “poder”:

[...] se Foucault tem razão em dizer que o poder disciplinar ‘intensifica’ o corpo, produz a sexualidade, em vez de reprimi-la, é porque esse poder *literaliza* a escandalosa dependência que as ontologias socialmente estabelecidas têm da performatividade como compulsão à repetição – a dependência daquilo que Schreber caracterizou como uma certa *podridão* (normalmente recalçada, normalmente secreta) inerente a toda identidade simbólica (p. 116).

Por fim, o terceiro capítulo, *A questão judaica de Schreber*, apresenta as teses sobre as fantasias anti-semitas disponíveis no arquivo cultural da época e presente na obra, ora mais forte ora mais sutil, de muitos pensadores, tais como Kafka (*O processo* e *A metamorfose*), Wagner (*Parsifal*), Hoffmann (*Der Sandmann*), Weininger (*Geschlecht und Charakter*), Panizza (*Der operiert Jude*), Nietzsche (*Assim falou Zaratustra*), para não dizer Freud e Schreber, o primeiro com uma recusa de se ver como judeu, tendo “recalcado” a questão judaica das *Notas psicanalíticas*, e o segundo com a fantasia do “judeu errante” e da “efeminação judaica” (a crença no judeu errante era a de um sobrevivente e salvador feminizado, e a crença na efeminação judaica era impulsionada, por exemplo, por lendas em que o varão judeu menstruava):

A idéia é que, quando um homem do fim do século XIX, um alemão pertencente a uma elite (como o judiciário), seja por que razão for, passa a ter perturbada a sua identificação com sua posição, ele fica automaticamente na posição simbólica das figuras marginalizadas dessa cultura – no caso, as mulheres e os judeus – e começa, de maneira inconsciente e conflitiva, a elaborar as conseqüências de seu novo conjunto de identificações, usando quaisquer imagens e fantasias prontamente disponíveis no ‘arquivo’ cultural (p. 137).

Santner entra na discussão da “questão judaica” em Freud e Schreber, proposta por Gilman, Geller, Boyarin e Eilberg-Schwartz, cuja tese é a de que as posições anti-semitas constitutivas de uma formação histórica singular associavam os desejos femininos a uma predisposição mórbida aparentemente judaica, que “escorria” discursivamente em relação à homossexualidade (p. 162). Essa formação histórica singular – que nos referimos no primeiro parágrafo como misógina, anti-semita e homofóbica – influenciou tanto Schreber, em suas paranóias, como Freud, em suas interpretações.

Nos termos da ‘Alemanha particular’ de Schreber, espaço de fantasia compartilhado em larga medida por Freud, Panizza, Kafka e uma multidão de outros, o ‘outro lado’ era, acima de tudo, o lado das mulheres, dos judeus e dos homossexuais (e, até certo ponto, dos católicos), representantes principais da *Ludertum* de Schreber (p. 163).

Bem diferente da solução final autoritária do nazismo, muito sagazmente analisada por Elias Canetti (1997) *Massa e poder*, Santner acredita que as identificações perversas de Schreber com o abjeto social salvaram-no, pelo menos momentaneamente, da morte psicológica. Podemos dizer que Schreber abnegou profundamente aquilo que Eugène Enriquez (1990) denominou de “a destruição dos judeus como paradigma da sociedade moderna”. Schreber inclusive exercita um eminente ato democrático, ao desejar distribuir um material desesperadamente novo à comunidade científica.

Refletindo extensivamente, convidamos os leitores a vislumbrar um caso desse “outro lado” na

fantasia brasileira contemporânea, apresentado em *No outro lado do espelho*, de Norma Takeuti (2002), que caminha com passos semelhantes à proposta de Santner. A autora coloca como tese do seu trabalho que os jovens adolescentes das periferias pobres urbanas, nomeados de “meninos de rua”, estariam nesse lugar de abjeção social, o qual é construído “perversamente” pelas fantasias coletivas. Com as ferramentas da Sociologia Clínica, ela analisa os processos de subjetivação da fantasia perversa de negação do outro social, amplamente compartilhada na contemporaneidade e uma das responsáveis por muitas sortes de adoecimento psíquico: narcisismos, perversões, neuroses e psicoses.

A fantasia que se esconde atrás da psicose de Schreber, ligada ao preconceito de “ser” um *Luder* na sua identificação oitocentista com a mulher e com o judeu, ou a fantasia de negação do outro num dos casos contemporâneos do *Luder* ser o “menino de rua”, traumatiza, pois “[...] é autenticamente enlouquecedor descobrir-se ocupando o lugar da abjeção, na falta de uma forma mínima de solidariedade humana” (p. 169). Nossas reflexões nos levam a pensar como no discurso sobre o amor transitam essas fantasias ideológicas, mais particularmente no discurso sobre o amor que Freud leva para os principais conceitos psicanalíticos que fazem a sua “explicação do amor”: falo, castração, complexo de Édipo e narcisismo. Aí se justifica a importância do material de Schreber para a análise da “matéria” das fantasias sociais de abjeção, de preconceito e de ideologia. “A importância do material de Schreber para a análise da ideologia está em que ele proporciona um vislumbre dessa ‘matéria’ do fascínio ideológico em estado quase puro, isto é, no momento de sua inscrição num campo de valores culturais” (p. 60). Se o discurso sobre o amor está inevitavelmente ligado à dominação de gêneros, de gerações e de cosmologias (ENRIQUEZ, 1990, p. 182-242), e freqüentemente é tido como natural, eterno e independente das produções culturais, configurando um fenômeno de ideologia (SOUZA FILHO, 2001, p. 31-32), é importante pesquisarmos sobre essa “matéria”.

## REFERÊNCIAS

- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FREUD. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides)*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- GAULEJAC, Vincent de. A gênese social dos conflitos psíquicos. *Cronos, Revista do PPGCS/UFRN*, v. 2, n. 1, p.109-115, jan./jun. 2001.
- SCHREBER, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SOUZA FILHO. *Medos, mitos e castigos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TAKEUTI, Norma. *No outro lado do espelho*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.



## Desumanização e reumanização no campo da medicina

Everaldo Tôrres Barbosa – UFRN

MARTINS, Paulo Henrique. *Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

O autor tem como linha central de sustentação da sua tese o resgate do dom, na perspectiva da teoria da dádiva de Marcel Mauss. Indaga-se sobre a contribuição da Sociologia para as mudanças dos paradigmas médicos, nesta contemporaneidade. Para muitos profissionais formados nas faculdades de Medicina, tidas como guardiãs dos saberes canônicos da clínica moderna, não haveria relação direta entre uma e outra disciplina. Para o sociólogo, porém, tudo é matéria de interesse sociológico, desde que tenha implicação na produção material e simbólica das práticas sociais. Nessa perspectiva, compreender os rumos atuais da medicina moderna constitui um importante desafio para a “imaginação sociológica”. Afinal de contas, os preços dos medicamentos e serviços médicos, os usos e manipulações das novas tecnologias ou, então, as transformações do sofrimento e da doença em mercadorias e objetos de lucro incessante, aparecem como temas que tiram o sono diário do brasileiro. A tese central do autor é de que está em curso uma reorganização no campo da “medicina moderna” – com reflexos em níveis sociais, políticos, técnicos e institucionais diversos – pelo abandono de certas práticas médicas e pela integração de tantas outras. Mudança de paradigma? Ao menos, podem-se observar, desde há algumas décadas, fortes tensões contraditórias entre as duas principais tendências presentes no interior do campo da medicina: uma, de “desumanização/tecnicização”; outra, de “reumanização” dos modelos médicos, a partir da integração, em certa medida, de terapias alternativas. Estas se apresentam como um tema relativamente pouco explorado no

meio sociológico, observa o autor, sobretudo nas suas interações com a “medicina” moderna, tornando necessário uma série de incursões teóricas e temáticas com vistas a explorar seus diferentes matizes. Na pesquisa que o autor e sua equipe empreendem, observam, na dimensão cultural, os vínculos estreitos das terapias alternativas com os movimentos da contracultura americana e européia, surgidos no pós-Segunda Guerra Mundial, quando começam a se fazer presentes, no imaginário dos profissionais, clientes e adeptos das “medicinas paralelas”, certos temas recorrentes como gênero, corpo, emoção, libertação, vida natural, dentre outros. Identificou-se, igualmente, que o tema da religiosidade era significativo para a formação do “campo alternativo”, apontando para um sincretismo inédito, composto de diversas tradições orientais e ocidentais, mesmo que marcado fortemente pela tradição cristã. Nessa perspectiva, seguindo a trilha aberta por Marcel Mauss de que existe uma interpenetração importante entre técnica e magia, entre ritual e rotina, entre razão e emoção, o autor acredita que para a sociologia interessam tanto as inovações e reflexos sobre o social, provocados pela “biomedicina moderna” de origem cartesiana, como a manifestação de todas as outras práticas médicas e de cura, que também incidem sobre o processo de constituição do vínculo social. Para o sociólogo de inspiração maussiana, todas as práticas de cura e todos os depoimentos daqueles que se dizem terapeutas são importantes e contribuem para esclarecer as mudanças paradigmáticas em curso.

Este livro é composto de quatro capítulos:

1 – **Sociedade, dádiva e paradigmas médicos.** O capítulo contempla aspectos teórico-metodológicos para a realização de uma crítica sociológica do fenômeno social total complexo – a “medicina moderna” mundializada. Uma apreciação mais cuidadosa desse plano, focando o micros social, demonstra, por sua vez, estarem ocorrendo no seu interior questionamentos importantes nascidos de experiências negativas dos pacientes com relação a uma “medicina oficial”, que vem sendo submetida a crescente tecnificação e especialização e que, ultimamente, vem sendo contaminada por uma axiologia do interesse que sinaliza tendências privatistas na saúde e no campo médico, sustentada por um modelo anátomo-clínico, que se funda sobre o princípio da separação radical entre o médico e o paciente, da doença e do doente. A limitação desse modelo médico dominante contribui para interromper o processo interativo da cura, impedindo que o sofrimento se exprima adequadamente no plano simbólico (das palavras, dos gestos, dos rituais, dos cuidados) e que a dádiva médica possa funcionar eficazmente na circulação dos “bens de cura” (atenção, confiança, palavras, técnicas, remédios), dados pelo curador em “troca dos males” (doenças) e devolvidos pelo paciente ao primeiro. O paradigma da “dádiva/dom” propõe que a sociedade se constitui de uma regra social primeira, a obrigação de dar-receber-retribuir, e que a constituição do “vínculo social” é mais importante que a produção de “bens”, como registrou Mauss no célebre *Ensaio sobre a dádiva, de 1924*. De fato, a idéia da medicina como um fenômeno social total, ancorado inicialmente na circulação de dons entre sujeitos (troca do sofrimento por bens de cura), permite entender-se que as mudanças em curso, tanto no plano institucional como nos modelos de gestão da saúde, são precedidas por transformações nas práticas concretas de cura da doença. A partir dessas reflexões e indagações, P. H. Martins busca contextualizar o modelo de gestão da saúde e o sistema médico de cura, classificando os principais sistemas instalados, ou em instalação, levando em consideração tanto os sistemas bioorgânicos e os

sistemas biopsíquicos. O autor descreve, ainda, de forma brilhante o percurso da medicina oficial, da objetivação do corpo na lógica cartesiana, o disciplinamento progressivo das instituições médicas, a regulamentação jurídica do campo médico e a sistematização da pesquisa biomédica, fazendo surgir uma medicina social, que inspirou a organização do modelo de gestão da saúde, o da sociedade medicalizada.

2 – **Utilitarismo e desumanização da medicina.** Elaborar-se, neste capítulo, uma leitura sociológica da prática médica a partir do registro antiutilitarista, permitindo compreender as mudanças na medicina, para além dos discursos que tem como central o falso dilema da modernidade e tradição. No lado oposto ao modelo biomédico de fundo cartesiano, a lógica da dádiva, inspiradora da vertente humanista da medicina – que tinha ficado oculta na divisão técnica do trabalho na modernidade –, retorna via movimentos sociais e culturais. O retorno da dádiva estimulou o aparecimento de uma pluralidade de métodos empiristas fundados na valorização da experiência direta dos atores. Nessa perspectiva, as mudanças apontam para o surgimento de um modelo de gestão mais complexo, cujo imaginário da saúde significa, prioritariamente, o doente e não a doença, a relação entre os sujeitos (médico-doente) e não a relação entre sujeito e coisa (médico/doença). Do ponto de vista sociológico, a mera mudança de paradigmas observada dentro do campo científico constitui uma condição necessária, mas insuficiente, para que mudanças políticas mais profundas ocorram nos planos dos ensinamentos científicos, das prioridades acadêmicas e dos usos sociais dessas inovações. Fazem-se necessárias mudanças efetivas, reflete o autor, na gestão política e nos usos sociais das inovações científicas, a exemplo da atual polêmica em torno da propriedade do código genético por laboratórios privados.

3 – **Reações a favor de uma medicina humanista.** Busca-se, nesse ponto, a dimensão histórica discutindo o imaginário restritivo da “medicina

mercantil” e o mal-estar que ela produz com o seu movimento de desumanização. É observada a defasagem importante entre o discurso e a realidade do “capitalismo biotécnico”, demonstrando, na prática, sua insuficiência para responder ao novo quadro etiológico surgido com as doenças, ditas emocionais, que vicejam num contexto de crise da sociedade do trabalho, de estresse nas relações interpessoais, de insegurança das condições de vida em geral. Contudo a “medicina moderna”, capturada pelo “capital médico”, intenta conservar a sua hegemonia no campo, condicionando a validade das práticas de cura ao funcionamento de uma certa racionalidade instrumental e tendo como uma de suas estratégias o impedimento da institucionalização das outras “medicinas paralelas”. Entretanto, é observável o posicionamento em favor da valorização da experiência vivida e da reumanização das práticas médicas, no qual se situam os defensores dos novos sistemas de cura abertos à diferença e à pluralidade. A presença da dádiva na base desses modelos humanistas não permite concluir, porém, que estaríamos presenciando a emergência de um modelo médico benevolente e gratuito. O retorno da dádiva na medicina significa, sobretudo o resgate da confiabilidade do doente na capacidade/possibilidade material e mágica de que dispõe o médico para curar o doente. Essas variações das medicinas humanistas são, logo, a ponta de lança de uma reação social em larga escala, visando reformular o discurso científico da medicina mundial (e não apenas ocidental) e fundar um saber mais complexo em que haja o resgate do caráter da medicina, como instituição ao mesmo tempo técnica e mágica, objetivista e simbólica, uni e pluridisciplinar. Considerando os limites das reformas, nas áreas da saúde e da medicina, a partir dos modelos atualmente dominantes, estatista e mercantil, o autor entende que a sociedade busque recriar novos padrões que respondam mais adequadamente a alguns desafios, como aqueles do respeito à multiplicidade e às diferenças das técnicas de cura ou então da democratização do acesso aos serviços médicos.

**4 – As terapias alternativas: o retorno da ambivalência.** Neste capítulo, P. H. Martins procura explicar como essas novas práticas não constituem um campo à parte daquele médico oficial. As críticas de Merleau-Ponty ao método cartesiano e à sua limitação para compreender a complexidade das sensações humanas permanecem como uma referência estratégica para este debate atual entre tecnificação e humanização da medicina. Então, tem-se, de um lado, uma medicina tecnicista e utilitária e, de outro, uma “medicina humanista” e ética; diferentes no modo como operam e representam a sociedade. A primeira tende a considerar a sociedade como uma soma de indivíduos que estão em eterna competição, tendo como principal instrumento para se digladiarem a “razão pensante”. A segunda tende a focar a sociedade como um sistema de circulação de bens simbólicos e materiais no qual os indivíduos são momentos importantes no conjunto das redes e aparelhos de que fazem parte; neste ponto, o autor se inspira nos estudos de Jacques Godbout e Allain Caillé (*O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999). Nessa segunda medicina, mais humanista, as habilidades dos indivíduos para calcular racionalmente, segundo seus próprios interesses, são relativas à proporção que os atores estão até certo ponto condicionados por sistemas (língua, religião, família etc.) que os envolvem e limitam seu campo de ação. As idéias de doença e de cura seguem naturalmente os mesmos raciocínios. Ainda é de se considerar que o fato de ser a doença um fenômeno social não isenta os indivíduos com relação às suas responsabilidades sobre os riscos que conhecerem para viver e para morrer. A ênfase na dimensão sociológica serve, sobretudo, para dar visibilidade política à discussão sobre a saúde coletiva e sobre a importância da coletividade como sendo, em última instância, o agente capaz de decidir o que é melhor para os seus membros. Mas a ênfase no todo não anula a autonomia dos indivíduos para gerirem, nos limites dados pela sociedade, suas próprias decisões. Não se trata, pois, de recusar o individualismo e favorecer a visão holística, da totalidade, mas apenas

de lembrar a necessidade de situar a parte e o todo numa perspectiva dinâmica: a de circulação de bens materiais e simbólicos, enfatizados por Mauss nos *Ensaio sobre a dívida*. O novo sistema sugere que a aproximação e a interpessoalidade são critérios decisivos para responder à complexidade dos sintomas e da organização do tratamento, em particular a circulação dos dons de cura entre curador e paciente. Por isso, a compreensão dos sentidos políticos atuais desses novos “sistemas médicos de cura” pode facilitar enormemente o entendimento do que se passa nas proximidades territoriais, dentro e fora do campo oficial, levantando pistas de reflexão e pesquisas em outras direções, antes não-pensadas. Essas “medicinas não-convencionais” constituem as reações mais ofensivas da sociedade contra a ameaça de generalização da racionalidade utilitarista do “capitalismo médico”.

À guisa de conclusão, o autor sugere que a compreensão da crise vivida pela “medicina oficial” e, também, da mudança de paradigmas no “campo médico” exige uma distinção preliminar dos lugares ocupados pelo utilitarismo científico e pelo utilitarismo econômico na organização da instituição médica. O primeiro constitui um determinante inerente ao surgimento da “medicina moderna”. O segundo fez sua entrada mais recentemente, sobretudo após os anos 1980, viabilizando uma aliança oportunista da “ciência biomédica” e do capital especulativo em torno do projeto de criação de um mercado de doenças e curas. A clínica moderna justamente aparece como o meio necessário para traduzir, no domínio político, esse utilitarismo científico voltado para o controle da experiência. A explosão das “medicinas alternativas” nasce das reações contra os perigos para a sociedade dos efeitos nefastos dessa tentativa encabeçada pelo utilitarismo científico-mercantil, de abafar a natureza social da prática médica para garantir o sucesso do mercado de bens e serviços médicos. Tais disciplinas alternativas constituem um “campo médico” de outra natureza, que encontra seu cimento, não no controle exercido pela organização disciplinar (faculdades, laboratórios técnicos, corporações eco-

nômicas, associações profissionais etc.), mas na valorização de uma formação médica que se assente na experiência vivida de modo espontâneo, livre, obrigado e, também, interessado pelo futuro terapeuta. O esforço para se compreender as transformações da “medicina oficial” a partir das “medicinas alternativas” permite-nos ultrapassar certos preconceitos e resistências concernentes à possibilidade de emergência de um novo “campo médico” que priorize a reumanização dos sistemas de cura. Enfim, toda essa trama faz parte da nova medicina em gestação na contemporaneidade. É absolutamente encantadora a narrativa histórica desse processo de instalação de um novo olhar sobre a medicina. P. H. Martins se vestiu de bravuras e ousadias, para adentrar numa arena tão bem marcada pelos barões estruturalistas dos modelos aqui elencados e que destituem o indivíduo-doente do seu direito de ser ativo, de poder vivenciar a sua dor e o seu desencanto. Porém, face à instalação natural do lado perverso do utilitarismo médico e econômico, as guerras fazem surgir à possibilidade das incertezas, pois a guerra é destrutiva, assim como os utilitarismos. Ter podido me aventurar nessa gostosa e delicada atenção, deu-me ânimos e possibilidades de respirações profundas, por poder acompanhar luzes no final do túnel. O processo do aprendizado numa linguagem da transdisciplinaridade aponta para a rede das organizações sociais.

## Vidas desperdiçadas

João Batista de Menezes Bittencourt – UFRN

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 176 p.

Para onde mandar os indivíduos que não possuem mais nenhuma utilidade e que, por sua vez, não podem mais ser incorporados a nenhum sistema produtivo? É essa a pergunta que orienta toda a discussão do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra recém-publicada *Vidas desperdiçadas* (2005). O autor nos brinda com uma instigante reflexão acerca de uma problemática bastante contundente dos últimos tempos: os problemas ocasionados pela produção e remoção do “refugo humano”. O mundo está cheio, afirma Bauman, e não se trata de uma constatação física e/ou geográfica, mas sim de uma preocupação política e social. Existem enormes extensões de terra, e muitas delas, até mesmo habitadas por um número ínfimo de pessoas, o que não existe é espaço social para os chamados “párias da modernidade”, os inadaptados, os expulsos, os marginalizados, enfim, o lixo humano que foi produzido pela sociedade do consumo. O grande problema dos Estados, em nossos dias, é pensar alternativas de remoção desse refugo humano que insiste em tornar a paisagem desagradável, contaminando-a com seu aspecto desconcertante.

No primeiro capítulo, denominado *No começo era o projeto*, o autor discute a idéia de que a produção do refugo humano está intrinsecamente ligada à construção de uma ordem universal. A modernidade foi construída sob a idéia de que uma “boa sociedade” seria aquela que disponibilizaria emprego para todos; nesse sentido, os “redundantes”, desse período, seriam o exército de reserva que estaria esperando por sua chance na fila de espera dos desempregados. Os redundantes de hoje, não têm esperança de serem chamados de volta ao serviço ativo, vão di-

reto para o depósito de dejetos humanos. É nessa perspectiva que Bauman distingue a sociedade dos produtores da sociedade dos consumidores. Durante todo o século XIX, a imagem mais recorrente, foi a do “produtor potencial”, aquele indivíduo que, para ser aceito como tal, bastaria preencher os requisitos propostos pela companhia dos produtores. A idéia do “eterno retorno” que se sustentava devido à formação de fortes unidades de reserva, foi minada, segundo o autor, pelo advento da sociedade do consumo. Para ser admitido na companhia dos consumidores, não basta reivindicar o status de consumidor para si, e concomitantemente não existe exército de reserva para os consumidores falhos; a única certeza que os mesmos possuem é que, excluídos do único jogo disponível, não serão mais jogadores: “Os desempregados da sociedade de produtores (incluindo aqueles temporariamente afastados da linha de produção) podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável” (p. 22).

As preocupações com a redundância, atualmente, diferem dos problemas vivenciados e registrados pelas gerações anteriores. Apoiando-se no estudo de Mary Douglas<sup>1</sup> sobre os rituais de poluição em vários povos e culturas, onde a autora considera que os conceitos de pureza e sujeira fazem parte de um “todo maior”, Bauman reafirma a tese de que a idéia de eliminação não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente. Para criarmos o novo faz-se necessário alterarmos algo que já existe, o novo não pode nascer a não ser que

1 DOUGLAS, M. *Pureza a perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.



algo seja transformado. Em situação ambivalente, o mesmo lixo que tende a ser repudiado, se torna indispensável ao processo criativo: “o lixo é sublime; uma mistura singular de atração e repulsa que produz um composto também singular, de terror e medo” (p. 32).

Outro elemento indicado pelo autor como aliado e cúmplice do lixo é o excesso, o qual é exemplificado através do enorme conteúdo informacional proveniente da internet e que passamos a dispor a partir de uma pequena consulta a um site de busca. Como a informação se tornou o bem mais precioso dos últimos tempos e o excesso da mesma é grande demais para ser despejado nos cérebros humanos, fez-se necessário a criação de um depósito de refugio da informação, e isso só foi possível graças à tecnologia computacional. A produção de lixo informacional, tal como toda a atividade produtora de refugio, tem o poder de autopropulsão, ou seja, os esforços para remover o lixo produzem mais lixo. A propósito, Bauman, em 29 de Novembro de 2002, fez uma busca na internet para encontrar páginas na *web* que se referiam à noção de “refugio” e constatou um grande número de sites tratando do tema do lixo, isso em comparação com os grandes temas discutidos atualmente na agenda pública, entre os quais: desemprego, terrorismo, fome, racismo e pobreza. Apesar de aparecer nas manchetes com certa relevância, o tema do lixo tornou-se uma das maiores preocupações contemporâneas, e isso num plano global. Já que ele figura entre os temas mais discutidos dos últimos tempos, por que sempre o relegamos a um segundo plano? Para Bauman, a “história em que e com que crescemos, não tem interesse no lixo, e o que nos interessa é o produto e não o refugio”. Dois tipos de caminhões deixam todos os dias o pátio da fábrica, um com destino as lojas de mercadorias e departamentos e outro para os depósitos de lixos, mas a nossa história indica que devemos valorizar apenas o primeiro. Somente passamos a observar o lixo do segundo, quando seu excesso se torna uma ameaça concreta. Da mesma forma, só passamos a enxergar os “dejetos humanos” quando

eles aparecem à nossa porta devido à falha de nosso sistema de defesa. Até isso acontecer, nós os tratamos com indiferença, o que lhes assegura o status de “problema angustiante mais guardado nos nossos dias”.

No segundo capítulo *Serão eles demasiados?*, a obra contém a análise focada naquele que seria o refugio do progresso econômico. O capítulo inicia-se com uma discussão acerca da idéia de “superpopulação” e de como ela afetaria o progresso da sociedade. A visão de que o crescimento populacional colocaria em risco nossa existência por falta de alimentos suficientes se opunha àquilo que o sonho da modernidade prometia, pois numa sociedade de produtores, o crescimento populacional, seria aquilo que garantiria a cura para a escassez através da força de trabalho: “a terapia para o excesso de população era mais população”. A questão é que não pode haver um número demasiado de “nós”. Como, em nossos dias atuais, é o excesso “deles” que nos preocupa, tentamos correr atrás de estratégias discretas que possam garantir a extirpação desse mal que tanto nos aflige. O exemplo de Botsuana, em que empresas farmacêuticas não mostraram empenho para fornecer a um preço acessível remédios para combater a epidemia de AIDS que se abateu por toda a região, fazendo com que a expectativa de vida local caísse de 70 para 36 anos, é um dado importante para analisarmos o grau de “racionalidade” empregado nessas estratégias discretas.

É importante, neste ponto, destacar a discussão sobre o “medo do outro”. Medo esse que perpassa toda nossa existência. O que existiria nos seres humanos que tanto nos amedronta? O sociólogo inicia a reflexão situando-nos na descrição do “medo cósmico”, a partir das idéias do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Esse medo consistiria na “emoção humana, demasiadamente humana”, desencadeada pela magnificência imaterial e desumana do universo. Diante do poder extraordinário do universo, vemo-nos como criaturas vulneráveis e assustadas. “O medo cósmico é também o horror do desconhecido, o terror da incerteza” (p. 61). Vulnerabilidade e incerteza

são as duas qualidades da condição humana a partir das quais se molda o “medo oficial”, o medo do poder humano, do poder criado e manipulado pelo homem. Bauman trabalha esses argumentos de um ponto de vista filosófico para entendermos que a incerteza e insegurança (ontológicas) são provocadas pelo medo do desconhecido, o “estranho” produz nos seres humanos sensações desestabilizadoras. Para o autor, as imagens folclóricas de demônios que, no passado, eram usadas para incutir os difusos temores sobre segurança foram transformadas em perigo e risco. Não é à toa que os imigrantes e os recém-chegados são vistos com desconfiança, um prato cheio para o Estado, um “outro” desviante ideal.

No terceiro capítulo, *A cada refugio seu depósito de lixo*, o sociólogo apresenta as estratégias modernas de controle das massas desordenadas que brotam nos arredores da cidade. Os presídios se configuram como os principais depósitos de dejetos humanos da contemporaneidade. Os redundantes constituem um alvo fácil para a descarga de ansiedades provocadas pelos temores generalizados. “Os poderes do estado não podem fazer nada para aplacarem a incerteza, muito menos eliminá-la” (p. 84). O máximo que o Estado pode fazer é mudar seu foco para objetos alcançáveis, e os produtos rejeitados pela globalização se encaixam perfeitamente nesse papel. “Procuramos em vão por outros escoadores mais adequados, os temores e ansiedades se despejam sobre alvos à mão e reemergem como o medo e a raiva populares dirigidos aos estranhos que vivem nas redondezas” (p. 85).

Assistimos à passagem de um modelo de comunidade incluyente do “Estado social” para um Estado excluyente “penal”, voltado para o controle do crime. Os infratores, cada vez mais, deixam de ser reconhecidos como cidadãos destituídos em busca de apoio, e são mostrados, em vez disso, como indivíduos censuráveis, imprestáveis e demasiado perigosos. As fronteiras, por sua vez, permitem a saída, buscam se proteger contra o ingresso indesejável de unidades provenientes do outro lado. Bauman indica que um dos principais resultados da modernidade

(talvez o mais fatal) é a “crise aguda de remoção do lixo humano”. A modernidade tende a morrer sufocada, em meio a dejetos criados por ela mesma. O volume superou a capacidade de controle. O planeta está cheio e não há “terras vazias” para servir de depósito de lixo. Agora, busca-se desesperadamente resolver os problemas globais de maneira local, “os depósitos de lixo devem ser estabelecidos dentro da localidade que as tornou supérfluas”; é dessa maneira que surgem os *hiperguetos*<sup>2</sup>. Os guetos podem ser voluntários ou involuntários. Os guetos tradicionais, apesar de terem sido enclaves cercados por barreiras (físicas e sociais), não eram depósito de lixo para a população excedente. O novo gueto, nas palavras de Wacquant, citado por Bauman, “não serve de mão de obra industrial descartável, mas de depósito de lixo”. De amortecedor coletivo a mecanismo puro e simples de exclusão social. As prisões, que antes possuíam a tarefa de reciclagem, se tornaram também depósitos de lixo. Reciclar não é mais lucrativo, então é preciso acelerar a “biodegradação”. Os medos contemporâneos, além de provocar sensações desestabilizadoras, também dissolvem a confiança, que segundo o autor é o sustentáculo da vida humana. “Sem confiança a rede de compromissos humanos se desfaz, tornando o mundo um lugar ainda mais perigoso e assustador” (p.115).

No último capítulo intitulado “A cultura do lixo”, Bauman nos mostra que na história confusa da produção e remoção do refugio humano, a visão de “eternidade” tem ocupado um papel crucial. “Na infinitude tudo é reciclado sem parar, como na idéia hindu de eterno retorno e encarnação” (p. 118). A idéia de redundância não está presente no plano da infinitude, a infinitude, por sua vez, liga-se à idéia de Deus e da Divina cadeia do ser, sendo que aí nada pode ser redundante. “Se a vida pré-moderna era

2 Conceito utilizado pelo sociólogo francês Loic Wacquant para definir os espaços produzidos por políticas extremas de “guetização”, espaços esses que acabam por perderem os poucos aspectos positivos do gueto, em particular, a capacidade de produzir e de sustentar, mesmo com dificuldade, uma rede modesta de instituições comunitárias que atendam às necessidades básicas de seus residentes.

uma recitação diária da duração infinita de todas as coisas, com exceção da existência mortal, a vida líquido-moderna é uma recitação diária da transitoriedade universal” (p. 120).

Nessa ótica, a redundância seria uma invenção contemporânea, produto do excesso, característica marcante da modernidade. Ao convite para uma discussão sobre “cultura e eternidade”, o autor indica que nós, seres humanos, sabemos que somos mortais, destinados a morrer; e, conviver com essa possibilidade nos causa uma forte inquietação. Se não fosse pela cultura, essa convivência seria impossível, é ela que consegue transformar o horror da morte numa passagem para outra vida, a qual é marcada pela eternidade. Quando o medo da morte sai de cena, aparece o medo da vida, que, por sua vez, faz com que tenhamos uma abordagem calculista da vida. Não existe uma população humana que não tenha a eternidade como algo evidente. A eternidade, tal como foi pensada nas sociedades pré-modernas, não se sustenta mais na sociedade líquido-moderna. A espera e o atraso se transformaram em estigmas de inferioridade. Vivemos, segundo Bauman, na era do curto-razismo. “Esperar é uma vergonha, e a vergonha de esperar recai sobre aquele que espera” (p. 135). E, conclui: “Vivemos na era do desengajamento, da desconfiança, do esquecimento”. A viagem é mais desejada que a chegada, não é à toa que beleza e felicidade são os ideais mais almejados da modernidade, porém ninguém nunca será belo e feliz, por completo. Não importa se o objetivo será alcançado, persistir na sua busca já é suficiente, é esse percurso que dá sentido à nossa existência.

Em *Vidas desperdiçadas*, Zygmunt Bauman nos convida a uma reflexão apurada do caminho trágico a ser trilhado por indivíduos em diversas partes do mundo, caminho esse que nos conduz a uma exclusão forçada e que é, ao mesmo tempo, inerente ao convívio social. Astúcia reflexiva e sensibilidade aguçada fazem dessa obra um item indispensável para aqueles que se preocupam com o destino da humanidade.

## Vida a beira do abismo: juventude, drogas e invisibilidade

Ana Tereza Lemos-Nelson – UFRN/UFPE

ATHAÍDE, Celso; MV Bill; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

O livro não “faz gênero”, embora possa estar inaugurando um, então não é preciso começar essa resenha pelo contexto literário ou setorzinho acadêmico em que se confinaria. Mas talvez essa afirmação não esteja tão correta, visto que chega perto, com as distâncias históricas e culturais, dos textos do movimento dos direitos civis americanos, escritos por seus poetas ou militantes<sup>1</sup>, essa mistura ansiosa e impertinente de exposição do óbvio que ninguém queria ver, com as palavras que ninguém ousava dizer, quebrando a cumplicidade do pacto do silêncio classe média, rasgando nosso peito para deixar sair a emoção contida, o tremor de tsunami que sentimos sob nossos pés quando caminhamos em qualquer aparente calma pensando no nosso futuro como povo. O empreendimento comum de um rapper de voz nacional, de um produtor cultural que sempre abriu caminhos no aparente impossível, e do cientista social, poeta cotidiano, que entra e sai em fardas políticas como antropólogo fascinado pela pesquisa-ação não só nos leva à *Cabeça de porco*, mas às suas entranhas doloridas. um texto sobre o movimento, em movimento, no movimento político.

Os meninos invisíveis que falam no livro são as vítimas passadas, presentes e futuras, presas nas intrincadas redes de todas nossas equivocadíssimas escolhas passadas e presentes sobre política de drogas, direitos de cidadania, prerrogativas policiais, políticas sociais e culturais que formam uma trama tão

densa que nos garante o egoísmo, cegos óculos de filtro solar para não ver na luz, que funciona como muro de tão grosso, e os torna, do outro lado, meninos invisíveis, em suas lutas sangrentas nos guetos de todo país, nas cordas bambas entre o ser e o não-ser. Invisível é aquele que não tem a chance de ver o reconhecimento nos olhos dos outros. Até antes de *Cabeça de porco* era possível dizer que a gente não sabia, passavam por nós, mas não eram do nosso mundo. O livro mostra que somos todos responsáveis.

Ficam invisíveis também porque morrem tão mais rápido entre os 15 e 24 anos que já se abrem rombos nos mapas estatísticos. E quando se lhes dá a oportunidade de voz, essa invisibilidade vai sendo preenchida com carne, ossos, corações, famílias, desejos, tão como os nossos, leitores de jornais, e trajetórias de profundas privações e escolhas difíceis e quase sempre fatais, que não teríamos a menor idéia de como resolver sem pelo menos uma ida ao psicanalista. Perto de nós, os invisíveis se agigantam na luta constante por re-humanização, mas a arma, que apontam como instrumento para exigir visibilidade, um dia os mata.

Embora se imagine que o tema central seja o mundo das drogas, já que a pesquisa de campo foi feita ao risco da própria pele dos três pesquisadores nos buracos quentes de grandes cidades de Norte a Sul, o desafio é a pergunta grande demais para a resposta: é possível uma vida em comum, é possível resgatar uma sociedade e um Estado de seus farrapos? É possível nos resgatar, em conjunto, de nossas mentiras e omissões assassinas? Temos coragem de

<sup>1</sup> Luiz Eduardo resgata com versatilidade o conceito de “Homem Invisível”, de Ralph Ellison, homenageando o clássico do movimento dos direitos civis.

interromper o carnaval e despír a máscara cordial do nosso racismo que discrimina, separa, culpabiliza, invisibiliza e finalmente mata com a frieza das normas culturais politizadas e naturalizadas? Atenção: não mata apenas pessoas negras: mata identidades, canibaliza a solidariedade, impossibilita as normas compartilhadas de ordenação pacífica da sociedade, fratura o que se poderia chamar de Bem coletivo, impossibilita completamente qualquer noção de segurança pública, porque nada é público, nem é de todos, nem é transparente, nem pressupõe cidadãos e cidadãs conscientes discutindo com franqueza as alternativas, estendendo as mãos, os corações e as mentes, se apropriando daquele poder que Hannah Arendt sempre via como oposto ao poder armado: o poder de ação política. Quanto mais o poder é armado, e quanto mais montado em tabus, não há possibilidade de mudança pela via da política. Que poderosa dupla de tabus: política de drogas e racismo! Que intrincada dupla de ideologias para nos manter com os olhos ofuscados, tanta gente invisível, tanto sofrimento reproduzido *ad infinitum*.

Para os autores de *Cabeça de porco* é hora de tirar a idéia de paz do quadrinho na parede e trazê-la para o espaço público, antes que ela vire ex-voto de cera. Falamos de paz positiva, de uma vida com justiça social, econômica e cultural, de vida desfrutada em comum. Mas para se desencadear uma transformação, é preciso primeiro conhecer o que queremos mudar. Isso, para Luiz Eduardo, transforma o livro numa ponte de sentido entre o real e a ação sobre ele. Por isso se despe da linguagem acadêmica, enfrenta a questão da raça na raça, e das drogas no barato natural, na energia intelectual dos que não passaram pela lavagem cerebral das novelas das oito. Mas, avisam os autores: a pergunta é maior que a resposta: e se esse mundo brasileiro não der certo? (Sempre achamos que daria, apesar da beira do abismo). A esperança é um compromisso ético, escudo contra a omissão.

Temos que começar reconhecendo como um todo nosso universo fracionado, a invisibilidade como uma disputa por espaço legítimo, por reco-

nhecimento nos olhos dos outros. Mas enquanto uns lutam para não serem reconhecidos como portadores de carteira num ônibus apertado, outros lutam por reconhecimento como seres dignos de direitos, respeito, e futuro. A qualidade necessária, a virtude mais primária nesse difícil processo, não é a simpatia – sentir com – mas sim sendo diferente, se permitir se colocar no lugar do outro, e sentir o que ele sente. Será que daríamos outra chance a nós mesmos? Os estudiosos da paz não encontraram essa empatia necessária nos principais países que passaram por limpeza étnica, onde o processo de reconciliação encontra a barreira dos ódios subterrâneos. Parece com nosso modelo de invisibilidade. Mas temos uma vantagem: cada um pode começar por si mesmo, não é preciso ficar esperando a mudança para mudar. Basta se desarmar interiormente para ver, se reverter e reagir. É nesse diferencial positivo que *Cabeça de porco* aposta.

## Expansão e descontrole da segurança privada no Brasil

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – UFRN

CUBAS, Viviane de Oliveira. *Segurança privada a exploração dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 176 p.

Viviane de Oliveira Cubas é uma jovem e brilhante pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), que vem oportunamente nos brindar com seu estudo sobre a segurança privada na cidade de São Paulo. Originariamente foi escrito como dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, orientada pelo Prof. Dr. Sergio Adorno.

Segundo Cubas, a segurança privada surge como algo que possibilita a manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e de descrédito da população perante as instituições encarregadas de manter a ordem e controlar os conflitos. Diante disso ela aborda no seu trabalho, o serviço de vigilância oferecido por empresas da cidade de SP, nos anos 90, a sua rápida expansão no mercado e a aceitação deste serviço por parte da população.

O primeiro capítulo, *O público e o privado e na tradição social brasileira*, Cubas apresenta como a sociedade brasileira trabalha com as noções de público e privado, mostrando que o entendimento da fluida divisão que entre esses dois mundos é fundamental para compreensão do processo de expansão dos serviços de segurança privada.

Primeiramente, buscou uma teoria para a formação do Estado Moderno, onde deu ênfase ao trabalho de Norbert Elias. Em seguida, o enfoque foi dado aos autores que trabalham com diferentes abordagens sobre a colonização do Brasil e a formação do Estado brasileiro, suas características, o uso

dos poderes locais e, a ausência do poder público e, sobretudo, a fraca definição das fronteiras entre a esfera do público e a esfera do privado, justamente no tocante à segurança pública, para isso recorreu as análise de Oliveira Vianna (1973), Gilberto Freyre (1977), Roberto DaMatta (1991), Wanderley Guilherme dos Santos (1992), Boaventura de Sousa Santos (1998), entre outros.

Considerando o que já foi produzido pelos diversos autores, fica claro que a sociedade brasileira é profundamente marcada por relações orientadas por interesses particulares em detrimento de interesses coletivos. Com a sociedade brasileira ainda preservando suas características particularistas, a atual expansão das empresas de segurança privada pode representar uma radicalização de uma característica tradicional dessa sociedade no tocante à questão da segurança pública.

Considerando que a violência é um fenômeno que toca no cerne da cidadania, pois incide no direito à integridade física das pessoas, a credibilidade e a legitimidade do Estado, como provedor dessa integridade, ficam abaladas num contexto de iniciativas particulares para a resolução do crescente aumento da violência.

O segundo capítulo, *Segurança privada e política de segurança pública em São Paulo*, relata os estudos realizados sobre segurança pública, as políticas públicas existentes e as formas de *accountability* das forças públicas e dos efetivos de segurança privada em outros países.

Cubas relata experiências descritas em três textos. Um deles, publicado pela Policing and Society, em 1995, aborda o enfoque dado às pesquisas sobre segurança privada. Outro descreve os resultados de obtidos a partir da realização, pela Fundação Canadense para as Américas (Focal), de um *workshop* sobre a privatização da segurança na América Latina, mostrando as experiências da Argentina, Honduras e México. A discussão envolveu oficiais dos governos, juízes, especialistas sobre a polícia, acadêmicos, representantes de movimentos de direitos humanos e organizações policiais. Também o texto preparado pelo “Vera Institute of Justice”, publicado em agosto de 2000, discute a questão do *accountability* no caso da segurança privada e, para isso, conta com os exemplos de três experiências desenvolvidas em Nova York, Joanesburgo e Cidade do México.

Após o relato das três experiências apresentadas no *workshop* (Argentina, Honduras e México), a autora chega à conclusão de que a privatização da segurança nas Américas é um sintoma de segurança pública frente ao crescimento da criminalidade. É um importante fator da perda da capacidade das instituições do Estado em cumprir a sua principal obrigação da segurança individual e coletiva de seus cidadãos. A privatização da segurança também vem abalando a governabilidade e as instituições democráticas na América Latina e Caribe, pois as estruturas de *accountability* são insuficientes ou não existentes para as forças de segurança privada. A segurança privada ameaça democracia também porque introduz métodos de mercado para a justiça e serviços policiais, o criando duas camadas de cidadania, aqueles que podem e aqueles que não podem pagar pela segurança. E, por último, há várias causas para o fenômeno, como a falta de recursos do Estado, falta de competência, tráfico de armas, criminalidade, entre outras.

O relatório *The public accountability of private police* do Vera Institute of Justice apresenta três experiências distintas da aplicação da segurança privada e suas respectivas formas de *accountability* e afirma que a privatização da segurança é algo irreversí-

vel e sugerindo que a privatização de alguns serviços pode ajudar a polícia pública a centrar esforços nas atividades que requerem maior conhecimento e treinamento. Um ponto fundamental de reflexão e preocupação encontrado nessas experiências é que as polícias privadas estão desempenhando papéis quase idênticos aos da polícia pública.

No terceiro capítulo, *O processo de expansão das empresas de segurança privada em São Paulo*, há um enfoque histórico das empresas de segurança, sobre seu surgimento e desenvolvimento, as conseqüências da sua expansão, inclusive uma discussão sobre serviços clandestinos. Destaca-se o fato que grande parte dos recursos humanos que exercem ou organizam as empresas de segurança privada são oriundos ou ainda pertencem aos quadros da segurança pública.

Neste capítulo, Cubas enfatiza que a legitimidade de um governo está intrinsecamente relacionada à sua capacidade em manter a ordem e que essa capacidade e autorização para o uso da força física na manutenção dessa ordem emana dos cidadãos, tornando-se fundamental que estes mesmos cidadãos possam ter controle sobre a maneira como esse poder é exercido, mas essa é uma questão que não está presente nas discussões acerca da expansão da segurança privada.

Por fim, o quarto capítulo, *Estrutura e funcionamento das empresas de segurança privada: seleção, recrutamento e treinamento dos profissionais em segurança privada*, aborda os processos de seleção e treinamento dos profissionais do setor de suas formas de *accountability*.

Cubas situa que conforme estabelece a Lei 7.102, cabe a Polícia Federal todo o controle sobre as empresas de segurança privada do país, mas explicita neste capítulo o quanto este controle ainda é insipiente. E seguindo uma lógica de mercado, para os empresários deste ramo, o controle mais importante é o exercido pelos próprios clientes da empresa e pela propaganda que a mídia faz sobre os seus serviços.

A necessidade de um controle externo sobre as polícias privadas é uma relevante preocupação

da autora e espera-se que num país democrático, o debate sobre a segurança não se limite à lógica de mercado, da simples relação compra e venda de serviços, e ser torne uma discussão realmente de domínio público.

Cubas termina o livro, destacando que apesar das sociedades de democracia tradicional e consolidada enfrentarem os desafios de controlar os serviços de segurança privada, esse problema é muito maior no caso de sociedades como a brasileira, onde há persistência de graves violações de Direitos Humanos e o não respeito aos direitos civis. A oferta de serviços privados de segurança pode não representar um problema em sociedades em que esse serviço funciona como um complemento à atividade de segurança pública e onde o Estado tem um forte controle no funcionamento e fiscalização das empresas. Numa sociedade extremamente desigual, na qual o poder público não consegue garantir a segurança pública de sua população, esses serviços funcionam como um substituto à segurança pública, como uma opção para os que podem pagar por sua segurança.

A leitura deste livro abre o debate sobre a expansão dos serviços de segurança privada, fomenta o debate público dos caminhos de enfrentamento da violência e apresenta os riscos que o descontrole da segurança privada agrava o quadro de insegurança e desproteção da sociedade brasileira. Esse livro constitui-se uma leitura essencial para todos preocupados e interessados nos caminhos da política de segurança brasileira, assim como seus reflexos e interligações com a cidadania e a democracia brasileira.





## Escuchando lo social

María Eugenia Domínguez – UFSC

ULHÔA, Martha; OCHOA, Ana María (Org.). *Música popular na América Latina: pontos de escuta*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

La compilación dirigida por Martha Ulhôa y Ana María Ochoa nos brinda con una serie de artículos imprescindibles para aquellos estudiosos que, desde las distintas perspectivas ofrecidas por las disciplinas de las ciencias sociales, emprenden la tarea de describir y comprender los mundos sociales a través de lo sonoro.

El libro reúne la conferencia inicial y otros artículos seleccionados de entre las presentaciones realizadas en la quinta reunión de la Asociación Internacional para el Estudio de la Música Popular, en su sección latinoamericana (IASPM-LA), que tuvo lugar en junio de 2004 en Rio de Janeiro. Dicha organización – que ya realizó su sexto encuentro internacional en Buenos Aires, durante el mes de agosto de 2005 – ha permitido que estudiantes, investigadores y personas interesadas en la música popular y urbana latinoamericana, encuentren un espacio de discusión sobre las tendencias contemporáneas en este campo de conocimientos. En la introducción del volumen, encontramos una breve descripción histórica de la formación de la sección latinoamericana de IASPM, que revela el esfuerzo de un grupo de investigadores de diferentes países para poder formalizar la organización, lo que ocurrió recién en 1997, aunque sus mentores venían gestando la idea ya desde el año 1995. En 2004, el encuentro se articuló en cuatro ejes: Música popular y (des)territorialización: ciudad, lugar y globalización; Música popular y violencia: sujetos y objetos, límites, condiciones y significados; Géneros de la música popular: samba, tango, choro, son bolero, nueva canción, rock, rap,

etc.; Puntos de escucha: enfoques y métodos en el estudio de la música popular. Las contribuciones de los participantes en dichas jornadas nos colocan una vez más frente a las considerables ventajas heurísticas de aquellos debates surgidos a partir de diálogos comparativos basados en estudios de corte etnográfico o “estudios de caso”. Los artículos que Martha Ulhôa y Ana María Ochoa seleccionaron para incluir en este volumen bilingüe – que incluye textos en español y en portugués – son una muestra de la calidad en el análisis que caracteriza a este campo de conocimientos en crecimiento.

La colección se abre con un texto del renombrado musicólogo Philip Tagg, quien, con la graciosa lucidez que caracteriza a sus textos, nos advierte sobre la importancia de tener en cuenta la omnipresencia de la música popular masiva y su papel fundamental en la socialización afectiva de los sujetos contemporáneos. Tagg propone un método de análisis apto para personas sin instrucción en el sistema de escritura musical occidental, o sin competencia musical: cualquiera de nosotros – y por eso su propuesta es de un análisis popular de la música – puede describir y comprender musicalidades desde el momento en que todos somos capaces de dar sentido a la música que acompaña nuestra vida cotidiana. Su “análisis musemático” es justamente una propuesta de comparación de elementos sonoros similares en un mismo universo cognitivo. Como argumenta el autor, la repetición con que escuchamos ciertas estructuras musicales, en su articulación con determinadas prácticas sociales, contribuye a que

construyamos ciertos significados paramusicales que compartimos con otros miembros de las categorías sociales a las que podemos adscribir.

La argentina Alejandra Cragnoli realiza una contribución importantísima, dando a conocer un universo de la música popular de su país que raramente es considerado como un referente cuando, desde el exterior, se asocia el ethos argentino a alguna musicalidad. La cumbia, término que puede referir a cosas distintas y asociarse también a valorizaciones diferenciadas en las distintas partes del continente, asume, en la última. Cragnoli explora de modo brillante lo que eso significa en el contexto de su ciudad, especialmente entre jóvenes que viven en barrios considerados “marginales”. La música – y en este caso, la cumbia villera – en su potencial como organizadora de la experiencia de los sujetos, es una más de las hebras en la trama de violencia que se ciñe sobre los jóvenes con quienes dialoga la autora.

El artículo del sociólogo brasileño Antônio Marcus Alves de Souza echa una mirada crítica sobre los discursos integracionistas oficialmente emitidos en la organización del MERCOSUR para señalar la falta de atención a los fenómenos culturales, que, muchas veces, aproximan a sectores sociales pertenecientes a los distintos países. El autor se refiere, especialmente, a los universos sonoros compartidos, propiciados a través de la escucha masiva de determinadas bandas de rock brasileñas, argentinas y chilenas.

El texto de la antropóloga brasileña Elizabeth Travassos nos brinda con un panorama, breve pero claro, del desarrollo de diferentes perspectivas en el análisis de la música popular en Brasil. Así, nos propone un recorrido por aquellos nombres y obras fundamentales que desde distintas perspectivas disciplinares – folclore, etnomusicología, antropología, semiótica, sociología e historia – contribuyeron a constituir a la música popular como objeto de estudio legítimo en su país. Si bien las fronteras disciplinares en este campo de conocimiento son hoy difusas, esta arqueología de su formación es funda-

mental para entender ciertos debates que hasta hoy lo atraviesan.

Cláudia Neiva de Matos aborda, desde una perspectiva de la crítica literaria, las interpretaciones del sambista Nelson Cavaquinho, que con su inconfundible voz ronca de la bohemia, le sirve de inspiración para pensar la expresión de subjetividades en el lirismo de la poesía popular. Si bien el material analizado cuenta con registros escritos de las letras, el abordaje de la autora se aproxima más de ciertas contribuciones conceptuales provenientes de los estudios sobre fuentes orales, ya que es la interpretación, el modo de decir y la voz –y no necesariamente el hecho de haber escrito la letra de la canción-, lo que permite pensar en una “autoría” singular en esos sambas.

El artículo de Julia Palacios es riquísimo para todos aquellos interesados en las peculiaridades que el rock ha asumido en sus diferentes expresiones latinoamericanas, esta vez enfocando en los primordios del desarrollo del rock en México. Su etnografía con sujetos que protagonizaron los eventos que marcan esa historia, nos acerca a una interesante reflexión sobre el potencial y las limitaciones metodológicas de los estudios sobre narrativa y memoria en la construcción de historias de los géneros musicales.

El texto de Simone Luci Pereira se basa también en un estudio sobre procesos de construcción de memoria, en este caso entre los oyentes de Bossa Nova en las décadas de 1950 y 1960 en Rio de Janeiro. Abordando las relaciones entre audición, memoria y procesos cognitivos, el análisis describe el híbrido espacio-temporal de la sociabilidad urbana.

El trabajo del musicólogo Carlos Sandroni, autor de uno de los más brillantes libros recientes sobre samba, nos acerca, esta vez, a las clasificaciones que organizaban la música popular en el Brasil desde el Siglo XIX, inseparables éstas de los términos usados en otros puntos de América Latina y en las ciudades metropolitanas con que más se dialogaba. Así, indaga en los significados y usos de referentes tales como “tango” y “habanera”, para traer una concep-

ción novedosa en el ámbito de la historiografía de los géneros populares latinoamericanos.

El artículo de Samuel Araújo plantea algunas cuestiones críticas respecto de la agenda de investigación musicológica partiendo de su etnografía participativa en el universo del samba carioca contemporáneo. El autor propone privilegiar en los análisis temas de relevancia para la perspectiva nativa, cuestionando la formación tradicional de los investigadores que valorizaba la “autoridad etnográfica” y la supuesta ventaja heurística de ser un *outsider*, para alertar sobre la violencia simbólica muchas veces implícita en las valorizaciones respecto de las producciones expresivas locales.

El volumen concluye con el trabajo del colombiano Egberto Bermudez, que con una mirada crítica hacia los discursos conservadores sobre lo que el vallenato “debe ser” para seguir siendo el símbolo musical de la nación colombiana, nos abre los oídos hacia la percepción y aceptación de cambios que posibilitan que, para quienes lo escuchan y bailan, el vallenato siga siendo lo que siempre fue.

En conjunto, el volumen nos proporciona una reflexión actual sobre las herramientas teórico-metodológicas que pueden brindarnos una mejor descripción y comprensión de la música que la gente hace, escucha y baila en las ciudades latinoamericanas, y como ello se articula en las subjetividades contemporáneas. Resaltando el valor de los abordajes etnográficos e historicistas, las contribuciones al volumen nos enseñan sobre los procesos de clasificación y significación de los sonidos, a lo largo del tiempo y en los distintos espacios latinoamericanos, permitiéndonos mejor comprender las relaciones entre música y formas de sociabilidad.





# RESUMOS DE DISSERTAÇÕES



## DISSERTAÇÕES/2003

BARBOSA, Maria da Conceição Alves. **Processo de descentralização do SUS: a experiência do município de São José de Mipibu.** Natal, RN, 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Profa. Dra. Ilza Araújo Leão de Andrade.

## RESUMO

Este estudo analisa o processo de descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) a luz da Constituição de 1988, suas leis e normas operacionais básicas, tomando como eixo de análise a evolução do SUS no município de São José de Mipibu – RN, a partir de 1994, quando o município, no avanço da municipalização passou a ter a autoridade para definir e avaliar seus prestadores de serviços.

Palavras-chave: Descentralização. Saúde Pública. Sistema Único de Saúde (SUS).

## ABSTRACT

This present study analyzes the decentralization process of the Sistema Único de Saúde (SUS), the national health system, according to the Brazilian Constitution of 1988 and its basic operational law and rules, having as axis of analyses SUS evolution in the town of São José de Mipibu – RN since 1994, when the town, in the development of municipalization, turned out to have authority to define and evaluate its renders of services.

Key words: Decentralization. Public Health. System of Health (SUS).

NOBRE, Itamar de Morais. **A fotografia como narrativa visual.** Natal, RN, 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Profa. Dra. Vânia de Vasconcelos Gico.

## RESUMO

As imagens fotográficas possuem a peculiaridade de conter na sua composição a história visual do universo social ao longo do tempo. Assim, a fotografia pode tornar-se suporte empírico de pesquisas e ser considerada elemento revelador da história e do espaço sociocultural no qual o homem está inserido, sendo as informações neles contidas uma possibilidade de comunicação visual, a partir da compreensão dos seus significados. O propósito deste trabalho é compreender e discutir “a fotografia como narrativa visual” refletindo as potencialidades do significado dos seus códigos visuais no processo histórico-cultural e suas qualidades sócio-culturais, atribuindo-lhe um sentido de fonte de informação para a apreensão do contexto social. A partir dos referentes selecionados, interpreta-se, através de imagens fotográficas do cotidiano dos habitantes de Diogo Lopes (Macau/RN) e Venha Ver/RN, a história visual deste universo enquanto repositório do processo cultural.

Palavras-chave: Fotografia. Narrativa Visual. Cultura. Sociedade.

## ABSTRACT

The photography images has the peculiarity of containing, in their composition, the visual history of the social universe built through the time; thus, photography can become empirical research support and be considered as the revealer element of the social-cultural space and communication, beginning from the comprehension of this means. The purpose of this work is to its visual codes meanings in the social-historic process and its sign qualities, bestowing to it a sense of information source for the social context understanding. From the selected referents is interpreted, through photographic images of the inhabitants quotidian of Diogo Lopes (macau/RV) and Venha Ver/RN, the visual history of universe as the cultural process repository.

Key words: Photography. Visual narrative. Image. Culture. Society.



RODRIGUES, Francisco Giovanni Fernandes. **Um discurso modernista conservador: o futurismo de Manoel Dantas.** Natal, RN, 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista.

### RESUMO

Este trabalho é uma análise da conferência Natal daqui a cinquenta anos, realizada pelo jornalista Manoel Dantas no Salão de Honra do Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em 21 de março de 1909. Partindo de uma breve contextualização histórica em que procuramos situar a conferência no contexto da modernidade do ambiente político-cultural local, e utilizando as técnicas de análise de conteúdo procuramos demonstrar que esta conferência é uma peça ideológica de legitimação e celebração da elite então reinante na capital do Estado. Observando que a conferência ocorre num momento de acentuado processo, conduzido pela elite local, de modernização da cidade e da sua vida social, consideramos que as representações da cidade do futuro urdidas no texto da conferência são uma expressão da auto-representação dessa elite, que incluía a perpetuação da sua imagem através dos símbolos referenciais da cidade do futuro. Analisando as representações e os conteúdos ideológicos constituintes da conferência, chegamos à conclusão de que o autor, na construção da sua conferência se utiliza de técnicas discursivas que levam a uma heroicização dos próceres da oligarquia Albuquerque Maranhão, que então dominava o Estado, e ao enaltecimento daquela elite que se pretendia – e em vários aspectos o era – a encarnação do moderno, do progresso e do futuro, no Estado do Rio Grande do Norte. Associando momentos de humor e de culto, matizada por tons de elegia e devaneio, a conferência funciona como uma manifestação estruturada e esteticamente elaborada de um discurso de autolegitimação e celebração da elite natalense.

Palavras-chave: Ideologia. Representações Sociais. Discurso. Elite. Modernidade.

### ABSTRACT

This work is a analysis of the conference “Natal daqui a Cinquenta Anos” (Natal Fifty Years From Here), made by journalist Manoel Dantas at Rio Grande do Norte State contextualization, searching to point out the conference in modernity, in local and journalistic cultural life, and using speech’s technical analysis, we look for demonstrate that conference is a ideological part of legitimation and celebration of reigning elite at process in city’s modernization and its social life, we think that futuristical representations waved in conference’s text are a self-representation’s expression oh that elite, of their time and of the future that they intended to bequeath to their sons. Analysing conference’s representations and it ideological contents, we arrive to a conclusion that the author, building his conference, uses speech’s techniques that leads to make heroes his leaders from Albuquerque Maranhão family, who dominate State in that time, to make great an elite who intended themselves – and in several aspects is was – incarnation of modern, future and progress.

Key words: Ideology. Social representations. Speech. Elite. Modernity.

VAN DEN BERG, Irene de Araújo. **As representações do mal no discurso da Renovação Carismática Católica.** Natal, RN, 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carvalho de Assunção.

### RESUMO

Este trabalho aborda os discursos do mal na Renovação Carismática Católica (RCC), a partir da análise de algumas publicações e de eventos de grande envergadura, promovidos pela Associação Anuncia-me, na cidade de Natal. Compreende a reprodução dos discursos do mal, enquanto mecanismo de afirmação identitária e expressão de estratégia de controle e dominação, assentados

num universo de representações sociais que as legitima. Apresenta a construção destes discursos do mal, sob a forma de enunciados depreciativos e estigmatizados, que identificam especialmente alguns segmentos religiosos não-cristãos com a dimensão maléfica, gerando, então, relações que favorecem a tensão e o conflito. A pesquisa priorizou a observação de campo e o relato etnográfico como instrumental para a compreensão das relações sociais engendradas na prática carismática, ao mesmo tempo em que se debruçou sobre as publicações da RCC, como forma de extrair a tônica do discurso que subsidia essa prática. Verifica que, a partir de uma relação contrastiva, a RCC constrói uma identidade católica por oposição a outras crenças e práticas, criando, assim, uma dinâmica que permite os carismáticos marcarem uma posição de força no campo religioso brasileiro.

Palavras-chave: Renovação Carismática Católica. Representações. Discursos. Religião.

### RÉSUMÉ

Cette étude aborde les discours du mal dans la *Rénovation Charismatique Catholique* (RCC), à partir de l'analyse de quelques publications et de grands événements, promus par l'Association *Anuncia-me*, dans la ville de Natal. Il comprend la reproduction des discours du mal, comme un mécanisme d'affirmation identitaire et expression des stratégies du contrôle et de la domination, plaçant dans un univers des représentations sociales que les légitime. Il présente la construction de ces discours du mal, comme production des énoncés dépréciatifs et stigmatisants, qui identifient spécialement quelques groupes religieux non-chrétiens avec la dimension maléfica, produisant, alors, des relations qui favorisent la tension et le conflit. La recherche a priorisé l'observation et le discours ethnographique comme instrument pour la compréhension des relations sociales engendrées dans la pratique charismatique, au même temps qu'elle s'est penchée sur les publications de la RCC, comme forme d'extraire la tonique du discours qui subsidie cette pratique. Elle vérifie que, à partir d'une relation contrastive, la RCC construit une identité catholique par opposition aux autres croyances et pratiques, créant, de cette façon, une dynamique qui

permet aux charismatiques une position de force dans l'univers religieux brésilien.

Mots-clés: *Rénovation Charismatique Catholique*. Représentations. Discours. Religion.

## DISSERTAÇÕES/2004

ACCIOLY, Sheila Mendes. **Ideologia e utopia: uma visão do jornalismo**. Natal, 2004. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Alípio de Souza Filho.

### RESUMO

O ideário do jornalismo se mostra no ethos do profissional, na sua identidade, sob a dupla égide da ideologia e da utopia. As marcas obtidas a partir de depoimentos de jornalistas do Rio Grande do Norte mapeiam o imaginário da profissão, usando a análise de discurso.

Palavras-chave: Utopia. Imaginário. Jornalismo. Ideologia.

### ABSTRACT

The imaginary of the journalism it shows in the ethos of the professional, in your identity, under the double aegis of the ideology and the utopia. The marks gotten from depositions of journalists of Rio Grande do Norte plots the imaginary of the profession, using the analysis of speech.

Key words: Journalist. Imaginary. Journalism. Ideology.

AGUIAR FILHO, José Dario de. **Judiciário, democracia e clientelismo: um estudo acerca do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e o Instituto do Quinto Constitucional**. Natal, 2004. 167f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso.

## RESUMO

O presente estudo trata das diversas formas de clientelismo usadas para preenchimento de cargos de desembargador, reservados ao Instituto do Quinto Constitucional do Tribunal de Justiça de Pernambuco, empreendendo-se a uma reconstituição da memória histórica dos setenta anos de existência desse Instituto. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa direcionada a desvendar, primeiro, o restabelecimento da memória histórica do Instituto do Quinto Constitucional do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Baseado nesses dados, se empreendeu a constatação de que a cada cargo de desembargador vago, com preenchimento reservado ao Quinto Constitucional, acerca da eventual interferência do fenômeno clientelista na escolha e nomeação. Com base nos elementos levantados, direciona-se a responder: O Instituto do Quinto Constitucional é de natureza democrática ou se revela como resultado de interesses corporativos do Ministério Público e da classe dos advogados? 2<sup>a</sup>) Presta-se o Instituto do Quinto Constitucional para funcionar como um mecanismo de interferência do poder executivo no poder judiciário? 3<sup>a</sup>) Existe a presença do fenômeno clientelista no preenchimento dos cargos de desembargador reservado ao Quinto Constitucional? Para estas e outras indagações, acerca do Instituto do Quinto Constitucional do Poder Judiciário de Pernambuco, esta dissertação poderá ser o ponto de partida para posteriores estudos que apontem as soluções esperadas. Outrossim, salienta-se que, com o advento da Constituição de 1988, foi estabelecida a participação do Ministério Público e da OAB no processo de escolha de integrantes do Quinto Constitucional, passando este a se afigurar mais democrático pela presença das indicações em listas sêxtuplas elaboradas por essas instituições de reconhecida importância, como representantes de classes essenciais ao bom funcionamento do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Instituto do Quinto Constitucional. Interferência política. Clientelismo e caráter democrático.

## ABSTRACT

The present study treats about the several clientelismo forms used for the appointment of chief judges, reserved

to the Institute of the Fifth Constitutional of the Tribunal of Justice of Pernambuco, by which we try to reconstitute the historical memory of the seventy years of existence of that Institute. Our starting point was a research addressed to unmask, firstly, the re-establishment of the historical memory of the Institute of the Fifth Constitutional of the Tribunal of Justice of the State of Pernambuco. Based on those data, we could verify that each position of chief judge vacancy, with appointment reserved to the Fifth Constitutional, was object of eventual interference of the phenomenon typified as clientelismo in that choice and appointment. Based on the collected data, we make some questions: 1) Is the Institute of the Fifth Constitutional of democratic nature or is it revealed as a result of corporate interests of the public prosecution service and of the lawyers' class? 2) Is the Institute of the Fifth Constitutional being manipulated as a mechanism of interference of the executive power in the judiciary power? 3) Does the presence of the phenomenon clientelismo exist in the appointment of chief judge positions reserved to the Fifth Constitutional? For these and other inquiries, concerning the Institute of the Fifth Constitutional of the Judiciary Power of Pernambuco, this dissertation can be the starting point for subsequent studies indicating the expected solutions. Likewise, we pointed out that, with the making of the Constitution of 1988, the participation of the public prosecution service and of OAB has been established in the process of choice of members of the Fifth Constitutional. This change turned this process more democratic due the presence of the indications in sextuples lists elaborated by those institutions of recognized importance, as representatives of essential classes to the good functioning of the Judiciary Power.

Key words: Institute of the Fifth Constitutional. Political interference. Clientelismo and democratic character.

ASSIS, João Batista Lucena de. *Os crimes eleitorais no Seridó na República Velha*. Natal, RN, 2004. 405 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de

Pós-graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. José Antônio Spinelli Lindoso.

### RESUMO

O tema é Os Crimes Eleitorais no Seridó na República Velha. O período ao qual a pesquisa se detém, está entre 1889 e 1930 e na especificidade da pesquisa o período entre 1894 e 1897. O aporte teórico recorre à literatura sobre a constituição e a consolidação da República no Brasil, abordando temas como: sistema político oligárquias e coronelismo, assim como a legislação eleitoral em suas partes penais. A pesquisa busca esclarecer questões pontuais como: definição de crime e fraude eleitoral, como também, a diferença entre crime e fraude eleitoral. Nosso objetivo é empreender uma análise que procura identificar a cultura política e as relações de poder, relacionando as lideranças envolvidas nos processos crimes, apresentando os motivos de tais atos. A pesquisa tem caráter documental e histórico e o material empírico são os processos crimes pertencentes ao acervo histórico do LABORDOC – CERES/UFRN, Campus de Caicó. O trabalho com o material empírico, parte da seleção e fichamento de processos, com transcrição e análise dos que estão diretamente ligados ao tema. A justificativa é dissertar sobre um tema pouco trabalhado na história do RN e do Seridó. Sua originalidade está na análise dos processos-crimes.

Palavras-chave: Crimes eleitorais. Sistema político. Oligarquia e coronelismo.

### ABSTRACT

The theme will be The Electoral Crimes in Seridó during the Old Republic. The period to which the research will investigate will be the between 1889 to 1930 and in the particular the period between 1894 and 1897. The theoretical contribution falls back on the literature about the constitution and consolidation of the Republic in Brazil making an approaching of themes as: Political system, oligarchies and coronelismo, as well as the electoral legislation in its penal parts. The research tries to clarify important questions as: definitions of crimes electoral

frauds and the difference between crime and electoral fraud. Our objective is to go about an analysis that tries to identify the political culture and the relationships of power, relating the leaderships which are involved in the crimes during the electoral processes, showing the reasons of such acts. The research has historical documental character and the empiric material will be the processes about the electoral crimes, which to the historical collection of LABORDOC – CERESIUFRRN Campus from Caicó. The work with the empiric material will be done with the selection and directories of the processes, transcription and analysis, of those ones which are straight linked to the theme. The justification is to lecture on a theme little investigated in the history of Rio Grande do Norte and of Seridó. Its originality is in the analysis of the processes about the electoral crimes.

Key words: Electoral crimes. Political system. Oligarchy and coronelismo.

BARBOSA, Cláudia Maria Formiga. **Da ilusão do sujeito**: um estudo sobre a eficácia da ideologia. Natal, RN, 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Alípio de Sousa Filho.

### RESUMO

Consistindo em uma articulação entre a teoria da ideologia e psicanálise, a argumentação construída nesta dissertação visa produzir uma das respostas possíveis à questão da eficácia do discurso ideológico na sociedade, tomando como base a teorização da psicanálise sobre a constituição do sujeito. A permeabilidade do indivíduo humano ao simbólico – que pressupõe a alienação ao outro como via de sua constituição como sujeito – é aqui apontada como uma estruturação que torna esse indivíduo um campo favorável à eficácia do discurso ideológico. As identificações em que se apóia a formação da instância do eu no psiquismo e a relação imaginária como dimensão central das interações interhumanas são

elementos da teoria psicanalítica de que nos utilizamos para compreender como ocorre o ingresso dos indivíduos nos universos de significação que os constituem em sujeitos, possibilitando também o entendimento de como se estrutura a adesão dos indivíduos às instituições sociais. A objetivação dos indivíduos humanos no mundo dá-se, necessariamente, por meio da sua adesão aos discursos que compõem a realidade. Assim, um outro aspecto a que este trabalho faz a alusão é o da realidade como tessitura realizada pelos indivíduos, entre o simbólico e o imaginário.

Palavras-chave: Ideologia. Psicanálise. Sujeito. Imaginário.

### RÉSUMÉ

Consistant à une articulation entre la théorie de l'idéologie e la psychanalyse, l'argumentation présentée dans cette étude essaye de répondre la question de l'efficace du discours idéologique, soit chez l'individu, soit dans la société, à partir de la théorie psychanalytique du sujet. La perméabilité de l'individu humain au symbolique – ce qui présuppose l'aliénation dans le rapport à l'autre en tant que voie de la constitution du sujet lui-même – c'est ici indiquée comme une structuration qui transforme l'individu en champ favorable à l'efficace de l'idéologie. Les identifications sur lesquelles s'appuie la formation de l'instance du moi dans le psychisme, et la relation imaginaire comme dimension centrale des rapports inter-humains, sont-ils des éléments de la théorie psychanalytique que suggèrent comme se développe l'entrée des individus dans les univers de signification, et de même que sa constitution en sujet, permettant aussi la compréhension du processus d'adhésion des individus aux institutions sociales. L'objectivation des individus dans le monde humain dépend de l'adhésion de ceux-ci aux discours qui constituent leur réalité. Ainsi, un autre aspect développé par cette étude c'est ce de la réalité en tant qu'une tessiture, entre le symbolique et l'imaginaire, réalisée par les individus eux-mêmes.

Mots-clés: Idéologie. Psychanalyse. Sujet. Imaginaire.

BARRETO, Emanuel Francisco Pinto. **Eleições para o governo do RN 2002: a cobertura do diário de Natal/O Poti; os discursos, as manchetes.** Natal, RN, 2004. 361 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista.

### RESUMO

Objetivo deste trabalho é analisar a cobertura e o tratamento editorial do Diário de Natal/O Poti relativo à campanha para eleição para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 2002. A análise será feita a partir do marco teórico do newsmaking, da hipótese do *agenda setting* e do enquadramento (framing) dos fatos noticiados. Tendo em vista que o jornalismo, em especial o jornalismo político, integra o processo sobre o qual noticiosamente se debruça, o *newsmaking*, com seus estudos a respeito da cultura jornalística permitirá uma compreensão de como a presença dos atores políticos também influencia na formulação dos enquadramentos. O *agenda setting* será utilizado como lente teórica na conclusão do trabalho, quando da análise de notícias e a conjuntura em que foram veiculadas. Buscar-se-á, da mesma forma, constatar qual tipo de enquadramento predominou, bem como quais candidatos obtiveram maior visibilidade em função da cobertura que o jornal lhes destinou. Observaremos também as valências positivas, negativas ou neutras, atribuídas aos atores políticos alvo do noticiário e até que ponto o jornal cumpriu com seus anunciados propósitos de neutralidade e imparcialidade.

Palavras-chave: Eleições 2002. Campanha Política. Diário de Natal.

### ABSTRACT

The objective of this work is to analyse the coverage and the editorial treatment from Diário de Natal/Poti with regard to elections to Rio Grande do Norte's government in 2002. The analysis will be done from the theoretical mark of newsmaking, from the hypothesis of setting agenda and from framing of the announced facts.

Having in mind that journalism and specially the political journalism integrate the process where informally is, the newsmaking with your studies about the journalistic culture will allow an understanding how the politicians actors' presence also influences on framing formulation. The setting agenda will be utilized as theoretical lens in the work's conclusion, through the news and the context that they were published. It will search, same way, to evidence what kind of framing predominated, and which candidates got more visibility because the coverage the newspaper gave to them. We will observe toa the positives, negatives or neutrals valences, attributed to politicians actors target of this news service and until where the newspaper accomplished his announced proposes of neutrality and impartiality.

Key words: Elections 2002. Political campaign. Diario de Natal/O Poti newspaper.

CANELLA, Ricardo Elias Ieker. **A construção da personagem no João Redondo de Chico Daniel.** Natal, RN, 2004. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Luiz de Carvalho Assunção.

### RESUMO

O João Redondo é um tipo especial de teatro de bonecos enraizado de modo profundo na tradição popular do Rio Grande do Norte. A atualidade do brinquedo, dentro do espaço e do tempo de uma tradição que se mantém viva e ativa, em plena dinamicidade, nutrindo-se do imprevisito e da novidade é, por si só, um dos motivos para se implementar um olhar sobre este objeto, qual seja, os bonecos do João Redondo de Chico Daniel. Parte-se do pressuposto que o universo dessa manifestação, através das personas dos bonecos, representa os diferentes papéis vivenciados, por indivíduos no contexto social, localizando e evidenciando, dentro desse contexto, o homem no social e o social no homem. Ou seja, essa construção social, através do brincante, institui nos bonecos crenças, valores, costumes, hábitos que são na verdade parte de

um conjunto social – representações coletivas. O trabalho tem como objetivo principal compreender como se dá o processo de construção das personagens no João Redondo de Chico Daniel.

Palavras-chave: João Redondo. Representações coletivas. Contexto social.

### ABSTRACT

The João Redondo is a special type of puppet theater rooted in deep way in the popular tradition of the Rio Grande do Norte. The actuality of the toy, inside of the space and the time of a tradition that remains alive and active, in full self motivated, nourishing itself of the unexpected and the newness is, by itself, one of the reasons to implement a look on this object, which are the puppets of the João Redondo of Chico Daniel. Starting with the approximation that the universe of this manifestation, through personas of the puppets represents the different lived deeply papers, for individuals in the social context, locating and evidencing, inside of this context, the man in social and the social one in the mano or either, this social construction, through the brincante, institutes in the puppets beliefs, values, customs and habits, and those, in fact, are part of a social set -collective representations. This essay has as main objective to understand how this process of construction ofthe personages in the João Redondo de Chico Daniel occurs

Key words: João Redondo. Coletive representations. Social context.

FARIA, Erivan Ribeiro de. **Italianos no príncipe oitocentista: o outro e o mesmo na sociabilidade cotidiana.** Natal, UFRN, 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Alípio de Souza Filho.

### RESUMO

Esta pesquisa surgiu a partir da catalogação dos Processos-Crimes da Comarca de Caicó (1853-1900), em que se

identificou a constante presença de indivíduos de nacionalidade italiana nesses processos, ora como vítimas, ora como réus, ora ainda como testemunhas. Tem como tema central o estudo do processo de estranhamento sofrido pelas famílias italianas no território do Príncipe, por parte da comunidade local, na segunda metade do século XIX. Como resultante dessa constante presença. Foram elencados como motivos desse estranhamento o fato de serem comerciantes e usarem da usura como forma de enriquecimento fácil, o fato de trabalharem com o comércio ilícito (tráfico de escravo e roubo de jóias da santa), bem como o próprio fato de serem estrangeiros, considerados como invasores, portadores de costumes diferentes.

Palavras-chave: Grupos Sociais. Sociologia.

### RESUMEN

Esta investigación surgió a partir de la catalogación de los procesos-crímenes de la comarca de Caicó (1853-1900), donde se identificó la constante presencia de individuos de nacionalidad italiana en esos procesos, algunas veces como víctima, otras como reos y en otras ocasiones como testimonios. Hay como tema central el estudio del proceso de extrañamiento sufrido por las familias italianas en el territorio del Príncipe por parte de la comunidad local, en la segunda mitad del siglo XIX. Fueron presentados como motivos de ese extrañamiento el hecho de ser comerciantes y usar de los intereses como forma de enriquecimiento fácil, el hecho de trabajar con el comercio ilícito (son acusados de tráfico de esclavos y robo de joyas de la santa patrona del pueblo) y por la condición de ser extranjeros, considerados como invasores, portadores de costumbres diferentes.

Palabras-claves: Grupos sociales. Sociología.

FREITAS, Leandro Klineyder Gomes de. **Programa de microcrédito do fundo Ver-o-Sol de Belém do Pará: crédito convencional ou solidário?** Natal, RN, 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de

Pós-graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Fabiano Toni.

### RESUMO

O aumento do desemprego em escala mundial e suas consequências tiveram como efeito principal o agravamento da pobreza, da exclusão social e a exacerbação das desigualdades sociais. Estes problemas sociais fizeram com que surgissem as primeiras experiências com programas de microcrédito. Para a maioria dos estudiosos, os programas de microcrédito voltados exclusivamente para populações de baixa renda, não so se mostraram viáveis do ponto de vista do custo operacional e da baixa inadimplência, como contribuíram para melhorar as condições de vida das populações envolvidas. O presente estudo faz uma discussão dos Programas de microcrédito, em geral, e analisa o programa governamental de microcrédito da Prefeitura Municipal de Belém, em específico, isto é, o Fundo Municipal de Solidariedade Para Geração de Emprego e Renda – Fundo Ver-O-Sol. Esta pesquisa tem como objetivo principal: analisar se o Fundo Municipal de Solidariedade Para Geração de Emprego e Renda – Ver-O-Sol, mais conhecido por “Banco do Povo”, da prefeitura de Belém – PA, pode ser considerado como um programa de microcrédito orientado pelos princípios da Economia Solidária. Para tanto, apresenta as principais experiências de microcrédito a nível internacional, nacional, regional e local, bem como analisa e descreve as principais práticas de economia solidária, da qual alguns programas de microcrédito fazem parte. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo (entrevistas) junto aos grupos solidários do Fundo Ver-O-Sol entre outubro a dezembro de 2003. Como principais resultados da pesquisa, em geral, podemos dizer que os programas de microcrédito podem ser uma eficaz ferramenta das políticas públicas de inclusão social, desde que articulados e integrados, contribuindo para o combate à pobreza e exclusão social, bem como para a construção de uma cidade sustentável economicamente, socialmente, ecologicamente e solidária. No caso específico, podemos dizer que o programa do Fundo Ver-O-Sol pode ser considerado

como um programa de Economia Solidária, haja vista sua metodologia de crédito, seu público-alvo, suas linhas de crédito especiais que visam incluir populações específicas (mulheres chefes de famílias, pessoas de bolsa escola, egressos, e familiares do sistema penal, jovens para o primeiro emprego).

Palavras-chave: Economia sustentável. Desenvolvimento sustentável. Microcrédito.

### ABSTRACT

The recent worldwide increase in unemployment has had a strong impact on poverty, social exclusion and worsening of social inequalities. As a response to those social problems, the first experiences with micro credit programs were launched. For most scholars, micro credit programs, aimed exclusively at low-income workers, not only have proved to be feasible from its operational cost point of view and low default, but also have contributed to improve the livelihood of its target population. This study discusses Micro Credit Programs as a whole, and analyzes the micro credit program run by the Municipal government of the city of Belém, state of Pará, Brazil, known as Municipal Fund of Solidarity for Creation of Jobs and Income – “Fundo Ver-o-Sol” (See the Sun Fund), best known as “The people’s Bank.” This study aims to verify if the Fund, may be considered a micro credit program under the principles of Economic Solidarity. In order to do that, the study reviews the literature on solidary economics and micro credit experiences. Using this framework, it describes and analyzes the case of the Municipal Fund of Solidarity. The case study was carried out in Belém, where users (solidarity group) of the fund were interviewed between October and December/2003. In general, we can say from the main results of the study that micro credit programs can be a very efficient tool of public policy concerning social inclusion, as long as it is part of broader policies aimed at fighting poverty, and social exclusion. In this specific case, we can say that Fundo Ver-o-Sol program can be considered a Solidarity Economic program based on its credits granting methodology, its target group, its special lines of credit which aims to reach specific groups of people (Head-of-the

household women, families receiving economic benefits to keep their children at school, former prison convicts and young people looking for their first jobs).

Key words: Sustainable Economy. Sustainable Development. Microcredit.

MEDEIROS, Hécio Pacheco de. **Nas ondas do rádio: conversando sobre saúde reprodutiva.** Natal, RN, 2004. 260 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Profa. Dr. Vânia de Vasconcelos Gico.

### RESUMO

Discute-se a mediação educativa do rádio nas ações de saúde sexual e reprodutiva do Projeto ‘Saúde Reprodutiva’ no Rio Grande do Norte, a partir do programa “Conversando Sobre Saúde Reprodutiva” que funcionou nos municípios de São João do Sabugi, Parelhas, Currais Novos e Caicó, no período de 2001, com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP. Investiga-se como se processa a mediação educativa do rádio, capaz de influenciar mudanças de comportamento e práticas ligadas à saúde sexual e reprodutiva, como também qual foi a contribuição do programa para a recepção, interiorização e produção de significados das mensagens a partir dos conteúdos veiculados pelos programas de rádio. Interpreta-se essa mediação com o público que participou do Projeto ‘Saúde Reprodutiva’ através de entrevistas, bilhetes enviados aos programas de rádio e entrevistas com radialistas. Foi possível compreender que a mediação educativa do rádio foi sendo construída e contribuiu para que as pessoas passassem a valorizar e cuidar da sua saúde sexual e reprodutiva, incorporando práticas culturais preventivas e construindo uma teia de significados para garantir uma melhor qualidade em suas vidas.

Palavras-chave: Rádio. Prevenção Sexual. Comportamento.



**ABSTRACT**

This work presents the educational mediation of the radio in the sexual and reproductive health actions of the Project Reproductive Health of the State of Rio Grande do Norte, considering the radio programs “Talking About Reproductive Health”, which have been broadcasted in the municipal districts of São João do Sabugi, Parelhas, Currais Novos and Caicó during the year 2001. The radio programs were supported by the Population Fund of the United Nations – FNUAP. It is an investigation how it happens the mediation of the educational radio programs, if it is able to act any changes of behavior and way of life in the field of sexual and reproductive health. It is as well an investigation about the contribution of the radios programs in the reception, interiorization and production of meanings after the radios programs contents. That mediation is elucidated with the participation of the radio listener who were in contact with the Project Reproductive Health through interviews, little letter which were sent to the programs or through conversation with the broadcasters. It was possible to understand that the mediation of the educational radio programs has been improved and contributed that people valorize and care the sexual reproductive health, incorporating cultural preventive practices and constructing a web of meanings with the purpose to reach a better quality of life.

Key words: Radio. Sexual prevention. Behavior.

PEQUENO, Sandra Regina Freire. **O jogo da esquerda:** o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista.

**RESUMO**

A análise do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, HGPE, na campanha para o governo do estado em 2002 apresentou alguns avanços, em especial no que se refere ao nível da argüição dos debates políticos dos programas eleitorais. Porém, apesar disso, alguns problemas persistiram, principalmente aqueles relativos ao uso das estratégias de marketing dos programas eleitorais, em especial, a utilização do HPGE promovido pelo PT, tema dessa pesquisa. O presente estudo empreende uma análise da visão sobre o PT/RN na utilização dos aparatos midiáticos na política contemporânea. Objetiva, dessa forma, analisar as diretrizes que nortearam o trabalho articulado pela coordenação de comunicação do partido, de que forma foi trabalhado o paralelo entre “tecnólogos e ideólogos” dentro de um projeto de comunicação que necessitava ultrapassar as barreiras do anonimato e apresentar o seu candidato ao governo do Estado.

Palavras-chave: Mídia de massa. Hegemonia. Propaganda eleitoral.

**RESUMEN**

El análisis del horario gratuito de propaganda electoral, HGPE, en la campaña para el gobierno del estado en 2002 presentó algunos avances, en especial en lo que se refiere al nivel de argüição de los debates políticos de los programas electorales. Sin embargo, a pesar de eso, algunos problemas persistieron, principalmente aquellos relativos al uso de las estrategias de marketing, en especial, la utilización del HGPE promovido por el PT, tema de esa investigación. El presente estudio emprende un análisis de la visión sobre el PT/RN en la utilización de las pompas midiáticos en la política contemporánea. Objetiva, de esa forma, analizar las directrices el trabajo articulado por la coordinación de comunicación del partido, de que forma fue trabajado el paralelo entre “tecnólogos y ideólogos” dentro de un proyecto de comunicación que necesitaba ultrapasar las barreras del anonimato y presentar su candidato al gobierno del estado.

Palabras-claves: Mass média. Hegemonía. Propaganda electoral.

SOUZA, Daniela Lustoza Marques de. **Mercado de trabalho e discriminação etária**: a vulnerabilidade dos trabalhadores “envelhescentes”. Natal, RN, 2004. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinoco Beaugrand.

### RESUMO

Discussão sobre mercado de trabalho e desemprego encontra-se na pauta mundial. Muitas foram as transformações pelas quais passaram as relações de trabalho no mundo e, particularmente, no Brasil, envolvendo os processos de reestruturação das estruturas produtivas, observado o contexto econômico, social e político do país. Nesse panorama de mudanças, com um significativo número de desempregados, ganham visibilidade determinados grupos de trabalhadores que apresentam maior dificuldade em obter um posto de trabalho. Esses segmentos de trabalhadores são denominados “grupos vulneráveis” e englobam mulheres, negros, jovens e pessoas a partir de 40 anos de idade. A presente pesquisa tem como objetivo apreender a realidade dessas transformações e suas conseqüências sobre os trabalhadores, em particular aqueles a partir de 40 anos e mais, que vêm demonstrando dificuldade em conquistar um posto de trabalho em um ambiente de trabalho cada dia mais complexo e marcado por atos de discriminação e exclusão social.

Palavras-chave: Sociologia. Trabalho. Discriminação.

### ABSTRACT

The situation of the labor market and unemployment is a major topic of discussion in the world today. In Brazil, among the many transformations through which labor relations have gone in the world, the processes of restructuring of productive structures are an important variable, according to the economical, social and political contexts in the country. In this scenario of changes with a significant number of unemployed citizens, certain

groups of workers who face more difficulty in finding an occupation become more visible. These segments of workers are called “vulnerable groups” and consist of women, young and black people, as well as people at the age of forty and older. The present research aims at understanding the reality of such transformations and their consequences over workers, especially those who are forty years old and older, who have been facing more difficulty in finding an occupation, in one environment that is more and more complex and marked by acts of discrimination and social exclusion.

Key words: Sociology. Work. Discrimination.

SOUZA, Jair Ferreira de. **Podres poderes**: um estudo do endividamento como prática de dominação na sociedade brasileira: o caso dos cooperados da COOPLAB. Natal, RN, 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura e Representação. Orientador: Prof. Dr. Alípio Souza Filho.

### RESUMO

Este estudo descreve a prática do endividamento como geração de dominação e dependência de agricultores familiares. Para tanto, a pesquisa analisa o caso do endividamento da Cooperativa Mista do Assentamento da Lagoa do Boqueirão – COOPLAB e seus agricultores familiares cooperados. A situação remonta a 1973, quando se implanta, no município de Touros, o Projeto de Colonização do Assentamento da Lagoa do Boqueirão, então uma grande obra de infra-estrutura. Dez anos depois, foram assentadas as primeiras famílias (170). Atualmente são cerca de 500, distribuídas em quatro pequenas vilas: Assis, Israel, Mayne e do Sal. A COOPLAB foi criada em 1983 com flagrantes desrespeitos aos princípios do Cooperativismo, uma vez que o objetivo real seria de abocanhar recursos financeiros de programas governamentais de investimentos em infra-estrutura no meio rural, como o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária – PROCERA –, cujos recursos foram geridos, por Bancos

Estatais, no caso o Banco do Nordeste. Esse volume de recursos tornou a COOPLAB um foco de atração para grupos políticos eleitorais e técnicos projetistas. Essa união resultou em projetos fracassados e em uma dívida bancária de seis milhões de reais em dezembro de 2003, graças ao clientelismo político e à baixíssima participação dos cooperados nos destinos da Cooperativa. Tudo que foi construído está abandonado e deteriorado. Máquinas, veículos e equipamentos desapareceram. A maioria dos cooperados é analfabeta ou semi-alfabetizada e sem tradição no Cooperativismo. Compreender esse processo nos leva a enxergar a ponte que une o desenvolvimento autoritário, a concentração do desenvolvimento no Centro-Sul do Brasil e as oligarquias locais, noutra análise que abrange a visão dos atores sociais envolvidos com a Historiografia brasileira, mostrando a reprodução de práticas de dominação viabilizadas numa sociedade autoritária e burocratizada.

Palavras-chave: Cooperativismo. Desenvolvimento. Dominação. Endividamento.

### RESUMEN

Este estudio describe la práctica del endeudamiento como fuente de dominación y dependencia de los pequeños agricultores. Para ello, la investigación analiza el caso del endeudamiento de la Cooperativa Mixta del Asentamiento de la Lagoa do Boqueirão COOPLAB – y de las familias de agricultores que participan en la Cooperativa. La situación se remonta a 1973, cuando se implanta, en el municipio de Touros, el Proyecto de Colonización del Asentamiento de la Lagoa do Boqueirão, en esa época una gran obra de infraestructura. Diez años después se asentaron las primeras familias (170). Actualmente son cerca de 500, distribuidas en cuatro pequeños poblados: Assis, Israel, Mayne y Vila de la Sal. La COOPLAB fue creada en 1983 con flagrantes incumplimientos de los principios del Cooperativismo, ya que su objetivo real consistiría en acaparar recursos financieros de programas gubernamentales de inversiones en infraestructura en el medio rural, como el Programa de Crédito Especial de la Reforma Agraria – PROCERA –, cuyos recursos fueron gestionados por Bancos Estatales, en este caso el Ban-

co do Nordeste. Este volumen de recursos convirtió a la COOPLAB en un foco de atracción para grupos políticos electorales y técnicos de proyectos. Esa mezcla dio como resultado proyectos fracasados y una deuda bancaria de seis millones de reales en diciembre de 2003, gracias al clientelismo político y a la bajísima participación de los cooperativistas en las decisiones sobre los destinos de la Cooperativa. Todo lo que se construyó está abandonado y deteriorado. Máquinas, vehículos y equipos han desaparecido. La mayoría de los cooperativistas es analfabeta o semialfabetada, y no ha adquirido las prácticas cooperativistas. Comprender este proceso nos conduce a descubrir el puente que une el desarrollismo autoritario, la concentración del desarrollo en el Centro-Sur de Brasil y las oligarquias locales, en otro análisis que abarca la visión de los actores sociales involucrados con la Historiografía brasileña, mostrando la reproducción de prácticas de dominación canalizadas en una sociedad autoritaria y burocratizada.

Palabras-claves: Cooperativismo. Desarrollo. Dominación. Endividamiento.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais.** Natal, RN, 2004. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Orientadora: Profa. Dra. Elizete Schwade.

### RESUMO

Esta dissertação procura analisar as ocorrências do homicídio seguido de suicídio no universo relacional do gênero nas relações afetivas conjugais. Cinco casos servem de base para a construção da análise, que foi desenvolvida segundo aspectos relevantes, tais como o amor, o ciúme, a violência conjugal, a honra e o suicídio, no intuito de compreender a prática do homicídio/suicídio a partir das concepções do masculino e do feminino. O trabalho de campo incluiu coleta nos jornais, inquéritos nas varas criminais e entrevistas com familiares das pessoas envol-

vidas nos casos. Optou-se por uma abordagem antropológica, com ênfase na construção social do feminino e do masculino e nas concepções da violência conjugal. O estudo não contempla um só segmento social, uma vez que os dados coletados revelam a sua ocorrência independentemente da classe social, do grau de instrução e do espaço geográfico. Entretanto, os cinco casos estudados aconteceram no município de Natal, no período de 1997 a 2002.

Palavras-chave: Amor. Ciúme. Violência Conjugal.

### RÉSUMÉ

Cette dissertation a pour objectif d'analyser des occurrences de meurtre suivi de suicide dans le contexte des rapports affectifs conjugaux. Cinq cas ont servi de base pour l'analyse, qui fut développé selon des aspects essentiels tels que l'amour, la jalousie, la violence conjugale, l'honneur et le suicide, afin d'essayer de comprendre la pratique de l'homicide/suicide à partir de la conception du masculin et du féminin. Le travail sur le terrain a compris la collecte de données dans des journaux, des recherches dans des archives des tribunaux et des enquêtes avec les proches des personnes directement impliquées. L'approche adoptée est anthropologique, en mettant l'accent sur la construction sociale du féminin et du masculin dans les conceptions de la violence conjugale. L'étude ne se limite pas à un seul groupe social, étant donné que les fonds disponibles indiquent que de tels événements se produisent indépendamment de la classe sociale, du niveau d'instruction et de la localisation géographique. Néanmoins, les cinq cas analysés ont eu lieu dans la commune de Natal, entre 1997 et 2002.

Mots-clés: Amor. Jalousie. Violence conjugale.

### DISSERTAÇÕES/2005

ARAÚJO, Paulo Sérgio Oliveira de. **A insustentabilidade do desenvolvimento no município de Rio do Fogo-RN**. Natal, RN, 2005. 118 f. Dissertação (Mes-

trado) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Profa. Dra. Beatriz Maria Soares Pontes.

### RESUMO

Esta pesquisa sobre o desenvolvimento e sua insustentabilidade no município de Rio do Fogo-RN apresenta na essência, uma busca pelas dimensões e variáveis necessárias para que um desenvolvimento seja de fato sustentável. A simples adjetivação do conceito não garante que sejam incorporadas aos modelos de desenvolvimento outras dimensões para além das econômicas. A desigualdade social ou o desequilíbrio ambiental, não devem ser encarados como externalidades, mas como algo intrínseco aos modelos empregados. Na busca pela sustentabilidade do desenvolvimento, o equacionamento e a solução da problemática sócio-ambiental local, precede a tomada de decisões na tentativa de tornar dinâmicas as potencialidades de um lugar. A Gestão Territorial/Ambiental e o uso racional dos recursos constituem importantes instrumentos técnicos para facilitar a percepção dos limites e das possibilidades no estabelecimento de diretrizes para a sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento. O processo de ocupação do território, as atividades econômicas e a realidade social e política de Rio do Fogo, nos levam a crer que sem essas medidas seu desenvolvimento será insustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Rio do Fogo (RN). Sociologia do Desenvolvimento.

### ABSTRACT

This research about the development and its sustainability in Rio do Fogo-RN presents, in fact, a trial to seek the necessary dimensions and the variables for a true sustainable development. The simple adjective "sustainable" doesn't incorporate other dimensions besides the economics to the development models. In order to reach the sustainability of the development, the questioning of local social environmental problematic and its solution precedes the policy makers decisions in the direction of

becoming dynamic the local potentials. The territorial-environmental management and the rational resources use constitute important techniques instruments to facilitate the limits and possibilities perception of the sustainability main rules establishment in a development project. The Rio do Fogo process of land use, the economic activities, and the social and political realities, lead us to believe that without these measures its development will be unsustainable.

Key words: Sustainable development. Rio de Fogo City (RN). Development sociology.

COSTA JÚNIOR, Ilo Fernandes da. **Decondicionando significados dos “Índios Tapuias”**: festa, tradição e ritual na Redinha. Natal, RN, 2005. 276 f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Orlando P. Miranda.

### RESUMO

Este trabalho pretende analisar o ritual festivo e tradicional dos “Índios Tapuias” no Bairro da Redinha na Zona Norte de Natal. Nosso objetivo é analisar os “Índios Tapuias” explicitando sua história, significados e possíveis origens. A partir da pesquisa etnográfica, efetuamos a análise dos significados presentes nos Índios Tapuias e descrevemos o ritual contemplando a fala dos seus atores sociais. O ritual é uma representação que conta a história do contato entre índios e brancos – e estes com seus escravos, pautando-se pela inversão histórica dos papéis. Nós justificamos este trabalho devido à carência de registros históricos da Redinha e de suas manifestações carnavalescas, limitando-se quase ao relato de Gil Soares e das anotações e publicações de João Alfredo. No caso de estudos sobre o significado dessas manifestações, adotando a ótica sincrônica, são ainda mais escassos. Nosso estudo aponta para uma origem comum das festas, tanto das ocidentais quanto das autóctones que se originaram em rituais com os mais diversos fins. Concluímos que o ritual festivo e tradicional dos Índios Tapuias extrapola

a cultura e os meandros do imaginário dos habitantes da Redinha, constituindo-se numa significativa matriz a partir da qual se torna possível visualizar aspectos do sincretismo cultural que estão inseridos numa grande arena permeada pela fusão de convergências e divergências.

Palavras-chave: Índios Tapuias. História. Origem. Ritual. Tradição.

### RÉSUMÉ

Ce travail prévoit pour analyser l'étape du bloc indigènes Tapuias dans le bidonville du Redinha dans le nord de zone de Natal. Notre objectif est analyser les indigènes Tapuias expliquer son histoire, significations et ses possibles origine. A partir d'une recherche ethnographique, nous avons effectué l'analyse des signification que existe em indigènes Tapuias et nous decrirons l' rituel avec les discours narratifs des acteurs sociales. L' rituel est une représentation que compte à l'histoire du contact entre les Indiens et les blancs – cetter avec ses' esclaves, avec base l'inversion historique des fonction sociales. Nous justifiions ce travail por le manque de registres historiques du Redinha et ses manifestations de carnavalescas, limitant presque à l'histoire de Gil Soares et les notations et la publication de João Alfredo. Et dans le cas des études sur la signification de ces manifestations, adoptant le systeme optique synchrone, est toujours plus rare. Notre étude qu'elle se dirige d'une telle manière en ce qui concerne une origine commune des parties des personnes occidentales quelle quantité d'autóctones cela ils avait provenu des rituels avec les extrémités les plus diverses. Nous concluons que le rituel de fête et traditionnel des Indiens de Tapuias surpasse la culture et le univers de l'imaginaire des habitants du Redinha, consistant dans une matrice significative de laquelle s'il devient possible de visualiser les aspects du fusion culturel qui sont insérés dans une grande clôture pour la poitrine de taumachie pour fonder des convergences et des divergences.

Mots-clés: Indigènes Tapuias. Histoire. Origine. Rituel. Tradition.

PINHEIRO, Danilo. *Da escala médica de saúde à experiência social do saudável: diálogo entre os espaços dos bares e das academias fisiculturistas na cidade do Natal-RN*. Natal, RN, 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Norma Missae Takeuti.

### RESUMO

Vem sendo mais comum nos depararmos com slogans publicitários, diagnósticos médicos ou estratégias de políticas governamentais que tenham a(m)parar um significado de saúde, corpo e juventude na contemporaneidade. Tais tentativas de recortes particularizam uma concepção de saúde a partir de intervenções, curas e campanhas educativas que justificariam um tratamento cabal à questão do sujeito, do bem-estar e do cuidado de si. Das sombras históricas da peste, da fome e da guerra que amordaçaram o indivíduo ao seu corpo indefeso, contemporaneamente potencializarmos a busca por uma vida plena e potente, cada vez mais independente de um imaginário religioso a predizer a maldição epidêmica e a ira divina encarnada na decrepitude e na morte, de uma tecnologia biomédica enfurnada nas fendas genéticas e bioquímicas a decodificar a subjetividade humana ou da políticas de saúde pública ordenadas em metas quantitativas de higienização, reforma sanitária e marketing social. Enfim, para além destas e outras instâncias, vem emergindo um entendimento mais polifônico, íntimo e biográfico do cuidar de si e do sentir-se bem. Há, por um lado, um ideal de saúde e de boa-forma sob os princípios de higienização, das técnicas médicas e da individualização e, por um outro, uma compreensão da vida saudável e do bem-estar que atesta a presença de algo mais do que nítidos marcos dentre a normalidade e a irregularidade, o benefício e o malefício, a auto-estima e o vício destrutivo. Assim, nossa temática se abrirá em meio à arena das academias fisiculturistas e dos bares na cidade do Natal-RN enquanto intercâmbio compreensivo acerca de como o indivíduo vem lidando com a noção de corpo e saúde e, inclusive, se percebendo dentro do seu corpo e de sua

saúde. Dentre esses dois espaços de lazer típicos do fenômeno urbano moderno, um corpo hedonista com seus músculos e saliências e uma outra forma de hedonismo no usufruto de drogas lícitas se permeiam num diálogo sobre quais sociabilidades estão em jogo num imaginário entremeado por um ideal de saúde médico-estético e pela experiência social e subjetiva da opção por uma vida saudável.

Palavras-chave: Subjetividade. Sociabilidade. Espaço Urbano.

### ABSTRACT

Currently, we attend a reverence of concepts ahead as health, life, youth and body. In we widen amount the ideals concerned to the healthful life, to the quality of life, the longevity and joviality and the extremities of the body represented by the illness, for the virus' infection, the physical deficiency and the aging. Of the historical shades of the plague, of the hunger and the war that gagged the defenseless individual and its body, in the current days we increase the search for a full and powerful life, independent of a religious imaginary to predict the epidemic curse, the threat represented for the sick people and the incarnate divine anger in the death; or of medical science presented in the spaces of the technology and the physiology, being left fragile the social and psychological dimensions of the human confined to the patient issue and, finally, the commanded urban health politics in quantitative goals of hygienic cleaning, of the medical techniques and the education citizen. For beyond these instances, emerges in our days a plural, close and biographical agreement well of the body and welfare. On the other hand, an understanding of the healthful life and well-being that more certifies the presence of something the one that clear landmarks amongst normality and the irregularity, the esteem and the destructive vice: it has a projection of healthful life measures without conceptual models of body and health under the doctor-scientific standard occidental. This thematic one will confide in way to the enclosure for spaces to the muscles and fitness' exercises and the bars from the city of Natal, in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, while comprehen-

sive interchange concerning as the individual comes dealing with the notion the body and health and, mainly, if perceiving inside of its body and its health. Amongst these two spaces of typical leisure of the modern urban phenomenon, the hedonism bodily with its muscles and salience and one another form of hedonism in the fruition of allowed drugs will be across itself in a dialogue about which social's relationships are really in game in an imaginary construction amongst an doctor-aesthetic ideal of health and the social and subjective experience in the option for a healthful life.

Key words: Subjectivity. Sociability. Urban space.



## **DOSSIÊ DOS AUTORES**





**AÉCIO GOMES DE MATOS**

Doutor em Psicologia pela Universidade de Paris IX – Dauphine (1980); Pós Doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris X – Nanterre (2005); Professor Adjunto da UFPE do Departamento de Psicologia com atuações em: Mestrado em Psicologia e Pós-Graduação em Sociologia/UFPE. Membro associado do Comitê de Pesquisa de Sociologia Clínica em torno do LCS-Laboratoire de Changement Social de L'Université Paris 7, França. Algumas publicações relacionadas ao tema do artigo: a) Organizações sociais e economia Solidária, CADERNOS CEAN, Universidade de Brasília, v. 14, 2005; b) Desenvolvimento e autonomia local. In: WANDERLEY, Nazareth Baudel (Org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. 1. ed. Campinas, 2004. v. 1, p. 91-102; c) Organizações sociais de base: reflexões sobre significados e métodos. 1. ed. Brasília: Editorial Abaré, 2003. 102 p.; d) Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social. Boletim Nead Notícias Agrárias, Brasília, 2002; e) O capital social nos assentamentos da reforma agrária. Boletim Nead, 2002.

E-mail [aeciomatos@uol.com.br](mailto:aeciomatos@uol.com.br)

**ALAN DANIEL FREIRE DE LACERDA**

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor Adjunto do Departamento de História e Geografia da UFRN, Campus de Caicó. Seus interesses acadêmicos incluem temas relacionados à área Partidos, Eleições e Instituições Políticas. Foi consultor político do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP) entre 2003 e 2005 e publicou em 2002 o artigo *O PT e a Unidade Partidária como Problema*, na revista Dados.

E-mail: [lacerda75@msn.com](mailto:lacerda75@msn.com)

**ALBERTO DA CUNHA MELO**

Jornalista, sociólogo e escritor. Foi pesquisador na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE) e da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/AC); gerente de Bem-Estar do SESC/AC; coordenador de Cultura da FUNDARPE, diretor do Arquivo Público de Pernambuco. Publicou entre outros títulos de poesia: *Círculo cósmico* (1966), *Oração pelo poema* (1969), *Publicação do corpo* (1974), *Dez poemas políticos* (1979), *Noticiário* (1979), *Poemas à mão livre* (1981), *Soma dos sumos* (1983), *Poemas anteriores* (1989), *Clau* (1992), *Carne de terceira* (1996), *Yacala* (1999), *Meditação sob os lajedos* (2000), *Dois caminhos e uma oração* (2003), *O cão dos olhos amarelos* (2006). Em prosa, publicou: *Planejamento sociológico* (1978), *Um certo louro do Pajeú* (2000), *Um certo Jô* (2001).

**ANA TEREZA LEMOS-NELSON**

Ph. D. em Government and International Studies, University of Notre Dame, U.N.D., Estados Unidos. Coordenadora Associada do Núcleo Interdisciplinar de Direitos Humanos Internacionais, UFPE. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Principais publicações: LEMOS-NELSON, A. T.; ZAVERUCHA, J. *Multiple activation as a strategy of citizen accountability and the role of the Investigating Legislative Commissions*. In: PERUZZOTTI, H.; SMULOVITZ, C. (Ed.). *Enforcing the rule of law: social accountability in the new Latin American democracies*. Pittsburg: Pittsburg University Press, 2006. p. 75-114; LEMOS-NELSON, A. T. *Groupes déxtermination dans le Brésil contemporain. Lusotopie*, Paris, n. 2, p. 437-452, 2003; LEMOS-NELSON, A. T. (Org.). *Assegurar a paz: um novo paradigma para a polícia*. Recife: Edições Bagaço, 2003. v. 1.

E-mail: [atln@terra.com.br](mailto:atln@terra.com.br)

**ASSIS BRANDÃO**

Cientista político, Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Autor, entre outras publicações, de *As concepções de democracia de Bobbio dentro da teoria da democracia* (Lua Nova, set. 2006, no prelo).

E-mail: assis.brandao@uol.com.br

**AUGUSTO CÉSAR FRANCISCO**

Bacharel em Ciências Sociais pela UFRN, com formação em Psicanálise. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN.

E-mail: guto\_chico@yahoo.com.br

**BRUNO CESÁRIO DE OLIVEIRA**

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN com a dissertação *O Legislativo e políticas no RN*. Trabalha na iniciativa privada como Gerente de Marketing da Interjato – Provedor Internet. Áreas de interesse: Marketing, Eleições, Políticas Públicas, Instituições Políticas. Últimas publicações: co-autor do livro *Dinâmica eleitoral do RN (1960-1998)*.

E-mail: brunoliveira@hotmail.com

**CELSO FREDERICO**

Professor da ECA-USP e bolsista do CNPq. Livre-docência, USP. Pesquisou nos arquivos de Lucien Goldmann, em Paris, no segundo semestre de 2003, graças ao convênio CAPES-COFECUB. Áreas de atuação: sociologia urbana. Algumas publicações mais recentes: *A sociologia da cultura: Lucien Goldmann e os debates do século XX* (1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1. 168 p.); *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach* (1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. v. 1. 127 p.); *A sociologia da literatura de Lucien Goldmann* (Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 32-47, 2005).

E-mail: celsof@usp.br

**CLÁUDIA CORDEIRO**

Professora especialista em Literatura Brasileira, ensaísta e webdesigner. Foi coordenadora de planejamento da Diretoria de Assuntos Culturais da Fundarpe (1987/1988). Em 2003, lançou *Faces da resistência na poesia de Alberto da Cunha Melo*. Como artista plástica, realizou várias exposições e dirigiu a Escolinha de Arte Garibaldi Brasil no Sesc/AC – 1980/1981. Foi revisora, mídia e tráfego da agência Gruponove. Obteve, em 1985, o primeiro lugar do prêmio de ensaio Mauro Mota (UBE-PE), juntamente com a Prof<sup>a</sup> Sônia Prieto. Em 2005, foi selecionada para a antologia *Marcas do tempo VII* (p. 37-38), como resultado da classificação do seu poema *Assalto à alegria*, no concurso literário da Biblioteca Pública Municipal “Prof. Gerson Alfio De Marco”, SP.

E-mail: claudia9@hotmail.com.br

**CHRISTOPHE NIEWIADOMSKI**

Doutor em Ciências da Educação pela Université François Rabelais de Tours-França, Mestre de Conferências e Diretor da Unidade de Formação e de Pesquisa em Ciências da Educação na Université de Lille 3, França. Pesquisador no Laboratoire Proféor em Lille. Áreas de atuação em: sociologia clínica; trabalho social e inserção social; educação para saúde; formação de adultos; narrativas de vida e histórias de vida. Dentre obras publicadas, destacam-se: *Histoires de vie et alcoolisme* (Paris: Seli Arslan, 2000); *Souci et soin de soi. Liens et frontières entre histoires de vie, psychothérapie et psychanalyse* (Paris: Harmattan, 2002). Diversas publicações de textos em coletâneas e de artigos em vários periódicos franceses, dos quais se destacam: *Mutations professionnelles, clinique psychosociale du travail éducatif et enjeux de formation* (Paris: Harmattan, 2006 – em coletânea); *Education pour la santé, appartenance de groupe et émergence d'une identité singulière* (Revue Questions Vives, Univ. d'Aix-Marseille, 2005); *Quelle anthropologie pour quelle formation?* (Revue Pratiques et Analyses de Formation, Univ. Paris 8, 2005). No Brasil: *Violências, alcoolismo e her-*

*menêutica do sujeito* (Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, 2005).

E-mail: niewia@aol.com

#### CRISTIANE DO SOCORRO LOUREIRO LIMA

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN

E-mail: tianellima@yahoo.com.br

#### CRISTINE M. MATTAR

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Professora Substituta do Instituto de Psicologia da UFRJ, Professora do curso de especialização em psicologia clínica do Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro. Escreveu um artigo sob o tema em co-autoria com Teresa Carreiro: Percurso biográfico, percurso social: violência conjugal em análise. Psicologia clínica, Rio de Janeiro, v. 15/2, 2003.

E-mail: cristinemattar@ig.com.br

#### EUGÈNE ENRIQUEZ

Doutor em Sociologia. Professor emérito da UFR de Sciences Sociales da Université Paris 7; Vice-Diretor do Laboratoire de Changement Social da Université de Paris 7; Membro-fundador do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) no ISA; Membro-fundador do Centro Internacional de Pesquisa e Formação em Intervenção Psicossociológica (CIR-FIP); membro-fundador do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC19) na Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (A.I.S.L.F.). Tem escrito sistematicamente artigos em diversas revistas das Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Dentre as suas obras mais conhecidas do público brasileiro, destacam-se: *Da Horda ao Estado – uma psicanálise do vínculo social* (Jorge Zahar, 1990); *A organização em análise* (Vozes, 1997); *Análise social e intervenção* (Vozes, 1994).

E-mail: lcs@paris7.jussieu.fr

#### EVERALDO TÔRRES BARBOSA

Professor de Fisioterapia na UFPB. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN.

E-mail: barbosa.veraldo@ig.com.br

#### IVANALDO SANTOS

Doutor em Linguística pela UFRN. Professor do Departamento de Filosofia da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), campus de Caicó/RN.

E-mail: ivanaldosantos@yahoo.com.br

#### JEAN-GABRIEL OFFROY

Psicossociólogo, Doutor em Psicologia pela Université Paris 7 – Denis-Diderot. Professor de Psicologia Social na École de Psychologues Praticiens (Paris et Lyon); Diretor do Departamento de “Relações Humanas” da École Internationale des Sciences du Traitement de l’Information (Cergy et Pau). Obra publicada no tema do artigo deste dossiê: *Le choix du prénom* (Hommes et Perspectives, Interfaces, Paris, 1993).

E-mail: jgo@eisti.fr

#### JOÃO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT

Bacharel em Ciências Sociais pela UFC. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN.

E-mail: xbatistax@yahoo.com.br

#### JOHN LEMONS

Departamento de Estudos Ambientais, Universidade de New England Biddeford, ME 05005, USA. Foi consultor-chefe para o projeto “Promovendo Melhores Práticas para a Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade de Significado Global em Zonas Áridas e Semi-áridas” (GEF/11300-99-03) para a Rede Terceiro-Mundista de Organizações Científicas (TWONSO), Centro Internacional Ab-dus Salam de Física Teórica, Trieste, Itália. Publicou: Lemons, J., Victor, D. Schaffer (eds.). 2003. *Conserving Biodiversity in Arid Regions*. Kluwer Acade-

mic Publishers, Boston, MA. 497 p; Lemons, J. and G. Montenegro. 2002. Promoting Best Practices for Conservation and Sustainable Use of Biodiversity of Global Significance in Arid and Semi-Arid Zones, Latin America and Caribbean Regional Workshop (Proceedings), Pontificia Universidad Catolica de Chile, Santiago, Chile. 72 pgs.

E-mail: jlemons@une.edu

### JOSÉ ANTONIO SEGATTO

Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP. Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Departamento de Sociologia. Publicações: *A. Gramsci: Os cadernos do cárcere e a revolução passiva* (Estudos de Sociologia, Laboratório Editorial/FCLUNESP, n. 13/14, p. 165-170, 2003); *Cidadania e Política* (Revista Perspectiva, São Paulo, v. 22, p. 137-159, 2000).; *Cidadania e democracia na história do Brasil* (Cultura Vozes, São Paulo, v. 6, p. 34-58, 1999).

E-mail: segatto@fclar.unesp.br

### JOSÉ NEWTON GARCIA DE ARAÚJO

Psicólogo, mestre em Filosofia pela UFMG, doutor em Psicologia, pela Universidade de Paris 7, professor da graduação e dos Mestrados de Psicologia e de Ciências Sociais – Gestão das Cidades, da PUC Minas. Editor de Psicologia em Revista de PUC Minas. Pesquisador associado ao Grupo de Sociologia Clínica em torno do Laboratoire de Changement Social da Université de Paris 7. Um dos organizadores das obras *Figura paterna e ordem social* (BH, Autêntica, 2001) e *Cenários sociais e abordagem clínica* (SP, Escuta; MG, FUMEC, 2001). Autor de diversos artigos, destacando-se os mais recentes: a) *Recusar ou aceitar o tempo: uma discussão possível?* (Pulsional – Revista de Psicanálise, São Paulo, 2005); b) *Tempo do sujeito, tempo do mundo, tempo e psicanálise* (Mal-estar na subjetividade, Universidade de Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 235-250, 2004); c) *Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino?* (Psicologia em Estudos – Univ.

Estad. Maringá, v. 9, n. 3, p. 389-398, 2004); d) *Escuta clínica, ética e sofrimento no trabalho* (Cadernos de Psicologia da SBP, 2004); e) *Segregação e inclusão das pessoas portadoras de deficiência* (Pulsional revista de psicanálise, São Paulo, v. 170, n. 16, p. 58-65, 2003).

E-mail: jinga@uol.com.br

### LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Luís da Câmara Cascudo nasceu na capital Potiguar, a 30 de dezembro de 1898, onde viveu e faleceu a 30 de julho de 1986. Estudou Humanidades no Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, cursando posteriormente medicina na Bahia e Rio de Janeiro até o 4º ano, quando desistiu da carreira e ingressou na Faculdade de Direito do Recife, na qual formou-se em 1928. Colaborou nos jornais de Natal, mantendo secções diárias como “Bric-à-Brac”, no jornal “A IMPRENSA”, e “Acta Diurna”, no jornal “A República”. Em 1921, surgiu o primeiro livro: *Alma Patrícia*. Hoje, a soma de livros publicados gira em torno de 150 títulos, mais de 3.000 artigos e crônicas e uma correspondência estimada em torno de 2.000 cartas. Pertencia a família tradicional da burguesia local. Era filho do Coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo e D. Ana da Câmara Cascudo. Ocupou cargos de Secretário do Tribunal de Justiça e Consultor Jurídico do Estado a convite do poder estabelecido. Recebeu do Governo do Estado, Assembléia Legislativa e Prefeituras Municipais encomendas para escrever obras sobre História, disciplina que foi professor desde 1923, no Atheneu Norte-rio-grandense, na Escola Normal e no Instituto de Música. Também foi professor de Direito e Filosofia, na Universidade do Rio Grande do Norte, na qual aposentou-se, em 1966, e recebeu, em 1967, o título de “Professor Emérito”. Como a maioria dos brasileiros da época, Cascudo teve uma formação desordenada, assistemática, e as suas leituras foram indicadas pelos amigos letrados e mentores como Henrique Castriciano. Lia tudo, consecutivamente, com a facilidade que tinha seu pai de mandar buscar livros na Europa, o que o colocava junto

aos intelectuais informados com a produção internacional, pois lia francês, inglês, italiano, alemão, espanhol, grego e latim, esta última aprendida com um professor particular na sua juventude. Essa fluência linguística facilitou posteriormente, suas quatro viagens à Europa, uma à África e várias outras à América Latina, para ver, observar, anotar e coligir material para seus estudos.

### MÁRCIO DE LIMA DANTAS

Professor de Literatura Portuguesa do Departamento de Letras da UFRN. Ensaísta e tradutor, verteu para o francês quatro livros da poeta paulista Orides Fontela: *Trêfle* (L'Harmattan: Paris, 1988) e *Rosace* (L'Harmattan: Paris, 1999). Publicou o livro de poesia *Metáfrase* (Natal: EDUFRN, 1999) e o ensaio *Mestiçagem e ensaísmo em João Cabral de Melo Neto* (Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2005). Ganhou o prêmio de poesia Othoniel Meneses (2006), com o livro *Para sair do dia*.

E-mail: mdantas7@bol.com.br

### MÁRCIO DE OLIVEIRA

Formado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1983). Mestre em Antropologia Social e Sociologia comparada pela Universidade de Paris V (1987) e Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V (1993). É professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma universidade. Publicou diversos artigos sobre as cidades de Brasília e de Curitiba e sobre pensamento social brasileiro. Atualmente coordena uma pesquisa sobre a história das Ciências Sociais no Paraná e sobre a formação social do estado. Publicou o livro *Brasília: o mito na trajetória da nação* (Editora Paralelo 15, 2005), organizou a obra *As Ciências sociais no Paraná* (Editora Contexto).

E-mail: marciodeoliveira@ufpr.br

### MARCOS M. BRITO DE MESQUITA

Graduado em Ciências Sociais (UFRN-2002). Mestre em Sociologia (IUPERJ-2004) e Doutorando em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. Assessor de Projetos Culturais do Museu da República. Áreas de interesse: pensamento social brasileiro, teorial social, psicologia social, representações sociais, memória social. Publicações: *Reforma e desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Norte* (Diário de Natal, 25 nov. 2000. Da vinci, p. 6-7); *A esfera pública na visão clássica*. (2005); *Iberismo e barroco ibero-americano – ausência de síntese* (2005).

E-mail: mmbmesquita@hotmail.com

### MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

Antropóloga. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUCSP. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Grupo de Estudos da Complexidade – GRECOM/UFRN. Membro da Associação para o Pensamento Complexo – Paris. Principais Publicações: *Complexidade e cosmologias da tradição* (Belém: EDUEPA, 2001); *Ensaio de complexidade* (Org. em parceria com CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgard de Assis. Porto Alegre: Sulina/EDUFRN, 1997); *Ética, solidariedade e complexidade* (em co-autoria com E. Morin *et al.* São Paulo: Palas Athena, 1998).

E-mail: calmeida17@hotmail.com

### MARIA CÉLIA LEONEL

Professor Livre Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP. Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Departamento de Literatura. Publicações: LEONEL, M. C. M.; SEGATTO, José Antonio. *Política e violência no grande sertão de Guimarães Rosa*. Estudos Sociedade e Agricultura (Rio de Janeiro,

UFRRJ, v. 13, n. 1, p. 75-93, 2005); LEONEL, M. C. M. *Primeiras e outras estórias*. Scripta (Minas, CES-PUC – Editora PUC, v. 9, n. 17, p. 227-230, 2005); LEONEL, M. C. M. *De alvenel a arquiteto: o espaço em Curtamão de Guimarães Rosa* (Revista da ANPOLL, Humanitas/São Paulo, FFLCH-USP, v. 14, p. 105-123, 2003); LEONEL, M. C. M.; NASCIMENTO, Edna M. F. S. *O amor tudo vence: invariantes e variantes na narrativa* (Itinerários Revista de Literatura, Araraquara, FCL/UNESP, p. 119-131, 2003); LEONEL, M. C. M. *Guimarães Rosa: magma e gênese da obra* (1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. v. 1. 284 p.); LEONEL, M. C. M. *Estética e modernismo*. (São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1984. 219 p.).  
E-mail: mcleonel@fclar.unesp.br

### MARÍA EUGENIA DOMÍNGUEZ

Licenciada em Ciências Antropológicas por la Universidad de Buenos Aires, Argentina. (2001). Mestre em Antropología Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2004). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Pesquisadora membro da equipe UBACYT AF 105 (Universidad de Buenos Aires, Secretaría de Ciencia y Técnica), no Projeto de Pesquisa *Folclore en las grandes ciudades: identidad, cultura y patrimonio en Buenos Aires*. Áreas de interesse: estudos de música popular e a teoria antropológica.  
E-mail: eugison@yahoo.com

### MARIA JOSÉ DE REZENDE

Doutora em Sociologia/USP. Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina do Departamento de Ciências Sociais. Área de interesse: Sociologia brasileira, Pensamento social brasileiro, Teoria sociológica, Teorias da mudança social, Sociologia política. Últimos trabalhos publicados: *As desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável?* (In: SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação. São Paulo, Cortez/FEUSP, 2005. p. 23-57); *As raízes históricas do atraso econômico e político no Brasil: a interpretação de Josué de Castro* (Cadernos

CERU, USP, São Paulo, n.15, p.131-149, 2004); *Gilberto Freyre e Celso Furtado: duas leituras distintas da formação urbano-industrial no Brasil* (Revista de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, n.35, p. 177-203, abr. 2004).

E-mail: wld@rantac.net

### MARIA MERCEDES MERRY BRITO

Psicóloga e psicanalista, mestre em Sociologia, pela PUC Minas, psicóloga do Centro de Saúde Carlos Chagas, da Prefeitura de Belo Horizonte. Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil. Publicações: *Loucos pela rua: escolha ou contingência?* (Cronos Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia da Paraíba, João Pessoa, 2005). *Três considerações para um debate sobre a inclusão na Educação e na Saúde* (Revista Educação Abordagem da Práxis Pedagógica, Belo Horizonte, 2000); *A Dança e a letra* (Estudos Clínicos Sobre Anorexia e Bulimia. Belo Horizonte 2005); *Novas formas de pensar o coletivo* (Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2004).

E-mail: mercedes.merry@ibest.com.br

### MARIA NOEL LAPOUJADE

Doctora en Filosofía, con Mención Honorífica, por la Universidad Nacional Autónoma de México en 1988. Además es Doctora en Filosofía, con Mención Muy Honorable y Felicitaciones del Jurado, por la Universidad de Paris en 1998. Obtuvo el Premio “Norman Sverdlin” y la Medalla Gabino Barrera, otorgados por la UNAM. Realizó un Posgrado en Filosofía Alemana Clásica, con una beca del DAAD, en la Universidad de Heidelberg y un Posdoctorado en Filosofía Francesa Contemporánea en la Universidad de Paris, con una beca de la Universidad Nacional Autónoma de México. Es profesora titular *full time* del Posgrado y la Licenciatura en Filosofía en la UNAM. Publicó *Bacon y Descartes. De la coincidencia de los opuestos*, por la Facultad de Filosofía y Letras de la B.Universidad Autónoma de Puebla, 2002. Ha publicado más de una treintena de artículos en Bra-

sil, Costa Rica, México, Uruguay y Venezuela, como asimismo varios artículos en Francia. Publicaciones mais recentes: *Aportación de un imaginario latinoamericano y universal en el constructivismo pictórico de Joaquín Torres García* (In: Ritmos do Imaginario, Compilado por Danielle Perin Rocha Pitta, Editora Universitaria de la Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, 2005. p. 125-143); *Kant-Proust: une rencontre esthétique* (publicado en “Europea Memoria” en Georg Olms-Verlag, Alemanha, 2005. p. 157-167); *Tiempos imaginarios: ritmos y ucronías*, Compiladora (FFYL-BUAP, México, 2002); *Kant y la estética contemporánea* (2002);  
E-mail: mnlapoujade@gmail.com

### NORMA MISSAE TAKEUTI

Doutorado em “Estruturas e Mudanças Humanas nas Organizações”, Universidade de Paris 9 – Dauphine, França. Pós-doutorado em Sociologia Clínica, Universidade de Paris 7 – Denis-Diderot, França. Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e no Curso de Graduação do Depto. de Ciências Sociais, UFRN. Pesquisador associado do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia (ISA) e do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC19) da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF). Pesquisador associado do Laboratoire de Changement Social da Université de Paris 7. Autora de diversos artigos no tema da juventude, exclusão, fragilidades identitárias e inconsistência do social e simbólico. Autora da obra: *No outro do lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis* (RJ, Relume Dumará, 2002).  
E-mail: nortak@uol.com.br, normatj@cchla.ufrn.br

### SORAYA FLEISCHER

Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Áreas de interesse: Corpo, saúde, relações de gênero, América Latina. Últimas publicações: FLEISCHER, Soraya. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasilei-*

*ras em Boston, Massachussets* (São Paulo: Annablume, 2000); MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (Org.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais* (São Paulo: Paz e Terra, 2003).  
E-mail: sorayafleischer@hotmail.com

### TERESA CRISTINA CARRETEIRO

Doutora em Psicologia Social Clínica, pela Universidade de Paris 7, Pós-Doutorado em Sociologia Clínica pela Universidade de Paris 7, Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFF, Psicanalista, Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos. Vice-Presidente do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia (ISA), Membro da direção executiva do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC19) da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF). Autora de diversos artigos no tema, dentre eles: a) *Perspectivas da clínica ampliada face a uma morte anunciada* (In: Família e Casal: efeitos da contemporaneidade, RJ, 2005); b) *Sofrimentos sociais em debate* (Psicologia USP, São Paulo, v. 14, n. 3, 2004); c) *Percurso biográfico, percurso social: violência conjugal em análise* (Psicologia clínica, Rio de Janeiro, v. 15/2, 2003). Organizadora de coletânea sobre Sociologia Clínica: *Cenários sociais e abordagem clínica* (SP, Escuta; BH, FUMEC, 2001).  
E-mail: tecar2@uol.com.br

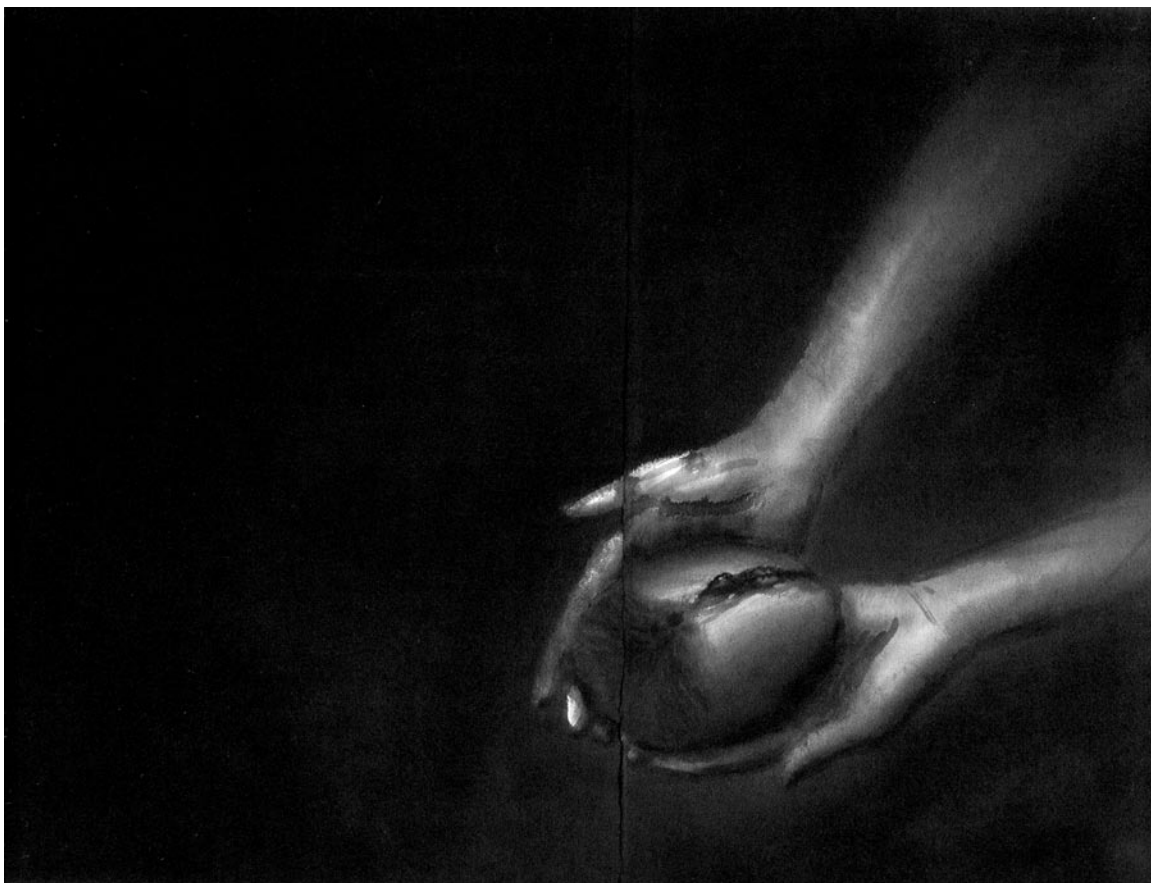
### VINCENT DE GAULEJAC

Doutor em Letras e Ciências Humanas, Professor na U.F.R. de Sciences Sociales da Université Paris 7 Denis-Diderot, Diretor do Laboratoire de Changement Sociale da Université Paris 7, Presidente do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia (ISA), Membro da direção executiva do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC19) da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), Diretor da coleção *Sociologie clinique* (Editora Desclée de Brouwer – Paris). Diretor da Revista “Cahiers du Laboratoire de Changement Social”. Possui diversas obras



publicadas, na França, nas temáticas de: Sociologia clínica e articulação social-psíquica, Exclusão e desenvolvimento social, Sociologia da empresa e do poder. No Brasil, vários dos seus artigos foram publicados em periódicos das Ciências Sociais e Humanas. Destacam-se as obras: *Une société malade de la gestion* (ERES, Paris, 2005), *Sociologies cliniques* (ouvrage collectif) (Desclée de Brouwer, Paris, 1993), *L'histoire en héritage – Roman familial et trajectoire sociale* (Desclée de Brouwer, Paris, 1999).

E-mail: gaulejac@paris7.jussieu.fr



# **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS**



**CRONOS**, Revista semestral da UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é impressa nas dimensões do presente volume (20,5cm x 27,5cm).

- 1) Os artigos originais apresentados devem, ser entregues em 03 cópias, digitados em espaço duplo, fonte 12. Não devem ultrapassar 30 laudas e as resenhas 05 laudas. Cada artigo deve conter um resumo com tradução (inglês ou francês) e 03 a 05 palavras-chave. Deverão ser enviados à comissão editorial da Revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59078-970. E-mail: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) Todos os artigos, resenhas e outros tipos de trabalhos acadêmicos encaminhados a CRONOS para publicação, serão avaliados por pareceristas externos.
- 3) A primeira página deve conter: título do trabalho, autoria, endereço e dados sobre o autor (telefone para contato, e-mail, instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).
- 4) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia em papel.
- 5) A ordenação de capítulos e/ou seções deverá partir da primária não ultrapassando a quinária. A citação bibliográfica deverá ser indicada através do sistema autor-data. Ex: Teixeira (1992, p. 46); (TEIXEIRA, 1992, p 30); para obras sem autoria, entrar pela primeira palavra do título em maiúscula.

Ex: (A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). De acordo com a NBR 10520/2002.

- 6) As notas de rodapé devem ser explicativas e limitadas a um mínimo possível. Podem ser indicadas: por asteriscos, se não ultrapassarem a três em cada página; ou numeração arábica contínua da primeira à última página.
- 7) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicações claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas etc.).
- 8) As referências de vem listar todas as citações mencionadas no texto. Devem ser organizadas em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigidas segundo a norma brasileira da ABNT, NBR 6023/2002. A lista de REFERÊNCIAS deve vir, sob este título, no final do texto.

Natal (RN), 2006.

**CRONOS**, a biannual publication of UFRN, CCHLA, Graduate Program in Social Sciences, is printed in the size of this issue (20.5 cm X 27.5 cm).

- 1) The original articles should be submitted (with three copies) in double spaced size, 12 type. Articles should be no longer than 30 pages, reviews no longer than 5 pages. Each article should have an abstract of no more than 100 words (with a translation in English or french), and 05 key words. They should be sent to the Comissão Editorial of the magazine (UFRN. CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – Natal – RN – CEP: 59078-970). Email: cronos@cchla.ufrn.br
- 2) All the articles, papers and other types of academy researches send to Cronos for publication will be judged for foreigners consultants.
- 3) The first page of the article should have: title of the work, name of the author, address and data about the author (telephone number for and email for contact, institution, position, areas of interest, latest publications and other important data etc.).
- 4) After approval for publication, the authors should send a copy of the work on diskette along with one printed copy.
- 5) The progressive numbering of the sections of the text should not pass five. The bibliographic citations should follow the author-date system. EX. (Teixeira, 1992, p. 46); Teixeira (1992, p. 32); for work without authors, enter by the first word of the title in capital letters. Example: A PREVIDÊNCIA social..., 1978, p. 58). According to the norms of Brazilian system of ABNT, NBR 10520/2002.
- 6) The footnotes should be explanatory and should be limited to the least amount possible. They can be indicated by asterisks, if there are no more than 3 per page; or in roman numerals in sequential order from the first to the last page.
- 7) The illustrations should be inserted in the body of the text, in separate files, with clear indications through the text, of the places where they are to be included. They can be tables, charts and figures (graphs, maps, photographs, flow charts etc.).
- 8) The references should list all citations mentioned in the text. They should be organized according to the author's last name in alphabetical order and typed according to the norms of the Brazilian system of ABNT, NBR-6023/2002. The list of REFERENCES should be submitted under this title, at the end of the text.

Natal (RN), 2006.

## Sumários Anteriores

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho 2000

### DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

### ARTIGOS

Norma Takeuti (Org.) – Desafios sociais e abordagens socioclínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro 2000

### DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

### ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho 2001

### DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Brasília Carlos Ferreira – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais

Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos

Cristiano German - Access Denied: marginalização na era da informação

Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho

Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil

Edilson José Gracioli – Reestruturação produtiva e movimento sindical

Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna

Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

**ARTIGOS**

Vincent de Gaulejac – A gênese social dos conflitos psíquicos

Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil

Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

---

**Cronos – Volume 2 – Numero 2 – julho / dezembro 2001**

**DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS**

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Reforma do pensamento e extensão universitária

Edgar Morin – A suportável realidade

José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante

Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo

Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida

Henri Atlan – Viver e conhecer

**ARTIGOS**

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme Noir

---

**Cronos – Volume 3 – Numero 1 – janeiro / junho 2002**

**DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS**

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e geografia

Ana Sánchez – Complexidade e feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

**ARTIGOS**

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do nihilismo ocidental

## Cronos – Volume 3 – Numero 2 – julho / dezembro 2002

**DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação: explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales y educación superior en Chile en el largo siglo XX

**ARTIGOS**

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

## Cronos – Volume 4 – Numero 1/2 – janeiro/dezembro 2003

**DOSSIÊ GASTON BACHELARD**

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant’Anna – Gaston Bachelard : os índices do dramático no seio do lírico

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel





# CRONOS

---

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

## TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÊS

Políticas Públicas

---

Imagem e Sociedade

---

Comunicação e Política

---

Metrópoles

---

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à Comissão Editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59078-970.

E-mail: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)



# CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN

*Ficha de Intercâmbio*

SELO  
STAMP

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
BIBLIOTECA SETORIAL  
Serviço de Intercâmbio  
Campus Universitário, s/n - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970  
E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Remetente:

Sender:

Endereço - Address

Cidade e Estado - City and State

País- Country

---

Senhores:

Dear Sirs

Por gentileza preencham a solicitação abaixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número de sua revista.

Please fill the request below and return it to us, so we can send you the next number of revista.

1 - Recebemos e agradecemos: **Cronos, v. 5/6, n. 1/2, jan./dez. 2004/2005.**

We have received

2. Faltam-nos: \_\_\_\_\_

We are in want of

3. Enviamos em permuta: \_\_\_\_\_

We sent you in exchange

Local e data: \_\_\_\_\_

City and date:

---

# CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

## *Ficha de Assinatura*

- Assinatura anual (dois fascículos): R\$ 20,00 (vinte reais)
- Números avulsos ou atrasados: R\$ 10,00 (dez reais)
- Assinatura para o exterior: US\$ 35,00 (trinta e cinco dólares)

Nome:.....

Profissão:.....

Endereço (Address):.....

CEP:..... Cidade (City):.....

Estado (State):.....País (Country):.....

Envie sua ficha de assinatura juntamente com comprovante de depósito na conta PPGCS/FUNPEC, Banco do Brasil, Ag. 1668-3, c/c n. 8.738-6, no valor acima especificado.

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

*PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS*

Campus Universitário, s/n - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970

Email: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)

Leia, assine, divulgue e remeta artigos para publicação do próximo número  
Veja as normas editoriais e envie artigos inéditos



# Sumário

## EDITORIAL

José Antonio Spinelli Lindoso (UFRN)

## DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti (UFRN)

### Apresentação

Eugène Enriquez (Université Paris 7)

### Da solidão imposta a uma solidão solidária

Norma Missae Takeuti (UFRN)

### O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos (UFPE)

### A democracia na miséria

Vincent de Gaulejac (Université Paris 7, Denis-Diderot)

### O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Christophe Niewiadomski (Université de Lille 3)

### Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

José Newton Garcia de Araújo, Maria Mercedes Merry Brito (PUC/MG)

### Loucos pela rua: escolha ou contingência?

Tereza Cristina Carreteiro (UFF), Cristine M. Mattar (UFRJ)

### História de vida, subjetividade e violência conjugal

Jean-Gabriel Offroy (École de Psychologues Praticiens/Paris et Lyon)

### O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

## ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida (UFRN)

### Novos contextos das Ciências Sociais

Celso Frederico (USP)

### O marxismo de Lucien Goldmann

Assis Brandão (UFPE)

### As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos

Maria José de Rezende (Universidade Estadual de Londrina)

### Diferenciação, evolução e mudança social em

### Fernando de Azevedo

Marcos M. B. de Mesquita (UERJ)

### O Barroco Ibero-Americano: "ausência de síntese"?

Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto (UNESP Araraquara)

### Desmandos e violência no sertão rosiano

John Lemons (Universidade New England, USA)

### Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe

Maria Noel Lapoujade (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)

### Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana

Soraya Fleischer (UFRGS)

### Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli

Márcio de Oliveira (UFPR)

### Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira (IUPERJ/UFRN)

### Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN

Ivanaldo Santos (UERJ)

### Da gênese à crise do Estado de bem-estar

Márcio de Lima Dantas (UFRN)

### Valdetário Carneiro: mártir e comediante

## ENTREVISTA

Alberto da Cunha Melo (Entrevista organizada por Cláudia Cordeiro)

### Uma estranha beleza: entrevista com o poeta Alberto da Cunha Melo

## POEMA

Luís da Câmara Cascudo

### Poema 1, 2, 3

## RESENHAS

Augusto César Francisco (UFRN)

### A modernidade schreberiana: abjeção, preconceito e ideologia

Everaldo Tôrres Barbosa (UFRN)

### Desumanização e reumanização no campo da medicina

João Batista de Menezes Bittencourt (UFRN)

### Vidas desperdiçadas

Ana Tereza Lemos-Nelson (UFRN/UFPE)

### Vida a beira do abismo: juventude, drogas e invisibilidade

Cristiane do Socorro Loureiro Lima (UFRN)

### Expansão e descontrole da segurança privada no Brasil

María Eugenia Domínguez (UFSC)

### Escuchando lo social